00100.047604/2026-39

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXXI SUP. B AO Nº 6, QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)
Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)
1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)
2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)
1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)
2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)
3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025

Ata da 29ª Reunião, realizada em 4 de Dezembro de 2025 4

Ata da 30ª Reunião, realizada em 5 de Fevereiro de 2026 263

Ata da 31ª Reunião, realizada em 23 de Fevereiro de 2026 523

Ata da 32ª Reunião, realizada em 26 de Fevereiro de 2026 654

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Randolfe Rodrigues, Jussara Lima, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Sergio Moro, Eliziane Gama, José Lacerda, Chico Rodrigues, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Augusta Brito, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, AJ Albuquerque, Cleber Verde, Orlando Silva, Ricardo Ayres, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Fernando Rodolfo, Bia Kicis, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Delegado Fabio Costa, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Zeca Dirceu, Bruno Farias, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima, Evair Vieira de Melo, Cabo Gilberto Silva e Coronel Meira, e ainda dos Parlamentares Coronel Fernanda, Marcos do Val, José Medeiros e Delegado Caveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Duarte Jr.. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dez horas e quarenta e dois minutos e reaberta às dez horas e cinquenta e sete minutos. A reunião é suspensa às quatorze horas e sete minutos e reaberta às quinze horas e quarenta e oito minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e treze minutos e reaberta às dezoito horas e dezenove minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 2756 de 2025** que: "Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria operacional emergencial referente ao expressivo aumento da fila de espera para análise e concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2680 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), Wolney Queiroz Maciel, informações e compartilhe o inteiro teor (incluindo documento tais como estudos, relatórios, atas, pareceres e quaisquer procedimentos) atinentes a gestão dos descontos nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a empréstimos/crédito consignado, de que trata o art. 115, VI da Lei 8.213/1991." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 2721 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 2722 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo CEO da LATAM BRASIL, Jerome Cadier, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2725 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, informações e o encaminhamento de documentos referentes aos critérios, fundamentos e procedimentos adotados pela Procuradoria-Geral Federal no exame técnico e jurídico e na indicação para os cargos de Procurador-Chefe do INSS e Presidente do INSS, bem como os processos concernentes às nomeações de Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho (2020), Sebastião Faustino de Paula (2022), Leonardo Rolim (2020), José Carlos Oliveira (2021) e Guilherme Gastaldello Serrano (2022)." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 2733 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), informações e acesso integral à documentação pertinente bem como relatórios, apresentações, comunicações ou qualquer outra espécie de documento produzido ou recebido no órgão, que trate da gestão dos descontos nos benefícios pagos pelo Instituto, relativos a empréstimo consignado." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 2759 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do INSS, GILBERTO WALLER JÚNIOR, informações e documentação sobre relatórios, notas de auditoria e demais documentos relativos aos empréstimos consignados." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 2760 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, informações e envio de documentação sobre relatórios, notas informativas, informação, notas de auditoria e quaisquer outros documentos, incluindo papéis de trabalho, relativos aos empréstimos consignados, abarcando aqueles que já tenham sido enviados ao INSS." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 2862 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas pelo Senhor Rodrigo Assumpção, Presidente da Dataprev, informações e acesso integral à documentação pertinente bem como relatórios, apresentações, comunicações ou qualquer outra espécie de documentos produzidos ou recebidos no órgão, que trate da gestão dos descontos relativos a empréstimo consignado." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Marcelo Oliveira Panella, Chefe de Gabinete do Ex-Ministro da Previdência Social Carlos Lupi e Tesoureiro Nacional do PDT, entre janeiro de 2023 e maio de 2025." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1188 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1861 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1865 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1867 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2566 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2576 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2610 de 2025** que: "Requer a QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL do senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT, referentes, respectivamente, ao período de 6 de fevereiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2609 de 2025** que: "Requera elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDGAR LENZI, CPF nº 014.722.399-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2606 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDSON ANTONIO LENZI FILHO, CPF nº 032.740.359-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2615 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES, CPF nº 436.473.754-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 2873 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo telemático do Senhor Roberta Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 2869 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da Senhora ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER, CPF nº 066.040.366-85, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 2867 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da Senhora Roberta Moreira Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 15 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 2871 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 2870 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referente ao período de 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 2868 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo telemático do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 2859 de 2025** que: "Requer a quebra do sigilo telemático do sr. DANIEL BUENO VORCARO, CPF nº 062.098.326-44, referente ao período de 1º de janeiro de 2016 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 2784 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Senhor DANIEL BUENO VORCARO, CPF nº 062.098.326-44, referentes ao período de 1º de janeiro de 2016 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2858 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal de JERONIMO MIRANDA NETTO, CPF nº 377.746.899-15, responsável pela Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2857 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Senhora MARIA LUIZA FERREIRA DE ABREU, CPF nº 435.048.843-04, presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas - CAAP, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2856 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal de MARIA ANTONIETA SOUSA GARCIA, CPF nº 632.677.643-00, ex-presidente da Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas - CAAP referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2855 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da sra. MARIA DE FATIMA ARAUJO SOUSA, CPF nº 316.633.381-91, Presidente União Brasileira de Aposentados UNIPAB, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2854 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr. HOMERO DOMINGUES, CPF nº 526.446.778-15, presidente do Círculo Nacional de Assistência dosAposentados e Pensionstas - CINAAP, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2853 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANTONIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA, CPF nº 554.572.237-87, presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - AP BRASIL, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2852 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr. BARTOLOMEU EVANGELISTA DE FRANCA, CPF nº 441.598.037-68, presidente da Associação no Brasil de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - AP BRASIL, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2851 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da sra. MARIA DO SOCORRO SANTANA ARRAES, CPF nº 276.655.183-20, presidente da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2850 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da sra. MARIA JURACINA NUNES PACHECO, CPF nº 386.627.791-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2849 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr. ANDERSON LADEIRA VIANA, CPF nº 465.374.496-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2848 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, CNPJ nº 12.675.296/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2847 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do INSS - ANAPI, CNPJ nº 36.552.889/0001-67, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 2846 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Benefícios e Previdência - ABENPREV, CNPJ nº 29.992.407/0001-24, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 2843 de 2025** que: "Requisita o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Associação de Assistência Social a Pensionistas e Aposentados - AASPA, CNPJ nº 46.833.928/0001-58, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025" **Autoria:** Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 2841 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal de STALLONE TRANSPORTES, AGENCIAMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 26.976.172/0001-99, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2840 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da J DA S LIMA LOCACAO DE MAQUINAS LTDA, CNPJ nº 52.178.766/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 2839 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da PEDRAS BELA VISTA COMERCIO E DECORACOES LTDA, CNPJ nº 55.456.875/0001-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2838 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da GEPETO DUO AGRICOLA SOJA COMERCIO E EXPORTACAO DE GRAOS E CEREAIS LTDA, CNPJ nº 06.536.847/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2837 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da BANCINVEST AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 52.835.972/0001-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 2836 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da JJV INTERMEDIACOES E COBRANCAS LTDA, CNPJ nº 54.864.351/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 2835 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da RINANILEO GESTAO, CONSULTORIA E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 20.145.432/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2834 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da BXXIII GROUP S/A, CNPJ nº 20.785.312/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 2833 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da ARM CAPITAL DO BRASIL S.A., CNPJ nº 33.268.259/0001-77, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 2832 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Financeira e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALECAR DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA, CNPJ nº 49.999.646/0001-13, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 2831 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LEGEND TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA EPP, CNPJ nº 45.580.095/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 2830 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TOTAL SAUDE CLINICA E LABORATORIO LTDA, CNPJ nº 35.084.848/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 2829 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da PLANOS FUNERARIOS ANJUS LTDA, CNPJ nº 47.735.117/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 2828 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da MORIAH ASSET EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 02.425.349/0001-09, referentes ao período de 15 de março de 2022 a 1º de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 2824 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Aço Cearense Industrial Ltda, CNPJ nº 00.990.842/0003-08, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 28 de novembro de 2025" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 2823 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PHD Guindastes Ltda, CNPJ nº 02.049.032/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 2822 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Alyne Castelo Almeida Takashima, CNPJ nº 43.602.525/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 28 de novembro de 2025" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 2821 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Alyne Castelo Almeida Takashima, CPF nº 872.053.862-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 2820 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felipe Guimarães Carrijo, CPF nº 820.864.271-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 2814 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor CARLOS HENRIQUE DA ROCHA GONCALVES, CPF nº 024.745.607-18, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 2813 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa C H G CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA, CNPJ nº 48.098.019/0001-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 2812 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor LUIS VALMIR FILHO, CPF nº 398.353.321-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 2811 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ALAN AGUIAR SILVEIRA, CPF nº 857.954.020-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 2810 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ALAN AGUIAR CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 51.846.936/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 2809 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal de RAYAMA BELMONTE RIELLA, CPF nº 024.986.350-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 2808 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr. SULPICIO MOREIRA PIMENTEL NETO, CPF nº 408.666.104-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2807 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do sr. EMANUEL PINHEIRO DA SILVA, CPF nº 005.695.313-57, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 2806 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da EP TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 57.775.517/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2805 de 2025 que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da EP TELEMARKETING LTDA, CNPJ nº 57.775.548/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 2803 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da SMARTDATA PROCESSAMENTO DE INFORMACOES LTDA, CNPJ nº 49.842.605/0001-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 2802 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da AAPEN PROCESSAMENTO DE DADOS CADASTRAIS LTDA, CNPJ nº 51.678.959/0001-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 2800 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da empresa FJP SERVICOS LTDA, CNPJ nº 16.661.036/0001-56, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 2799 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da SOLUCAO SERV E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 33.144.985/0001-88, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 2798 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Senhor PEDRO OLIVEIRA DE QUEIROZ, CPF nº 063.333.123-63, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 2797 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da PEDRO QUEIROZ SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 51.751.581/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 2796 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da CECILIA RODRIGUES MOTA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 24.569.181/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 2795 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da PIZZARIA DELICIA ITALIANA LTDA, CNPJ nº 42.450.051/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 2794 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da FLORIPA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 56.746.657/0001-57, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 2793 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Senhora ERICA CARDOSO NEVES, CPF nº 117.585.799-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 2792 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Senhora FABIANE PEREIRA DO NASCIMENTO, CPF nº 069.326.359-84, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 2791 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da SNS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 40.850.739/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 2790 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Senhora MARIA CELMA SOUZA SANTOS, CPF nº 646.202.981-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 2789 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da ADF – INTERMEDIACOES DE NEGOCIOS LTDA, CNPJ nº 20.115.771/0001-31, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 28 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 2788 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Senhor Cecílio Galvão, CPF nº 593.139.514-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 2780 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Senhor EVERTON SOUZA DOS SANTOS, CPF nº 817.211.375-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 2779 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da ASG PARTICIPACOES EM NEGOCIOS LTDA, CNPJ nº 45.450.876/0001-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 2778 de 2025** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) os RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SEHIZ RECUPERACAO DE CREDITO." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 2777 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da DELTAMED-H COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 16.996.080/0001-17, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 2776 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da POLIMAX DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE RESINAS TERMOPLASTICAS LTDA, CNPJ nº 31.252.723/0001-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 2775 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da MEZZON AMBIENTES PLANEJADOS LTDA." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 2774 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da PREMIER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 2773 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da AMASO ASSESSORIA DE COBRANCA E CADASTRO LTDA, CNPJ nº 35.744.620/0001-10, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 2772 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da WAVE INTERMEDIACOES E TECNOLOGIAS LTDA, CNPJ nº 48.051.709/0001-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 2771 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da UTTER PARTICIPACOES S.A." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 2770 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da CLIENTLIST PROPRIEDADE INTELECTUAL PRIVADA PARA AUTOMACAO DE RECEBIVEIS LTDA, CNPJ nº 48.648.666/0001-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 102 - REQUERIMENTO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 2769 de 2025 que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da LOL PAY LTDA, CNPJ nº 52.687.747/0001-63, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 2768 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da BRL BROKER PARTNERS LTDA, CNPJ nº 52.618.678/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 2767 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da WR SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 34.936.631/0001-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 2766 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da G.F.S. COMERCIO, PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 21.356.056/0001-53, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 2765 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da TIGAS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 49.659.068/0001-76, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 2764 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da KIILER IMP EXP LTDA, CNPJ nº 38.626.599/0001-46, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 2763 de 2025** que: "Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Nogueira Comercial Importadora LTDA, abrangendo o período de 1° de janeiro de 2023 a 27 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste de período para ter início em janeiro de 2015 a novembro de 2025.. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 2754 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Natjo de Lima Pinheiro, CPF 120.687.168-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de outubro de 2025." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 2746 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário e fiscal da empresa ADORACAO CHURCH, CNPJ nº 10.490.754/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 25 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 2745 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IGREJA ASSEMBLEIA DEDEUS MINISTERIO DO RENOVO, CNPJ nº 29.594.780/0001-27, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 25 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 2744 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ZEMA CRÉDITO, FINANCIAMENTO EINVESTIMENTO S/A, CNPJ nº 05.351.887/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 25 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Rejeitado por Votação Nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 2740 de 2025** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, CNPJ nº 33.683.202/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 1º de novembro de 2025." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 2739 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, CNPJ nº 33.683.202/0001-34,referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 2724 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da da empresa matriz Binclub Servicos de Administracao e de Programas de Fidelidade LTDA – CNPJ: 38.056.833/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Ricardo Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 2723 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da da empresa Binclub Servicos de Administracao e de Programas de Fidelidade LTDA – CNPJ: 38.056.833/0002-28 (filial), referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 2676 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA - CNPJ 38.075.234/0002-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 2675 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SO PARTICIPAÇÕES ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO LTDA CNPJ 52.590.852/0001-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

80, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 2674 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Gelci José da Silva, CPF: 110.134.307-94, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 2673 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GRUPO SEGCARD PLANOS ASSISTENCIAIS LTDA CNPJ 48.929.492/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 2672 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAE MAGAZINE VIRTUAL LTDA – CNPJ: 38.079.081/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 2670 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SEGMULTI PROMOÇÕES SIMAS & OLIVEIRA TELEATENDIMENTO LTDA CNPJ 55.991.445/0001-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 2669 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Daniel Simas, CPF 033.744.139-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 2611 de 2025** que: "Requer que seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 2586 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, Coordenador do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia/ TI do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 2585 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, coordenador do Setorial de Ciência e Tecnologia do PT, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 2581 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia e Informação do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 2077 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 2072 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles, ex-publicitária do PT." **Autoria:** Deputado Carlos Jordy e outros. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 2066 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 2064 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 12 votos sim.. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 2045 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Swedenberger Barbosa, Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 2519 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 1899 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1866 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 1726 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, jornalista." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 2865 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Roberta Luchsinger, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 2047 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Roberta Moreira Luchsinger, empresária." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 2024 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Roberta Luchsinger, empresária." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 1606 de 2025** que: "Requer a convocação da senhora Roberta Moreira Luchsinger, empresária." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 2736 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 2735 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Deputado Delegado Fabio Costa. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 2633 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor JORGE MESSIAS, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Sóstenes Cavalcante. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 2621 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União, para que compareça a esta Comissão a fim de prestar informações." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 1811 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União. (Aprovado como convite)" **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 1624 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 1085 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não, 11 votos sim.. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 2752 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Salim Dayan, CEO do Banco DAYCOVAL S.A., para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 2751 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Mario Roberto Opice Leão, CEO do Banco Santander S.A., para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por Votação Nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 2750 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor André Luiz Calabro, CEO do Banco PAN S.A., para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 2748 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Everton Francisco da Rosa, CEO da FACTA FINANCEIRA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 2747 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora LEILA MEJDALANI PEREIRA, Presidente do Banco Crefisa S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por Votação Nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

153 - REQUERIMENTO Nº 2762 de 2025 que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Kalim, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por Votação Nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 2761 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Luis Felix Cardamone Neto, CEO do Banco BMG S.A." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 2758 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Glauber Marques Correa, CEO do Banco Agibank S.A., para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 2757 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Eduardo Chedid, CEO do PicPay Instituição de Pagamento S/A, para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Rejeitado por Votação Nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 2749 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, CEO do Banco Master S.A., para prestar depoimento como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 2815 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 2783 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Daniel Bueno Vorcaro, CEO do Banco Master S.A." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 1629 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, Presidente do Banco Master." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 1499 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Daniel Vorcaro." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 2787 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Cecílio Galvão, advogado." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 2819 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Alyne Castelo Almeida Takashima, envolvida em transações financeiras com o Instituto Guadalupe, entidade investigada por denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do INSS, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito" **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 2818 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Felipe Guimarães Carrijo, envolvido em transações financeiras com o Instituto Guadalupe, entidade investigada por denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do INSS, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 2817 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Percia Coelho Takashima, envolvida em transações financeiras com o Instituto Guadalupe, entidade investigada por denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do INSS, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 2816 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Adalton Coelho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Takashima, empresário envolvido em transações financeiras com o Instituto Guadalupe, entidade investigada por denúncias de fraude nos descontos de beneficiários do INSS, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 2827 de 2025** que: "Convoca Romeu Zema, Governador de Minas Gerais." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado por votação simbólica, com manifestação contra da Dep. Bia Kicis.. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 2844 de 2025** que: "Requer a convocação da sra. Izabela Moreira Correa, Diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta – DIREC do Banco Central do Brasil" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 2845 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Secretário Nacional do Consumidor." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado como convite. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 2863 de 2025** que: "Requer a convocação de Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fraude do INSS." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 1810 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 1799 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 1038 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 875 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 806 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 420 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Beto Pereira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 177 - REQUERIMENTO Nº 408 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 363 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 2866 de 2025** que: "Requer a convocação da Senhora Thamires Maia de Oliveira, Funcionária da tesouraria da Conafer (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 2872 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Leandro Fonseca, para prestar depoimento perante esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 16 votos não; 14 votos sim.. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 2874 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Fábio Luís Lula da Silva, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Rejeitado por votação nominal: 19 votos não; 12 votos sim.. **ITEM EXTRAPAUTA 182 - REQUERIMENTO Nº 2876 de 2025** que: "Requer a disponibilização de três servidores (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 183 - REQUERIMENTO Nº 2877 de 2025** que: "Requer a disponibilização de dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico e investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades" **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Silas da Costa Vaz, Secretário da Conafer, em atendimento aos requerimentos 1950/2025 e 2147/2025; do Américo Monte Júnior, Presidente da Amar Brasil Clube de Benefícios - ABCB, em atendimento ao requerimento 1342/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva de Américo Monte Júnior. O Sr. Silas da Costa Vaz, apontado como Secretário da Conafer, não compareceu ao depoimento, tendo apresentado atestado médico na noite da véspera da reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS – 2025, que se realiza nesta data, 4 de dezembro do corrente ano.

Como os senhores podem observar, o Presidente está rouco.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Olha o silêncio, meu povo!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É tanta roubalheira que até a voz do Presidente sumiu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Levaram até a minha voz.

Senhores, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG) – A oitiva hoje é com o nosso líder Gilberto?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Américo Monte, Sr. Américo Monte.

E o Silas Vaz? (*Pausa.*)

É, terrível. Tudo bem.

Senhores, para que os Parlamentares possam acompanhar os nossos trabalhos da primeira fase, que é a votação de requerimentos, em conversa com os Líderes, buscamos consenso em boa parte dos requerimentos. Houve concordância de oposição e de Governo. Não temos concordância – atenção – sobre os seguintes itens: convocação do Advogado-Geral da União, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorge Messias, itens 141 a 147, irão a voto; convocação do Sr. Fábio Luís Lula da Silva, item 181, irá a voto; convocação do Governador Zema passa a ser tratada como convite, item 167...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É consensual, para estar no bloco consensual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Também quebra de sigilo financeiro da financeira, como os demais, permanece.

Rejeições em bloco para voto – rejeições em bloco de requerimentos para voto –: itens 149, 152, 153 e 156, todos referentes a bancos, irão a voto.

Os itens também em bloco para votação: itens 1, 3, 4, 10, 11, 19, 128 a 131, 20, 21, 124 a 127, 22 a 27, 137 a 140, 28 a 30, 180, 33, 43, 113, 114, 132, 136. Esses requerimentos irão a votação em bloco. (*Pausa.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E o do Lulinha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai a voto, Excelência. (*Pausa.*)

Então, espere aí, só fazendo uma correção.

Para votação em bloco, 22 a 27. O item 24, não é isso? (*Pausa.*)

O item 24 já está com o consensual. Então, somente 22, 23, 25, 26, 27. Vou repetir, então, aqui, rejeição em bloco para votação: itens 1, 3, 4, 10, 11, 19, 128 a 131, 20, 21, 124 a 127, 22, 23, 25, 26 e 27, 137 a 140, 28 a 30, 180, 33, 43, 113, 114, 132, 136.

Foram colocadas, aqui, as retiradas de convocação dos itens 168 e 169, do Ministro Wolney Queiroz. O Governo se comprometeu a marcar a data para que ele compareça a esta CPMI... (*Pausa.*)

Ah, tá.

Os itens 170 a 178.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 170

REQUERIMENTO Nº 2863/2025

Requer a convocação de Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a fraude do INSS.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 171

REQUERIMENTO Nº 1810/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 172

REQUERIMENTO Nº 1799/2025

Requer a convocação do sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 173

REQUERIMENTO Nº 1038/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social.

Autoria: Deputado Rafael Brito

1ª PARTE

ITEM 174

REQUERIMENTO Nº 875/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 175

REQUERIMENTO Nº 806/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 176

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 420/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro de Estado da Previdência Social.

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 177

REQUERIMENTO Nº 408/2025

Requer a convocação do sr. Wolney Queiroz Maciel, Ministro da Previdência Social.

Autoria: Senador Carlos Viana

1ª PARTE

ITEM 178

REQUERIMENTO Nº 363/2025

Requer a convocação do Sr. Wolney Queiroz, Ministro da Previdência Social.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar)

Os itens 168 e 169 se transformarão em convite.

Os itens 91 a 108 vão ter ajuste de período para início de janeiro de 2015 a fim de novembro de 2025. É marco temporal.

As demais aprovações, simbólicas.

Senhores, então, vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Eu tinha pedido pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Só para... Eu destaquei do 11 ao 18, e elas não estão incluídas aí nos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aqui, Excelência, do 11 até o 19.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Opa, então, tira 11 e o 19, deixa só do 12 ao 18.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí. Vamos ver.

Por isso é que eu pedi à Secretaria que a gente colocasse...

Vem cá, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só para... Só me dá um segundinho para não dar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Só um minutinho, nós vamos a voto. (*Pausa*.)

Mas é o 11 até o 19. É porque eu li 11 e 19, né?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi isso que eu li, ué! (*Pausa*.)

Está bem, obrigado.

Senhores, mais algum...

Líder Marinho, eu pergunto se tem mais alguma dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Eu tenho muitas dúvidas. Está muito confuso isso aqui.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Não, na verdade, como são muitos requerimentos, eu quero só dar uma explicação aqui ao grupo, tá? Porque a gente teve pouca oportunidade de conversar. Nós estamos destacando para voto todos os requerimentos que o Presidente colocou. Agora, alguns, os mais importantes, vão ser votados isoladamente e os outros, em blocos, senão a gente não vai ter a oitiva da testemunha. São quase 40 requerimentos. Então, vai haver os blocos, vai ser uma votação do consensual.

Agora, o que está em dissenso, o que não está acordado entre nós e o Governo é a convocação do Messias, que vai ser votada isoladamente; o do Fábio Lula, que vai ser isoladamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... vai ser a questão dos bancos, que vai ser votada isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alguns itens em que não houve concordância. Alguns não, muitos itens que não tiveram concordância.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E os demais itens vão ser votados em blocos.

O que eu pedi ao Presidente, o Líder do Governo está ouvindo, é que, no caso desse bloco, como são muitos itens, o tempo dado a quem vai defender, a quem vai se posicionar contrário seja contado em dobro, porque, na verdade, são muitos assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um de cada lado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com o tempo em dobro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Dois de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. quer que eu suspenda para conversar com a base?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Dois de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quer que eu suspenda?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pode ser por cinco minutos.

Dois de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu suspendo a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 10 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Em novas reuniões das Lideranças com as bases, anuncio aos Srs. Parlamentares as mudanças.

Por gentileza, silêncio. Por gentileza, silêncio.

A Presidência vai anunciar a sequência das votações.

Permanece para votação nominal a convocação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, itens 141 a 147; votação nominal, convocação do Sr. Fábio Luís Lula da Silva, item 181; convocação do Governador Romeu Zema, que seria transformada em convite, não houve consenso, será votada como convocação, item 167.

Para votação em bloco – para votação em bloco –: itens 149, 152, 153, 156, sem mudanças; itens 1, 3, 4, 10, 11 a 19, 128 a 131, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 43, 113, 114, 124 a 127, 132 a 136, 137 a 140 e 180, não houve mudança.

Também transformados em retirado de pauta, itens 170 a 178; itens 168 a 169, convite – de convocação para convite –; itens 91 a 108, ajuste temporal, também sem mudanças.

Novos destaques para votação – atenção! –: itens 3 e 4, itens 19, 128, 129, 130 e 131, que irão também a voto nominal nesta sessão.

Os demais requerimentos que constam da pauta e que estão sob consenso eu coloco em votação, com exceção dos que eu li aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Como fizeram um acordo, voltaram atrás, aquilo que é bem típico, a minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Você falou, agora, no último, que parece que teve uma convocação que virou convite. Eu só queria que você esclarecesse: isso daí é do Ministro Wolney Queiroz. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. O Ministro Wolney foi retirado de pauta com o acerto do Governo de marcação de data para a vinda dele.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em fevereiro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – De novo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, mas é o acerto que foi feito lá.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E o nosso Líder aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordou, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Se ele aceitou, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Concordou.

Senhores... Mais alguma dúvida, Srs. Parlamentares?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – ... em relação à questão da convocação do Zema, que aliás eu considero aqui uma descortesia e uma coisa diferente – poderia perfeitamente ser, a exemplo dos demais, convite, como ministros e Governadores, etc... Mas aqui tem quebra de sigilo financeiro... da financeira, desculpe.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A quebra do sigilo financeiro me parece que está... Só um minutinho, Pimenta, só um minutinho, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A quebra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, por favor, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A questão da quebra do sigilo financeiro...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Nós estamos sendo insultados aqui pela colega, Presidente, de forma gratuita aqui, ó. Então, Presidente... Não é possível!

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, olha o nível da pessoa, pelo amor de Deus!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, o Pimenta está querendo tumultuar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é possível, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu peço a gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... de mantermos a calma...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está preocupado com a mesada do Lulinha! Muito triste isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... e o respeito.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, não é possível. Então, eu quero pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... para manter o decoro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... manter o decoro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu solicito...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Coisa feia, gente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um colega Parlamentar se virar para outro colega e começar a insultar ou ofender aqui de forma gratuita, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu peço aos Parlamentares...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu não ofendi ninguém, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu quero que V. Exa. garanta aqui...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu só falei a verdade. Que coisa triste!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... uma relação de cordialidade, de respeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O "Malagueta Vermelha" não tem vergonha na cara, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Deputada Adriana.

Senhores, vamos vencer essa fase das votações. Os senhores terão tempo depois, cada um, para se manifestar com total liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É a misoginia aqui do Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Marinho. Por gentileza.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Só uma dúvida, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A convocação do Zema vai ser um item a ser colocado de destaque, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso, exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Só que tem quebra do sigilo da financeira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A questão da financeira não está dentro do bloco das financeiras e bancos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A gente vai votar favorável, dentro do bloco.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, violência política aqui!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque esse daqui está nos requerimentos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Deputado Paulo! Olha a misoginia!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... de consenso de votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Estão me ofendendo aqui!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esse não vai a voto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está fazendo pressão em cima de mim, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é porque eu coloquei, mas não está.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É uma vergonha, ele está querendo me calar!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Ele está querendo me calar! Não vai me calar! Assédio político aqui, violência política.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Assédio político para cima da colega, hein, Presidente! Olha aí! Assédio político.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Líder Paulo Pimenta. O item 112, quebra de sigilo financeiro da Financeira Zema, que estava no consenso para aprovação, o Líder quer colocar na votação dos bancos. O Líder...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós, inclusive, vamos votar a favor. Agora, só que, pelo critério de convergência, de afinidade da mesma ação...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não entendi, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eles querem que o item 112, que estava em consenso de aprovação, que seja colocado na votação em bloco dos itens bancários.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É o critério, né?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, na votação em bloco...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu só gostaria... Tá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na votação em bloco, itens 149, 152...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... 153, 156... entra também o item 112.

Senhores, mais alguma dúvida?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu fiquei em dúvida em relação a bancos. Eu fiz dez requerimentos de CEOs dos bancos que mais tinham reclamações de fraudes e empréstimos consignados. Foram nove requerimentos. Todos estão num bloco para votação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não, Excelência. Dos requerimentos de bancos, somente esses que estão em destaque aqui, ó: um, dois, três, quatro, cinco. Os demais todos serão aprovados sob consenso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E esses de destaque, o senhor poderia dizer quem destacou e os nomes?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Também queria saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É porque eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso. Só um instante.

Item 149, que está destacado.

1ª PARTE

ITEM 149

REQUERIMENTO Nº 2751/2025

Requer a convocação do Senhor Mario Roberto Opice Leão, CEO do Banco Santander S.A., para prestar depoimento como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 152

REQUERIMENTO Nº 2747/2025

Requer a convocação da Senhora LEILA MEJDALANI PEREIRA, Presidente do Banco Crefisa S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, para prestar depoimento como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 153

REQUERIMENTO Nº 2762/2025

Requer a convocação do Sr. Marcelo Kalim, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 156

REQUERIMENTO Nº 2757/2025

Requer a convocação do Senhor Eduardo Chedid, CEO do PicPay Instituição de Pagamento S/A, para prestar depoimento como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 112

REQUERIMENTO Nº 2744/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa ZEMA CRÉDITO, FINANCIAMENTO EINVESTIMENTO S/A, CNPJ nº 05.351.887/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 25 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer quem destacou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, isso aí foi o Governo que destacou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só uma dúvida, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... com relação a esse bloco que V. Exa. falou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... o Requerimento 156 é o PicPay...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O PicPay está envolvido até o pescoço, e nós já vimos isso aqui, sobre... E não é questão de consignado; questão do Meu INSS e mais. Foram mais de 500 mil pessoas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... se puder destacar separado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, mas a Presidência segue, regimentalmente, o que está sendo colocado.

Os requerimentos são formais, estão corretos, foram colocados à votação. Houve consenso ou não consenso, nós vamos dar sequência na votação, e a questão do mérito depois a gente vê.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputado Van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, uma questão de cortesia que sempre se tem nesta Casa é que, quando uma autoridade é chamada para uma CPI, é feito um convite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Inclusive, o Ministro Wolney, convidado, marcou a data, não veio, disse de uma viagem, e, no dia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Duas vezes, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... – duas vezes –, solidariedade a V. Exa., porque ele fez, justamente, o compromisso de vir.

Eu me pergunto e pergunto também a V. Exa. e aos Líderes por que motivo uma pessoa, com a qual nós concordamos já viesse a convite... E disse que viria – o Governador Romeu Zema –, não tem nada a temer. Inclusive, disse ele: "Eu quero ir e quero que aprovem também requerimentos do Lulinha, do Frei Chico, de quem quer que seja que está aí para aprovar".

Por que uma pessoa que disse e porque nós que dissemos que pode vir a convite, não tem problema nenhum, vai ser destacada, para ser feita uma convocação? Não tem sentido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso é uma descortesia com um Chefe de Poder, com um Governador honesto...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Isso é quizila do Rogério, lá de Minas. Coisa local.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Isso me parece algo político, Presidente, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, pois não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... quando nós, aqui, estamos fazendo trabalho de investigação.

O Zema vai ser o primeiro cidadão honesto a estar sentado ali. Não tem problema. Agora, fazer isso com ele é uma descortesia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Eu vou, inclusive, ler uma carta que foi enviada pelo Governador a esta Comissão. Quero fazer questão de colocar.

Mas, senhores, por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Um momento, do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso.

Estão em votação...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não. Eu gostaria de que fizesse agora. A carta é cortesia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

Deputada Adriana, por gentileza: a Presidência é que decide o rito. Só um instantinho. Por favor.

Estão em votação os itens consensuais que não foram lidos por esta Presidência para destaque e também os itens com correção de marco temporal.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os itens.

A Secretaria-Geral dará sequência nos trabalhos.

Votações dos itens em bloco, para votação nominal.

Itens 149, 152...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Os consensuais, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, esses nós vamos... Os consensuais eu já votei, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Agora nós vamos para o voto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem. Está bem.

Itens que vão agora, em bloco, para votação nominal.

Itens 149, 152, 153 e 156.

Faz uma relação para o... Entrega uma cópia disso aqui para o... (*Pausa.*)

Calma.

E o 112.

Entrega aqui. Faz uma cópia para o Relator, que é melhor.

Senhores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Quero falar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou colocar em votação, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Mas não vai ter defesa? Alguém vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai, vai, vai. Aí tem que decidir com o Marinho quem vai falar. Os dois?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – A gente está votando quais? O bloco de bancos, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Os bancos – os bancos.

Só um instante. Eu vou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Silêncio, por favor.

Cada lado, cada base terá direito a duas falas de cinco minutos, para a defesa ou para a sustentação da votação contra o requerimento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – (*Falha no áudio.*) ... colocar o que nós combinamos aqui, o 112, nesse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está colocado o 112, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k. Está bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. A votação será iniciada após as falas de defesa ou retirada.

Senhores, em votação – vou abrir as falas para defesa de Oposição e de Governo – os itens: 149, 152, 153, 156 e 112, todos referentes a bancos.

Primeira fala...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Quem destaca, no caso nós, é voto "não", é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, o nosso voto é "não". Quem quer manter a pauta vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quem quer manter vota "sim".

Então, eu vou abrir...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A nossa orientação é o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

Excelência, primeiro eu vou abrir as falas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Você falou que vai abrir para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vou abrir as falas para a...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ah, tá. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, espera aí.

Senador Marinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, o Senador Izalci vai ser o primeiro a falar com relação aos requerimentos, por cinco minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, é muito importante as pessoas observarem esta sessão para ver quem está blindando de fato aqueles que roubaram os aposentados e pensionistas. E quero dizer aqui que nós vamos votar favorável em todos os requerimentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aqui, nós estamos realmente para encontrar quem verdadeiramente roubou dos aposentados e pensionistas. Então, hoje, por exemplo, eu fico aí entendendo o porquê da comemoração aqui, quando votamos o requerimento do Edson. Eu achei estranho, mas hoje foi confirmado. Por que houve essa blindagem e essa comemoração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

toda na derrota do requerimento do Edson? Porque exatamente ele queria vir aqui para falar sobre a questão do Lulinha. São 300 mil por mês. E tem até o *Metrópoles* dizendo que tem mais 25 milhões.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mentira! Mentira!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Pimenta, por gentileza. Por gentileza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Deputado Paulo Pimenta está atrapalhando aqui, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Justamente quem ficou reclamando aqui! Para ver como são hipócritas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Mais um minuto para o Senador Izalci.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Senador.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É que não pode mentir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O que é isso?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Parlamentar tem o direito de livre palavra; depois o Governo terá a contradição.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Paulo está querendo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode mentir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Governo poderá contradizer, Excelência.

Atenção, Senador Izalci.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – "Paulo Jalapenho".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, quero dizer aqui que nós temos hoje a *Folha de S.Paulo*, a *Veja*, o *Metrópoles* e o *Poder360*, eles confirmam isso. E a prova disso é que o requerimento que foi colocado aqui, do Sr. Edson, foi rejeitado exatamente por isso. Então, cabe a esses blindadores aqui explicar sobre isso. Agora, Presidente, nós estamos falando aqui em desconto assistencial – 6 bilhões. Quando entrar nos consignados, são trilhões. Então, é inadmissível alguém querer blindar realmente os bancos. O PicPay, que é o Requerimento 756, entre todos os bancos – sei lá quantos tem no Brasil, 50, 100 –, escolheram um: "Só esse aqui é que vai fazer o Meu INSS e mais". E 500 mil pessoas foram ludibriadas, descontadas coisas que não podiam. Inclusive pela portaria, pela instrução normativa, não podia cobrar juros; cobraram, anteciparam.

Então, ninguém está querendo condenar ninguém, não. O que nós queremos é aprovar os requerimentos para ouvir, para que eles possam defender, fazer a sua defesa, o que eu vejo que tem muita dificuldade.

A Crefisa também a mesma coisa. Tenho nada contra o Palmeiras, mas a Crefisa tem reclamações de milhões de pessoas que foram assaltadas, que foram descontadas em empréstimos que sequer foram creditados. Descontos que estão sendo feitos, 84 parcelas, e não foi creditado nada, foi burlado; foi falsificada a biometria e tudo mais. Então é inadmissível querer bloquear, querer blindar qualquer banco aqui. Chama todo mundo que está envolvido.

Olha, nós precisamos aprovar os requerimentos de quebra de sigilo também, para poder, ao chegar fevereiro, as informações já estarem aqui. Então, V. Exa. sabe a importância que foi aprovar os requerimentos lá atrás. Por isso nós temos hoje muita informação. Agora, se blindarem, como estão fazendo aqui, a todo momento, a gente vai ter dificuldade de chegar realmente aonde nós precisamos. Nós precisamos identificar todos aqueles que meteram a mão nos aposentados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

e pensionistas. E quero reforçar que eu apresentei 400 requerimentos; o Relator sabe disso. Não tem que blindar ninguém. Nós vamos aprovar, vamos votar favoravelmente a todos eles.

Com relação ao Santander e ao C6, todos também têm reclamações, não tem por quê. Eu não entendo como que as pessoas querem blindar. Não querem ouvir, não querem... Estão fazendo o que aqui? Não era nem para estarem aqui, porque nem assinaram, não queriam nem apurar. Agora, se estão aqui, têm que atender o objetivo da CPMI. Qual é o objetivo? Realmente descobrir quem é que meteu a mão, quem que roubou dos aposentados e pensionistas.

Então, não dá, Presidente, para a gente continuar esta sessão. Teve que votar em bloco e tudo. Todo mundo devia votar favorável. Se é que querem, de fato, que a gente possa descobrir quem assaltou. Agora, quem está querendo proteger um ou outro...

Da mesma forma, como estão fazendo aqui com o Zema. O Zema já se propôs a vir aqui. Agora, não querem chamar o Ministro Lupi, não querem quebrar o sigilo. Por que vai quebrar dos outros e não pode quebrar deles?

Então, é quem está envolvido nisso. O Ministro Wolney ficou de vir aqui, não veio e sequer está sendo convocado. O outro que se prontificou a vir, está tendo dificuldade, vai querer convocar; uma indelicadeza completa, se ele já mesmo se manifestou favorável.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Isso é coisa de Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, Presidente, eu vou fazer um apelo, mais uma vez, aqui a todos – e V. Exa. poderia pedir novamente – para a gente votar todos os requerimentos em bloco, favorável. Quem não deve, não teme.

Então, vamos chamar todo mundo, para a gente poder realmente fazer o nosso trabalho. A CPI é para isso. Não existe CPI para blindar ninguém. A CPI é exatamente para identificar quem roubou, melhorar a legislação, reforçar o pedido de V. Exa. para que haja esses seis meses sem desconto, para apurar esses bancos todos que assaltaram e para a gente poder votar.

A proposta é votar todos os requerimentos em bloco, se possível.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pelo Governo, quem falará, Líder Pimenta?

Com a palavra o Líder Pimenta por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, não se trata aqui de ser contra ou a favor.

Todo mundo aqui quer e tem o compromisso de que esta CPI possa, de fato, cumprir o seu papel. Qual é o objetivo dessa CPI, Presidente? É, de fato, a gente poder aprofundar uma investigação sobre as fraudes, o roubo do INSS. Nós já avançamos muito aqui nessa investigação. Conseguimos identificar, dentro do INSS, quem são os servidores que se corromperam e que permitiram que essa quadrilha pudesse atuar da forma como atuou dentro do INSS. Nós já conseguimos, Sr. Presidente, identificar...

Presidente, está muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós já conseguimos identificar, Presidente, e o Brasil conheceu, a partir do trabalho desta Comissão, alguns daqueles que foram favorecidos pelo famoso decreto, assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onyx, que abriu as portas do INSS para que os "*golden boys*'', para que as entidades fantasmas pudessem roubar o dinheiro dos aposentados, das aposentadas. O Brasil já sabe que foi um decreto do Governo Bolsonaro que permitiu que eles roubassem também das pensionistas. O Brasil já sabe, muito em função do trabalho da CPI, que, às vésperas das eleições passadas, o Governo Bolsonaro permitiu que fosse feito consignado, Sr. Presidente, de BPC, de auxílio emergencial. Já sabe também que foram poucos os bancos que receberam autorização para operar essa linha de consignado. Uma criança hoje nasce, e, logo que nasceu, já deve 30, 40 mil, porque o Governo Bolsonaro permitiu que até as crianças passassem a ter empréstimo consignado. O Brasil já sabe de tudo isso, Presidente.

Agora, nós temos que ter, aqui, noção da nossa responsabilidade. Várias dessas instituições, inclusive, colocaram à disposição todas as informações, e nós temos que ir atrás dessas informações, receber essas informações e fazer a investigação na hora adequada da maneira como precisa ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Portanto, tem vários bancos que estão sendo aprovados hoje. É um início importante das informações com que nós precisamos trabalhar. E esses bancos sobre que nós estamos aqui manifestando, neste momento, a posição, são bancos que já se colocaram à disposição para trazer seus dirigentes, para prestar todas as informações.

Por conta disso, não há necessidade de aprovação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Marinho, quer falar a segunda... Ou podemos dar sequência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Não, não. Tenho outro aqui.

Esse item... Desculpa, eu estava perdido aqui. Esse item é o dos bancos. O dos bancos é...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos colocar os celulares no silencioso, por gentileza?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sim, o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Kim Kataguiri com a palavra, por cinco minutos.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, é importante falar que o mensalão voltou e, desta vez, diretamente com o filho do Presidente da República: segundo matéria da Mariana Haubert, a testemunha revelou para a Polícia Federal R$300 mil por mês mais R$25 milhões na conta.

Segundo ponto que precisa ser colocado aqui... Eu quero que o país preste bastante atenção no que está acontecendo. A oposição – aquela que supostamente defende os bancos, as elites – quer que os bancos prestem conta nesta CPMI, e o Governo Lula está pedindo para que os bancos não esclareçam. E sabem o que é mais curioso? Alguns bancos, eles deixaram votar por acordo; outros, eles escolheram para blindar. Ué, não é o PT que enfrenta banqueiro?! A gente não é representante da Faria Lima?! Eu estou querendo chamar a Faria Lima aqui, Deputado Alfredo. Agora é o PT que não quer. Que curioso! E não tem nenhuma defesa plausível. A defesa que foi feita pelo Líder do Governo é: os bancos são bonzinhos, eles voluntariamente se prestaram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

colocar as informações para esta CPMI. Nossa, mas essa desculpa chega a me emocionar! Então, o que precisa ficar claro aqui...

Primeiro, um dos principais meios de pagamento, instituições financeiras que estão sendo blindadas, é o PicPay, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. O PT é contra bilionário quando o bilionário não é deles, quando o bilionário não é amigo do Governo, quando o banqueiro não é amigo do Governo. Quando o banco faz doação generosa para o PT – e nós vimos essas doações quando elas ainda eram legais, ocorriam oficialmente, abertamente, grandes empreiteiras e herdeiros de banco doando para o Partido dos Trabalhadores –, a gente viu de que lado eles estavam. Eu nunca estive com o Joesley, nunca estive com o Wesley, eu nunca recebi dinheiro para minha campanha de empreiteira, de banco, mas sou acusado aqui de defender os grandes bancos da Faria Lima. Que excelente oportunidade! Eu quero agradecer ao Governo Lula por me dar esta oportunidade de esfregar na cara dos petistas o quanto eles são hipócritas, votando aqui para blindar banco! Eu estou muito curioso para saber se a próxima defesa do Governo vai ser melhor do que a anterior, porque até agora não colou, até agora não convenceu ninguém. Até agora, o que eu estou vendo vai ser o painel com os banqueiros blindados, porque o PT deu voto e mobilizou sua base para blindar banqueiro. É isso que eu vou ver no painel.

Então, já coloquei aqui do PicPay, controlado pela J&F, dos irmãos Joesley e Wesley, bilionários de estimação do PT.

Tem também a Crefisa, e o INSS rompeu a sua ligação com a Crefisa em razão do roubo dos aposentados e também de venda casada. Tem que vir aqui, sim, a Sra. Leila prestar esclarecimentos. Qual que é o interesse do PT em blindar a Leila? Eu pensei que o Lula fosse corintiano. Acho curioso que tem instituição financeira que o PT quer blindar, que o Governo quer blindar, e outras eles deixam naturalmente.

Eu não tenho problema nenhum de chamar PicPay, de chamar Crefisa, de chamar Vorcaro... Estou doido para que o Vorcaro abra a boca, para que Parlamentares de diferentes espectros políticos acabem na cadeia.

Agora, parece que esse não é o mesmo interesse, essa mesma independência que eu tenho, essa mesma tranquilidade de alma que eu tenho, alguns Deputados da base do Governo não têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que os bancos que estariam ligados aos seus opositores políticos, aí eles querem convocar, eles querem investigar. Agora, os bancos de estimação deles, aí eles não querem, aí não pode mexer. Chamem todo banco de tudo quanto é lado, qual que é o problema? Qual que é o problema?

E mais um ponto, tá? Foi colocada no bloco também a instituição financeira ligada ao Zema – olha, o Governo vai votar a favor do Zema, hein? Só quero alertar que o Governo vai votar contra a quebra de sigilo da instituição financeira ligada ao Zema –, então, olha só que oportunidade maravilhosa que nós da oposição estamos tendo: mostrar que o PT protege bilionário, mostrar que o PT protege banqueiro e mostrar que o discurso, em prol do povo e contra as elites, é balela. Elite ruim para o PT é só elite que não coloca dinheiro no bolso deles.

Daí a nossa orientação "sim", Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Máquina japonesa de moer petista.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Por gentileza, pela parte do Governo, a última fala, Excelência, antes da votação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Deputado Orlando Silva.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Orlando Silva, com a palavra, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Bom dia ao Presidente, bom dia aos colegas, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Comissão Parlamentar de Inquérito, como todos nós sabemos, é uma das conquistas da democracia liberal e do funcionamento dos Parlamentos. Salvo engano, na época do Bismarck, na Alemanha do Bismarck, se iniciou experiências como esta: CPIs, que são instrumentos da minoria – é verdade –, tanto assim que o número de assinaturas para o seu requerimento não é majoritário em cada Casa, é minoritário, para permitir que as oposições possam funcionar, cumprir seu papel de fiscalização do Governo de turno.

Nós sabemos também que CPIs se dedicam a temas. Talvez este Congresso Nacional tenha vivido nos anos 70 uma das CPIs mais importantes da sua história, que se dedicou a estudar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação da ciência e tecnologia no Brasil. E dali se produziram muitas soluções que viraram leis, que viraram instituições e que deram passos adiante para sustentar o desenvolvimento nacional.

Por que eu faço essa referência à origem das CPIs, ao papel que as CPIs devem ter e ao sentido de que elas devem existir?

Eu compreendo que nós vivemos na sociedade do espetáculo. Eu compreendo que, em tempo de redes sociais, Parlamentares se manifestam mais em busca de *likes* do que em cumprir a missão constitucional que jurou – que era cumprir e fazer cumprir a Constituição –, que é buscar os melhores resultados para estruturar políticas públicas que atendam à necessidade da população.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem um objeto bem definido: uma investigação que deve ser feita para identificar criminosos que lesaram pensionistas e aposentados. Mas ao longo do tempo, o que eu observo? Eu observo que aqui se transformou apenas e simplesmente num palanque político – exclusivamente num palanque político. Eu me recordo de que, na primeira sessão da CPI, me chamou atenção o fato de que, na primeira sessão da CPI, quando nós abrimos os trabalhos de investigação desta CPI, já foi apresentada uma lista, para pedido de prisão, de 21 pessoas – na primeira sessão –, sem que a apuração sequer tivesse se desenvolvido, sem que as provas tivessem sido produzidas, para que tivéssemos consistência no requerimento que foi encaminhado ao Ministro que preside o inquérito.

Me parece que açodamento não ajuda; diversionismo ajuda menos ainda. Um colega Parlamentar há pouco falou: "Somente eu apresentei 400 requerimentos". Se...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – Se o padrão fosse cada Parlamentar apresentar 400, 500, mil requerimentos, quantos, mesmo, serão os requerimentos apreciados e votados aqui? Me parece mais uma tática diversionista, para, como num espetáculo, se apresentar como aquele que quer fazer uma apuração, mas, na verdade, quem faz requerimentos sem fundamento evidencia o desinteresse pela apuração. É muito sério. É muito sério e é necessário que nós apuremos a responsabilidade de cada instituição financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Eu quero ver, sentados nos bancos da CPI, CEOs e dirigentes de bancos e de instituições financeiras, mas, antes de esse requerimento ser votado, é necessário que nós conheçamos as informações, informações dos contratos, informações das reclamações, informações da apuração da Polícia Federal, para que nós possamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO SILVA (Bloco/PCdoB - SP) – ... de modo consistente e eficiente inquirir responsáveis de instituições financeiras; não apenas fazer jogo de cena.

Eu confesso que eu imaginava ouvir a voz, por exemplo, do Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição, nesta CPI. Por que eu imaginava ouvir a voz do Senador Rogerio Marinho? E eu estou falando o nome dele mesmo sabendo que ele vai pedir a palavra, art. 14, para se manifestar: "Fui atacado". Não, Senador Rogerio Marinho, não sairá da minha boca um ataque a V. Exa., é porque eu considero que o senhor é um homem responsável, um homem que tem história, um homem que, imagino eu, saiba o peso que tem o sistema financeiro para além da retórica presente aqui e do que representa a instabilidade num setor como esse.

Imaginava, confesso, uma voz de serenidade, uma palavra de serenidade sua; não veio, mas creio que seja necessário que haja responsabilidade e coerência. Por isso, não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Ele não desmentiu "Toyotas".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, o art. 14, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Ele não desmentiu "Toyotas".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não foi de uma forma desrespeitosa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De toda maneira, nós temos aqui uma regra que foi estabelecida entre nós de que todas as vezes que um Parlamentar for citado e pedir a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas pode ser depois da votação? Nós estamos em regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Com a...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas foi uma provocação até bem-vinda. Na verdade, eu acho que o art. 14 é bastante claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. quer fazer o uso da palavra?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Claro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por gentileza, cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... agradeço a V. Exa. Bom...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, por favor, Excelência. (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não são cinco, não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um minuto, Excelência. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Bota os cinco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu vou ser rápido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... me dê quatro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui discutindo uma situação que, para nós, eu acho que é importante que a opinião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

pública possa descortinar. Isso não pode ser feito apenas nos acordos, nas salas de ar refrigerado; isso tem que vir a público, sim.

E o fato é que há uma blindagem, por parte do Governo. Eu tenho dito, inclusive, que há um esforço muito grande daqueles que aqui estão representando o Governo para defender o indefensável. Eu tenho elogiado a disciplina, eu tenho elogiado o fato de que eles repetem um mantra, uma palavra de ordem, incessantemente porque têm dificuldade.

É evidente que a narrativa que querem pregar não tem nenhum sentido: como é que o Governo do Presidente Bolsonaro, que sempre combateu esse peleguismo sindical, poderia instalar, dentro da estrutura do INSS, uma condição, uma organização, para fraudar os aposentados em benefício de sindicatos, em benefício de associações picaretas. Então, isso não tem nenhum sentido, mas eles repetem aqui até exaustão.

Mas vamos falar aqui de bancos.

A segunda etapa da nossa Comissão, o senhor sabe, é público, é justamente nos debruçarmos, depois do desconto associativo, na questão dos consignados. O que a V. Exa. propõe, e o que eu disse ao Líder do Governo e a V. Exa. foi que nós estabelecêssemos inclusive a possibilidade de que esses bancos mandassem os seus representantes. Se fosse o caso, nem personalizarmos, mas V. Exa. está apresentando, e o Relator, um pedido de oitiva de bancos que lidam com o tema, e que poderão vir aqui, com a presunção da inocência, para nos esclarecer o que ocorreu, quais são os mecanismos, o que é que está por trás disso.

Quando se fala aqui de CPI, é bom lembrar que o Governo não assinou a CPI, e, é claro, é um instrumento de oposição. E, é claro, se tentou capturar essa CPI, elegendo um Presidente que, graças a Deus, não aconteceu, e um Relator que estariam afinados com o Governo, e, veja, nada disso teria acontecido. Das 21 prisões que V. Exa. ouviu aqui serem pedidas pelo Relator, 11, 10 ou 11 já aconteceram. Já aconteceram, com o voto, inclusive unânime, aqui dos nossos membros – todos estão aqui.

É importante colocar isso. Nós estamos discutindo aqui, por exemplo, a questão de requerimento sem fundamento. Vamos discutir daqui a pouco um requerimento que é claramente político, para tentar enxovalhar a honra de alguém, que é o requerimento feito contra o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Governador, uma convocação contra o Governador. Não se teve sequer a gentileza de transformar em convite, que nós todos votaríamos favoráveis, porque nós não queremos blindar ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, quando a gente fala que aponta o dedo para o cisco no olho do nosso vizinho, a gente tem que se lembrar que tem uma trave do tamanho do mundo no nosso olho. Há uma hipocrisia muito forte aqui nesse processo. Quando se apela aqui para que haja serenidade e se debruce sobre os temas que de fato interessam à sociedade... Porque quem nos assiste, Presidente, são os aposentados, são aqueles que foram logrados, são aqueles que querem que nós tenhamos um desfecho, para que aqueles que roubaram a Previdência sejam expostos.

Agora, Presidente, não dá para continuar esse processo de blindagem, isso é ruim para todos nós, não é apenas para o Governo, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... em especial para eles, mas para todos nós.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerradas as falas.

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação em bloco dos itens 149, 152, 153, 156 e 112.

Os que mantém os requerimentos votam "sim". Os que pedem a retirada votam "não".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – A Oposição orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, quem pediu pela ordem, Excelência?

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu pedi este momento, porque eu queria compartilhar e queria – com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., como Presidente desta CPI, num momento tenso – lamentar essa postura, não sei se é diretamente em V. Exa., mas, pelo menos nas redes sociais, que, num momento de articulação, de conversa de bancadas, para tratar dessa votação, a gente tenha esse tipo de divulgação, logicamente, com respeito...

Eu queria que pudesse filmar, não sei se é possível...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – É possível destacar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque o painel fica aberto, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito, mas eu queria então, Presidente, com muita preocupação, porque V. Excelência tem um papel de equilíbrio nesta CPMI....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – E queria lamentar aqui a postura, porque quando V. Exa. ou a sua assessoria de comunicação, neste momento de articulação, divulga um posicionamento parcial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... dizendo que direita e esquerda... A blindagem... Que nós estaríamos procedendo a um processo de blindagem, na sua página. Eu quero aqui deixar o meu desagravo, a minha preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O seu papel fundamental nesta CPMI é realmente apurar, mas não julgar e condenar e, muito menos, do ponto de vista parcial, classificar a posição do Governo, a posição da situação, como V. Exa. tem divulgado na rede social.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, me parece uma necessidade de equilíbrio na condução da CPMI, de isenção e uma transmissão para fora de que V. Exa. realmente conduz esta CPMI com equilíbrio e isenção.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, queria aqui pedir a V. Exa. que pudesse levar em conta a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já foi retirado, Excelência. Já foi retirado. Eu já mandei corrigir.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

Acho que não ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu agradeço e peço ao senhor que me desculpe...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas já foi retirado. Já determinei lá, imediatamente.

Senhores, vamos à votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA –Bloco/PSD - MA) – Parabéns, Presidente! Parabéns!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Hoje é a última...

Pessoal, façam silêncio, por favor, no plenário.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas é toda vez, pô.

Tem que ter educação enquanto tem Parlamentar falando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência, dê sequência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente, hoje é a última sessão do ano de 2025...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... uma sessão, inclusive, que poderia mudar completamente o rumo do início de 2026. E, agora, vamos, sem pragmatismo, de desinformação, falar o que é notório e está noticiado no Brasil, a começar por esta votação agora. E, como falou muito bem Kim Kataguiri, nós, da extrema direita, ou da direita, ou da oposição, somos acusados, vergonhosamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Somos acusados, diuturnamente, vergonhosamente, de defendermos os banqueiros.

E, hoje, a digital não é da esquerda. Eu não estou preocupado com a digital da esquerda; a esquerda eu já sei como vota; a esquerda a gente já sabe o que faz. O que está me preocupando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aqui hoje são os partidos de centro. Os partidos de centro votarem junto com o PT e com partidos de esquerda, hoje, me preocupam, porque nós estamos vivendo um momento muito calamitoso.

Olha só: filho do Lula recebia mesada de um dos maiores criminosos do INSS. E o que vai acontecer na próxima votação com os partidos de centro? Vão votar favoráveis ou vão votar contrários à convocação dele? Eu vou fazer um alerta, e eu não estou ameaçando, mas eu tenho compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu tenho um compromisso com o meu eleitor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu vou fazer um alerta de que estará exposto o nome de cada Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Para encerrar.

... cada Deputado que votar contra a convocação de banqueiros e a convocação do filho do Lula, que roubou, pegou dinheiro público, e também de Jorge Messias.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Que fique claro isso para o centro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrada a votação.

Já chegamos ao número máximo.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os requerimentos estão rejeitados.

Votaram 12 SIM; 19, NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nenhuma abstenção.

Próximo bloco para a votação.

Atenção.

Estão em votação os itens 1, 3, 4, 10, 11 a 19, 128 a 131, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 43, 113, 114, 124 a 127, 132 a 136, 137 a 140 e o 180. (*Pausa.*)

Me perdoem aqui. Eu vou ler, porque os itens 3 e 4 foram retirados. Esperem aí. (*Pausa.*)

Senhores, eu vou repetir porque há itens que foram destacados separadamente a pedido da oposição.

Estou colocando em bloco os itens 1, 10, 11, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 26, 28...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, de novo aconteceu aquela questão da leitura. É 11 a 18, não é 11 e 19. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Desculpe-me interromper, mas só para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Agradeço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, só um instantinho.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – E possível votar *online*?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou colocar em votação. Só um instante.

Eu vou repetir.

Secretaria, por favor, vamos ficar atentos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itens 1, 10, 11 a 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 43, 113, 114, 124 a 127, 132 a 136, 137 a 140 e o item 180.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 2756/2025

Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria operacional emergencial referente ao expressivo aumento da fila de espera para análise e concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 24/2025

Requer a quebra do sigilo telemático (institucional) do Sr. Marcelo Oliveira Panella, Chefe de Gabinete do Ex-Ministro da Previdência Social Carlos Lupi e Tesoureiro Nacional do PDT, entre janeiro de 2023 e maio de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 20/2025

Requer a quebra do sigilo telemático do Sr. Carlos Lupi, ex-ministro da Previdência Social, entre janeiro de 2023 e julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 126/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, no período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 294/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, abrangendo o período de janeiro de 2023 a julho de 2025.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 1187/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social, entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 1188/2025

Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Carlos Lupi, ex-Ministro da Previdência Social,

entre 1º de janeiro de 2023 e 26 de agosto de 2025.

Autoria: Senador Marcos Rogério

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 1861/2025

Requer a quebra do sigilo fiscal do Sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 1865/2025

Requer a quebra do sigilo telefônico do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 1867/2025

Requer a quebra do sigilo bancário do sr. Carlos Roberto Lupi, ex-ministro da previdência social, e, ainda, o envio, pelo COAF, de Relatório de Inteligência Financeira - RIF, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 2 de maio de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 2576/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 2610/2025

Requer a QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E FISCAL do senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, CPF nº 113.964.268-50, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT, referentes, respectivamente, ao período de 6 de fevereiro de 2023 a 23 de junho de 2025 e aos anos-calendário 2023 a 2025.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 2609/2025

Requera elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDGAR LENZI, CPF nº 014.722.399-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 2606/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EDSON ANTONIO LENZI FILHO, CPF nº 032.740.359-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 2873/2025

Requer a quebra de sigilo telemático do Senhor Roberta Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 2869/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da Senhora ROBERTA MOREIRA LUCHSINGER, CPF nº 066.040.366-85, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 10 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 2867/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da Senhora Roberta Moreira Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 15 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 2871/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 2870/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 2868/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo telemático do Senhor Leandro Fagner da Fonseca Alves, CPF nº 010.774.054-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 23 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 2858/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal de JERONIMO MIRANDA NETTO, CPF nº 377.746.899-15, responsável pela Federação Interestadual dos

Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 2848/2025

Requer o envio de Relatório de Inteligência Financeira - RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, CNPJ nº 12.675.296/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 27 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 113

REQUERIMENTO Nº 2740/2025

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, CNPJ nº 33.683.202/0001-34, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 1º de novembro de 2025.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 114

REQUERIMENTO Nº 2739/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) da empresa CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES, CNPJ nº 33.683.202/0001-34,referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Autoria: Senador Rogerio Marinho

1ª PARTE

ITEM 124

REQUERIMENTO Nº 2611/2025

Requer que seja CONVOCADO para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI o senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, Coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia da Informação do PT.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

1ª PARTE

ITEM 125

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2586/2025

Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, Coordenador do Setorial Nacional de Ciência e Tecnologia/ TI do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 126

REQUERIMENTO Nº 2585/2025

Requer a convocação do Senhor RICARDO BIMBO TROCCOLI, coordenador do Setorial de Ciência e Tecnologia do PT, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 127

REQUERIMENTO Nº 2581/2025

Requer a convocação do Senhor Ricardo Bimbo, coordenador do Setorial Nacional de Tecnologia e Informação do Partido dos Trabalhadores (PT), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 132

REQUERIMENTO Nº 2045/2025

Requer a convocação do Sr. Swedenberger Barbosa, Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidência da República.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 133

REQUERIMENTO Nº 2519/2025

Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 134

REQUERIMENTO Nº 1899/2025

Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 135

REQUERIMENTO Nº 1866/2025

Requer a convocação do sr. Adroaldo da Cunha Portal, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 136

REQUERIMENTO Nº 1726/2025

Requer a convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, jornalista.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 137

REQUERIMENTO Nº 2865/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da Senhora Roberta Luchsinger, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 138

REQUERIMENTO Nº 2047/2025

Requer a convocação da Sra. Roberta Moreira Luchsinger, empresária.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 139

REQUERIMENTO Nº 2024/2025

Requer a convocação da Sra. Roberta Luchsinger, empresária.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ITEM 140

REQUERIMENTO Nº 1606/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação da senhora Roberta Moreira Luchsinger, empresária.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 180

REQUERIMENTO Nº 2872/2025

Requer a convocação do Senhor Leandro Fonseca, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

Determino à Secretaria que abra a votação.

Os que votam a favor da manutenção votam "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas, Presidente, não tem primeiro a discussão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vota "não".

A gente vai debatendo, vai debatendo durante a votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não é primeiro a discussão? Como V. Exa fez anteriormente: primeiro a gente discutiu, depois subiu o painel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não. Está bem, vamos à discussão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, pode ir debatendo durante a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, dá muito tumulto. É melhor nós abrimos para defender e colocar logo. Dessa vez o Governo abre. A Oposição abriu; agora, o Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem destaca é que vota...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Marinho, qual... Você fala primeiro? Quem da Oposição falará?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Da vez passada nós começamos, agora o Governo. Só para alternar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É regimental. Quem destaca, vota depois.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, tudo bem. Vai ser sempre assim?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Desde o direito romano.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Não é regimental, não, Excelência. Não é regimental, não. Aqui a Presidência vai definir esse rito. Não é regimental.

Então, eu dou a palavra ao Governo, por cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Alfredo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Excelência. Quem o senhor determina?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, por favor, cinco minutos para o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Governo orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vai defender a retirada dos requerimentos, Excelência, não? Nós estamos na fase de defesa do requerimento, só isso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, estou orientando o voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então...

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone*.) – Não tem argumento...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu estou abrindo a fala para a defesa ou contradição sobre os requerimentos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Duas. Cada lado tem duas, cinco minutos de fala cada um.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – É o voto em termos de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor não quer falar?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, nós estamos no encaminhamento das votações.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – São cinco minutos eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos duas pessoas, cinco minutos duas pessoas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... cada um dos lados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bom. Então eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esses requerimentos – isso é um conjunto de requerimentos –estão fora do escopo da investigação da CPI. Não há nenhum nexo com relação a desconto associativo, não há nenhum nexo com relação a questões que são objeto da investigação da CPI. Vários desses requerimentos têm claramente o objetivo de estabelecer uma forma de tirar atenção daquilo que é o central.

E aquilo que é o central a população já sabe. Nós precisamos aqui na Comissão, Presidente, investigar quem são os responsáveis por esse roubo bilionário de que os nossos aposentados, aposentadas e pensionistas foram vítimas.

Nós já sabemos que esse esquema criminoso ganha uma dimensão industrial a partir de 2021. Já conseguimos identificar grande parte dos servidores corruptos que contribuíram para que esse crime pudesse acontecer. Já conseguimos identificar boa parte dos supostos empresários – que, na realidade, nunca foram empresários –, jovens bilionários, presidentes de associação de aposentados que roubaram centenas de milhões dos aposentados e pensionistas. Mas precisamos avançar, não é, Presidente? Porque nós sabemos que o decreto, as normas que foram alteradas dentro do INSS e do Ministério da Previdência durante o Governo Bolsonaro é que permitiram que esse roubo acontecesse. E nós temos que saber quem são os agentes públicos. Sabemos do decreto assinado pelo Paulo Guedes, pelo Onyx, pelo Bolsonaro. Sabemos de todas as alterações que foram feitas, inclusive, Sr. Presidente, às vésperas da eleição, para poder cobrar do BPC – até do BPC, Presidente! –, eles estabeleceram o consignado, mas a investigação está andando bem.

E nós não vamos desviar o foco dessa investigação. Nós temos clareza de qual é o nosso objetivo, qual é a nossa responsabilidade. E tudo aquilo que estiver em sintonia com o objetivo desta Comissão vai ter o nosso voto favorável. Naquilo que estiver em desacordo, nós vamos votar de forma contrária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

Senador Rogerio Marinho, quem o senhor determina?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator Alfredo Gaspar, por cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que é responsável pela maioria desses pedidos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro quero prestar solidariedade a V. Exa. pelo equilíbrio e pela honra na condução desses trabalhos. O senhor orgulha Minas e orgulha o Brasil.

Segundo, Sr. Presidente, hoje me parece o dia da infâmia nesta CPMI. Eu... Como muitos aqui, praticamente todos temos lado, sim.

Nós temos preferências políticas, mas o que nós não podemos ter é preferência por bandido. Isso nós não podemos ter! Concordo plenamente com meu antecessor: chega de buscar votar requerimentos sem fundamento; requerimento sem fundamento tem que ser rejeitado!

Mas que vergonha: nós rejeitamos aqui o Santander, quase campeão na lista de reclamações de consignados de aposentados e pensionistas. Foi protegido aqui também o PicPay – o PicPay –, que o próprio INSS suspendeu por estar metendo a mão no dinheiro do povo mais sofrido. Aqui também foi protegido, minha gente – que vergonha –, o C6, um dos campeões em reclamações de consignados, ou seja, isso é um dia da infâmia. Tem gente protegendo o sistema financeiro. Vergonha! É agora que nós vemos quem está ao lado do povo ou não, essa é a verdade.

E não foi uma discussão da cabeça do Relator, foram a Senacon e o Banco Central que mandaram para cá. Aqui não se escolhe na relatoria a quem investigar. Essa proteção eu espero que a Polícia Federal não faça. Polícia Federal, cumpra o seu papel! Lugar de quem rouba aposentado é na cadeia, inclusive, se for do sistema financeiro, tem que ter um olhar especial.

Mas aqui está se votando em bloco. E quem se quer proteger? Por exemplo, Ricardo Bimbo recebeu 11 milhões das associações de Sergipe, duas associações bandidas, Acolher e Universo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E quem é Ricardo Bimbo? Secretário Nacional – do PT – de Tecnologia. Vamos dar nome aos bois!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem se quer proteger? Roberta Luchsinger. Quem é? Foi ela que trouxe Lulinha para dentro do problema, juntamente com a Sra. Danielle Fonteles. Isso é uma vergonha!

Quem se quer proteger? Edson Lenzi. Outra vergonha! Nós temos que mostrar quem está mentindo, quem está protegendo; pouco importa se é o filho do Presidente da República ou não. Chega de impunidade! Esse Brasil não aguenta mais.

Eu fui procurado, sim, pelos bancos, mas eu disse aos bancos: "Eu sou um homem de palavra, eu faço entre quatro paredes o que eu faço publicamente". Nós escolhemos um lugar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O lugar é ao lado dos aposentados e pensionistas.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O que os bancos falaram?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Chega de proteção, chega de proteção!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O que os bancos falaram?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os bancos falaram que não queriam vir depor e queriam aqui pedir voto para não virem depor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu disse que da minha parte eu iria honrar com o meu compromisso com o povo alagoano e o povo brasileiro. Para mim pouco importa se é CEO de banco poderoso. Aqui é local de esclarecimento. Portanto, para mim é uma vergonha essa blindagem.

A outra vergonha é deixar um cidadão que recebeu 11 milhões de aposentados e pensionistas, roubados do povo brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... chamado Ricardo Bimbo, que está nessa relação aqui, como tem outros na relação, como a Roberta Luchsinger, protegida, e o povo brasileiro, passando fome e necessidade, e vendo aqui aqueles que roubaram dinheiro do povo mais sofrido sendo protegidos. Essa vergonha tem que ser exposta.

Por isso, é "sim".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Pelo Governo, cinco minutos.

Quem o senhor destaca?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Deputado Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Deputado Alencar com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... tenho dito, desde o início dos trabalhos, que nós temos que pensar no objetivo e no resultado final do parecer a ser apresentado. Nós não podemos viver de pequenos capítulos, dar uma sensação de que o trabalho está sendo efetivo e, lá na frente, a gente não concluir da maneira adequada, correta e revelar, com muita clareza, com muita prova e robustez, quem de fato roubou e quem eram os verdadeiros sócios ocultos dessa quadrilha que roubou milhões de brasileiros e brasileiras. Acho que esse tem que ser o propósito final da CPMI.

Aqui me estranha o Relator, que, no dia da prisão de algumas pessoas, na última operação da Polícia Federal, deu aqui de maneira pública... Ele avisou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, é mentira.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente ... O que é isso, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Fica nervoso, não, Relator. Está em público, está em vídeo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O senhor vai permitir isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. também no início fez a mesma intervenção.

Pode continuar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção, por favor. Por favor.

Mais um minuto para o Deputado Alencar.

Com a palavra, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E aí foi dito, em público, que o foragido da Conafer, Presidente, estava em determinado local. E cadê ele? Aí falaram que ele ia ser preso em breve, que ia se entregar, e até agora está foragido. Talvez tenha ido para os Estados Unidos lá encontrar o Bananinha. Pode ser o Ramagem, porque ele sabe que o destino final dele é na cadeia como está o Bolsonaro e como seus filhos golpistas também irão, assim como outros.

Então, por favor, comentarista de plantão, fique na sua. Papagaio de pirata, fique na sua. Se quiser, se inscreva e fale.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores. Por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então, Presidente... Aliás...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Aliás, o Relator avisou o caso da Conafer, lembrando que aqui tem um chofer da Conafer.

Se a gente ficar aqui aprovando requerimentos vários, diversos, saindo do foco, nós não vamos chegar ao resultado adequado ao final dos trabalhos da CPMI. Tem muita coisa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aprofundar em relação às entidades criminosas que roubaram os aposentados e pensionistas do país; também a relação dos servidores do INSS, que ali montaram um grupo que transpassou gestões, roubou e ajudou, permitiu que essas entidades entrassem; diretores de benefícios, ex-presidentes e outros servidores em cargos estratégicos que ali permitiram que, nessa fraude, nesse roubo, essa quadrilha agisse dessa maneira aliciando pessoas.

Nós temos que pegar os responsáveis pelas empresas laranjas utilizadas para lavar esse dinheiro. Agora, nós temos que pegar também quem foi o beneficiário final desse dinheiro, os beneficiários finais desse dinheiro. Aonde chegou lá na ponta? Quais são as figuras, como o ex-Ministro Onix, que recebeu uma doação, que foi Ministro da Previdência e ali nomeou algumas pessoas naquele processo?

Presidente, peça para os papagaios de pirata...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Essa turma não fala, essa turma não pede a palavra, fica tentando aparecer para a rede deles e não quer investigar.

Então, desde o início, nós falamos e estamos trabalhando dessa maneira.

E a investigação continua por parte da Polícia Federal, diferentemente da Polícia Federal do Governo anterior, que arquivou, mesmo o servidor público ali dizendo que foi ameaçado de morte, porque ele estava impedindo que novas empresas entrassem. Essa Polícia Federal do Governo Lula investigou de maneira independente, autônoma; da mesma maneira, agiu assim a AGU, a CGU.

Então, não adianta a gente criar diversão, não adianta a gente querer criar fumaça para todo mundo tirar atenção do essencial, porque nós temos aqui... nós vamos ter os meses de fevereiro e março para a gente poder aprofundar a investigação, ouvindo figuras do INSS e de empresários que roubaram e que ainda não foram ouvidos, para que a gente possa chegar e extrair a verdade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – O que interessa às pessoas lesadas, roubadas é a verdade, e é nela que nós temos que chegar.

Então, nós temos muita responsabilidade conosco, que estamos aqui nesta CPMI, mas em especial com o povo brasileiro, que espera uma resposta de nós.

Então, não adianta agora a gente querer criar, no meio do jogo, outros objetos, outras temáticas que não focam o principal. Parece a vocês, meu amigo e minha amiga que estão nos acompanhando, que eles querem com isso investigar, mas na verdade vão atrapalhar a investigação, porque a turma do Governo Bolsonaro está com muito medo de mais gente ir para a cadeia, no mesmo lugar em que o líder do golpe está. E podem ter certeza de que eles ainda irão também pagar pelos crimes que cometeram contra os senhores e as senhoras que foram lesados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Ninguém vai devolver os 300 mil?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho, quem V. Exa. indica, por cinco minutos, para encerrar?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir a V. Exa. e mais em especial aos nossos pares, que daqui a pouco irão votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não está fazendo bem a esta Comissão que tenhamos que nos debruçar sobre requerimentos – e, pelos mais variados motivos, muitos deles que não têm a ver com a realidade, não têm conexão com os fatos que estão sendo expostos aqui – e nós simplesmente evitarmos que essas pessoas venham a esta Comissão, tenham seus sigilos quebrados, porque o argumento principal é que está fora do escopo, que essas pessoas nada têm a ver com o processo que nós estamos tratando.

Nós estamos falando, por exemplo, do Sr. Leandro – o Sr. Leandro Fonseca esteve naquela famosa foto que foi exibida aqui, por diversas vezes, naquela reunião onde o Careca estava, acho que em janeiro de 2023 –, e esse cidadão, trinta dias depois, recebe R$50 mil na sua conta – isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

foi revelado pelo RIF, pela quebra do sigilo. E o Governo quer impedir que esse cidadão venha a esta Comissão prestar esclarecimentos.

Nós estamos falando aqui do Bimbo, que é o cidadão que recebeu, através de umas empresas do Careca, de umas empresas ligadas ao pessoal do Sergipe, R$11 milhões. E qual é a relação desse cidadão? O recurso é oriundo de descontos associativos, e ele já prestava um serviço anteriormente ao Partido dos Trabalhadores. Tudo se conecta.

Há a questão da Sra. Roberta Luchsinger, que também esteve diversas vezes acompanhando o Sr. Camilo em encontros, em ministérios ligados a este Governo. E é uma pessoa que, ao que consta, está dentro desse processo, porque os recursos que foram aplicados nessa ação são oriundos dos descontos associativos.

Mas eu fiz aqui uma relação rápida, são mais de 30 requerimentos, não vou nem me deter sobre todos eles, mas o mais importante é o padrão, Sr. Presidente. Veja que, de repente, se fala aqui: "Ah, porque o Ministro Onyx recebeu o dinheiro". Foi um dinheiro que ele recebeu dentro da sua campanha, e o cidadão que fez a doação registrou essa doação; ao contrário dos 50 mil que esse assessor que estava na reunião, que era ligado ao pai do atual Ministro, recebeu de maneira graciosa, sem nenhum registro. Por que ele recebeu esse dinheiro? Qual foi a motivação de participar da reunião e receber um jetom de R$50 mil? É inexplicável. E por que ele estava nesta reunião? O que ele estava fazendo lá? Já que, formalmente, o único vínculo que ele tinha era com o pai do atual Ministro.

E, vejam, nós representamos contra a questão que ocorreu na semana passada, que foi publicizada, que foi aquela licitação de cento e trinta e tantos milhões de reais, de 135, de um cidadão que é de Caruaru, da terra do pai do Ministro, e que, coincidentemente, no dia do pregão, estava no ministério de 10h da manhã às 5h da tarde, e esteve na agenda pública do Ministro com ele. Então, são as pedras desse tabuleiro que estão se encaixando.

Aí se fala: "Ah, o Bolsonaro está preso". Não se diz que o Bolsonaro está preso, porque nada tem a ver com isso aqui, por um crime político. E já que a gente vai tratar de prisão, o ex-Presidente Lula foi preso por corrupção passiva e por lavagem de dinheiro. Então, são situações que, necessariamente, deveriam ser deixadas de lado nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente quer saber, realmente, e a blindagem está nos impedindo, é que nós tenhamos um desenho, uma nitidez sobre o que está ocorrendo. Então, eu faço um apelo aos Srs. Deputados e Senadores, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... independente do partido político, da posição que eles têm, da missão que eles têm que cumprir – e respeito isso, faz parte da política –, que eles entendam que a gente precisa dar satisfação aos brasileiros, principalmente aqueles que foram lesados, roubados, espoliados, enganados, e agora servem como se fosse uma massa de manobra numa narrativa política de que este Governo descobriu o roubo, é mentira, de que este Governo combateu o roubo, é mentira, e de que este Governo está devolvendo o dinheiro, como se o dinheiro fosse deles. Então, isso precisa ficar claro para quem está nos assistindo, para quem está nos vendo neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós orientamos e solicitamos aos nossos pares que votem favorável para que esses requerimentos sejam aceitos e as quebras e convocações ocorram.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Coloco em votação, em bloco...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Oriento o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... os itens 1, 10, 11 a 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 43, 113, 114, 124 a 127, 132 a 136, 137 a 140, e o item 180.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como encaminha, Líder Paulo Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – Encaminho o voto "não", Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como encaminha, Líder Rogerio Marinho?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para orientar a bancada.) – O voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aberta a votação, Srs. Parlamentares.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Presidente, posso falar pela ordem agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cabo Gilberto, pela ordem, dois minutos.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Pela ordem.) – Srs. Parlamentares, eu fico questionando, Sr. Presidente, com todo o respeito aos Senadores...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Ele não é da Comissão, não.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – ... com todo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Não é da Comissão, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, mas as pessoas que não são membras podem falar...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Se o senhor olhar ali, de Deputados – bloco, quem não era para estar ali era o senhor, que está no bloco do centrão ali, ó.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Cabo, por gentileza. Dois minutos, por gentileza.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Tá. Volta um tempinho, por favor, que ele me atrapalhou, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Srs. Parlamentares, eu faço o questionamento, Sr. Presidente, a V. Exa., que é Senador da República, a todos os Senadores, a todos os Deputados. Isso é com todo o respeito. Com as decisões recentes, Sr. Presidente, a população está nos questionando, na rede social de V. Exa. e dos Parlamentares aqui, de todos, sem exceção, perguntando, Sr. Presidente: para que Deputado? Para que Senador? Muita gente falando na imprensa, muita gente falando nas redes sociais, com entrevistas: "Eu vou jogar meu título fora".

O que o Ministro Gilmar Mendes fez ontem, Presidente, é de uma gravidade jamais vista na história da República Federativa do Brasil, desde a Independência, em 1822. O Ministro rasgou uma lei de 75 anos. O Ministro rasgou o poder do Senado Federal, estipulado no art. 52 da Carta Magna.

E a gente vai ficar passivo até quando? Eu sei que os Senadores falaram ontem, eu sei que os Deputados falaram nas redes sociais, mas só falar não basta. Temos que fazer algo. A Câmara dos Deputados está sendo omissa, porque não votou a PEC 8 ainda, com relação às decisões monocráticas, principalmente quando interferem no Poder Legislativo, que é o poder que emana do povo através do voto popular, Sr. Presidente.

Então, eu pergunto aqui aos senhores, fazendo parte aqui da Comissão, na data de hoje, a última sessão do ano, para que possamos fazer uma reflexão e votarmos urgentemente medidas para que possamos restabelecer o equilíbrio entre os Poderes. Hoje, Sr. Presidente, até os Parlamentares de esquerda, que eu conversei com vários – e eles não falam abertamente porque não podem, porque o STF está favorecendo a narrativa deles –, eles dizem que há exagero. A grande imprensa brasileira hoje está vendo que há exagero.

Tarde demais, Sr. Presidente. As ditaduras chegam, a gente só não sabe quando elas saem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrada a votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Só pode votar... Presidente, só pode votar *online* quem registrou presença aqui, na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – É porque eu estou aqui desde as seis da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, quem registrou presença pode votar *online*, quem não registrou...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Sei.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma! Tudo bem, Deputado Bruno, vou dar o tempo para que V. Exa. possa votar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Mas a minha pergunta é a seguinte...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas, Presidente, abriu o resultado já.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Mas a minha pergunta é a seguinte, Presidente... É que eu estou aqui desde as seis da manhã e eu não vi o Senador Jaques Wagner ali. Como é que ele pode ter votado?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Deputado Bruno, V. Exa. pode declarar o voto abertamente, por favor, que eu peço à Secretaria para constar nas atas o seu voto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Registe meu voto "sim", Presidente, porque eu falei, e não deu para votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tá, pois não.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Deputado Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cabo Gilberto. Determino à Secretaria o registro do voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Bruno.

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG. *Fora do microfone*.) – "Não."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Bruno, voto "não".

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Portanto, estão rejeitados os requerimentos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu não entendi. Após a declaração do término da votação, aí houve a inserção para quem votou depois?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu posso colocar, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas após V. Exa. ter declarado o encerramento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De toda maneira... Pode, pode. Não conta no placar, mas registra na ata, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está rejeitado de qualquer maneira. Estão rejeitados.

Votação dos itens destacados: 3 e 4, 19, 128, 129, 130 e 131.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 2721/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 2722/2025

Requer que sejam prestadas, pelo CEO da LATAM BRASIL, Jerome Cadier, informações sobre as listas completas dos passageiros do voo JJ 8148, com origem Guarulhos (GRU) e destino Lisboa (LIS), da companhia aerea LATAM, nos dias 05, 06, 07, 08, 09 e 10 de novembro de 2024.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 2566/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 128

REQUERIMENTO Nº 2077/2025

Requer a convocação da sra. Danielle Miranda Fonteles, publicitária e ex-proprietária da Pepper Comunicação Interativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Beto Pereira

1ª PARTE

ITEM 129

REQUERIMENTO Nº 2072/2025

Requer a convocação da Sra. Danielle Miranda Fonteles, ex-publicitária do PT.

Autoria: Deputado Carlos Jordy

1ª PARTE

ITEM 130

REQUERIMENTO Nº 2066/2025

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 131

REQUERIMENTO Nº 2064/2025

Requer a convocação da Senhora Danielle Miranda Fonteles, responsável pela Pepper Comunicação Interativa.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

Vou repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itens destacados separadamente: 3, 4, 19...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

Desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone*.) – É sobre a votação. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho, Presidente. Pela ordem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Nós tivemos, pelo painel, dois Deputados suplentes que votaram. Isso, no bloco de Deputados, porque o Deputado Duarte não votou, e o Deputado Albuquerque não votou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Certo.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Só que os votos foram ditos aqui. Deu 32 votos. Mas V. Exa. não conta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Então? Então, tem... Se deu 17 a 15...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Mas deu 16 a 14.

Agora, por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas foi rejeitado de qualquer maneira, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Por isso, Presidente, que eu peço...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vai constar o que está no painel e na secretaria, os votos dos Parlamentares separados, mas os requerimentos foram rejeitados.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É que, Presidente, se o titular votou, no caso do Bruno, o voto do suplente não pode ser computado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Correto?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Por isso, Sr. Presidente, que, depois que V. Exa. anunciou o resultado da votação, não poderia ter esse tipo de cessão. Olha aí...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, a votação de suplente sempre foi feita...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Depois que ele declarou o encerramento da votação, não poderia ter esse tipo de cessão, porque gera essa confusão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas tudo bem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu só vou pedir para esperar todo mundo votar, na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Na próxima.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – A gente pode registrar a intenção que votaria, não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na próxima, antes de encerrar a votação, e eu vou dar mais tempo, para que possam colocar. O.k.?

Estão em votação...

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vão ser votados os itens 3 e 4, 19, 128, 129...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê a listagem, Excelência?

Deputada Adriana Ventura, cadê a listagem de V. Exa.? Dos votos, dos itens...

Peça à sua assessoria para providenciar para a senhora.

Pois não. (*Pausa.*)

Estão no computador também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor quer que vote separado, Excelência? Então, última forma.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Combinaram que iriam votar os dois juntos, num bloco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não...

Desse até nós não tivemos um acordo definitivo.

Vou seguir aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, vamos votar o que nós tínhamos combinado, depois se votam esses que entraram depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas esses que entraram agora são os últimos, Excelência. Os demais todos já estão votados.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Líder Pimenta estava aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... e aceitou a...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... tem que votar os que nós destacamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não... São os primeiros que o senhor quer?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É, votar antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tudo bem. Não vejo problema algum.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí a ordem, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tudo bem. Farei a votação.

Vou colocar em votação...

Só um minutinho... Vamos recomeçar, para não ter dúvidas.

Coloco em votação o item 167, convocação do Governador Zema para esta CPMI.

Antes de iniciar as palavras e a votação, eu quero citar aqui ofício enviado pelo Governador Romeu Zema a esta CPMI, com os seguintes termos: "O Governador não participa, desde 2018, da administração da Zema Crédito, Financiamento e Investimento S.A. O período do pedido de RIF apresentado perante a Comissão, Requerimento 2.744, abrange a gestão de diretores estatutários sem vínculo familiar com o peticionário. Não tem esclarecimentos acerca das atividades da Zema Crédito, os quais podem e devem ser prestados pela diretoria da companhia".

São os termos da carta enviada pelo Sr. Governador Romeu Zema, que também é minoritário... Está colocado aqui.

Abro a palavra ao Governo, por cinco minutos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Ao Governo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpem-me.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Ao Governo, é, Pimenta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora sim! O Governo a partir de janeiro de 2027, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Abro a palavra ao Líder da Oposição, Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Cronologicamente...

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É o senhor ou a Adriana que vai falar, Excelência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Você quer começar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Deputado Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para encaminhar.) – Presidente, obrigada.

Eu gostaria de começar, assim, mostrando o meu... Acho uma descortesia, não posso deixar de falar isso, porque a gente sempre primou pela transparência. Esse é o lema do meu mandato, é o lema do Novo. Então... E o Governador Romeu Zema, inclusive, o estado dele, pela Controladoria-Geral da União, é o estado mais transparente do Brasil. Então, primeiro eu quero expressar minha indignação pela descortesia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir silêncio, por favor.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A gente foi cortês com tantos bandidos aqui, que vieram a convite, agora com o Governador... Eu mandei para a V. Exa., inclusive, a decisão aqui do STF, da Rosa Weber, falando justamente que Chefe de Poder Executivo tem prerrogativas, mas, como eu disse, como o Novo é muito a favor de transparência, ele viria de livre acesso. Então, isso, primeiro, foi descortês; dá para ver que é uma política rasteira – rasteira –, digna de um estado em que o Governador faz uma excelente política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando aqui, nós queremos muito que o Governador Zema venha, sabe por quê? Para mostrar a roubalheira do Governo anterior do PT, do Pimentel, que descontou 1 bilhão – 1 bilhão – de servidores, em consignados, e depois colocou esses servidores no Serasa e no SPC. A gente quer muito que o Governador Zema venha para mostrar como é que se faz política, para mostrar como é que faz o estado ser mais transparente.

Ele se colocou à disposição para ser convidado e para vir aqui, e virá com o máximo prazer. A gente quer transparência, e é por isso, inclusive, que a gente vota a favor. Agora, eu quero ver aqui, o pessoal aqui de trás, que quer fazer uma cortina de fumaça para esconder o roubo dos aposentados, que foi o PT que fez.

Deixe-me deixar claro, para mostrar que essa convocação é uma baixaria, para esconder isso daqui, Presidente, para esconder a vergonha do filho do Presidente da República, Lulinha, que recebe R$300 mil de mesada do Careca do INSS... Uma vergonha, uma coisa que envergonha qualquer um. Lulinha está envolvido até o pescoço nessa CPMI, tanto assim que fugiu para a Espanha. Fugiu, é um foragido o filho do Presidente. Uma vergonha. É por isso que estão tentando blindar a vinda do Lulinha aqui. Blindaram o Edson Claro, blindaram todos.

Agora, eu faço questão, depois, de ler quem votou contra todas as convocações anteriores. Eu vou ler nome a nome, porque estão blindando o bandido, é isso que estão fazendo. Então, o povo que vem aqui só para passar pano, passa pano em bandido...

E todo o Brasil sabe que o filho do Presidente da República recebe mesada de operador do INSS e fugiu para a Espanha. O Brasil está vendo esse espetáculo horroroso de novo, o Brasil está vendo que eles estão blindando todo mundo.

Agora chegam e querem colocar o quê? O Governador Zema. O Governador Zema, que não tem nada a esconder, Governador Zema que é do estado, que mostra que Minas Gerais é o estado mais transparente; o Governador Zema, que não deve nada e vem aqui, e, de livre e espontânea vontade, ele tinha se colocado à disposição.

O Novo quer transparência. A gente vai votar a favor da convocação de qualquer pessoa aqui, qualquer pessoa, porque ninguém tem bandidinho de estimação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

E para os colegas que votaram para não convocar todo o bloco anterior, o Brasil sabe quem blinda quem.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O Brasil agora sabe, e os nomes de vocês vão estar estampados em todos os lugares, mostrando que o que vocês querem é blindar bandido.

Todos os caminhos levam ao PT, todos os caminhos levam ao Lulinha.

Agora, é com vocês, gente. Agora eu quero ver, na próxima, depois disso daqui, de todo mundo que fala que o Governo Lula resolveu, eu quero saber se vocês vão blindar os R$300 mil da mesada do Careca do INSS, que dava para o filho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente, eu aqui quero falar que nós queremos que o Zema venha para mostrar a roubalheira do Estado de Minas Gerais, ele que ganha, ele que é pré-candidato à Presidência, com muita honra, ganha do Governador Lula no Estado de Minas Gerais.

Nós votaremos "sim" a essa convocação – "sim" a essa convocação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo lado do Governo, Excelência, quem o senhor destaca?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, quero agradecer, então, o voto também dos membros do Partido Novo. Espero que todos aqui também, da oposição, votem a favor, então, do requerimento, o que já foi anunciado pela Deputada.

Então, eu quero – eu quero apenas – reforçar o voto "sim", para que o Governador Zema venha aqui, e quero explicar os motivos. Não há nenhuma perseguição política. Eu acho que perseguição política é o que tem sido feito aqui com o irmão do Lula, o filho do Lula, e, agora mesmo chamam, viúva do Lula. Isso é perseguição política. Não tem nada a ver um assunto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

o outro em relação ao INSS, em relação ao consignado, e querem chamar apenas politicamente. Disso nós estamos vendo vários exemplos. É o que, infelizmente, a oposição está fazendo aqui: está desvirtuando o assunto da CPMI para virar um assunto político. Isso eu realmente não faço, por isso o requerimento que fiz foi para convocar alguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... que está exatamente dentro do escopo da CPMI e vou mostrar por que nesse tempo que eu tenho.

O Governador Romeu Zema saiu... Aliás, ele enviou um ofício pedindo para não vir. O Presidente leu aí. O Governador Zema está com medo de vir, já pediu para não vir, mas, como os próprios Deputados e Deputadas vão votar a favorável, eu fico mais tranquilo.

Por que ele precisa vir? Ele disse que saiu da financeira Zema, que é a financeira da família dele, em 2018; é verdade, em 22/10/2018, depois das eleições. É claro! Ele não poderia ser dessa financeira para estar no Governo do Estado; por isso ele saiu. Mas eu queria dizer a vocês que ele ainda mantém 16,41% das ações; o pai dele, 51% das ações; o irmão dele, Romero Zema – o pai é o Ricardo Zema – , 16,41%; e a Luciana Zema, que é a irmã, 16,18%. Se vocês somarem, 100% é da família Zema. Me parece aquelas empresas... Esse aqui é o Zema, ó! Me parece aquelas empresas, Relator, que o senhor faz ali e coloca parente não sei o quê, irmão não sei o quê, irmã não sei o quê, filho não sei o quê. Aqui é o Zema com a financeira dele.

Presidente, quando chegou, também, exatamente nessa data de 2018, quando ele saiu da financeira, foi quando ele recebeu do Governo Bolsonaro a tarefa de fazer com consignados do BPC, os mais pobres de Minas Gerais – este Zema aqui ó! –, e também do Auxílio Brasil, para que passassem a ter consignados dessa financeira, de que a família tem 100% das ações e ele era o Diretor Presidente. Ele saiu exatamente, Presidente, para poder ficar, depois das eleições, livre disso, mas, quando foram quatro anos depois, estava ele ainda, evidentemente, dentro da Financeira Zema, onde 100% são da família dele, fazendo consignados. O que tem de reclamação de consignados! É importante.

Será que foi ele que negociou esse ACT? É isso que nós queremos saber. Quem negociou com a Financeira Zema? São só 11 financeiras, além da Caixa Econômica. Quem colocou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Financeira Zema lá? Isso a gente quer saber, não pode blindar, fazer blindagem disso, assim como não pode blindar várias outras financeiras que estão servindo de lavagem de dinheiro. Essa é uma delas, eu desconfio, e tem elementos para isso. Quando o Governador Zema vier, nós faremos...

Infelizmente, entrou aqui não quebrar o sigilo da financeira por uma artimanha que o Senador Líder da Oposição fez para incluir o Zema na blindagem – que ele fala que era blindagem. Aí ele incluiu o Zema lá dentro, exatamente para não quebrar, porque ele fala que é blindagem. Então, veja bem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Tem ainda várias outras, como Clava Forte Bank, WG Bank, BVK Invest, OBM Bank, Master, Rende Bank... São todas financeiras pequenas que estavam a serviço das entidades que roubavam dinheiro dos aposentados.

Então, este Zema aqui... Por isso é que ele está tremendo de medo de vir, por isso é que ele escreveu um ofício para poder não vir – está aí com a V. Exa. – pedindo aos advogados dele que não viesse. Eu pediria a V. Exa. que cuidasse bem da convocação. Nós precisamos aprovar a convocação do Zema. Não é possível ficar blindando pessoas que faziam desconto de BPC e de Auxílio Brasil em véspera de eleição. Foram 9 bilhões! Quero saber quantos foram da Financeira Zema, lá em Minas Gerais, mas deve ter ficado próximo, Presidente, de R$1 bilhão, pelo menos, da Financeira Zema, pois, hoje – e aqui eu termino –, para o senhor ter uma ideia, ainda 34% do que existe na financeira são de crédito consignado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Pela Oposição, segunda fala, Senador Rogerio Marinho, cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu estava tentando extrair alguma – como é que eu posso dizer? – coerência no que ouvi, mas é tão confuso, tão contraditório, que eu preciso esclarecer a quem está nos acompanhando o que aconteceu agora. Eu pedi o requerimento. O requerimento, se você espremer as quatro páginas aqui, se espremer, fizer um suco, dá duas linhas. E as duas linhas são o seguinte: "eu quero convocar o Governador, porque politicamente eu faço oposição a ele no meu estado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, eu quero explicar aqui a quem nos ouve, a quem nos assiste que qualquer cidadão que exerce um cargo público como Governador de estado, necessariamente, obrigatoriamente, se afasta das empresas que ele tinha. Primeiro ponto. Então, ele se afastou das empresas para assumir o Governo do Estado de Minas Gerais. E todos nós temos uma vida, porque quem é político profissional, que só vive da política a gente tem que olhar de esguelha. Cada um de nós tem uma profissão. Alguém foi sindicalista a vida inteira, alguém foi pelego a vida inteira, alguém trabalhou numa instituição financeira, alguém trabalhou como empresário, como comerciante, como economista, como assessor... É assim que a vida é. É assim que a lei determina.

"Ah, por que esse ACT foi feito e quem foi que deu causa a ele?" Quem era o Presidente da República em 2025, Sr. Presidente? Está lembrado? Porque em 2025 foi renovado esse ACT. Eu acho que era o Senhor Lula, né? "Puxa, vamos trazer o Senhor Lula aqui". "Vamos trazer o Presidente do INSS do Senhor Lula aqui". Não, não precisa, ele já foi preso. (*Risos.*) Então não precisa. Vamos ficar tranquilos porque me parece que a Justiça já andou de forma mais célere, prendendo bandidos ligados ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo atual. Então, pelo menos com isso a gente não vai ter problema.

Eu escutei alguém aqui dizer: "Olha, vocês estão querendo blindar as financeiras". Gente, eu estão lembrados de uma votação que aconteceu, sei lá, 30 minutos, 20 minutos atrás? Quem blindou o quê? Eu votei favorável para que se quebrasse o sigilo. O que nós pedimos foi por uma questão de coerência, que todo o conjunto de bancos e financeiras que estavam sendo excepcionalizados fosse no mesmo bloco. Só isso. E votei favorável. Quem votou contra, inclusive, foi quem falou antes. E está falando em blindagem...

Desculpem, eu estou só querendo esclarecer às pessoas que estão nos ouvindo agora, nos assistindo que esse "samba do crioulo doido", como se diz, ou esse cipoal de contradições, tem que ter algum nexo, tem que ter algum fio condutor. E o fio condutor, Sr. Presidente, é que é um esforço, mas é um esforço grande deste Governo de defender o que não pode ser defendido. O aposentado brasileiro foi assaltado, foi roubado, foi surrupiado, foi retirado da situação em que ele estava, no conforto da sua aposentadoria, suada, por sindicatos e associações picaretas que, dentro do INSS, se conluiaram para praticar um crime. E existem, Sr. Presidente, governos que combatem o crime; e existem governos que são coniventes, que são cúmplices, que são roubados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Depois o que é que aconteceu? O Governador Zema já nos disse, em várias oportunidades, que não tem dificuldade de aqui vir, de conversar conosco, de dar os esclarecimentos que forem necessários, porque ele não está acima da lei.

Agora, Sr. Presidente, quando a gente fala de fora do escopo, aí está uma ação fora do escopo, claramente com viés político. Não há uma prova, não há um vínculo, não há um nexo, não há uma referência, apenas uma vontade de se fazer a política no estado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E isso, por si só, vai na contramão sobre o que nós estamos aqui debruçados.

Aliás, o ofício que V. Exa. leu e que foi dito aqui, que se pede para não vir, ele pede para requerer o indeferimento do pedido formulado, que foi de convocação e de quebra. Por que ele tem que ser convocado? Ele é Governador do estado, ele deveria ser convidado, até por um gesto de gentileza e respeitando a lei. Foi isso, ele disse que quer como convidado e, convidado, ele viria.

Aliás, nós fomos orientados aqui pelo Bloco do Novo, que representa o Governador aqui, de votarmos favoráveis. Então, nada se tem a esconder; ao contrário do açodamento, do desequilíbrio, da ânsia que nós vemos aqui naqueles que defendem o Governo, de votarem por uma blindagem dos que claramente tem a ver e precisam dar esclarecimento nesta Casa a respeito dos graves crimes que foram cometidos contra o aposentado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Na medida em que a própria Oposição já anunciou que vai votar favorável ao nosso requerimento, eu abro mão e peço que V. Exa. encaminhe a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós votamos favorável, se V. Exa. quiser declarar unanimidade...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Podemos levar...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu voto contra essa palhaçada...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – ... eu não vou votar palhaçada, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor.

Pergunto ao Líder Rogerio Marinho se podemos, então, votar por consenso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sim, por mim sim, mas eu acho que a Bia quer registrar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só que... Só um instante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pode ser. Eu proponho, inclusive, Presidente, que, até num gesto de consenso entre nós, passe a ser um convite; o Governador não está se negando a vir...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pergunte ao...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor concorda, Líder Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, votação simbólica...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante.

O item 167 será votado simbolicamente.

Os Parlamentares que são contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Bia Kicis, voto contrário.

Está aprovado o Requerimento 167...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Com voto contrário da...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Eu quero me manifestar aqui e dizer o seguinte: eu me sinto muito livre porque eu não tenho nenhuma relação com o Governador Zema, não sou do Novo, mas eu não gosto de palhaçada, e eu acho que o tempo em que nós estamos aqui é o tempo em que os aposentados esperam de nós algo efetivo.

Então, trazer aqui o Zema para nada, ainda sendo descortês e descumprindo tudo o que foi feito aqui, combinado antes, que Ministros, pessoas viriam sempre convidadas... Nós honramos o que a gente faz; agora, querer que o PT honre qualquer coisa é difícil.

Então, eu quero só registrar que sou contra porque isso não passa de uma grande pa-lha-ça-da.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou deixar a palavra... Dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu estou tão angustiada com essa convocação do Governador Zema. Nós sonhamos tanto com uma CPMI com respostas, e a gente vê a base de Governo com medo, porque Zema pode ser Presidente do Brasil, e querer trazê-lo aqui para desgastá-lo. Não tem outro objetivo.

Então, eu precisava consignar essa minha indignação com relação à convocação.

Não deram nem a liberdade de convite: convocação a um homem que possivelmente, caso o meu grande Líder não seja elegível, pode ser Presidente do Brasil.

É desespero da esquerda.

Está consignada a minha indignação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Eu vou abrir... Não, não tem votação. Já está aprovado, simbólico.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, já está aprovado.

Eu vou dar a palavra aos Parlamentares por dois minutos, Excelência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... só um instante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... a família do pai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou dar a palavra aos Parlamentares.

Dois minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – A família do pai dos pobres está toda enrolada com o roubo dos pobres.

Presidente, isso é muito grave...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Eu vou dar a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... isso não é trocadilho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Mas já aprovou o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... isso é para esfregar na cara de quem tinha dúvida do que vem aparecendo nesta Comissão desde o início.

É importante, Sr. Presidente... A palavra hoje do Brasil chama-se "blindagem", desde ontem só se fala em blindagem. Aqui nesta CPI a gente fala desde o começo.

O que é que está aqui no pai dos burros? "Blindagem: significa ação ou efeito de proteger algo ou alguém geralmente através de um investimento resistente ou um conjunto de medidas protetoras".

Eu nasci para ver o PT...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... a tropa de choque do Governo Lula, blindar bancos aqui. Já blindaram o Frei Chico, já blindaram o sócio do Careca do INSS, daqui a pouco vão blindar o Lulinha, que recebeu R$300 mil de mesada – mensal – e está na Espanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero, nesses 30 segundos aqui que me faltam: a palavra "blindagem" é um regime que o Brasil vive hoje, STF, Governo Lula.

Ontem, nós tivemos a blindagem do STF. Hoje, nós estamos tendo a blindagem do Congresso Nacional para não investigar quem realmente roubou o povo brasileiro. E olha aqui, olha aqui, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, eu peço aos brasileiros de bem, aqui... Presidente, estão me atrapalhando, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, para encerrar, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu gostaria que o senhor me desse...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, para encerrar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para encerrar, Presidente, olha, esse quadro aqui é o quadro da blindagem dos bancos, porque agora os Parlamentares da base do Lula blindaram os bancos. Agora, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Para encerrar, eu peço aos brasileiros que printem, porque nós vamos colocar nas redes sociais, e coloquem no espelho do banheiro para não esquecer quem blindou os poderosos que roubaram os brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, a Presidência... Por favor, a Presidência tem a liberdade de dar a palavra. Isso é um Parlamento.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Gente, nós estamos em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem a liberdade de dar a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós estamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós estamos em votação.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quando nós estávamos votando aqui, eu abri a palavra para todos. Todos têm o direito de abrir a palavra. Eu passo a palavra igualmente para todo mundo.

Eu só vou lembrar uma coisa aqui. Só um instante. Está aberta a presença para a sessão do Congresso Nacional, estou alertando os Srs. Parlamentares.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós estamos em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se a votação começar lá, nós teremos que suspender as votações aqui. Então, vamos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vamos votar logo o...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por gentileza, deixa a Presidência exercer o papel dela.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos continuar votando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor. Por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hoje tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manobra nenhuma. Foi aprovado o requerimento em consenso. Durante as votações, eu dei voz a todos.

Eu vou pedir ao Marcon e à Tereza que, por gentileza, vão para a frente, porque senão, daqui a pouco, a gente tem que suspender as votações. Aí fica pior.

Coloco em votação o item 181, convocação do Sr. Fábio Luís Lula da Silva – 181, votação do Sr. Fábio Luís Lula da Silva.

1ª PARTE

ITEM 181

REQUERIMENTO Nº 2874/2025

Requer a convocação do Senhor Fábio Luís Lula da Silva, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

Dessa vez, o Governo começa.

Quem fala?

Líder Paulo Pimenta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, eu lamento a leviandade, eu lamento a mentira, a desfaçatez e alerto que vão responder criminalmente, civilmente, por cada acusação sem prova que fizerem aqui e em qualquer outro lugar contra o Sr. Fábio, ou qualquer outra pessoa.

Eu desafio os Parlamentares que falaram até agora, Sr. Presidente, que apresentem aqui um documento da CPI, que apresentem aqui uma prova do que disseram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram atrás, Sr. Presidente, de um depoimento de um camarada que é acusado por roubo de carro, um cara que responde por ladrão, que está envolvido numa briga que não tem nada a ver com esta CPI, que não tem nada a ver conosco. Uma pessoa completamente desacreditada, um desqualificado, que não apresentou nenhuma prova. E me admiro de Parlamentares da República chegarem aqui e afirmarem: "Recebe isso, recebe aquilo". Então, provem o que vocês estão dizendo. Provem! Estão aqui para divulgar *fake news* e mentira, tentando transformar esta CPI num palco, Sr. Presidente, de acusações criminosas, como já fizeram, na história, contra outras pessoas e contra o próprio Presidente Lula.

Não há nenhuma relação entre esta CPI, entre esta investigação e o Sr. Fábio. Não há qualquer nexo. Inclusive, Sr. Presidente, V. Exa. foi um que, em várias oportunidades, afirmou que precisava haver um nexo de relação. Não há um documento. Tem milhares de documentos dentro desta CPI, milhares de documentos de quebras que foram feitas, de sigilos, de RIFs. Eu desafio que me mostrem qualquer documento, qualquer prova de que o Sr. Fábio tenha recebido qualquer centavo relativo a algum assunto que diga respeito a desconto associativo, a INSS ou a qualquer outro assunto.

O que há aqui, Sr. Presidente, o que há aqui, lamentavelmente, é uma tentativa de manipulação baixa, com argumentos falsos, pelos quais vão responder criminalmente e civilmente. Cada Parlamentar, aqui e fora daqui, que repetir, que afirmar que recebia mesada, que recebeu dinheiro, vai ter que provar o que disse, porque a imunidade Parlamentar não protege ninguém contra crime.

Portanto, Sr. Presidente, não tem nenhum sentido, a não ser disputa política, este requerimento aqui. Não há, Sr. Presidente, nenhum elemento que justifique que este requerimento seja apresentado e, muito mais, que ele seja aprovado.

Portanto, o nosso voto é contra, nós votamos contra e vamos continuar denunciando: o único objetivo, Sr. Presidente, desse requerimento, o senhor sabe qual é? É desviar o foco da investigação – é fazer com que a gente não chegue aos verdadeiros responsáveis por esse roubo bilionário dentro do INSS –, mas não vão conseguir, não vão tirar o foco da investigação. Nós vamos levar até o fim esta investigação e vamos fazer com que todos esses personagens que foram responsáveis dentro do Governo Bolsonaro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... por permitir que esta quadrilha de ladrões roubasse aposentados, aposentadas, pensionistas e BPC, sejam punidos.

Não pensem que a sociedade brasileira não está entendendo esta tentativa de desviar o foco da investigação. Este é um requerimento absolutamente fora de propósito e, portanto, será "não" o voto que nós vamos encaminhar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Oposição quem fala, Líder Rogerio Marinho?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós temos aqui o Marcel van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Deputado, Marcel van Hattem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então...

Você está pronto, Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Senador Moro, então.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro, por cinco minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, desde o início, uma das grandes indagações desta CPMI foi: como é que pode, durante tanto tempo, terem ocorrido esses descontos fraudulentos nas aposentadorias e pensões do INSS, sendo pagos milhões a tanta gente, inclusive a altos funcionários do INSS, como o Alessandro Stefanutto, nomeado pelo Governo Lula, que recebeu aqui mesada de R$250 mil, R$500 mil mensais.

Nós também ficamos indagando. A CGU, embora tenha feito um trabalho apuratório... Por que a CGU, desde o primeiro momento, não provocou as altas esferas do Governo Lula para que fossem interrompidos esses descontos associativos? São R$5 milhões, R$6 milhões vitimando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

gente simples, vulnerável, o órfão, a viúva, o inválido, que dependem desses benefícios para a sua subsistência.

E, no fundo, com o decorrer das investigações, esse quebra-cabeça e as explicações estão surgindo. E aqui a gente tem uma delas: a fundada suspeita de que no centro dessas articulações criminosas se encontra um personagem já conhecido por envolvimento em outros crimes, em outras fraudes, que é exatamente o filho do Presidente Lula, o Lulinha, o Fábio Lula da Silva.

E, hoje, de maneira muito corajosa, parte da imprensa – divulgado primeiro no *Poder360*, saiu depois também no *Metrópoles* – informa que tem um depoimento, colhido pela Polícia Federal, de 28 de outubro deste ano, prestado pelo Sr. Edson Claro; e que a base do Governo, a base do Governo que vem aqui contar uma montanha de mentiras, blindou, o que impediu que nós o chamássemos aqui para ser convocado.

Eu fico pensando nesse Edson Claro – e aqui se questiona a credibilidade dele. Mas por que não chamá-lo, então, para ouvir e ver que provas ele tem a apresentar? Por que não aprofundar as quebras de sigilo bancário e fiscal do Edson Claro? Ou, agora, em cima do Fábio Lula da Silva? E vejam o comportamento. O que fez o Lulinha? Fugiu para a Espanha, em julho deste ano, tão logo surgiram notícias do seu envolvimento.

Nós temos ouvido aqui, Sr. Presidente, nos bastidores, do possível envolvimento do Fábio Lula da Silva. Inclusive, o próprio Frei Chico seria apenas ali um representante dele nesse esquema criminoso. E agora nós temos a chance de ir para o coração desse esquema criminoso, mas a base, os Deputados aqui do PT, principalmente, os Senadores do PT, vão votar contra, porque não querem chegar ao coração desse esquema criminoso que vicejou e que escalou – e os números não mentem. Esse escândalo está no colo do Governo Lula, e o Governo Lula não tomou as providências porque havia gente graúda do Governo Lula envolvido no Ministério da Previdência, no INSS, recebendo mesada. E agora essa notícia, que nós deveríamos ter o dever de apurar, de uma mesada de R$300 mil paga pelo Careca do INSS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... ao Sr. Fábio Lulinha da Silva, que está foragido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então é importante que o país saiba. Esse fato não permanece mais escondido e esses Parlamentares que aqui o blindarem não estão dignificando e cumprindo com honradez os seus mandatos. Beira a prevaricação a recusa em aprovar requerimentos de investigação do Sr. Fábio Lula da Silva ou de convocá-lo para prestar depoimento.

E precisaremos, Presidente, recolocar na pauta a oitiva do Edson Claro. Vamos lembrar que esse cidadão está em risco hoje por estar enfrentando gente muito poderosa. E a gente sabe de casos passados nos quais pessoas-chave em escândalos criminosos do PT desapareceram ou até foram vitimadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pelo Governo, quem encerra, Excelência?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de relatar que, quando eu estava me dirigindo para esta CPMI, eu recebi um telefonema da pessoa citada, em desespero, dizendo que estava com muito medo de morrer. Eu disse à pessoa que, da minha boca, o nome dele eu nunca tinha citado, a não ser antes de saber da situação. Eu queria deixar registrado aqui, porque não pode ficar comigo.

Pediria a V. Exa., independentemente de qualquer votação do Colegiado, que comunicasse ao STF, à Polícia Federal essa mensagem que recebi da testemunha, de quem eu não vou nem citar o nome, mas já foi citada, que está se achando em risco iminente de vida, que, por favor, providencie, através da Polícia Federal, a proteção integral dela. Esse telefonema se deu exatamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... às 9h da manhã.

Gostaria de deixar isso registrado, porque iria lhe transmitir tão somente após a CPMI, mas o nome da testemunha foi citado e eu acho que isso agrava bastante a situação dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

As declarações de V. Exa. serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministro André Mendonça, e à Polícia Federal, ao Sr. Andrei.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma referência aqui: eu só citei, Deputado Gaspar, porque a imprensa mencionou o nome primeiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu não faria essa leviandade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senador Moro, sei que V. Exa. citou em decorrência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, em votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem o direito de falar a qualquer momento, gente. O Relator...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Relator, ele, por acaso, disse de quem ele esperava receber uma ameaça de morte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, por favor. Vamos dar sequência na votação aqui.

Para encerrar, pelo Governo, quem fala, Líder Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Eliziane Gama, por cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, ao longo dos trabalhos desta CPMI, nós percebemos claramente um clima de polvorosa da oposição. Quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

eles, na verdade, defenderam esta CPMI, eles se surpreenderam – até acho que se surpreenderam –, ao longo do processo de investigação, porque todo colchão criado para os descontos associativos fraudulentos, aliás, quase 60% deles, que foram os acordos, foram firmados no Governo do ex-Presidente Bolsonaro.

Diante dessa informação e, portanto, do desespero deles, eles partem, na verdade, para tentar colar no Presidente Lula, que interrompeu o processo de fraude, inclusive afastando o Ministro, afastando servidor e uma série de outros integrantes que tinham algum tipo de indício, na verdade, de participação com essa organização criminosa. Eles, então, tentam colar na imagem do nosso Presidente Lula.

E**,** com o devido respeito que eu tenho, e ele sabe, pelo Senador que me antecedeu, acho que é até bom, em nome da formação que ele tem, retirar quando ele fala, por exemplo, que o filho do Presidente Lula é foragido. Isso é, na verdade, contrário, porque não há nenhum elemento que leve à formalização desse tipo de nome ou indicativo para o filho do Presidente Lula.

O que nós temos aqui... Aí eu quero até cumprimentar, Presidente, V. Exa., porque, quando se faz a investigação acerca do Careca, do Sr. Camilo Antunes, todas as empresas ligadas a ele tiveram o sigilo bancário quebrado... Os RIFs vieram aqui, os dele e de todas as pessoas que são ligadas a ele. Não há nenhuma prova documental, não há nenhum elemento probatório que ligue ao filho do Presidente Lula, como nós também vivenciamos isso em relação ao Frei Chico, ou seja, há uma tentativa clara de se ligar ao filho do Presidente Lula, porque por tabela se ligaria ao Presidente Lula, mas isso não cola, isso não pega!

O que nós temos aqui é um senhor, o Sr. Edson Claro, que teve uma briga com o Careca, que é acusado, inclusive, de roubo de carros, portanto, um ladrão de carros. Quem tem boca fala o que quer, gente. Chega lá e faz, na verdade, a...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por favor, a Parlamentar está se manifestando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – É difícil, não é, Presidente? Mas vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Na verdade, faz a tentativa de se colar no Presidente Lula. Agora, falar você fala. Cadê o elemento substancial disso? Cadê a prova documental disso? Não há, na verdade, nenhuma ligação.

E nós aqui, nesta Comissão, ao contrário do que a oposição em desespero fala, nós estamos aqui para fazer a investigação apurada, a investigação com responsabilidade, agora, não simplesmente tentar derrubar a reputação das pessoas, não tentar desconstruir, na verdade, uma trajetória de vida que as pessoas têm. É por isso que nós, na verdade, faremos o nosso voto contrário a esta convocação, porque é uma convocação que vem carregada de um objetivo claro: tentar dissipar tudo que foi feito por este Governo, que foi o combate à fraude, que foi devolver mais de quase R$13 bilhões a quase 3,5 milhões de brasileiros, dos quais uma boa parte deles foram vítimas do Governo do ex-Presidente Bolsonaro, porque foi lá, na verdade, que tiveram a fraude, mas pelo que o Presidente Lula realmente resolveu ressarcir.

Por essas razões, Presidente, o nosso entendimento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... e a nossa orientação da bancada é que nós possamos derrubar este requerimento, que é um requerimento eivado, na verdade, de posições caluniosas e que não levarão em nada ao objetivo que deve ser o objetivo central da investigação desta CPMI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Para encerrar as falas pela Oposição, Deputado Marcel van Hattem, cinco minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, caro Relator, quero lembrar a V. Exa. e a todos mesmos desta Comissão que a primeira vez em que apareceu o nome do filho do Lula aqui na CPMI foi quando eu perguntei ao depoente Eli Cohen, que também foi o responsável pelas denúncias publicadas pela imprensa que levaram à criação desta CPMI e à operação da Polícia Federal... Balela a história de que Lula descobriu, mandou investigar; foram Eli Cohen e a imprensa que deram o motivo para que a Polícia Federal fizesse uma operação em cima de dados técnicos que já vinham sendo apontados dentro Governo Lula fazia tempo, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os Ministros Messias e Carvalho nada fizeram ao longo desse tempo todo. A primeira vez em que apareceu o Lulinha foi quando eu perguntei ao Eli Cohen a seu respeito, e ele falou em uma lobista. Não falou no nome da lobista, mas hoje aparece em toda a imprensa Roberta Luchsinger – Roberta Luchsinger –, que é também sócia do Careca e está aqui fazendo o L junto com o Carlos Gabas, Senador Rogerio Marinho.

Está aqui, lá atrás.

Eli Cohen já falava no Lulinha. Foi só dar tempo ao tempo que foi aparecendo a verdade que agora é inescapável: "Lulinha tinha mesada de R$300 mil do Careca do INSS", diz testemunha. Testemunha, aliás, que os governistas, o PT, chamam de bandido, de criminoso, mas, na hora de convocar, votaram contra a sua convocação – 16 a 14. Faltou um voto só, porque aí teria dado empate e o Presidente certamente teria desempatado. Não quiseram convocar o Edson Claro aqui, o bandido, segundo o PT. Então blindaram um bandido.

E é importante lembrar que essas organizações criminosas são descobertas porque bandidos delatam bandidos. Mas aqui o que nós estamos vendo é que uma testemunha-chave foi, lamentavelmente, blindada pelo PT.

Senhor aposentado, senhora aposentada, faltou aquele remédio no final do mês? Não deu para comprar porque você foi roubado, foi para pagar a mesada do Lulinha, que, além dos R$300 mil por mês, segundo matéria de hoje do *Poder360*, ainda recebeu 25 milhões, que não disse se é em reais, dólares ou euros, disse que nem se sabe qual era a moeda.

Agora, Sr. Presidente, outra coisa muito importante, talvez ainda mais grave do que o roubo, é o que eu leio na matéria do *Poder360* e que precisa fazer com que aprovemos aqui a convocação de Fábio Luís Lula da Silva.

E vou ler a íntegra. Diz a matéria do *Poder360:*

> Em julho, Lulinha se mudou com a família para a Espanha. O escândalo no INSS já estava com grande visibilidade na mídia. O Palácio do Planalto enviou emissários para falar com integrantes da CPMI [não foi comigo], segundo apurou o *Poder360*, para que fosse evitada uma perseguição ao filho do Presidente da República. [Que reputação que tem esse filho, né? Eu ouvi aqui alguém falando em grande reputação, basta ver sua história.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

> Muitos à época [contínuo a leitura] não entenderam o pedido: é que ninguém ainda sabia do possível envolvimento de Lulinha com o Careca do INSS. Hoje, acreditam que o Planalto soube com antecedência por meio da Polícia Federal sobre o que poderia aparecer.
> Se vier a ser confirmada essa informação, com provas, de que o Presidente da República [Lula] soube com antecedência das menções ao seu filho no material apreendido pela [...] [Polícia Federal], pode ser aberta uma nova linha de investigação. Não deve haver esse tipo de comunicação antecipada ao Palácio do Planalto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Palavras da matéria do *Poder360*.

Portanto, Sr. Presidente, antes que Lulinha vire procurado e se torne um foragido da Justiça brasileira em virtude das gravíssimas acusações que pairam sobre ele, precisamos convocá-lo para dar esclarecimentos e explicações aqui na CPMI do roubo dos aposentados do INSS.

Senhor aposentado, senhora aposentada, faltou comida para botar na mesa? Foi para a mesada do Lulinha. Faltou remédio para poder tratar da sua doença? Foi para a mesada do Lulinha.

Nós estamos vendo o irmão do Lula e agora o filho do Lula envolvidos num grande escândalo. Espero que o PT não vote mais uma vez para blindar parente de Presidente da República. Não se pode blindar ninguém na CPMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas de encaminhamento.

Coloco em votação o item 181, convocação do Sr. Fábio Luiz Lula da Silva.

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como encaminha o Governo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Pelo voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Governo encaminha o voto "não".

Como encaminha a Oposição, Excelência?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A Oposição encaminha o voto "sim".

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, por dois minutos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Depois o senhor me dá.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou colocar os que me pediram antes e eu não dei a palavra, enquanto estamos votando.

Senadora Tereza Cristina, dois minutos.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente, não vou nem usar os meus dois minutos, mas aqui me... Não podia deixar de falar da convocação do Governador Romeu Zema. É uma maneira indelicada, porque outras autoridades foram convidadas aqui e não vejo por que o Governador Romeu Zema teria que ser convocado, sendo que ele já manifestou sua vontade expressa de vir aqui e esclarecer os fatos. E ele não está de maneira nenhuma envolvido com a empresa dele, que é uma empresa que tem, na sua composição acionária, a sua família – muitas pessoas têm empresas –, porque ele trabalha, a sua família trabalha e tem essa empresa. Então, eu quero aqui dizer da minha indignação e da falta de compreensão dos colegas aqui com essa convocação.

Era só isso a minha fala.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Coronel Chrisóstomo, dois minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Estou terminando de votar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, vote, Excelência.

Deputado Evair de Melo, dois minutos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Vou votar "sim", tá?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no ato da instalação desta CPMI, eu usei desta tribuna e, no mesmo dia, a do Plenário da Câmara dos Deputados para dar o primeiro sinal e o rastro de que o Lulinha estava envolvido nesses roubos do INSS. Isso não é fato de agora, isso é fato antigo e nós já denunciávamos.

No dia em que a Sra. Roberta esteve aqui, se os Deputados da base do Governo têm uma memória razoável, vão se lembrar que eu fiz o questionamento a ela da relação dela com o Lulinha e das viagens que ela fazia à Espanha, porque era amiga íntima da esposa do Lulinha. Portanto, não há nenhuma surpresa quando agora a Polícia Federal recebe a informação de que o Lulinha, o filho do Lula, participou desse roubo dos nossos aposentados.

(*Soa a campainha*.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mesada de 300 mil, mais R$25 milhões, isso é uma vergonha. E o mais agravante disso... Nós já avisávamos naquela data: as denúncias vão chegar aos bastidores do Palácio do Planalto. Em breve, vão chegar as confirmações de que o Lula sabia, tinha conhecimento e trabalhou para poder blindar essa investigação. Portanto, não há nenhuma surpresa nisso.

O problema é que a base do Governo, às vezes, é surda e só escuta aquilo que quer, mas nós já estamos avisando e alertando há muito tempo, a imprensa está trabalhando e a Polícia Federal tem documentos agora de que o irmão do Lula, de que o filho do Lula e o próprio Lula estão diretamente envolvidos com esse roubo bilionário dos nossos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Todos já votaram, senhores? Jorge, falta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Coronel Chrisóstomo, dois minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Em dois minutos, ele vota.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigado.

Srs. Parlamentares, bom dia.

Eu queria levar o meu discurso direto para a esquerda.

Senhores, os senhores chamaram um ministro do Presidente Bolsonaro, os senhores estão chamando um Governador que me parece que nada tem a ver com isso.

O Presidente Bolsonaro, em nenhum momento, ele chamou a gente para a gente impedir alguém do nosso lado de vir aqui. E agora qual o movimento que a gente está vendo? A esquerda e o Governo impedindo a gente de trazer pessoas que estão sendo citadas nos jornais, senhores.

Sabe por que esta CPI acontece? Porque eu colhi a primeira assinatura e criei a CPI, e depois a CPMI surgiu a reboque; porque o *Metrópoles* falou do roubo, e imediatamente, Brasil, eu criei a CPI, e é fruto a CPMI. A primeira assinatura foi minha!

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – E sabe por quê? Porque foi citado no *Metrópoles*. Agora me pasma ver o próprio *Metrópoles* falar do Lulinha, e eu vou mostrar aqui para o Brasil.

Pelo amor de Deus, senhores, façam o que vocês dizem! O discurso de vocês é um, a prática é outra. Se queremos saber quem roubou, vamos chamar todos, senhores. Seja filho do Lula, sobrinho do Lula, primo do Lula, irmão do Lula, vamos chamar, assim como, do nosso lado, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

nós até apoiamos. Se alguém for suspeito, vamos trazer aqui, e a pessoa vai aqui falar se fez ou não fez. É a nossa missão. Agora, fazer isto, senhores, impedir o filho do Lula de vir aqui? Deixe ele vir, deixe ele vir falar, se defender. Eu acho que é muito prático isso. Chamem o Frei Chico também, senhores, para se defender.

Portanto, senhores, Presidente, voto "sim" para todos virem aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrado.

Pergunto: todos já votaram? Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votaram SIM 12; NÃO, 19.

Está rejeitado o requerimento.

Em votação os itens 141 a 147, convocação do Advogado-Geral da União, o Sr. Jorge Messias.

1ª PARTE

ITEM 141

REQUERIMENTO Nº 2736/2025

Requer a convocação do Senhor Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 142

REQUERIMENTO Nº 2735/2025

Requer a convocação do Sr. Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Deputado Delegado Fabio Costa

1ª PARTE

ITEM 143

REQUERIMENTO Nº 2633/2025

Requer a convocação do Senhor JORGE MESSIAS, Advogado-Geral da União, para prestar depoimento

perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Sóstenes Cavalcante

1ª PARTE

ITEM 144

REQUERIMENTO Nº 2621/2025

Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União, para que compareça a esta Comissão a fim de prestar informações.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 145

REQUERIMENTO Nº 1811/2025

Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União. (Aprovado como convite)

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 146

REQUERIMENTO Nº 1624/2025

Requer a convocação do Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Senador Magno Malta

1ª PARTE

ITEM 147

REQUERIMENTO Nº 1085/2025

Requer a convocação do Senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Senador Jorge Seif

Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nós tivemos uma notícia, nos últimos 15 dias – aliás, a imprensa tem nos ajudado muito em relação ao processo em que nós estamos debruçados –, de que, desde o ano de 2024, entre abril e maio, já havia, na Advocacia-Geral da União, informações sacramentadas, documentadas de que estados do Sul do país – e isso dito por procuradores federais e por advogados-gerais da União...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

demonstravam que esse padrão de roubo, de assalto, de malversação de recursos, em especial contra os aposentados, no nosso país, estava tomando proporções estratosféricas.

Os procuradores oficiaram à AGU, para que a AGU abrisse um procedimento e avaliasse o que de fato estava acontecendo, porque havia tido um aumento muito grande depois de 2022, quando termina o Governo de Bolsonaro, a partir de 23 e 24.

Pois muito bem, Sr. Presidente, se abre um procedimento e, ao final desse procedimento – aliás, nós ouvimos aqui a advogada-geral da União responsável por essa inquirição –, em outubro de 2024, nós tivemos a manifestação do Corregedor da Advocacia-Geral da União, e o Corregedor orientou, oficiou ao Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União que fossem tomadas providências no sentido de suspender os acordos de cooperação técnicas que existiam com essas entidades. Quem assinou este parecer final foi o Secretário-Executivo, o segundo na hierarquia do ministério.

Sr. Presidente, é impossível imaginarmos que um assunto desta gravidade não tenha passado pelo crivo, pelo olhar do Sr. Jorge Messias, que já foi convidado para vir aqui.

E qual é a gravidade dessa situação? Quando ocorreu o pedido de abertura de investigação, já em 2025, em função das reportagens que ocorreram na imprensa, o Sr. Jorge Messias determinou a abertura de investigação contra 11 ou 12 dessas entidades, Sr. Presidente, das quase 40 que tinham ACTs ativos. Mas vejam que coincidência, o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor, na sala.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... o irmão do Lula, o Frei Chico, e a Contag, que é a maior entidade e que há 30 anos tem praticado esse tipo de atividade – e muitas vezes sem o conhecimento do associado, que termina se associando à sua revelia –, essas entidades estavam fora dessa investigação aberta pela Advocacia-Geral da União já em 2025.

Esse período todo, Sr. Presidente, representou quase R$3 bilhões que foram subtraídos dos aposentados e repassados para entidades criminosas, associações e sindicatos, quase na sua totalidade ligadas à esquerda, que aqui vem blindando essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, esse período de convocação, Sr. Presidente, se impõe em função da gravidade desse assunto, porque o Sr. Messias tem demonstrado que praticamente passou ao largo deste processo, e isso, na minha opinião, é prevaricação – é uma opinião que tenho. E eu quero que o Sr. Messias tenha a oportunidade de, aqui vindo, dizer quais são os motivos que ele teve de não agir, de se omitir, de fazer ouvido de mercador e, neste período, possibilitar o assalto continuado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... contra milhões de brasileiros que são desprotegidos e que foram roubados, quando o roubo já havia sido detectado pela entidade de que ele é Ministro e principal mandatário; e teve conhecimento do fato, já que ele foi questionado pelos procuradores e pela própria estrutura da AGU e pela Corregedoria da sua entidade.

Então, por isso, Sr. Presidente, nós acreditamos que é imperativa a vinda do Sr. Jorge Messias, para que ele justifique por que dessa omissão. Porque o fato é que a omissão causou mais de R$3 bilhões de prejuízo para milhões de aposentados brasileiros. Então, esse é o motivo do pedido que fazemos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo Governo quem fala, Deputado Paulo Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Senadora Eliziane vai dividir o tempo com o Deputado Alencar, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não, Excelência. Dividir tempo, não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu neguei o pedido à oposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k., está bom. São duas falas, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São duas falas. V. Exa. é o primeiro.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – A Senadora falará primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Senadora Eliziane Gama, por cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, de todas as convocações que já chegaram a esta Comissão, eu diria que esta é a convocação mais provocadora e fora de nexo que já foi apresentada aqui pela oposição.

E digo isso porque houve toda uma movimentação da convocação do Messias depois que ele foi indicado pelo Presidente Lula para o Supremo Tribunal Federal. Ou seja: houve claramente uma tentativa de se criar um embaraço, uma turbulência, em torno do nome do Jorge Messias.

E, com a devida vênia ao meu colega Marinho, o qual eu respeito muito, Líder da Oposição... Digo pra você, Marinho, que o relatório a que você se refere, que teria vindo da Procuradoria para a AGU, ele se refere, única e exclusivamente, a aumento de ações previdenciárias. Não houve nenhuma referência, nesse relatório, a casos de fraudes. Portanto, a palavra de V. Exa. acaba não se sustentando, porque o documento, claramente, não faz referência... E vou, inclusive, encaminhar a V. Exa. esse relatório, que já estou aqui com ele.

Dizer o seguinte, que o Messias, como todos nós conhecemos, é uma pessoa de reputação ilibada, e, por isso, ele será, eu não tenho dúvida... Integrará a mais alta corte da magistratura brasileira, mas quero lembrar o seguinte, que, nesta Comissão, nós não tivemos aqui a preocupação, por parte dos colegas da oposição, de chamar, por exemplo, os demais AGUs. Não veio para cá, por exemplo, o Bianco; não veio para cá... Não houve a preocupação, por exemplo, de alguns integrantes do então Governo do Presidente Bolsonaro que tiveram uma participação direta, como, por exemplo, nos acordos porque eram ministros ou integravam posições estratégicas daquele Governo. Eles, por exemplo, não estão querendo que venha aqui o Paulo Guedes, como eu coloquei, o Bianco também não chamaram pra vir, o José Levi, da AGU, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

não houve pedido para que ele viesse até aqui, nem mesmo da CGU, porque o Vinícius veio aqui... Aliás, o Vinícius se prontificou a vir a esta Comissão.

E aí, de repente, surgem com a tentativa de trazer a esta Comissão o Jorge Messias, que se colocou como uma posição estratégica para a interrupção das fraudes que aconteceram em relação ao INSS.

Foi do Jorge Messias, por exemplo, a criação do grupo especial e a iniciativa para a investigação interna, pelas informações e pelas denúncias que estavam chegando não apenas ao Governo do Presidente Bolsonaro, mas, aliás, denúncias que se iniciaram lá atrás, no Governo de transição do então Presidente Bolsonaro. Foi o Jorge Messias que iniciou o processo de investigação.

Foi o Jorge Messias que ajuizou várias ações e pedidos inclusive de bloqueios de bens tanto de empresas como de entidades e de outros integrantes. Aliás, essas solicitações feitas pelo Messias resultaram, numa primeira leva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... a um bloqueio da ordem de R$2,8 bilhões!

Na sequência, ele faz mais um novo pedido, que já foi agora mais recentemente, já em novembro, que resultou na ordem de um bloqueio, um resultado de um bloqueio de R$3,9 bilhões, atingindo e abarcando duas entidades.

Foi através da ação do Jorge Messias que nós temos hoje aí, Presidente, um quantitativo de 3,34...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... milhões de brasileiros, dos quais uma boa parte desses brasileiros são do meu Maranhão

E há um total de R$2,7 bilhões, dos quais mais de R$150 milhões para o meu Maranhão, que foram na verdade ressarcidos por uma iniciativa do Jorge Messias. Ou seja, é a este senhor, que não paira contra ele o menor índice de participação com essa fraude, que a Oposição tenta criar –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, está difícil, não é? – , que a Oposição, então, tenta um embaraço em torno do Jorge Messias nesta Comissão.

Portanto, Presidente, não tem nexo, não tem fundamento, não tem nenhuma condição, do ponto de vista formal, de nós aprovarmos este requerimento, e é por isso que nós vamos derrotar, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Líder Marinho se nós podemos fazer uma fala só de cada para darmos agilidade?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu peço a V. Exa. o seguinte: como eu fui citado, e já começou inclusive a Ordem do Dia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu não sei como é que a V. Exa. se comporta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por ser lei ordinária, não há problema. Já fui informado pela Secretaria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tudo bem. É porque eu preciso ir lá, porque eu sou o Líder da Oposição. Então, estou sendo chamado.

Então, rapidamente, se você me permite, que o Luiz ainda vai falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para encaminhar.) – Olha, o que é que diz essa questão sobre o Jorge Messias de que foi falado aqui a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O levantamento sobre os nove sindicatos e associações principais com indicativo de fraude aparece no âmbito de um processo administrativo aberto especificamente para lidar com o crescimento de demandas envolvendo o INSS por Procuradores da AGU na 4ª Região, que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Lidar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

com o crescimento de demandas envolvendo o INSS em função de fraude. Isso está nos autos, Senadora. Então, não sou eu que estou falando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa. leu o jornal ou leia o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Li o relatório. Isso está dentro do relatório que foi submetido à própria Advocacia-Geral da União. Então, a gente fala aqui em cima de fatos.

O que eu estou dizendo aqui é que, além dessa situação, que na minha opinião claramente é prevaricação... E eu, inclusive, representei na Comissão de Ética da Presidência da República, representei ao Ministério Público. E acredito que, de fato, houve omissão do Advogado-Geral da União que causou grave prejuízo a pessoas que são hipossuficientes. Além desse fato, na abertura de investigação, interna, do AGU, que ocorreu só após as denúncias da imprensa, houve claramente investigação seletiva.

Aliás, eu quero saudar esta Comissão, Sr. Presidente, e dizer a V. Exa. que foi esta Comissão, a instalação desta Comissão, a eleição de V. Exa. e a indicação do eminente Relator que fizeram com que várias situações que estavam debaixo do pano de repente viessem à luz do dia. Essa investigação que era para nove ou dez entidades, depois da Comissão, foi estendida para 37.

Quando esta Comissão foi instalada, nós sabíamos que em 16 ou 17 estados as investigações estavam sobrestadas – sobrestadas –, e elas começaram a andar. Inclusive 11 ou 12 dos que nós pedimos a prisão aqui já foram presos, bens foram apreendidos. A coisa está andando, mas está andando porque é uma pressão natural da política, da boa política feita por esta Comissão.

Então, queremos apenas aqui reiterar, respeitando a posição de cada um, entendendo o papel de cada um, que a nossa fala foi respaldada em documentos.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Não, não, não, Presidente. No relatório não consta isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Senador fala é na documentação que foi aberta pela AGU. Então, a AGU que deu o prosseguimento e ampliou...

No relatório que veio da Procuradoria da 4ª Região, não consta essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu não vou negar a palavra à senhora.

Pois bem. Senhores, eu vou abrir a votação...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não! O Deputado Luiz Lima.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, só um instantinho.

Eu já vou abrir a votação de uma vez, enquanto o Deputado... Antes... Durante a fala dele, já vai voltando, o.k.?

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Voto...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

Já vamos colocar em votação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar. *Fora do microfone*.) – Orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele pode votar pelo aplicativo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Orientamos o voto "não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Determino à Secretaria que abra a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, o Deputado Luiz Lima, por cinco minutos.

O painel está aberto.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para encaminhar.) – Presidente Carlos Viana, eu abro aqui a minha fala orientando, claro, "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... pela Oposição.

Presidente Carlos Viana, quando um carro é multado e fotografado pelo radar, se a via é de 80km por hora, e ele passa a 100, ficam muito evidentes a foto e a infração. A quantidade de infração detectada pela imprensa brasileira em relação ao PT... E uma delas é aqui, ó! É o Ministro da Advocacia-Geral da União.

Quando a Senadora que me antecedeu falou que as denúncias partiram depois da indicação do Presidente Lula, isso é uma mentira. A indicação foi no dia 20 de novembro de 2025, e a matéria do jornalista Vinícius Valfré, aqui do *Estadão:* "A AGU sabia de problema no INSS e Messias ignorou alerta sobre sindicato de irmão de Lula". Foi uma sucursal, no Rio Grande do Sul, que alertou o então Ministro Jorge Messias um ano antes da Operação Sem Desconto, e ele nada fez.

Olha, eu registrei aqui o significado da AGU. A AGU existe para defender o Estado brasileiro, não para servir de escudo jurídico para abuso de poder ou perseguições públicas. O Ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, ignorou o alerta do próprio órgão, que apontou o sindicato do irmão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Sr. Frei Chico, Vice-Presidente do Sindnapi, como um dos principais envolvidos e suspeitos de descontos associativos ilegais a aposentados. O Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, o Sindnapi, que tem como Vice-Presidente o irmão do Presidente Lula, aparece em um processo interno da AGU, de 2024, que listou nove principais entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos hoje – se eu não me engano é a 29ª ou a 30ª Reunião – a Sra. Eliane Viegas, da Controladoria-Geral da União; recebemos Patrícia Bettin, que é também uma Defensora Pública. Ambas citaram esses alertas de forma explícita.

Presidente Carlos Viana, a imprensa brasileira foi responsável, na história do nosso país, por sérias denúncias. Esta CPMI não abraçar denúncias envolvendo o Ministro Wolney, da Previdência, citado aqui também nos jornais, se eu não me engano, na semana passada, por ter recebido o vencedor de um pregão eletrônico, que é uma das assessorias de *telemarketing*, de ouvidoria do INSS, que acontece em Caruaru, Recife e Salvador, um pregão eletrônico vencido por um cidadão recifense que esteve no Ministério da Previdência durante todo o período do pregão vencido por esse cidadão, 117 milhões, cidade de Caruaru, cidade natal do atual Ministro, cidade na qual o Prefeito, em 2006, quando essa assessoria de atendimento em Caruaru, empregando mais de 1,2 mil pessoas... São casos, assim, gritantes.

O Deputado Marcel foi muito feliz aqui quando da denúncia hoje, que explode no Brasil, em relação ao filho do Presidente. E nós não o estamos acusando, não. Quem está acusando é a testemunha, só que noticiada no *Metrópoles*, noticiada no *Poder360*... Se a gente entrar em qualquer mídia social, explodem... É notícia do dia, gostem ou não.

Então, quando o Governador Zema é convocado para estar aqui, ele veio, veio até um piloto de avião sem advogado se defender...

Olhem, se me acusarem de receber R$25 milhões de caixinha com mais de R$300 mil de mesada, eu sou o primeiro a estar aqui! O fato de o Lulinha estar na Espanha, de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ter sido noticiado aqui que o escândalo do INSS já havia, com grande visibilidade na mídia, alertado aqui membros da CPI... O Palácio do Planalto ligou o radar, o Palácio do Planalto foi avisado com antecedência, segundo matéria jornalística do brilhante jornalista Fernando Rodrigues, que trabalhou na *Veja*, no tempo que a *Veja* era firme, na *Folha*... Se vier essa confirmação, a gente tem um Ministro da Justiça que é o chefe da Polícia Federal. Olhe, o Presidente da Alerj, no Rio de Janeiro, caiu, porque ele avisou um Deputado sobre uma operação. O que a gente precisa é esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Olhem, a gente tem escândalos mil aqui. Eu vou repetir: se fosse no Japão, todos esses envolvidos aqui nem precisariam vir aqui, porque já fariam haraquiri. Só que a moral do brasileiro está a anos-luz da moral japonesa.

Então, eu clamo para que esta CPMI vote a convocação do filho do Presidente da República.

Obrigado.

Eu votar, Presidente. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode votar.

Ainda temos a fala do Governo e uma última da Oposição, Excelência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é porque...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, o Rogerio falou diante da citação do nome dele pela Senadora Eliziane Gama.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, Presidente, ele já tinha falado, já tinha falado, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom. Está bom. Então, cinco minutos para encerrarmos com o Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se tem, Presidente, um requerimento que claramente tem o objetivo de disputa política neste momento do nosso país, é este requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A própria Oposição aqui é sabedora de que o grupo de trabalho instituído para averiguar possíveis fraudes, denúncias no INSS foi no dia 11 de abril de 2019; portanto, durante o Governo Bolsonaro. Participaram lá diversos representantes do Governo anterior, inclusive da AGU. O Sr. Bruno Bianco, que foi da Previdência, foi AGU, trabalhou com o Senador aqui Líder da Oposição... E, durante todo esse período... Inclusive, o Ministro André Mendonça foi AGU. E, durante todo esse período, jamais houve qualquer iniciativa, qualquer ação do Governo Bolsonaro para coibir, combater as fraudes, Sr. Presidente.

Esse relatório que é citado aqui não é um relatório que, quando chegou, num primeiro momento, falava em fraudes; falava em aumento do número de reclamações. E foi a partir do trabalho da CGU, a partir do trabalho do Governo que essas investigações aconteceram. E, quando pela primeira vez surgiram elementos que permitem que, do ponto de vista legal e jurídico, a AGU pudesse agir, foi a AGU que agiu. Quando existiram elementos que permitiram que pudesse ser judicializado, as medidas foram adotadas pelo nosso Jorge Messias, Advogado-Geral da União. Portanto, Sr. Presidente, os elementos aqui já foram suficientemente demonstrados, que é uma tentativa – mais uma, da oposição – de desviar o foco da investigação, de confundir a opinião pública, mas nós não vamos permitir que isso seja feito.

O Ministro Jorge Messias merece todo o nosso respeito, o nosso reconhecimento. Temos plena confiança no trabalho dele e, portanto, não há nenhuma necessidade da aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrada a votação.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Nós vamos ter mais uma surra da direita aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Determino à Secretaria que publique o resultado. Abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votaram SIM, 11; NÃO, 19.

Está rejeitado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto à Deputada Bia Kicis e ao Deputado Marcel van Hattem se os dois últimos remanescentes podemos votar em bloco, todos eles?

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Em votação, os itens...

Podemos pelo menos ter uma fala só de cada?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Abre a votação e vai falando, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, Presidente, nós estamos inscritos desde o início do prazo. As pessoas estão esperando para falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem.

Em votação os itens 3 e 4.

Então vou abrir a fala e vou determinar a abertura do painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para orientar a bancada.) – Orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E quanto às falas?

Determino à Secretaria que abra o painel para a votação dos itens 3 e 4.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quais são esses, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Lista de viagens em voo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela Oposição falarão a Deputada Bia e o Deputado Van Hattem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, deixe-me abrir a votação aqui, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois não.

Fabio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Fabio está aí?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para falar pela Oposição, Deputada Bia Kicis, por cinco minutos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos ouvir, Sr. Presidente, a Questão de Ordem.

Para orientar o voto "não". Já vai abrir o painel agora.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Mas como vai abrir o painel... Já vai abrir?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Já vou abrir, é só votar, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra, Deputada Bia Kicis, cinco minutos.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Pois não, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Voto "não".

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Para um pouquinho o meu tempo, que eu já vou votar também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. (*Pausa.*)

Cinco minutos, Excelência.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para orientar a bancada.) – Pois não. Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente, os Requerimentos 3 e 4...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... se referem a pedidos, um deles feito ao Diretor-Geral da Polícia Federal e o outro feito à Latam aviação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, por favor. Não dá, eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Nem eu me escuto desse jeito.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Pede para aumentar os microfones.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, silêncio, por gentileza.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para encaminhar.) – Sim, Presidente, são requerimentos de listas de passageiros de determinados voos da Latam para Portugal, porque nós temos informações de que o Careca do INSS, um dos maiores fraudadores do INSS, estava nesse voo em companhia do Lulinha para Portugal.

Sr. Presidente, isso é muito grave, porque, desde o início, a gente já sabe hoje pelas matérias que o Governo vem tentando blindar o Lulinha quando a gente nem supunha ainda que ele pudesse ter alguma relação com essa fraude terrível do INSS.

Mas, em depoimento à polícia, o Sr. Edson Claro... E eu, inclusive, aqui estou bastante preocupada com a segurança dele, uma vez que ele entrou em contato com o Relator, para manifestar o seu temor com a sua vida, com a sua segurança.

E a gente sabe como agem, como agem alguns, quando tem risco de estourarem aí escândalos, de conseguir revelar os *capos*, *il capo di tutti capi*, aqueles que realmente mandam, porque ficam falando aqui que: "Não, nós queremos investigar", só querem investigar no andar de baixo. Nós queremos chegar nos verdadeiros mandantes, nos agentes políticos, não é só em servidor de INSS, não.

E esse Sr. Edson, claro, afirmou em seu depoimento que havia essa relação muito próxima do Lulinha com o Careca – e hoje nós já vimos aqui com a Roberta, essa lobista – e, olha, é uma fortuna: só de mesada, R$300 mil tirados dos aposentados. Todos os meses, mesadinha, R$300 mil, e mais de 25 milhões que não se sabe nem em que moeda, se foi em euro, uma vez que ele está na Espanha, se foi em real: 25 milhões de luvas, como se diz aí.

Que vexame, que roubo, que vergonha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores aposentados, esse dinheiro é dos senhores, é do povo brasileiro. E o Lulinha... Quando se fala em Lulinha e da relação dele com o Careca, no mesmo voo aí, é fundamental, Sr. Presidente, que seja trazida, aqui para esta CPMI, a lista dos passageiros. Agora, quem quer valer quanto aí que o Governo vai blindar, que os Deputados e Senadores da base do Governo vão negar esse requerimento? Pediram para destacar, vão votar contra, porque querem, mais uma vez, impedir que a verdade venha à tona.

E aí dizem o quê? Que o Sr. Edson é o quê? Ele é bandido? Mas não era ele que a gente queria ouvir aqui e eles impediram, votaram contra? Ué, então eles não querem, não querem esclarecer nada. Eles estão o tempo todo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... mentindo para você que está aí nos ouvindo, ficam aqui pagando daqueles que estão aqui na CPMI para revelar essa fraude. Mentira. Estão aqui só para te enganar e impedir que a verdade venha à tona.

É uma vergonha isso, Sr. Presidente, e ficam com esse discursinho como se nós quiséssemos desviar o foco.

Este é o foco. Este é o foco. Aqui, minha gente, Lulinha. E ele coloca o Lula no centro desse escândalo. É aqui que nós queremos chegar, não é nos pequenos e médios, nos servidores, nos donos de associação, isso e aquilo, prestador de serviço para associação. Não! Nós queremos chegar em quem tem o poder, em quem comanda este país.

E aqui tem um exército de soldados passando um papel ridículo, falando besteira, mas eles não têm vergonha mesmo de falar porque a missão deles é essa. Missão dada, missão cumprida: estão aqui para blindar os verdadeiros bandidos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... fará uso da palavra o ilustre Deputado do Estado de Minas Gerais, ou de São Paulo, primeiro... São Paulo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Deputado Alencar Santana fará uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar Santana, com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Presidente, infelizmente, novas mentiras – e de maneira descarada – foram contadas hoje.

A primeira: que não foi o Governo do Presidente Lula que investigou. Ora, então quem foi? Como foi revelado e surgiu? Por que tem gente presa? Por que está tendo essa própria CPMI? Se não houvesse revelação, nós nem estaríamos aqui. Essa é a primeira balela.

A segunda: que órgãos do Governo, como a AGU, não teriam atuado. Isso foi dito aqui pelo ex-Ministro da Justiça do Governo anterior, do Governo Bolsonaro, que saiu do ministério dizendo que tinha uma orientação da Polícia Federal de proteção à família do Ex-Presidente, de não ter investigação. Mas a barbaridade dita por essa pessoa é de que não teria havido ação atual.

Olha só, senhoras e senhores, nós temos lá um documento que foi enviado numa reunião presencial com o ex-Ministro da Justiça, ainda em 2019, em que o Procon de São Paulo revela ali dez entidades que fariam, já estavam fazendo, descontos indevidos, roubando os aposentados. E o que o ex-Ministro da Justiça fez, o paladino da moralidade, que não se para em pé? Botou na gaveta, escondeu o documento, não fez nada. Se tivesse havido ação naquele período, o roubo não teria continuado, já teria cessado há muito tempo, mas, como ele mesmo disse, a orientação do Governo anterior era para não apurar nada, a Polícia Federal não trabalhava, não investigava naquilo que envolvia o Governo. Por isso que a farra cresceu, aumentou e o roubo aumentou. Essa foi a segunda mentira, descaradamente, aqui contada.

Outras dizendo, tentando associar familiares, trazendo assuntos estranhos, como se estivesse levando para outro lado, para tentar criar factoides, fumaça, divertir as pessoas desfocando do foco. E aqui tentando, numa mentira absurda... Parece que eles têm aqui algum desejo oculto pela família do Presidente Lula, pelo filho do Presidente Lula, tentando envolvê-lo numa situação que não tem nada a ver, numa matéria muito tendenciosa, muito ruim, de ilações, para tentar justificar o injustificável. Essa é uma outra mentira aqui contada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que nós votamos contrariamente a todos esses pedidos e requerimentos, porque nós temos que ter um foco: investigar as entidades, pessoas envolvidas, empresas que roubaram, que lesaram os aposentados aqui durante esse roubo do INSS. É isso que nós temos que investigar. É isso que nós temos que apurar.

Aqui querem agora dizer de uma passagem de avião, de diversos voos, saber quem foi para lá e para cá. Ora, Rogério Correia, daqui a pouco nós vamos ter que convocar o chofer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... da Conafer que deu carona para um foragido. Nós vamos chamar o chofer da Conafer aqui? O Senador que tentou acabar com a revalidação ainda em 2019 e que deu carona com o seu carro pessoal, no banco da frente, ao ladrão que está foragido, Presidente da Conafer. Nós vamos chamar? Olha só a contradição da oposição. E aí quer lista envolvendo diversas pessoas. Sei lá quem está no voo A, quem está no voo B.

Não dá para a gente brincar, gente. Nós temos que trabalhar com seriedade, nós temos que ter foco. Está terminando o semestre, fizemos muito, é verdade, poderíamos ter feito mais.

Que a gente volte ao próximo semestre com foco claro, objetivo, para a gente pôr na cadeia todos os ladrões dos aposentados deste país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Oposição, Deputado Fabio Costa.

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, filho de peixe peixinho é. E, seguindo nessa lógica, filho de ladrão ladrãozinho é.

Sr. Presidente, mais uma coincidência envolvendo o atual Presidente Lula e o escândalo do assalto, do roubo dos aposentados e pensionistas.

Não bastasse o irmão do Lula, o Frei Chico, ser Vice-Presidente do Sindnapi, uma das entidades que mais desviou o dinheiro, já são aproximadamente R$400 milhões bloqueados por uma decisão judicial, e, agora, uma matéria do Poder360, divulgada hoje pela manhã, informa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

o filho de Lula, o Lulinha, recebia uma mesada de R$300 mil. E, de acordo ainda com essa matéria, o Lulinha era tão próximo do Careca do INSS que eles fizeram viagens juntos para Portugal.

Outro fato gravíssimo, Sr. Presidente, que ainda não foi dito aqui, é que, também de acordo com essa matéria, há suspeita de que o Presidente Lula teve informações privilegiadas da Polícia Federal, quando das menções do seu filho, a partir da apreensão de documentos e de aparelhos celulares. Há informações, nessa matéria, de que o Presidente Lula teria recebido essas informações privilegiadas através da Polícia Federal.

Em outubro deste ano, esta CPMI tentou convocar Edson Claro para depor e confirmar essas informações, e houve uma fortíssima resistência por parte dos membros aqui desta CPMI que representam o Governo do Presidente Lula.

De acordo com essa matéria ainda, o Palácio do Planalto, através do Presidente Lula, teria enviado emissários para falar com integrantes desta CPMI para que houvesse uma blindagem ao filho do Presidente Lula.

Eu tenho certeza de que esses emissários não procuraram o senhor, Sr. Presidente, não procuraram o Relator, não procuraram a mim e também diversos outros Parlamentares, mas a gente tem suspeita de quem são os integrantes desta CPMI que foram procurados para blindar mais um envolvido nesse vergonhoso assalto dos nossos aposentados e pensionistas.

Então, Sr. Presidente, nós precisamos saber, nós precisamos descobrir, nós precisamos aprovar esse requerimento para saber, para conhecer a lista de passageiros desses voos que foram determinados nesse requerimento para confirmar a informação de que o Lulinha viajou juntamente com o careca do INSS para Portugal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado, para encerrar a fala, encaminhar pelo Governo, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, mentirosos – não provam nada –, canalhas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro falaram que o Lula tinha uma série de bens adquiridos, e quem foi o principal responsável por isso foi um ex-juiz, que depois ficou conhecido como ex-juiz ladrão, que está agora... Na 13ª vara, ele vai ser responsabilizado pelo desvio de 2,5 bilhões e vem aqui querer dar lição de moral.

O Presidente Lula foi inocentado, governa o Brasil e hoje é Presidente da República. E agora usam uma CPMI que era para ser séria, que era para ser uma CPI para investigar quem roubou dos aposentados, para falar mentira da família do Presidente. Cadê a prova sobre o Frei Chico, de que vocês falaram e falaram e não veio absolutamente nada aqui? Cadê as provas?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Apresente as provas! Apresente antes!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Fabio Costa, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Antes de falar mal da família dos outros, apresente a prova! Não tem prova!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – O senhor não atropele mais ninguém aqui, faça o favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Não atropele os outros, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deixe o Parlamentar se manifestar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deixe eu falar e não atropele os outros. É só atropelar, o que sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, é mentira, é canalhice. Apresentem a prova sobre o Frei Chico. Nenhuma foi apresentada, não tem nada aí. Aí colocam assim: "Ah, vamos ver", para ver se isso pega na bolha deles, essa bolha do mundo da Lua, essa bolha de mentira, terraplanista.

Ora, agora vêm com o filho do Lula. Que prova têm? Nenhuma. Canalhas! Colocam o nome assim. Isso é um absurdo. Agora pegam um avião e falam: "Olha, no avião nós tivemos uma notícia de que tinha não sei quem com não sei quem". Ora, Presidente, eu vou apresentar um requerimento também, se for para ser requerimento do mundo da Lua, vou apresentar um requerimento para ver, no Artemis II, que vai ter o lançamento previsto para fevereiro de 2026, que vai ter uma missão tripulada para contornar a Lua, em mais de 50 anos. E eu acho, eu tive a notícia de que Jair Bolsonaro queria fugir. Por isso é que ele estava tentando tirar aquela tornozeleira para poder embarcar e ficar 50 anos em torno da Lua, para não ficar na prisão. Eu soube disso, Presidente. Vou apresentar um requerimento desse, assim como se pode pegar qualquer avião e querer saber quem está dentro do avião. Imaginem um negócio desses.

Então vão inventando canalhice, mentira e apresentando requerimento. E, depois, jogam na bolha: "Tinha um avião que tinha o Careca e que tinha o Lulinha". Cadê? Mentira! Agora eu vou sair pegando tudo quanto é passageiro de tudo quanto é avião que eu quero. Se estiverem lá os parentes do Deputado aqui, que foi citado: "Tinha um monte de parentes aqui". O que tem os parentes dele estarem nesse voo? Absolutamente nada. É o direito dos parentes dele estarem. Às vezes é difícil o parente ficar dentro dos gabinetes – um monte de parentes –, isso já é outro problema.

Agora, eu vou também querer saber todos que estavam na festa... Disto eu não vi requerimento não: todos que estavam na festa do Camisotti. Por que vocês não apresentam um requerimento para saber todos que estavam na festa do Camisotti? Disso tem foto, de um Senador lá. Apresentem para saber – um requerimento – quem é que dirigia carro da Conafer com o Presidente, que é um dos que mais roubaram. Apresentem: quem é que dirigia? E coloquem isso como uma coisa mais concreta. Nós vimos fotos. Essas não apresentam.

Então, é óbvio que querem direcionar a CPMI para algo que seja simplesmente uma disputa política. Vamos disputar a política como ela deve ser. Vamos fazer uma avaliação dos governos. Eu acho que o Governo Bolsonaro foi terrível. A pandemia foi um horror. Eu tenho uma avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

crítica daquele Governo: um governo autoritário, tentou dar um golpe no Brasil. Isso é uma avaliação política. O Presidente Lula tem sido um Presidente, na minha opinião... E nós vamos disputar isso, em 2026, do ponto de vista da política e não da baixaria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... não de ficar fazendo quebras, de requerimentos – lunáticos.

É realmente uma bolha, uma estória, com "e", que eles vão inventando. Agora chega-se a este absurdo de falar "pega um avião", "eu eu tive tal informação", "eu quero saber todo mundo que está dentro do avião porque, quem sabe, eu pesco alguma coisa no avião". Não pode ser assim.

Olha, esse requerimento eu não vou apresentar porque eu não sou terraplanista. Mas, sei não, viu! Esse Bolsonaro podia estar querendo tirar, Pimenta, essa tornozeleira para entrar nesse voo. Em vez de ficar 27 anos preso na Polícia Federal, querer dar volta em torno da Lua. É bem próprio de um bolsonarista.

A gente vota é "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estão encerradas as falas, pergunto se todos já votaram.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que publique o resultado.

Abertura do painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votaram SIM 12; NÃO, 19.

Estão rejeitados os Requerimentos 3 e 4.

Últimos itens para a votação desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itens 19, 128, 129, 130 e 131, referentes à convocação e quebra de sigilo da Sra. Danielle Fonteles.

Já abro a votação.

Determino à Secretaria que abra a votação.

(Procede-se à votação.)

Pelo Governo, quem fala, Líder Pimenta?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Sr. Presidente, o voto... O nosso voto – só para orientar – é "não".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pela Oposição falam os Deputados Alfredo e o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Governo começa, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, trata-se de mais um requerimento, de tantos outros que já foram apresentados, que não tem qualquer nexo, qualquer relação com o objeto desta Comissão.

Aliás, Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exa. que eu já vi alguns desses mesmos Parlamentares, desses mesmos personagens que estão aqui hoje para encher a boca para acusar sem prova o filho do Presidente Lula... Sem provas. Desafio que nos mostrem aqui um documento, uma prova, além da fala do ladrão de carros, que é a testemunha que, segundo eles, merece credibilidade.

Sr. Presidente, como pode, Sr. Presidente, um Parlamentar da República, um Deputado, um Senador, a partir de uma informação...? A própria imprensa colocou cheia de cuidados "diz a testemunha", "fala a testemunha", mas não mostra um documento, não mostra nenhuma prova. Aqui vão além do que a imprensa teve coragem de insinuar e afirmam, cometendo crime. E vão responder por esse crime.

O senhor já deve ter ouvido falar também que o filho do Presidente é o dono da JBS, que tinha uma Ferrari de ouro, era dono da Oi, era dono de uma fazenda de gado no Pará. Tantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

outras mentiras que esses mesmos personagens espalharam, Sr. Presidente, sempre com a mesma prática criminosa de destruir reputações, de enxovalhar a vida das pessoas com mentiras. Essa é a prática que caracteriza esta extrema-direita que nós temos aqui, que se alimenta da mentira e de *fake news,* e que não tem nenhum escrúpulo para fazer a disputa política. E nós estamos aqui hoje, mais uma vez, assistindo a esse filme que o Brasil conheceu.

E como é que acaba tudo isso, Presidente? Como é que acaba a mentira de que a urna eletrônica é falsa? Como é que acaba a mentira de estimular as pessoas de que houve roubo na eleição? Acaba com o líder da organização criminosa na cadeia. É assim que termina na democracia.

O chamado inquérito das *fake news*, das mentiras feitas de forma organizada, de forma industrial não é uma coisa nova. Por isso não nos surpreende. Eu só lamento, lamento o nível ou a falta de nível a que chegam alguns integrantes desta Comissão tentando, mais uma vez, com a mentira e com a manipulação, buscar o seu minuto de fama, não é, Presidente?

Então, votamos "não", votamos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pela Oposição, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu estava aqui na leitura. O senhor pode dizer qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Itens 19, 128, 129, 130, 131, Danielle Fonteles.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, tenho visto aqui muitos discursos, principalmente discursos de requerimentos fora do contexto.

Pois bem, quem é Danielle Fonteles? Quando foi feito, nesta CPMI, um pedido para afastamento de quebra de sigilo, um Deputado, que tem uma oratória muito boa, disse aqui que Danielle Fonteles tinha negociado uma casa com o maior bandido desse esquema, chamado Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo Antunes, pelo valor de 5 milhões, uma casa na Bahia, em Trancoso. Deixe-me contar a novidade: apareceram mais 5 milhões direcionados a Danielle Fonteles. Danielle Fonteles recebeu mais de 10 milhões do esquema do Careca do INSS, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

apenas direto pelo Careca do INSS, também pela Spyder, uma empresa que recebeu através da Arpar. Mas, mais do que isso, a Brasília Consultoria, uma empresa formada para lavar dinheiro do Careca do INSS – os senhores se lembram da Brasília Consultoria –, botou no balancete dela o nome sabe de quem? Da Sra. Carolina Fonteles. Olha, quem é a Sra. Carolina Fonteles? Irmã da Sra. Danielle Fonteles.

Aí eu fico me perguntando, minha gente: que casa?! A casa saiu de 5 para mais de 11 milhões. A irmã, direto na Brasília Consultoria, no balancete.

E quem é Danielle Fonteles? Publicitária que foi do PT. Danielle Fonteles recebeu milhões de reais do esquema do INSS.

Aquele requerimento anterior da passagem... Olha, eu não sei por que fizeram tantos dias. Eu não falei nada até agora, mas, Polícia Federal, pegue o voo – que impediram aqui a lista de passageiros – do dia 8 de novembro de 2024 para Portugal, JJ... e tem aí, e os senhores irão encontrar uma quadrilha dentro do avião. E, aqui, sem nenhuma invenção: no dia 8, quem estava ao lado de Careca do INSS no avião era o filho do Presidente da República. E, se isso for mentira, eu renuncio à relatoria – renuncio à relatoria!

Então, eu acho que deveria ser justa a aprovação. Pena, mas a Sra. Danielle Fonteles é que liga diretamente o filho do Presidente da República, o Sr. Fábio Luís, ao Sr. Careca do INSS.

Então, nós estamos dando o caminho. Para mim pouco importa. Eu estou apenas dizendo – foi a primeira vez; nunca passei para a imprensa, nunca disse a ninguém –: o Sr. Careca do INSS está diretamente ligado ao Sr. Fábio Luís, filho do Presidente da República. Quem pode esclarecer quais foram as ligações serão os documentos que nós estamos pedindo aqui, inclusive do voo do 8 de janeiro, e a quebra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e o afastamento de sigilo da Sra. Danielle Fonteles, que recebeu, de várias formas, diretamente do Careca do INSS. Blindagem tem nome, blindagem se chama Danielle Fonteles, que está diretamente envolvida com o Careca do INSS – roubo de aposentados e pensionistas. Não falei até agora, mas não estou aguentando mais essa blindagem descarada. É uma pena que o Governo esteja tratorando quem quer investigar, e nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

melhor do que a transparência e a luz do dia para colocarem luzes no maior esquema de roubo de aposentados e pensionistas.

E, para finalizar, um Deputado levantou: "Não, você disse onde estava o foragido". Não, eu disse o endereço que o foragido deu aqui, quando veio depor, para dizer à Polícia Federal – para dizer à Polícia Federal – que o endereço é público, que vá à casa do foragido. Mas tenho certeza de que a Polícia Federal foi.

Então, Danielle Fonteles, que pode ser blindada daqui a pouco, poderia esclarecer, com o dinheiro que foi para conta dela, mais de R$11 milhões, quem recebeu mesada na República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pelo Governo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Só um esclarecimento, Presidente. O Relator falou 8 de janeiro, mas imagino que...

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – Novembro.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... era 8 de novembro, eu acho, não é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – De novembro, mas vou dizer exatamente o voo e a data.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – É novembro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É que ele falou janeiro. Só para... Porque aí já...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oito de novembro de 2024, no voo Latam JJ 8148, Guarulhos-Lisboa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo Governo, quem fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, eu, na minha simples opinião e singela opinião: o Relator já deixou de ser Relator há muito tempo. Eu acho que agora ele tem um determinado lado. Isso – é evidente – é um direito que tem, mas as análises não são feitas com a isenção necessária para quem vai fazer um relatório. É a minha opinião e quero apostar no que vai vir nesse relatório.

Há muito tempo que, em vez de se ver o conjunto da obra, a história do que aconteceu, só existem olhos para a posse do Presidente Lula, que, no final das contas – infelizmente o Relator não quer reconhecer isso; provavelmente não reconhecerá no relatório –, foi no Governo do Presidente Lula que se iniciou o processo de averiguação, de punição, de pagamento de volta aos aposentados daquilo que foi roubado, ou seja, a investigação só prosperou agora, o dinheiro só está sendo devolvido agora e só agora as pessoas estão sendo presas. Isso é um fato. Se isso não estiver no relatório, esse relatório não é isento, porque essa é a realidade.

Precisa estar no relatório outro fato concreto: a partir de 2018 e 2019, passou a existir um monte de entidade picareta, e essas entidades picaretas foram atrás de aposentados, colocaram como se fossem filiados, descontaram R$30, R$40, R$50 dos coitados dos aposentados, que eram milhares, e virou bilhões. E isso aconteceu no período de 2018, 2019 e veio até 2024, quando, aí sim, por uma série de circunstâncias, mas também por ser um Governo que quer fazer as investigações, isso parou. Foi, portanto, repito, desautorizado qualquer tipo de desconto de aposentados e, a partir daí, a investigação está seguindo.

Bem, não foi feito absolutamente nada durante o Governo Jair Bolsonaro. Agora, são muitos os que vão, visitam Jair Bolsonaro e voltam com uma determinada orientação de fazer, aqui dentro, disputa política. E é isso que está fazendo com que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito seja vista com olhos agora pela população de desconfiança. Eu recebo muitos telefonemas. Por onde eu ando, as pessoas desconfiam: "Ora, o Relator não vai olhar realmente o que aconteceu e concretizar nos fatos da roubalheira do INSS? A CPMI vai ficar escondendo, por exemplo, esquemas que não são colocados para votação de requerimentos?". Eu já disse vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aqui que não são colocados para que a oposição diga que há blindagem apenas daqueles que querem se ater ao processo da CPMI, que somos nós.

Ora, eu apresento um requerimento em relação ao Governador Zema, que foi felizmente aprovado, porque eu tenho elementos de que o Governador estava numa financeira e a financeira pertence à família dele. Ele foi o Presidente dessa financeira até ser eleito Governador, foi o Diretor-Presidente, e essa financeira, no período das eleições, exatamente no segundo turno, conseguiu um acordo de um ACT para fazer desconto de crédito consignado, coisa que ela não fazia. Ora, isso é um dado concreto que eu estou colocando.

Agora, abstrair uma notícia que ninguém viu, que não se apresenta, de que tem um avião, de que tem passageiros e quer que a gente aprove uma quebra, não é razoável. Colocam-se nomes de pessoas e se diz "Receberam milhões", mas também não se apresenta um recibo disso. O que tem em relação ao Frei Chico? Nada. O que tem em relação ao Lulinha? Nada de concreto apresentado. Vão pegar a fala de alguém que está em litígio, em brigas e querer transformar isso em realidade. Então, a CPMI acaba virando um palco de disputas políticas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Se eu for trazer para cá tudo aquilo que eu tenho contra Jair Bolsonaro, os filhos dele, um deles foragido lá para fora, e vincular aos problemas para fazer disputa política, a nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não vai funcionar. Então, é isso que nós fizemos.

Não há blindagem. Há, sim, uma avaliação daquilo que para a gente é essencial aqui ser discutido. Isso precisa ser respeitado, são opiniões diferentes. Basta que a gente discorde e aí querem fazer uma taxação disso ou daquilo. É da disputa política, a gente sabe disso, eu sou Parlamentar há anos. Mas, agora, quando inicia da parte do Relator esse tipo de condições, realmente nós vamos precisar analisar com lupa o que é o relatório para saber se esse relatório é para perseguir o Governo do Presidente Lula ou, de fato, para desvendar quem roubou dos aposentados, que é a nossa intenção.

Por isso, a gente vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos para o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para encaminhar.) – A Sra. Danielle Fonteles é uma operadora de recursos ilícitos do PT não é de hoje. O seu histórico mostra que ela sempre esteve à disposição do crime. Esse aqui é o está dando publicidade: "Ex-publicitária do PT atuou com o Careca do INSS [vamos falar a palavra popular] em negócio de [maconha]". Eles usam outro nome aqui para poder tentar esconder. Mas é ligação clara com o tráfico, com coisa ilícita. "Negócio de *Cannabis*" – isso é para inglês ver. Mas nós não vamos tapar o sol com a peneira.

Agora, olha o currículo dessa operadora de dinheiro ilícito do PT. Ela já atuou, inclusive, nas campanhas passadas, e na Operação Lava Jato ela foi delatora. Ela foi uma das pessoas que narrou como era feita a transição de recurso ilícito. Como que eles lavavam o dinheiro com empresa de publicidade. Portanto, ela é figurinha conhecida. Mas não satisfeito o PT com a delação dela, ela também atuou na campanha da Dilma, com o mesmo esquema que é conhecido.

Agora, a Sra. Danielle, com essa relação de promiscuidade para com o Careca do INSS, diz aqui: "'Pessoal, criei [um] grupo para acompanharmos passo a passo o trabalho da avaliação do Projeto [...] [da maconha]', escreveu Danielle". Essa mensagem foi enviada em 17 de outubro de 2024.

Portanto, o cinismo não me espanta muito, porque eu conheço muito bem como é o processo de lavagem cerebral para recrutamento para camicazes do partido de esquerda. Os que sobrevivem colocam literalmente uma viseira, não enxergam um palmo na frente do seu nariz, não têm bom senso, não se dedicam à verdadeira causa e se entregam de corpo e alma para proteger essa criminalidade.

Essa relação do Lulinha com o Careca, volto a dizer, eu fui o primeiro Deputado a denunciar isso aqui na Comissão e em Plenário, talvez seja uma grande oportunidade para que o Lulinha esclareça o seu patrimônio. Porque, naturalmente, até hoje ele não consegue até falar... Como ele está vivendo em Portugal? A atividade que ele tinha aqui no Brasil, talvez nem dinheiro para passagem teria para comprar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Roberta que esteve aqui, amiguinha íntima, também uma das operadoras, essa mesma que levou o Careca dentro do Governo para tratar da liberação da maconha, tem relação com o Lulinha. Portanto, é óbvio que os Deputados e Senadores ligados à esquerda, ligados ao Lula, que têm um histórico de corrupção – o Lula não está inocentado dos roubos que cometeu; a Justiça deu um tempo para ele mas, daqui a pouco, tenho certeza de que ele retornará para onde nunca deveria ter saído –, trabalham como camicazes, fazem narrativas, mas não conseguem provar a inocência dessas pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Votar pela não convocação da Danielle é dar um carimbo de apoio à criminalidade. Saber que esses 5 milhões, que viraram 10, que viraram 11... Saber que essa moradia escandalosa do Lulinha na Espanha está sendo financiada, essas casas financiadas com a conivência do PT, dos partidos da base do Lula, que, com a maior cara-pálida, vêm aqui falar de inocência, falar de isenção...

Portanto, eu também tenho andado muito não só pelo Espírito Santo. Sr. Presidente, Sr. Relator, o Brasil está orgulhoso do trabalho da oposição aqui nesta Comissão, por ter coragem de enfrentar os temas, por ter coragem de não blindar ninguém, para que a verdade possa aparecer.

Sim, a Danielle tem que ser convocada. Quem votar contra a convocação dela bota o seu carimbo de conivência com essa roubalheira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

Pergunto se todos já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que abra o painel e publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votaram SIM 12; NÃO, 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão rejeitados todos os requerimentos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Assim, Presidente, o único destaque aprovado foi o do Governador Zema, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois aguardo que ele venha aqui, porque ele vai dar um banho aqui em cima da "petezada" e mostrar quem realmente roubou o Estado de Minas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e o Brasil. Que o Zema venha logo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Muito bem recebido aqui.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Eu tenho certeza de que, se essa votação fosse aberta ao público, o resultado ia ser diferente.

E, quando nos chamam de canalha aqui, por fazermos referência a uma reportagem...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, estão abertas as inscrições?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... o jornalista Fernando Rodrigues, do *Poder360*, é um dos jornalistas mais premiados da história do jornalismo brasileiro, vencedor do Prêmio Jabuti, em 1994, quatro Prêmios de Jornalismo Esso, ele ganhou o maior prêmio do jornalismo americano em 2018.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Fernando Rodrigues estudou em Harvard.

Quando um jornalista chama... Quando um Deputado chama de canalha um jornalista brasileiro tão premiado, é uma agressão à democracia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Que Deputado chamou de canalha?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nos chamou de canalha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Qual Deputado chamou o jornalista de canalha?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – O jornalista Fernando Rodrigues...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem chamou?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... um dos jornalistas mais premiados da história do jornalismo brasileiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quem chamou o jornalista de canalha?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa e será retomada às 15h30.

(*Suspensa às 14 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 48 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Senhores, nós encaminhamos hoje ao Banco Central do Brasil acerca da proposta desta Presidência para a realização de auditoria nos empréstimos consignados já contratados e descontados de aposentadorias e pensões. Essa proposta envolve suspensão dos contratos de empréstimos consignados com desconto em aposentadoria ou pensão firmados até a presente data por seis meses e a realização, durante tal pausa emergencial, de auditoria com vistas a apurar irregularidade da contratação desses empréstimos. A medida não afetaria a contratação de novos empréstimos consignados. Aguardamos uma pronta resposta do Banco Central a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teríamos hoje dois depoentes. O segundo deles, Sr. Silas da Costa Vaz, apontado como Secretário da Conafer, foi devidamente intimado por meio do seu advogado, Sr. Elídio Ferreira. Ontem, por volta de 8h da noite, o convocado Silas da Costa Vaz apresentou atestado informando sua impossibilidade de depor. O atestado médico foi emitido em 29 de novembro, mas só foi trazido à Comissão ontem. Ainda, o Sr. Silas reside no Distrito Federal e apresentou um atestado de uma cidade do interior do Amazonas. Diante disso, esta Presidência requisitou informações complementares e acionará a junta médica para que apure a condição médica do depoente. Se for o caso, esta Presidência adotará as medidas cabíveis para agendamento de nova data, mediante condução coercitiva.

Quero pedir, portanto, ao advogado Sr. Elídio Ferreira, que apresentou a documentação ontem à noite, que, por gentileza, proceda ao comparecimento do Sr. Silas à junta médica, para que se evite o pedido de condução coercitiva, que esta Presidência não hesitará em fazer, para que o Sr. Silas possa trazer as explicações a esta Casa.

Oitiva do Sr. Américo Monte Júnior, empresário, Requerimento 1.342, de 2025, do Deputado Rogério Correia. O Sr. Américo Monte Júnior já se encontra conosco.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques no Habeas Corpus 265755, no qual deferiu parcialmente o *habeas corpus* nos seguintes termos: "Entendo, desse modo, assistir parcial a razão à parte impetrante, devendo ser garantido ao paciente todos os direitos relativos aos investigados intimados para interrogatório. [Portanto, ele vem na condição de investigado.] Em face do exposto, concedo em parte a ordem de *habeas corpus* para garantir ao paciente o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade, em razão da condição de investigado não testemunha, a assistência de advogado e, por fim, não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício desses direitos".

Ainda assim, feito esse esclarecimento, pergunto se o depoente aceita prestar o juramento de falar a verdade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – No microfone, por gentileza.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Não, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, quero saudar o advogado. Não vi o nome do senhor, Doutor. Doutor, prazer.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO (*Fora do microfone*.) – Como vai o senhor? O senhor está bem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quero saudá-lo. O senhor já conhece bem o procedimento. Se precisar interromper a qualquer momento a fala ou a sessão, o senhor poderá. Em caso de algum tipo de tratamento que o senhor considere desrespeitoso, acione esta Presidência, e não os Parlamentares, para que a gente possa manter aqui a devida condição da nossa sessão.

Eu quero também aqui aproveitar, mais uma vez, com essa decisão do Ministro Kassio Marques, Ministro Nunes Marques... Eu digo sempre o seguinte: há um respeito muito grande pelo Supremo, mas o Parlamento tem de se levantar. Nós precisamos mostrar claramente que o país precisa de um reequilíbrio entre Poderes. Não é mais possível o que está acontecendo.

Ontem, a decisão do Ministro Gilmar Mendes foi uma demonstração clara de absoluto desrespeito ao equilíbrio entre os Poderes. Se existem vácuos, se existem lacunas na legislação, é dever de peso e contrapeso da Constituição que o Parlamento seja consultado, porque somos nós quem fazemos as leis e nós temos que ter coragem de dar respostas, mas não mais aceitarmos passivamente, como a Presidência anterior desta Casa aceitou, uma decisão monocrática parar um Parlamento inteiro, especialmente 81 Senadores.

E agora, uma decisão que está, a meu ver, totalmente fora da Constituição: a questão de *impeachment* de Ministro do Supremo no Tribunal Federal é decisão do Senado, e não é mais Procurador-Geral da República, que é quem participa do processo, mas esta Casa tem que ter a coragem de se manifestar, não é mais possível isso.

Já está na Câmara um projeto de lei que acaba com decisões monocráticas. Eu espero que o Presidente Hugo Motta tenha a coragem de colocar em votação, não por retaliação – eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

falado isso bem –, mas por responsabilidade com o Brasil. Nós precisamos reequilibrar. Hoje há uma interferência absurda do Supremo Tribunal Federal nas decisões do Parlamento.

Esses *habeas corpus* são uma demonstração clara de um recorte, porque essa é uma investigação independente, não tem ligação nenhuma com o Supremo, não tem com a Polícia Federal. E vem aqui um *habeas corpus* que tira de uma das nossas testemunhas – para nós, mas que vem como investigado, que está em um caso de quase R$1 bilhão – de poder não responder às perguntas dos Parlamentares. Isso é um absoluto desrespeito a esta Casa, e nós não podemos mais tolerar esse tipo de situação. Nós precisamos reequilibrar os Poderes entre o Brasil.

Como o Sr. Américo está dispensado do juramento, passo a palavra para que ele possa fazer uma apresentação nos próximos 15 minutos.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, Senador Carlos Viana; Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Meu nome é Américo Monte Júnior, tenho 46 anos, casado, sou empreendedor, resido no Estado de São Paulo. Vou fazer um breve relato aqui.

Eu informo a V. Exas., sempre com muito respeito, que vou exercer os direitos que me foram garantidos como investigado pela decisão do Exmo. Ministro Nunes Marques, em sede do HC. Ponto 1: exercício do direito ao silêncio, sem condicionais. Número 2: exercício do direito de não assumir o compromisso de dizer a verdade em razão da minha condição de investigado.

Então, eu agradeço a atenção dos nobres e das Excelências, mas eu vou me manter em silêncio. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu desejo apenas lembrar ao Sr. Américo Monte – e a defesa está acompanhando – que perguntas qualificadoras e públicas não podem deixar de ser respondidas. Para as perguntas que o senhor entender incriminatórias ou não, é claro, é um direito que lhe foi dado, mas às perguntas de qualificação e públicas o senhor, por gentileza, responda.

Com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, hoje é um dia muito especial. Especial por quê? O Brasil tem acompanhado, ao longo dessa jornada, um trabalho sério conduzido por V. Exa. E hoje é a última sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito no ano de 2025.

Olha, quando começamos a jornada, havia uma desconfiança muito grande sobre se tudo isso iria terminar em pizza. Eu tenho ouvido aí: "O Governo tem a maioria e não aprova o relatório". Olha, às vezes é muito mais importante a jornada do que a chegada. E a jornada está sendo acompanhada e fiscalizada pelo povo brasileiro. Nós chegamos aqui sem conhecimento aprofundado dos fatos e dos detalhes, mas todos, sem exceção, cada qual com a sua preferência, procuraram estudar a matéria e hoje viram que o sistema de previdência social vem sendo atacado há muito tempo.

Presidente, não tem sido uma jornada fácil. Quase 30 depoimentos; sessão média de dez horas por depoimento. E nessa jornada encontramos muitos obstáculos, entre eles os *habeas corpus* dados pelo Supremo Tribunal Federal, que têm atrapalhado muito a busca e o esclarecimento da verdade. E o que mais tem atrapalhado não são os *habeas corpus* em si; é que cada ministro é uma instituição, e cada *habeas corpus* vem de uma forma modulada e diferente. Nós não temos uma padronização.

E aí, Presidente, eu queria dizer a Minas Gerais – não o conhecia – do orgulho que sinto de estar irmanado com o senhor nessa jornada. Presidente, as pressões não têm sido pequenas. Os pedidos não são poucos. Negar pedido publicamente é fácil; difícil é fazer isso entre quatro paredes. E, Presidente, o senhor conduzindo esta CPMI tem se portado de maneira a honrar a nação brasileira. Por isso, eu quero dizer a V. Exa. do orgulho que sinto de estar aqui sob a sua condução.

Mas, Presidente, meu coração também dói. Passei 24 anos numa jornada de promotor de justiça. Sentei com muitos investigados, com muitos réus, sentei com o povo brasileiro; às vezes como testemunha, às vezes como vítima, às vezes como acusado... Mas, nesses meus 24 anos de atuação no Ministério Público, eu nunca deixei de escutar nenhum desses atores porque saiu um *habeas corpus* para não permitir o aprofundamento da investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, nessa jornada, eu ainda não tive a satisfação de ouvir um investigado ou uma testemunha mais importante que não chegue, antes dela, uma comunicação do Supremo Tribunal Federal, dando todos os direitos e mais alguns, que, para mim, exacerbam o direito constitucional de defesa.

E por que eu estou falando isso? Porque eu já posso dizer, na minha vida, que eu conheci duas justiças: a justiça do povo e a justiça dos ricos.

A justiça do povo é aquela em que a sociedade, todo dia, vê milhares de pessoas indo às delegacias, aos fóruns, prestando depoimento em qualquer uma dessas qualidades. Atores diversos. E a justiça do rico é aquela em que você pode praticar qualquer fato, mas você tem a garantia de ultrapassar até os limites que estão previstos na Constituição.

Hoje é o último depoimento deste ano, e se repetem os obstáculos os quais estamos vivenciando.

Eu não conhecia o Seu Américo Monte.

Ó, Seu Américo, o senhor está muito alinhado. É muito bom poder sentar numa CPMI, ter um terno bacana, uma gravata bacana, estar com um cabelo bacana... É muito bom vir para um ambiente desse, mas, antes de chegar, já tem um *habeas corpus* mais bacana ainda.

Eu poderia perguntar, mas ele já disse: não vai falar absolutamente nada, porque está respaldado com um *habeas corpus*. Então, Sr. Presidente, em nome de V. Exa., eu quero parabenizar os Parlamentares que fazem a CPMI, os servidores que têm nos acudido aqui, os jornalistas que têm persistido, e dizer ao povo brasileiro que estamos aqui por um motivo: pelos aposentados e pelos pensionistas.

Passa aqui, por favor. (*Pausa.*)

Passa aí. (*Pausa.*)

Passa mais.

Mais.

Mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta aqui.

Seu Américo, eu vou começar por aí.

Seu Américo, se eu encontrasse o senhor numa aeronave, se eu encontrasse o senhor num hotel, se eu visse o senhor a bordo de um carro, da forma como o senhor se porta, eu diria: "Esse rapaz deve ter sucesso na vida".

Seu Américo, eu conheci um pouco a sua vida financeira.

Olha, esse rapaz que está aí, nem sempre foi assim. Em 2020 e 2021, ele recebeu o auxílio emergencial. Olha só que mudança de vida!

Primeira pergunta que eu faço ao senhor: por que o senhor recebeu o auxílio emergencial?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o Brasil ainda é um país de oportunidades. Recebeu o auxílio emergencial por mais de um ano e, quatro anos depois, virou multimilionário.

Por que Américo Monte está aqui hoje? Para a gente saber se essa prosperidade foi fruto do trabalho ou se essa prosperidade foi roubo do dinheiro dos aposentados e pensionistas.

Vou fazer a segunda pergunta: o senhor recebeu o auxílio emergencial porque estava num grupo de vulneráveis ou porque o senhor viu uma oportunidade de retirar também o dinheiro do povo mais sofrido do Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa.

Seu Américo, aqui eu tenho mais de 14 ou 15 empresas, todas têm como sócio-administrador o senhor. O senhor poderia dizer o que é que representa cada uma dessas empresas?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa.

O senhor poderia me dizer qual é a sua relação com a Aasap?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual a sua relação com a Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu só queria, porque eu não saudei o doutor advogado, saudá-lo. Já esteve aqui e mostrou o exemplo de ser um advogado ético e que tem altura para enfrentar os grandes desafios, Doutor.

O senhor poderia me dizer qual a sua ligação com a Anddap?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer qual a sua ligação com a Master Prev?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Aasap (Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista) iniciou o acordo de cooperação técnico com o INSS em 12 de julho de 2023. Quem foi o servidor atuante? O Jucimar, que esteve aqui conosco. Quem era o Diretor de Benefícios? O André Fidelis.

O senhor pode dizer se conhece Jucimar Fonseca, porque ele disse aqui que conhecia o senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer se conhece André Fidelis?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A Amar Brasil, ACT em 9 de março de 2022; Jucimar Fonseca, o técnico responsável; Diretor da Dirben, Edson Yamada.

O senhor conhece Edson Yamada?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece José Carlos Oliveira?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Anddap (Associação Nacional de Defesa dos Aposentados e Pensionistas). O acordo de cooperação técnica foi em 6 de fevereiro de 2024.

Do Jucimar, o senhor já respondeu e de André Fidelis.

O senhor conhece Alessandro Stefanutto, Presidente do INSS de então?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Master Prev, ACT, 31 de agosto de 2023. Os personagens são os mesmos. Então, não sei quem deu este apelido: os "*golden boys*". Aqui está Américo Monte. E por que ele está aqui? Porque estamos investigando o roubo dos aposentados e pensionistas.

"Ei, Alfredo, por que você citou essas quatro entidades?"

Passe aqui...

Eu citei, porque essas quatro entidades juntas roubaram do povo brasileiro mais de R$700 milhões – mais de R$700 milhões! –, sem prestar serviço ao povo brasileiro. Roubaram dos aposentados e pensionistas mais de 700 milhões.

"Sim, mas em que é que isso explica Américo Monte?"

Passa aí, por favor. Passa mais.

Porque, por meio de procurações, o Sr. Américo Monte passou a controlar todas essas entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Passa mais. Não! Volta lá.

Bora falar da Aasap. O que é que a liga a Américo Monte? Ele tem uma procuração da Aasap. Sim, e quem mais dele está na Aasap?

Micaela ou Micela da Silva Magalhães é o que do senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, minha filha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Diretora Financeira da Aasap.

Waldemar Monte Neto é o que do senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Meu irmão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aasap.

Agora vamos para a Amar Brasil. Amar Brasil. Américo Monte – porque o Américo Monte Júnior é o senhor. O que é que o Américo Monte é do senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, meu pai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foi Presidente... Não. É. Continua Presidente da Amar Brasil.

Micaela foi Vice-Presidente, e ele já disse que é a filha.

Waldemar Monte Neto foi Presidente, ele disse que era o irmão.

Agora, Anddap. Da Anddap, ele tem a procuração.

Da Master Prev, o irmão dele, Waldemar Monte Neto, foi o Presidente.

Quem é Erica Cristina da Silva Monte?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, minha esposa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A esposa foi Diretora Financeira.

O senhor poderia me dizer qual a sua relação com Daniel Dirani?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aqui, por favor. (*Pausa.*)

Passe. (*Pausa.*)

Passe mais um.

Olhem, essas entidades tiraram mais de R$700 milhões roubados do povo mais sofrido do Brasil. Já mostramos uma por uma. Além da procuração para ele, há a procuração para também Felipe Macedo, antes Cordeiro Vasconcelos, e algumas do Igor Delecrode.

"Mas, Alfredo, o que é que essas entidades fizeram?"

Foi feito no Meu INSS um estudo: na Aasap, 99,2%, de 142 mil pessoas – mais de 99% –, disseram que as autorizações de desconto eram falsas; Anddap, 99,1%, de 179 mil pessoas, 99% disseram que era autorização fraudulenta; Master Prev, 99,2% de 272 mil pessoas; Amar Brasil, de 336 mil pessoas, 99,3% disseram que não eram verdadeiras as autorizações para desconto.

E, no meio disso aqui tudo, nós estamos diante daquele que tem autorização, que tem procuração, cujos familiares, pai, irmã, esposa e filha, participaram também, além da procuração que ele tem, dessas administrações.

Passe aqui. (*Pausa.*)

Passe mais, mais, mais.

O senhor teve uma Ferrari ou um Porsche apreendido pela Polícia Federal?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quais carros do senhor foram apreendidos pela Polícia Federal?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe: "PF rastreia frota de R$28 milhões com [...] [os novos] ricaços [...] [do Brasil]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Está aqui perante nós alguém que está sendo investigado pelo desvio, pelo roubo de milhões de reais de aposentados e pensionistas.

Passe aí, por favor.

Olhe, eu acho bonito demais. O cara tem um carro bom, e, às vezes, eu fico assim, admirando. Qual é o problema? Qual é o problema de ser rico? Qual é? Poxa, trabalhou, conquistou, tem dinheiro? Não tem problema. Agora, o problema é ser rico com dinheiro roubado de aposentado e pensionista. E é por isso que hoje nós estamos aqui para continuar a investigação.

Passe aqui, por favor.

Eu vi que o senhor tem um carro de quase R$2 milhões, esse jipe aqui, esse jipe da Mercedes. O senhor pode dizer com qual dinheiro o senhor comprou esse carro de quase R$2 milhões?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olhe, como é dito aqui, falta comida, falta remédio, falta tudo para o aposentado. Olhe, aqui tem os R$30, R$50 possivelmente do dinheiro desviado de milhões de brasileiros.

Passe aí, por favor.

É a última? (*Pausa.*)

Então vamos para os gráficos.

Sabe o que é que às vezes eu fico pensando? Olha, qual é o papel da CPMI? É investigar. Mas, quando chega numa hora dessas em que vem com *habeas corpus*, qual é o papel da CPMI? É poder, pelo menos, sentar o investigado ali, e o Brasil poder vê-lo.

Eu e os senhores, se nós estivéssemos sendo acusados de um fato como esse, eu acho que aqui era o local para se defender e mostrar que estávamos completamente equivocados.

Só vou botar os óculos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Américo Monte Júnior. "Amar Brasil [pai dele, Presidente] tirou R$324 milhões [do INSS] dos aposentados [e pensionistas]", para a ABCB.

Aqui tem uma empresa chamada AMJ. O senhor poderia me dizer de quem é a AMJ Security?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, essa empresa é minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Essa empresa recebeu da Amar Brasil, de que o seu pai é o Presidente, 18,925 milhões. O senhor pode dizer qual foi o serviço que o senhor prestou para Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia dizer quem é Cícero Juarez Saraiva da Silva?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Roberto Rivelino?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Igor Dias Delecrode?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Wilson Roberto Gomes?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Vanessa Peres Vale?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhores, aqui, em relação à Amar Brasil, essa empresa e ele – não vou ler cada esquadro disso –, essa empresa e ele, mais de 15 milhões de... mais de R$20 milhões de movimento através da AMJ, que é dele, foi criada justamente nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

período. Sabe o que foi dito pela AMJ? Qual foi o serviço prestado pela AMJ? Eu perguntei a ele, e ele disse que ia se manter em silêncio. Eu vou responder por ele. Eu vou responder, porque foram mais de R$20 milhões. Sabe qual foi o serviço, Deputado Evair? Nenhum. Não houve serviço. São R$20 milhões. E o mais bonito disso é que o pai, Presidente da Associação dos Aposentados, repassou para o filho mais de R$20 milhões sem prestação de serviço.

Sabe qual foi o serviço que a Amar Brasil prestou a aposentado e pensionista? Nenhum. Foi criada para pegar dinheiro de aposentado e pensionista, e os coitados, todo dia... Os senhores viram, mais de 99% dos que foram pesquisados, 99,3%, nunca deram autorização para aquele desconto daquele dinheiro suado – R$30, R$40, R$50.

Só esse núcleo aqui da Amar Brasil colocou no bolso mais de R$20 milhões.

Passa aí, por favor. (*Pausa.*)

Desculpa.

O senhor pode dizer qual a sua relação com a empresa AMJC?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, é minha empresa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer que tipo de serviço a sua empresa prestou à Aasap?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a CM Consultoria e Assessoria?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Monte Consultoria?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, essa empresa é minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com a Inovare Empreendimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, essa empresa é minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a AMJ, empresa dele, recebeu da Aasap, que é outra associação... Cinco milhões foram repassados para ele. Contem aí, 5 milhões.

A Monte Consultoria, que é dele também, repassou para ele 10 milhões.

A Inovare recebeu dele 8 milhões e depois passou dinheiro para a esposa dele, Érica.

Nove com dez: vinte. Só aqui... Só aqui, nesse outro núcleo de empresa, recebeu R$25 milhões.

Sabe qual foi o serviço prestado pela Monte, pela AMJC e pela Inovare? Nenhum, R$25 milhões.

Agora, vou dar outra informação aos senhores.

Aqui, a Aasap mandou 250 mil para a CM Consultoria. A CM Consultoria é do senhor também?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, sabe para quem a CM Consultoria passou 250 mil? Para a Pizzaria Delícia. E o que é que tem a ver pizzaria no meio disso? Porque o dinheiro... Segundo o que a Polícia Federal detectou, o Sr. Alessandro Stefanutto, que está preso... Ele gostava de pizza com dinheiro. Não é pizza calabresa, nem mussarela, não, é com dinheiro. Mais 250 mil para o Sr. Alessandro Stefanutto, Presidente do INSS.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, aqui foram 25 milhões. Vamos para a outra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Trocaram coentro por folha de dólar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vamos para outro...

Essa aí eu já tinha visto. Só tem esses dois? (*Pausa.*) Esse aqui eu já fiz. Só tem esses dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Pronto. Aqui é a Caap. A Caap os senhores já conhecem, núcleo Cecília Mota, do Rio Grande do Norte. Falando em Cecília Mota... Do Ceará, desculpe. Do Ceará. Falando em Cecília Mota, nós temos que trazer aqui um cidadão chamado Natjo – "natijon". Eu não soube pronunciar o nome, mas ele que está lá do outro lado está sabendo que é com ele. A gente precisa trazer ele aqui.

A Caap mandou R$42 milhões para a F2A Tecnology. Qual a sua relação com a F2A?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, R$42 milhões. A CBPA, que é daquele Abraão Lincoln, mandou mais 2 milhões para a F2A. E a Aapen, também ligada ao núcleo da Cecília, mandou mais 8. Só aqui, R$52 milhões. Sabem os serviços prestados? Nenhum. Diretamente ligada ao Sr. Américo Monte Júnior, ao Sr. Felipe Macedo, ao Sr. Igor Dias Delecrode, ao Sr. Anderson Vasconcelos. Só aqui, nessa brincadeira sem prestação de serviço, vários núcleos se uniram para isso.

Aí, Américo Monte Júnior, sócio da F2A...

Baixa um pouquinho aqui que não está... Consegue? (*Pausa.*) Não, essa não. Trocou. (*Pausa.*) É essa aqui? (*Pausa.*) Essa aqui. Aí eu estou precisando que isso venha um pouquinho para baixo. Só não pode ficar onde está.

Passou para ele, passou para a pessoa física dele, essa empresa que recebeu 50, para ele, pessoa física, passou 8,5 milhões. A F2A também passou para ele aqui mais 1,5 milhão, pessoa física. Aí, recebeu aqui mais alguns milhões – mais alguns milhões. Aí sabe para onde ele mandou quase R$16 milhões? Para a E&A Security. O senhor pode me dizer de quem é a E&A Security?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, essa empresa é minha.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, retirado sabe de onde? Da Master Prev, da qual ele tem procuração, retirado da Caap, da CBPA e do escritório de advocacia da Cecília Mota, que precisamos relembrar, Cecília Mota tem como madrinha e que tinha procuração para cuidar das coisas do INSS, uma Deputada Federal que hoje não tem mais mandato, me parece com o nome de Gorete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Olha, nesse núcleo aqui, nesse núcleo aqui, mais de R$70 milhões movimentados. E onde está Américo Monte nesse grupo? Está aqui, recebendo o dinheiro de toda essa conjuntura criminosa.

Passa aí, por favor.

Essa aí eu já falei. (*Pausa.*)

Américo Monte Júnior. O que é que Américo Monte Júnior tem a ver com essas empresas? É procurador da Master Prev, é procurador da Aasap, é procurador da Anddap.

A ABCB/Amar Brasil, o irmão dele era Conselheiro fiscal; e o pai, Presidente; a filha dele, Vice-Presidente; a esposa, Diretora financeira da Master Prev; a filha, Diretora financeira da Aasap. Olha que família toda dentro das organizações criminosas. Aí ficam dizendo: "Mas você cita o nome da família...". Ei, quem botou a família no núcleo criminoso não fui eu, não.

Então, Srs. Parlamentares, Sras. Parlamentares, o povo brasileiro, essa é uma estrutura criminosa comandada pelo Sr. Américo Monte Júnior, que retirou quase R$1 bilhão do bolso do aposentado, do pensionista.

Me diga... O local de Fernandinho Beira-Mar, para mim, se tivesse pena de morte, era pena de morte; se tivesse prisão perpétua, prisão perpétua. Local de Marcola, tivesse pena de morte, era pena de morte; senão, prisão perpétua.

Bandidos violentos, matam gente para demonstrar força, praticam maldade, estão tomando conta da nação com o crime organizado. E sabe que, quando eu falo assim, sabe que as pessoas aplaudem? Você sabe que as pessoas comentam lá dizendo: "Você está certo. Esses bandidos aí só prestavam para botar uma raça dessa dentro do avião, o piloto pular com paraquedas e esses vagabundos morrerem" – a população aplaude.

Agora, deixa eu dizer uma coisa, Américo Monte Júnior deu um rombo muito maior do que Fernandinho Beira-Mar e Marcola; causou mais dor nas pessoas do que esses dois. E a população, se eu botasse esse rosto com ele vestido dessa forma, talvez a população não tivesse o mesmo sentimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, o que eu tenho aprendido nessa jornada é que nós não podemos olhar a cor, posição social, poderio econômico, proteção política. Nós não podemos ter um Brasil dividido em dois. Um Brasil que quer pena dura para bandido do povo, e um Brasil que aceita *habeas corpus* preventivo para bandido com dinheiro.

O Brasil não pode continuar dessa forma. Nós não podemos levar tapa na cara em cima de tapa na cara! Quase R$1 bilhão... Vai entrar pela porta da frente e vai sair pela porta da frente desta CPMI, porque tem um *habeas corpus* protegendo, mas esse cidadão faz parte de uma organização criminosa que, no mínimo, já que não tem pena de morte e prisão perpétua, deveria estar encarcerado no sistema prisional federal para, quando estivesse recolhido lá, poder dizer quem são os seus parceiros finais, poder dizer quem são os seus protetores políticos.

O Brasil não aguenta mais isso. Vir e ficar calado é um direito constitucional, mas vir solto e sair daqui solto é um tapa na cara do povo brasileiro. Já deveria estar preso há muito tempo: mais de R$100 milhões diretamente para ele ou ligados a ele. Por isso, é fácil: é fácil ter cobertura, é fácil ter fazenda, é fácil ter carros de luxo, é fácil ter roupa boa, é fácil dar luxo à família quando o dinheiro é roubado do aposentado e do pensionista.

Presidente, eu vou encerrar minha participação dizendo, como eu comecei: o Brasil não aguenta mais tanta impunidade. Foi feito um discurso aqui dizendo que, no primeiro dia, eu tinha pedido mais de 20 prisões. Eu pedi e todos aceitaram. Sabem por quê? Porque havia um inquérito da Polícia Federal que embasava isso. E o acerto da decisão é que, um a um, estão sendo mostrados aqui como criminosos que meteram a mão em milhões de reais.

Olha, eu acho certo: o cara vai lá, assalta, rouba um celular, tem que estar na cadeia. Eu mesmo fui Relator do projeto e botei a pena lá em cima. É fácil botar um bandido dessa natureza na cadeia. Agora como aqui, não. Como aqui, o escândalo estourou, o dinheiro foi descoberto, estão luxando e não acontece absolutamente nada.

Ministro André Mendonça, demais membros do STF, Polícia Federal: o povo não aguenta mais tanta impunidade! Essa raça que roubou aposentados e pensionistas tem que ir para a cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Relator Alfredo Gaspar.

Como autor do requerimento inicial, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, obrigado.

Deputados e Deputadas, Sr. Américo Monte, Dr. Levy...

Presidente, o Relator deu aí um resumo bastante detalhado do significado dessas empresas, mas eu gostaria de colocar, Relator, alguns dados a mais, porque realmente é de a gente ficar enjoado, abismado de ver, o que acontece e a rapidez com que essas pessoas enriquecem.

O Sr. Américo Monte tem 46 anos. Está ainda jovem, mas evoluiu muito rápido. Quatro entidades são desse núcleo, o chamado núcleo que o Deputado Paulo Pimenta apelidou de "*golden boys*". São pessoas mais novas que se enriqueceram muito rapidamente, e, em geral, com entidades que não demonstram que prestaram serviços para os aposentados.

A primeira pergunta que eu faço, Américo: quais serviços a Amar, a Master Prev, a Anddap e Aasap prestavam aos aposentados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pois é, se não consegue dizer o que prestaram de serviços aos aposentados, eu vou deduzir que não prestaram os serviços e vou demonstrar, e o Relator já fez isso.

Mas, vejam bem, são quatro entidades que recolhiam dos aposentados, R$40, R$50, R$60, e de milhões de aposentados deu bilhões. Nesse caso, quase R$1 bilhão, por essas quatro entidades, os chamados "*golden boys*" – para o nosso povo brasileiro entender, para os aposentados, como é que o dinheiro ia sendo roubado.

Então, essas entidades que não prestavam serviço nenhum, recolhiam dinheiro dos aposentados. Pegaram o nome desses aposentados através de alguma forma de corrupção, que nós já estamos vendo, dentro do próprio INSS e, a partir daí, faziam os seus descontos. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essas entidades se enchiam de dinheiro, e esse dinheiro, depois, precisava ser lavado. E aí eu vou tentar, também, entender um pouco essa questão da lavagem e tentar mostrar ao povo brasileiro como é que isso acontecia.

Então, quatro entidades, todas com ACTs. Esses ACTs foram feitos em 2022, 2023, até 2024. Teve um ACT, Presidente, Relator, que ele tentou fazer ainda em 2025, de uma nova entidade, que eu vou revelar para vocês, que se chamava Anipab. Porque o negócio estava bom demais, então eles chegaram, ainda em 2025, e fizeram mais uma, mais uma para fazer farra, mas essa não chegou a se concretizar porque tinha terminado o período de se aceitar esses ACTs, como eram aceitos.

Mas veja bem, Presidente, eu fiz aqui para se ter uma noção de como que se enriquecia rápido. A declaração de Imposto de Renda do Sr. Américo Monte, em 31 de dezembro de 2023, era de R$11.075,22, R$11 mil. Já em 31/12/2024 foi de R$7.787.339, ou seja, em um ano, passou de R$11 mil para quase R$8 milhões, um enriquecimento extraordinário no Imposto de Renda. Muito difícil conseguir.

Pois bem, vamos ver como é que é isso, então, acontecia. Eu vou pegar alguns exemplos para ficar claro. Como é que se fazia isso? Entrada para o fundo da Previdência. A Previdência mandava o recurso para essas entidades.

Vou pegar uma entidade, a primeira delas aqui, a Amar Brasil. Então, entraram de crédito na Amar Brasil, no dia 7 de junho de 2024, R$14 milhões, uma TED de R$14.138.042,15, uma TED que veio do INSS, que era dinheiro dos aposentados, descontado para essa empresa, a Amar. No dia 14 de junho, chega lá na conta da Amar Brasil. No mesmo dia, foram pulverizados como? Um milhão para a ADV Serviços Administrativos. Essa é do senhor? A ADV?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais 1 milhão para a AMJ Security Ltda.; 598 mil para a JBG; 323 mil para EMJC; 1 milhão, de Pix, para a EMJC. Essa é do senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E 500 mil para MKT. Então, no mesmo dia, Presidente, chega o valor do INSS, que veio dos aposentados, para a Amar, e a Amar passa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

as empresas deles. Ele não quis dizer de quem são essas empresas, mas ou mas ou é dele, ou é do Felipe Gomes, ou é do Anderson, ou é do Delecrode, são deles, então dos "*golden boys*". Isso aqui é um exemplo que eu peguei.

Olha o exemplo da Master Prev: fevereiro de 2025, 18 milhões, número redondo, chegam lá na conta da Master Prev. Aí já sai no mesmo dia: 150 mil para Anderson Cordeiro de Vasconcelos; 150 mil, Felipe Macedo... Ah não, isso é o que foi depositado para eles, viu? Bem, e aí o dinheiro circula, volta para a mesma Master Prev, indicando ciclagem interna de recursos.

Um outro exemplo aqui, Master Prev ainda, esses 18 milhões: Aldc, 4 milhões, 4,2 milhões; E&A Seguros, 4,420 milhões; FAG-JC, 4,3 milhões; e mais descontos, 956 mil reais. Então o dinheiro chega e, neste caso, em poucos minutos, mais de 13 milhões dos 18 que chegaram foram pulverizados para empresa do próprio núcleo dos "*golden boys*".

Tentaram, como eu disse, criar uma nova entidade que é a Anipab. Essa eles tentaram criar... Eles criaram em 27 de fevereiro de 2025, mas não conseguiram, não deu tempo de fazer o ACT, porque a denúncia já estava grande. E a Anipab, então, não conseguiu fazer mais roubo no INSS. Mas estavam tentando outra, além das quatro.

Bem, fez transferência, o Seu Américo, de 93 mil para Eric Fidelis – o Relator já perguntou sobre isso –, mais 124 mil para Deus é Fiel Church (Sete Church), 124 mil para o Cesar Belluci. Esse foi recurso que o senhor repassou?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Mais 200 mil para o Péricles Albino Gonçalves, Pastor da Igreja Evangélica Campo de Anatote, de Barueri, São Paulo. Foi o senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Américo Júnior foi citado também pelo Felipe Macedo Gomes naquele discurso na igreja Sete Church, em que ele falava que, através do pagamento – e o Sr. Marcos Montes estava lá – do dízimo, ele passou, então, a receber em troca, segundo ele, das mãos de Deus – que ele falou; tenho por mim que deve ter sido mais pelas mãos do José Carlos de Oliveira –, recursos e mais recursos, e aí se abriu o horizonte para eles, através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

de rezas que eles faziam, de joelhos, segundo ele, nos templos da igreja. Parece deboche. Na verdade, eram recursos que vinham não de dízimo, mas do enriquecimento dessas entidades, onde o José Carlos Oliveira foi um que agraciou muito.

E aí começa, então, a haver uma série de formas de lavagem de dinheiro.

O tempo é curto, mas eu vou procurar resumir.

No caso... A revista *Piauí* cita uma empresa que chama BVK. É uma das formas de *fintechs* que nós vamos ter que investigar. Eu vou fazer requerimento disso depois, para quebrar o sigilo dessas *fintechs*. A BVK é uma. A Clava Forte foi outra também que eu coloquei – essa é do Pastor Valadão –, do mesmo jeito que existia para outras igrejas. As *fintechs* passaram a ser, para o povo entender, uma forma de lavagem de dinheiro, porque se recebe nessa *fintech*. Ela é uma espécie de correspondente bancário. Ela não é registrada direto no Banco Central. Então, ela é uma *fintech*, um banco digital, um correspondente que circula por dentro de outro banco, que não faz a fiscalização. E esses bancos, não fiscalizando, não mostram como que esse dinheiro chegou.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Então, se passou a consolidar uma série de *fintechs*, por exemplo, a Clava Forte Bank, do Valadão; o Felipe Gomes tem a WG Bank; o Pastor Belluci tem a BVK Invest; a Amar Brasil tem a OBM Bank; o Felipe Gomes tem ainda o Rendbank. Tudo para fazer uma blindagem. São santinhos de pau oco e, por dentro dessas empresas, desses bancos, dessas *fintechs*, eles faziam, portanto, a lavagem desse dinheiro. Então, isso passou a ser uma moda, uma norma que agora a Polícia Federal está investigando bem. Foi assim que, na Operação Carbono, por exemplo, se descobriram aqueles fundos do PCC, e nós vamos ver que aqui também tem recurso do próprio PCC misturado com esses bancos e com essas *fintechs*.

Presidente, é, portanto, um sistema que vem roubando o aposentado. Essas empresas não prestam serviço nenhum e ao final das contas lavam o dinheiro em *fintechs* que vai voltar para os carros luxuosos, para os vinhos caríssimos, para tudo aquilo que eles ostentam como pessoas bilionárias, milionárias, que depois vão sonegar imposto no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Zé Trovão, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, última oitiva do ano de 2025, nós esperávamos um pouco mais, mas, na verdade, como disse o Relator, a Suprema Corte está passando, na nossa cara, melado para nos chamar de abelha. E para quem não sabe, quando você vira para um peão na roça e fala: "Ô, peão, você é um peãozinho abelha, viu?", você está dizendo que ele não vale nada, que não serve para nada! É o que o STF está fazendo com a gente, está chamando a gente de abelha aqui, viu? Bom, o Gilmar Mendes tentou fechar ontem o Senado Federal também. Então, não tem muito do que se duvidar.

Sr. Américo, muito obrigado pela presença do senhor; pela do nosso doutor advogado, que já esteve aqui conosco, o Sr. Levy; é uma honra recebê-los.

Sr. Américo, eu queria fazer uma pergunta: o senhor é casado?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, sou casado.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Tem filhos?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, tenho filhos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Quantos filhos o senhor...?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Tenho quatro filhos.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Quatro filhos?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Quatro.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Qual é a idade deles?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Uma filha de 26, um filho de 22, um de 21 e uma filha de 9.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Entendi.

Sr. Américo, eu queria muito, antes de fazer as perguntas, dizer que eu sempre falo a todos os sentam nessa cadeira que eu parto do pressuposto de que o senhor tem todo o direito da presunção de inocência, mas a presunção de inocência também vem acarretada de uma certa obrigação de, pelo menos, quando possível, esclarecer fatos que são notórios. Eu acho que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

senhor deveria falar um pouco mais. Sei que o senhor não quer falar, tem um direito constitucional, mas falar não faz mal. Quando a gente tem a capacidade ou tem a consciência de que não cometeu crimes, a gente fala.

Nós não estamos falando apenas de irregularidades, nós estamos falando de um sistema criminoso que foi muito bem trabalhado, adaptado e coordenado para roubar pessoas da idade da avó do próprio senhor, que está aqui, diante de mim. Então, nós estamos falando de pessoas que – assim como o senhor talvez tenha vindo de uma família pobre – muitas vezes são de famílias pobres, ou, pior, tem algumas que são de famílias miseráveis. E o que mais nos dói é que essas pessoas só têm este Parlamento para defendê-las. Este Parlamento é a última esperança que nós temos!

Amar Brasil, o pai do senhor continua como Presidente?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, ele é o atual Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Atual Presidente.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Isso.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – A antiga Presidente faleceu recentemente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor tem conhecimento de quem são os presidentes das demais, como Master Prev, Anddap, Aasap? O senhor sabe quem são esses presidentes?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu pergunto porque a instituição de que o seu pai é Presidente e as demais já desviaram quase R$1 bilhão, 700 milhões. E, paralelamente, com essas explosões todas que aconteceram, suas empresas foram criadas justamente após o acordo...

Pessoal, se vocês puderem fazer silêncio, eu agradeço.

... justamente após o acordo com o INSS. E as suas empresas, misteriosamente, começaram a receber milhões de reais. Por exemplo, a AMJ Security recebeu 38,2 milhões da Amar Brasil. A Inovare Empreendimentos comprou... É uma empresa que foi criada com capital de 50 mil, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

comprou mais de 13,2 milhões em imóveis em espécie. O senhor acha... O senhor pode pelo menos me confirmar se isso é verdade ou mentira?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – As respostas do senhor aqui seriam fundamentais, porque eu não quero lhe acusar. Mas, Sr. Américo, a sua empresa AMJ Security foi aberta exatamente no mesmo mês da assinatura da cooperação técnica da Amar Brasil com o INSS. Então, assim, quem estruturou e quem planejou empresarialmente foi o senhor esse negócio. Se o senhor fica em silêncio, o senhor me força a dizer que a AMJ é uma empresa criminosa, porque ela recebeu ilícitos. O senhor entende? O senhor não quer nos falar como esse dinheiro chegou, o senhor não quer. Então, eu vou dizer para o senhor que o senhor usou dinheiro fruto de crimes. Como eu disse, a empresa Inovare, do senhor, tem um capital de 50 mil e comprou 13 milhões de imóveis.

Eu só queria que o senhor me respondesse se é verdade ou mentira, porque às vezes é mentira isso aqui. E eu não posso ser injusto. Imagina o senhor falar para mim: "Olha, Deputado, está mentindo, isso aí está errado". Eu não vou nem continuar. Mas, se o senhor não vai fazer isso, o senhor confirma que uma empresa que não tem condições financeiras, não tem capital, comprou imóveis à vista. Isso é corrupção. Isso é crime.

Eu vi ali que o senhor tem... As suas filhas participam das empresas, gerenciam inclusive algumas entidades e tudo mais. Mas eu vou dizer pela filha de nove anos do senhor, ela não tem nada a ver com isso, não. E, infelizmente, Sr. Américo, o contador do senhor que esteve aqui, eu fui gentil com ele igual estou sendo com o senhor, é o mesmo contador de todo mundo. É a coisa mais doida do mundo. É uma coincidência. É como se eu entrasse no banco e tivesse um assalto e, do nada, a polícia entrasse e eu estivesse com um malote de 100 milhões na mão, eu ia dizer para eles: "Não, mas eu só entrei. Eu sou inocente. É coincidência". Não fecham as contas.

E nos deixa ainda mais estarrecidos porque documentos do Tribunal de Contas da União mostram que 482 mil afiliados foram feitos em etapas próximas a empréstimos consignados. Então, o tribunal está dizendo que todo esse esquema que aconteceu não tem largas escalas, é tudo muito próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Como o senhor explica, por exemplo, que a empresa do seu grupo que atuou em tecnologia financeira aparece justamente como intermediária dessa conversão de consignados em filiação associativa? O senhor consegue pelo menos explicar isso para nós?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu não opero com crédito consignado, não consigo ajudar na resposta.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Porque está aqui, é um relatório do TCU (Tribunal de Contas da União).

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Acredito que seja em relação aos consignados em si, não às minhas empresas.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Mas essa empresa aqui, essa que atua... Essa empresa, por exemplo... A empresa do seu grupo... O senhor tem uma empresa no seu grupo que atua na tecnologia financeira, correto? Porque trabalha com a tecnologia. Dentro do seu grupo, tem uma empresa de tecnologia?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Exato.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Essa empresa está sendo apontada... Ela aparece justamente como intermediária dessa conversão de consignado em filiação associativa. Então, é como se a sua empresa pegasse dados de quem fez empréstimo consignado e transformasse essas pessoas em associados dentro dessas entidades. O senhor tem esse conhecimento?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, é uma empresa de tecnologia. Eu gostaria muito de ajudá-lo, mas, no processo, a gente vai fazer a devida defesa do processo legal. Eu não tenho como explicar aqui.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O senhor já disponibilizou toda a documentação de todas as suas empresas?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu não fui ouvido ainda. Eu não tenho...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não foi ouvido.

O senhor se compromete com esta CPMI de nos fornecer todas as documentações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu acredito que os meus advogados... Tudo o que for necessário pode ser solicitado a eles.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – O.k.

O senhor pode explicar qual era a contrapartida concreta das suas empresas?

Eu não vou nem perguntar isso aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... porque é sobre a Amar, e o senhor já falou que não vai responder.

Sr. Américo, eu lhe agradeço pelo menos por esse esclarecimento.

Mas eu quero deixar um recado, Presidente, ao povo brasileiro. Todos os criminosos serão presos, condenados e pagarão caro por isso. E eu espero que todo o dinheiro volte ao bolso do povo brasileiro. No meu Estado de Santa Catarina, são 111 mil aposentados que tiveram dinheiro da sua conta retirado. São mais de 100 mil famílias. Quando a gente fala num aposentado, a gente tem que pensar que, muitas vezes, um aposentado cuida de outra pessoa. A justiça precisa ser feita. E este Deputado encerra hoje, nesta CPMI, com a garantia de que eu não vou parar até o último criminoso ser preso.

E digo também, Sr. Américo, que, se o senhor for inocentado, eu ficarei muito feliz. Eu espero que toda a sua trajetória de sucesso nesse curto tempo não seja fruto do crime, mas fruto de um trabalho suado. Mas, se o senhor for criminoso, eu espero que o senhor passe pelo menos uns 20 anos na cadeia, porque, no Brasil, é assim: a pena não é perpétua, não demora muito tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Assim, eu encerro minha participação, agradecendo ao senhor por todo o serviço que o senhor prestou neste ano, na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E quero dizer ao senhor que, com grande orgulho, foi graças à interpelação deste Deputado aqui que o senhor está sentado aí hoje e nós temos um Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque, naquele dia, eu disse que nós tínhamos que ter fé e lutar para vencer as eleições aqui da CPMI.

Então, eu fico feliz de ter ajudado a escolher o melhor Presidente de CPMI da história do Congresso Nacional e o melhor Relator da história desse Congresso, Alfredo Gaspar, e o nosso Senador Carlos Viana, que será reeleito com uma votação muito maior do que da primeira vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, umas perguntas muito rápidas aqui.

O senhor é o titular da empresa AMJ Security Ltda., correto, Sr. Américo?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Correto, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O que essa empresa faz, qual é o objeto social dela?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O objeto social, o senhor fica em silêncio.

Essa empresa recebeu valores da Amar Brasil Clube?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor também é o titular da AMJC Serviços Administrativos e Cobrança Ltda.?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Qual empresa, Excelência?

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – AMJC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Sim, sim, Excelência. AMJ, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o que é o objeto social dessa empresa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Consta aqui que essa empresa... Os números vão variando segundo aqui o corte temporal, mas, em um demonstrativo que eu tenho, consta aqui um recebimento de R$25 milhões da parte dela, da Amar Brasil Clube. Foi esse o valor que foi recebido? Mais, menos?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Que serviços que a AMJ Serviços Administrativos prestou à Amar Brasil Clube?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – A Amar Brasil Clube é presidida pelo seu pai?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Atualmente sim, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E ele é o verdadeiro gestor ou é o senhor?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O senhor colocou o seu pai lá para ser uma pessoa interposta ou ele realmente administrava a empresa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Meu pai é atuante na entidade, mas eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – E o senhor gestionava também essa entidade?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Eu tinha uma série de perguntas a fazer aqui, até peço desculpas pela repetição de algumas que já foram feitas pelo Relator, mas só para me certificar, só queria retratar o quadro aqui geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Veja, a Amar Brasil Clube recebeu R$316 milhões, segundo um quadro que eu tenho aqui, de descontos associativos de aposentados e pensionistas; 99%, segundo ali apresentado pelo Relator, não concordam com esses descontos.

O senhor não sabe me dizer o que a Amar Brasil Clube fazia, embora fique claro para mim que o senhor tem ingerência nessa empresa e o seu pai, não sei se é um laranja, ou pessoa interposta, ou trabalha ali de alguma maneira, mas enfim, o senhor não sabe me dizer.

Aí a sua empresa pessoal recebeu R$25 milhões da Amar Brasil Clube, ou seja, o fluxo do dinheiro está indo para o senhor e para a sua empresa. O senhor não responde o que ela faz.

O que a gente leva à conclusão aqui, Sr. Américo, é que o senhor está lavando dinheiro. Na outra ponta aqui foi feita a ligação com empresas controladas por funcionários do INSS, como o Stefanutto. É disso, então, que a gente vai sair aqui com a impressão? O Brasil vai sair com essa impressão do senhor: "Eu lavei dinheiro de aposentados e pensionistas e paguei, com isso, suborno para funcionários do INSS." Esse é o seu trabalho, Sr. Américo? Ou o senhor gostaria de esclarecer alguma coisa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, no momento certo, eu vou responder.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – O momento certo é agora, Sr. Américo. Quem tem a verdade do seu lado, quem tem os fatos pode chegar aqui e falar. Se não tem, realmente fica na postura como o senhor. Todo mundo sabe isso. Não eu critico por exercer o seu direito de silêncio – é o seu direito –, mas assim o senhor sai daqui com a testa tachada de lavador de dinheiro profissional.

O senhor não tem nenhuma explicação? Tem interesse de fazer algum esclarecimento?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente, eu quero aqui apenas retomar o tema da manhã, porque a gente está vendo que, nesta CPMI, apesar dos discursos, claramente existe uma divisão. Existe uma oposição ao Governo Lula, que requereu a CPMI, e esta CPMI foi constituída a despeito de o Governo Lula trabalhar para que não fosse. E aí, de repente, vêm integrantes do Governo tomar quase como posse desta CPMI. Perderam aqui na indicação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência e do Relator – por cochilo, provavelmente –, mas, em todas as votações, o que a gente está vendo é uma blindagem. E aí fica difícil o PT e o Lula virem aqui, e defenderem investigações, e ficarem com essa montanha de mentiras a todo momento, quando, na hora de decidir requerimentos de pessoas que receberam dinheiro do Careca do INSS, que é aquela publicitária, a Danielle – foi a segunda vez que nós colocamos aqui o requerimento de votação –, a maioria, a base do PT e do Governo Lula, impediu que fosse quebrado. Ela recebeu 5 milhões.

E, agora, hoje, o país está assustado, porque já sabia que tinha envolvimento do irmão do Lula, o Frei Chico, que, aliás, impediram de ter o sigilo quebrado e de ser convocado aqui para explicar o que ele fazia no Sindnapi, Vice-Presidente, que recebeu milhões de reais roubados dos aposentados. Tiveram até que... O dirigente do Sindnapi se recusou a dizer quanto o irmão do Frei Chico recebia de salário, supostamente algo lícito, mas nem isso foi possível esclarecer.

Agora, a cereja da impunidade, o golpe praticado pela base do Governo, pelo Governo Lula, em fomentar a impunidade foi hoje, Sr. Presidente. Eu sei que não é responsabilidade sua, eu sei que não é responsabilidade do Relator, que têm um propósito diferente, o de fazer essa investigação a fundo, mas hoje a base do Governo adotou aqui uma postura de fomentar a impunidade ao impedir que fosse convocado e quebrado o sigilo bancário e fiscal do Sr. Fábio Lula da Silva, que nós ouvimos, há meses, aqui, que seria o mentor desse esquema criminoso. Se é ou não é eu não sei, mas, quando a base do Governo opera para que a testemunha-chave, o Sr. Edson Claro, ameaçado de morte pelo Careca do INSS – levou à prisão dele inclusive – o Edson Claro, não venha aqui prestar o seu depoimento, quando agora manobra para ter a maioria para barrar a convocação do Sr. Fábio Lula da Silva – nem sei se conseguiríamos ouvi-lo, porque parece que ele está escondido; não sei, está lá na Espanha, saiu do país –, não é uma atitude de quem pretende responder pelos seus atos.

Então, o que eu tenho dito é: esse escândalo de corrupção está no colo do Governo Lula, porque os descontos associativos escalaram no Governo Lula, foram para a casa dos bilhões de reais. Dois: os funcionários, altos funcionários do INSS – Stefanutto, Virgílio, André Fidelis – que chegaram às posições de destaque já estiveram no INSS antes e certamente não são boas pessoas. Podem até ter roubado no passado, mas foram colocados na posição-chave... Presidente do INSS, durante a gestão do Lula, nomeados pelo Lula, com a digital do Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Agora tem lá o Fábio Lula da Silva como um possível mentor desse esquema criminoso, e a base do Governo, vergonhosamente, deturpando o papel de uma CPMI, ao invés de aprovar o requerimento de convocação, o requerimento de investigação, barra essa convocação. É uma vergonha completa essa atuação.

Então, não venham aqui fazer discurso de falso moralismo. Os senhores e senhoras vieram aqui, sim, para obstruir as investigações. Essa é a realidade. Eu saio daqui com a minha consciência tranquila, porque nós cumprimos o nosso papel.

E a CPMI pode até não chegar no Fábio Lula da Silva por conta dessa obstrução, mas tentou, e fez com que o assunto voltasse aos holofotes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... para que um sujeito como esse – aparentemente o Sr. Américo é um lavador profissional de dinheiro – tivesse pelo menos aqui o ônus de vir e exercer esse direito ao silêncio na frente do povo brasileiro. Teve pelo menos o mérito de levar o tema à atenção do Supremo Tribunal Federal, que decretou a prisão de vários desses criminosos; talvez não do mentor principal, porque, não sei, se estão obstruindo aqui, imagino que estejam tentando fazê-lo em outras esferas também, mas a CPMI cumpriu o papel que pôde. Só não foi adiante até o momento – mas espero que isso mude –, por conta da base do Governo, que adotou essa postura contraditória com a presença deles nesta CPMI. É isso, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana, Relator Alfredo Gaspar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A roubalheira do INSS roubou minha voz também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – E falando em roubalheira, Presidente Carlos Viana, no decorrer da CPMI do INSS, a gente teve resgatados alguns programas humorísticos. E Chico Anysio, quando foi questionado por um dos participantes ali da Escolinha do Professor Raimundo, o Chico Anysio pergunta o coletivo de ladrão – e isso foi nos anos 90, hein! –, e ele fala: "INSS". Olha, eu tenho o maior respeito aos funcionários do INSS, mas é muita laranja podre, é muito esquema. Tenho certeza de que o Américo Monte Júnior, participando de quatro empresas familiares envolvendo pai, irmã... irmão, esposa, filha, recebeu uma autorização para queimar R$1 bilhão, quase R$1 bilhão dos aposentados brasileiros. Então, no INSS, olha, se fosse uma empresa privada, estaria todo mundo demitido – desculpa falar isso –, porque é muita contaminação.

Sr. Américo, eu ia fazer perguntas para o senhor, mas o seu esquema aqui é um esquema de "copia e cola". É muito parecido com o Conafer, com o Sindnapi, com o esquema do Careca. São todos muito parecidos, muitos são instituições de fachada, operadores financeiros, recebedores de propinas ligados. Então, a gente tem mais um esquema muito parecido e que...

A gente observa que esta CPMI... Se eu não me engano é a 29ª sessão ou 30ª, né? E ao longo desse tempo, a percepção dos brasileiros com mais de 60 anos foi, assim, muito clara: teve uma perda, de 15% a 20%, de adesão ao Governo Lula, mesmo os eleitores do Presidente Lula estão incrédulos... A gente tem aqui, nas redes sociais dos Deputados de oposição, uma adesão infinitamente maior em relação aos Deputados aqui do PT que estão presentes. Basta você, amigo de casa, entrar na rede de qualquer Deputado aqui do PT. Veja o engajamento que eles têm. Veja o número de comentários que eles têm.

Por isso que eu falei: se a votação, hoje, dos requerimentos de convocação fosse feita por você, que está em casa, certamente a gente não teria perdido, e esse é o peso que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados vão carregar aqui, principalmente aqueles Deputados... E já está sendo divulgado, em redes do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas, de todo o Brasil, o nome de cada Deputado que blindou os bancos, que blindou o filho do Presidente Lula, que blindou aqui representantes como Jorge Messias, Ministro da AGU, que foi citado no *Estadão*, de São Paulo... O filho do Lula foi citado hoje no *Poder360*, do Fernando Rodrigues, o jornalista investigativo mais premiado do Brasil, com o Prêmio Jabuti, quatro Prêmios Esso, premiado pela imprensa norte-americana, o maior prêmio da imprensa norte-americana em 2018...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza absoluta de que o jornalista Fernando Rodrigues, no auge dos seus 62 anos, não iria queimar sua reputação com informações falsas.

É tudo muito evidente; é tudo muito claro: nenhum Deputado do PT subiu à tribuna – é o meu segundo mandato – para denunciar qualquer irregularidade de 2019 a 2022. Eu vou repetir: eles podem tentar o que quiserem. Resgatar vídeo... Eu peço que os Deputados do PT que estejam presentes aqui resgatem algum vídeo deles, na tribuna, apontando algum erro do Governo Bolsonaro em relação a descontos indevidos.

São descontos que acontecem há muitos anos, feitos por unidades, instituições ligadas à esquerda brasileira: Conafer, Sindnapi, Contag... Isso aqui é um nicho de mercado de disputa entre PT, PDT, do Sr. Ministro Wolney, citado aqui numa reportagem cujo pregão eletrônico, na disputa de uma das unidades de atendimento ao INSS, 135...

O brasileiro que liga 135 cai em Caruaru, Recife ou Salvador. No ano de 2023, no início do Governo Lula, em 22 de junho, o vencedor dessa disputa, um empresário recifense, ficou no Ministério da Previdência o dia todo, acompanhando o pregão.

Olha, é muita evidência...

O que eu tenho a falar, Presidente, é agradecer a oportunidade, agradecer ao meu Partido Novo, que tem uma assessoria legislativa exemplar – exemplar.

O Romeu Zema aqui, que o Deputado Federal de Minas Gerais está... Só pensa nele! Deve dormir, acordar, pensar no Zema.

O Zema, hoje, se ele se candidatar ao Senado Federal, vencem o Zema e o Viana.

Se o Zema vier candidato a Presidente ou Vice-Presidente, é um peso enorme ao PT, porque é o único presidenciável que ganha do Lula, no Estado de Minas Gerais, por 49% a 37% – Paraná Pesquisas, última pesquisa. Então, por isso esses ataques.

O Governador Zema aqui...

Blindaram todo mundo: blindaram o filho do Lula; blindaram o José Messias; blindaram os bancos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Blindaram todo mundo, blindaram o filho do Lula, blindaram o José Messias, blindaram os bancos, blindaram o Ministro Wolney, fazem de tudo para não virem, mas o Zema vem aqui. A política é por parte deles, e a verdade está com a gente.

Américo, a única pergunta que eu vou fazer para você, talvez duas: você tem consciência da sua convocação, por que você está aqui?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você se arrepende de alguma coisa que você fez?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nós temos idade parecida, eu estou com 47; você está com 46. É muito dinheiro que passou com você. Você não ficou em nenhum momento com medo de tanto dinheiro, sem nenhuma prestação de serviço feita?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Você acha que teve uma atitude irresponsável de pôr sua filha, sua esposa nesse segmento, que é um ciclo vicioso, um espiral de corrupção?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu entendo V. Sa., mas eu creio que aqui não é o ambiente para minha defesa. Então, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Américo, esse seria o melhor ambiente para sua defesa, eu tenho certeza, porque nós, Deputados, não temos uma avaliação 100% jurídica, nós temos perguntas diversas, amplas e que, na minha opinião, facilitariam até a sua defesa.

Você tem alguma pessoa a que você deve favor dentro do INSS? A algum operador financeiro a que você deve favores? Você dividia alguma comissão?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente Viana, eu encerro por aqui.

Nós temos aqui delações premiadas de presos, foram dez presos, mais de dez presos aqui na CPMI, 400 sigilos quebrados. Eu acredito que a pressão que a CPMI fez, tanto na Polícia Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

quanto no STF, é fruto de 500 mil visualizações que a gente tem por sessão aqui, porque as nossas sessões ficam no YouTube. A gente tem milhões de pessoas que assistiram. O que eu recebo aqui de apontamentos de eleitores dizendo que foram roubados, dizendo que tiveram empréstimos consignados sem autorizações... Então, são coisas muito fortes aqui.

Por exemplo, esse senhor aqui:

> Luiz Lima, eu me chamo Dirley Juarez de Souza, sou do Rio de Janeiro, e eu e minha esposa Marinete somos telespectadores de todas as reuniões da CPMI do Senado [...] e só paramos de assistir quando termina a reunião. Principalmente de sua fala [...] [e] de outros parlamentares da direita conservadora.
> O motivo do meu contato com o senhor é que hoje consegui baixar o APP Meu INSS do meu irmão de sangue David [...] de Souza e para surpresa, desde [...] 2013, num total de 29 empréstimos, [...] descontos de quase R$1.116,00 [...] de sua aposentadoria [...].

Eu vou parar por aqui, mas é uma carta bem específica, endereçada aqui para o meu gabinete, como a muitos Deputados aqui. Tem mais *e-mails* que a gente recebe específicos, e é isso que dá uma sensação de ser útil, muito boa, Carlos, muito boa mesmo.

Américo, espero que você reflita. Todos nós podemos errar muito, mas, como disse o José Dirceu, no segundo mandato do Governo Lula, quando começou a dar confusão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ele falou assim: "O PT se lambuzou". E muitos envolvidos na CPMI, muitos envolvidos com roubo do INSS se lambuzaram.

Presidente Carlos Vieira, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado Luiz Lima.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Presidente, normalmente eu não gosto de, na minha manifestação, responder a Parlamentares que não estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o ex-Juiz da Lava Jato, popularmente conhecido como Marreco de Maringá, tem essa estranha mania de falar, ofender todo mundo, e fugir, uma característica dos covardes, de uma forma geral. Veio aqui, ofendeu o PT, ofendeu a família do Presidente Lula e fugiu, como ele faz sempre.

Ele usou a palavra "vergonha", Presidente. Vergonha é ele. Ele é uma vergonha para o Poder Judiciário, ele é uma vergonha para o Brasil. É um cara que se notabilizou por ter perseguido o Presidente Lula, a D. Marisa, os filhos do Presidente Lula, o neto do Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esse cara é uma vergonha para o Brasil. Então, se tem alguém com quem a gente tem que ter vergonha, inclusive, de conviver aqui nesse ambiente, nessa CPI, é o Marreco de Maringá, covarde, que costuma falar, ofender todo mundo, levantar e ir embora.

Em segundo lugar, esse Sr. Américo Monte Júnior só se tornou milionário, ele só se tornou "*golden boy*", Presidente – e eu vou provar o que eu estou dizendo –, graças a esse decreto, Decreto 10.537, assinado pelos Srs. Jair Messias Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni. Se não fosse esse decreto aqui, Sr. Presidente, de 28 de outubro de 2020, nem ele, nem os parceiros, sócios dele, jamais teriam se tornado o que se tornaram, e não teriam conseguido roubar os aposentados, as aposentadas, os pensionistas, o BPC. Então, Sr. Presidente, se existe esse esquema criminoso que roubou bilhões de reais de aposentados e aposentadas do nosso país, é graças ao Governo Bolsonaro, às mudanças que foram feitas pelo Governo Bolsonaro.

E aí, Sr. Presidente, veja bem, o doutor, o Sr. Américo, era de uma entidade chamada Associação Nacional de Defesa Sobre Rodas, essa era a entidade de que ele era, Sobre Rodas. Está aqui a ata da assembleia, quando ele transformou a entidade dele na entidade chamada Anddap (Associação Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas). Sabe o que é curioso, Presidente? Sabe quem foi o primeiro Presidente da Anddap? O Josias. Lembra quem era o Josias? O funcionário do Palombo. Josias Dias de Aguiar, o funcionário do contador Palombo, foi o primeiro Presidente da entidade da qual o nosso depoente de hoje fazia parte. E aqui, na diretoria, nós vamos encontrar, aqui, parentes e pessoas ligadas a ele, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Posteriormente, Sr. Presidente, bem pouquinho tempo depois, eles pegaram uma outra entidade chamada Chronos Clube de Benefícios. Eles trabalhavam, Presidente, com grupos, clubes de seguro, que é aquela ação paralela às seguradoras – clubes de seguros. Eles vêm, todos eles, dessa área, seguros, consignados... Todos eles.

Aí ele cria, Sr. Presidente, a Aasap. Quem é o Presidente? Igor Dias Delecrode. Quem é a Diretora Financeira? Micaela da Silva Magalhães, filha do Américo. E quem é o Presidente, depois, que renuncia para que o Igor assuma? Waldemar Monte Neto, irmão.

Não satisfeito, Sr. Presidente, tem a Master Prev Clube de Benefícios, Presidente Waldemar Monte Neto. E nós vamos encontrar o irmão de Américo Monte Júnior, que evidentemente é filho do Américo Monte, que é o pai.

Então, todos eles estão aqui, os parentes também.

Agora, que curioso, Presidente! Logo que foi feita essa mudança... Olhem que postagem interessante! Vocês devem conhecer esta figura aqui, que está presa: Jair Messias Bolsonaro. E o que diz aqui o Walter Monte Neto? "Este é o Presidente que escolho para governar nossa nação". A família toda fez questão de mostrar para o Brasil o agradecimento ao Presidente que abriu as portas para eles, da noite para o dia, se tornarem milionários – centenas de milhões. E o pai e o irmão e ele, os "*golden boys*" agradeceram de várias formas, inclusive com dinheiro, que a gente sabe que o sócio dele depositou na conta do Onyx Lorenzoni – curiosamente, o Onyx Lorenzoni é quem assina o decreto que permite que eles possam passar a roubar de aposentados e aposentadas.

Mas olhe que curioso, Sr. Presidente. Lá na Aasap, num determinado momento, teve uma denúncia dizendo o seguinte: um funcionário denunciou que a Sra. Micaela Magalhães, irmã dele, Presidente, foi denunciada por ensinar funcionários como fraudar assinatura para concessão de consignados. Já está aqui ó: Micaela Magalhães, neta de Américo Monte e filha de Américo Monte Júnior – portanto, é filha –, denunciada por empréstimos fraudulentos de consignado. Mais uma vez, nós vamos encontrar aqui Valter Monte Neto, Américo Monte Neto, todos eles, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mais adiante, nós vamos encontrar Erica Cristina, esposa. Qual era a entidade? Previna Auto. Vejam que ela também vem do ramo de proteção veicular – sempre envolvidos com esse tipo de atividade.

Anderson Cordeiro, Micaela da Silva Magalhães... Erica Cristina, Sr. Presidente, era também parte de um projeto social chamado Kairos, que tinha por objetivo a arrecadação de cestas básicas para famílias carentes. Curiosamente, quem era o contador da Kairos? Mauro Palombo. E esta entidade, Kairos, foi criada quando eles criaram a Kairos Representações do mesmo nome. E a Kairos, quem eram os sócios, Sr. Presidente? Américo Monte Júnior, Anderson Cordeiro, Felipe Macedo Gomes, Jorge Branco Garcia e quem mais? O alfaiate João Carlos Camargo Júnior. Então percebam que eles criaram a Kairos como entidade e criaram uma suposta entidade beneficente para distribuir cesta básica, no mesmo período que eles faziam as doações para as igrejas, que era comandada pela esposa do Américo.

Curiosamente, Presidente, tem uma movimentação muito grande para uma empresa chamada Naverio Navegação do Rio Amazonas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Várias vezes aparece no RIF, Presidente, com um total de R$5,1 milhões para a Naverio Navegação do Rio Amazonas. Nós temos que investigar essa empresa, Presidente, porque é uma empresa de comercialização de combustível.

Curiosamente, essa investigação do PCC mostra que esta tem sido uma forma de lavagem de dinheiro. Por que razão eles será que gastavam milhões de reais, Presidente? Eram R$1,3 milhão, R$1,250 milhão para uma empresa chamada Naverio Navegação do Rio Amazonas. Se a gente olhar aí, Sr. Presidente, no Google, a gente vai ver que essa empresa aparece, inclusive, em situações envolvendo Parlamentares, com prestação de contas, de cotas, de combustível e assim por diante.

Para concluir, Presidente, em 31/12/2023, Imposto de Renda Pessoa Física do Américo: R$11.075,00. Em 31/12/2024, R$7.787 mil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, veja que nós temos aqui elementos de sobra que confirmam tudo aquilo que a gente já disse.

E, na minha fala de Liderança mais tarde, eu vou apresentar um documento inédito que comprova, mais ainda, tudo o que eu já disse: de que forma o Governo Bolsonaro mudou a estrutura do INSS para poder permitir que as empresas dos corruptos roubassem os aposentados e aposentadas? Logo mais dos meus cinco minutos, eu vou mostrar esse documento inédito, que é uma prova incontestável da ação criminosa da organização.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Sr. Américo Monte Júnior quer se manifestar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Os caras estão tentando me calar!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Falou 13 minutos!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu? É o meu número 13.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O tempo de Líder seu vai ser de dois.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, só a título de informação, até para poder ajudar. Houve uma grande confusão aí entre empresas privadas e entidades associativas e data de fundação das empresas também.

Projeto Kairos é uma empresa de mais de dez anos, não tem nada a ver com... Não foi criada junto com a outra empresa, que é privada também. Previna é uma empresa privada também, não tem nada a ver com entidade associativa.

Só para o Exmo. Deputado depois poder organizar as informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – E eu, Presidente?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor é o 13º

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – Não, 13º, não!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cabo Gilberto, o senhor é o 14º.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero saudar todos os presentes aqui, em especial o Sr. Américo e o seu advogado, que está vindo aqui de outra feita.

Eu não vou fazer perguntas, porque o Relator já fez, e o depoente está se utilizando aí do que lhe diz a Constituição e o *habeas corpus* de se manter em silêncio sempre que puder produzir alguma prova contra si. Eu vou apenas fazer aqui uma observação. Vocês vejam como esse número 13 nos persegue. O investigado, o Sr. Américo, comprou 13 milhões em imóveis, à vista, em um ano, durante 13 meses. Só uma curiosidade aqui, porque esse 13 realmente é um número complicado.

Dito isso, eu não sei se é possível colocar na tela a nossa primeira... Colocaram aí, trouxeram para vocês alguma coisa?

Bom, então, está sem tela, está "destelado".

Sr. Presidente, eu quero começar dizendo que esta CPMI – porque esta é a última reunião deste ano, nós vamos nos reunir de novo em fevereiro – prestou um serviço até agora extremamente importante à sociedade e pedagógico, porque mostrou primeiro... Uma série de mentiras foram expostas, tipo: "O nosso Governo combateu a corrupção". Mentira, não houve isso.

Quem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É verdade... A corrupção...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu quero mais um minuto, Sr. Presidente, fui interrompido agora, e meu raciocínio, infelizmente, foi obliterado aqui pela intervenção do colega.

É possível mais um minuto, Sr. Presidente?

Mais um minuto, Sr. Presidente. Obrigado.

Bom, é porque tenho que rearranjar aqui o nosso discurso aqui.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, não é verdade. O que cessou a questão dos descontos associativos foi a ação da Polícia Federal em função de uma determinação judicial em maio... Em abril de 2025. Então, durante dois anos e meio, este Governo observou as coisas acontecerem.

E, quando a CPMI foi instalada e V. Exa. foi eleito Presidente e o eminente Relator foi designado, nós tivemos uma série de ações seletivas que a AGU havia determinado que foram postas por terra. Apenas sindicatos escolhidos estavam sendo objetos da investigação da AGU; na hora em que a nossa Comissão começa a funcionar, há uma amplitude no processo e 37 entidades passam a ser investigadas. E uma dessas entidades, inclusive, que foi deixada de lado no primeiro momento foi o Sindnapi, que, por coincidência, tem o Frei Chico como Vice-Presidente, e a outra foi a Contag, que é a maior das entidades ligadas ao desconto associativo e a essa fraude no INSS.

O Relator fez um pedido, corroborado por todos nós aqui, de uma série de prisões preventivas, e o tempo se encarregou de demonstrar que foi uma ação premonitória e bastante importante, eu diria até tempestiva. O Sr. Alessandro Stefanutto, aquele que aqui esteve, fazendo juras à esquerda, ao progressismo, falou aqui a respeito das suas convicções, que tinha lado... Esse cidadão, ex-Presidente do INSS, está preso e, sem dúvida nenhuma, é um dos cérebros dentro do INSS que engendrou todo esse crime contra o cidadão brasileiro, em especial os menos favorecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. André Fidelis, da Dirben, o Sr. Virgílio de Oliveira Filho... Aliás, eu ouvi aqui dizendo: "Olha, o senhor não estaria aqui se não fosse uma portaria, ou um decreto, o Decreto 10.537, de 2020". Eu acho que o senhor fica se perguntando o que ele quer dizer com isso, né? Porque essa turma, eles se enrolam tanto com as afirmações que fazem, pela sua falta de nexo...

Isso aqui foi o segundo ovo da serpente que eles gestaram nessas trinta e tantas reuniões que nós tivemos aqui, dizendo o seguinte: "Olha, em 2020, foi feito um decreto, assinado pelo Presidente...". Tem que assinar, era obrigado o Presidente a assinar um decreto. E, nesse decreto, se permitiu que pensionistas tivessem também cobrança.

Nós já mostramos aqui que é mentira. Isso já acontece desde 2013, inclusive a Contag cobra de pensionistas desde aquela época. E quem deu causa a esse decreto foi o Sr. Virgílio, que aqui chegou chamando Dilma de Presidenta. Eu acho que ele deixou claro qual é o lado que ele representa, e ocupou cargos importantes do Governo do PT sempre.

Em 2017, era o primeiro ovo da serpente, foi a questão da carta sindical das entidades associativas. Sabe quem foi que fez o parecer? O Sr. Stefanutto, esse mesmo aqui, progressista aqui, ligado ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... na verdade, ao PDT, os partidos de esquerda.

Sr. Presidente, o fim do desconto associativo que nós votamos aqui, e que foi votado na Câmara e no Senado da República. Olha que vitória desta Comissão para botar, de uma vez por todas, fim a esse verdadeiro assalto contra o trabalhador.

E nós sabemos a maneira como a esquerda aqui reagiu, contrário ao fim, dizendo o seguinte: "Vamos separar joio do trigo". Meus amigos, não tem trigo, só tem joio – entidades picaretas especializadas em roubar os aposentados.

A questão das blindagens. Olha, isso é importante falar, porque nós estamos aqui diante de uma situação em que mais de 60 – de 60 – ou pouco mais de 60 pedidos de quebra e de oitiva de pessoas foram votados contrários aqui pelo Governo. E o PT impediu que essas pessoas aqui viessem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Uma blindagem aqui clara, para evitar que pessoas ligadas ao Governo pudessem ser evisceradas. Inclusive o Sr. Edson Claro, o PT votou contra a sua vinda aqui e agora chama ele de bandido, mas foi o cidadão que deu a condição de sabermos aqui, pela imprensa, que o filho do Lula recebeu mesada do Careca. Não sou eu que estão dizendo, não, é esse Edson Claro, o bandido aqui.

Nós também não pudemos trazer para cá o Sr. Ricardo Bimbo, a empresa que recebeu quase 11 milhões dessas entidades associativas ligadas ao roubo, à fraude. E o cara tinha sido simplesmente prestador de serviço na área de comunicação ao PT.

Ex-publicitária do PT atuou com o Careca do INSS em negócio de *Cannabis;* também não pudemos trazer essa senhora para cá.

O Careca do INSS tentou o *lobby* de saúde ao lado da herdeira do banqueiro; não pudemos trazer essa senhora para cá, que é a Renata Luchsinger... Como é?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Roberta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Roberta, também não pudemos trazer porque foi blindado.

A gente falou aqui sobre a necessidade de trazer o Sr. Messias, tentamos aqui. Olha que quem está falando não sou eu, é a grande imprensa: "A AGU sabia do problema do INSS e Messias ignorou o alerta sobre o sindicato do irmão de Lula no esquema", está aqui, ó.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone*.) – Bessias.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – "A AGU exclui Contag", eu falei da seletividade da investigação do sindicato que tem irmão de Lula como diretor e mais duas entidades a pedido de bloqueios, de recursos – seis meses depois. Só tomou uma atitude quando a polícia determinou.

E olha o que está dizendo o *Metrópoles* hoje, Sr. Presidente. Eu acho que isso fala por si só, mas nós aqui, infelizmente, tivemos que aceitar a blindagem, porque a maioria dos senhores aqui presentes, 19 a 12, votou contra a oitiva, a trazer o Sr. Fábio Lula da Silva aqui, para explicar o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aconteceu, porque é importante que ele diga, ele deve ter alguma explicação para o que está acontecendo.

E aí, Presidente, me vem à mente o fato de que nós temos uma enorme responsabilidade. Eu vi aqui uma narrativa ser repetida, inclusive hoje: "Ah, os "*golden boys*" [olha que nome bonito, esse pessoal é bom em dar apelido às coisas], esse pessoal foi todo mundo oriundo do Governo do Presidente Bolsonaro". São quatro entidades, apenas uma teve o ACT no Governo do Bolsonaro – uma. De R$700 milhões: R$1 milhão, em dezembro, na transição, quando o Lula já estava eleito; R$699 milhões no Governo do Lula. Mas a turma não se cansa, eles repetem, até a exaustão, a mesma narrativa.

Presidente, claramente, nós tivemos uma quadrilha dentro da instituição, e não é novidade. Eu vou lembrar aos senhores: a gente está tratando de R$1 trilhão entre benefícios, aposentadorias e seguridade – R$1 trilhão. Quando o Luiz falou ali da década de 90, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quando falou do INSS, tinha a Georgina... Como é o nome daquela?...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O escândalo da Georgina de Freitas. Então, sempre houve isso no INSS.

E R$1 trilhão, funcionário corrupto vai buscar lá mexer no seguro-defeso, na concessão do auxílio-doença, na questão dos mortos, na questão ligada aqui à aposentadoria – inclusive aposentadoria que não é possível ser dada de forma fraudulenta –, na questão da aposentadoria rural. Sempre aconteceu. É um número enorme de benefícios e de beneficiários. Mais de 40 milhões de brasileiros.

Agora, vou repetir: há governos que combatem a corrupção – é o caso do Presidente Bolsonaro –; há governos que convivem com a corrupção – infelizmente, o PT, há mais de 16 anos. É bom lembrar que, desde 2002, esse pessoal governa o país. No século XXI, o Brasil teve muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

má sorte. São 26 anos e quase 18 anos de PT. Este Brasil é muito forte para não quebrar, é muito forte para não... Se verga – não é? Nós somos como o bambu.

E, daqui a pouco, vamos ter oportunidade de passar essa história a limpo, vamos ter aqui resultados. Isso não vai terminar em pizza, Sr. Presidente. E nós vamos poder apresentar à sociedade quem, de fato, cometeu os crimes e quem, de fato, foi beneficiado. E vamos evitar que eles se repitam no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou pedir a gentileza... Eu sou membro da Comissão do Orçamento e eu preciso me afastar um pouco, para... O meu relatório eu tenho que entregar para fechamento das coisas...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Espera eu falar. Eu queria falar na frente do senhor, Presidente. Só dez minutinhos. Eu vou falar agora no lugar dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor vai falar agora?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – É.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, agora é o Deputado Alencar Santana.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Não, mas eu troquei com... (*Fora do microfone*.)

Não, eu era o próximo.

Eu troquei com o Rogério, e aí eu acabo de trocar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem, Excelência.

Deputado Cabo Gilberto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Para interpelar.) – O senhor pode esperar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso, eu espero.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – População brasileira, vejam só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, pela ordem.

Presidente, aqui...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Tenho conhecimento da população...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Cabo Gilberto, só um segundo, por favor.

É o Van Hattem, que trocou com o Rogerio Marinho, ou sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, é o Van Hattem, que trocou...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu troquei com o Rogerio Marinho, e agora eu troquei com o Deputado Cabo Gilberto...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Ah, o.k. Está o.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ...em virtude de estar todo mundo com voo aqui. Eu estou um pouco mais flexível que eles.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Comandante Alencar, rapaz, na hora que eu vou falar, Comandante. Me ajude.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos lá. Dez minutos.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Ô, rapaz... O senhor quer ser Alexandre de Moraes aqui também, é?

Sr. Presidente, esta CPMI já tem serviços prestados à população brasileira. É de conhecimento público da nação, desde que teve início a nova Constituição, que CPMI e CPI sempre acabam em pizza. Não é o caso desta, Sr. Presidente, mesmo com a blindagem da base do Governo aqui, escancarada, de forma explícita. Quando não é a base do Governo é a Suprema Corte que presta um desserviço à população brasileira. Estão aí as decisões de, literalmente, blindagem, e a gente não observa a grande imprensa brasileira dar tanta atenção como deu quando votamos a PEC das prerrogativas para evitar esses abusos da Suprema Corte. Nós falamos e provamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não, vejamos, em maio a Câmara dos Deputados aprovou, por 315 votos, suspender o processo contra Ramagem, com base no art. 53, §3º, da nossa Carta Magna. No outro dia, o Ministro foi lá e rasgou a decisão da Constituição que a Câmara deu. Eles não tinham esse poder. Prosseguiram com o processo e cassaram Ramagem. É um preso político... Cassaram ele. Preso político e exilado político da nossa democracia relativa.

Então, vamos lembrar, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional aprovou, recentemente, o fim dos descontos – foi uma vitória do povo brasileiro – para evitar esses roubos que aconteceram do montante.

E aqui, Sr. Presidente, a lei do INSS foi criada em 1991 e foi sancionada pelo Presidente Collor. Desde que foi sancionada essa lei, Sr. Presidente, que tem roubo, só não tinha como tem hoje.

Eu não vou perguntar nada ao Sr. Américo porque ele tem um *habeas corpus.* Faz parte do jogo, a gente respeita e entende.

Quero parabenizar também a postura do Dr. Levy. V. Exa., diferentemente de outros advogados que se sentaram nessa cadeira e que desrespeitam os próprios advogados, está se comportando como advogado.

Então, vejam só, em 91 foi criada a lei. Olha só, Deputado Marcel. De 2009 a 2010, aumentaram os descontos irregulares. Quem era o Presidente em 2009 e 2010? Era Bolsonaro? Era? Era o senhor, Presidente? De 2016 a 2018, o primeiro escândalo. Era eu, o Presidente da República, de 2016 para 2018? Em 2019, tentativa de coibir a fraude. Está aqui nos anais da história, Sr. Presidente, Medida Provisória 873. O Relator não deixa eu mentir. E também a gente não pode esquecer a reforma trabalhista de 2017, que evitou esses descontos com relação aos sindicatos, se não teriam evitado 536 milhões, em 2021; 706 milhões, em 2022; 1,3 bilhão, em 2023; 2,6 a 2,8 bilhões, em 2024, até estourar a bomba em 2025. Eu tenho fé em Deus de que não vão mais roubar os aposentados brasileiros, se Deus assim o permitir.

Então, Sr. Presidente, vamos aqui falar do Sr. Bessias, o *office-boy* de Dilma Rousseff, que prevaricou com relação a esses roubos, Sr. Presidente, prevaricou de forma escancarada. E a gente precisa deixar claro, Sr. Presidente, por isso é que eu fiz questão de V. Exa. estar aqui, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

também o competente Relator Alfredo Gaspar, lá do nosso Nordeste. Porque o que o PT fala não está sendo correto, Sr. Presidente. A gente está aqui com as provas, são fatos.

Mas o que a base do Governo insiste em fazer? Em ficar com um discurso fácil para a população, com o canhão de publicidade que eles têm hoje, que é o ministério mais poderoso da história do Brasil. Por isso é que a CPMI não é tão falada como deveria. Imaginem se fosse contra o Presidente Bolsonaro como estaria aqui. Aí eles querem dizer que Bolsonaro roubou o dinheiro dos aposentados para dar ao irmão de Lula. Olha só. É chamar o povo de idiota, Sr. Presidente. Estão aqui com as provas.

Em 2019, foi R$1 milhão de roubo. E o Presidente Bolsonaro fez a parte dele: colocou a MP, que foi alterada por diversas vezes pelos petistas, a oposição à época, para continuar o roubo.

Quem defende sindicatos? E eu não estou falando aqui, Sr. Presidente, nem generalizando os sindicatos, porque tem sindicatos corretos e sérios. A gente não pode generalizar. Nada pode ser generalizado.

Em 2023 a 2025, o senhor sabe quanto foi que aumentou de R$1 milhão? R$690 milhões. São números, Deputada Bia. E eles insistem nessa narrativa para tentar colocar à opinião pública como: "Não, esse roubo não tem nada a ver com o Governo do PT. Não foi o PT que roubou. Não foi o Governo Lula que quis."

Então, o senhor que está em casa, o senhor que está em casa aí nos assistindo, essa CPMI já prestou serviço à população brasileira, porque está mostrando, escancarando o que aconteceu e, graças a Deus, estancou a sangria com a lei aprovada no Congresso Nacional. E fique atento ao que o Governo está falando. Explodiu o roubo no Governo Lula, isso é fato, é público, e eles querem colocar na cabeça do senhor, cidadão, através do ministério de *fake news*, do Sr. Sidônio, que gasta recursos públicos como nunca na história – em vez de estar gastando com saneamento, com obras essenciais à sociedade brasileira –, fica gastando para enganar o senhor e dizer que Bolsonaro, o Governo de Bolsonaro, nos quatro anos, roubou o dinheiro dos aposentados para dar a quem? Ao irmão de Lula, ao Frei Chico, ao sindicato que ele é Vice-Presidente.

Então, essa mentira não cola. Essa mentira não cola. E nós estamos aqui provando por A mais B tudo o que ocorreu, tudo o que vem ocorrendo, desde o início da lei... o início da lei, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

foi lá em 2000. E em 1991, período de virada que reduziu foi em 2021, reduziu bastante o desconto. Lula toma posse em 2023 e em 2025, de todos esses bilhões que foram roubados, teve a Operação Sem Desconto.

Mas, Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Exa., eu sei que V. Exa. está dando o sangue nessa Presidência. O senhor está sendo ameaçado, porque não é brincadeira não, Sr. Presidente, é muito dinheiro, Sr. Presidente. Roubaram até a voz de V. Exa. Roubaram até a voz de V. Exa., Sr. Presidente. Porque os milhões que roubaram dos aposentados brasileiros, a gente já acompanhou, por diversas vezes, as pessoas que foram convocadas a estarem aqui para prestar esclarecimentos, mas, na grande maioria das vezes, tem bons advogados, e faz parte, a gente entende, tem *habeas corpus*.

O senhor não vai responder nada, né, comandante?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Eu prefiro ficar em silêncio, Excelência.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – E faz parte, nós respeitamos. Está na Constituição. Sem problema nenhum. Mas deixa claro, Sr. Presidente, quem está blindando tudo isso: quando não é a base do Governo, que blindou hoje o filho de Lula... Eu não vou aqui fazer como eles fazem, não, Bia, acusar sem provas. Eu não vou dizer que o filho de Lula é ladrão, não vou falar dessa forma, porque a gente tem aqui respeito. Lula é ladrão, pode me processar mil vezes. Lula é ladrão. Agora eu não vou falar que o filho dele é ladrão, porque tem uma acusação, indícios de que ele recebia uma mesada de R$300 mil. Mas eu não vou dizer que ele é culpado, porque não teve o trânsito em julgado, diferentemente de Lula, que foi condenado e "descondenado" pela Suprema Corte do nosso país, que durou cinco anos para dizer que o CPF não era o de Curitiba, era o de São Paulo ou de Brasília. Me ajude, Sr. Presidente, me ajude!

Então, quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, o trabalho de V. Exa., o trabalho do Relator, eu não tenho dúvida nenhuma que...

Eu peço, oriento V. Exa. a andar de carro blindado, porque os senhores estão tentando colocar todos os culpados na cadeia e que todo o dinheiro do povo brasileiro que foi roubado dos nossos aposentados, pessoas enfermas, pessoas até mortas, crianças seja devolvido o quanto antes, porque foi muito dinheiro roubado, Sr. Presidente – muito dinheiro roubado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

E a CPMI não está avançando mais, como deveria, porque a base do Governo blinda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – ... e, quando não é a base do Governo que blinda, que a gente consegue ganhar no voto, colocando os partidos de centro para votar conosco, o STF vem lá e blinda de forma escancarada para que a gente não possa avançar mais e descobrir mais. Porém, o Relator, o brilhante trabalho do Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, do Estado de Alagoas, vem provando, vem fazendo seus eslaides, sua apresentação de forma brilhante, mostrando ao povo brasileiro o que aconteceu e o que precisamos mais fazer para, Sr. Presidente, deixar essa CPMI...

Eu peço ao senhor também – eu sei o que o senhor vai fazer – que prorrogue a CPMI, a gente precisa prorrogar, porque essa CPMI está incomodando o Governo, não é à toa que eles agiram como nunca, colocaram até Deputados de esquerda na base do centrão lá, no blocão, dois Parlamentares, que eram para ser outros Parlamentares, porque eles estão apelando, porque eles não querem que a CPMI – só dez segundos, Sr. Presidente – desgaste o Governo Lula, como está desgastando, com fatos e provas, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Muito obrigado, Deputado Marcel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Eu convido...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Cabo Gilberto, depois você pode me explicar tudo de novo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

Convido o Senador Eduardo Girão para assumir a Presidência temporariamente, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Vamos lá! Vamos dar sequência.

Eu peço silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alencar Santana, de São Paulo, inclusive lá de Guarulhos, terra querida, o senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o senhor pode citar os outros, pelo menos dois ou três, na sequência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Já informo que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Na sequência, Deputado Coronel Chrisóstomo; depois...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu informo que eu troquei com o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – ... depois, Deputado Marcel van Hattem. São os dois próximos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, na verdade, vamos trocar um pelo outro, o.k.? Serei eu e, aí, o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Perfeito. Combinado.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Obrigado.

Eu vou demonstrar aqui que a turma que defende o Governo Bolsonaro sabe que esse roubo começou na gestão do Governo Bolsonaro. Vou provar pouco. Eles admitiram em suas falas. Eu vou demonstrar para você.

Mas, antes queria cumprimentar o Senador Presidente Girão, que conhece nossa querida cidade, esteve lá na vizinha Casas André Luiz, onde eu nasci e me criei, inclusive – uma honra.

Senhor depoente, o senhor sabe dizer quando a Amar Brasil foi criada, o ano?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Mas só o ano, o ano em que ela foi aberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A partir de quando você foi procurador da Amar Brasil?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Desculpa, Deputado, até para auxiliar. Até onde eu sei... Aqui, Deputado Marcel. Não, mas até onde eu sei esse tipo de informação o depoente tem que prestar.

E não me incomoda lhe dar mais um minuto, não me incomoda, é para auxiliar.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Eu vou repor o tempo do Deputado Alencar Santana, dez minutos para ele.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Obrigado, Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu entendo que esse tipo de informação tem de ser dada, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Novamente, quando foi criada a Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – São dados... Dr. Américo, são dados públicos. Então, assim, eu observo, às vezes, que perguntas de colegas aqui que são feitas que o senhor não respondeu – eu respeito –, mas eu acredito que são dados públicos; então, certas coisas que não vão incriminá-lo, absolutamente!

Doutor, seja muito bem-vindo aqui!

Eu queria que a gente facilitasse o trabalho. O Deputado está fazendo, tem todo o direito de fazer perguntas, e o senhor tem direito ao silêncio, mas são dados públicos, o que aí eu acredito que fica... Atrapalha os trabalhos aqui da Comissão.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

A entidade associativa, eu não faço parte do corpo diretivo da entidade e muito menos da fundação da entidade. Então, não cabe a mim responder a data da fundação da entidade.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – E, desde quando, então, o senhor foi Procurador da Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Também está errada a informação. Não sou Procurador da Amar Brasil.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Na fala do Relator, nas suas perguntas, em determinado momento, o Relator ainda diz: "Vocês criaram a Amar Brasil para roubar". Concordo, Relator, plenamente contigo. A Amar Brasil e outras entidades foram criadas para roubarem, e Amar Brasil foi criada no ano de 2020. Quero dar 100% de razão ao Relator, foi criada para roubar!

Então, já tinha uma trama ali, durante o Governo Bolsonaro. E o Sr. Américo, mais os "*golden boys*", e outras figuras tomaram conhecimento e começaram a atuar junto com a gangue que estava dentro do INSS. Aliás, o Senador Rogerio Marinho também admite, ao dizer que já tinha lá dentro um grupo que roubava. Isso eles sabem que começou no Governo Bolsonaro, claramente. Aqui, a Amar Brasil é criada no ano de 2020. O senhor atuou em 2022 também, quando é feito o requerimento, em março de 2022, de assinatura do ACT, do contrato, e é celebrado em agosto de 2022, na gestão do Ministro Oliveira. Está aqui, são dados. Portanto, atuou claramente naquele período, no Governo anterior.

Depois, o senhor atuou junto a outras entidades, a segunda, criada em 2021 – Presidente Bolsonaro –, a Master Prev. Ela assina, é verdade, o ACT em 24, pedido anterior, mas ela foi criada, segundo a própria pergunta do Relator, na lógica de praticar crime, porque sabia que tinha um ambiente no Governo anterior de facilidade para isso.

Depois vem a Aasap, em 30/8/2021, com o ACT também assinado adiante, e a Anddap, que é de 2018, é verdade, depois ela é reativada – todas elas aqui com dirigentes laranjas, porque os senhores operavam –, e depois ela também assina em 24. Então, essas empresas, essas entidades foram criadas com essa finalidade e assim agiram. Isso foi muito claro.

Mas quero voltar agora a uma fala também do Senador Rogerio. Tinha uma quadrilha atuante no INSS, sempre aconteceu, é verdade. Está aqui um documento de 2019 que o juiz que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

perseguia o Presidente Lula – hoje Senador, era Ministro – recebeu, mas não mandou a Polícia Federal atuar e investigar, não mandou isso aqui para a Promotoria Federal investigar o crime e deixou correr solto. E tem a cara de pau aqui de dizer que o Governo atual não tomou providência.

Ora, senhores, quem está investigando? Vocês estão em que século? Em que ano? Qual é a polícia que está apurando? Em qual gestão a Controladoria-Geral da União apurou as irregularidades e levou ao conhecimento da Polícia Federal, do Ministro Vinícius, que não foi, não é, nunca seria e jamais será Ministro de um Governo como o do Bolsonaro? Ele é do Governo do Presidente Lula. Esse é o Governo que mandou apurar, revelou, está apurando, mandou cessar os descontos indevidos, mandou devolver o dinheiro às pessoas lesadas, vai recuperar o patrimônio e vai pôr essa turma na cadeia. É o Governo do Presidente Lula.

E aqui... Eu quero aqui também agora o Cabo Gilberto... Eu não entendi muito bem o conjunto do que ele falou, mas eu entendi uma passagem em que ele fala: "Não, em 2019, teve 1 bilhão de roubo e depois teve mais". Ele dá isso como se fosse uma glória, como se fosse um grande feito. Ora, e o que foi feito para parar esse roubo em 2019, em 2020, em 2021, em 2022? Não sou eu que estou dizendo. Quem disse, há pouco, foi o Deputado que me antecedeu. Basta quem estiver acompanhando ver a fala dele.

Ora, então, 2019 é o quê? É depois de 2025? Na minha matemática, salvo engano, é antes, são seis anos antes. Quem era o Presidente? Primeiro ano do Governo Bolsonaro. É quando, aliás, teve uma emenda de um Senador do Distrito Federal, do chofer, na dita MP, que eles falam que era para combater. A MP tratava de outro tema, eles enxertaram temas outros, Deputado Rogério. E lá ele colocou uma emenda para não ter revalidação – zero – e vem dizer que eles queriam apurar. Para de conversinha, né, gente? O povo está atento, o povo sabe o que está acontecendo. Não tem sentido algum. Ele mesmo disse. Três pessoas aqui que defendem o Governo Bolsonaro admitem taxativamente, através do raciocínio desenvolvido e daquilo que falaram, que de fato essa trama, esse roubo, essa quadrilha começaram a ganhar corpo, a entrar dentro do INSS para roubar, a montar suas entidades e suas empresas, a ser procuradores, a fazer os descontos indevidos, fraudulentos, roubando as pessoas, a partir de 2019 em diante. E são várias entidades.

Então, senhoras e senhores, terminando este semestre na CPMI, nós fizemos, apuramos muita coisa, ouvimos muita gente, mas ainda faltou. Por isso é que, repito aqui, o foco tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

ser a gente procurar aquilo que foi o objetivo, o objeto do requerimento: os descontos indevidos associativos praticados por pessoas criminosas que roubaram os aposentados e pensionistas. Eles querem saber e eles merecem saber. Você que está nos acompanhando tem o direito de saber a verdade.

Não acreditem nas fumaças coloridas criadas para desvirtuar a atenção.

Aqui, hoje, tentaram criar um monte de conversa para sair do foco. Nós vamos ter dois meses – fevereiro e março –, para chegar a uma conclusão objetiva, clara, transparente, verdadeira, para que as pessoas saibam exatamente todos, de ponta a ponta, seja quem for, que praticaram esse crime, que roubaram os aposentados e pensionistas. Essas pessoas merecem, assim como os servidores do INSS, os milhares que o INSS possui, precisam saber quais são os seus colegas ladrões, que cometeram esses crimes e que envergonham, sem dúvida alguma, toda a categoria, porque são pessoas que atendem lá na ponta, fazendo um bom serviço, atendendo as pessoas. E, acima de tudo, os beneficiários precisam, de fato, que essa verdade venha.

Então, aqui, hoje, tentaram fazer uma disputa sobre a indicação ao STF, tentando convocar o Ministro Messias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Isso é um debate para o Senado. Vai fazer na CCJ. Vai fazer no Plenário. Não é objeto aqui da CPMI.

Eu quero ouvir, senhoras e senhores, Coronel, que nos olha, eu quero ouvir aqui os ex-dirigentes, por exemplo, o Yamada, que é quem assinou com a Amar Brasil, entidade criada para roubar, segundo o Relator. Ele até agora não foi ouvido, sócio formal do ex-Ministro Oliveira, que também foi Presidente do INSS, também Diretor de Benefícios. Tudo isso no Governo Bolsonaro. Em quatro anos, tem uma ascensão meteórica de Superintendente a Ministro. Por quê? Sabe por quê, Deputado Rogério? Porque ele entregava benesses a esse grupo político.

Então, nós temos que ouvir todo esse grupo para que a gente chegue à verdade, sem blindar ninguém – sem blindar ninguém, sem blindagem alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos, para concluir, Presidente, a investigação absoluta, a verdade absoluta, que as pessoas merecem, e essa é nossa obrigação, mas nós só vamos fazer isso com foco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Alencar Santana.

Eu passo imediatamente a palavra para o Deputado Marcel van Hattem. O senhor tem dez minutos para as suas perguntas e considerações.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caro Relator e depoente, boa noite...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Boa noite.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... Américo Monte Júnior.

Eu inicio perguntando: Sr. Américo, o senhor é empresário?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Sou empresário.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E qual é o ramo de atividade da sua empresa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu atuo em alguns ramos de atividade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por exemplo?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu atuo em alguns ramos, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pode listar esses ramos, por gentileza?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Atuo com consultoria, com transferência de tecnologia, com *know-how*, com várias atividades.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E que tipo de serviço o senhor prestou nessas...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Rapidamente. Eu comecei minha carreira profissional com 14 anos de idade. Trabalhei até os 20 como CLT. Dos 20 até os 46, são 26 anos em que eu empreendo neste país, obtendo sucesso e insucesso na minha trajetória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor começou a prestar serviço para entidades associativas de aposentados quando?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que motivo o senhor permanece em silêncio? É algo que porventura pode trazer incriminação para o senhor, ao responder a uma pergunta dessa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Como eu respondi anteriormente, eu acredito que este não é o ambiente correto onde eu vou prestar os esclarecimentos e a minha defesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem algum preconceito com CPIs?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – De jeito nenhum. Respeito todos os senhores e senhoras.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que não seria, então, o ambiente correto?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Porque eu acredito que não é o ambiente correto. Qualquer informação, qualquer pergunta, resposta que de repente eu possa errar, eu posso me comprometer. Então, eu prefiro não responder neste ambiente, mesmo respeitando todos os senhores.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas aqui vale o mesmo que vale para a Polícia Federal. O senhor já foi investigado pela Polícia Federal? (*Pausa.*) O senhor é investigado hoje pela Polícia Federal?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu tive mandado de busca, bloqueio de bens, mas eu ainda não fui ouvido na Polícia Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o senhor na Polícia Federal também vai permanecer em silêncio porque não é o ambiente correto para dar respostas?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Vou seguir a orientação dos meus advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É que, para mim, é difícil, vindo também da iniciativa privada, ver alguém que se diz empresário não dizer quando começou a prestar serviço para uma determinada entidade. Um empresário que presta serviços lícitos não tem problema nenhum em dizer: "Comecei a atender o cliente A, B ou C em tal data". Eu não consigo entender a dificuldade que o senhor tem. E eu gostaria de lembrar a quem está nos assistindo que essas entidades às quais o senhor prestou serviço têm um histórico agora muito claro de roubalheira, de dinheiro desviado dos aposentados.

Amar Brasil Clube de Benefícios, por exemplo. O seu pai foi Presidente dela?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – O meu pai, atualmente, é o Presidente da entidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E como ele chegou a ser Presidente da entidade?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – A antiga Presidente estava com câncer, e ela faleceu na última semana. Então, ela teve que, por motivo de doença... Meu pai acabou sendo eleito a ser o Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E de tantas empresas que o seu pai poderia contratar, ele contratou várias vezes empresas suas. Algum motivo específico para isso?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas as suas empresas davam algum tipo de serviço melhor do que outras?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – A prestação de serviço das minhas empresas ocorreu antes de o meu pai ser Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Enquanto ele foi Presidente, você nunca prestou serviço para essa entidade Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Continuei prestando serviço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, por exemplo, a AMJ Security Ltda. o senhor abriu no dia 9 de dezembro de 2022. O senhor não respondeu antes sobre algumas datas, mas essa data aqui nós temos. Foi um pouco depois da eleição do Lula. Praticamente semanas antes da posse. Por que o senhor abriu justamente nesse momento essa empresa AMJ Security?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas tem relação com a eleição do Lula?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Tem relação com Lulinha?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A Amar Brasil passou R$17 milhões para essa empresa AMJ Security. Quais foram os serviços prestados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, como eu disse anteriormente, eu vou fazer a escolha de permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não sabe ou o senhor não quer falar quais são os serviços prestados ou foram os serviços prestados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu sei, mas prefiro ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Esses serviços prestados na ordem de R$17 milhões... Apenas nessa, porque foram mais de 700 milhões que esse grupo todo, no qual o senhor era considerado, segundo a imprensa, o decano... Havia vários jovens, que já passaram por aqui inclusive, que eram parte dessa organização criminosa, segundo a Polícia Federal. Foram mais de R$700 milhões. Esses R$17 milhões foram, de alguma forma, parar nas mãos do Lulinha?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor tem conhecimento desta matéria: "Lulinha tinha mesada de R$ 300 mil [...]"?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vi a reportagem na imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É curioso, Sr. Presidente, que, quando a gente chega nos figurões, permanecem em silêncio.

O senhor tem conhecimento de algum político que recebia propina do esquema do roubo dos aposentados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor, em algum momento, teve contato com algum político ou filho de político, parente político, assessor de político, nesse período todo em que o senhor prestava serviços para entidades de aposentados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, com todo o respeito, eu vou ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu acho que o silêncio é autoexplicativo: fala mais do que as palavras. Aliás, pode inclusive distorcer a própria participação do depoente, porque ele poderia contribuir.

O senhor poderia contribuir. O senhor poderia, em vez de permanecer em silêncio, dizer: "Não, o dinheiro que eu recebi foi parar na mão de políticos, foi parar na mão do Lulinha; foi pago como mesada pro Lulinha viver a vida que leva agora na Espanha". Mas o senhor não quer responder. O senhor quer permanecer em silêncio.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí nós percebemos como, lamentavelmente, esta CPI hoje viu, mais uma vez, uma blindagem do Governo Lula, para evitar trazer aqui figuras que podem elucidar, Relator Alfredo Gaspar, quem é que permitiu que pessoas como Américo Monte Júnior... Sobre quem o senhor mesmo disse, mais cedo: recebeu auxílio emergencial, hoje é multimilionário... Diz ser empresário de sucesso, mas a gente vê que as empresas eram de fachada, não quer revelar os serviços prestados... Talvez prestou algum serviço. Agora...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, esse é um dos motivos de eu não responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – A acusação, de qualquer forma. Então, não me cabe responder a V. Sa. E, por isso, eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não entendi qual é o motivo. Não ficou claro.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – As minhas empresas não prestaram serviço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não prestaram serviço.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – As minhas empresas são de... Não. A Excelência está falando isso: "Não prestaram serviço; é de fachada".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu estou dizendo o que o relatório da Polícia Federal diz. Eu estou dizendo baseado no relatório da Polícia Federal. Não é uma acusação vazia, não. O senhor não pode imputar a mim o que eu li no relatório da Polícia Federal sobre as suas empresas de fachada, segundo a Polícia Federal.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu peço desculpa então a V. Exa., e permaneço em silêncio.

No momento certo, eu sei que vou ter a oportunidade de fazer a minha defesa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu vou repetir: o que eu estou dizendo aqui é baseado no relatório da Polícia Federal...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – E eu agradeço.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que é cristalino, na operação de lavagem de dinheiro feita por empresas de fachada, segundo a Polícia Federal, como a sua e entidades como aquela presidida pelo seu pai, num amplo esquema de corrupção, que envolveu várias pessoas aqui, que tiveram bens apreendidos, como o senhor, ferraris, joias, vinhos caros... Dinheiro utilizado para comprar esses bens que a maior parte dos aposentados brasileiros nunca viu nem passar nas ruas.

E, aí, eu lhe pergunto: como o senhor se sentiu quando viu a operação deflagrada da Polícia Federal em relação a esses aposentados que foram roubados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu creio que as investigações vão provar quem está certo e quem está errado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não estou perguntando sobre certo ou errado. Eu quero saber como o senhor se sentiu, pessoalmente, em relação à roubalheira dos aposentados, que não podem sobreviver praticamente no seu dia a dia, tiveram menos remédios para comprar, em virtude disso, morreram mais cedo... Não tiveram dinheiro para comprar mantimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e foram roubados. Perguntei o seu sentimento em relação a essas pessoas.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – O sentimento, acho que de qualquer cidadão, seria de tristeza.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, mas o "seria" não me convence. O "seria" é um pretérito, aí, que não cabe, sinceramente, para quem tem realmente empatia.

Eu teria um sentimento de indignação, de revolta. Aliás, eu tive isso quando soube, mas talvez porque eu não tenha participado e jamais participaria de nenhum tipo de esquema como o de que o senhor é acusado de ter participado, segundo a Polícia Federal.

E aí eu termino, Sr. Presidente, dizendo que, mais uma vez, a CPMI perdeu uma excelente chance de mostrar ao povo brasileiro ao lado de quem este Colegiado está, que é dos aposentados que foram roubados.

Sim, muitos requerimentos foram aprovados; a gente quase não fala nisso, centenas de requerimentos de quebras e de convocações foram aprovados hoje – foram destacados cinco ou seis apenas, mais o bloco dos bancos. Mas nós vamos precisar tratar desse tema do filho do Lula, o Lulinha, porque daqui a pouco ele vai estar num cartaz como esse. Se nós não fizermos o trabalho direitinho e trouxermos ele aqui para dar as explicações que precisa dar sobre essa mesada de R$300 mil que foi parar, segundo a imprensa e uma testemunha que foi entrevistada disse, nas suas mãos, se nós não formos atrás das informações o quanto antes, essa pessoa aqui não vai estar só vivendo no exterior, vai estar foragida da Justiça brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

Sim, Dr. Levy.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Poderia dar um intervalo para o cliente ir ao banheiro, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Claro, claro. Pode ser de cinco minutos?

Então, nós vamos conceder aqui um intervalo de cinco minutos.

A sessão está suspensa.

(*Suspensa às 18 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 19 minutos.*)

(*Suspensa às 18 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 19 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – A sessão está reaberta.

Eu já passo a palavra – já convido – ao nobre Deputado Chrisóstomo, Coronel Chrisóstomo, do Estado de Rondônia, para fazer aqui as suas perguntas, os seus questionamentos.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sr. Presidente (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Vamos repor o tempo aí do Deputado Chrisóstomo. Deu um probleminha técnico. Então, vamos... Está o.k.? Resolvido? Então, vamos lá.

Deputado Coronel Chrisóstomo, o senhor tem dez minutos para sua fala.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhores assessores, meus cumprimentos a todos os senhores.

Olá, Rondônia. Olá, Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sr. Américo, Dr. Levy, eu quero que, neste momento, todos os senhores me perdoem, porque talvez eu aqui caia em prantos, porque eu venho com uma missão do meu pai. O meu pai disse: "O último dia lá na CPMI do ano de 2025, você vai seguir a minha orientação". Meu pai tinha 89 anos, fez 90 anos agora, é aposentado, e ele me orientou.

Quero realizar, Sr. Presidente, hoje, uma prestação de contas ao meu povo de Rondônia e ao povo brasileiro por eu ter tido a honra de ser o criador da CPI do roubo dos aposentados aqui, no mês de abril deste ano, que culminou com a CPMI. É uma prestação de contas, prestação de contas aos nossos aposentados e pensionistas, aos nossos indígenas, aos nossos deficientes visuais... Todos são pessoas vulneráveis.

Peço agora que todos parem de falar e fiquem atentos no que eu vou dizer.

Sr. Américo, eu pergunto ao senhor: você conhece essas pessoas? (*Pausa.*)

Próximo.

O senhor conhece essa pessoa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu vou ficar em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Essa pessoa é o Careca do INSS. Pelos relatos, foi um dos que mais roubaram os nossos aposentados e pensionistas.

O senhor conhece essa outra pessoa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Esse senhor é conhecido como Lulinha, o filho... Um dos filhos do Presidente Lula, que, segundo relatos da imprensa, recebia mensalmente R$300 mil.

O senhor conhece a próxima pessoa?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Esse é o senhor conhecido como Frei Chico, irmão do Presidente Lula. Segundo relatos, o sindicato dele é um dos que mais roubaram os nossos aposentados e pensionistas.

Senhores, fiquem atentos no que eu vou falar.

Próximo.

Agora assista, por favor, todos, todos, a esse vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Quando o senhor...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O próximo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Próximo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Olha. São 4,1 milhões de aposentados, iguais a esses, que foram roubados.

Sr. Américo, o senhor se arrepende?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu não tenho motivo para ter arrependimento.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – A expressão do seu rosto diz tudo, tudo o que os aposentados de Rondônia precisam saber.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal Coronel Chrisóstomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente, eu já passo a palavra para o Senador Izalci Lucas. O senhor tem dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, hoje é um dia que vai ficar marcado na história. Não adianta a esquerda querer colocar sua narrativa aqui na CPMI, o Brasil todo viu que a meta deles aqui não é achar os culpados, é blindar, blindar os comparsas.

Sim, isso mesmo, não adianta ficar fazendo confusão. Vocês tentaram blindar mais de uma vez os envolvidos; esses envolvidos têm ligação direta com o PT: é o irmão do Lula, é o filho do Lula, é o irmão do Deputado do PT, é o mensageiro do PT. E, segundo eles, são santos.

Eu quero deixar clara aqui uma coisa: não são santos e não adianta falar que ele é frei. Ele não é frei; na realidade, é uma peça de grande envolvimento desse grande esquema, e isso não é novidade. Onde tem o PT, tem corrupção.

Sr. Américo, ou você é referência de sucesso, ou você é o operador de um dos maiores esquemas desse roubo dos aposentados do INSS. Eu gostaria que você me ajudasse a esclarecer qual das duas opções.

Os documentos da sua quebra de sigilo apontam que você tinha controle de diversas associações que tiravam dinheiro dos aposentados e diversas empresas que recebiam esse dinheiro para depois distribuir entre familiares, amigos e você, claro.

Isso parece o mesmo método de roubo utilizado por todos que se sentaram aí nessa cadeira em que você está, mas seu caso deve ser diferente, então eu preciso te perguntar: é difícil ser operador de tantas associações e empresas? Ou para você é fácil como roubar dinheiro do aposentado?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você tem procuração ou controle de várias associações como a Amar Brasil, Master Prev, Aasap, Anddap, todas envolvidas neste roubo de aposentadorias, todas repetindo o mesmo modelo de roubo: lavagem e distribuição do dinheiro roubado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que você me explicasse esta incrível coincidência: se você não roubou o dinheiro dos aposentados, por que seu nome aparece nas associações que roubaram dinheiro dos aposentados?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio, com todo o respeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Outra coincidência que é rara, mas que acontece muito aqui nesta CPMI, é que quem roubou também criou várias empresas para distribuir esse dinheiro que foi roubado dos aposentados. Por exemplo: no meio dessas empresas envolvidas com o roubo dos aposentados, nós temos essa tal de AMJ, que na verdade são várias: AMJ; AMJ Serviços; AMJ Security; AMJ M4 Consult; AMJ E&A; AMJ Advogados. O que significa AMJ?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, as iniciais do meu nome.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – São todas, todas suas?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Sou administrador de algumas dessas empresas, outras eu não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ah, outras são esposas e irmão, cunhado?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não, de todas as empresas sou eu o administrador. Não tenho nenhuma empresa com minha filha, com minha esposa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você é o administrador?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu sou o administrador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu quero saber quem é o responsável por essas empresas que receberam dinheiro roubado dos aposentados. É você? Você é o responsável por elas?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu sou o responsável pelas empresas, sou o administrador delas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que desviaram os recursos, está lá o RIF, quebra de sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Porém, não posso concordar que eu recebi dinheiro que foi desviado de aposentado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Está na tua conta, está no Coaf e no RIF aqui, dizendo... Sai do INSS, vai para tua empresa, da tua empresa vai para você e familiares. Isso está lá, não é, ninguém está inventando aqui. Está no documento.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Sim, sim, sim, Senador. As empresas são minhas e estão no meu nome, não estão em nome de outra pessoa, e os recursos que eu recebi estão declarados no meu Imposto de Renda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, o Imposto de Renda aceita qualquer coisa. Você botou lá, né? Agora, se prestou o serviço é que é outra história, porque aqui, todos que emitiram nota fiscal fria aqui foram só para realmente esquentar o dinheiro. Pagou um impostozinho, distribuiu o lucro sem imposto, que até hoje não tem imposto nenhum. E aí, são milhões e milhões – 700 milhões, cara! Você tem noção, Girão, o que é isto: 700 milhões? Os caras já não... Está chegando no bi já.

Bem, então você é o responsável por essas empresas. A Amar Brasil é presidida pelo seu pai e você. Seu pai é o Presidente, e você também tem procuração dela.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não tenho procuração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Da Amar Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Da Amar Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Seu pai é que assina, então, tudo?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Meu pai é o atual Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E ele é que assina?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – E eu já tinha explicado anteriormente: por motivo de doença, a antiga Presidente se licenciou, porque ela estava com câncer. Inclusive, ela veio a falecer na semana passada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, então, com isso, nós já percebemos que esse é um negócio de família, tem aí tua filha, teu irmão, teu pai, etc.

E essa associação que vocês administram em família tem recordes interessantes. De acordo com a Polícia Federal, com a CGU, na Amar Brasil 97% dos descontos – o Relator ainda colocou um de 99% – não foram autorizados.

Praticamente, nenhum aposentado autorizou que vocês pegassem o dinheiro deles. Agora, eu quero entender essa parte. Se nenhum aposentado autorizou, como vocês conseguiram, entre maio do ano passado e abril deste ano, receber mais de R$181 milhões do INSS? Isso foi mágica? Ou vocês conhecem alguém dentro do INSS?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, esse roubo não seria possível sem ter alguém dentro do INSS e da Dataprev, permitindo que esse roubo acontecesse.

Como é que eram essas conversas com o André Fidelis, o ex-Diretor do INSS; o Sr. Eric Fidelis, filho do André Fidelis? Você conhece essas pessoas? Sim ou não?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O método de roubo que se repete entre os interrogados é sempre o mesmo, usava associações e entidades para roubar o dinheiro do aposentado, depois usava empresas de fachada para receber e distribuir dinheiro. Vamos ver se o seu caso é diferente.

A Amar Brasil, presidida pelo seu pai, pagou R$19.256.679,96 para a

A Amar Brasil, presidida pelo seu pai, pagou R$19.256.679,96 para a sua empresa: o seu pai, da Amar Brasil, passou para a sua empresa, a AMJ Security, uma empresa que sequer possui sede física ou estrutura compatível para receber este valor. Isso está parecendo o pai dando mesada para o filho, mas usando dinheiro roubado, evidentemente.

Que tipo de serviço de segurança custa 19 milhões e por que esse serviço era importante para os aposentados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Essa Security é sua? A AMJ Security?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – A AMJ é minha. A entidade tem sede, ela foi visitada e fiscalizada pelo INSS...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Ele explicou aqui como é que era a visita dele.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – ... e, inclusive, pela CGU. Só para deixar registrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Você está querendo dizer que não houve desvio de recursos do INSS...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... que não houve transferência para suas empresas, que não houve transferência para você?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não, estou esclarecendo para o Senador que ela tem sede, só isso, e que ela foi visitada, inclusive, pela CGU, só para deixar registrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Outra coincidência...

E quando foi que a CGU esteve lá?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu não sei a data, mas teve visita...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem mais de um ano?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu não sei a data, mas tem relatório da CGU. A CGU tem a informação. A entidade foi visitada, a entidade não era de fachada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Outra coincidência que se repete muito é que sempre aparecerem aqui empresas que receberam dinheiro do aposentado por um serviço, mas nenhuma dessas empresas consegue comprovar que realmente prestou esse serviço.

Vamos ver se o seu caso vai ser exceção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Você tem fotos, vídeos, material impresso, qualquer registro de que esse serviço foi prestado?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, como eu expliquei anteriormente, no momento certo eu vou prestar os meus esclarecimentos e a minha defesa. Então, neste momento, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Anderson Vasconcelos, Felipe Macedo, Igor Delecrode, seus companheiros e sócios, já passaram aqui antes de você. E o que vocês têm em comum? Além de todos dizerem que são inocentes e que vão explicar depois, e vai chegar o momento certo, é que todos tiveram um crescimento patrimonial inexplicável e todos usaram esse dinheiro com abundância, gastando com grifes internacionais, joias, carros de luxo, tudo isso bancado com dinheiro roubado do aposentado.

Se este não é o seu caso, como você explica que seu patrimônio, em 2023, era de R$11 mil e, em 2024, saltou para 7.787.339?

Vou perguntar a última, Presidente, para já emendar.

Américo, como fica difícil acreditar que você não está envolvido. Você tinha contatos no INSS, usou esses contatos para aprovar diversas associações que roubaram os aposentados, e, depois, usou inúmeras empresas para lavar e distribuir esse dinheiro roubado entre amigos, parentes e sócios. E, para tornar a sua situação ainda mais complicada, você foi alvo da Operação Sem Desconto, que apreendeu 29 carros de luxo, avaliados em 28 milhões, e um bloqueio de 2,6 bilhões de bens e valores. Foi tanto dinheiro que seu patrimônio cresceu 70.000% em apenas 12 meses.

Se isso tudo não é fruto do dinheiro roubado, explique para a gente o segredo para o sucesso. Os aposentados precisam saber isso para recuperar o dinheiro roubado.

Se quiser comentar.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou ficar em silêncio, Excelência.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Imediatamente já passo a palavra para o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O senhor tem dez minutos para os seus questionamentos e posicionamento.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Olha, aqui tem uma demonstração... Eu quero aqui, inclusive, voltar para o raciocínio apresentado pelo Senador Izalci.

O senhor afirmou que não recebeu dinheiro de aposentado. É isso, depoente?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu não entendi.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor afirmou que suas empresas não receberam recursos dos aposentados.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu creio que eu não falei isso.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor falou que...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não dessa forma.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Eu estou lhe perguntando.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Isso.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, tem uma questão fática, real, incontestável.

O senhor recebeu diretamente da Amar Brasil R$25 milhões – está certo? – que foram transferidos para a sua empresa, a AMJ Serviços Administrativos. Dá para ver aqui o esquema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Amar Brasil, está provado aqui, já é público, que ela fraudou e roubou dos aposentados e pensionistas e transmitia para você, para as suas empresas.

Presidente, o que temos a mais para executar a prisão de um cidadão desse tipo? Está aprovado. Nós não temos nenhuma dúvida, Pimenta, Deputado. Aqui tem lavagem de dinheiro, aqui tem esquema de corrupção, o senhor está em todas as etapas. Por isso, está calado. É um absurdo o que está acontecendo aqui. Nós estamos passando... Não podemos passar recibo para esse tipo de coisa.

Então, veja bem, está aqui, olha: todos os esquemas da Polícia Federal demonstrando o esquema de corrupção, lavagem de dinheiro que vocês estão fazendo.

Para o senhor tem uma ideia, eu peguei rapidamente. É tão denso o nível de corrupção que V. Sa. executa, com a sua família, que você comprou um carro, vendeu o carro para si mesmo, um carro de luxo. Tem aqui um fluxo desse recurso, aproximadamente R$281 mil. Depois, vocês passaram esse recurso para a Micaela, ou seja, é uma transação de lavagem de dinheiro, de esquema, que passa para a Micaela, que é sua filha, se não me engano. É isso? É sua enteada, não é? Que depois tem relações diretas com o Igor Delecrode, ou seja, tem uma escalada de recursos desviados e transferidos que está rodando nesse círculo de pessoas. Então, eu queria lhe dizer que para nós é assustador o que foi feito aqui.

O senhor, por outro lado – eu queria relembrar –, fez uma declaração de Imposto de Renda de bens e direitos em 31/12/2023, de R$11.075. Um ano depois, o senhor declarou, na mesma data, R$7.780.000, aproximadamente. Eu gostaria de saber, de V. Sa., como foi essa escalada monumental, fenomenal, de crescimento financeiro que o senhor conseguiu cumprir, conseguiu alcançar? Qual é a fórmula desse sucesso?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Vai permanecer em silêncio, não é? Vai permanecer porque sabe que aqui está montado o esquema de corrupção, de fraude, de lavagem de dinheiro, com essa turma toda – foi demonstrado aqui por vários Parlamentares – que monta um esquema muito forte em torno dessa questão específica da fraude do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria dizer também que, como nós não vamos avançar muito com V. Sa., tem algumas questões que me chamam a atenção. O senhor é religioso? O senhor congrega em alguma igreja?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Sou cristão.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Você é cristão. E o senhor costuma patrocinar igrejas financeiramente?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Pastores?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Se for dízimo ou oferta, sim.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Muito bem. Aqui nós temos informações que o senhor repassou aproximadamente R$124 mil à Igreja Deus é Fiel, ligada ao Pastor Cesar Belluci. Procede?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor confirma esse repasse de R$200 mil ao Pastor Péricles Albino Gonçalves?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência...

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Mesmo ele não prestando serviço compatível com esses valores?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, vou permanecer em silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – O senhor confirma que Felipe Macedo citou seu nome em um culto, afirmando que vocês oravam no escritório de madrugada para pedir livramento durante a investigação do INSS?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Desconheço a informação.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Você desconhece? Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, o senhor tem, realmente, um nível de relação bastante duvidoso com todas as figuras que lavam dinheiro, inclusive, dentro de igrejas, lamentavelmente. E aí não tem nada a ver com fé, não tem nada a ver com pastor, diretamente, mas com esquemas de lavagem de dinheiro que evoluem para dentro de igrejas e usam também a fé do próprio cidadão.

O senhor, Américo Monte Júnior, comprou com R$13 milhões imóveis em apenas 13 meses? Tem uma informação aqui. O senhor fez essa compra em espécie?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Perfeito.

Presidente, eu queria aqui finalizar dizendo que, logicamente, essa desfaçatez – e você percebe, Presidente – de todos que vêm aqui, a cara deles nem treme, na expressão popular. Sua cara não treme. É impressionante. Não treme.

Mas nós temos o que dizer de maneira positiva. Porque, por outro lado, eu queria aqui fazer o reconhecimento das ações da Polícia Federal e do Governo Federal. Já houve ações da Polícia Federal. Operação Sem Desconto, na primeira fase, com CGU, com a Polícia Federal, que combateram descontos não autorizados de beneficiários do INSS. Ou seja, foram seis mandados de prisão temporários de dirigentes de entidades associativas; alvos como dirigentes de entidades, servidores do INSS, e estimaram R$6,3 bilhões, que é o balanço desse processo.

Nós já tivemos, e eu acho muito importante sempre relembrar que, só no norte do país, de onde eu sou, de onde eu venho, já foi feito um ressarcimento no valor de R$250 milhões, aproximadamente, para essas pessoas que foram lesadas por figuras como você. Isso o Governo Federal está fazendo. Isso é muito importante. Foram R$2,7 bilhões de valores pagos aos aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos. Foram 3,3 milhões de beneficiários que já receberam o seu ressarcimento. Então, portanto, do ponto de vista das ações de Governo, me parece que é um balanço importante de a gente fazer o reconhecimento de que há ações de ressarcimento, que é importante para prevenir e para tentar ressarcir esse prejuízo causado por figuras como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Tem uma lista de operações que já estão sendo feitas, realizadas. A Operação Sem Desconto, na segunda fase, já ocorreu. A Operação Sem Desconto, na terceira fase, com bastante avanço.

Então, eu queria dizer aos senhores, nesses poucos minutos, que, no final, Presidente, há um balanço importante: me parece que a ação do Governo Federal no sentido do ressarcimento, no sentido da ação concreta de tomar providência, através da CGU e Polícia Federal, tem sido efetiva.

Mas eu queria sugerir a V. Exa. que a gente pudesse aprofundar, porque nós estamos diante de uma figura fundamental nessa fraude, que enriqueceu ilicitamente e abruptamente em um ano, demonstrado isso oficialmente, e que tem ligações diretas com o esquema de corrupção do INSS.

E, por fim, nós não podemos esquecer que tem um ponto de partida dessa fraude do INSS. E o ponto de partida foi apresentado aqui. Nós estamos martelando isso, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Nós estamos falando isso em todas as sessões. O ponto de partida para que tivesse esse tipo de fraude tem data, tem endereço e tem documento. Nós não podemos esquecer o Decreto nº 10.537, de 28 de outubro de 2020, assinado por Jair Messias Bolsonaro, assinado por Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni. Foi aqui que começou, foi aqui que deu causa, foi aqui que permitiu que esse esquema de corrupção, nessa fase da chamada Operação Sem Desconto, acontecesse. Portanto, tem origem, tem endereço, tem assinatura que abriu a porteira para esse tipo de cidadão enriquecer ilicitamente, fraudar junto com uma gangue e ter a cara de pau de não se sentir, pelo menos, constrangido.

Então, Presidente, nós temos que ter uma ação efetiva com relação a esse tipo de postura. Está provado que esse cidadão tem relações diretas, esquema de corrupção direto com essa fraude do INSS.

Então, muito obrigado, Presidente. Uma boa semana para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Dorinaldo Malafaia, lembrando ao senhor que o *habeas corpus* do depoente é bem amplo, concedido pelo Ministro Nunes Marques.

Eu vou imediatamente passar aqui a palavra para a Senadora Damares Alves. A senhora tem dez minutos para fazer aí a sua participação.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu não vou gastar o tempo todo, não, porque o depoente não vai responder, mas a gente tem que ficar aqui, é a nossa missão, nós estamos investigando, estamos inquirindo, é a nossa missão.

Como ele não vai responder, eu vou fazer comentários. E o comentário é, Seu Américo, o seguinte: o senhor tem quatro filhos – uma de 26, um de 22, um de 21 e um de 9. Até agora só o de nove não está envolvido nos seus esquemas, porque é criança, mas não sei, não. Se o senhor ficar solto, aos 16, com certeza já vem aí uma emancipação.

Aí, o senhor não quer falar, mas a gente tem quebra de sigilo. E, observando a quebra de sigilo, primeiro eu acho que a menina mais velha não é sua filha, porque não tem seu sobrenome, ela deve ser sua enteada. E eu fico perguntando onde é que está o pai dessa menina, porque, aos 21 anos de idade, essa menina já estava sendo envolvida em esquemas.

Seu Américo, o senhor recebeu auxílio durante a pandemia, o senhor recebeu R$7.050 de auxílio emergencial. A pandemia termina em 22. Aí, em 23, o senhor começa a ganhar dinheiro, porque o senhor disse para a Receita que recebeu R$11 mil. Aí, igual o Pimenta falou, e eu vou repetir os números do Pimenta, em 24, o senhor recebeu – sim, para a Receita –, R$7.787 milhões. Então eu queria lhe fazer um apelo, já que o senhor é cristão: devolve esses R$7.050 do auxílio emergencial, porque o senhor ficou rico em 23 e 24; devolve da sua esposa R$3.900 de auxílio emergencial e da sua filha... não, da Micaela, R$3.090 – menina com 21 anos já fraudando o auxílio emergencial – e devolva da sua esposa, Erica, R$5.650! Eu até poderia fazer o seguinte, Seu Américo: mostre que o senhor tem interesse em ajudar o Brasil! Faça amanhã, advogado, um Darf, uma guia de recolhimento! Ele recolhe a devolução do auxílio emergencial corrigido e manda para a CPMI, para a gente ver que o senhor está bem-intencionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente lê a quebra de sigilo, Seu Américo, a gente observa que Deus não ouviu as suas orações. O senhor estava orando para vocês não serem investigados. Lamento que o senhor ore para Deus te livrar de crime. E a gente observa aqui, no sigilo, quando eles falam da sua filha: "Em nome da neta de Monte, Micaela [...] [não vou dizer o sobrenome todo, porque ela está com 26 anos; o senhor já destruiu a vida da sua enteada, dos seus filhos de 22 e 21 anos, tão jovens, meu Deus do céu; aí está aqui], está registrada a empresa 'Meu Bem Protegido', de seguro de veículos. [...] Sócia da empresa que se mistura com a Amar [...]", aí vai... Só que, nessa declaração que eu tenho aqui, na quebra de sigilo, da inteligência, fala-se que a sua filha, Micaela, enteada, ensinava como falsificar as assinaturas dos idosos.

Seu Américo, eu lamento um homem que se diz cristão envolver meninos tão jovens em esquemas tão pesados. E o senhor sabe que vão anos para limpar o nome desses meninos se não forem condenados com o senhor, porque, se eles forem condenados, o senhor sabe que, pelo rol de crimes que estão sendo atribuídos ao senhor e a eles, as penas serão altas, e seu pai também está envolvido. Eu não consigo imaginar como é que vai ser a festa de Natal de vocês, o Natal em família este ano. Talvez a festa de Natal do ano que vem não vá ser em família, a de vocês, talvez cada um vá ter que curtir o Natal em outro lugar. Seu Américo, eu lamento! E, quando eu vi aqui o senhor falar que é cristão e que o colega Dorinaldo aí falou que o senhor ora, eu estou tão chateada com isso, tão chateada!

Mas, vamos embora, Presidente; vamos embora, Relator! Ele está se negando a falar. Tem um grande advogado – o Dr. Levy é um grande advogado –, está muito bem orientado, mas a sua situação é muito grave. Os documentos apontam que o senhor é um dos mais envolvidos nesse esquema; que era um vulnerável na pandemia, que precisava de auxílio emergencial, e um bilionário agora. Eu só tenho que dizer que eu lamento por tudo que a gente está vendo aqui, hoje! O senhor teve a chance de ajudar o Brasil, mas ajude devolvendo pelo menos o auxílio emergencial, porque eu acho que o resto que foi a gente não vai conseguir catar tudo de volta; pelo menos o auxílio emergencial devolva!

Relator, sucesso! Eu fico imaginando a sua indignação, Relator: horas e horas lendo documentos, noites acordado... A assessoria, todo mundo aqui, ó, assessoria da direita e da esquerda, tenho que registrar cumprimento a todas as assessorias! Aí, ele vem e não quer colaborar com a CPMI. Lamento! Mas, Dr. Levy, sucesso ao senhor! O senhor vai ter muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho, muito trabalho! Lamento! Seus três filhos, a pena dos três filhos e a do senhor não vai ser baixa. Lamento, Seu Américo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco/NOVO - CE) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Informo a todos que o trabalho deste Colegiado – é muito importante isso – está sendo acompanhado desde o início das sessões aqui, quando nós instalamos esta CPMI. É um recorde de audiência tanto na Câmara como no Senado. Agora, nós consultamos aqui, tinham 20 mil pessoas acompanhando só pelo YouTube.

Então, é algo assim de renovar as esperanças da população, acompanhando a política de fato. Acompanhando, na verdade, não é a política, é a investigação, querendo saber do seu dinheiro que foi drenado aí para famigerados esquemas.

Eu passo a palavra imediatamente para a Deputada Bia Kicis.

A senhora tem dez minutos para as suas perguntas e considerações.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Cumprimento a todos aqui presentes e também a nossa audiência que o Presidente acabou de citar, o Sr. Américo, o Dr. Levy.

Bom, não vou aqui perder tempo fazendo perguntas que não serão respondidas. Ao invés disso, eu prefiro falar ao povo brasileiro.

E eu quero pedir à mesa, por gentileza, que coloque aqui uma tabela.

Olha lá, a gente ouve tantas narrativas, né? E aí é importante lembrar que essa empresa, a Amar... Essas entidades descontaram R$690 milhões dos aposentados entre 2023 e 2025, tá? Porque aqui a gente ouve os blindadores dos criminosos, dos agentes políticos que a gente sabe que estão sendo preservados para o povo não conseguir saber, porque a preocupação deles é só eleitoral. Eles não querem que chegue ao Lulinha, ao Frei Chico, ao Lula. Então, eles fazem qualquer coisa com uma cara de pau inacreditável. O outro até fala de nave espacial. Gente, é tanta loucura, mas a gente toma um Engov, escuta, depois toma outro e é vida que segue, né? Porque o nosso objetivo aqui é investigar. E é terrível quando você vê colegas Deputados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, Parlamentares que vêm para cá dizer que querem investigar e, na verdade, só querem blindar. Quer dizer, atrapalham a CPMI, prestam um desserviço ao povo.

Mas está lá, ó. Querem botar a culpa no Bolsonaro, no Governo Bolsonaro. É tanta narrativa, mas está ali o fato, valores de 2019 a 2022, 1 milhão – 1 milhão – que foi descontado indevidamente por essas empresas: Amar Brasil, Master Prev, Andapp e Aasap; e, entre 2023 e 2025, 690 milhões. A gente fica até confuso, Sr. Relator. A gente acha que está pensando no número errado. Espera aí, 690 milhões, quase 1 bilhão, mais de R$0,5 bilhão. Está lá. Só por essas entidades, sem falar na Conafer, sem falar no Sindnapi, sem falar em todos os outros. Está aí, ó, só essas entidades do depoente que está aqui hoje sem falar nada, sem colaborar com coisa alguma. É muita certeza da impunidade. Mas, olha, podem cair do cavalo.

Bom, tudo isso para o brasileiro, para o aposentado... O Deputado Coronel Chrisóstomo mostrou vídeos que mexem com o coração da gente ao ver pessoas tão vulneráveis que recebem a sua aposentadoria e que ficam sabendo agora que estão sendo roubadas há tanto tempo. Realmente é uma situação terrível.

E aí a gente pensa assim: mas é incrível, né? Tudo isso acontecendo especialmente no Governo Lula. Aí a gente recebe aqui, ó: "Empreendedores brasileiros fogem para o Paraguai". Não é brincadeira, não. Não é pouca gente, não. "O Paraguai tem se destacado como destino de um número crescente de brasileiros em busca de alívio fiscal", porque esse desgoverno só sabe arrecadar, é taxar, taxar, taxar. O brasileiro não aguenta mais tanto imposto. Vamos lembrar que, no Governo Bolsonaro, era isenção de impostos federais do combustível, era realmente ajuda para o povo brasileiro, enquanto nesse desgoverno é taxa, taxa, taxa. O brasileiro não está aguentando.

Então, além dos pobres, aposentados, pensionistas roubados, as pessoas que geram emprego estão dando no pé. O Paraguai, com a sua política liberal, está colhendo frutos agora. Poucos impostos, energia barata, ambiente mais favorável ao empreendedorismo...

"Segundo levantamento de 2025, há estimativas de que mais de 263 mil brasileiros estejam vivendo hoje no país vizinho, um contingente maior do que se imaginava até então". Olha só. E antigamente a gente fazia piada com o Paraguai. Vocês lembram isso? "*La garantia soy yo*". Olha que virada, que tristeza. O Brasil que era o país do futuro, como tem um livro que fala que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

é aquele país do futuro que nunca chega, porque as ratazanas daqui têm fome, têm sede e nenhum escrúpulo para roubar, para taxar, para desviar, para mentir, para vir fazer parte de uma CPMI para blindar. Isso é uma vergonha.

Eu quero que o povo brasileiro preste muita atenção no nome dos Deputados e dos Senadores que estão blindando e ainda fazem piadinha, ainda vêm contar mentira. É a velha máxima: o PT, quando não está mentindo, está roubando; quando não está roubando, está mentindo; e agora a gente está assistindo fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Outra aqui: "Brasil despenca no *ranking* de crescimento" – despenca! "O Brasil perdeu fôlego no segundo trimestre de 2025 e viu o seu desempenho relativo no mundo minguar de forma abrupta: o Produto Interno Bruto (PIB) avançou apenas 0,4% de abril a junho, taxa que deixou o país em 32º lugar num *ranking* de cerca de 50 economias compilado por analistas". Caraca, velho, 32º lugar de 50. Que miséria, que tristeza, que roubada – literalmente, que roubada! O povo brasileiro não aguenta mais.

E aí a gente assiste, um por um, virem aqui jovens, jovens empresários *fake*, que de empresários não têm nada, que montam empresas que são só lavanderia de dinheiro sujo, de dinheiro roubado. E ainda pegam esse dinheiro e levam para fora do Brasil, paraísos fiscais. E ainda devem levar, pelo que a gente imagina, nas maletas que saem aí até de avião da FAB, maletas e maletas e maletas que ninguém consegue explicar, ou de voo comercial também – teve uma aqui que levou 32 malas... E aí é o dinheiro do povo brasileiro literalmente voando para fora do Brasil; e aí é Lulinha voando para fora do Brasil junto com o Careca.

E aí os caras dizem assim: "Vocês não têm provas! Vocês estão falando sem provas! Nós vamos processar". Vem processar, meu amigo! Eu estou aqui para investigar. Eu não tenho prova mesmo, é por isso que eu fiz um requerimento querendo a lista dos passageiros. Não é de aeronave, não é de foguete, não, para Bolsonaro fugir dos 27... Não é, não! É para mostrar que o Lulinha estava no voo com o Careca para Portugal, porque nós sabemos disso, porque a imprensa sabe. Porque o outro que está ameaçado de morte, que está pedindo socorro, ligando para o Relator: "Estou com medo"... Porque a gente sabe de Celso Daniel, a gente sabe tantos casos, aviões que explodem – ixe! –, a gente sabe de muito caso. Perigoso, quando você mexe com máfia é perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente só quer uma lista de passageiros, o Deputado diz o quê? "Vocês não têm provas! Vou processar." A gente está aqui buscando as provas e vocês estão fazendo sabe o quê? Blindando as provas, impedindo que a gente tenha acesso às provas. Vem processar, meu amigo, vem processar!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Você, que está blindando os maiores bandidos deste país, quer processar quem está honestamente aqui trabalhando, servindo ao povo brasileiro, servindo aos aposentados, aos roubados, lutando pela verdade e pela justiça? Vem processar! Processa, meu amigo!

Se bem que está difícil confiar na Justiça neste país, infelizmente, né? Porque na Justiça de hoje os corruptos estão todos soltos, e os presos são os inocentes – é perseguido político, é Presidente Bolsonaro, é General Heleno. Mas ainda assim, eu, como advogada, procuradora que fui, operadora do direito, Dr. Levy, ainda mantenho acesa uma esperancinha de que a justiça seja feita; a divina eu sei que vai ser feita, a humana é falha, mas a gente vai continuar trabalhando para que ela seja feita.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senador Eduardo Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não. Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Américo, qual era a sua atividade laboral, de trabalho, em 2019?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Qual era a sua atividade laboral em 2020?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Desculpe a expressão popular, o senhor é um cara-pálida. Ter coragem de entrar no *site*, no aplicativo da Caixa Econômica, e pedir auxílio emergencial... Por isso o senhor já deveria estar preso, sair algemado daqui hoje. Num momento difícil, quantas famílias que passaram por dificuldades, quantas empresas que fecharam, quantos pequenos negócios que fecharam, e o senhor com essa cara pálida ter coragem de ter acionado a família toda e ter pegado o auxílio emergencial.

O senhor disse que é cristão, mas deve frequentar a igreja da sinagoga do Satanás, só se for, porque a igreja que o senhor frequenta, possivelmente, não é a verdadeira Igreja de Cristo.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Está amarrado...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O senhor possui quantos veículos?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Cara-pálida! Responde! Seja um homem, para falar a verdade, com a coragem que o senhor teve de se meter nesse enrosco que o senhor se meteu, porque o senhor, por receber auxílio emergencial, em 19, imagino eu que está andando de carona ou a pé pela rua. Não há espaço, como o Relator mostrou, comprovadamente, aqueles carros que estão ali.

Que criatividade é essa, que consultoria é essa, que o senhor dá, que o senhor não sabe o que o senhor faz, o senhor não sabe onde o senhor trabalha? Aí, o senhor tem um Imposto de Renda de R$11 mil e passa para 7 milhões...O senhor é um gênio! Nem aquela moça, de Belo Horizonte, essa semana, que usou a *startup* aí, que se tornou uma nova bilionária, tinha a genialidade do senhor. Que vergonha! Que vergonha!

Mas o senhor é só mais um desse quadrilhão que se montou no Brasil.

E aqui eu quero sempre reviver, porque eu fui o primeiro Parlamentar a denunciar essa roubalheira aqui na Câmara dos Deputados. Infelizmente, a própria imprensa e a Polícia Federal, depois de um ano e meio que eu tinha denunciado, que resolveram abrir uma investigação. Antes tarde do que nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no dia 26 de agosto, Sr. Presidente, aqui nesta Comissão, quando nós iniciamos o trabalho, eu trouxe uma informação que fizeram o cara-pálida, que estava ali do meu lado, fingindo que não era com ele, quando eu dizia: "O Lulinha está metido nisso!". Depois disse isso em Plenário.

Por favor, passe os meus vídeos.

Soltar o áudio ajuda.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Foi 26 de agosto.

Estão na sequência os outros.

(*Procede-se à exibição de vídeos.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, isso mostra que nós estamos alertando para esse bandido chamado Lulinha.

As histórias de fazenda no Pará, as histórias de cobertura pelo Brasil afora... E hoje é um fugitivo. Ele fugiu para a Espanha. Portanto, é uma vergonha, uma vergonha saber que o Brasil foi entregue para essa gente. E, a partir de hoje, o Sr. Lulinha passa de suspeito para investigado, investigado e procurado, porque ele fugiu.

Sr. Presidente, já comuniquei aqui... Deixa achar aqui. Mas já foi protocolado hoje, no STF, o pedido de extradição, de cooperação internacional para trazermos o Lulinha de volta. Isso é extremamente necessário para que as coisas possam começar a aparecer. E o crime... tenha certeza de que não compensa.

Sr. Presidente, é um escândalo atrás do outro, é uma conspiração atrás da outra, mas sem nenhum dó e nenhuma piedade. E o que me assusta, às vezes os Deputados ligados ao PT, a esses partidos de esquerda, não conhecem a origem, Sr. Levy, do *modus operandi,* do plano estratégico para se montarem essas quadrilhas. Eu sempre digo que PT, MST, as Farc colombianas, Hamas, Hezbollah, tudo são princípios... têm mesma estrutura operacional de quem trouxe esse conhecimento lá do Al Capone. O PT também não sabe o porquê do número 13 dele e deveriam saber. É uma conspiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

E aí, Sr. Américo, a estrutura e o modo operacional das empresas que o senhor, brilhantemente – um gênio, o senhor deveria ganhar um Prêmio Nobel de Economia –, montou e estruturou são todas iguais às que os outros bandidos também montaram. Engraçado: 30, 40 empresas com a mesma estrutura, o mesmo modo operacional, todo mundo prestando serviço e não sabe para quê, quando, a que hora, o que faz. Olha, é de dar nojo. O certo era fazer vômito, olhando para esse tipo de gente e saber da coragem e da falta de escrúpulos que vocês tiveram.

O PT tem muito a explicar. Aliás, não deveriam ter nem deixado retornar ao poder. A história dessa publicitária eu já disse aqui e vou repetir: ela delatou o Lula na Lava Jato; ela delatou, mas a Dilma foi lá e contratou de volta, a Dilma foi lá e contratou, e agora ela volta a operar de novo, no mesmo escândalo, ou seja, sabia roubar, puderam roubar de novo e voltou para a cena do crime.

O senhor imagina que uma associação igual à do Sr. Américo, Sr. Relator, chegou a fazer desconto de 180% acima do que era autorizado. Que loucura, que loucura!

E os valores em que o senhor está envolvido, somados aos outros... Só de 12 entidades, nós estamos falando quase de R$4 bilhões que foram descontados.

Mas aí, olha só que coisa! O Lula foi conivente com o roubo dos seus próprios eleitores: "Reduto eleitoral do Lula é o que mais sofre com descontos associativos". Ele sempre fez um discurso, a retórica, a falácia dele é conhecida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Lula é um milionário que se faz de pobre coitado, mas olha o sapato dele, o terno dele, a gravata dele, o vinho dele, o uísque japonês, de que ele tanto gosta! Mas ele teve coragem de ser conivente.

E vêm dizer aqui que o Lula mandou investigar. Mandou nada! Vocês foram montando essas quadrilhinhas ali nos anos... Porque a Contag, que é uma das mães do PT, criou o PT, desde 94 rouba os aposentados. Naturalmente, vocês criaram essas instituições em 2020, 2021... Talvez até fizeram lá na forma da legalidade, mas, quando a cerca rompeu, perderam escrúpulos e roubaram bilhões dos nossos aposentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria muito que o senhor saísse preso daqui, algemado, sem direito à fiança, porque, atrás de uma cela, o senhor ia acabar confessando todos os crimes e entregando todos aqueles que roubaram com o senhor.

Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Relator; o advogado, o Dr. Levy; o Sr. Américo.

Sr. Américo, o senhor... Eu vi aqui vários Parlamentares, ao longo destes meses em que a gente está se debruçando, no limite das nossas forças, para buscar a verdade sobre esse crime hediondo que foi feito com os brasileiros mais pobres, órfãs, viúvas, deficientes, velhinhos e velhinhas do Brasil... Eu vi praticamente toda a sessão perguntar ao depoente qual o sentimento que o senhor tem com relação ao que aconteceu. Não posso afirmar, chamá-lo de ladrão, chamar... Não posso fazer isso, seria leviano da minha parte. Mas o sentimento de uma pessoa que recebeu... E 120 milhões circularam nas mãos do senhor, das empresas do senhor, vindo dessas entidades aqui que descontaram de forma irregular R$700 milhões – está chegando à casa do bi! E, como foi dito aqui, o seu Imposto de Renda, curiosamente, passa de 11 mil para 7 milhões.

Eu gostaria de retomar a pergunta, porque o senhor disse: "Olhe, o sentimento seria... ". Mas, quando você diz "seria", não é o seu sentimento. O senhor pode ficar em silêncio, mas, assim, como ser humano, eu lhe pergunto, porque o senhor pode colaborar conosco aqui, para que a gente, Deputados e Senadores, aqui... Não há mal que não venha para um bem maior, não há mal que perdure para sempre, e não há mal que não venha para um bem maior. Eu tenho certeza de que, depois de tudo o que está sendo revelado, nunca mais vai ter escândalo de INSS no Brasil, porque agora o sistema vai funcionar. Eu acredito nisso, depois de tudo o que a gente está vendo, o maior escândalo previdenciário do planeta. Eu lhe pergunto: o senhor, como um brasileiro, o que é que o senhor sente vendo esses depoimentos que foram mostrados aqui pelo Coronel Chrisóstomo, o que o senhor já viu na imprensa, o pessoal andando com Ferrari...? Foram buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

vinhos caríssimos, relógio Rolex, todo tipo de imóvel, até uma cobertura no prédio mais caro do Brasil. Como é que o senhor se sente?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor.) – Excelência, meu sentimento é de tristeza, eu já tinha respondido anteriormente. E a minha opção de ficar em silêncio é porque eu acredito, como eu falei anteriormente também, que aqui não é o ambiente correto para eu poder expressar a minha defesa e as explicações devidas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, eu respeito sua opinião...

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Eu peço desculpa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não, eu respeito sua opinião. Aqui – me desculpe discordar – é o ambiente, sim. Nós estamos aqui trabalhando. Tem a melhor equipe técnica da direita e da esquerda. Os partidos todos estão aqui, então é o lugar, mas o senhor, infelizmente, não está querendo colaborar. Recebeu, conseguiu um *habeas corpus* do Ministro Nunes Marques, o que inviabiliza o nosso trabalho. Teve decisão de Ministro aqui que não precisou nem vir o depoente, para ver o nível que está o Brasil, de blindagem.

Eu peço para passar um vídeo, porque a população não tem, infelizmente... Através da gente ela tem voz. Mas eu gostaria muito, Sr. Presidente, já lhe pedi isso algumas vezes, como eu lhe pedi o Carlos Gabas várias vezes... Já foi aprovado. Ele não está sendo localizado pela Secretaria. Eu queria entender, porque é o cara que andava na moto com a Presidente Dilma, para cima e para baixo. Nós tentamos trazer aqui, na CPI da Pandemia, a história dos respiradores que nunca chegaram lá no Nordeste. Morreu gente por isso. E ele não marca, é um homem poderoso esse. Vai vir até um cidadão honesto lá, que é o Governador Romeu Zema, porque parece que a turma tem uma inveja grande. Eu acho ótimo que ele venha aqui, porque vai sair gigante. Não tem nada a temer, e nós votamos para ele vir. Agora cadê o Gabas? Eu queria lhe pedir prioridade máxima, quando começasse a próxima... senão a gente se desmoraliza.

Peço o vídeo por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu repito a pergunta – me perdoe aqui, eu tenho que lhe perguntar –: é um sentimento de tristeza, ou é indignação com isso, com esse tipo de coisa, que se multiplica aos milhões de pessoas no Brasil? Qual é o seu sentimento?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Exmo. Senador, se essas pessoas, realmente, não se filiaram, o meu sentimento é de indignação e de tristeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Presidente, para reforçar pela última vez aqui, aí eu não vou, porque... Eu acredito... eu acho que foi um grande erro do senhor – o senhor está num trabalho impecável, Presidente –, aqui nesta CPMI, ter colocado a votação de um Governador... Eu acho que é trazer – com algumas falas de colegas aqui, requerimentos – um debate eleitoral do ano que vem para cá, mas tudo bem.

Por favor, chame o Carlos Gabas. Olha aqui, junto com o pessoal lá, com a Roberta, que é justamente uma candidata a Deputada estadual – número dela aqui, 131313 –, lobista do Careca do INSS.

Temos muito a explicar.

Pergunta para o senhor, Sr. Américo: quantos funcionários... com esses R$120 milhões que o senhor recebeu, quantos funcionários o senhor empregou, gerando emprego para o Brasil?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Fica difícil. Eu acho que... Sr. Presidente, o que falta para a gente entender o que está acontecendo aqui?

Hoje nós tivemos mais um dia de proteção de poderosos aqui nesta Comissão. Está feio, está feio. É o *modus operandi,* com todo respeito a quem pensa diferente, mas é o *modus operandi* do PT. A Comissão do Crime Organizado, que funciona paralela a esta aqui, por exemplo, em que nenhum Deputado nem Senador do PT, nenhum, zero – aqui pelo menos teve um, lá não teve nenhum... não acontece reunião, esta semana não teve reunião. Eles não assinaram... tomaram a Presidência. E o senhor tem sido independente, o Relator, e eu testemunho isso, mas lá tomaram a reunião e simplesmente não fizeram nada – está parada –, inclusive censurando quando a gente faz perguntas. É o *modus operandi.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje blindaram aqui o Lulinha, R$300 mil por mês, segundo a PF, segundo a testemunha – 300, segundo a testemunha –, dizendo a PF, apurado pela PF. A testemunha está no relatório da PF, dizendo isto: R$300 mil. Dinheiro de quem? Mensal. Dinheiro de quem? Dos pobres. Dinheiro de quem? De quem votou no Lula. Dinheiro de quem? De quem votou no Bolsonaro.

O senhor enviou, Seu Américo, para alguma *offshore,* recursos desse esquema aqui, desse faturamento de 120 milhões que passou pelas suas mãos? Foi para o exterior?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Excelência, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Obrigado por responder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então esse dinheiro está no Brasil.

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR – Todo o dinheiro que eu recebi está declarado, está no Brasil e declarado no meu Imposto de Renda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O.k., Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar, nesses 40 segundos que me faltam, todos os colegas, Deputados, Senadores, por essa primeira etapa do trabalho da CPMI. Eu assino para que a gente possa prorrogar. Esse é um trabalho em que a gente precisa ir até o fim. Agora, espero que recomecemos logo após o recesso, Sr. Presidente, trazendo aqui figuras que não podem deixar a população... a gente não pode deixar uma mácula, como, por exemplo, o Sr. Carlos Gabas, precisa vir, como o Wolney Queiroz, que já era para ter vindo há muito tempo, tinha que estar sentado aqui. Isso é prioridade máxima e eu peço, faço um apelo para o senhor para que a gente possa retomar com esses depoimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor. Só um instante.

Só colocar uma questão. Eu não gostaria, Senador, que se colocasse nas costas desta Presidência a decisão sobre qualquer requerimento. Os senhores todos têm a liberdade aqui de se posicionar da maneira que desejam. Esta Presidência tem respeitado o rito de não privilegiar qualquer lado. E política não se faz só com discurso. Hoje nós temos no Brasil muita gente ótima de discurso, mas gente sem articulação e sem voto aqui dentro. Então, se passou, Excelência, não estou aqui para dizer se é certo ou se é errado, se fiquei satisfeito ou não. Eu penso que poderíamos ter feito de maneira diferente, como convite, mas não sou eu que decido, eu apenas dou sequência às questões que estão aqui.

Portanto, essa não é a primeira vez em que se tenta colocar na mesa do Presidente a responsabilidade sobre determinadas decisões. Esta Presidência não tem medo de enfrentar nenhum tema. Eu dou transparência a todos os requerimentos – todos. Inclusive, eu tenho publicado com mais antecedência do que a pauta, justamente para que a gente possa mostrar ao Brasil o que a gente precisa fazer. Se vota aprovando ou vota blindando, aí é uma questão de a população fazer o julgamento, não a minha função como Presidente, que tenho buscado ser o mais equilibrado possível.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Quero só fazer uma colocação rápida, Presidente. Rapidamente. Eu concordo com o senhor, só quero lhe dizer o seguinte, que às vezes – não sei quem foi que disse isso –, para confundir, para atrapalhar o andamento dos trabalhos, se colocam requerimentos que não têm nada a ver. Então eu acho que o senhor, como Presidente... Eu respeito a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se não tivesse nada a ver, não estaria em votação, Senador Girão. Há pertinência no requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu acredito que não deveria ter sido provocação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. acredita, mas, com todo o respeito que lhe tenho, a decisão final é da Presidência. Há pertinência no requerimento. Agora, lhe digo uma coisa: isso pode se reverter, porque, dependendo do que a pessoa vier e falar aqui, isso pode dar uma outra visão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu tenho certeza de que isso vai se reverter.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos lá, questão de ordem, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Art. 19, inciso I. Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Presidente, o Regimento é claro, no art. 19, inciso I, vedando a utilização de expressões descorteses ou insultuosas. Nós estamos assistindo aqui, Presidente, a uma sucessão de manifestações claramente de caráter insultuosas, eu diria mais do que isso, Sr. Presidente, caluniosas, porque são manifestações que carecem de prova.

O que nós estamos assistindo aqui, de uma forma covarde, Sr. Presidente, é a vários Parlamentares que se repetem, fazendo acusações, sem apresentar nenhuma prova. Presidente, na minha primeira manifestação aqui hoje, já faz mais de 12 horas, eu desafiei os Deputados: me mostrem uma prova, me mostrem um documento, me mostrem uma conta, um depósito, um RIF, nesta CPI, que tenha qualquer relação com o filho do Presidente Lula. Passaram-se 12 horas, dezenas e dezenas de Parlamentares falaram, e nenhum, Presidente – nenhum –, apresentou uma prova. Sabe por quê? Porque não tem. Nenhum apresentou nenhum documento, porque não tem. Na medida em que alguém fala a respeito de alguém e acusa sem prova, é o quê? É um insulto, é uma calúnia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... é uma mentira.

Portanto, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço para finalizar a questão de ordem, Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... porque tem o tempo da Liderança ainda.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu não posso me calar diante da mentira orquestrada, sem provas, repetida aqui por vários Parlamentares.

Então, eu peço a V. Exa. que seja observado o que dispõe o art. 19, inciso I.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Eu recolho a questão de ordem, mas desejo lembrar a V. Exa. que, durante a sua última fala, o senhor se dirigiu a um colega nosso como Marreco de Maringá, é uma ofensa, Excelência – é uma ofensa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu chamo de apelido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está dentro do mesmo artigo que V. Exa. está pedindo que eu use. Então, eu recolho, mas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Marreco é uma ofensa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma ofensa, Excelência. A mim...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas quando me chamam de Malagueta, é ofensa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, V. Exa. pode pedir que eu mesmo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... se uma vez fiz...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou ficar chorando aqui: "Ai, me chamaram de Malagueta"?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vou chorar: "Não me chamem de Marreco"?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está no mesmo artigo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – "Não me chamem de Marreco!"

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está no mesmo artigo de V. Exa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Então, assim... Eu nunca vi... Agora, se chama... "Ai, não me chamem de Marreco, senão eu choro." Eu não vou chorar se me chamarem de Malagueta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas é uma ofensa, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Ofensa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não é, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vejo dessa forma, como uma ofensa.

Bem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. gostaria de fazer uso do tempo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, antes do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Deixa eu... Eu vou botar aqui... Só um minuto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Antes do tempo de Liderança, permiti a V. Exa... O Deputado Paulo Pimenta estava resolvendo algo fora do Plenário, e eu falei com a assessoria dele, que foi comunicá-lo; e pedi permissão também à Liderança da Oposição.

Têm chegado milhares de documentos. Está sendo humanamente impossível para a equipe técnica... Eu fiz dois pedidos aqui: um para o TCU, e o outro para a CGU, para três e dois servidores. Foi um apelo da equipe técnica. E peço a V. Exa., com a permissão dos Líderes, para que faça um extrapauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou colocar aqui. É um pedido do Relator para aumento de colaboradores externos na equipe.

Coloco em votação os Requerimentos 2.876 e 2.877, respectivamente, de disponibilização de três servidores Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União e dois servidores Auditores Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, para prestarem apoio técnico e investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades.

Em votação dos requerimentos.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

A Secretaria dará sequência.

Tempo da Liderança ao Deputado Paulo Pimenta por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu estava concentrado nesse requerimento. (*Fora do microfone.*)

Eu achei que ia ter orientação de voto agora desse requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não. Por hoje chega, Excelência. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Presidente, eu me comprometi a demonstrar, nesta última manifestação que faço neste semestre na CPI, mais provas, mais documentos que mostram o comprometimento, a responsabilidade do Governo Bolsonaro, do esquema criminoso montado no Governo Bolsonaro para favorecer essas entidades que roubaram bilhões de aposentados e aposentadas.

E aqui, Presidente, eu trago documentos inéditos, novos documentos.

Dia 06/10/2020, Sr. Presidente... Quem está acompanhando a CPI sabe que a Sra. Márcia Eliza, depois o Roosevelt, que eram da Dirben, deram parecer contrário a um ACT da Conafer, do famoso Mão Preta, foragido – Conafer, muito conhecida aqui na CPI; inclusive, temos aqui, entre os membros da CPI, o chofer da Conafer.

Muito bem. Dia 06/10, depois que a Dirben resolveu dar o parecer contrário, o Sr. Leonardo Rolim, Presidente do INSS, faz uma minuta para discutir a mudança de competência – tirar da Dirben e mandar para a Dirat os ACTs (06/10) –; 07/10, Presidente, um dia depois, o parecer do Virgílio – um dia depois –, favorável a mandar para a Dirat; 8 de outubro, dois dias depois, manifestação da Danb (Divisão de Acordos Nacionais de Benefícios), que fiscalizava os ACTs. Diz a Danb aqui, totalmente contrária: "Considerando o elevado número de reclamações aqui na Ouvidoria – já são mais de 3 mil denúncias –, cabe informar que isto será extremamente prejudicial à fiscalização, inclusive à fiscalização do acordo firmado com a Conafer, que foi suspenso".

Diz mais: nos últimos meses, foram indeferidos aqui ACTs da Abap, Ideas, Cebap, Caap, Ambec, Sudamerica. Presidente, todos os ACTs tinham sido negados, inclusive o da Conafer. Dia 8/10, dois dias depois.

No próprio dia 8, uma outra coordenação é chamada a opinar, a Coordenação de Pagamento e Gestão de Benefícios Previdenciários, contra tirar da Dirben e botar na Dirat.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Presidente, logo em seguida, no dia 8 de outubro, o Presidente Leonardo Rolim, independentemente de todas as manifestações contrárias, transfere para a Dirat as competências da Dirben.

Presidente, no mesmo dia 8, além de delegar as competências e publicá-las, ele começa a criar as condições para salvar a Conafer. Nesse meio tempo, é publicado o decreto, o decreto assinado pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes e pelo Onyx. E no dia 28/10, Sr. Presidente, é concedido o aditivo da Conafer.

Veja o senhor, Presidente: em menos de 30 dias tramitou todo o processo, tiraram as competências de uma diretoria, transferiram para outra, negaram os pareceres técnicos de todos os setores consultados e salvaram a Conafer. Inclusive, com a chegada do Zé Carlos Oliveira, nunca mais a Conafer foi fiscalizada, e inclusive o dinheiro que havia sido bloqueado foi devolvido para a Conafer.

Mais do que isso, Sr. Presidente, quando nós chegamos agora ao Governo, e vai ser feita uma fiscalização do próprio INSS, se percebe o quê? Que desde 2022, não haviam mais sido fiscalizados os ACTs. Por quê? Merece destaque, e o Governo Bolsonaro, Presidente, em 2022, extinguiu a divisão de fiscalização, a Danb, extinguiu. E aí, Deputado Dorinaldo, o que acontece? Quando o INSS vai fazer uma fiscalização, ele diz o quê? Olha, nunca mais teve fiscalização, porque a Danb foi extinta em 21 de março de 2022. Então extinguiram o órgão que fazia fiscalização dos ACTs.

E diz mais: mesmo tendo extinguido a Danb e não tendo mais condições de fiscalização, foram concedidos 12 novos acordos: Conafer; Unaspub; a Universo, de Sergipe; a Caap, da Cecília; a CBPA, do nosso Franklin; a ABCB, que é a Amar Brasil.

Então aqui está a prova, documento por documento, de que não foi uma coisa por acaso. Foi uma ação planejada, coordenada, com hierarquia. É uma organização criminosa que tem hierarquia, divisão de tarefas. E por isso, Sr. Presidente, os responsáveis por esse roubo, todos eles precisam ir para a cadeia. Aqui estão os documentos que provam a responsabilidade dos gestores do Governo Bolsonaro pelo roubo de bilhões de reais contra aposentados, pensionistas, Presidente, e BPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pela Liderança, cinco minutos, Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Lulinha, agora procurado, porque ele já é um fugitivo... Por isso, está aqui o nosso pedido ao STF para que faça a cooperação internacional e vá extraditar o Lulinha para o Brasil. É necessário ele vir aqui. Já que eles querem tanta transparência, coloquem o Lulinha sentado aí! Sabe por quê, Sr. Presidente? Na fala, no depoimento da mesma pessoa que denunciou o Lulinha, teve um diálogo com o Sr. Careca do INSS e está na capa do *Metrópoles* o que o Careca falou: "Vou meter uma bala na sua cabeça", disse Careca à testemunha que cita Lulinha. Olha com que tipo de gente que nós estamos mexendo! Celso Daniel que o diga – deve estar revirando no túmulo.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa e, sobretudo, povo brasileiro, especialmente os aposentados, vítimas indefesas do maior ataque já perpetrado contra a dignidade de uma geração inteira, encerramos o hoje o trabalho da CPI no ano de 2025, com um sentimento que mistura indignação, repúdio absoluto, mas com responsabilidade histórica.

O que investigamos ao longo desses meses não é um escândalo comum, não é um desvio pontual, não é uma falha administrativa. O que encontramos foi um esquema organizado, continuado, sofisticado e moralmente abjeto, que saqueou aposentados, pensionistas e pessoas vulneráveis. Sim, ladroagem institucionalizada, operada por quadrilha que usara o Estado, os bancos e a desinformação e até estruturas partidárias para pilhar quem já deu tudo pela nação.

A esta altura, não cabe suavidade. O que se viu aqui foi covardia, foi canalhice, foi delinquência travestida de gestão pública. Os ladrões que montaram esse esquema não tiveram pudor, não tiveram limite, não tiveram escrúpulo. Atacaram idosos. Atacaram quem sobrevive com o salário mínimo. Atacaram quem depende do Estado para remédios e comidas para simplesmente existir. E aqui afirmo: não há perdão moral possível para quem lucra sobre o desespero dos aposentados.

Essa CPMI constatou documentalmente e tecnicamente que houve conivência, omissão e, até certo momento, facilitação por parte desse Governo Federal ora constituído. Houve aviso. Houve alerta. Houve pedido de providências. Houve relatórios, mas nada fizeram. E, quando esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal deveria colaborar com a completa investigação, oprime, censura, atrapalha, impede e bloqueia as convocações essenciais. O Governo não quer a verdade – operação que hoje foi suja, foi sorrateira para trazer o Governador de Minas Gerais.

É uma página vergonhosa da história desta Casa. Não permitir a convocação do Lulinha, filho do Presidente Lula, do Frei Chico, irmão do Presidente, é mais do que bandidagem. É mais do que medo. É mais do que corporativismo político. É colocar o interesse de famílias específicas acima do interesse da nação – filho de ladrão ladrão é. É escarrar no rosto dos aposentados. É impedir que o Brasil conheça a verdade completa.

E afirmo com todas as letras: a ausência destes depoimentos enfraquece a transparência, compromete a credibilidade, o processo e escancara o medo de que a verdade venha à tona.

O rombo, o desvio, a fraude e o sofrimento causados configuram um dos maiores escândalos da história da República, pela abrangência, gravidade, frieza e impacto moral.

Esse caso não vai morrer, não vai ser engavetado, não vai ser esquecido. Os que acham que enterraram essa CPMI enganaram-se. Voltaremos em 2026, voltaremos com mais força, com mais provas, voltaremos com mais apoio da sociedade. Voltaremos para prender ladrão, expor cada cúmplice político, quebrar cada rede de corrupção e devolver cada centavo dos nossos aposentados, porque esta não é uma luta partidária, não é uma luta ideológica, é uma luta moral, de justiça, é uma luta pelo Brasil, que ainda merece ser honrado.

Aos aposentados brasileiros – estou concluindo, Sr. Presidente – deixo minha palavra: nós não desistimos de vocês e nós não descansaremos até que todos os responsáveis, grandes e pequenos, respondam diante da lei.

Sr. Presidente, em nome da oposição, agradeço a condução brilhante dos trabalhos de V. Exa. Só fazendo aqui um apartezinho, eu gostaria que o senhor reconsiderasse a fala, quando o senhor disse que a falta de articulação não permitiu a convocação do Governo de Minas, mas, na verdade, o senhor faz uma citação aqui respeitosa – um partido que nem é o meu, é o Partido Novo –, mas só para lembrar a V. Exa., porque isso é importante, que foi numa articulação do Partido Novo, inclusive, que o senhor conseguiu chegar à Presidência – de uma forma respeitosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, o senhor sabe que a máquina do Governo que operou aqui hoje é pesada: trouxeram mais de dez Parlamentares aqui – que só registraram presença e foram embora – só para votar pela não convocação.

Portanto, nós temos limite nos nossos argumentos, nos nossos votos, e enfrentar o Governo sempre é complicado. Mas eu faço aqui só uma defesa honrada do Partido Novo, que foi brilhante, para que nós déssemos, literalmente, uma rasteira no Governo e colocássemos alguém de competência igual a V. Exa. para conduzir esse trabalho, brilhante.

E, naturalmente, Sr. Relator Alfredo Gaspar, as CPIs desta Casa e CPMIs nunca mais serão as mesmas depois da vossa Relatoria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Pode ter certeza que – ao longo dos meus três mandatos, passei por processos de *impeachment*, de investigação, participei de muitas CPIs na Casa – não tem nada parecido com a qualidade que o senhor entregou na condução da Relatoria. Eu acho que todo e qualquer Relator, a partir de hoje, aqui nesta Casa, de CPIs, CPMIs deve assistir às suas aulas, acompanhar a sua exposição, porque isso trouxe credibilidade, o Brasil está honrado. E muito obrigado ao povo alagoano. Tinha que sair um alagoano macho, corajoso, que tem uma vida pública ilibada, honrada, para poder vir aqui e fazer a dignidade dos nossos brasileiros.

No demais, parabéns, Sr. Presidente, parabéns... Quero agradecer aos Deputados e Senadores da oposição. Somos minoria, mas nós não nos furtamos do trabalho, do enfrentamento e estaremos aqui em 2026 pelo bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Pergunto ao Relator Alfredo Gaspar... O senhor gostaria de fazer algum encerramento, Sr. Américo?

O SR. AMÉRICO MONTE JÚNIOR (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não. Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bem, senhoras e senhores, antes de iniciar meu pronunciamento de encerramento desta última sessão do ano, quero registrar algo essencial aqui. A equipe técnica desta CPMI concluiu um dos levantamentos mais extensos já produzidos em uma Comissão do Congresso Nacional. Compilamos, em um único arquivo, resultado de meses de trabalho, todos os dados, documentos oficiais, atas, oitivas, cruzamentos, extratos, relatórios de inteligência financeira, quebras de sigilo, notas técnicas e registros das 51 reuniões realizadas até aqui.

Esse arquivo mostra com clareza, mais de 4.800 documentos oficiais analisados, 73 requerimentos de informação deferidos, 48 quebras de sigilo aprovadas, 108 empresas suspeitas identificadas, mais de R$1,2 bilhão em movimentações incompatíveis e dezenas de milhões retirados dos aposentados todos os meses. Esse material será parte central do relatório final, é o retrato da maior violência financeira já cometida contra idosos no Brasil.

Permitam-me acrescentar algo que precisa ser dito: esta CPMI não é apenas uma investigação, é um acerto moral de contas do Brasil com a geração que construiu este país. O Brasil só ficou de pé porque eles nunca se ajoelharam. Essa geração carregou o país nas costas e agora enfrenta o abandono das próprias instituições que deveriam protegê-la. Não permitiremos que o Brasil vire as costas para a sua própria história.

Cada documento analisado, cada fraude encontrada e cada idoso enganado representam uma ruptura do pacto entre o Estado e quem entregou a vida inteira de trabalho para erguer esta nação. O Brasil tem uma dívida com seus aposentados, e esta CPMI foi o primeiro passo para começar a pagá-la.

Quero também afirmar, com firmeza, algo essencial para este momento. O Parlamento é o coração da democracia brasileira. É aqui que a voz do povo se transforma em lei; é aqui que o país encontra equilíbrio; é aqui que a verdade se levanta quando tentam abafá-la.

Enquanto eu estiver nesta Comissão, senhores, nenhum poder será maior do que o direito do povo de conhecer a verdade. Esta Casa não se ajoelha. Esta Casa cumpre sua missão.

Sras. e Srs. Parlamentares, servidores desta Casa, imprensa e, acima de tudo, aposentados, pensionistas, viúvas e órfãos de todo o Brasil, hoje, realizamos a última sessão da CPMI do INSS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

deste ano. Reafirmo o que sempre disse: tive coragem para enfrentar qualquer tema, qualquer nome, qualquer pressão. Aqui não existe blindagem da parte desta Presidência, muito menos do Relator desta Comissão. Aqui existe verdade, doa a quem doer. Cada votação, cada requerimento e cada recusa ficaram registrados à luz do dia. Todos os Parlamentares que passaram por aqui serão julgados pelo povo brasileiro.

Ao longo desses meses, frases que repeti se tornaram a alma desta CPMI. Quando um aposentado chora, esta Comissão tem a obrigação moral de ouvir. O silêncio de alguns não cala os gritos de quem perdeu tudo. Quem teme vir aqui é porque teme a verdade. A fraude contra aposentados não é apenas um crime, é covardia social. Aposentado não é número, aposentado é história, e quem rouba o aposentado rouba o Brasil. E reitero algo que digo desde o início: o sistema previdenciário do Brasil se tornou uma vergonha nacional.

O aposentado contribuiu 30, 40, 50 anos, acreditando que, ao final, teria paz e um salário justo, mas o que recebe hoje é uma pensão, na maioria das vezes, humilhante, em filas humilhantes e, agora, vê seu pouco sendo roubado por quadrilhas escondidas atrás da burocracia. Não é só dinheiro que se perde, é dignidade, é paz, é justiça.

Permitam-me aqui fazer um registro profundamente pessoal. Durante todo o trabalho desta CPMI, lembrei-me muitas vezes do meu pai, caminhoneiro. Cresci, ouvindo o ronco do motor antes de o sol nascer.

Vi meu pai abrir caixa de madeira onde guardava a marmita ainda quente pelo calor do motor; aquele vapor simples misturado ao cheiro de óleo – sacrifício de quem acreditava que o Brasil seria justo com ele quando envelhecesse. Eu devo a meu pai e a minha mãe essa CPMI. Eu devo a eles essa luta. Quando vejo um aposentado enganado, eu vejo meu pai naquele volante, confiando que o país não viraria as costas para ele. Esta luta não é técnica, senhores, é humana, é moral, é pessoal, e eu não abro mão dela.

Hoje, novamente, tivemos um depoente que veio amparado por um *habeas corpus* para permanecer em silêncio. Nós respeitamos uma decisão judicial, mas registramos o óbvio. É lamentável que uma investigação constitucional do Parlamento seja limitada repetidamente. Se o depoente quer ficar em silêncio, que fique, mas ele ouvirá as acusações, os dados e os indícios, e o Brasil ouvirá junto e fará o julgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo algo diretamente ao aposentado que está nos assistindo.

Ao longo desses meses, vimos aqui uma blindagem sistemática em convocações, que poderiam ter ajudado a desvendar ainda mais esse escândalo. Convocações fundamentais foram barradas. Eu digo ao senhor e à senhora: analise cada votação, veja quem bloqueou, peça esclarecimentos, veja quem protegeu suspeitos. A verdade tem lado e a blindagem também.

Deixei claro esta manhã que, mesmo quando a CPMI não aprova o requerimento, esta Presidência tem prerrogativa para requisitar qualquer documento oficial a qualquer órgão do Estado. Portanto, se não falam, falarão os documentos; se não explicam, explicarão as quebras de sigilo; se tentam esconder, esta CPMI expõe a verdade, que não pede licença e vai chegar.

Encaminhei ao Ministro André Mendonça um ofício formal solicitando a suspensão temporária dos descontos de empréstimos consignados já existentes apenas nos contratos suspeitos, até que haja uma auditoria completa. Não estou pedindo a suspensão geral dos consignados, mas a suspensão dos contratos fraudados, adulterados ou sem autorização do aposentado. Como o Governo não respondeu, esta CPMI se antecipou. É inadmissível que bancos cobrem até 22% ao mês de quem não consegue pagar sequer um remédio. E são todos eles, todos os bancos que levam o aposentado a ser enganado com juros absurdos. Todos! O Brasil precisa repensar isso.

E informo ao país que, durante esta CPMI, esta Presidência deu voz de prisão a quatro envolvidos que tentaram desacatar ou obstruir os trabalhos desta Comissão. Quatro prisões foram feitas em nome dos aposentados, das viúvas e dos órfãos do Brasil. E reafirmo que, se for preciso, darei voz de prisão quantas vezes forem necessárias, porque nosso compromisso é com o aposentado e não com o criminoso. Desmascaramos também um modelo criminoso sofisticado: empresas sem funcionários, sem endereço, sem serviço real, aplicando pequenas cobranças em massa sobre milhares de idosos para gerar grandes volumes ilícitos. É assim que surgem as fortunas incompatíveis, os carros de luxo, os vinhos caríssimos, a ostentação construída sobre o sofrimento de quem trabalhou a vida inteira. Esse sistema será desmontado, peça por peça. Acreditem: quem trabalhou para construir o Brasil merece descanso, segurança e não desconto.

Poucas semanas atrás, no aeroporto, eu fui abordado por uma senhora, logo na saída, com uma pastinha azul na mão, contendo 17 descontos indevidos. Aquela pasta azul gasta, senhores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

se tornou o símbolo da CPMI para mim. Não era uma pastinha, não, era um pedaço da vida dela. Cada papel dobrado era um pedido silencioso de socorro, que eu tive, pacientemente, de analisar e me colocar no lugar dela; uma pessoa que lutou a vida toda e que foi enganada 17 meses, e ainda não tinha conseguido receber o dinheiro de volta. Essa pasta, senhores... Aquela senhora é a cara do Brasil.

A fase dos bancos será decisiva. Entre fevereiro e março, todos serão chamados. Bancos, financeiras, plataformas digitais – nenhum deverá ser poupado. A pressão que vimos nessa CPMI hoje é uma amostra clara do poder econômico sobre o Parlamento, e que nós devemos rechaçar pelo bem da verdade no Brasil.

Quero agradecer ao povo brasileiro, especialmente aos aposentados que acompanharam cada sessão, enviaram mensagens, oraram e denunciaram abusos. Vocês são a força invisível que empurrou essa CPMI quando tudo parecia que poderia paralisá-la.

Quero também registrar o meu reconhecimento ao Relator Alfredo Gaspar, cuja dedicação incansável, coragem e rigor técnico foram decisivos para que essa CPMI avançasse. Seu compromisso com a verdade e com os aposentados honrou esta Casa e deu força ao trabalho que realizamos aqui. O Brasil viu o seu esforço e a sua seriedade. Minha gratidão e respeito, Alfredo Gaspar.

E agradeço aos servidores: consultores; taquígrafos; equipes técnicas; polícia legislativa; profissionais de som, luz, câmeras, limpeza e imprensa. Vocês constroem a verdade. Esta verdade moral também é de vocês.

Antes de encerrar, preciso compartilhar algo pessoal com todos.

Há alguns meses, eu recebi um diagnóstico de um tumor localizado na parte externa do estômago. Noventa dias atrás, os médicos recomendaram que eu fosse imediatamente para uma cirurgia. Mas pedi a Deus que me sustentasse até hoje, até esta última sessão do ano, para cumprir integralmente a missão que me foi confiada. E Deus me sustentou. A palavra diz em Isaías, 41,10: "Não temas, porque eu sou contigo." E foi assim que caminhei nesses 90 dias. A medicina mandou eu parar; o dever e o compromisso me disseram: "Continue." E Deus me deu essa palavra: "Eu estou contigo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu comunico ao Brasil que, neste sábado, está prevista uma cirurgia para o completo restabelecimento da minha saúde, retirando esse tumor que enfrentei em silêncio, com fé, com foco absoluto no trabalho desta Comissão.

Eu entro em paz, entro fortalecido, e digo ao país: Se Deus permitir, eu voltarei. E voltarei ainda mais forte, senhores, porque, enquanto houver um único aposentado injustiçado neste país, eu estarei nessa luta.

Hoje encerramos o último capítulo deste ano, mas não encerramos a luta! No início do próximo ano, nós voltaremos ainda com mais determinação. Essa CPMI não é minha. É nossa. É a verdade. E quando ela chega, a verdade é quem governa. (*Manifestação de emoção.*)

Meu muito obrigado e que Deus abençoe o Brasil. (*Palmas.*)

Muito obrigado, senhores.

Vocês são parceiros muito bons. Eu só tenho a agradecer a cada um de todos – inclusive à oposição, ao Governo, aos Líderes – a compreensão e a nossa capacidade de articulação e de diálogo, que têm feito com que o Brasil saiba o que aconteceu. Muito obrigado de coração.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião e as sessões deste ano de 2025.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Jussara Lima, Sergio Moro, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Leila Barros, Rogerio Marinho, Damares Alves, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, AJ Albuquerque, Dorinaldo Malafaia, Dagoberto Nogueira, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Duarte Jr., Ricardo Maia, Mauricio Marcon, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Rogério Correia, Marcel van Hattem, Luiz Lima, Wellington Fagundes, Sóstenes Cavalcante, Orlando Silva e Evair Vieira de Melo, e ainda dos Parlamentares Leur Lomanto Júnior, Augusto Coutinho, Delegado Caveira e Gisela Simona, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Coronel Fernanda, Cleber Verde, Sidney Leite, Ricardo Ayres e Bruno Farias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às doze horas e cinquenta e sete minutos e reaberta às quatorze horas e trinta e nove minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e quatro minutos e reaberta às dezesseis horas e vinte minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e vinte e seis minutos e reaberta às dezoito horas e quarenta e dois minutos. A reunião é suspensa às dezenove horas e vinte minutos e reaberta às dezenove horas e trinta minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 250 de 2025** que: "Requer, à Febraban, o envio de relatórios e dados sobre fraudes em empréstimos consignados e a atuação da autorregulação do Setor." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2065 de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Delegada de Polícia Civil, Milena Sapienza, informações sobre o Inquérito Policial que tramita no 23° Distrito Policial de Perdizes envolvendo Edson Claro Medeiros e Antônio Carlos Camilo Antunes." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 2879 de 2025** que: "Requer o acesso integral ao depoimento prestado por EDSON CLARO MEDEIROS JÚNIOR à Polícia Federal." **Autoria:** Deputada Adriana Ventura. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 2967 de 2026** que: "Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o envio de informações sobre o histórico de decolagens, pousos, destinos e lista de passageiros referentes às aeronaves Falcon 7X, Falcon 2000 e GV-SP, todas registradas em nome da empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Viking Participações Ltda, cujo sócio-fundador é o empresário Daniel Bueno Vorcaro." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 2579 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de José Carlos Oliveira, ex-Ministro do Trabalho e Previdência." **Autoria:** Deputado Rogério Correia e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 2282 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva dos investigados Felipe Macedo Gomes, Américo Monte Júnior, Igor Dias Delecrode, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, Marco Aurélio Gomes Júnior e Mauro Palombo Concilio." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 2283 de 2025** que: "Requer a representação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para decretação da proibição de se ausentar do pais e da retenção dos passaportes dos investigados Felipe Macedo Gomes, Américo Monte Júnior, Igor Dias Delecrode, Anderson Cordeiro de Vasconcelos, Marco Aurélio Gomes Júnior e Mauro Palombo Concilio." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 2278 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Anderson Cordeiro de Vasconcelos, empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 2279 de 2025** que: "Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de Américo Monte Júnior, empresário." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 2883 de 2025** que: "Requer a representação pela decretação da prisão preventiva, por conveniência da instrução criminal, garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, do investigado AMERICO MONTE JUNIOR, CPF: 289.810.298-90." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 2980 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa JT Corretora LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 2979 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa AMX Soluções, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2931 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Igreja Evangélica Pentecostal Ministério Visão de Deus, CNPJ nº 14.936.574/0001-80, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 29 de janeiro de 2026." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2978 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2977 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Elephant II Produções LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2976 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa RL Consultoria e Intermediações LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2975 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Aston Bank Instituição de Pagamentos S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2965 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia (filial Brasília), CNPJ nº 47.052.911/0004-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 2945 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Eric Fidelis Sociedade Individual De Advocacia, CNPJ nº 47.052.911/0002-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 2964 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Eric Fidelis Sociedade Individual de Advocacia (filial São Paulo), CNPJ nº 47.052.911/0003-98, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 2963 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa E&P Empreendimentos Negócios e Participações S.A., CNPJ nº 56.081.256/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 2962 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Metropole Empreendimentos e Participações Ltda, CNPJ nº 55.316.023/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 2990 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa CM Consultoria e Assessoria LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 2989 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa BSF Gestão em Saúde, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1° de fevereiro de 2026. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 2988 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, do Sr. Geovani Batista Spiecker, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 2987 de 2026** que: "Requer RIF e quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor EVERALDO FELICIO DE MACEDO JUNIOR, CPF nº 028.070.214-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 2986 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Brenda Aguiar Soares, CPF nº 067.248.662-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 2985 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Impacto Serviços de Apoio Adm Ltda, CNPJ nº 52.027.895/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 2984 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Solution Serviços de Locação e Apoio Adm Ltda, CNPJ nº 52.028.203/0001-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 2983 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Instituto Terra e Saúde ITS, CNPJ nº 01.261.295/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 2982 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Authentic Soluções em Tecnologia Ltda, CNPJ nº 14.968.081/0001-22, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 2981 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa APS Participações Ltda, CNPJ nº 49.318.198/0001-45, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2961 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Duatx Tecnologia Ltda, CNPJ nº 55.108.973/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2960 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Profession Empreendimentos e Participações Ltda, CNPJ nº 54.936.288/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2959 de 2026** que: "Requera o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Aloha Empreendimentos e Participações Ltda, CNPJ nº 54.771.015/0001-82, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2947 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Anne Saizla Micropigmentação & Estética Ltda, CNPJ nº 54.005.289/0001-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2944 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sarapintar Comercio de Vestuário e Acessórios Ltda, CNPJ nº 50.391.196/0001-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2940 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, CPF nº 648.225.400-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2910 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Rodrigo Moraes, CPF nº 226.362.728-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2909 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora GABRIELA MONTALVAO CAMISOTTI, CPF nº 423.669.118-31, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2908 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Paulo Otávio Montalvão Camisotti, CPF nº 406.877.648-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2623 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Paulo Otávio Montalvão Camisotti, CPF nº 406.877.648-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 2907 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Brazil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A, CNPJ nº 14.838.567/0001-46, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2906 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Total Participação e Construções Ltda, CNPJ nº 46.174.703/0001-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 2905 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Max Serviços e Processamento de Dados Cadastrais, CNPJ nº 14.910.313/0001-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 2903 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa LIMA &

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

LIMA CORRETORA LTDA, CNPJ nº 48.189.471/0001-16, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 2902 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa REDE MAIS SAUDE LTDA, CNPJ nº 16.626.630/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2901 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANTONIO LUCIO CAETANO MARGARIDO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 2900 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NET CRED, CNPJ nº 19.124.019/0001-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2899 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BSF GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ nº 20.595.406/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2898 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AATAPS - ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL, CNPJ nº 34.088.522/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 52 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2897 de 2026 que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa T5 PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 36.715.592/0001-75, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 2896 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INTEGRAL GROUP SOLUTION, CNPJ nº 32.020.396/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 2895 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PREVIDENT ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S.A, CNPJ nº 56.269.913/0001-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 2894 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BGS GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ nº 58.263.318/0001-45, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 2893 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MCSYS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 17.891.156/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025. Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado com ajuste para considerar o período da transferência de sigilo para de 01.01.2015 até 31.01.2026.. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 2583 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Onyx Dornelles Lorenzoni, CPF nº 210.259.320-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 13 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 2332 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), bem como a quebra de sigilo bancário e fiscal do Sr. Pietro Cardia Lorenzoni, advogado e filho do ex-ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, abrangendo o período de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1º de abril de 2021 a 30 de abril de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 2864 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Sr. Enrique de Abreu Lewandowski, CPF nº 335.645.218-52, referentes ao período de 31 de agosto de 2021 a 2 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 2619 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, CPF nº 499.705.808-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 2917 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal de Lucas Pereira de Oliveira, CPF nº 011.096.681-39, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 2918 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Titan Trustee S.A, CNPJ nº 04.393.649/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 2919 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal de Herbert Kristensson Menocchi, CPF nº 214.447.848-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 2920 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa HKM Consultoria LTDA, CNPJ nº 46.053.884/0001-43, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 2921 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Balcão Corretora de Seguros e Oportunidades LTDA, CNPJ n° 13.243.641/0001-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 2923 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CCT Consultoria e Gestão S.A., CNPJ nº55.823.886/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 2935 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal de Carolina Helena Cardoso Trento, CPF nº 359.261.878-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 2936 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Raphael Barão Otero de Abreu, CPF nº014.139.570-21, referentes ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 213 de 2025** que: "Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente à Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (Fecopema), entre Janeiro de 2020 e Julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Maranhão (FECOPEMA) entre janeiro de 2020 e julho de 2025." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 2565 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa GM GESTÃO LTDA, CNPJ nº 18.350.050/0001-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2025** que: "Requer a quebra dos sigilos bancário e fiscal do Sr. José Laudenor da Silva, auxiliar administrativo, entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 2955 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 2949 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 2956 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referente ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 2954 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referentes ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 2958 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 2957 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referente ao período de 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva – Gilberto Waller Júnior**. **Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Gilberto Waller Júnior, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, em atendimento aos requerimentos 395/2025 e 428/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/05

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia. Bom dia a todos. Peço a gentileza de os Srs. Parlamentares assumirem seus lugares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de fevereiro de 2026.

Primeiramente, quero dizer a todos os senhores da satisfação em reencontrá-los e darmos sequência a um trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou assumir a Presidência aqui. (*Pausa.*)

Pronto.

... darmos sequência a um trabalho que honrou o nosso país e, principalmente, recebeu uma aprovação muito grande de toda a nossa população pelos bons resultados que nós obtivemos no ano de 2025.

Os Srs. Parlamentares... Apesar de todas as divergências, de todos os nossos debates, nós conseguimos, em 2025, senhores, devolver a tranquilidade à parcela mais vulnerável do nosso país, que são os aposentados da nossa Previdência Social. Hoje, os aposentados e as aposentadas, os pensionistas e as pensionistas podem dormir com a tranquilidade de que ninguém vai descontar dinheiro da pouca aposentadoria que recebem, da pequena, sem a aprovação deles. Senhores, isso é uma vitória muito importante desta CPMI, porque fomos nós quem demos visibilidade a toda essa vergonha que, infelizmente, tomou conta da relação da previdência brasileira com sindicatos e associações fraudulentos. Hoje, eu repito, os aposentados podem dormir tranquilos de que ninguém vai descontar do salário, do que eles ganham, sem que eles tenham autorização ou tenham feito o conhecimento devido.

Eu digo que cada um dos senhores aqui está de parabéns por esse trabalho, porque foi com o voto de cada um que nós avançamos até aqui.

Agora, senhores, nessa fase de 2026, eu quero pedir e colocar com muita clareza a cada um dos Parlamentares qual o principal objetivo dos próximos meses em que estaremos juntos aqui nesta Comissão. Nós agora precisamos colocar regras, nós precisamos colocar definições claras, nós precisamos proteger os aposentados contra uma ciranda financeira que foi implantada pelo sistema financeiro, pelos bancos financeiros e *fintechs* em cima dos nossos pensionistas.

Depois que nós começamos também a chamar a atenção sobre esse assunto no ano passado – mérito desta Comissão, do trabalho dos senhores –, o próprio INSS, a autarquia, começou a desenvolver uma série de atividades de fiscalização e auditorias que suspenderam dezenas de bancos que enganavam os aposentados.

Ontem, em conversa... Esses dias, lendo os relatórios – estou aqui em Brasília desde a semana passada, quarta-feira –; nós descortinamos um escândalo de R$6,8 bilhões de descontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

indevidos nas associações e sindicatos, que é o valor aproximado em cinco anos, mas agora, pelos aposentados, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós estamos falando em R$210 bilhões que foram movimentados, uma boa parte deles sem o conhecimento dos nossos idosos, dos nossos dependentes da previdência.

Então, é nosso dever aqui – e eu serei muito firme nisso, nós vamos caminhar nessa direção; tenho conversado com o Relator, o Alfredo Gaspar, de que esse relatório... Nós agora seremos muito bem-sucedidos se nós conseguirmos fazer com que os aposentados também durmam tranquilos de que ninguém fará empréstimo em nome deles sem o conhecimento e sem a anuência dessas pessoas. E, principalmente, os aposentados, ao tomarem qualquer dinheiro... porque o consignado é um dinheiro necessário para complementar a aposentadoria, mas sem eles serem enganados de receberem 22%, 23% ao mês e não conseguirem mais se livrar de todos esses valores. Isso é a nossa missão neste ano de 2026, e eu tenho convicção de que nós vamos cumprir, nós vamos chegar a bom termo.

Eu quero também aqui, me permitam, nesta primeira sessão do INSS em 2026, conversar com os brasileiros, os aposentados, os órfãos, as viúvas de todo o nosso país, que no ano passado nos acompanharam aos milhares, no dia a dia da CPMI. No encerramento do ano passado, eu comuniquei ao Brasil que enfrentava um tratamento delicado de saúde. A medicina foi clara, eu deveria ter parado no mês de setembro, mas eu digo aos senhores que havia algo maior que me impulsionava: uma missão e uma confiança absoluta em Deus. Eu confiei, e Deus me sustentou. Mesmo diante das limitações físicas, mesmo sob orientação médica para interromper, permaneci até a última sessão de 2025. Não por teimosia, mas por convicção, senhores; porque abandonar esta cadeira seria virar as costas para os aposentados, os órfãos e as viúvas que depositaram nesta Comissão a última esperança de justiça e dignidade.

Hoje eu retorno a esta Casa com a saúde totalmente restabelecida, graças a Deus! A cirurgia foi um sucesso, o tratamento foi concluído e Deus foi fiel, como diz a palavra. Digo isso não como um feito pessoal, mas como testemunho. Quando a causa é justa, vale a pena permanecer, vale a pena a guerra; quando a missão é maior que o medo, vale a pena confiar. Se eu estivesse aqui apenas por um cargo, teria parado. Se estivesse aqui por conveniência, teria recusado e teria também recuado. Mas estou aqui por convicção e por compromisso com aposentados, órfãos e viúvas que trabalharam, sofreram e hoje são tratados apenas como números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto mais forte, mais consciente e ainda mais determinado. Não porque venci uma batalha pessoal, mas porque a batalha pelos aposentados, pelos órfãos e pelas viúvas continua, ela ainda não terminou. Temos uma guerra pela frente.

Encerramos 2025 deixando claro ao país: esta CPMI não parou, não vai parar; ela apenas virou uma página. O trabalho seguiu durante o recesso, técnico, silencioso, organizado. O que foi feito aqui não foi discurso, foi prova. Entregamos ao Brasil – e aqui quero estender a cada um dos Parlamentares o cumprimento e os parabéns – um dos acervos mais documentais já produzidos por uma CPMI. São milhares de documentos oficiais, cruzamentos financeiros, relatórios de inteligência, quebras de sigilo, pelo menos 11 pessoas do núcleo principal presas. Documento não mente, extrato não tem ideologia, número não se curva. A fase da dúvida acabou. Agora, senhores, é a fase da responsabilização.

A primeira fase da CPMI foi muito bem-sucedida. O aposentado, a viúva, o órfão podem dormir em paz: ninguém desconta um centavo sem autorização. Mas é preciso dizer com clareza: senhores, essa foi a primeira etapa. Agora chegou a vez do sistema financeiro, que transformou aposentadoria em produto e velhice em lucro. Antes de qualquer cálculo eleitoral legítimo no Parlamento, existe uma obrigação nossa maior: proteger quem a própria Bíblia manda proteger; proteger quem a Constituição brasileira coloca como prioridade nas leis e no nosso trabalho.

O aposentado precisa saber quanto pega emprestado, quanto paga e quando vai terminar de pagar. A viúva precisa ser respeitada, o órfão precisa ser protegido na sua pensão.

O que vemos hoje são contratos muitas vezes falsificados, autorizações inexistentes e dívidas impostas a quem não tem como se defender. Isso não é mercado, isso é abuso. E abuso contra aposentados, órfãos e viúvas tem nome, é crime. O Parlamento não foi criado para assistir ao sofrimento do povo, foi criado para agirmos quando o Estado falha. E aqui, senhores, o Estado não apenas falhou, o Estado permitiu, tolerou e em muitos casos foi cúmplice de um sistema que lesou aposentados, viúvas e órfãos, exatamente aqueles que mais deveriam ser protegidos.

Esta CPMI não protege instituições, ela protege pessoas. Entramos em 2026 com o compromisso claro: desmontar completamente o sistema que transformou a aposentadoria dos brasileiros em saque criminoso e fragilidade humana em lucro. Enquanto houver um aposentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

enganado, uma viúva explorada ou um órfão prejudicado, esta CPMI terá voz, terá coragem e terá direção.

Em 2025, nós revelamos a verdade. Em 2026, a verdade terá consequências. Que Deus nos dê sabedoria, firmeza e coragem e que o Brasil saiba: a verdade chegou; agora ela vai até o fim e ninguém vai nos parar. Esta Comissão vai cumprir a missão pela qual ela foi constituída.

Meus parabéns aos senhores, e vamos em frente, porque o povo brasileiro nos presta muita atenção e espera muito de nós.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Obrigado.

Pela ordem, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, olha, as pessoas precisam saber: onde tem PT, tem corrupção. Não adianta entrar com processo contra a fala da verdade. A verdade sempre ganha e, dessa vez, não foi diferente.

O PT entrou com uma ação contra Parlamentares de direita, contra mim, Deputada Bia e outros, só porque falamos a verdade. Sei que deve ser muito difícil para os Parlamentares desse partido, principalmente, porque precisam defender o indefensável. Agora, além de o PT perder a causa, vai ter que arcar com as custas do processo. Vocês não vão conseguir nos calar aqui na CPMI. A população vai continuar informada e vai saber do envolvimento desse partido. E, se vocês não continuarem blindando o Frei Chico, que de "frei" não tem nada, e o Lulinha, eles serão convocados e terão que explicar a participação nesse esquema que roubou milhões dos aposentados.

Quero agradecer aqui à Advocacia do Senado, porque foi a advocacia que entrou com essa ação, com muito mérito.

Agora, Presidente, V. Exa. falou como se nós tivéssemos encerrado a questão do desconto associativo para entrar no consignado. Nós vamos encerrar isso? Não vamos ouvir o Maurício Camisotti, o Lulinha, etc., antes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu já anunciei que nós estamos tentando derrubar os *habeas corpus* que foram concedidos. No caso do Sr. Maurício Camisotti, o Ministro André Mendonça decidiu pela facultatividade. Nós fomos comunicados oficialmente de que ele virá se desejar ou não. Para que o senhor tenha uma ideia, nós oficiamos o presídio em São Paulo; o Camisotti veio a Brasília e estava aqui ontem à noite na expectativa de depor na CPMI, mas, devido à comunicação do Ministro, nós tivemos que, infelizmente, devolvê-lo ao presídio de São Paulo sem ser ouvido. Quanto aos demais que têm *habeas corpus*, estamos entrando com um por um para que eles possam vir a esta Comissão.

Com a palavra, o Deputado Beto Pereira.

O senhor pediu pela ordem? (*Pausa.*)

Oh, Luiz Lima, desculpe-me. Luiz, cadê o Beto? Eu estou confundindo aqui, quero dizer...

Quem mais? Van Hattem? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, que esta Comissão possa continuar o trabalho exitoso que realizou durante o ano passado. Tenho certeza de que, com essa sua fala de abertura, se demonstra que não pararemos de fazer aquilo que o povo brasileiro exige de nós.

Sr. Relator, Deputado Alfredo Gaspar, parabéns pelo trabalho realizado até aqui! E tenho certeza de que todos nós estaremos ao seu lado, ao lado da verdade, ao lado da justiça.

Num ano, aliás, desafiador, porque ainda por cima é um ano eleitoral, um ano em que o povo vai às urnas escolher os seus novos representantes, aqueles que devem continuar, aqueles que devem sair.

E é importante que o povo brasileiro observe aqui a que ponto nós chegamos com esse desgoverno. Muito bem dito pelo Senador Izalci: fomos todos processados por falar a verdade.

Felizmente, a justiça não lhe faltou e não nos faltará, porque também ainda estamos com um processo do PT contra nós, por termos dito aquilo que aconteceu, que foi a roubalheira dos aposentados sob o Governo Lula, que beneficia inclusive os seus parentes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... irmão no sindicato, que não quer vir aqui porque o PT barra sua convocação; filho do Presidente da República morando fora do país, recebendo mesada do Careca de R$300 mil por mês.

Por isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... estou aqui com uma série de requerimentos que foram apresentados, também do Banco Master.

E vou solicitar que seja convocada a esposa do Sr. Ministro Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes, para que explique, até para que a advocacia saiba que tipo de contrato seu escritório mantinha com o Banco Master que roubou aposentados e se não era um contrato de serviço advocatício, porque em processo ela não figura.

Agora, o *lobby*, pelo que a imprensa tem revelado, foi feito, para que o Banco Master fosse comprado pelo BRB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Por isso, Sr. Presidente, desejo êxito nessa caminhada. Conte comigo e conte com cada brasileiro honesto e de bem que quer ver o Brasil passado a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia a todos e todas.

Inicialmente, quero agradecer a Deus pela sua vida, pela sua recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Tenho certeza de que todos, assim como eu, estão mais felizes e aliviados. E, para além da recuperação, aqui quero destacar que V. Exa. está até melhor do que antes do recesso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência!

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Percebi até uma mudança no visual, está mais jovem... Então, que bom o ver assim saudável e cada vez mais forte aqui na luta pelo povo brasileiro!

Quero aqui trazer um registro de que, durante esse período de recesso, as atividades na CPMI continuaram, e nós recebemos, nas últimas semanas, nos últimos meses, a quebra do sigilo do Sr. Deputado Estadual pelo Estado do Maranhão, o Deputado Edson Araújo.

E nós percebemos, ao avaliar a quebra desse sigilo, que só no ano de 2025, nos últimos seis meses do ano de 2025, ele recebeu em sua conta pessoal, física, pessoa física, R$18,5 milhões.

Só no ano de 2024, no mês de junho, na sua conta física, ele recebeu mais de R$54,9 milhões.

Esta CPMI quebrou o seu sigilo, aprovou a sua convocação.

Então, eu queria aqui, por uma questão de ordem, pedir a V. Exa. e todos os demais membros que já se definisse um dia, para que a gente possa ter a oitiva do Deputado Estadual Edson Araújo, para que ele possa esclarecer de onde veio esse dinheiro, por qual razão tanto dinheiro em sua conta pessoa física.

Só para que a gente possa ter a dimensão, R$54,9 milhões são mais do que o prêmio da Mega-Sena acumulado, e caíram apenas em um único mês em sua conta pessoa física. Talvez por essa razão é que ele ameaçou os trabalhos desta CPMI; talvez por essa razão é que ele tentou blindar esses trabalhos, proibir que esses trabalhos pudessem avançar. E, para além de tudo isso, é importante essa oitiva, porque a gente sabe como são os casos de corrupção que têm acontecido no Estado do Maranhão.

Tem caso, Senadora Damares...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... como V. Exa. até destacou, envolvendo igrejas em São Luís. Tem caso envolvendo Parlamentares no Estado do Maranhão. Tem caso envolvendo associações, sindicatos, instituições que dizem defender o pescador, mas, na verdade, coagem pescadores que nunca pescaram e nem aquário têm em suas casas.

Então, é fundamental que essa CPMI possa fazer essa oitiva o mais breve possível.

Essa é a nossa ponderação e nossa solicitação, Sr. Presidente, que espero que a CPMI possa aprovar o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero dizer a V. Exa. que desejo uma recuperação pronta, imediata, e parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – E queria dizer que concordo com V. Exa. que nenhum aposentado hoje tem mais que ter o pesadelo de ter descontos associativos sem que, de fato, ele queira fazer, e isso não será feito pelo INSS.

Isso é uma grande vitória e – é preciso dizer – foi conquistada no Governo do Presidente Lula, porque, durante dois anos de Temer e quatro anos de Bolsonaro, essa roubalheira aconteceu, aconteceu, aconteceu, e só parou agora, com o Governo do Presidente Lula.

Isso é importante a gente ressaltar, porque foi o Presidente Lula que imediatamente, sabendo disso, suspendeu tudo – diferentemente de Bolsonaro, que mandou que tudo continuasse e, no final das contas, assinou uma lei com que nem precisava do aposentado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... fazer a conferência se ele era ou não filiado a entidades picaretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero parabenizar a CPMI e também o Governo do Presidente Lula; sem ele, isso não teria acontecido.

Mas eu quero fazer uma denúncia muito séria. Aliás, a denúncia foi feita. É a do tal do Eli Cohen, que veio aqui.

Nós tivemos agora a surpresa de saber que ele solicitou 5 milhões para ir contra o Governo na CPI do INSS.

Eu estou aqui com esse documento – documento registrado por um ex-policial, Rogério Gomes, em que ele diz coisas absurdas. Por exemplo, que Eli Cohen pediu R$5 milhões para Duda Lima, para que esse atuasse a favor do PL e direcionasse as investigações para os sindicatos de Lula, como diz Eli; que Eli chegou ao ponto de dizer que iria derrubar a república do PT. Pediu R$5 milhões. Depois disse que ele fez um outro documento, dizendo que o que ele disse aqui era mentira.

Mas aí eu fui ver as próprias falas – e eu termino – do próprio Duda e de outros, em que eles fizeram várias ameaças a esse Rogério Gomes, várias ameaças: que iriam entrar contra ele na justiça e várias ameaças escandalosas – por isso, talvez ele tenha retirado.

Eu estou apresentando requerimento, para que ele venha aqui, bem porque ele denuncia dois Senadores: um que eu não posso falar o nome e o outro é o Flávio Bolsonaro, que teria mandado emissário para oferecer os 5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É muito grave! Ele esteve aqui, falou um monte de coisa, e agora precisa de esse rapaz vir aqui explicar, esse ex-policial...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... como que esses 5 milhões o Eli Cohen pediu.

E eu quero depois falar, não tenho tempo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... mas o filho do Bolsonaro – eu vou mostrar – está envolvido nisso e vai ter que vir aqui depor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – É IA também? Será?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Sergio Moro, por favor.

Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero registrar que... Só pedir a licença aqui por causa da...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho aí, por gentileza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Queria pedir licença um minutinho, por gentileza...

Presidente, primeiro só quero felicitá-lo e dizer que fico muito feliz também por saber da sua recuperação de saúde...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... e respeito muito a sua dedicação e sacrifício que fez, mantendo-se na posição de Presidente e adiando o tratamento que era necessário. Isso demonstra aí muita virtude da parte de V. Exa.

Eu quero aqui endossar, Presidente, a necessidade de a gente fazer algumas diligências cruciais para a finalização, para a boa finalização desta CPMI.

Ela andou bem. Nós temos hoje pessoas suspeitas de terem recebido suborno, grandes quantidades de dinheiro presas, muito por conta do impulso que esta CPMI fez.

Todas as pessoas indicadas pelo Lula ao INSS – vamos destacar aqui especialmente o Stefanutto...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... que recebia uma mesada aí de R$250 mil...

Mas nós precisamos ir até o final dessas investigações, e é crucial aqui que nós possamos retomar a quebra de sigilo bancário e fiscal de alguns personagens centrais e também convocá-los.

E aqui me refiro especialmente ao filho do Presidente Lula, o Lulinha, que a maioria governista nesta CPMI tem atuado para obstruir.

E acho até engraçado aqui as falas que me precederam, que acabam ignorando esses fatos.]

Vamos deixar claro: está preso por decisão do Ministro André Mendonça e também por requerimento dessa CPMI o Alessandro Stefanutto, que recebia, suspeito de receber R$250 mil de mesada. E a maioria governista, quando ele esteve aqui, o defendeu, tentou defendê-lo. E ele nomeado pelo Lula. E agora vem tentar, aí, com esse diversionismo em cima de Eli Cohen.

Enfim, vamos falar dos fatos, vamos ouvir aqui o atual Presidente do INSS, que foi colocado, a meu ver, para arrumar a Casa, e, no entanto, ele está tendo dificuldade vinda do próprio Ministro da Previdência, que também ainda não foi trazido aqui a depor.

Então, quero insistir, Presidente, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... de fato, levar a limpo toda essa história e resguardar o direito dos aposentados e pensionistas que foram roubados, para que nós investiguemos todos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... todos, sem exceção...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... além daqueles que já foram aqui, e, graças a Deus, tem alguns presos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Isso foi um avanço muito importante, mas não é suficiente para a gente dar a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... que os aposentados e pensionistas merecem.

E esse escândalo não vamos ocultar – né? – ou disfarçar; está no colo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... do PT, que nomeou todos esses...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... suspeitos de terem recebido propina lá no INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – ... e no Ministério da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, parabenizá-lo pela condução da CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... e desejar pronta recuperação.

Mas a gente não pode deixar de falar do maior absurdo que já aconteceu nesta CPMI, que é o Ministro Dias Toffoli tirar todos os dados em relação às quebras, em relação ao Daniel Vorcaro, e mandar para o gabinete do Senador Davi Alcolumbre.

O Senador Davi Alcolumbre é Presidente do Congresso Nacional; ele não é a CPMI do INSS.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Ele não possui poder de investigação, não possui o poder de guardar provas.

Isso é o maior absurdo que eu já vi acontecer em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Como é que um ministro...

Primeiro, o Ministro Dias Toffoli julgar o caso do Banco Master é a mesma coisa que minha mãe me julgar. Então, assim, já é bizarro que o Ministro não se declare suspeito, inclusive com o mal-estar que já existe dentro da própria Suprema Corte.

Aí, a gente consegue quebrar o sigilo do Vorcaro, que a gente deveria analisar aqui antes do seu depoimento, e o Ministro Dias Toffoli manda para o Presidente do Senado.

O que é que o Presidente do Senado tem a ver com isso? Vorcaro roubou aposentado!

São dois escândalos diferentes: primeiro, o rombo que o Vorcaro causou no FGC, e, o outro, o roubo que o Vorcaro promoveu nos aposentados e que esta CPMI tem o poder de investigar.

Então, assim, eu acho que é uma decisão absolutamente absurda, que deveria ser motivo de revolta por parte de todos os Deputados, de todos os Senadores.

E, apesar do discurso de paladino da justiça e de égide dos aposentados que é adotado aqui por alguns Parlamentares da base do Governo, eu devo lembrar que esta CPMI tentou investigar os grandes bancos, tentou investigar a Faria Lima, e o PT e a esquerda votaram a favor da Faria Lima, votaram a favor dos grandes bancos.

A gente queria convocar aqui todos os grandes bancos, e, com o voto da base do Governo, Lula e do PT, protegeram a Faria Lima e os grandes bancos, e ninguém fala nada sobre isso.

Espero que o Governo ainda tenha alguma decência e, pelo menos, deixe ser aprovado o que está em pauta hoje, a quebra de sigilo do Sr. Enrique Lewandowski, que promove uma advocacia pouco republicana, da qual todos nós sabemos, nos bastidores, do que se trata.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao Líder Paulo Pimenta, quero me posicionar com relação a essa fala sobre a retirada de documentos da CPMI por parte do Ministro Dias Toffoli.

Eu fiz uma visita institucional ao Ministro. Levei até ele a nossa insatisfação com a decisão que foi tomada e a nossa surpresa em relação a esse tipo de decisões, porque se retirou de uma Comissão legítima de investigação documentos que foram passados a terceiros, que, no caso, é o Presidente do Senado, mas que não tem autoridade alguma para guardar ou para investigar.

O Ministro Dias Toffoli me recebeu muito bem, tivemos um diálogo muito institucional, muito republicano.

O Ministro colocou – e vou aqui fazer exatamente a fala dele em relação a isso – que esses documentos chegaram à Comissão antes que a Polícia Federal pudesse fazer a compilação e a investigação dos dados. Isso poderia prejudicar – inclusive, até favorecer, no caso do réu, da pessoa que teve o sigilo quebrado –, em algum momento essas provas poderiam ser até invalidadas, se vazassem antes do inquérito.

Foi o que ele colocou; estou trazendo aqui.

O Ministro Dias Toffoli se comprometeu: assim que a Polícia Federal fizer todo o levantamento, que a documentação estiver oficialmente já dentro do inquérito, serão devolvidos a esta CPMI.

Então, quero aqui apenas trazer aos senhores o posicionamento oficial do Ministro em relação a esse assunto.

Entendo que nós precisamos, neste momento, ter diálogo.

Conversei muito com ele sobre o quão frutífero foi o nosso trabalho com o Ministro André Mendonça no ano passado. Nós trabalhamos em conjunto – CPMI, Supremo Tribunal Federal, Polícia Federal – e conseguimos chegar a bons termos. E eu espero dele, nessa segunda fase agora da CPMI, o mesmo apoio.

Tanto que, por exemplo, o deslocamento do Sr. Daniel Vorcaro, de onde ele esteja, para a CPMI, no dia 26 de fevereiro, que está confirmado, o Ministro de pronto autorizou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fiz o requerimento em nome da Comissão, já foi notificado o Supremo, já está autorizado o deslocamento dele com a escolta da Polícia Legislativa: dia 26, está prevista a vinda aqui do Sr. Daniel Vorcaro, para que a gente possa questionar todos os assuntos pertinentes.

O segundo ponto, numa conversa com o Ministro, que também foi colocado, e eu também defendo e concordo com ele: nossa atribuição como Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar descontos indevidos nas contas dos aposentados.

Eu adoraria que investigássemos aqui a relação do Banco Master com todo o sistema financeiro, CDBs, Banco de Brasília – eu tenho falado isso –, com o próprio ex-Presidente do Banco Central, que precisa explicar por que demorou tanto tempo para agir, mas, se nós caminharmos numa direção fora das atribuições da Comissão, nós seremos barrados pelo Judiciário, e principalmente as provas que nós conseguimos não poderão ser usadas no relatório final. É a leitura que faz a Advocacia do Senado e a leitura que se tem hoje por parte do Supremo Tribunal Federal.

Então, nós temos um limite muito bem definido: no caso do Banco Master, os 254 mil empréstimos consignados que ele comprou de alguém e a Previdência estava pagando. A nossa investigação está baseada nesses descontos. Nos demais, não há, por parte desta Comissão, pelo menos juridicamente aqui, uma atribuição. Isso é função de uma outra CPMI que já está assinada por boa parte dos Parlamentares e que inclusive eu assinei. Quero dar os parabéns ao Deputado Carlos Jordy, que foi o primeiro a ter essa iniciativa. Essa CPMI específica do Banco Master é que terá atribuições de investigar toda a relação com o sistema financeiro.

Com a palavra o Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, apenas uma pergunta a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – ... em relação ao Ministro André Mendonça e à liberação do Camisotti, que viria aqui depois, se nós tivemos alguma resposta dele. O Camisotti é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tivemos. Ele manteve a facultatividade da vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Manteve?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Manteve. Ontem... Eu volto a dizer que o Sr. Camisotti, inclusive, foi trazido do presídio de São Paulo, estava aqui em Brasília ontem, e nós tivemos que, infelizmente, deixá-lo retornar por conta dessa decisão do Supremo.

Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Do Supremo que V. Exa. diz é do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Do Ministro André Mendonça.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... Ministro André Mendonça.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, por gentileza, Excelência.

Eu vou dar a palavra pela sequência, na ordem das falas: Deputado Paulo Pimenta, Deputado Luiz Lima, Adriana Ventura, Senador Eduardo Girão, Deputado Mauricio Marcon e Senadora Damares Alves.

Pois não, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, Presidente, quero saudar V. Exa. Estou feliz com a sua recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero dizer, Presidente, que eu acredito que nós fizemos um bom trabalho aqui em 2025, um trabalho que, evidentemente, se soma às iniciativas da Polícia Federal, da CGU. E nós conseguimos mostrar para o Brasil sem, Presidente, essa narrativa sem provas, sem documentos, que muitas vezes a oposição tenta aqui impor, mas com documentos, com provas. O povo brasileiro entendeu o que aconteceu no INSS. Nós conseguimos aqui detalhar, a partir de 2021, as mudanças que ocorreram, os documentos assinados pelo Bolsonaro, pelo Paulo Guedes, pelo Onyx, que permitiram que as entidades fantasmas pudessem atuar, que permitiram que os aposentados e aposentadas fossem roubados. E, mais do que isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

acompanhamos esse trabalho que já fez com que mais de 4 milhões de aposentados e aposentadas tivessem seu dinheiro devolvido – R$3 bilhões já foram devolvidos, Sr. Presidente. E nós vamos continuar trabalhando para chegar nos mandantes dessa operação criminosa.

Então, Sr. Presidente, não vai ser essa narrativa, essa cantilena fajuta de *fake news*... A própria Polícia Federal já tem relatórios que apontam que não há nenhum envolvimento de irmão de Presidente Lula, de filho de Presidente Lula. Isso é tudo uma tentativa permanente de desviar o foco da investigação de uma oposição desnorteada, que não sabe o que dizer e se alimenta de mentiras, *fake news*. Essa tática...

O que aconteceu, Presidente? Esse esquema da mentira, do discurso de ódio – concluindo – já levou o principal líder deles para a cadeia. A democracia, Sr. Presidente, é um valor de que a sociedade brasileira não está disposta a abrir mão. Então, vamos continuar o nosso trabalho com seriedade, sem *fake news*, sem mentira.

Nós já sabemos – a Polícia Federal mesmo já disse – que não há nenhum tipo de envolvimento de ninguém ligado ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Aliás, se tem algum filho de alguém envolvido, Sr. Presidente, é o filho do Bolsonaro. Isso não sou eu que digo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... são documentos, são provas que provavelmente, nos próximos dias, nós vamos ter que investigar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O Deputado Luiz Lima com a palavra.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado. Fico feliz com a sua recuperação. O senhor realmente está com uma aparência muito melhor do que estava em dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava ruim desse jeito? (*Risos.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Não, não, o senhor estava muito bem, muito bem.

Presidente, eu ontem estava discutindo com o Deputado Marcel Van Hattem se a imoralidade pode se tornar ilegal. E a gente vai ter essa resposta aqui no dia 26 deste mês, quando a esposa de um Ministro que defende o Banco Master, que recebeu 129 milhões, vai ter a oportunidade de explicar por que o ex-Ministro do Presidente Lula, da Justiça, é consultor do Banco Master; por que Henrique Meirelles, ex-Ministro da Fazenda do Governo Lula, é consultor do Banco Master. Ela vai ter a oportunidade de explicar por que Guido Mantega, ex-Ministro da Fazenda do Governo Lula, é consultor do Banco Master; vai ter a oportunidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... de dizer qual foi o motivo de um escritório familiar ser escolhido para ser contratado com um valor que nunca foi pago nem pela Petrobras e Vale do Rio Doce para um escritório. Nem o Brasil contratou um escritório no exterior com tamanho valor. Então, eu estou muito curioso para ver a competência, a habilidade, o conhecimento da senhora advogada em defender o banqueiro Daniel Vorcaro. Eu citei aqui uma pirâmide, fora os elos da Bahia ligando o Banco Master.

Mas, Presidente, eu espero que Wolney Queiroz compareça a esta Comissão, hoje Ministro da Previdência, hoje ligado à central de atendimento de Caruaru, quando a Provider, a empresa que ganhou o processo de licitação na cidade natal dele, na cidade em que o Prefeito foi pai do Ministro... Então, a gente ainda precisa esclarecer muita coisa aqui.

Parabéns, Presidente! Que no dia 26 nós tenhamos aqui recorde de audiência! Veremos se a esposa do Ministro é realmente competente para fazer valer os R$129 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Espere um instantinho que eu vou falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Adriana Ventura com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu queria aqui primeiro fazer, até por questão de justiça, um elogio ao Deputado Carlos Jordy, com certeza, porque ele protocolou a CPMI do Master, assim como eu também parabenizo o Senador Girão, que protocolou a CPI do Senado bem antes, no Senado, a CPI do Master...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, verdade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... e coletou essas assinaturas.

Mas eu quero aqui, Presidente, pedir a sua ajuda, porque a gente está falando do escândalo do Master, que está ligado ao INSS, tem consignado no Master. Outro dia eu vi o Presidente da República falar do tal Vorcaro, que é amigo dele, porque o Vorcaro, o bandidão do Master, estava falando dos 40 bi, é cria do PT da Bahia. Todo mundo sabe disso, todo mundo, até as paredes sabem, e o Presidente Lula recebeu...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... este banqueiro Vorcaro no Palácio do Planalto, fora da agenda. Então, são muitas questões que realmente chocam. Você estava falando da reunião com o Toffoli, com o Ministro Toffoli, e o Toffoli realmente está envolvido até o pescoço nisso, não só pelo jatinho, como pelo *resort*, como pela Reag, tudo que a gente viu, assim como o Procurador-Geral da República, na minha visão, também precisa explicar muita coisa, porque a suspeição do Toffoli, com tudo isso, ele mandou arquivar os nossos pedidos de suspeição. Então, a gente vê que tem um conluio da República, e as nossas instituições estão em risco.

O que me preocupa é o Presidente do Congresso Nacional tentar blindar muita coisa, tanto o Careca do INSS como o Vorcaro – estou falando aqui do Senador Davi Alcolumbre, que é Presidente do Congresso Nacional –, e os Senadores, que têm um papel institucional, não fazerem o seu papel. E eu também me preocupo com a Procuradoria-Geral da República, que manda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

arquivar, e me preocupa ver o Vorcaro, que é o epicentro da história toda, ser recebido no Palácio do Planalto pelo Presidente Lula, fora da agenda. Eu acho isso gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu já estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu só queria pedir a V. Exa... Peço um esclarecimento e aí vai minha pergunta para V. Exa.: o que nós vamos fazer, como CPMI, de ação, junto ao Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, com a prorrogação que foi pedida da CPMI? Se já teve alguma interlocução direta, qual será o posicionamento e o que a gente vai fazer? Porque a gente precisa de mais tempo, isso para mim é claro, o senhor já soltou o cronograma. Então, a primeira questão é a prorrogação.

E a segunda: eu gostaria de saber do senhor se o Presidente, que já foi Presidente... o Deputado, o ex-Deputado Wolney Queiroz, quando ele virá a esta CPMI, porque está uma enrolação...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... está feio de ver, e eu gostaria de saber quando ele vem. Essas são minhas duas perguntas para a V. Exa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Primeiro, vou começar pela questão do Ministro. O Ministro tem um convite, ele não tem uma convocação. Portanto, a data de vir aqui ou não, nós marcamos, solicitamos, ele diz sim ou não, dependendo da agenda dele. Nós temos insistido, e inclusive a Secretaria já entrou em contato com o ministério pedindo uma nova data para que ele venha nos 11 encontros que nós ainda temos. Eu entendo que a presença dele aqui é importante, é fundamental, mas ele, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

autoridade, está convidado, ele não é obrigado a vir, como os demais a quem nós fizemos a convocação.

Segundo ponto: eu já fiz um primeiro contato com o Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, que mostrou muito boa vontade em conversar, mas ainda não agendou o encontro da Presidência da CPMI com a Presidência do Congresso para que a gente possa discutir a prorrogação. Estou aguardando o mais breve possível esse contato com o Presidente.

Senador Luiz Girão... Eduardo Girão, desculpe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico muito feliz, agradecendo a Deus pelo restabelecimento da sua saúde, da vida do Deputado Alfredo Gaspar e todos que estão aqui. Que este ano eleitoral não contamine esta CPMI, que a gente possa estar focado, centrado para dar respostas à população sobre essa fraude, a maior fraude previdenciária da história.

E, Presidente, Carlos Gabas o senhor se comprometeu que iria chamar, neste ano. Em outras CPIs... Esse homem é tão poderoso, Deputada Adriana Ventura, que em outras ele não veio – me parecem as costas largas do Camisotti.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Pois é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, nós temos o dever de trazer essas pessoas aqui, Deputado.

Outra coisa, Paulo Boudens, que foi o chefe de gabinete do Presidente Davi Alcolumbre, que decretou um sigilo vergonhoso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... de cem anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... do Careca do INSS. O senhor precisa perguntar ao Davi Alcolumbre também sobre isso, não apenas sobre a prorrogação, mas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... sobre o sigilo que ele decretou aqui. Então, Paulo Boudens recebeu ou teria recebido R$3 milhões, segundo a Polícia Federal desse esquema.

O Frei Chico, claro; o Lulinha, filho do Lula, com o "mesadão", a gente precisa trazer aqui. E o senhor se comprometeu, publicamente, a votar novamente esses requerimentos que foram rejeitados pela tropa de choque do Governo Lula aqui. Então, vamos ver se eles vão hoje também fazer aí a rejeição desses requerimentos. Eu estou ansioso para ver a votação que nós teremos daqui a pouco.

Sr. Presidente, o Deputado fica aqui o tempo todo falando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e aí acaba me tirando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Vou lhe pedir pelo menos uns 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha, Senador Girão, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu queria, Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, a Presidência trabalha aqui... Não, a Presidência trabalha sempre com o bom respeito e o bom relacionamento entre os Parlamentares. Então, Senador Girão, o senhor tem mais um minuto, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Eu lhe agradeço. É porque fica falando aqui e tira a atenção da gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – E continua falando. Com todo respeito ao Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Rogério Correia, por favor, Deputado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... eu peço que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Outra coisa, Sr. Presidente: se o Ministro Wolney Queiroz, que é uma peça-chave para estar aqui – chave –, já foi falado três, quatro vezes hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Se ele não está atendendo o convite, vamos transformar em convocação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – A gente pode transformar, o senhor tem esse poder delegado por todos nós aqui.

E, para concluir, a lista de passageiros – vocês esqueceram? –, a lista de passageiros daquele voo para Portugal em primeira classe, que teria o Lulinha, filho do Lula, junto com o Careca, teria sido pago, teriam ido juntos... Essa lista o senhor vai colocar de novo. O senhor se comprometeu a tudo que foi rejeitado voltar neste ano.

Então, eu queria apenas fazer esse apelo ao senhor para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... concluir esses trabalhos com louvor aqui na CPMI, sem nenhum receio e sem nenhuma amarra contra exatamente esse assalto que foi feito a – como o senhor disse – viúvas, aposentados, pensionistas e pessoas menos favorecidas deste país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, cumprimentá-lo pela saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Perdi minha mãe para essa doença maldita e fico muito feliz em ver o senhor recuperado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... muito saudável. A gente fica bem contente!

Bom, quero chamar a atenção do Brasil para a bancada *fake news*, que vem aqui e mente descaradamente. Aliás, tem que fazer uma produção de inteligência artificial para atacar o Presidente Bolsonaro, porque, como não encontra nada... Aliás, o Presidente Bolsonaro estar preso hoje é um atestado de honestidade, porque, com o que tem de bandido neste país, nesse Governo, está claro. E, aí, como não tem como atacar, tem que produzir através da inteligência artificial uma ligação do Presidente Bolsonaro com o banqueiro laranja que distribuía propina para a turma do PT.

Hoje, inclusive, no *Estadão*, colega Luiz Lima, está lá que o Presidente do Banco Central do Lula se reuniu 17 vezes com o Vorcaro. Tenho certeza de que o Deputado *fake news* vai postar na sua rede.

Eu não vou poder ver, Presidente, porque ele me bloqueou. É um leão aqui, uma águia, incomoda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... todo mundo, mas chega a hora, Líder Marinho, de nós debatermos no Twitter, e ele vai lá e bloqueia! Claro! Não tem argumento, tem que se esconder! Então, eu vou citar o nome do Deputado, o Deputado Rogério Correia, o Deputado *fake news*, para que ele possa usar o art. 14 e dizer para todo o país o porquê que ele produziu uma peça *fake*, produzida por inteligência artificial, para juntar o Presidente Bolsonaro ao Vorcaro e o porquê que ele me bloqueou. Enquanto isso, é o mesmo Deputado, Brasil, que não quer mostrar para você, brasileiro, que aquele dinheiro que era roubado do seu pai, da sua mãe ou do senhor ia direto para o bolso do filho do Presidente da República! Aí ele não faz montagem, aí ele finge que não existe. E vem aqui com nova *fake news*: "Ah, não, agora é o Flávio que está envolvido". Tem que criar vergonha na cara!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Eu vou conceder, Excelência, assim que terminar aqui a ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... a ordem de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou terminar a ordem de inscrições e cedo a palavra a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria saber se com relação à iniciativa do Ministro Toffoli...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Houve apenas uma conversa entre o senhor e ele, ou nós temos um recurso judicial questionando a decisão dele? Por que eu pergunto, Presidente? A quebra do sigilo do Vorcaro... Os documentos começaram a chegar à CPMI dias 9 e 11 de dezembro. A decisão do Ministro Toffoli acontece dia 12 de manhã, mas eu quero lembrar que, entre 9 e 12, de manhã – cada um de nós aqui tem um assessor com uma senha com acesso aos sigilos, aos documentos sigilosos, e nós também temos acesso –, nossa equipe leu, nossa equipe abriu os documentos. Não pode usar, porque agora é duplo sigilo: o sigilo de lei e o sigilo inédito, extraordinário, absurdo do Toffoli. Então, a pergunta é o seguinte. Nós lemos, eu li, eu abri documento, e cada um aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Temos no mínimo mais 60 assessores que leram. Tem coisas extremamente interessantes para a investigação desta CPMI, porque o Relator disse que, com relação ao Banco Master, ele vai se limitar aos consignados dos aposentados. Eu acho que ele vai continuar apenas com consignado dos aposentados. E, nos documentos que chegaram, já tinha grandes indicações que iriam elucidar a investigação do Relator. A pergunta é: tem uma medida judicial, já saiu a decisão do recurso da CPMI, ou ficou apenas numa conversa entre o senhor e o ilustre Ministro Toffoli?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, primeiro, obrigado pela pergunta, porque realmente eu precisava ter comentado isso e acabei esquecendo.

Assim que a decisão foi comunicada ao Senado, à Advocacia do Senado... Ela não foi comunicada nem à Comissão, à Presidência. Eu me reuni com a Advocacia do Senado para que fossem tomadas as devidas providências. A Advocacia do Senado, como não teve acesso à decisão, vamos dizer assim, diretamente à decisão do Ministro, apenas à comunicação de retirada dos documentos, entrou com um embargo de declaração junto ao Ministro Dias Toffoli, solicitando, primeiramente, todo o conteúdo da decisão dele e o recurso que poderia ser impetrado para se tentar derrubar. Isso foi feito imediatamente assim que nós recebemos a comunicação de retirada dos documentos. Ainda não tivemos uma resposta oficial por parte do gabinete do Ministro, mas tem o compromisso dele – está aqui, já falei – de que, assim que a Polícia Federal terminar toda a utilização dos documentos, serão devolvidos a esta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O prazo pode ser de duas, três semanas, como pode ser de um mês. O importante – e eu que conversei isso – é que venham a nós antes da vinda do Sr. Daniel Vorcaro, para que o Relator possa ter argumentos, inclusive, para questioná-lo em relação ao nosso objetivo e à nossa limitação, que são os consignados do Master junto à Previdência.

Muito obrigado, Excelência.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, quero saudar todos aqui, os membros aqui da nossa Comissão, e dizer que, com esse reinício dos nossos trabalhos, certamente essa nova fase vai continuar a trazer luz a respeito de problemas graves que acometem o nosso sistema tanto de descontos associativos, que, graças a Deus e ao trabalho desta Comissão e de boa parte de Deputados e Senadores, com exceção do PT, conseguiu dar cobro, dar fim... E isso dá uma tranquilidade muito grande aos trabalhadores brasileiros.

Quero dizer a V. Exa. que nos regozijamos com a saúde de V. Exa., com a de todos que aqui estão presentes.

Nós vamos nos debruçar com muita seriedade sobre o tema, mas eu infelizmente vou ter que começar aqui com aquele velho adágio que caracteriza a esquerda e o PT: acuse-os do que você faz, chame-os do que você é. Eles não cansam, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eles não desistem, Sr. Presidente. Eles são disciplinados, Sr. Presidente. Eles são insistentes, Sr. Presidente, porque acreditam que a mentira reiterada torna-se verdade. E eles creem nisso como um mantra, como um dogma de fé.

Eles vêm aqui com a desfaçatez que os caracteriza para dizer o seguinte: "Olha, foi o Governo do Lula que acabou o desconto associativo". Mentira! Mentira! Quem acabou foi o Congresso Nacional, contra a vontade do Governo do Lula. Aliás, há uma carta da CUT direcionada ao Presidente Lula, praticamente suplicando o restabelecimento desse roubo institucionalizado. Há uma frase do Sr. Lula aqui onde ele defende não só separar o joio do trigo, mas também dizendo que a Contag é uma entidade séria e merece continuar com os descontos associativos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

que foi colocado cobro. O Ministro da Previdência disse o seguinte: que o fim do desconto associativo vai acabar o movimento sindical no Brasil. Mentirosos! O Ministro da Previdência disse que existe um desejo da centro-direita de matar sindicatos, acabando o desconto associativo. Mentirosos!

Eles são useiros e vezeiros, Sr. Presidente, em produzir *fake news* e mentiras. E o pior é que eles nos acusam desta prática nefasta, que os caracteriza. Aliás, é o partido do petrolão, do mensalão, do aposentão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Olha que pérola! Eles conseguem, através da influência que têm, colocar quem quebrou o Brasil, que foi o Mantega...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... remunerado a R$1 milhão por mês, por um pedido do PT da Bahia, como um assessor direto do Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Senhores, se quebrou o Brasil, deve ter sido por isso que quebrou também o Banco Master – eu imagino.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aliás, é a "Master esquerda" em ação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Já que nos acusam de extrema direita, é a "máster esquerda" em ação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Boa saúde para o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Que saudade de vocês! Que saudade! Vocês estão dando exemplo de como se faz CPI aqui no Congresso Nacional! Parabéns a todos os senhores! Parabéns!

Eu estou com saudade de vocês, mas o Brasil também está com saudade do nosso trabalho. O Brasil quer justiça, porque este Governo enfiou o pé na jaca, roubando o nosso aposentado e pensionista. É essa a verdade, é essa a realidade, e o Brasil já sabe disso! Mas saibam: os rondonienses e brasileiros querem justiça. O Brasil viu e constatou que no "Governo do Barbudinho" realmente há limites para roubar do povo brasileiro, do mais pobre e dos vulneráveis. Temos a missão de passar a limpo esse roubo que é o maior roubo de aposentados já visto na história do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Temos que assumir as verdades e não ficar de mentira. Assuma a verdade, porra! A verdade dói, mas assuma! Seja o filho do Lula, seja o irmão do Lula, seja a nora do Lula, todos. Assumam a verdade que roubaram! E tem que vir aqui explicar para o povo brasileiro a verdade. Lula já declarou que apoia a vinda dos suspeitos para serem ouvidos aqui na CPMI. Lula já declarou. Então, senhores da esquerda, assumam e deixem todos virem aqui declarar por que roubaram o povo brasileiro! O Lula já declarou. Não sejam contra ele, senão vocês vão levar pau dele.

Brasil, obrigado. Os brasileiros, Presidente, dizem: "Deputado, o senhor mexeu nesse abelheiro", porque eu fui o criador, o primeiro que mexi, e o Brasil sabe disso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – E disseram: "Chrisóstomo, cuidado! Tem gente grande envolvida. Tem monstro envolvido, tem autoridades que estão encolhidinhas agora, que não querem nem falar".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Obrigado, Presidente. Fica com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem-vindo.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, fico feliz em vê-lo com saúde e recuperado. É o agradecimento que faço a Deus e rogo a Deus também pela sua mais breve e completa recuperação.

Meus cumprimentos também ao Relator e ao Vice-Presidente desta CPI.

Ficamos felizes neste retorno e nessa reta final do trabalho desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Presidente, sobre a máxima "acuse-os daquilo que faz", como a gente pode distinguir quem está falando a verdade se a acusação de um pode ser parecida com a do outro? Eu acho que a gente pode recorrer aos fatos. Para comprovar os fatos, talvez um caminho sejam os documentos. Se o documento é um caminho, então vamos falar de Banco Master.

Sobre o Banco Master, Presidente, V. Exa. está certo em trazer aqui o Sr. Vorcaro; em 26 de fevereiro ele vai estar aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É importante ele estar aqui para dizer por que ele pagou R$67 milhões para um ministro do Governo passado, do Governo Bolsonaro. Vai ser bom ele estar aqui para, por exemplo, esclarecer isto aqui. Isto aqui é documento, não é palavra. Isto aqui, Deputado Pimenta, é um acordo de cooperação técnica. É o ACT – conhece ACT? – assinado em 17 de setembro de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Rogério Correia, quem era o Presidente da República em 17 de setembro de 2020? O senhor poderia me responder, por gentileza? Quem era o Presidente da República?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eduardo Bolsonaro, que está hoje na Papudinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Jair... Ainda não...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ah, é o Jair. É o Jair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Então, 17 de setembro de 2020, Governo Jair Bolsonaro. Está aqui o ACT...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcon, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O ACT assinado pelo Banco Máxima e o INSS. Talvez isso explique por que o Presidente do Banco Central que não interveio no Banco Máxima/Master tenha sido o Roberto Campos Neto, e não Gabriel Galípolo.

No maior escândalo financeiro da história do país, a intervenção ocorreu devido ao Banco Central e à Presidência de Gabriel Galípolo. Roberto Campos Neto não fez isso. E negócios com o Governo – está aqui a prova –, Vorcaro, Máxima, Master...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... tinham com o Governo Bolsonaro.

Aliás, Presidente, o ideal seria que esse escândalo não tivesse ocorrido. Para que esse escândalo não tivesse ocorrido, bastava o Ministério da Justiça, em 2019, ter recebido as centenas de denúncias que foram encaminhadas pelo Procon para a Secretaria Nacional do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Concluindo, Presidente, bastava que, em 2020, o Ministério da Justiça do Governo passado tivesse investigado as denúncias que recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Presidente, por fim, eu queria perguntar ao senhor quando nós vamos ouvir o Sr. Danilo Trento. Já foi aprovada a sua convocação. E sabe por que eu pergunto, Presidente? Porque esse é o senhor de todos os escândalos.

Deputado Pimenta, Senador Pimenta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Para encerrar, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Estou concluindo.

Senador Pimenta, olha só: o Sr. Danilo Trento foi descoberto, Eliziane, na CPI da covid, com esquema com a Precisa. Foi braço operacional da Ambec, do Camisotti, que não veio hoje aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – E está metido também com fundo no Banco Master. Ele está em todas. Então, a gente tem que ouvir esse senhor.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Do Sr. Danilo já foi aprovada a convocação, foi notificado, mas não compareceu por força de um *habeas corpus*, que nós também estamos tentando reverter junto ao Supremo Tribunal Federal.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente cumprimentá-lo e desejar a V. Exa. mais saúde ainda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – V. Exa., como já foi dito aqui pelos colegas, está muito bem, graças a Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero, Presidente, na mesma linha do meu Líder, que nos orgulha muito, Randolfe Rodrigues, destacar também a máxima, como já foi dito aqui: "acuse-o daquilo que você faz". E é bom lembrar que toda a investigação que hoje o Brasil está acompanhando e a liquidação do Banco Master teve início na investigação feita pelo Galípolo, exatamente a indicação de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os escândalos que claramente nós estamos acompanhando aqui são transversais. A gente começou essa investigação lá atrás, ainda na CPI da covid.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – Aí você vai ver que há ligação com o escândalo que a gente está acompanhando hoje aqui, na investigação do INSS, e o escândalo que será investigado, está sendo investigado, iniciado pelo Governo do Presidente Lula, do Banco Master.

É bom lembrar ainda, Randolfe, que foi exatamente o Galípolo que não autorizou a compra do Banco Master pelo BRB, porque senão essa crise de liquidez que nós estamos acompanhando hoje em relação ao Master também seria em relação ao BRB. Ou seja, a interrupção e o processo de investigação todo ocorreram pelas indicações feitas pelo Presidente Lula. Tanto a questão da investigação como a interrupção de descontos irregulares aconteceram, e eles deixam claramente a marca, porque, como já foi dito, o ACT de nº 91/2020 foi feito no Governo do ex-Presidente Bolsonaro.

Portanto, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/PSD - MA) – ... nós aqui da base do Governo defendemos o aprofundamento da investigação, a intensidade da investigação e não uma investigação cortada, uma investigação parcial, como muitos dos colegas aqui da oposição fazem a defesa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu encerro com dois nomes para entregar ao Deputado Rogério Correia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria saber se o pessoal que está falando do Master assinou a CPMI do Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Olha aqui, eu vou, eu vou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, só um instante, só um instante. Os dois estão inscritos, eu vou ceder.

Eu vou... Vamos colocar... Ah, tá. A Deputada Bia Kicis. Eu vou encerrar com a Deputada... Deputado Alencar Santana, Deputado Dorinaldo Malafaia, Deputada Bia Kicis. Eu vou encerrar. Está encerrado. E vou passar cinco minutos ao Deputado Rogério Correia pelo art. 14.

Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os colegas Deputados, Senadores, todos que fazem parte desta Comissão, servidores, todos que estão retomando aqui o trabalho desta Comissão Mista do INSS. Que a gente possa, em breve, concluir o nosso trabalho dando um parecer conclusivo, apontando as responsabilidades, todos aqueles que tramaram essa fraude, esse roubo aos aposentados. Nós devemos isso. E aí cumprimento todos que nos acompanham.

Desejo – fico feliz também pela recuperação, Presidente – que todos nós tenhamos boa saúde ao longo de 2026.

Engraçado, engraçada a oposição, porque ela fala como se fosse a dona da moralidade. O PL do ex-Presidente, hoje presidiário, Bolsonaro, esse partido ficou quatro anos no Governo, quatro anos. Aqui nessa CPMI, neste momento, temos dois ex-Ministros do Governo anterior. Um deles teve papel de Ministro, inclusive do INSS. O outro, da Justiça, todo poderoso, chegou todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

pomposo. Mas o que fizeram em qualquer um dos casos? Seja no INSS, mesmo sendo formalmente notificado, foi entregue um documento a ele. O que ele fez? Debaixo da gaveta. Porque parece que essa era a orientação do Presidente, ele mesmo disse quando saiu do ministério. E o que foi feito também em relação ao Master, no Governo anterior? Nada, a não ser ter assinado, permitindo que se fizesse desconto consignado de aposentados e pensionistas.

Então, senhoras e senhores, é muito clara a atuação do Governo Lula em relação ao Governo anterior: são díspares. Nós atuamos, investigamos – para concluir, Presidente – e só veio à tona ação contra o Vorcaro, porque o Banco Central do Galípolo está atuando, foi quem fez a intervenção. E a Polícia Federal está investigando. Porque se fosse no Governo anterior, tudo estaria novamente debaixo do tapete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... primeiro, desejo a V. Exa. plena recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – V. Exa. está realmente com uma aparência bem mais... bem melhor, e a gente percebe isso. Então, de fato, todos nós desejamos o voto de plena saúde e reestabelecimento de V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Presidente, nós temos um balanço a fazer dos últimos meses dessa CPMI. E essa CPMI parte de algo que, independente da narrativa, tem provas aqui, tem documentos. O raciocínio que nós estamos provando é que quem deu causa para o escândalo e abriu a porta da roubalheira para fraudarem os aposentados chama-se Jair Bolsonaro e sua trupe. O mesmo Jair Bolsonaro que está preso na Papuda assinou esse acordo, e está a prova. Independente do que se fala, a conclusão documental...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... é que inicia a abertura de ACT fraudulento para a fraude, para essa turma entrar e subtrair a aposentadoria de milhões de brasileiros.

Então tem uma prova. Essa prova é acompanhada de relatórios que são do Governo Lula e da CGU, da Polícia Federal; investigado aqui, tem gente presa. E esta Comissão, portanto, também tem feito a sua parte.

Agora, vejam, eu queria dizer aqui a vocês que tem relações tenebrosas, tenebrosas transações relacionadas também ao Banco Master. E, logicamente, alguns aqui já revelaram, dizendo o seguinte: que também esse escândalo foi revelado por membros aliados do Governo Lula. O Banco Central revelou essa crise.

E aqui foi dito... E eu quero parabenizar inclusive a Senadora Damares. A senhora revelou, com legitimidade, implicações e tenebrosas relações de transação do Banco Master com a Igreja Lagoinha, por exemplo, quando se levantaram aqui questões que devem ser apuradas por essa CPMI também. A Igreja Lagoinha possui uma *fintech* chamada Clava Forte Bank, de propriedade de André Valadão, tem uma plataforma que era utilizada para recebimento de doações de fiéis; Daniel Vorcaro é próximo de religiosos ligados a essa igreja...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... aqui tem Parlamentares envolvidos diretamente nessa igreja, que é o caso, inclusive, de Parlamentares famosos de Minas Gerais. Então tem toda uma relação que nós precisamos apurar.

Conclusão técnica disso é que o Banco Master não é um caso isolado de abuso; é uma fraude estrutural...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... tem nexo direto com irregularidades e engenharia financeira fraudulenta.

Então, essa fraude...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... para finalizar, Presidente, é uma tenebrosa transação que nós precisamos encontrar e tem vinculação direta com um núcleo de poder muito superior, inclusive, ao que é a fraude do INSS.

Portanto, eu queria dizer a V. Exa. que, inclusive, assinei a CPI do Banco Master no dia 8 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – Então, queria dizer que estou à disposição para que a gente possa enfrentar esse tema tão lamentável para a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. DORINALDO MALAFAIA (Bloco/PDT - AP) – ... que é tanto a crise do INSS quanto a do Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Nós tivemos aqui um erro no sistema em que o Deputado Evair de Melo constava como não membro. A Secretaria está corrigindo aqui a presença do Deputado, que está desde o início. Eu vou abrir a palavra para ele também por conta dessa correção junto à Secretaria.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela ordem.) – Pois não.

Presidente, muito bom dia. É uma alegria estarmos de volta aqui, vendo V. Exa. tão bem disposto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Eu quero dizer, Sr. Presidente, que a gente fica aqui escutando essa mesma...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... ladainha da esquerda, que quer botar a culpa de tudo no Jair Bolsonaro, que foi lá e começou... O povo não está caindo nessa.

Quando a gente vê a reação do público, seja na internet, seja convivendo com as pessoas, encontrando, andando por todo canto, está muito claro, primeiro, que essa coisa dessas falcatruas de desconto, isso já acontecia muito antes do Governo Bolsonaro, isso é muito antigo. Mas é que esta CPMI tem um escopo de tratar... não se alongar tanto no tempo. A gente teve história de ex-Ministro, o Paulo Bernardo, que foi acusado de descontos indevidos de aposentados. Pelo amor de Deus, isso é muito antigo! Mas o fato é que foi no Governo Lula...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... em meados de 2023, que houve uma explosão. A coisa veio de um montante, que aí não tem como não enxergar e não ver, não tem como. Então, essa mentira, eles podem gritar, ficar falando mentira aqui o tempo todo, que não vai colar.

E é por isso, Presidente, que nós precisamos da prorrogação desta CPMI, porque tudo o que está acontecendo, as prisões que ocorreram de todos aqueles operadores, tudo ocorreu por conta desta CPMI. Então a gente espera que realmente o Presidente do Congresso faça essa prorrogação, porque ela é muito importante.

Outra coisa, se eles falam tanto que o problema teria sido do Governo Bolsonaro, o que já é uma grande mentira, que já foi desmascarada, por que é que o Decreto 10.410, que tinha os mecanismos de controle e que fazia com que os benefícios começassem bloqueados, não foi seguido por este Governo? Simplesmente desconsideraram esse decreto, os mecanismos de segurança. E quando nós conseguimos encerrar, acabar com esses descontos, o PT lutou, entrou com emenda, foi contra acabar com os descontos. Felizmente, nós conseguimos.

E quanto à CPMI agora do Banco Master, é bom esclarecer para o público que foi a oposição que conseguiu as assinaturas, o PT não assinou coisíssima nenhuma – nenhuma! E quando eles dizem que assinam, assinaram uma CPI, a CPI que depende da vontade do Presidente da Casa, Hugo Motta, para ser aberta e que precisa de enfrentar uma fila de mais de 14 CPIs que estão paradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Não será instaurada! Quem quer assinar de verdade, assina a CPMI. Essa, sim, terá que ser instaurada em algum momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – O Brasil está diante de um dos episódios mais vergonhosos da sua história, o roubo sistemático dos aposentados. Não estamos falando de números frios, de planilhas e estatísticas. Estamos falando de idosos, de homens e mulheres que trabalharam a vida inteira, que contribuíram com a previdência, que acreditaram no Estado brasileiro e que hoje dependem desse benefício para comer, comprar remédio e sobreviver, Sr. Presidente, com dignidade. E o Estado permitiu, permitiu que esse dinheiro fosse sugado por esquemas, associações suspeitas, inescrupulosas, descontos indevidos e fraudes, que aconteceram debaixo do nariz desse Governo Federal.

Isso não é apenas um escândalo administrativo, não é apenas falha técnica; isso é uma crise moral e ética profunda. Porque quando o governo sabe, é alertado e informado e não age...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... ele deixa de ser apenas incompetente, ele é conivente.

E o que mais choca, Sr. Presidente, esta Casa é o esforço deliberado para blindar pessoas próximas ao poder. É um absurdo que a base do Governo tenha atuado para impedir o convite do Lulinha, do Frei Chico e de tantos outros. Aqui ninguém está condenando ninguém, mas nesta Casa vale um princípio básico da democracia: quem não deve, não teme.

Se o Governo diz que não tem nada a esconder, por que medo? Por que barrar convites? Por que impedir que esta CPMI ouça todos os envolvidos, inclusive os familiares aliados do atual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Presidente da República? Isso não é proteção institucional, não é defesa de Estado, isso é proteção política.

Portanto, roubar o aposentado é roubar a dignidade. O Brasil exige respostas, os aposentados exigem respeito. E esse Governo, pelo bem dos aposentados, precisa se manifestar, porque jogou a sujeira para debaixo do tapete do Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pelo art. 14, por cinco minutos, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para explicação pessoal.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, é *fake news* que eu produzi foto com o Vorcaro, mais Campos Neto, mais Bolsonaro. Essa foto está viralizada por todas as redes e todo mundo viu isso antes de eu reproduzir.

Segundo, se o Deputado ficou tão sentido porque eu o bloqueei, eu vou desbloquear.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado! (*Palmas*.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu vou desbloquear e vou querer... e aguentar essa voz rouca de tanto falar mentiras e *fake news* contra o Governo do Presidente Lula e que ri como hiena, que ri da própria desgraça, inclusive da prisão do Bolsonaro na Papudinha.

Continue rindo, Deputado hiena, da sua própria desgraça!

Mas vamos ao que interessa: Banco Master. Banco Master... Quem é que salvou ou está tentando salvar ao invés de denunciar o Banco Master? BRB. Quem principalmente fez isso? Ibaneis Rocha. Junto com quem? Campos Neto. Campos Neto é aquele que foi indicado por Bolsonaro para, no Banco Central, deixar que o Banco Master fizesse o que quisesse. Junto com eles, nós não podemos esquecer que teve um ECT, que já foi aqui dito, que, olha só, no dia 17 de setembro de 2020, foi assinado pelo Governo Bolsonaro, para que o Banco Master começasse a roubar dos aposentados. São 254 mil, como disse o Presidente, aposentados roubados no Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Master a partir de o Governo Bolsonaro autorizar que isso acontecesse. E não houve nenhum Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... do Governo Bolsonaro que dissesse o contrário. E, portanto, durante todo esse período, o Banco Master roubou dos aposentados através do ECT do Governo Bolsonaro. Isso aqui está claro. Se quiser, nós vamos passar, para a imprensa, para o povo brasileiro, o ECT assinado do Governo Bolsonaro para o Banco Master roubar dos aposentados. Assim como também foi durante o Governo Bolsonaro que começou o roubo dos aposentados do INSS, do desconto associativo, com entidades picaretas que nós estamos demonstrando e que o Presidente Lula agora está resolvendo.

Quinto lugar, Presidente, é muito importante dizer isto: que engraçado esse negócio do Banco Master. Por isso que eu assinei CPI, assinei CPMI também, que está agora com a nossa Melchionna e também com a Heloísa Helena; já assinei a CPMI. Sabe por quê? Foi exatamente este pessoal, Vorcaro e Zettel, que deu 5 milhões para a campanha do Bolsonaro e do Tarcísio de Freitas. Deputada Eliziane, 5 milhões para a campanha deles! Sabe quanto que eles deram para a campanha do Lula? Nada, zero. Ou seja, Bolsonaro recebeu dinheiro de Zettel e Vorcaro, dinheiro sujo do INSS, dinheiro sujo do Banco Master. Isso tem que ser verificado!

Esse Pastor Zettel, esse é outro que tem que vir aqui.

Eu resumo essa história dizendo o seguinte: bolsonarista gosta de dar tiro no pé. Pediram a CPMI do 8 de Janeiro, qual o resultado? Bolsonaro na Papudinha. Pediram a CPMI do INSS, qual o resultado? Lula está devolvendo o dinheiro que Bolsonaro roubou. Agora querem a CPMI do Banco Master: vão ver que Vorcaro e Zettel deram 5 milhões para o Bolsonaro, e, em troca, o que é que foi esse agradecimento? O crédito consignado no Banco Master, 250 mil aposentados que foram prejudicados.

Essa é a verdade dos fatos.

E, toda vez que eles pedem CPMI, como eles negam a história, eles são incapazes de ver o passado. Então, na CPMI de 8 de Janeiro, eles achavam que apenas nós iríamos ver o dia 8 de janeiro, como se não tivesse fato histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Olhe o negacionismo, Senadora Soraya!

Na CPMI do INSS, eles acharam também isto: "Olha, tem roubo lá dentro", mas não olharam o passado de quem começou isso. Quando a gente começa a olhar o passado, é eles que fizeram.

Agora eles pedem a do Banco Master, e a gente, antes de começar a debater, já chega com uma ECT, mostrando que eles é que fizeram o contrato para roubar os aposentados.

Então são três CPMIs em que são três tiros nos pés. E eu gosto de ver bolsonarista dar tiro no pé.

Por isso é que eles estão desnorteados, numa brigalhada danada: não sabem quem é candidato, se vai ser o filho do Bolsonaro... E agora nós vamos mostrar, daqui a pouco, que ele está envolvido junto com o Careca do INSS, vai ter que vir aqui depor...

Então, falaram tanto do filho do Lula; nada provaram, mas nós estamos cheios de provas do envolvimento do filho do Bolsonaro na CPMI do INSS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Só um instante...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente, só para constar que eu não fui desbloqueado ainda. Então, o Deputado *fake news,* porque é um mentiroso contumaz...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Falou da minha voz e me atacou virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, por favor...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Que gracinha! Ria mais aí! Deputado hiena, ria mais!

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Senhores, as questões entre os senhores aqui...

Vamos dar sequência.

Eu pergunto se algum Parlamentar...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – É melhor ter a voz rouca do que o bolso cheio de dinheiro roubado dos aposentados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ria mais aí, hiena! Ria do Bolsonaro preso. Ria!

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – *Fake news*, mentiroso contumaz!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ria do Bolsonaro!

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Mentiroso contumaz!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Deputado hiena e mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu pergunto se algum...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por gentileza! Deputados, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Me desbloqueia, Deputado *fake news!*

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por gentileza, senhores! Por favor!

Eu pergunto se mais algum Parlamentar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

Mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: mais algum Parlamentar gostaria de...

Só um instantinho, Excelência...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espere aí!

Está do seu lado aí, Excelência! Segure o daí, que o outro segura o de lá!

Pergunto mais uma vez: algum outro Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra?

O Deputado Sóstenes pediu pela ordem, eu vou conceder a palavra.

Mais alguém gostaria?

Deputado Sóstenes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho... (*Pausa.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na verdade era para pedir a inscrição.

Eu estava já tentando fazer a minha inscrição *online*, não consegui – estava em uma audiência fora, no STF –, e gostaria só de pedir a inscrição.

Pode ser o último inscrito. Não tem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – O senhor é o último, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Então está ótimo.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São dois minutos, Excelência.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não, não, eu já parei. É só pedir para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questão de ordem, Excelência?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Questão, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para questão de ordem.) – Presidente, de uma maneira muito respeitosa – eu não vou usar os cinco minutos –, é uma questão de um esclarecimento, porque eu ouvi aqui do Líder do Governo, o Deputado Paulo Pimenta... Inclusive, é com ele que eu quero dialogar. Ele pode usar o art. 14 e todos os artigos que ele quiser.

Ele falou claramente que a Polícia Federal já tem relatórios que provam que não há envolvimento do irmão nem do filho do Presidente. Isso ele falou de uma maneira clara.

Então, eu gostaria de ter clareza e passar a palavra depois para o Deputado Paulo Pimenta – ele pode até usar os meus minutos: eu queria saber quem da Polícia Federal disse isso; queria saber se vocês, do Governo, conversam diretamente com os investigadores e como isso acontece...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, essa não é uma questão de ordem.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – É...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A questão de ordem envolve o andamento desta Comissão, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, é um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Desculpe, é um artigo...

Por gentileza, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – ... é gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu sei que é grave.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso é grave, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu sei que é grave.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, então, não vamos fazer o encaminhamento como questão de ordem.

E a palavra é dada a quem quer que seja aqui por conta da Presidência, dentro dos questionamentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não é uma questão de ordem, Excelência...

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Questão de ordem é sobre o andamento – só um instantinho, Senador Sergio Moro –, sobre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu sei que é grave, mas não é uma questão de ordem, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – O que que é, Presidente? É uma reclamação? É um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode pedir a palavra...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, eu quero um questionamento, Presidente. Você me dá a palavra, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Eu lhe passo a palavra por dois minutos, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada, pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Inclusive, eu continuo dialogando e vou passar a palavra aqui para o Deputado Paulo Pimenta, porque eu queria saber, Deputado Paulo Pimenta, Líder do Governo: quem, da Polícia Federal, disse isto, que o filho do Presidente não está envolvido? Quem da Polícia Federal... Com quem vocês conversam? Com quais investigadores?

Porque o que eu sei é que a superamiga do Lulinha está com tornozeleira eletrônica. O que eu sei é que o Careca do INSS e a Roberta Luchsinger têm – até porque o sigilo foi quebrado – transferência de 300 mil, que é a mesada do filho do Presidente.

Então, o que eu quero entender – e já vou passar a palavra para V. Exa. esclarecer – é que a tua frase, "que já tem relatórios da Polícia Federal afirmando que o filho do Presidente não tem envolvimento", é muito grave.

Eu gostaria de saber com quem o senhor conversou, quem disse isso, cadê esses relatórios. Que o senhor coloque isso à disposição aqui da Comissão.

Muito obrigada.

Passo a palavra para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. vai fazer uso do art. 14, Líder Pimenta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos em frente.

Pelo art. 14, cinco minutos, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Presidente, veja como essa oposição, Sr. Presidente, é patética. Uma oposição que, aqui, a cada reunião, repete matérias de imprensa, matérias de jornal, trata como provas...

Presidente, olha aqui: revista *Veja*, revista *Veja*:

> Relatório da Polícia Federal [...]
> Agentes analisaram material apreendido na casa de Roberta [...] e não encontraram indícios de conexão dela com as investigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

> Trechos do relatório da Polícia Federal [...] [Sr. Presidente] não têm conexão com o esquema [...]

Não existem documentos que vinculem a investigação a qualquer coisa que diga respeito ao INSS.

"Roberta [também] colaborou com as buscas [...]".

E, mais do que isso, Sr. Presidente, segue a matéria fazendo referência e detalhando o relatório, que eu conheço, porque li na revista *Veja*.

Portanto, Sr. Presidente, a imprensa trouxe. E eu sou jornalista: seria até uma atitude criminosa nós exigirmos do repórter a quebra do sigilo da fonte.

Agora, este repórter que preparou – Ricardo Chapola – cita todo o relatório.

E aqui, Sr. Presidente, o fundamental não é como que o jornalista da *Veja* teve acesso ao relatório, mas o conteúdo do relatório, Sr. Presidente. E o que é que diz o conteúdo do relatório que a revista *Veja* publicou? Que esta mentira repetida aqui várias vezes, de que o filho do Presidente Lula ganhava mesada do esquema criminoso do INSS, é mentira, é *fake news*.

É o Deputado Paulo Pimenta que está dizendo, Presidente? Não. É o relatório da Polícia Federal.

As acusações que foram feitas, envolvendo inclusive pessoas que foram tratadas aqui como condenadas, sem que nenhuma prova fosse apresentada, foram desmentidas pelo Deputado Paulo Pimenta, Sr. Presidente? Não; pela Polícia Federal.

Portanto, *fake news* e as mentiras que alimentam esse discurso de ódio, de intolerância permanente da oposição, têm sido, a cada reunião, desmontadas por nós. E agora também estão sendo desmontadas pelos relatórios da Polícia Federal.

Portanto, Deputada, eu não tive contato com nenhum investigador. Muito pelo contrário.

O mínimo que nós, como membros desta CPI, deveríamos fazer é ler a imprensa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Aí não fala nada do Lulinha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Portanto, Deputada, se a senhora tivesse pelo menos o cuidado de ler a imprensa, a senhora não diria tanta bobagem, a senhora não diria tanta asneira para alimentar esse seu discurso de *fake news*, que não é baseado em nenhuma prova, que não é baseado em nenhum fato concreto, mas, sim, em especulações, tentativas permanentes de atingir pessoas que, comprovadamente, não têm nenhum tipo de envolvimento com esquemas do INSS.

E nós sabemos muito bem quais são os objetivos, Sr. Presidente, daqueles que tentam colocar aqui uma cortina de fumaça: é impedir que a gente possa chegar aos mandantes desse esquema criminoso, mas não vão ter êxito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nós já comprovamos, através de documentos, que esse esquema criminoso nasceu dentro do Governo Bolsonaro. Nós já mostramos aqui as provas, os decretos que foram autorizados, para que a gente possa fazer isso.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos continuar essa investigação. Não vamos desviar do foco, não vamos alimentar *fake news*.

Não há nada que envolva o filho do Presidente, o irmão do Presidente ou qualquer outra pessoa nessa investigação, e o próprio relatório da Polícia Federal já demonstrou isso de forma inequívoca, conforme a própria imprensa já publicou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Senhores, antes de darmos início às duas fases desta reunião, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 29ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2025.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Duas comunicações que esta Presidência faz aos Srs. Parlamentares, em consenso com os Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pedido dos Líderes, a nossa reunião do dia 12 de fevereiro, ou seja, a próxima quinta-feira, está cancelada. Nós acertamos que uma outra data extra será colocada por esta Presidência nas semanas subsequentes.

Portanto, na próxima quinta-feira, dia 12 de fevereiro, não teremos a nossa CPMI. Teremos uma data posterior, que nós vamos colocar durante a semana, para que a gente... Melhor a gente, mais para a frente, colocar, e eu aviso com antecedência aos Parlamentares.

Vamos à primeira fase deliberativa desta CPMI, também em consenso com os Líderes.

Não serão apreciados hoje, por enquanto, os seguintes itens: 2, 3, 4, 5, 15, 16, 39, 57, 58, 59, 60, 62, 65, 66, 67, 73, 74, 75, 76, 77 e 78.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2065/2025

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Delegada de Polícia Civil, Milena Sapienza, informações sobre o Inquérito Policial que tramita no 23° Distrito Policial de Perdizes envolvendo Edson Claro Medeiros e Antônio Carlos Camilo Antunes.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 2879/2025

Requer o acesso integral ao depoimento prestado por EDSON CLARO MEDEIROS JÚNIOR à Polícia Federal.

Autoria: Deputada Adriana Ventura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 2967/2026

Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o envio de informações sobre o histórico de decolagens, pousos, destinos e lista de passageiros referentes às aeronaves Falcon 7X, Falcon 2000 e GV-SP, todas registradas em nome da empresa Viking Participações Ltda, cujo sócio-fundador é o empresário Daniel Bueno Vorcaro.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 2579/2025

Requer a representação pelo pedido de prisão preventiva de José Carlos Oliveira, ex-Ministro do Trabalho e Previdência.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 2977/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Elephant II Produções LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 2976/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa RL Consultoria e Intermediações LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 2910/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Rodrigo Moraes, CPF nº 226.362.728-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 2583/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Onyx Dornelles Lorenzoni, CPF nº 210.259.320-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 13 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 58

REQUERIMENTO Nº 2332/2025

Requer, ao COAF, o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) referente ao Sr. Pietro Cardia Lorenzoni, advogado e filho do ex-ministro da Previdência Social Onyx Lorenzoni, abrangendo o período de 1º de abril de 2021 a 30 de abril de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 59

REQUERIMENTO Nº 2864/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Sr. Enrique de Abreu Lewandowski, CPF nº 335.645.218-52, referentes ao período de 31 de agosto de 2021 a 2 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2619/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, CPF nº 499.705.808-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 2918/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Titan Trustee S.A, CNPJ nº 04.393.649/0001-70, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 65

REQUERIMENTO Nº 2921/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Balcão Corretora de Seguros e Oportunidades LTDA, CNPJ n° 13.243.641/0001-19, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 66

REQUERIMENTO Nº 2923/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CCT Consultoria e Gestão S.A., CNPJ nº55.823.886/0001-65, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 2935/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal de Carolina Helena Cardoso Trento, CPF nº 359.261.878-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2026.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 2955/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 74

REQUERIMENTO Nº 2949/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 75

REQUERIMENTO Nº 2956/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referente ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 76

REQUERIMENTO Nº 2954/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referentes ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 77

REQUERIMENTO Nº 2958/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 78

REQUERIMENTO Nº 2957/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem)

Esses itens estão retirados da pauta de hoje para complementação ou votação em datas seguintes.

Os demais itens em consenso, coloco em votação aos Srs. Parlamentares.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, calma, vou fazer.

Os demais itens em consenso, coloco em votação.

Os Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... uma parte foi retirada, outra parte é por consenso; não tem votação em destaque hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente, não tem votação em destaque.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Esses itens aqui voltarão à pauta futuramente.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os itens estão aprovados pelos Parlamentares.

Temos ajuste temporal solicitado para os seguintes requerimentos: 17, 24, 27, 40, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54 e 56, que passam a ter o período temporal de 1º de janeiro de 2015 a 31 de janeiro de 26.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados todos os itens e o ajuste temporal.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 2975/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Aston

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bank Instituição de Pagamentos S/A, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 2989/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa BSF Gestão em Saúde, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1° de fevereiro de 2026.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 2986/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Brenda Aguiar Soares, CPF nº 067.248.662-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 2909/2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora GABRIELA MONTALVAO CAMISOTTI, CPF nº 423.669.118-31, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 2908/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Paulo Otávio Montalvão Camisotti, CPF nº 406.877.648-23, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 2905/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Max Serviços e Processamento de Dados Cadastrais, CNPJ nº 14.910.313/0001-91, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 47

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2902/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa REDE MAIS SAUDE LTDA, CNPJ nº

16.626.630/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 2901/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor ANTONIO LUCIO CAETANO MARGARIDO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 2900/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa NET CRED, CNPJ nº 19.124.019/0001-78, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 2899/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BSF GESTAO EM SAUDE LTDA, CNPJ nº 20.595.406/0001-71, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 2898/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AATAPS - ASSOCIACAO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL, CNPJ nº 34.088.522/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 2896/2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INTEGRAL GROUP SOLUTION, CNPJ nº 32.020.396/0001-25, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 2895/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PREVIDENT ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S.A, CNPJ nº 56.269.913/0001-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 56

REQUERIMENTO Nº 2893/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MCSYS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 17.891.156/0001-02, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de outubro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar) (*Pausa.*)

Vamos à parte dois da nossa Comissão. (*Pausa.*)

Só um instantinho, senhores. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda parte, oitiva do Sr. Gilberto Waller Júnior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, rapidamente, desculpe me interromper.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Semana que vem, V. Exa. poderia declinar como vai ser o funcionamento, em vista...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na segunda-feira, Excelência. Segunda-feira, no horário normal, às 16h.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeitamente.

E a deliberativa fica na semana seguinte?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, na semana seguinte, na outra quinta-feira, no dia 26.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, não, desculpe. Dia 19. Na semana seguinte é o Carnaval, está o.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Que é dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dia 26.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Quinta-feira que vem não tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não tem, Excelência.

Dia 12 não tem, nem dia 19, Excelência.

Presidente do Instituto...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, nessa seara...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... o senhor já tem alguma notícia sobre o postergamento da CPMI, ou ainda não há nada oficial?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu estou buscando uma audiência com o Presidente do Congresso. Ainda não fui recebido oficialmente, Excelência...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... mas estou empenhado nisso, pela necessidade da prorrogação.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Solicito à Secretaria que conduza, por gentileza, que acompanhe o nosso convidado, o Sr. Gilberto Waller Júnior, para que possa tomar assento junto à Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Semana que vem tem segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Segunda-feira. Dia 12, às 16h. E, ao que parece, será uma sessão bem quente. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Quem é que vai estar segunda aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ainda não posso dizer. Daqui a pouquinho, eu anuncio. Nós temos dois convocados. (*Pausa.*)

Senhores... Senhores, por favor.

Termo de compromisso.

Já está conosco o Sr. Gilberto Waller Júnior.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Sim. Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Passo a palavra ao Sr. Gilberto Waller Júnior, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, por 15 minutos.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom dia, Presidente. Bom dia, Relator. Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. É um prazer enorme estar aqui para a gente poder falar um pouquinho sobre o INSS, sobre pós-Operação Sem Desconto, para a gente colocar um pouquinho do que o INSS tem feito nesse período para poder ressarcir nossos aposentados e pensionistas.

Vou pedir para colocar a apresentação no telão. (*Pausa.*)

Bom, antes de começarmos a falar sobre o pós-Operação Sem Desconto, seria importante a gente mostrar a natureza do INSS, a grandeza do INSS, o INSS em números. Nós temos, atualmente, 99,3 milhões de segurados do Regime Geral de Previdência Social, que contribuem mensalmente com o seguro social. A nossa folha de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais chega a 84 bilhões/mês, o que corresponde a 1,3 trilhão por ano de benefícios previdenciários e assistenciais. Esse é o tamanho do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que não... Parou. (*Pausa.*)

Passou?

Esses números são graças à nossa maior força que são os nossos servidores – servidores dedicados, servidores que têm um amor ao próximo, uma empatia com o próximo. E vocês vão verificar pelos números que, em 2019, éramos 32.108 servidores, com uma produção de 9,4 milhões de análises de requerimentos. Em 2025, chegamos ao menor número de servidores, 18.574, com um ganho de quase 50% na sua produtividade, e 13.143.743... Servidores que trabalham diuturnamente para garantir o gigantesco que é esse INSS. São os servidores que trabalham sábados e domingos, que você chama para mutirão nas condições mais difíceis de trabalho e eles vestem a camisa e se sentem muitas vezes injustiçados quando se fala "fraude do INSS", quando se fala "farra do INSS", quando se fala "Careca do INSS". Esses são três adjetivos que não são do INSS. No INSS, o seu volume é corresponder ao volume de 1 trilhão de recursos repassados e corresponder que, em 70% dos municípios brasileiros, o recurso pago pelo INSS é maior do que o Fundo de Participação dos Municípios. São inúmeras famílias que dependem exclusivamente do INSS, que, graças aos nossos servidores, com toda a dificuldade possível, vem garantindo isso.

O INSS é dividido em seis superintendências regionais. Nós temos uma superintendência Centro-Oeste e Norte – e aí estão os números, eu não vou ler para não perder muito tempo, mas fico à disposição e depois, se precisar, também posso fazer o esclarecimento –; Região Nordeste; Região Sudeste II, que é Minas Gerais e Espírito Santo; Sudeste III, que é só Rio de Janeiro; Sudeste I, que é São Paulo; e a Região Sul. Somos 6 superintendências, 98 gerências-executivas e 1,6 mil agências da Previdência Social, distribuídas em 870 municípios no nosso país.

Essa é a quantidade de evolução de benefícios concedidos e valor gasto. O valor gasto é visto anualmente. A gente verifica que vem numa crescente: no último ano, 41,4 milhões de novos benefícios que foram concedidos.

E agora, após a Operação Sem Desconto, a gente parte para o objeto maior da razão de ter esta CPMI para poder mostrar um pouquinho a linha do tempo, o que foi feito e os grandes números para poder esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Operação Sem Desconto é deflagrada dia 23 de abril de 2025, onde um esquema de descontos indevidos em aposentados e pensionistas é descoberto, é colocado à luz numa operação feita pela Controladoria-Geral da União e Polícia Federal, importantíssimo isso para desbaratar um esquema criminoso que se tinha para poder trazer prejuízo para as pessoas mais carentes. Dia 30 de abril, à noite, é trocada a gestão do INSS, eu chego ao INSS, assim como a Dra. Marcia, Diretora de Benefícios, que retorna a esse cargo como Diretora de Benefícios. Dia 8 de maio, tendo em vista muitos rumores de que era um grande esquema...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dia 8 de maio, tendo em vista muito burburinho de que havia muito mais pessoas que eram alcançadas por esse esquema e para poder até acalmar essas pessoas, nós começamos o comunicado para 27,4 milhões de aposentados e pensionistas, para que eles pudessem ficar tranquilos, que nos últimos cinco anos não tinham tido qualquer tipo de desconto, nenhum desconto associativo tinham tido. Então, 8 de maio, ou seja, uma semana após a troca de gestão, avisamos e lançamos a plataforma de ressarcimento.

Dia 13 de maio, numa tarefa ativa, buscamos e informamos pelo aplicativo Meu INSS os 9,3 milhões de brasileiros que tinham tido algum tipo de desconto associativo. Trabalhamos com transparência, com informação, para falar "você pode ter sido alcançado por essa fraude, você pode ter sido objeto dessa fraude". Tentamos tranquilizar alguns e informar para os outros que eles teriam algum interesse no processo de ressarcimento.

Em 14 de maio, iniciamos o processo de ressarcimento com a abertura dos canais, inicialmente no Meu INSS e na Central 135, para que os nossos segurados pudessem questionar esse desconto associativo. Só no primeiro dia, 450 mil pessoas acessaram esses canais. E por que nós escolhemos esses canais? Para poder trazer mais tranquilidade ao nosso segurado, para que a gente pudesse efetivamente trazer mais comodidade, para que ele não precisasse correr às filas do INSS ou a algum atendimento presencial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ele na sua casa, ele no seu trabalho, ele no seu lazer poderia fazer o questionamento, verificar se teve algum desconto e fazer o questionamento, sem qualquer burocracia, sem qualquer obrigação a ele. Ele não precisava juntar documento, ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

precisava informar por que não confirmava aquele desconto. A gente inverteu o ônus da prova, a gente trouxe a palavra do segurado como ponto focal: "Eu não concordo", "eu não aceito".

E, nesse ponto, a Operação Sem Desconto, quando foi deflagrada, apontava que 16 entidades tinham possibilidade de fraude. A gente, com a determinação do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um minutinho, senhor. Eu vou pedir mais uma vez ao Plenário silêncio, por favor, para que a gente possa ouvir os esclarecimentos do Presidente do INSS. Por gentileza, solicito... A sala é pequena, estamos com a lotação esgotada. Peço a paciência, por favor, e a colaboração. O senhor pode continuar, por gentileza.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Com a determinação de não deixar ninguém para trás, a gente resolveu abrir para que fossem questionadas 44 entidades que tinham acordo de cooperação e não somente as 16, possibilitando que qualquer pessoa pudesse fazer essa consulta e fizesse seu questionamento com este foco: mudança e transparência.

Começa o processo de ressarcimento no dia 14 de maio. Tivemos um ponto em que, depois de duas semanas, entendemos por bem abrir também o atendimento presencial. E aí um agradecimento especial aos Correios, que foram fundamentais nessa busca, nessa questão do ressarcimento. De pronto, os Correios se prontificaram, possibilitando que 5 mil municípios tivessem esse atendimento do requerimento, possibilitando trazer também aquelas pessoas que não conseguiam, não tinham a acessibilidade com o aplicativo ou com o telefone do 135.

Logo em seguida a esse processo, começa uma grande negociação com o Ministério Público Federal, Defensoria Pública e OAB. Pela primeira vez na história, aquele que deveria pagar, aquele que poderia ser réu em várias ações, procura ativamente órgãos de defesa, como Ministério Público, Defensoria, OAB, e vai ao Judiciário propondo o pagamento espontâneo do valor descontado aos nossos aposentados e pensionistas no maior acordo administrativo da história. Nunca um órgão que poderia ser demandado iria ao Supremo Tribunal Federal e falaria: "Eu quero pagar sem qualquer deságio com a correção do IPCA". E esse acordo é homologado no dia 3 de julho do ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após essa homologação, dia 24 de julho, a gente inicia o processo de pagamento, ou seja, três meses após a deflagração da Operação Sem Desconto, a gente já tem o primeiro pagamento aos nossos aposentados e pensionistas, sem deixar ninguém para trás, com a ideia de antecipar – atendendo a uma determinação do Presidente Lula – o pagamento para que essa fraude não recaia nos ombros das maiores vítimas, que são nossos aposentados e pensionistas.

Simultaneamente a isso, atendendo determinação que o dinheiro deveria sair dos bolsos de quem deu causa, a gente lá no INSS abre 12 processos de responsabilização de pessoa jurídica, aciona a Advocacia-Geral da União, que rapidamente consegue o bloqueio de R$2,8 bilhões entre instituições e também dos sócios dessas instituições, instituições essas que foram as que tinham um indício de pagamento de propina e que eram fantasmas.

A partir de então, numa outra rodada, a Controladoria-Geral da União assume os processos de responsabilização de pessoa jurídica, abre mais 40 processos, aciona a AGU, e são bloqueados mais R$3,3 bilhões, ou seja, ressarcimos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Três bilhões. Ressarcimos aposentados e pensionistas e estamos cobrando de quem deu causa. Abrimos com ampla transparência essa situação.

Eu vou pedir para vocês passarem, porque realmente o passador não está...

Até ontem, os nossos dados: 6,3 milhões de contestações dos descontos indevidos. E aqui um alerta: quando da deflagração da Operação Sem Desconto, a projeção feita pela Polícia Federal e Controladoria-Geral da União era de que 4,1 milhões de pessoas teriam sido atingidas por esse golpe. Com a abertura plena, com a abertura fácil para o nosso segurado ingressar, 6,3 milhões de pessoas já contestaram, alegando: "Eu não reconheço esse desconto". "Eu não reconheço esse desconto" por vários motivos: "Eu não dei autorização". "Foi fraudada a minha autorização". "Eu não reconheço essa instituição". Ou ainda: "Eu fui induzido a erro, eu não sabia que ia ter esse desconto mensal".

Desse total de 6,3 milhões, nós já devolvemos R$2,9 bilhões aos nossos aposentados e pensionistas. Basta ele contestar e basta ele falar: "Aceito o acordo". Quando ele aceita o acordo, três dias depois é depositado na sua conta benefício ou ainda é trazido para onde ele recebe o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

seu benefício, sem a necessidade de intermediário, sem deságio, sem nada que ele venha a perder, corrigido pelo IPCA.

Isso foi devolvido a 4,2 milhões de brasileiros, 4,2 milhões de aposentados e pensionistas que foram prejudicados por essa situação. Se a gente for olhar, 4,2 milhões é maior do que 4,1 milhões.

Desses 6,3, temos ainda 826 mil pessoas que podem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... fazer adesão ao acordo, mas ainda não fizeram. Mas a gente não fechou, não deu um prazo. A ideia é que ele pense ainda sobre essa possibilidade.

Quais as vantagens de ele celebrar o acordo? Não tem deságio nenhum, ele recebe em três dias úteis esse valor, ele não tem prejuízo algum. Se ele quiser procurar a Justiça, ele pode? Mesmo quando desse acordo, é possível ingressar na Justiça contra as associações e pedir aquilo para quem realmente deu causa ou ele escolhe o INSS para fazer o acordo, diminuindo a judicialização existente. Imaginem: o INSS é o órgão mais demandado na Justiça, o INSS tem 4 milhões de ações contra ele; se colocássemos mais 6,3 milhões de ações na Justiça, seria um caos para a Justiça, para o INSS e principalmente para o nosso segurado, com custo muito maior. Então, esse acordo é extremamente importante para o nosso aposentado e pensionista nesse sentido.

Da mesma forma que abrimos essa questão do questionamento, ficamos preocupados com aqueles que são hipervulneráveis, que não saberiam exatamente como contestar, onde contestar, que tinham dificuldades em mobilidade para ir a uma agência dos Correios, para ligar na Central 135. E a determinação dada para a gente era: não deixe ninguém para trás. Com isso, 243.239 pessoas tiveram requerimento de ofício. O INSS, sem perguntar para ele se ele queria ou não, fez o requerimento de ofício contestando a instituição para que informasse a documentação que comprovou ou que comprovasse a filiação adequada. E quais eram essas pessoas? As que tinham mais de 80 anos na data de setembro de 22, a data da elaboração da nova instrução normativa, os indígenas, os quilombolas... Esse total dessas três instituições... Eram 85 mil pessoas, a que nós já efetuamos o pagamento independentemente da resposta da entidade. Nós já adiantamos esse dinheiro, porque entendíamos que seria muito difícil para essa população questionar se aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

documento era dele ou não. Assim também como com a população ribeirinha, que vive às margens na Região Norte, atendida pelo PREVBarco, nós fizemos o requerimento de ofício, esperamos a instituição juntar a documentação e deixamos o processo pronto para ele fazer adesão ao acordo. Assim, quando o PREVBarco vai passando naquelas comunidades, ele simplesmente vai e fala "quero aderir ao acordo" ou não, totalizando isso 160 mil pessoas nessa situação, ou seja, a ideia é não deixar ninguém para trás.

Esse acordo era para vigorar até 14 de novembro, e entendemos por bem prorrogar para 14 de fevereiro. E, agora, 14 de fevereiro cairia no Carnaval, e tivemos duas semanas de problema de instabilidade no nosso sistema. Reconhecendo isso, e para que não pudesse ser ninguém prejudicado, a nossa proposta é prorrogar até 20 de março. Ou seja, quem ainda estiver assistindo à CPMI, tiver interesse de saber se tem desconto ou não, procure o Meu INSS, 135, ou a agência dos Correios e faça a sua consulta e requerimento, se assim for.

Bom, a determinação, quando fui chamado, em 30 de abril, pelo Presidente da República, pelo Presidente Lula, foi para passar um pente-fino em tudo o que era descontado na folha de pagamento dos nossos aposentados e pensionistas, para não deixar nada que fosse descontado indevidamente na folha de pagamento.

Começamos pelo desconto associativo, e não ficamos no desconto associativo. Fomos analisar tudo, e a gente se depara com esse programa chamado Vale+. O programa Vale+ é um adiantamento que foi elaborado pelo INSS, primeiramente em novembro e depois reformado em fevereiro. Inicialmente a pessoa podia fazer um adiantamento, por um cartão de crédito, no valor até de R$150, que não tinha cobrança de taxa. Em fevereiro, muda essa realidade, e ele passa para R$450 com empréstimo pessoal e sem a implicação de que ele não poderia cobrar taxa. A instituição começa a cobrar taxa, algumas taxas que chegavam até 10% do valor emprestado. Ou seja, essa taxa nada mais é do que juros embutido.

Esse programa não tem previsão de desconto na lei, ele não tem nenhuma forma de sustentabilidade, até mesmo pela questão do autoendividamento. Porque imagine que o nosso segurado tem um salário, tem uma aposentadoria e uma pensão de valor médio de R$1,8 mil. A margem do nosso consignável fica até 45%. Se tirar mais R$450 dele, ele não tem dinheiro para sobreviver ao final do mês. É um programa que não tem previsibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, lá no INSS, dia 8 de maio, suspendeu esse programa, a gente retira a possibilidade desse programa, a gente bloqueia o último pagamento e depois, agora em agosto, dia 22 de agosto de 25, a gente declara a nulidade desse programa. E essa nulidade foi reconhecida semana passada pelo TCU. O TCU foi analisar esse Vale+ e reconheceu a nulidade dele. Ou seja, aquilo determinado pelo Presidente da República a gente fez. A gente foi monitorar, independentemente de algum órgão de controle ter sugerido, independentemente de alguma entidade ter determinado. O INSS foi à frente e verificou que isso era algo que poderia lesar o nosso segurado.

Com isso, o último pagamento nós bloqueamos, e está de posse do INSS, de R$110 milhões. A instituição que operacionava isso entrou em contato com o INSS para poder receber o valor. E a gente está em negociação com eles de que a gente devolveria o valor se devolvessem o valor da tarifa – com o que eles já concordaram –, a comprovação de assinatura do desconto e havendo margem consignável para o nosso segurado. Então é uma situação que está para ser resolvida, mas o nosso segurado está sendo protegido.

Agora vem para o tema desse ano da CPMI, que é a questão do crédito consignado. O crédito consignado sempre teve uma... Ele entrou em pauta, muito em pauta, quando se falou de desconto associativo. Muitos confundiam desconto associativo com crédito consignado.

O primeiro ato que a gente fez na questão do crédito consignado foi procurar a Controladoria-Geral da União e pedir o apoio da Controladoria-Geral da União para a gente fiscalizar os créditos consignados, atuação que nunca tinha sido feita até então, uma situação que nunca tinha sido feita: um pente-fino nos créditos consignados, no que ocorria nos créditos consignados do INSS.

E aqui a gente começou com as questões normativas.

Uma das grandes questões era uma medida de segurança. Nós tínhamos que o benefício nasce bloqueado por 90 dias, mas depois ele podia ser desbloqueado por várias formas, mas com diferentes níveis de acesso. Se o benefício era concedido depois de 23, ele era desbloqueado com biometria. Os anteriores a 23 podiam ser desbloqueados com *login* e senha, indo numa agência, e isso era um grande número de fragilidade. Quando a gente via a curva de reclamação dos nossos segurados, a maioria dos empréstimos eram de benefícios concedidos antes de 23, ou seja, com uma medida de segurança aquém da necessária. Em 9 de maio, a gente solta uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

instrução normativa bloqueando, para trazer um tratamento igual aos benefícios antes e depois de 23. Dia 23 de maio, a gente retira toda e qualquer outra forma de desbloqueio que não seja biométrica.

A gente faz um relatório como se fosse de auditoria, mas uma detecção de irregularidades, e a gente detecta que 150 mil benefícios tinham sido desbloqueados por ação de servidores da INSS em que a gente não conseguia identificar a entrada: se ele tinha pedido pelo Meu INSS, se ele tinha pedido pela Central 135 ou se ele tinha ido a uma agência do INSS. A gente começa a fazer batimento: quem teve desbloqueio por determinação do servidor, de onde partiu; ou seja, fomos o INSS a detectar essas situações, essas irregularidades. Daí a gente verifica que isso era uma fragilidade e a gente bloqueia que servidores do INSS desbloqueiem benefícios para crédito consignado. Hoje é só pelo aplicativo. Isso trouxe uma queda enorme das reclamações de fraude. Isso trouxe para a gente uma segurança. E de novo: o INSS agindo sem determinação de órgão de controle algum.

Em 15 de julho, a gente detecta uma outra aberração, ao nosso entender. Menores de idade são detentores de benefício de prestação continuada, e não havia nenhuma trava para que menores de idade pudessem ter benefício por representante legal; 754 mil menores já tinham um ano ou dois anos com uma dívida de 60 meses, 70 meses, que ia para a mão do pai, mãe ou representante legal, e ele ficava com uma dívida enorme nesse sentido. A gente bloqueia a possibilidade de empréstimo para menores de BPC. Isso tem uma grita hoje. Vários dos senhores devem ter recebido reclamação – "eu preciso" –, mas a gente não fecha. Ele pode fazer, desde que autorizado judicialmente. Se ele comprova que é pai e mãe e precisa daquele dinheiro para fazer uma reforma, para comprar um medicamento, para fazer um tratamento, ele busca o local adequado, e a gente libera o consignado, mas administrativamente é um impacto muito grande.

Para todos os bancos e todas as instituições financeiras com que conversei – e não foram poucas –, eu perguntava: "Vocês têm alguma outra linha de crédito fornecida a menores de idade?". E a resposta é "não". "Eu quero comprar uma casa, é ótima para o menor, posso financiar?". "Não". "Quero comprar um automóvel". "Não posso". Nada. Só a linha do INSS que tinha essa permissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui é um pouquinho para a gente explicar a margem consignável e como foi andando ao longo do tempo. Creio que a maioria das senhoras e senhores já têm, mas é para a gente esclarecer: o crédito consignado no INSS começa em 2003, é uma linha de crédito muito boa para o aposentado, o pensionista e para o beneficiário de benefício de prestação continuada, porque é uma taxa mais baixa, muitas vezes, é a única fonte em que ele consegue crédito, porque na maioria das vezes recebe... Sessenta por cento dos nossos segurados recebem um salário mínimo. Se ele fosse a uma instituição financeira, ele não conseguiria essa linha de crédito com juros de até 1,88%. Então, é uma linha importantíssima para o nosso segurado, e a razão de ser de o INSS estar nessa questão do crédito consignado é para assegurar esse crédito de maior garantia para o nosso segurado, aposentado e pensionista.

Depois, em 2015, é criada também, além do pagamento em folha, a possibilidade de ter um cartão, em que há uma margem de 5%, ou seja, sai de 30% para 35% que ele pode fazer de empréstimo, da mesma forma como a medida provisória é convertida na Lei 13.172. Em outra medida provisória de 2020, por causa da pandemia, é acrescido mais um valor, e ele, na verdade, passa de 35% para 40% de margem consignável.

Depois, com a Medida Provisória 1.106, convertida na Lei 14.431, traz também que esse valor vai para 45%, criando um outro tipo de cartão, o RMC e o RCC, em que hoje, na prática, não tem diferença nenhuma de um cartão para outro, ele tem a mesma funcionalidade, os mesmos benefícios e problemas. Problemas porque não tem nenhuma entidade administrativa que tenha o poder de controlar o que está sendo gasto naquele cartão, por causa do sigilo bancário. Eu não consigo verificar se ele fez desconto direto em *cash*, se ele gastou na mercearia, como ele gastou; é mais difícil de a gente conseguir, na verdade, fiscalizar do que quando é colocado na conta que ele recebe o benefício, como são os outros casos.

E aqui o importante da Lei 14.431 é trazer para a gente a inclusão do benefício de prestação continuada. Até então, até agosto de 22, somente os benefícios previdenciários poderiam ser sujeitos a empréstimo consignado. A partir de agosto de 22, também os benefícios de prestação continuada – e por isso os descontos para menores surgem a partir de então.

Bom, para a gente ter uma ideia de montante de crédito consignado, temos R$65,35 milhões de contratos para R$44 milhões de aposentados e pensionistas, ou seja, a gente verificou que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

muito mais empréstimos ativos do que aposentados e pensionistas – às vezes, eles fazem mais de um contrato, isso é normal; R$49,09 milhões são feitos depósitos na conta, é um empréstimo em *cash*, é um empréstimo na conta corrente com uma taxa de juros de 1,88, definida pelo Conselho Nacional de Previdência Social; 10,45 é por um cartão de crédito; 5,81 pelo cartão consignado de benefício, totalizando esses 65 milhões.

Todo mês o crédito consignado do INSS é responsável pela liberação, na economia, de R$5,45 bilhões. Então, a importância desse crédito para toda a economia é enorme. Acabar com o crédito consignado do aposentado e pensionista afetaria todo o mercado financeiro, afetaria toda a economia nacional e, por isso, a nossa preocupação de tratar com probidade e com zelo essa questão do crédito consignado.

Quando nós chegamos – e aqui faço uma menção: muito feliz de ter o assessoramento da Dra. Marcia, Diretora de Benefícios, com uma atitude muito proativa nessa questão de fiscalização dos acordos de cooperação –, tinha 82 acordos de cooperação técnica com instituições financeiras, dos mais diferentes níveis; inclusive, encontramos com seguradora. Nós não entendemos até agora como que ela fez um acordo de cooperação técnica para ofertar consignado. Sessenta e um acordos de cooperação técnica vigentes, aliás, desculpa, hoje temos 61 acordos de cooperação técnica vigentes.

Nós viemos passando um pente-fino, analisando aquelas instituições que não atendiam à instrução normativa, aquelas entidades que não tinham condições de celebrar empréstimo com os nossos aposentados e pensionistas. Reduzimos de 82 para 61. E qual é a visão? O que gerou essa visão de mudança? A nossa visão é a de que os bancos, as instituições financeiras têm que estar atentos a que o nosso segurado não pode ser uma vítima ou uma oportunidade. Eles são pessoas altamente vulneráveis. Toda vez que eu sento com um banco, toda vez que a gente senta com uma instituição financeira, o recado que é dado: "Você tem que oferecer o melhor crédito, você tem que preservar essa pessoa, tem que tratar como se fosse seu avô, sua avó, seu pai, sua mãe. Você não pode vê-lo como alguém que é uma oportunidade de mercado". E, para isso, a base maior para fazermos essa rescisão de 82 para 61 foi a reclamação dos nossos usuários. A reclamação dos nossos usuários tem que ser o cerne para a gente poder verificar se aquela instituição faz um bom ou um mau serviço. É a voz do cidadão que tem que ser esse termômetro – se a gente está acertando ou errando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dezessete ACTs foram rescindidos, quatro ACTs não foram renovados e 18 ACTs, 18 instituições pediram para realizar crédito consignado. E a gente, por vários motivos, indeferiu, falando que agora o critério tem que ser o do interesse público. Não adianta simplesmente a formalidade para poder celebrar os acordos.

Aqui, eu não vou, logicamente, ler todos, mas para que todos tenham um controle de quanto cada instituição tem, quantos contratos têm, o percentual... Aqui é o empréstimo pessoal consignado, aquele que é depositado em conta corrente, em conta do benefício; a relação de todos os bancos e qual a quantidade de contratos e o que representa – o percentual. Nós selecionamos os maiores.

Aqui, por cartão de crédito. A gente vai verificando que cartão de crédito e banco em que é feito empréstimo pessoal muda um pouquinho o perfil – se é banco digital ou não, se é um banco com maior estrutura ou não.

Aí estão todos os contratos, o percentual do que representa por cada tipo de operação de crédito, para que a gente possa trabalhar nesses números. E estão à disposição de todas as senhoras e senhores esses dados.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente, mais uma questão. Desculpe a minha ignorância. O senhor pode voltar?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Claro!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Ali. Qual seria a diferença do cartão consignado de benefício e do cartão de crédito consignado? Como é que é...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Hoje, nenhuma.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Nenhuma?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Nenhuma. É 5% para cada um, cada um pode ter um saque em dinheiro de 70%, cada um tem uma margem separada.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Só que um tem o cartão da financeira e o outro tem o cartão de crédito próprio, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade não é o cartão de crédito próprio, é o cartão de crédito sempre específico para o INSS.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar o Presidente terminar, porque aí a gente... Não, tudo bem.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ah, desculpa. Esse aqui atualmente são as 61 instituições que têm acordos de cooperação técnica com o INSS. São todas as instituições hoje, financeiras, que podem operar crédito consignado com o INSS, seja na modalidade empréstimo, seja cartão de crédito. Todas elas têm hoje ACTs vigentes.

Aqui foram os que foram rescindidos, com a razão de ser de cada uma que foi rescindida. E aqui a gente começa o pente fino que foi feito entre o INSS e o CGU, para a gente poder trabalhar essa situação.

Um grande problema...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Retorna, por favor...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... as entidades, as instituições que foram...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Rescindidas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco mais, por favor. É só a que não apresentou cadastro? Quais foram as principais questões que levaram a não permitir?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Perfeito. O que acontece? A nossa instrução normativa traz algumas regras para você operacionalizar o consignado do INSS. Uma delas é aderir à plataforma Não Me Perturbe, para que ele não fique sendo na verdade assediado pelos nossos... por quem quer vender crédito consignado. Aquilo que na verdade... O cara ganhou o benefício e já tem alguém ligando: "Olha, você tem uma margem, faça um empréstimo, faça o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

refinanciamento". Esses, alguns. Em outros, quando ele assina um acordo de cooperação técnica, ele tem 120 dias para operacionalizar o crédito. Se ele não operacionaliza, ele tem rescisão do contrato. Em outros, ele não participa da autorregulação da Febraban e da ABBC, que é um risco para todo o sistema de crédito consignado, porque ele não tem uma punição, uma autopunição. E nós temos... Eu acho que esse foi... E alguns foram a pedido da instituição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não sei se eu posso explicar... Porque Relator perguntou da Crefisa. O da Crefisa não teve a rescisão. Não foi renovado, em julho deste ano, o crédito consignado.

O que acontece? Quais os pontos principais que a gente detectou de irregularidades? Principalmente falta de envio de documentação contratual completa à Dataprev.

Há uma norma, na nossa instrução normativa, de que após assinado o contrato de empréstimo consignado, em sete dias esse contrato tem que estar na base da Dataprev para subir no Meu INSS, para que INSS e cidadão possam fiscalizar o que está sendo descontado. Identificamos inúmeras instituições que não subiram esse contrato na data adequada.

Um dos casos que mais chamou atenção foi o BMG, com 1,1 milhão contratos que não subiram à base do INSS. Em outros, a gente verificou falhas no processo de validação de biometria. O terceiro caso que gerou mais sensibilidade, que foi cobrança de seguro prestamista, taxas administrativas, o pacote de serviços, empréstimos em nome de pessoas... e também empréstimos em nome de pessoas falecidas. Isso chama atenção para o quanto o nosso aposentado e pensionista, efetivamente, estava pagando por um serviço que não era necessário. A lei não permite qualquer outro tipo de desconto como consignado. Então, alguém embutia um seguro dentro do empréstimo. Ele emprestava R$2 mil e tinha um seguro prestamista de R$800. Então ele tinha efetivamente um financiamento de R$2,8 mil, e o banco retirava no primeiro dia os R$800.

Tinha também um clube de benefício. Esse clube de benefício, em alguns bancos, a gente verificou que ele custava R$500. Com esses R$500, a que ele tinha direito? Auxílio funeral, que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

é coberto pelo cartão, uma consulta por ano a um geriatra *online* e desconto em farmácia. A gente... Muitas vezes, ele pegava 2 mil, e 500 ficavam com esse clube de benefício.

Todos esses casos nós suspendemos e nós só voltamos a possibilitar a operacionalização não só quando parasse de fazer essa tipo de venda, mas também quando devolvesse o valor ao nosso segurado, de maneira integral, porque é um desconto que não é devido e não é permitido.

E uma novidade essa semana foi que Febraban e ABBC, apoiando o posicionamento do INSS, soltaram uma nota e uma regulamentação de que é uma medida que não será admitida pela autorregulação da Febraban e ABBC a venda de qualquer produto vinculado à consignação em pagamento de empréstimos do INSS, uma vitória para os nossos aposentados e pensionistas, porque ele vai pagar somente por aquilo que ele vai usufruir efetivamente. Essa mudança traz, realmente, uma mudança bem significativa para isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É o que se chama de venda casada? Só para...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Venda casada... Sobre o seguro prestamista o STJ já decidiu dessa forma e os bancos continuavam fazendo desconto ou empréstimo prestamista. E alguns mudavam de nome: fazia seguro de vida, fazia seguro alguma coisa, auxílio funeral ou, agora, o que estava na moda, esse clube de benefícios, pacote de benefícios, que benefício mesmo para o nosso segurado não era nenhum, porque, se pagar R$500, qualquer aposentado consegue uma consulta particular com qualquer médico no ano. Por R$500 ele não precisava fazer parte de um clube de benefício para ter uma consulta *online*.

Uma outra questão que a gente verificou... O nosso cartão de crédito, o teto para ele fazer um empréstimo é 1,6 o valor do benefício. A gente verificou que muitos bancos estavam fazendo acima desse valor, era um endividamento excessivo. Nós questionamos os bancos, e aqueles que lhes deram causa devolveram o valor para os nossos aposentados e pensionistas. Tivemos vários bancos – e depois a gente pode passar; BMG, PicPay, entre outros – que devolveram pela primeira vez o valor para os nossos segurados, abatendo na sua fatura, depositando em conta para o nosso segurado, trazendo, na verdade, uma probidade para esse sistema de consignado e para o nosso segurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão: a gente tem algumas instituições com baixo índice de resposta à plataforma Consumidor.gov. A gente fez uma parceria, a gente fez um acordo de cooperação com a Senacon para conseguir a base de dados da Senacon, para que a gente possa fiscalizar *pari passu* com os órgãos de defesa do consumidor. O INSS está nesse mercado, está nisso não é para se beneficiar, mas para poder defender aposentado e pensionista. Se o nosso aposentado e pensionista fala que aquele valor, que aquela instituição é ruim, cabe ao INSS defendê-lo dessa forma.

Bom, os termos de compromisso assinados. Esses foram os termos de compromisso hoje assinados. O que a gente tem feito? Mudança de providência de imediato, mudanças de comportamento, e todas as instituições que tiveram seguro, que tiveram qualquer desconto ou ainda que tiveram alguma prática daquela questão do 1,6 se comprometeram a devolver integralmente o valor do dinheiro aos nossos aposentados e pensionistas. Isso é o ponto de partida. Sem devolução, a gente não senta para conversar.

Banco Master, que eu sei que é um dos interesses da Comissão – a gente destacou um pouquinho a questão do Banco Master. A situação: a gente tem 324.849 contratos celebrados. Os senhores podem ver que tipo de contrato que eles têm por aquela tabela com a relação. E desses 324 mil contratos, 251 mil contratos não tinham subido para a plataforma do INSS, para a plataforma da Dataprev, para que a gente pudesse checar. Com isso...

Aqui um pouquinho da nossa linha de tempo, que eu acho que é importante para a gente verificar o que é que foi feito. O Master tinha um acordo de cooperação técnica, assinado em 2020, que vigora por cinco anos. Esse acordo de cooperação técnica, de 2020, venceu no dia 18 de setembro. Nós, verificando a quantidade de reclamação dos nossos segurados, entendemos por bem não renovar o acordo de cooperação técnica. Detalhe, em 18 de setembro, muito antes de liquidação de Master, muito antes de qualquer órgão de controle falar sobre Master, muito antes de sair na imprensa o nome Master, a nossa preocupação com aposentado e pensionista, por determinação do Presidente da República, foi: "Passe o pente-fino". E a gente verificou que tinha algo errado com o Master. A gente entendeu que não tem como eles continuarem prestando serviço aos nossos aposentados e pensionistas com esse nível de reclamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Oito de outubro, a gente comunica formalmente a eles a não renovação. Algo nos chama a atenção, porque eles não nos procuraram de 8 até 31 de outubro. Eles ficaram calados; eles não procuraram o INSS para negociar, nem mesmo para receber sua carteira, que era deles – porque quando a gente suspende ou não renova, os contratos firmados continuam válidos, o que ele não pode é averbar novos contratos. Isso chamou um pouco a atenção.

Em 31 de outubro e 10 de novembro, a gente faz reunião com dirigentes e advogados do Banco Master. Já para avisar, o Vorcaro nunca foi ao INSS, porque eu sei que essa pergunta vão fazer; eu nunca fiz uma reunião com o Vorcaro. Mas em 31 de outubro e 10 de novembro, eles participam de uma reunião, tentando fazer um termo de compromisso para sanar as irregularidades.

Nessa reunião, eles alegam que subiram os contratos, e realmente subiram os contratos para a plataforma do INSS, faltando pouco mais de 3 mil contratos.

E para o representante do Banco Master eu peço: eu quero ver esse contrato.

Na reunião, a gente pediu para ver o contrato, porque achava que algo estava cheirando mal, algo estava ruim. E, quando mostrou esses contratos, não tinha os elementos mínimos para a gente fazer o controle: não tinha o valor emprestado, taxa de juro, custo efetivo... E pior: a assinatura, que era uma assinatura eletrônica do nosso segurado, não era acompanhada com QR *code*, com QR *code*, com aquilo com que você consegue certificar que a assinatura era daquela pessoa. E a gente saiu da reunião falando: "Não tem como assinar o termo de compromisso".

A gente oficiou o Master por duas vezes, antes da suspensão, antes da liquidação, para que ele juntasse o comprovante da regularidade dos contratos. Uma semana depois do último ofício nosso, vem a liquidação do Banco Master.

A gente entende que, com a liquidação, o liquidante precisava de um tempo para se inteirar. Não seria justo colocar um peso maior ainda no final de novembro.

A gente suspendeu o repasse dos valores mensais para a liquidação, para a massa da liquidação, e bloqueou esse valor no INSS para que, se não comprovado, a gente suspendesse o crédito consignado e devolvesse esses valores já sobrestados ou bloqueados dentro do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 26 de novembro, dia seguinte à liquidação, a gente fez essa decretação da suspensão.

Em janeiro, a gente fez uma reunião com o liquidante, para apontar os problemas, e acho que foi no dia 30 de janeiro, se não me falha a memória, que a gente oficiou o liquidante do Banco Master, dando 15 dias para juntar a comprovação dos contratos regularmente, de acordo com a nossa instrução normativa, sob pena de a gente cancelar o crédito consignado. O prazo de resposta vai até 12 de fevereiro – ou seja, daqui a uma semana.

Bom, passado isso, eu peço desculpas, porque eu devo ter extrapolado os 15 minutos, mas me coloco à disposição e agradeço muito a oportunidade de falar um pouquinho do INSS, que é a casa em que servidores garantem o futuro da nossa nação.

Quarenta e quatro milhões de segurados recebem benefício previdenciário. Se a gente colocar que cada família são quatro pessoas, é a maior fonte de renda do nosso país: 176 milhões de pessoas são afetadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Finalizada a apresentação do Sr. Gilberto Waller Júnior.

Dando sequência aos trabalhos, passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu queria saber só, Presidente, se esse contrato do Banco Master tinha como procuradora jurídica a Dra. Viviane Barci de Moraes, quando assinou com o INSS.

Depois eu pergunto se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele, o Dr. Gilberto, anotará a pergunta e fará a resposta a V. Exa. posteriormente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer que eu estava com saudade desse clima aqui de irmandade. Foi um reinício mostrando como a temperatura está baixa e assim continuará, ao longo da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero agradecer a Deus por ver o senhor recuperado.

O Brasil rezou, orou pelo senhor. O senhor tem feito um grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quero dizer também que, nesse intervalo, outro participante daqui, o nosso Senador Rogerio Marinho, também se submeteu a cirurgia. Ambos ainda estão se convalescendo, mas sem largar a batuta do trabalho. Isso nos orgulha e nos dá esperança de um país comprometido com o que é certo.

Quero saudar todos os demais Parlamentares, saudar os assessores, os integrantes do Parlamento, jornalistas, enfim, todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham.

O que eu mais ouvi, durante esse intervalo, é que não podia ter tido uma interrupção tão grande, porque o povo sério do Brasil está acompanhando o desenrolar desta Comissão, Presidente. Isso nos traz uma responsabilidade, a todos, ainda maior.

Mas eu não poderia deixar de lembrar os acontecimentos desse ato entre a interrupção da CPMI e o retorno hoje.

Quero saudar o depoente, o Presidente do INSS, Dr. Gilberto, e todos que o acompanham.

Mas eu gostaria de passar aqui rapidamente – rapidamente! – alguns fatos.

Quando nós estávamos em recesso, quando a CPMI parou, veio a operação do STF. Essa operação comandada pelo Ministro André Mendonça separou bem o joio do trigo, separou bem o caminho que alguns quiseram trilhar, mas a mão firme do Ministro André Mendonça não deixou.

Passa.

Isso foi em 18/12/2025, operação da Polícia Federal, Ministro André Mendonça sob o comando.

Passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Veio para cá Romeu, sucessor do pai, Careca do INSS. Vieram Tiago Schettini, coordenador operacional; Domingos Sávio...

Quando eu estou falando destes, Alexandre, Rubens, Adelino, tudo na chave.

E nós tínhamos pedido a prisão dessas figuras, quando alguns disseram que era cedo demais. Olha o cedo demais para aqueles que bateram no peito dizendo que era tudo cedo demais...

"Bora".

Aqui Paulo Negreiros, Eric Douglas, Milton Salvador, Alexandre Guimarães, Rodrigo Moraes, de quem hoje era para estar aqui a quebra do sigilo – mas vai vir em breve.

A Arpar, que esse cidadão criou para lavar dinheiro, o conjuntozinho da obra são bilhões de reais. Não são 10, 20 bilhões não. São mais de 50 bilhões o conjunto da obra, que aqui, ó, foi criptomoeda, foi câmbio, foi crime organizado...

E a gente está de olho, porque tem gente querendo blindar.

Agora volta. Volta uma.

Esse rapaz aqui ó, que é Gaspar, mas não é meu parente...

Poxa, tentei trazer Gaspar para cá, quebrar sigilo... Deixaram não; blindado.

Quem é Gaspar? "Assim" com o Senador da República Weverton Rocha.

Mas, rapaz, eu nunca vi tanto advogado aqui.

Mas aí a PF foi lá, olha, chave – pelo STF.

Mas fica a vergonha para CPMI, porque não fez o papel e o dever de casa. Meteram a mão pra blindar.

Passa.

Não, volta mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Olha esse aqui, quis trazer também, ó: Adroaldo Portal, segundo homem do Ministério da Previdência.

"Ah, era um santo".

Olha: chave.

Bora, passa.

Aí veio o Erik Janson – Erik Janson.

Parece que esse rapaz aqui é suplente de Senador.

Aí veio o Roberta Luchsinger.

Poxa, quantas vezes eu quis trazer essa moça aqui. Deixaram não. Era moça de bem; estava fora do escopo.

Olha, tornozeleira... Mas eu volto já para ela.

Danielle Miranda.

Eita! Essa Fonteles vendeu uma casa para o Careca. Essa casa já saiu de 5 milhões para 13 milhões, e ela já recebeu mais do que a casa. Tem explicação não.

Tornozeleira.

Está aí, ó: fez câmbio para Portugal de milhões de reais.

Para quem ela fez? Para Careca.

Eu nunca vi este negócio: ela vendeu a casa, e é ela quem faz o câmbio, ó.

Aí, as irmãs ou a irmã também trabalha com Careca.

Aí, passa mais.

Aí, Senador Weverton Rocha.

"Não toca, não, porque é Senador da República, a gente não pode entrar na parte política".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Foi o que a Federal fez? Vice-Líder do Governo Lula. Pediu chave – pediu chave.

Será que a Polícia Federal vai pedir chave para um Senador da República sem nenhum envolvimento?

Aí aqui tem mais figuras, mas passa.

Aí vem, aí vem o filho do Lulinha.

É narrativa? Está certo. Se é narrativa, vamos esclarecer os fatos. Agora, não fui eu que falei, não. Olha: *CNN*, *Estadão*, *O Globo*, *CNN*, *Gazeta do Povo*.

Quem é esse rapaz aqui? Desde o começo das investigações, o nome dele é citado.

Eu trouxe aqui, na última sessão, que, se Lulinha não tivesse viajado com Careca do INSS para Portugal, juntinhos, eu renunciaria. E aí me taxaram de tudo que era coisa, porque eu estava mentindo.

Aí, pedi aqui a liberação da lista de passageiros. Deixaram não; blindaram.

Volto a dizer, minha gente: deixa eu renunciar, eu estou doido para renunciar. Libera essa lista de passageiros. Libera quem pagou a viagem de Lulinha para Portugal. Libera para a gente ver se Careca do INSS estava com ele.

"PF apura citações a Lulinha [...]", "PF comunica ao STF [...]", "Diálogos de WhatsApp, anotações e passagem aérea [...]", "'Mesada', citações e viagens [...]".

Passa.

Tudo bem, a foto mais mostrada nesta CPMI foi essa aqui.

Para não falar muito, vou dizer só quem é esse aqui.

Esse aqui é Wolney Queiroz. Quem é que esse rapaz é? Esse rapaz é ex-Parlamentar, quatro vezes Deputado Federal, colega nosso. Hoje é o quê? Ministro da Previdência Social.

Precisa sentar ali urgentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mas, tudo bem, veio essa imagem aqui, a gente usou. Onde estavam todos? Todos estavam em liberdade e impunes, quando começou a CPMI.

Para aqueles que dizem que a CPMI não tem produzido nada, agora passe a imagem seguinte.

Olha que interessante: Leandro Alves, assessor de Queiroz, recebeu 50 mil de Careca – está aqui, caminhando para a prisão.

Careca do INSS, 120 milhões.

Primeira vez que foi mostrada essa foto aqui, estava tudo debaixo do tapete, e Careca agindo aí a torto e à direita.

Onde está Careca? Na chave. E quem foi responsável por isso? CPMI.

Aí, André Fidelis, ó...

Esse cara mandou no INSS, deitou e rolou.

Quando começou a CPMI, estava onde? Solto! Estava negociando. Recebeu milhões de reais.

Onde está André Fidelis agora? Chave. Cadeia.

Rogério Souza...

Rogério Souza, ó, quase na cabeceira da mesa.

Onde está Rogério Souza? Isso foi no início do Governo Lula. Onde está Rogério Souza? Tornozeleira.

Virgílio... Virgílio. Ele, com a família, receberam quase 30 milhões.

Onde está Virgílio? Quando a gente começou, estava solto. Onde está Virgílio? Na chave.

Alexandre, ex-Digov. Também investigado.

Está aqui: recebeu mais de 4,5 milhões do Careca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Brito...

Rapaz, parece que esse Marcos Brito, eu não sei se eu estou certo ou errado, é que estava no Dnit, na diretoria financeira, alguma coisa, e hoje está onde? Tornozeleira.

Aí, deixe-me lhe dizer... Isso aqui não é uma mesa, não; isso aqui é uma organização criminosa.

Esse rapaz que está aqui hoje como Ministro da Previdência Social precisa sentar ali e dizer por que, no Ministério da Previdência Social, estava, nos primeiros dias de Governo, uma organização criminosa no gabinete do Ministro – ou tornozeleira ou chave.

Estão aqui todos.

Quero dizer para aqueles que torciam pela impunidade, para aqueles que diziam que a CPMI não iria dar nada, lembrem-se daqui: começou todo mundo aí mandando na Previdência. Onde estão? Chave!

Passa.

Agora, nós vamos falar da CPMI em si. Presidente, o senhor foi eleito Presidente por um acaso. O Governo já tinha Presidente certo. Era blindagem. Trouxeram esse homem de Minas Gerais, de quem eu nunca tinha ouvido falar, e ele está dando *show*. O Brasil não quer perseguição à direita nem à esquerda, o Brasil quer uma apuração séria. Eu sou testemunha viva da história de que o senhor é um Presidente correto e que não aceita pressão. Por isso, nós chegamos até aqui.

Nós precisamos passar quatro meses nos descontos associativos. Quanto? Estamos falando de um montante de R$10 bilhões em dez anos. Passamos quatro meses e descobrimos tantas coisas. Eu só fiz um apanhado.

Chegamos em fevereiro. Retomamos, na data de hoje, a segunda parte da investigação. Quem são os investigados agora? O Sistema Financeiro Nacional.

Deixe-me dizer o seguinte: as associações tinham muitos padrinhos. Eu vi de perto muitos padrinhos na política, mas o Sistema Financeiro Nacional aqui tem uma banda do Parlamento lutando para continuar na impunidade e na safadeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto lá, nós estávamos com 10 bilhões – bilhões –, aqui nós vamos tratar de recursos, nos últimos cinco anos, entre 400 bilhões e 500 bilhões. Ninguém quer que se faça milagre em uma investigação de um mês e poucos dias, porque em fevereiro os senhores viram praticamente as sessões encurtadas. Então, assim, qual é a melhor coisa para impunidade? O tempo. Então, nós tivemos quatro meses para desconto associativo. Ainda vamos continuar e vamos ter um mês e meio para um ambiente de quase R$500 bilhões.

Aí esse cidadão que estava aqui, chamado Marcel Van Hattem, vendo isso, recolheu mais de 200 assinaturas, entre Deputados e Senadores, para prorrogar a CPMI por quatro meses. A CPMI – está lá no Regimento e na lei – com as assinaturas, o nomezinho é assim: prorrogação automática. Só falta uma coisa: ter uma sessão do Congresso Nacional, e o Presidente do Congresso Nacional, que meteu sigilo nas visitas de Careca ao Senado da República, que é a Casa do povo, paga pelo povo... O Presidente nem sequer mandou autuar o pedido de prorrogação.

O que é que eu quero dizer com isso? Eu não acredito na prorrogação da CPMI por ato do Presidente do Senado. Eu acho que nós temos que pensar numa ida ao STF para prorrogar os trabalhos, porque é direito do povo brasileiro diante dos requisitos objetivos e subjetivos.

Nós vamos expor o Sistema Financeiro Nacional, que é a parte mais forte de tudo isso, mas há muita gente aqui na CPMI – não é fora, não, é aqui – querendo que esta CPMI feche a tampa e esqueça muita coisa.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos lutando contra o sistema. Para mim, pouco importa se é de direita ou se é de esquerda. Até hoje, eu nunca recusei com voto a convocação de quem quer que seja.

Mas quero dizer mais, Sr. Presidente: não vamos fazer favor com o chapéu do aposentado e do pensionista. Banco tem muito a oferecer. Tem muita gente aqui dentro do Congresso que vendeu a alma e o coração ao sistema financeiro, mas escolheram pessoas que têm compromisso com o povo, e nós vamos lutar para mostrar isso dentro dessa investigação.

Passa aqui, por favor.

Depois eu volto para esse dado aqui.

Passa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei pensando comigo como é enfrentar o sistema financeiro. É pedido para todo lado. Eu vou fazer de acordo com o que tem de critério mais objetivo. Se, nas associações, nós pegamos as associações que mais tinham problemas, eu fui na Secretaria Nacional do Consumidor, que é onde o povo reclama e, sem ouvir ninguém, peguei os dez bancos com o *ranking* pior de reclamações e irregularidades. Eu achei um critério objetivo e fiz o pedido aqui para trazer quem? Para trazer os presidentes de banco. Por quê? Nós não trouxemos os presidentes de associações? Não é para ter o mesmo parâmetro? Ou tem investigado de primeiro e segundo grau? O que foi que eu fiz? Eu não conhecia...

Passa aí.

Eu não conhecia ninguém. Eu, Alfredo, nunca tive o prazer ou o desprazer de estar com essas grandes autoridades econômicas. Eu simplesmente fui na Senacon e fiz o levantamento. Quem é que apresentava mais problema para o aposentado e o pensionista? Está lá na Senacon: C6 Consignado, PicPay, Santander, Crefisa, BMG, Agibank, Daycoval, PAN, Master e Facta. Para mim, pouco importa. Estava lá, eu botei e trouxe aqui.

O que foi que aconteceu?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – É proporcional?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É proporcional. A gente fez o *ranking* com base nas reclamações. Foi feito com critério técnico. Depois, explica, mas está lá na Senacon. O que é que aconteceu? BMG... Ih, rapaz, todo mundo ouve falar do BMG o tempo todo em consignado; Agibank, mesma coisa; Daycoval; PAN; Master; e Facta. Todo mundo concordou em trazer. Eita! E, se eu disser a vocês que apareceram os advogados de quatro? Aí vieram advogar para o C6 Consignado, vieram advogar para o PicPay, vieram advogar para o Santander e para a Crefisa, ou seja, antes de falar do Master aqui, eu quero dizer que blindaram quatro instituições financeiras poderosas com interesses escusos, que têm problema e que a gente devia estar investigando. E eu vou reapresentar os requerimentos, porque não é justo investigar seis e passar a mão nos outros quatro, que têm os mesmos problemas.

Portanto, o Brasil precisa saber que tem advogados, aqui na CPMI, do C6 Consignado, que tem a mesma irregularidade desses aqui; do PicPay, que tem as mesmas irregularidades; do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santander, que tem as mesmas irregularidades; e da Crefisa, que tem irregularidades. Portanto, ninguém aqui venha pousar de paladino, não. Querem defender o povo aposentado e pensionista, botem todo mundo na mesma toada de investigação.

Aí eu vou dar um exemplo. Vou dar só um exemplo do que foi feito e que está errado: blindagem pela CPMI.

Volte à apresentação do Presidente, por favor, só para a gente não ir muito longe. A do Presidente, por favor. (*Pausa.*)

Vai mais um pouquinho. Mais, mais, mais, mais, mais, mais. Vai. Vai um pouquinho. Pronto. Vamos botar aqui. Não vamos muito longe, não.

Presidente, boa tarde. O senhor tomou posse quando?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Em 30 de abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é servidor de carreira?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim, sou. Sou Procurador Federal, tomei posse em 7 de agosto de 98, como Procurador do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou posse no INSS, para deixar bem claro para o Brasil, porque o outro Presidente do INSS que chegou aqui estava no auge do problema, chegou aqui cantando de galo, foi defendido por uma bancada aí. E eu vou mostrar aqui: é o chefe principal da organização criminosa estruturada. Só para deixar bem claro, o senhor chegou depois da operação. Assumiu no dia?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em 30 de abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em 30 de abril.

E o senhor disse uma coisa que eu... O senhor disse uma coisa que não me saiu da cabeça. É como se o senhor tivesse vindo para o INSS para não esperar nenhuma outra instituição e fazer um pente-fino. Quem o indicou para ser Presidente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, no dia 30 de abril, sem pensar em INSS, em retorno ao INSS, porque eu entro no serviço público federal como Procurador do INSS em 30 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

abril... Fui Corregedor-Geral do INSS, de 2001 a 2004; depois, minha carreira funcional foi quase toda na CGU, tendo ocupado o cargo de Ouvidor-Geral da União na época da implantação da Lei de Acesso à Informação, na época dos sistemas de ouvidoria, do sistema federal de ouvidoria; depois Corregedor-Geral da União... Eu estava como Corregedor da PGF e, no dia 30 de abril, fui chamado por um adjunto do Advogado-Geral da União porque era para ir para o Palácio do Planalto. Quando chego lá, estava reunido o Ministro Messias, o Ministro Vinicius, a Ministra Gleisi e o Ministro Sidônio, que me entrevistam, e, logo depois, eu sou chamado ao gabinete do Presidente Lula, que me transmite essa missão, falando que não podia nem pensar em negar esse convite.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Queria esse esclarecimento.

Aí o senhor fala aqui de uma coisa que eu achei interessante: esse produto aqui de 150 para 450. Esse produto teve início quando?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O produto foi pela Instrução Normativa 175, é o do 150, de novembro, e depois uma IN de... Eu acho que de fevereiro de 2025 que ele passou para R$450, por essa IN 182, de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E me diga uma coisa: quantas instituições financeiras estavam aptas no INSS a operar esse produto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, quem operou foi uma única, que foi a PicPay, mas aptas com um acordo de cooperação assinado tinha mais duas, que eram a Agibank e... Agibank e tinha... a Bcredi, né? Só que elas tinham assinado acordo de cooperação, publicado, mas não podiam ainda operacionalizar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, o senhor está me dizendo, em outras palavras, que esse produto aqui no INSS só foi operado por uma instituição. O nome dela?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PicPay.

E me diga uma coisa: por que o senhor rescindiu o ACT do PicPay?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Essa rescisão do ACT do PicPay era para operacionalizar esse produto do Vale+ e não tinha operacionalização de crédito consignado. Então, não tinha razão da...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, deixe-me dizer só uma coisa: por que eu puxei isso aqui? Só para dizer aos senhores e às senhoras que meteram o dedinho no voto e blindaram o PicPay. Por que os senhores blindaram o PicPay? O PicPay está no auge do problema, o pente-fino aqui tirou o PicPay. Minha gente, o povo precisa saber: o PicPay faz parte do problema. Eu vou reapresentar PicPay, C6, vou reapresentar Santander e Crefisa. Precisa-se ter responsabilidade, não vamos fazer investigação pela metade, não. Sistema financeiro não pode ter padrinho político dentro desta Casa. É uma vergonha – é uma vergonha!

E o PicPay recebeu sob medida esse produto – sob medida –; conseguiu até aumentar a margem de 150 para 450. Isso é um escândalo! A gente tem que investigar aqui. E olha, quem está dizendo isso não sou eu, não; quem está dizendo isso são as ações do próprio INSS. Eu só quis dizer isso aqui, fiz essa referência para os senhores saberem: a CPMI está devendo à sociedade brasileira a investigação do PicPay, do C6, do Santander e da Crefisa. Olha só!

Agora, volte, por favor, para a minha apresentação. (*Pausa.*)

Aí, vai passando aí, por favor, passa aí, passa. Desculpa, é lá naquelas que aparecem. A gente já viu essas fotos. Aí, vamos aqui.

Não vou muito longe, não. Roberta Luchsinger, Roberta Luchsinger... Eu nunca tinha ouvido falar nessa mulher na vida, mas eu sabia quem era o marido dela, que foi um delegado federal, que hoje está exilado, sei lá, na Suíça, o Protógenes Queiroz, porque fez uma investigação contra um banco aí de que eu nem me recordo qual. Aí essa mulher de repente aparece, e aqui estão dizendo que ela não tem nada a ver. Eu já trouxe aqui o requerimento para ouvi-la e quebra de sigilo, e não tem nada a ver. Roberta não tem nada a ver com a história do mundo. Tudo bem.

Aí, a gente sai de recesso, vem o STF com o André Mendonça. Aí, está aqui a decisão de todos eles, daqueles que foram blindados, mas falando aqui só da Roberta: "A investigada Roberta Luchsinger é apontada pela Polícia Federal como integrante vinculada ao núcleo político da organização criminosa liderada por Antônio Carlos Camilo Antunes. Sua atuação se revela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essencial para a ocultação de patrimônio, movimentação de valores e gestão de contas bancárias e estruturas empresariais utilizadas como instrumentos da lavagem de capitais". Aí, fala aqui só da Roberta.

"Segundo a operação da Polícia Federal, observa-se [isso o Ministro André Mendonça; só para deixar claro aqui, minha gente] que Roberta e seu pai receberam um montante...", lá na empresa deles. Tem suspeita? Não, tem comprovação de essa empresa ter recebido do Careca do INSS por serviço não prestado. Era só *lobby* – só *lobby* –, safadeza e ficção. A empresa deles, pai e filha, recebeu R$18,271 milhões. Olha, de acordo com a Polícia Federal, só para dar um exemplo, foram cinco pagamentos de R$300 mil – cinco pagamentos de R$300 mil –, isso em um dos braços da investigação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, mas olha aqui, eu estou lendo, mas eu quero só botar aqui: "Mesmo após a Operação Sem Desconto, Roberta e Careca do INSS continuam a operar". Olha como essa inocente – olha como essa inocente – se dirige ao Careca, depois da Operação Sem Desconto: "Antônio, some com esses telefones, joga fora!". Minha gente, até em operação da Polícia Federal, essa mulher orienta o principal operador financeiro do roubo a jogar os telefones fora. Depois ela diz assim, depois em outra troca de mensagem com o Careca do INSS: "Antônio, e só para você saber, acharam um envelope com o nome de nosso amigo no dia da busca e apreensão". Aí, Antônio responde com preocupação: "Putz!". Na mesma data, Roberta envia a mensagem: "Joga fora os telefones".

Alguns dias depois, em 5 de maio, Roberta liga para Antônio, tentando tranquilizá-lo e diz: "Na época do Fábio [se referindo ao filho do Presidente da República] falaram de Friboi, de um monte de coisa... igual com você agora". (*Pausa.*)

Aí falam de outras empresas que deram uma ratada na entrada do ministério, botaram o nome do Careca junto com a Roberta, aí ela pedindo para o advogado ir lá e tirar esse nome, porque vai complicar tudo, mas eu queria falar é de outra passagem que tem aqui. (*Pausa.*)

Em outra mensagem, em outra mensagem, Antônio Camilo, o Careca do INSS, faz referência à necessidade de se fazer mais um pagamento de R$300 mil. Ao ser indagado por Milton acerca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de quem seria o destinatário dos valores, o que é que diz Antônio Camilo? "O filho do rapaz." A Polícia Federal dizendo que possivelmente é o filho do Presidente da República.

Eu só estou dizendo isso, porque eu pedi a quebra do sigilo de Roberta, Daniela, Lulinha e companhia. Não pedi por especulação, não; pedi com base na decisão do Ministro André Mendonça. Quando eu pedi a quebra do sigilo e a convocação dos presidentes de banco, não pedi com especulação, não; com base no índice de reclamação. Agora, eu não atendo favor e pedido. Também não vou ficar calado aqui vendo esses favores e pedidos sendo atendidos. Acho isso uma vergonha, a gente tem compromisso com o Brasil e precisa ter responsabilidade.

Então, fiz essa apresentação inicial, Presidente, para dizer que eu estou muito descrente da prorrogação da CPMI. E eu acho que a gente deveria tomar uma posição institucional se isso não for à frente. Acho que deveríamos exigir do STF a mesma postura que teve em outras Comissões Parlamentares de Inquérito. É um direito do povo brasileiro saber a verdade, e os pressupostos estão preenchidos para essa prorrogação.

Mas vou partir agora, Presidente... E me permita aqui, que a coluna está incomodando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vou ficar sentado e fazendo as perguntas ao...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gilberto Júnior.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Sr. Gilberto, Presidente do INSS.

Primeira pergunta, Sr. Gilberto – não era nem essa, mas eu vou fazer. Durante a sua apresentação, o senhor disse que a taxa de juros do empréstimo pessoal – qualquer coisa, a gente puxa aí – estava em 1,88. Eu estou aqui com um *Diário Oficial*, a Resolução do Conselho Nacional de Previdência/MPS 1.368, em 26 de março de 2025, dizendo que é 1,85. Eu só queria que o senhor esclarecesse. A taxa de juros do empréstimo consignado em benefício é 1,85 ou 1,88?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – 1,85.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É 1,85. Só para a gente deixar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... isso claro aqui, porque sabe como é o sistema financeiro: pegando do Presidente do INSS uma taxa de juros que não corresponde à praticada, vai atuar como defesa dizendo que é 1,88. Mas os bancos precisam saber que é 1,85.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Presidente, só um esclarecimento. Perdoe-me interromper, Relator.

Nós passamos sempre o dia todo aqui e, em geral, durante o período entre 1h e 2h, nós atendemos as pessoas que vêm, porque a gente não consegue sair. Só uma previsão, porque eu sei que o Relator sempre tem muitas perguntas: se haverá esse intervalo entre 1h e 2h ou se a gente vai tocar direto, para poder reacomodar os demais compromissos, porque a gente usa nesse parco período de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Nós vamos fazer o intervalo assim que o Relator terminar os questionamentos, o.k.?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aguardamos o fim do... É que hoje se estendeu um pouco mais que de costume a reunião. Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, se o Relator entender que nós podemos fazer o intervalo agora, eu suspendo a sessão e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, nós vamos parar, nós temos o intervalo. Se o Relator entender e não houver problema nenhum...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Por mim não tem problema continuar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, podemos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oi? Líder Marinho, qual é o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, senhores, só um minutinho. Nós vamos suspender a sessão, vamos retornar após o almoço, e o Relator dá continuidade.

A sessão será retornada às 14h30.

Obrigado.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão para oitiva do Sr. Gilberto Waller Júnior, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social.

Continua com a palavra o Relator, Deputado Alfredo Gaspar. (*Pausa.*)

Vamos esperar um pouquinho. Ele deve ter ido ao banheiro. Vamos aguardando aqui o Deputado. (*Pausa.*)

Só reconfirmando com os Srs. Parlamentares: na próxima segunda-feira, às 4h da tarde, teremos a CPMI e, na próxima quinta, dia 12, portanto, sessão suspensa e será transferida para uma outra data posterior após a semana do Carnaval, o.k.?

Deputado Alfredo Gaspar com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, tem horas que nós precisamos reconhecer, e é hora de reconhecimento. Acabei de ver uma entrevista do Presidente Lula, quando ele disse que o filho dele deve explicações sobre o caso do INSS. Eu acho que isso é a postura de um Presidente. Portanto, não tem mais por que negar a vinda de Lulinha ao Colegiado. O pai disse que ele deve explicações sobre o INSS, pelo menos está na matéria do jornal *UOL*.

Dr. Gilberto, eu entendi que o senhor foi chamado pelo Presidente da República sem direito a recusar o convite para assumir a Presidência. Eu li uma reportagem – queria que o senhor pudesse ou não confirmar – em que, durante um evento ou um vídeo, o atual Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Previdência, se referindo ao senhor, disse que tinha falado muito mal do senhor ao Presidente Lula. Isso está em vídeo. O senhor poderia me explicar como o Ministro da Previdência se dirige ao Presidente da República para falar mal do principal dirigente do maior órgão estatal do Brasil?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Boa tarde, Relator.

Na verdade, aconteceu isso no evento de 35 anos do INSS, mas eu não sei qual a razão, o motivo. Acho que é pelo histórico, porque quando cheguei ao INSS era muito tido como xerife, como algum interventor. Acho que tinha essa visão de que seria um corregedor e não um gestor dentro do INSS; talvez seja essa a situação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a participação do Ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, na sua indicação?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Nenhuma. Eu fui nomeado no dia 30 de abril, e ele em 2 de maio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu vi algumas reportagens de que o senhor estaria – diante das atitudes saneadoras que estavam ou que estão sendo tomadas – sendo retaliado e que o senhor, diante dessa retaliação, teria pedido a exoneração da Sra. Lea Bressy. Não sei se é esse o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É Lea Bressy. É verdade que o senhor pediu a exoneração da Diretora do INSS Lea Bressy?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É verdade, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, qual o motivo de o senhor ter pedido a exoneração da Sra. Lea Bressy, da Diretoria do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, na verdade é por questões técnicas. Na verdade, ela é Diretora de Tecnologia da Informação. É uma área sensível para todo o INSS, e a gente entendia a necessidade de mudança tecnicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, passe aqui uma. Mais um, mais um, pronto. Não, aquele que eu pedi para passar.

Eu lhe pergunto: o senhor sabe se a Sra. Lea Bressy, Diretora do INSS, tem aproximação com o Sr. Alessandro Stefanutto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho provas disso, mas o que falam é que ela foi nomeada como Diretora de Gestão de Pessoas por ele, pela proximidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dr. Gilberto, eu não ouvi, de nada que me interessava ao caso, ninguém falando mal da sua atuação profissional. Não o conheço, mas também não ouvi nada que desmerecesse sua atuação profissional.

Eu lhe pergunto: o senhor está sendo boicotado na sua gestão de Presidente do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, nunca recebi boicote. Recebi apoio de várias áreas dentro do Governo. Não posso dizer que estou sendo boicotado.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia informar a esta Comissão se, após o senhor assumir, o senhor teve liberdade de nomear todos os diretores?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Tive sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E foi o senhor quem indicou Lea Bressy?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A Lea era Diretora de Gestão de Pessoas e, na mudança de gestão, a gente entendia que precisava ficar alguém com o histórico do INSS. E, à época, como ela tinha entrado há um mês só na Direção de Gestão de Pessoas, poderia ser uma pessoa que não tinha trabalhado nessa situação de desconto associativo – a relação com essas pessoas. A gente entendeu que, da direção anterior, seria a que menos poderia influenciar, e eu a indiquei para Diretora de Tecnologia da Informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que essa mudança de opinião?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Porque tão logo, em julho, a gente nomeou a Sra. Lea Bressy, a gente deu algumas atribuições para as quais, na verdade, a gente não teve o resultado devido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável por cuidar da fila do INSS, é responsável por trazer propostas de alteração na fila do INSS, é responsável pela relação com a Dataprev, da tecnologia da informação. Ela também foi responsável por monitorar um valor que é do bônus dos servidores e, do bônus, a gente foi avisado, depois que acabou a fila, que não foi apresentado nenhum projeto para atacar a fila e a relação com a Dataprev também, obrigando o Gabinete da Presidência a trazer essas atribuições para o Gabinete da Presidência, que já é assoberbado. Então, tecnicamente a gente entendia que não era adequada a permanência, e foi por isso o pedido da exoneração.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O pedido de exoneração da Diretora Lea Bressy foi direcionado a quem?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ao Ministro da Previdência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a resposta e em que data foi esse pedido?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Foi em novembro e foi respondido que não via motivos para exonerar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estava observando e fiquei sem entender uma portaria, ou algo do tipo, em que o Ministro da Previdência avoca para ele nomeação *interna corporis* do INSS. Aconteceu isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, quando eu chego, 30 de abril, o INSS não podia fazer qualquer tipo de nomeação, nem para chefe de serviço, que é o cargo mais baixo que tinha, não podia fazer substituições. E, no primeiro contato que eu tive com o Ministro da Previdência, 24 de maio, eu solicitei a ele delegações de competência para a gente poder atuar, tanto para assinar contratos quanto para nomear. E a gente foi surpreendido, naquela semana, porque ele acabou conferindo amplos poderes; nomeação para todos os cargos possíveis de nomeação seria dele. Isso foi em maio e persistiu até julho. Em julho, ele entendeu por bem que cargos de Superintendente e Gerente-Executivo deveriam ter um crivo diferenciado e que deveria passar para ele de novo essa competência. Diretores sempre foi Casa Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta ao senhor, ninguém melhor do que para defender os interesses da autarquia: o senhor concorda com essa decisão do Ministro de passar pelo crivo dele, retirando da sua alçada?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, assim, até agora a gente nunca teve problema quanto a essa dupla checagem. Eu acho que é um direito dele, já que o decreto traz para o Ministério da Previdência essa competência. A delegação ou não fica a critério do gestor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá, mas, então, o senhor não acha isso ferir a autonomia do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Vários órgãos da administração, autarquia e fundações têm esses níveis de competência para nomear. Então, isso, na verdade, está pela lei e é um direito que cabe ao gestor escolher se delega ou não amplos poderes para nomear.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, sendo mais objetivo, isso não lhe incomoda em absolutamente nada?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Se não o incomoda, eu estou vendo aqui que o senhor exonerou uma pessoa chamada Weslley Aragão Martins. Sabe quem é?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sei, o ex-Gerente-Executivo de São Luís, do Maranhão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor exonerou?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Exonerei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tirou uma semana de férias a partir de 3 de novembro de 2025. Na sua ausência, ele foi renomeado. Me diga quem tem razão: o senhor, que conhece o INSS e o retirou, porque não deve preencher os requisitos, acredito eu, porque senão não havia por que exonerá-lo, ou, na sua ausência, o Ministro Wolney, que o nomeou? Eu queria entender isso aí.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, quem nomeou foi a minha substituta, que foi a Lea; não foi o Ministro Wolney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, tudo bem, foi a Lea.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas o senhor tinha exonerado, e ela nomeou. Vamos trocar Ministro por ela.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diz aí como é que funciona dessa forma, porque eu não entendo bem este tipo de gestão: um exonera, o outro nomeia na ausência, e o senhor retorna e mantém.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que ocorre: quando a gente chega, a gente acaba tendo uma atitude de exonerar pessoas que poderiam, de alguma forma – não relacionadas à Operação Sem Desconto, mas, de alguma forma – estar respondendo processo ou sendo investigadas, ou tendo algumas atitudes que poderiam trazer situações difíceis para o INSS, e a gente entendeu por bem exonerar o então Gerente-Executivo.

Passado um tempo, vem um pedido da Superintendência Nordeste para nomear o Sr. Weslley não mais para Gerente-Executivo, mas para Coordenador de Benefício da Região Nordeste. Esse pedido chegou a mim.

Nós entendemos, no momento, que não era adequado, porque precisava aprofundar aquilo que a gente estava detectando em maio, a nossa Diretoria de Governança estava fazendo uma análise sobre isso e persiste em fazer essa análise sobre isso. E, com essa informação, a gente simplesmente não o nomeou. Nas minhas férias, a Diretora substituta entendeu por bem que, tendo em vista que ele não estava respondendo um processo específico sobre o fato, não tinha nada instaurado contra ele, poderia nomear – e assim o fez. A gente entendeu por bem, já que tinha sido renomeado para esse novo cargo, continuar as apurações que temos contra ele e verificar se existem realmente indícios mais fortes para poder mantê-lo ou exonerá-lo do cargo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunta: as apurações acabaram?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ainda não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só que contradição, o senhor chega para sanar o INSS, exonera um servidor sob suspeita, mantém uma apuração, faz todo um trabalho de governança – porque, pelo que eu entendi, o senhor quer que no INSS tenha pessoas capacitadas e sérias –; o senhor tira uma semana, estava com esse nome, não o faz em prol da integridade do INSS; quando o senhor volta, essa pessoa está nomeada.

Me diga uma coisa, é justo pesar em prol do servidor ou do Estado brasileiro a integridade do sistema? Como é que o senhor aceitou manter essa pessoa nomeada, se o senhor tem dúvidas sobre a integridade dela?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, o que ocorre é que, depois de passados... a gente começou essa apuração em maio e agora em novembro não tinha sido concluída. Também não se pode prejulgar a pessoa por tanto tempo. Então se entendeu que, já que ele foi renomeado, não poderia ser exonerado de novo pelo mesmo fato, sem ter provas robustas ou um processo instaurado formalmente para que ele apresente ampla defesa e contraditório.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu já penso diferente, eu penso que o senhor perdeu a autonomia de exonerá-lo. Porque, já que o senhor o exonerou anteriormente, não o renomeou, saiu de férias uma semana, nas suas férias ele foi renomeado, eu tenho a absoluta convicção de que o senhor não teria feito esse ato, como não o fez, mas ficou sem força de exonerá-lo com o seu retorno. É o que eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só uma colaboração, seria interessante que o Sr. Gilberto declinasse aqui na Comissão quais são as atitudes do servidor exonerado que o levaram a perder o cargo. O senhor não esclareceu para nós quais são os pontos que levou o senhor a exonerá-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São fatos importantes para nós, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Já que o senhor interrompeu, só por curiosidade, o que é que isso tem a ver com o desconto associativo do INSS?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone.*) – Não tem problema se tem a ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, eu só estou curioso.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – São informações que podem... Ele vem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas eu estou curioso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, ele veio da origem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Falta de autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem origem nisso.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tão curioso!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele tem origem nesse setor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Talvez porque esse setor autorizou 53 ACTs...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... em 2023 e 2024.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tá, tá, tá. Não, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bem?

O senhor poderia responder, Sr. Gilberto, por favor?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Isso aqui parece mais uma coisa de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, não se parece, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – É esquisito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma pergunta importante, eu vou repetir.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ele falou em processo...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem nada a ver com o INSS.

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Essa é a pergunta do Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu não falei contigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou repetir: o senhor por favor decline quais as atitudes que estavam sendo investigadas do servidor que o levaram a exonerá-lo, por favor.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, como o processo está em curso, a gente não pode imputar responsabilidade a esse servidor. O que tem são os indicativos da gerência-executiva que estavam em discrepância com os demais dados no país de outras gerências-executivas quanto à concessão de benefícios de determinados tipos que eram muito fora do padrão dos outros, como o benefício que já foi amplamente divulgado, seguro-defeso, e quanto ao Salário-Maternidade Rural.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator!

O SR. SERGIO MORO (Bloco/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Só para esclarecer, Presidente, que são descontos que são indevidos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De benefícios.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor foi Corregedor do INSS, 2001-2004; o senhor foi corregedor setorial, de 2006 a 2007; Subprocurador-Chefe, de 2007 a 2008; depois o senhor foi para a CGU ser corregedor da área econômica, da infraestrutura; depois assessor; Ouvidor-Geral, Ouvidor-Geral da União; Corregedor-Geral da União – tudo entre INSS e CGU. O senhor me parece ser um servidor público responsável. Nós estamos diante de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

verdadeira quadrilha que se apossou do sistema de previdência social, e, pelas investigações nossas, isso não aconteceu ontem nem hoje, isso vem há muito tempo. O senhor passou por muitos órgãos correcionais.

Quando foi a primeira vez que o senhor ouviu, pelo seu exercício profissional, notícias sobre fraude em desconto associativo ou consignado?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Agora, recentemente, após a Operação Sem Desconto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, o senhor, volto a dizer, o senhor passou pelos principais órgãos de fiscalização da AGU e do INSS. O senhor, inclusive, como Ouvidor. Aqui – aqui – cada um conta a história que quer: tem uma parte que diz que começou isso de desvio a partir de 2019; tem outra parte que diz que foi antes; tem outra parte que diz que aumentou muito a partir do Governo Lula. Eu quero ouvir do senhor, como servidor de carreira, que hoje foi nomeado para sanar o sistema de previdência: o senhor já tinha ouvido falar, antes da Operação Sem Desconto, em fraude sistemática em desconto associativo ou empréstimo consignado?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, mesmo porque eu não atuava diretamente no INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor participou de vários órgãos, diretamente, superiores ao do INSS. O senhor já tinha ouvido falar em André Fidelis?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já tinha ouvido falar em Virgílio?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Já, porque ele é meu colega de profissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já tinha ouvido falar em Stefanutto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Já, por ser meu colega de profissão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento, o senhor trabalhou junto a Virgílio, a Stefanutto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Com Stefanutto, sim, de 2007 a 2008, na Procuradoria-Geral do INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, trabalhou com o Ministro Jorge Messias?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Agora, como Corregedor da PGF.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Neste momento em que o senhor era Corregedor, alguns desses personagens trabalhavam junto com o senhor?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em algum momento antes daquilo que o senhor falou, o senhor trabalhou em algum ministério com o Stefanutto ou o Virgílio?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ao mesmo tempo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, como corregedor de algumas dessas pessoas citadas – porque fazem parte da carreira da AGU –, recebeu algum tipo de indício, notícia-crime, suspeita de desvio de recurso público, tráfico de influência, organização criminosa, lavagem de dinheiro desses personagens?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor já tinha ouvido comentários sobre isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora a pergunta para o senhor que, para mim, é muito importante vinda do senhor.

O senhor poderia dizer hoje, na qualidade de Presidente do INSS, qual foi o ponto inicial dos desvios associativos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, na verdade, essa questão do desvio associativo, em 2019 houve um afrouxamento na celebração de acordos de cooperação técnica. Instituições que não tinham o mínimo de condições de assinarem acordo de cooperação técnica assinaram. E algumas já tinham acordo de cooperação técnica, que tinham condições, e aparentemente foi descoberta uma fragilidade na fiscalização, era uma forma muito simples de conseguir dinheiro, e isso foi aumentando com o decorrer do tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer que afrouxamento foi esse?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O afrouxamento foi na análise de acordos de cooperação técnica.

Acordos de cooperação técnica com qualquer entidade não podem ser vistos simplesmente por requisitos básicos, documentais. Tem que se verificar se aquelas instituições têm capacidade técnica de prestar aquilo.

É o que a gente fez agora com as instituições financeiras: não é porque é uma instituição financeira é que vai sentar na mesa do INSS para assinar um acordo de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer em que posição o senhor estava em 2019?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em 2019, eu estava como Corregedor-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Me diga uma coisa: o senhor descobriu quando? – essa história do afrouxamento em 2019.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Agora, quando chegou ao INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, na função de Corregedor-Geral da União, o senhor não tinha a obrigação de alertar sobre isso, não?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, na verdade, a Controladoria-Geral da União tem quatro ou tinha, à época, quatro secretarias – hoje tem seis – e tem uma área da auditoria, que é quem detecta essas fragilidades, essas fragilidades ocorridas, e, depois de detectadas, pode-se encaminhar à Corregedoria-Geral da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Eliane, que veio aqui já para poder depor, era responsável pela área, e nenhum desses relatórios de questões de acordo de cooperação técnica foi encaminhado à Corregedoria-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu fico sinceramente sem entender. O senhor tinha alguma responsabilidade sobre essa fiscalização?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A Corregedoria-Geral da União, como qualquer corregedoria do Poder Executivo, não realiza fiscalizações. Nós cuidamos da questão disciplinar. Quando há indícios de irregularidade, de materialidade e autoria, isso é encaminhado à Corregedoria para apuração, seja contra servidores ou contra instituições privadas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quer dizer que, tomando conhecimento desse fato, o senhor não poderia agir de ofício, sem uma provocação?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Conhecendo a irregularidade de fato, poderíamos; mas esse fato não chegou à Corregedoria-Geral da União.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual foi a regra de afrouxamento que o senhor – por favor, cite aí – identificou?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A questão não é regra; a questão é o *animus* do gestor de fazer avaliação se aquela instituição realmente existia, se tinha capacidade técnica e se prestava aqueles serviços que falava que fazia para o nosso segurado.

Uma instituição que tem desconto associativo de segurados, e ela é de Sergipe, e tem segurado no Rio Grande do Sul, ou que fala que vai prestar determinado tipo de serviço, e ela funciona numa salinha de 45m², claramente não tem capacidade técnica para prestar aquele tipo de serviço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E antes de 2019... Funcionava diferente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, essa é a grande questão. O INSS nunca apurou, nunca investigou esses fatos, e as pessoas que ali estavam aparentemente verificaram essa brecha, para poder aumentar os seus ganhos irregulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dr. Gilberto, eu fiz uma pergunta ao senhor bem objetiva. A pergunta é: qual foi o ponto de virada? E o senhor me respondeu de forma bem objetiva: "Foi em 2019". Eu perguntei qual foi a regra. O senhor me disse que não foi regra, foi o *animus* do gestor. Eu perguntei: "Como é que o senhor identifica isso?". O senhor... Eu quero saber o seguinte... Olha o tipo de resposta que o senhor me deu. O senhor...

Eu aqui tenho uma apuração desde 2015 e eu sei como é que a coisa funciona. Aí, eu chego aqui e faço uma pergunta bem objetiva, e o senhor está respondendo sobre o *animus* do gestor.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, eu posso garantir isso quando eu vejo que a minha atual Diretora de Benefício foi Diretora de Benefício à época, cancelou quatro instituições, porque não tinham capacidade, e ela foi retirada do cargo e voltou-se à regra anterior. Por isso que é o marco de 19.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é a regra anterior?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É a vontade da análise desses acordos de cooperação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só: se voltou-se à regra anterior, significa que havia uma regra anterior.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A regra anterior é analisar documentalmente e a capacidade daquela instituição de prestar aquele tipo de serviço.

Por irregularidade, quatro instituições foram retiradas de fazer acordo de cooperação técnica. Aparentemente, esse ato, que foi em 2019, não persistiu ao longo do tempo e só foi ocorrer agora de novo, em 25.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Foi em 19.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... eu conheço as quatro instituições que foram retiradas. E o senhor sabe quem motivou a retirada dessas instituições?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, eu sei quem era Diretora de Benefício e atuou nisso, que foi a Dra. Marcia, que está sentada aqui ao lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, quem retirou as instituições foi a investigação iniciada pelo Ministério Público lá no Paraná, se não me falha a memória, e duas dessas instituições depois voltaram, uma no Governo Bolsonaro e outra no Governo Lula.

Eu só achei interessante o senhor fazer um ponto de virada de uma regra que nunca foi mudada. Sabe por que nunca foi mudada? Vou lhe mostrar.

Está vendo essas figuras aqui? Esse rapaz aqui é o André Fidelis. O André Fidelis ficou até agora, 2025.

Nós temos o maior número de ACTs até hoje na época dele. E era diferente o *animus* do gestor? Esse cidadão é um bandido: ele está preso.

Por que o senhor está identificando só 2019 nisso aí e está esquecendo que essa regra permaneceu até 2025?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não estou... Eu não estou... O senhor perguntou a partir de quando. A partir de 2019, ele começa, há essa mudança para assinar os ACTs, e ela, na verdade, vem aumentando até a Operação Sem Desconto.

Entre 2019 a 2025, não houve mudança de regra alguma para assinatura dos acordos de cooperação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, tem aquela apresentação das datas dos ACTs com as tabelas? Eu queria.

Eu queria, só para deixar claro... Até 2019, quando houve a mudança da chave, a regra era diferente de antes da mudança da chave?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não estou falando de regra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor disse regra.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, retifico. Não é regra, é *animus* do gestor de analisar aquela instituição, se ela pode ou não assinar acordo de cooperação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas agora eu vou mostrar ao senhor, o senhor vai poder mostrar esse ponto focal que eu achei muito interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se recorda que tem aquelas apresentações aí dos ACTs, ano a ano? (*Pausa.*)

Mas, só para ir complementando enquanto está achando...

O senhor falou *animus* do gestor. Qual é o gestor a quem o senhor está se referindo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A competência era do diretor de benefício. Então, o diretor de benefício à época...

Teve um período que teve uma mudança para o diretor de atendimento, voltou para o diretor de benefício. Esse era o responsável por analisar, verificar e, se fosse o caso, fiscalizar os acordos de cooperação técnica.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Então, quando o senhor está falando de *animus* do gestor, o senhor está se referindo ao diretor de...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Benefício.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... de benefício. Estou puxando isso aí.

Mas, vamos mais, vamos mais um pouco, para a gente poder...

Mas só tem essa aí?

Olha... Mas vamos deixar aquela ali? Primeira. Depois a gente volta para essa aí.

Bota aquela que vocês acabaram de botar.

Pronto.

O senhor poderia me dizer qual foi o diretor de benefício aqui que fez a mudança de chave com o *animus* que o senhor acabou de dizer?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não sei exatamente quem sucedeu ou quem seria essa pessoa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas como é que o senhor chega aqui a tratar de um elemento subjetivo, que é o *animus* do gestor, sem saber o nome do gestor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Deputado, na verdade, o *animus* está que, mesmo assinando acordos de cooperação e ele tendo problemas, eles são cancelados. E isso aconteceu em 19, com quatro instituições: a Abrapps, a Abamsp, a Centrape e a Adansp, e depois disso nunca mais ocorreu.

Você até pode celebrar por erro com alguma instituição, mas...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nunca mais ocorreu o quê, Doutor?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, nunca mais ocorreu uma fiscalização e cancelamento das instituições, desses acordos de cooperação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não é essa tabela não. É aquela tabela que eu mostro, ano a ano, quantos ACTs foram celebrados.

Passa aí um pouquinho.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – É uma numérica, gente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É uma numérica, que tem ano a ano...

(*Intervenções fora do microfone*.)

Desculpa, mas para a gente... Para a gente poder esclarecer aqui... É uma tabela numérica, que mostra: 2015, foram tantos ACTs, 2000 e tal...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Isso, de crédito consignado ou...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Não, de desconto associativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Do crédito consignado a gente chega já lá. (*Pausa*.)

Pronto. Por favor, bota essa aqui.

Vá. Bota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei. (*Pausa.*)

Presidente, eu peço licença, mas a gente vai ter que esclarecer isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, fique...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, fique à vontade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O povo tem paciência porque quer a verdade, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Não, isso aqui é o valor de desconto associativo, mas não é isso que eu...

Vai para a frente nisso aqui, pra a gente ver se a gente acha.

Pronto.

Isso daqui a pouco eu falo... Eu pergunto a ele.

Foi bom, mas vamos para a frente.

Pronto. Pronto.

Olha só... Eu preciso botar isso aí também.

Olha só: o senhor disse que a virada da chave foi em 2019. Eu vou mostrar ao senhor que o esquema vem muito antes, e o senhor era dos órgãos de correição.

Olha: Contag, 2016 – só para a gente não ir muito longe.

Nessa competência aqui, 77 mil adesões.

Não vou muito longe, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS. Qual a capacidade de fiscalização disso aí?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Atual?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Atual não; lá.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eles... Não havia fiscalização.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ótimo.

Aí, aqui foi 77, mas aqui...

É que eu não sou bom de matemática, mas aqui 250.

O senhor tem notícia de fiscalização?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, 2018.

Sei lá, 500 mil. Bote 400, 500.

Tinha capacidade de fiscalização?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em 18, não, mas em 19, referente a isso, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu quero saber: 2018 tinha?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí me deixe dizer uma coisa para o senhor...

Agora, vamos aqui, muda um pouquinho isso aqui. Passa para a frente para eu ver.

Passa.

Passa mais.

Aqui já é outra coisa, mas vamos falar aqui da Anapps, 16 situações aqui e tal: 2018, 423 mil adesões.

Aí, passa aí, por favor – só para o senhor lembrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa. (*Pausa.*) Não, passa mais que eu quero ver são os ACTs. Tem mais alguma coisa? (*Pausa.*) Tá. Vamos lá.

Mas eu queria que o senhor gravasse este nome: Anapps, 2018, e uma quantidade de adesão de quase 500 mil. (*Pausa.*)

Pronto. É esta aqui que eu queria.

Olha o que o senhor me disse e está dizendo ao Brasil... ACTs são acordos de cooperação técnica. Vamos recordar. Eu perguntei: "Qual foi a virada da chave para a fraude". O senhor disse aqui: "2019". Eu perguntei: "Qual foi a regra". "Não tinha regra. Foi ânimo do gestor." Parabéns!

Em 2015, Governo Dilma Rousseff, 12 ACTs, 12...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está bravo. Está bravo porque não concordou com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... em 2016; 2017, 18; 2018, 18; 2019, 25; 2020, 31; 2021, 34; 2022, 24; 2023, 27; 2024, 39. Eu só quero uma pergunta ao senhor: quantas notícias o senhor tem de fiscalização pelo INSS de 2024 a 2025 desses ACTs de 2015 a 2024?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, eu tenho a notícia de quatro instituições...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não. Eu quero saber desses ACTs aqui – desses ACTs aqui. O senhor já falou das quatro instituições, e eu disse que foi provocação do Ministério Público Federal. Quatro foram suspensos, um voltou no Governo Bolsonaro, outro voltou no Governo Lula. Tire esses quatro. Quantas fiscalizações houve desses ACTs aqui até 2024 de que o senhor tenha conhecimento?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o senhor disse que a chave é em 2019?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Porque, em 2019, quatro instituições foram sancionadas por irregularidades, e, a partir de então, nenhuma mais foi sancionada. Quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

gente quer mudança de comportamento... A sanção é fundamental para a mudança de comportamento e sinalização para todos de que aquela regra é mais rígida. Não tem como simplesmente mudar algo simplesmente sem sanção, porque, se a instituição não presta aquele serviço, aumenta o número de reclamação e nada acontece, a gente continua na mesma situação. Em 19, quatro instituições foram sancionadas e nunca mais. Então, o marco, a chave é isto: que, depois de 2019, nenhuma outra instituição recebeu mais nenhuma sanção, mesmo com denúncias, mesmo com irregularidades, mesmo cancelando os descontos associativos, e é por isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, Doutor, eu não sei se eu estou entendendo errado, mas... Olha só, o senhor, de 2015 a 2024, sempre esteve no topo de órgão de fiscalização. Eu fiz a primeira pergunta aqui: "Dr. Gilberto, qual foi a primeira vez na vida em que o senhor ouviu falar desconto associativo irregular?". O senhor me respondeu. Quando?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Abril de 25.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Como é que, em 2019, o Ministério Público Federal... E podia estar aqui o Governo Bolsonaro. Não estou dizendo que foi o Governo Bolsonaro que adotou, não, foi o Ministério Público Federal. Como é que o Ministério Público Federal exige a suspensão de quatro entidades, e o senhor, num órgão de correição, não tinha conhecimento disso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Nunca foram encaminhadas à Corregedoria-Geral da União essas informações.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, esses ACTs que foram suspensos foram suspensos porque alguém permitiu que houvesse aqui safadeza na assinatura, e o senhor não tomou uma providência como Corregedor da União.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não tomei porque não chegou à Corregedoria-Geral da União nenhum fato envolvendo ACTs, envolvendo entidades associativas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu fico espantado como é que o órgão máximo de correição... Tem uma reunião, um grupo de trabalho, Ministério Público, tem Defensoria Pública, tem INSS, tem Ministério da Previdência, descobrem a safadeza, ou seja, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

quatro associações que foram suspensas aqui... Sabe o que é que sobrou de responsabilidade administrativa para quem praticou a fraude? Zero. E sabe quem era o responsável por essa apuração? O Corregedor, a não ser que eu esteja enganado. Penso assim, a não ser que eu esteja enganado. Isso, para mim, tem nome. Isso, para mim, tem nome. Para mim, isso se chama prevaricação. Agora, prevaricação só existe dolosamente. Se realmente o senhor não tomou conhecimento e se há essa falta de conexão entre os órgãos de fiscalização, para mim, mostra o tamanho do estrago do país.

Se eu disser para o senhor... O senhor falou que o ponto de virada foi em 2019. Se eu disser ao senhor que a gente tem ACT em 2015 fraudado, tem ACT em 2016 com safadeza, em 2017 com safadeza, em 2018 com safadeza, em 2019, 20, 21, 22, 23, 24... E, se eu disser ao senhor que essa safadeza vem de antes de 2015, mas a gente não apurou, a gente só veio a 2015 porque... Como é que o senhor identifica só o ponto de virada em 2019? Deixava se a safadeza... Estão aqui e eu posso mostrar ao senhor as entidades que não tiveram fiscalização nenhuma. Por que o *animus* do gestor era diferente em 2019 e não era do mesmo jeito nos outros anos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, safadeza, fraude, tentativa de fraude ocorrem todos os dias na administração pública.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Estou falando dos ACTs.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dos ACTs.

E o que ocorre? Quando detectado, tem que se trazer um alerta para o gestor para poder mudar essa regra. O alerta dado pelo Ministério Público, em 19, trouxe uma ação do Estado, correta, de cancelamento dos ACTs. O que você tem que verificar? Se teve quatro ACTs com irregularidades, tem que se trazer um alerta para fazer uma ampla apuração sobre os fatos. Aparentemente, isso não foi feito. Os gestores continuaram agindo da mesma forma, sem nenhuma regra diferente durante esse período.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou refazer a pergunta. Eu vou refazer a pergunta. Em 2015, 2016, 2017 e 2018, já havia problemas em descontos associativos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Eu acho importante... Eu acho importante... Olha, um arrodeio maior do mundo para poder dizer que a safadeza já existia desde o início do período de investigação.

Mas volta aí, por favor. Volta um aí. Tem mais ou não? (*Pausa.*)

Mas nós vamos pular essa parte, porque o Congresso Nacional... E deixar claro aqui, porque foi dito que foi o Presidente Lula... A gente precisa deixar isso claro. Aqui havia uma resistência muito grande de acabar desconto associativo. O Congresso Nacional... Por iniciativa do Congresso Nacional, nós aprovamos o fim dos descontos associativos. Então, aqueles que criaram entidades bandidas para retirar dinheiro de aposentado e pensionista não vão mais poder fazer isso, porque acabou. Essa zona acabou. E foi o Parlamento, porque todo dia é dito... Foi o Parlamento que cuidou disso. E, a partir de 2026, os ACTs estão suspensos após a Operação Sem Desconto. Após... Os descontos associativos foram suspensos após a Operação Sem Desconto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, vamos lá, a gente não vai aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Foi o Governo que suspendeu em abril.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu sei que o senhor só vê...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não vejo. Não, Deputado Rogério, deixe-me dizer uma coisa para o senhor, para deixar de uma vez por todas claro que eu estou irritado. Olha, eu estava com saudade do senhor. Eu estava com saudade... (*Risos.*)

... porque meus dias estavam de tranquilidade. Mas olha... Estou com saudade. Mas olha, deixe-me falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Hein? Pô, eu falei Marinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, mas os dois Rogérios são gente boa. Para o bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Olha, aqui é a linha de desconto associativo, mas eu volto depois. Eu quero saber do senhor o que mais me interessa agora. O que mais me interessa são os consignados. O que me interessa não é a, b, c. Eu quero saber: o senhor assumiu após a suspensão dos descontos associativos, não é isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Ou seja, do desconto associativo, ele já chegou com a situação já resolvida, ou pelo menos encaminhada, tá bom?

Agora, volta lá pra... Volta lá pra primeira parte da minha apresentação.

Doutor, aqui eu disse: o PicPay foi blindado, PicPay foi blindado. Foi feito um produto... Olha, é a mesma coisa chegar ao alfaiate. Foi feito um produto sob medida para o PicPay. E o senhor chegou e suspendeu o produto. Quanto foi repassado até a suspensão do produto para o PicPay?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Se não me falha a memória – está na minha apresentação –, a gente bloqueou 110 milhões de um total de 322 milhões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só, vocês estão vendo a importância. PicPay ganhou um produto – ganhou um produto – sob medida que só ele operava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – PicPay da JBS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PicPay, que é JBS.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Só para corrigir: 252 milhões no total, sendo 110 milhões bloqueados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ganhou um produto sob medida.

Esse cidadão que está aqui sentado, quando assumiu com a missão de sanear o INSS, o que foi que ele fez? Ele acabou com esse produto. É verdade?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É verdade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Aí, deixe-me lhe dizer o que é que eu quero saber agora, que para mim é o mais importante disso tudo: quem teve a ideia de desenhar esse produto? Quando eu falo produto, é a operação de um crédito por um único banco, pelo menos o banco que estava operando era esse. Esse produto nasceu da cabeça do INSS ou o banco chegou com a ideia pronta para o INSS? Essa é a minha pequena dúvida.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu posso afirmar... Quando a testemunha não responde, eu posso afirmar e eu posso afirmar por tudo que eu estou analisando: pois bem, PicPay, você chegou com o produto pronto e você ganhou o produto. E nós não vamos deixar isso passar batido. Vou trazer de novo o requerimento aqui para poder expor essa promiscuidade. Isso é uma promiscuidade! Mas quero parabenizá-lo, porque o senhor suspendeu – era safadeza –, o senhor suspendeu!

Agora, eu vou falar de outro banco.

Bota aí a minha apresentação, por favor.

Passa aí.

Passa.

Pronto.

O senhor já ouviu falar desse banco chamado Daycoval?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Já.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acha normal que a pessoa responsável pela carteira de consignados do Daycoval tenha sido a mesma que saiu direto do INSS com todos os registros, dados, histórico, pediu licença do INSS e agora trabalha no Daycoval? Isso é permitido no país?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Há uma lei de conflito de interesse, a Lei 12.813, de 2013, que proíbe conflito público e privado. E a pessoa que sai em licença ou é exonerada precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

consultar a comissão de ética ou o órgão para verificar se há ou não conflito de interesse para poder desempenhar uma atividade privada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe a quem eu estou me referindo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Eu vou lhe dizer. Eu estou me referindo à Sra. Ingrid Camilo.

O senhor conhece a Sra. Ingrid? O senhor a conhece?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, a Sra. Ingrid Camilo ocupava a Coordenação-Geral de Pagamentos do INSS. Olha que coisa... Olha que promiscuidade no país! A Sra. Ingrid Camilo ocupava a Coordenação de Pagamentos do INSS, saiu de lá – ela coordenava o pagamento – e foi para onde? Para o Banco Daycoval. Daycoval, uma instituição que lucra com empréstimos consignados.

Aí eu pergunto: o Banco Daycoval arrecada quanto de consignado? O Banco Daycoval pegou os dados do INSS – ele não precisou roubar, não; ele não precisou invadir, não; ele só fez uma contratação –, pegou o cérebro com todos os dados e foi para onde? Foi para lá, para o Daycoval. E o Daycoval tem sabe o que com o INSS? Eu não sei hoje, ele vai dizer daqui a pouco. Um acordo de cooperação técnica. Se fosse um país sério, estava preso o dono do Banco Daycoval, o Presidente, e estava presa a Sra. Ingrid Camilo. Isso para mim é uma vergonha.

Do mesmo jeito o PicPay. O PicPay ganhou um produto à custa de aposentados e pensionistas. Ainda bem que chegou um Presidente para sanear e impediu que o roubo continuasse.

Mas olha, o senhor, só para informar, era Corregedor-Geral. O senhor tomou alguma providência sobre essa contratação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, essa contratação fica submetida ou à Comissão de Ética Pública ou a uma outra área da CGU que se chama Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção. São eles que apuram eventual conflito de interesse.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou refazer a pergunta. O senhor tomou conhecimento desse fato?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Desse eventual conflito de interesse, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, em algum momento, recebeu algum representante do Agibank?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Recebi do Agibank e recebi também do Daycoval. Só para poder deixar claro, a gente tem um processo aberto de apuração de irregularidade com a Daycoval, com indicativos de devolução de dinheiro para os nossos segurados.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer quem era do Daycoval com que o senhor teve contato?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu posso pegar... Eu acho que é o Diretor de Operações; e, agora, na última reunião, o Diretor de Operações e a advogada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor poderia pegar aí para repassar para a gente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Com certeza.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, com quais pessoas do Daycoval...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Foram duas reuniões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agora, vamos falar... É porque está todo mundo muito concentrado no Master. O Master é coisa de bandido, tem que ir para a cadeia mesmo, não tem para onde correr, não. Metade da República está no bolso do dono do Master, mas espere aí, aqui a gente está investigando só o Master não. Aqui a gente está investigando esses dez. Então, deixe-me perguntar ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou com a auditoria aqui, e na auditoria... Eu poderia perguntar ao senhor: o senhor sabe, desses bancos aqui, quem mais concedeu empréstimo consignado a pessoas falecidas?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Agibank.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Agibank. Agibank está com ACT suspenso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ele ficou suspenso, e acabamos de assinar um termo de cooperação com compromisso de devolução de dinheiro com modificações de procedimentos...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acha...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... vinte dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acha... O senhor sabe dizer quantos mil mortos foram inseridos nisso aqui? (*Pausa.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Cerca de 2 mil mortos, mais ou menos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor acha que uma instituição financeira que busca conceder empréstimo consignado a gente morta tem condições de permanecer com um acordo de cooperação técnica com o INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que ocorre é que foi demonstrada, na verdade, a fragilidade dos instrumentos, porque a instrução normativa permite que você faça consignado com a administração pública por dois meios: seja ele pela biometria ou *login* e senha de bancos. O apresentado pelo Agibank é que esses empréstimos foram feitos com *login* e senha, e provavelmente alguém efetivamente continuou utilizando a ferramenta do banco e fez o empréstimo.

A gente entendeu que havia uma fragilidade grande no sistema do Agibank por causa disso. Eles se comprometeram, mesmo estando na IN, a partir de então, a assinar um contrato somente com a biometria, com a demonstração da pessoa viva. E, em todos esses contratos com mortos, eles alegam que nenhum foi descontado, porque o benefício foi cancelado, mas, se algum foi descontado, eles iriam devolver inclusive em dobro para a família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutor, o senhor veio para sanear o INSS. O senhor me perdoe, mas eu acho que uma instituição financeira que não cumpre os requisitos, e este é um dos requisitos do ACT... Descontar dinheiro de quem já morreu e essa ressuscitação de mortos tira a capacidade absoluta da boa-fé da instituição financeira. Mas, enfim, cabe ao Ministério Público investigar por que há essa parcimônia com o Agibank.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, calma aí. (*Pausa.*)

Presidente, o senhor sabe dizer se o INSS agora está...

Eu só queria fazer um registro aqui. Eu acho que não está mais o nosso colega Deputado Paulinho Freire. O Prefeito de Natal estava aqui conosco. Ô, Paulinho, rapaz, prazer grande, viu? Faz falta aqui no Parlamento.

Mas o senhor sabe quem é Antonio Hobmeir Neto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu tenho dúvida se é um representante da Dataprev, talvez seja, um servidor do INSS que está na Dataprev. O nome é parecido, mas eu não tenho como afirmar se é.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual é o sistema... O senhor é Conselheiro da Dataprev desde julho de 2025, não é isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É uma cadeira natural, o Presidente do INSS... Por o INSS ter 49% das ações da Dataprev, o Presidente do INSS é Conselheiro da Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na sua gestão como Conselheiro da Dataprev, o senhor sabe dizer se foi renovado um contrato com a Oracle?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não passou essa renovação pelo conselho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor tomou conhecimento da renovação desse contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Renovação, não. Eu sabia que a Dataprev contratou a Oracle, porque tem vários sistemas, como o sistema de benefício, que dependem dessa tecnologia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor sabe quando foi essa contratação?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe?

O senhor sabe que o Sr. Antonio foi subordinado, ainda em 2017, ao atual representante dessa empresa?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe que nos Estados Unidos existe um regramento de que qualquer sistema americano pode estar em qualquer lugar do mundo? Os Estados Unidos podem ter acesso aos dados.

O senhor sabe me dizer se os dados dos beneficiários do INSS estão submetidos a essa plataforma?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não saberia se estão hospedados, mas a plataforma acaba impactando, principalmente, o benefício por incapacidade.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu quero saber se os dados dos beneficiários estão na Oracle.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho certeza, não tenho essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não tem?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, então vou transmitir para o Presidente do INSS agora: estão. Eles estão, ou seja, a pergunta que eu queria fazer ao senhor era a seguinte: o senhor não acha que esses dados estão vulneráveis, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho essa informação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois é bom saber essa informação porque o que a gente mais viu aqui foi cidadão indo lá na 25 de março com um "pendrivezinho", comprando sabe o quê? Dados. Comprando dados. Depois a gente fica perguntando por que... Como é que conseguem dados?

Deixe-me dizer outra novidade aqui. Sabe hoje no Brasil quem primeiro informa ao aposentado que ele está aposentado? Eu vou dar quatro alternativas: a repartição em que ele trabalha, o INSS, o vizinho ou os bancos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Os bancos. Os bancos sabem primeiro do que todo mundo que ele está aposentado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí, eu acho isso... E chegaram muitas notícias disso aí. O rapaz não sabia nem que estava aposentado, mas o banco é quem comunica. Eu acho isso interessante.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer... Foi o senhor quem indicou o Presidente da Dataprev, o diretor?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, ninguém.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer o nome dele?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O Presidente? Rodrigo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe dizer se a Oracle tem débito com a Dataprev?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não sei.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos para perguntas mais práticas.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu tenho o nome agora do pessoal da reunião da Daycoval.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dia 17 de novembro foi só o Sr. Nilo Cavarzan e... Dia 13 de janeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dia 19 de janeiro, Nilo Cavarzan, Cristiane Santis e Fernanda Costa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá. O que eu ia pedir ao senhor nisso aí... Claro que não preciso dizer ao senhor que há um conflito de interesse com os dados que estavam sob a responsabilidade da senhora que eu acabei de citar, e hoje ela está com o Daycoval. Ela está lá no Daycoval utilizando exatamente essas informações.

Eu queria que o senhor mandasse fazer um levantamento para ver se realmente não há um conflito de interesse e se nós não estamos permitindo uma verdadeira fraude.

Mas falei aqui para o senhor do Agibank, que eu acho um absurdo fazer empréstimo para morto e ainda continuar com o ACT, falei aqui do Daycoval e vou falar agora, daqui a pouco, do Master, mas, antes, a gente falou do PicPay. Para não ir muito longe, eu vou falar da Crefisa.

Quando o senhor chegou, a Crefisa já tinha sido vencedora dos lotes da folha?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, a Crefisa tinha duas relações com o INSS. Uma relação é que ela participou do leilão do pagamento de benefícios previdenciários. Ela foi a maior vencedora do último leilão.

E também tinha um acordo de cooperação técnica para poder fazer consignados com o INSS. Venceu em junho, se não me falha a memória, de 2025 o ACT, e nós não renovamos esse ACT, pela quantidade de reclamação que tinha da Crefisa. A Crefisa, desde junho, está desabilitada de fazer consignados com o INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí eu volto, porque tenho que dizer de novo: está vendo quem os senhores blindaram? A Crefisa. A Crefisa não pôde mais renovar o ACT porque não tinha condições nem morais, nem técnicas de permanecer com o ACT. Foi suspensa pelo INSS.

E sabe quem está protegendo a Crefisa de ser investigada? CPMI.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não, a CPMI não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aí cada um vá lá e veja quem votou a favor e contra.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas diga...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Governo não é CPMI...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, mas a Crefisa, a Crefisa foi blindada. Foi blindada. Não pode mais ACT da Crefisa.

Agora, olha só que coisa: a Crefisa foi... Não foi renovado o ACT. E a Crefisa continua com os 25 lotes?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, a Crefisa tem um ou outro, que é o contrato de banco pagador. Ela vinha com muitas reclamações. A gente tinha aberto um processo administrativo para apurar, baseado numa denúncia feita pela OAB de São Paulo e a OAB de Minas Gerais, que foi em maio. Nós abrimos esse processo e resolvemos suspender cautelarmente novos pagamentos pela Crefisa, e a suspensão permanece até hoje.

Dentre as questões, uma é o assédio aos nossos segurados, de oferta...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, olha o que o Presidente do INSS está dizendo. Primeiro, não renovou com a Crefisa, por conta das irregularidades. Segundo, a Crefisa ganhou, numa licitação, 25 de 26 lotes para uma série de ações... (*Fora do microfone*.)

Para uma série de ações relacionadas a pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor assumiu em...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Trinta de abril.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De abril. A Crefisa foi suspensa quando?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em junho, os ACTs, e, se não me falha a memória, setembro. Você pode buscar para mim a data certinha? Mas creio que em setembro, quanto a banco pagador. Setembro ou outubro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Setembro ou outubro.

Está suspensa até agora?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Está suspensa até agora.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só.

A Crefisa recebeu quanto enquanto esteve operando essa folha?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela, na verdade, paga pela folha. O leilão... Na verdade, o que eles fazem? Eles ofertam um valor por cada benefício que é encaminhado para pagamento, e eles acabam pagando ao INSS o valor correspondente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me explicar uma coisa? Porque eu não sei se está valendo. Existe uma regra de que, quando sai o benefício, fica bloqueado o benefício, não é?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Esse benefício fica bloqueado por quantos dias? Noventa?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Noventa dias.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ou seja, explica essa regra: em 90 dias, não pode haver...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Empréstimos consignados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha só.

Em algum momento, quem opera a folha – que é o caso da Crefisa – de 26, operando 25... Havia alguma instrução que permitia a ela oferecer esse crédito antes do prazo de 90 dias?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, ela não tinha essa liberdade de oferecer o crédito consignado; e essa era uma das questões, porque oferecia antecipação de crédito. Para poder explicar um pouquinho por que, inclusive, os bancos têm a informação primeiro: é porque quando o benefício é concedido, aquele banco tem que se preparar para receber a folha de pagamento, com cadastro, com as informações, para que possa ocorrer o pagamento dentro da data acordada.

Uma das questões que estamos discutindo com a Crefisa é que se aproveitava dessa informação para ofertar antecipação de crédito com uma taxa de juros mais alta do que a de 1,85.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me disse uma coisa e eu recebi e entendi completamente distinta durante a minha leitura de documento.

Tinha uma regra, para evitar esse canibalismo de banco em cima de segurado, de que, em 90 dias, ficava trancada a possibilidade, ficava vedada a possibilidade de empréstimo. Não é isso? (*Pausa.*) Qual é essa regra?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Só para poder corrigir: a Crefisa está suspensa cautelarmente desde agosto de 2025.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela não recebe novas folhas.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

Mas continua operando as folhas anteriores?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que já era pagamento por ela...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... ela continua, a não ser que o nosso segurado queira fazer a portabilidade para outro banco. Então, fica a critério do nosso segurado a manutenção ou não na Crefisa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

A Crefisa teve o ACT não renovado, teve a suspensão da licitação, mas continua operando até onde tinha a folha.

Eu quero saber essa regra, que eu não entendi direito. Não são 90 dias sem possibilidade de a instituição financeira fazer consignado?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem.

Durante esse percurso dessa determinação, houve alguma exceção – ou foi revogada – em que o banco, a instituição financeira que fizesse o pagamento, tinha direito a fazer o empréstimo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, saiu, num leilão, essa prioridade para o banco pagador, que caiu, por uma decisão judicial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Olha aí.

Vocês estão vendo como é que funciona no Brasil? Deixe eu lhe dizer, funciona assim: o povo não estava aguentando mais essa forma predatória de agir dos bancos. Meteram lá uma instrução, seja lá o que foi, proibindo, durante 90 dias – durante 90 dias –, banco aperrear ou ir para cima, para emprestar. Aí, sob encomenda, colocaram lá, antes da licitação: quem ganhar a folha vai poder operar sozinho nesses 90...

É outra imoralidade, como foi também a do PicPay. E sabe quem interveio? O Poder Judiciário, porque os outros bancos chiaram. Sabe quem era o destinatário sob encomenda? Se chamava Crefisa.

Por isso, quando eu falo aqui que esses bancos deveriam estar sob investigação e foram blindados, é porque cada um – e eu não vou me alongar –, tem uma história bem bacana em relação ao INSS. Uma parte dessa história eu mostro daqui a pouco, a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Lula vetou os §§1º e 2º do art. 3º do PL 1.546, de 2024, que foi sancionado este ano. O que é que diz esse veto? Esse veto proíbe – proíbe, o veto proíbe – o uso do Fundo Garantidor de Crédito como segunda camada de proteção ao aposentado e pensionista que foi ludibriado pela instituição financeira, como também proíbe o INSS de ressarcir diretamente ao beneficiário se isso não for solucionado em 30 dias.

Pergunta que eu faço ao senhor, porque eu acho isso muito prejudicial para o beneficiário vulnerável: foi o senhor que orientou o Presidente Lula a esses vetos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Também. O INSS era contra...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por quê?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... contra a aprovação, porque o INSS não tem previsão orçamentária para poder pagar esses valores. Não pode o INSS ser o primeiro responsável pelo pagamento de prejuízo feito por instituição financeira. O INSS não lucra com banco. O INSS tem um orçamento limitado para suas atribuições. Então, não tem como o INSS assumir a responsabilidade de todo e qualquer prejuízo dado por uma instituição financeira e o INSS assumir, mesmo porque hoje é consolidado na Justiça que quem é responsável pelo pagamento de eventuais fraudes de consignado é a própria instituição financeira. Colocar isso nas mãos do INSS é colocar nas mãos – e os prejudicar – dos nossos aposentados e pensionistas, porque eles teriam um prejuízo da atividade do INSS, cujo orçamento já é pequeno, para poder pagar fraude bancária. Isso, ao meu ver, seria um grande risco para o INSS.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu até entendo.

Eu pergunto: o Master, agora, com esse golpezinho, vai gastar quanto do Fundo Garantidor de Crédito? Cinquenta bilhões?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quarenta bi? Muito bem.

E por que vetar o Fundo Garantidor de Crédito para ressarcir aposentados e pensionistas?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Porque, efetivamente, ele não era o primeiro... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Porque na ordem de pagamento, o Fundo Garantidor não era o primeiro a ser responsabilizado. Ele, primeiro, tinha que ir no INSS, que não tem R$40 bilhões para poder pagar fraude de Master, para, depois, se socorrer do Fundo Garantidor. A ordem estava invertida. A ordem estava errada.

Se quiserem tirar os R$40 bilhões do Fundo Garantidor, tenho certeza de que o INSS e todo mundo vão aplaudir. Mas colocar nas costas do INSS uma dívida que não é dele, que é do banco, que é quem lucra com o consignado, é colocar nas costas de aposentado e pensionista uma despesa que não é dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas deixe-me perguntar uma coisa ao senhor. Por que não vetou só o §1º e não deixou o Fundo Garantidor no §2º?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Porque havia uma regra de preferência. Primeiro, o INSS tinha que notificar o banco. Se não feito o pagamento em 30 dias, o INSS tinha que arcar com esse prejuízo e, depois, o INSS tinha que... E o INSS... E o INSS tinha que se socorrer do Fundo Garantidor.

Isso, na verdade, é um risco para todos nós. A gente ficaria, na menor das hipóteses, com 30 dias a descoberto com esse valor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, tinha a oportunidade de o INSS orientar o veto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Nós temos emenda para tirar isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Hein?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. *Fora do microfone*.) – Nós temos emenda na Câmara...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o Rogério continua com saudade. Eu também estou com saudade de você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Olha, Presidente, eu discordo. Eu acho que é para o banco, o Fundo Garantidor, mil; para os aposentados e pensionistas, a própria autarquia contra o uso do Fundo Garantidor. Bastava vetar o §1º. Mas entendo a sua explicação.

Mas tem outra aqui. Olha, o senhor acredita que, por onde a gente anda, ainda tem gente que nos procura dizendo: "Olha, até ver a CPMI do INSS, eu não sabia que tinha sido roubado. Eu nunca recebi nada, eu nunca soube, eu estou sabendo agora."

Por que foi vetado pela busca ativa de lesados, através do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A busca ativa não estava relacionada só ao desconto associativo, mesmo porque o desconto associativo acabou.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Acabou. É.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não tinham por que fazer isso.

A busca ativa de crédito consignado era uma coisa meio impossível de se fazer. O INSS ia ter que fazer como para poder informar se, aquele crédito, como instituição financeira, que tem uma fiscalização própria do Banco Central, iria buscar essas pessoas. Então, efetivamente, a gente não teria como. E a razão de ser da busca ativa era para desconto associativo. Acabou.

E mais: nós fizemos a busca ativa, como foi mostrado. Em 254 mil casos, nós fizemos o pedido de ofício, fomos atrás, pagamos e estamos com o PREVBarcos fazendo.

Agora, se o INSS tiver que fazer uma busca ativa de todo mundo que tem um crédito consignado – eu ir atrás de cada um para saber se está regular ou não –, é um trabalho meio inócuo, e nós teríamos uma sobreposição de competências com o Banco Central.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor poderia me dizer se já está implementado no INSS e como é que essa fiscalização está sendo realizada, de vedação de contratação de consignado por procuração ou central telefônica?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim. Na verdade, desde maio, nós estabelecemos que a única forma de desbloqueio da margem consignável é com biometria. Se não for a biometria do próprio segurado, ele não consegue fazer por procuração; ele não pode fazer de outra forma, a não ser essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um projeto de IN também que vai evoluir para que, inclusive, essa contratação parta do próprio segurado, para que ele solicite uma proposta aos bancos que ele escolher, de crédito consignado, mudando um pouco a regra. Não adianta ficar com aquela oferta excessiva de consignado. Parte dele ir ao aplicativo, com a sua face, pedir: "Quero R$10 mil em crédito." E ali abre um verdadeiro leilão de busca de uma solução.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por favor, coloque aqui a apresentação do Presidente. (*Pausa.*)

Tem outra sem ACTs vigentes.

É verdade que há desconto de consignado autorizado com ACT vencido?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Com ACT vencido ou ainda que ele tenha sido vencido e não prorrogado, mesmo que precariamente, desconheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Desconhece? Aí eu vou mostrar ao senhor aqui.

Auditoria 175268. O senhor conhece essa auditoria?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Conheço.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Conhece? Nessa auditoria aqui, foram identificados milhares de empréstimos consignados sendo descontados por bancos com acordos de cooperação técnica vencidos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, o que ocorre? Como apontado na mesma apresentação, vários contratos não subiram à Dataprev dentro do prazo de sete dias após a celebração. Então, o que ocorre? Quando nós cobramos essas instituições para ter a subida do contrato, algumas instituições, que já tinham o ACT vencido, subiram o contrato. Não é que novos empréstimos foram feitos, eles subiram o contrato para que a gente pudesse fiscalizar, inclusive, a regularidade ou não. Um exemplo típico disso foi o Master. O Master subiu os contratos após o vencimento do seu ACT. Visando a quê? À busca e à fiscalização adequada desses ACTs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou aqui procurando na nota técnica porque eu quero mostrar ao senhor o que é que a auditoria diz aqui, viu? Vamos ver quem é que está...

Olha, se o senhor me permite aqui, folha oito, de 18, da auditoria.

Banco do Nordeste do Brasil: ACT expirado no período, 2.274 averbações; Banco Santander: 602 mil averbações – isso com ACT...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Vencido?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... expirado. E impediram de investigar o Santander aqui.

Banco de Brasília - BRB, 25; Banco Bradesco: 2,281 milhões de averbações com ACTs expirados; Banco BMG: 974 mil; Banco Bradesco Financiamentos: 659 mil; Banco Safra: 1,809 milhão; Banco PAN: 499 mil; Deicoval: 334.

Mas tem muito mais aqui. Eu pergunto ao senhor... Eu perguntei e o senhor disse que não se recorda. Pode esclarecer isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Posso. A grande maioria... Por exemplo, o BMG também já foi citado, 1,1 milhão de contratos não tinham subido na plataforma da Dataprev.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – A pergunta que eu fiz ao senhor foi objetiva.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Isso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Existe desconto de consignado sem ACT vigente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Atualmente, nenhum.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Atualmente, o senhor fala a partir de quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A partir da nossa chegada, nenhum. O que acontece? Algumas instituições, como o BMG, tinham 1,1 milhão de contratos que, quando acabou o prazo, expirou o prazo da renovação do ACT – e nós não renovamos com o BMG –, tínhamos 1,1 milhão de contratos que não tinham subido na plataforma. Eles... Para poderem negociar com a gente a continuidade, a regularização dessa situação, eles subiram esse 1,1 milhão de contratos em data em que o ACT estava extinto. Não significa que foi averbado novo contrato, mas simplesmente que subiram novos contratos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Promotor... Relator, a pedido do Sr. Gilberto, a sessão está suspensa por 15 minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 20 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, vou tentar ser mais breve. Tenho muitas perguntas aqui, porque é uma oportunidade de esclarecermos dúvidas, mas vou ser mais direto.

Dr. Gilberto, quantos servidores, hoje, no INSS, fiscalizam – e qual é a diretoria responsável por fiscalizar – contratos de empréstimos consignados?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – É a Diretoria de Benefícios. São quatro servidores destinados a isso e, no final do ano, contamos ainda com um grupo de trabalho, vindo servidores de outras localidades.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permite aqui, a sua apresentação...

Passa aqui, "empréstimo consignado", por favor.

Passa mais. Mais.

Ele fez um... O Dr. Gilberto fez um apurado dos milhões...

Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ao senhor: é a Dirben?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É a Dirben.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, a Dirben obedece à mesma lógica da fiscalização dos – obedecia – descontos associativos.

Desconto associativo acabou – iniciativa do Congresso Nacional.

Nós temos hoje vigentes, sob a responsabilidade da Dirben, de fiscalização, 65 milhões de contratos, é isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em regra, sim, mas, nesse primeiro momento, em que a gente tinha que fazer um pente fino sobre os consignados, nós pedimos auxílio à Controladoria-Geral da União, que fez essas notas, que foram encaminhadas para o INSS e de que o senhor dispõe...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Dr. Gilberto, vamos cada um cumprindo a sua função, tá?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Claro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu sei da sua boa-fé, por isso estou lhe perguntando: hoje nós temos 65 milhões de contratos de empréstimos consignados?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O INSS tem quantos servidores disponíveis para fiscalizar esses contratos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Exclusivamente, quatro.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatro.

O senhor fez uma mostra aqui de que em 2018, ou algo assim, 2019, havia 35 mil servidores. Hoje o senhor tem a metade disso...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dezoito mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... ou menos da metade. Está certo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Certo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, não é o senhor quem faz o milagre, ou deixa de acontecer o milagre.

Humanamente, eu quero saber humanamente, porque eu sei lá se vocês usam inteligência artificial, eu não sei, existe – eu posso dizer de desconto associativo, está bom, mas eu estou perguntando dos empréstimos consignados –, esses quatro servidores têm condições de analisar esses 65 milhões de contratos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, sozinhos, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Por isso, pedimos o auxílio da CGU, por isso também estamos mudando. E apresentamos à Febraban e à BBC uma proposta nova de padrão de contrato com informações básicas nesse contrato para ser mais fácil, porque você consegue fazer análise por campos.

E também uma outra regra. Como verificamos, muitas instituições deixavam de juntar o contrato dentro do sistema da Dataprev. Isso prejudica a apuração. Agora, a ideia é a gente mudar a regra. Enquanto a instituição não juntar o contrato, ela não recebe aquele valor devido mês a mês, possibilitando essa análise.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O senhor está falando doravante?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Doravante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu estou falando "pratrasmente", como dizia Odorico Paraguaçu.

São 65 milhões de contratos para quatro servidores analisarem. CGU, me permita. É, tem uma importância muito grande no país, eu admiro demais, mas a CGU não faz análise caso a caso, ela faz recortes de análise, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, nós estamos com um pequeno problema. A instituição financeira faz o contrato e não tem quem analise se as cláusulas do contrato estão corretas.

Eu chamei o Banco Central, que eu admiro muito também, chamei o Banco Central para conversar e pedir uma aula. É o seguinte: o Banco Central tem linhas gerais de atuação, tem linhas gerais. Ele atua conforme o sistema é alimentado, ou seja, o banco preenche o que está fazendo. O problema é que não tem quem fiscalize se o que o banco está dizendo é a realidade.

Essa fiscalização se dá em recortes, às vezes lá do gov.br, sei lá, que mostra reclamação, mas não tem. Aí vem para cá, o cidadão é alcançado pelo banco, num primeiro momento, pelo próprio aplicativo do INSS – se não me falha a memória, vocês têm lá a publicidade de empréstimo consignado, não é, o que eu acho, me desculpe, abrir a porta para o predador... Claro que vai ter aqueles que acham que isso aí é uma facilitação para o... e um esclarecimento para o aposentado. Eu acho muito ruim, em termos de estar no Meu INSS, a captura de aposentados para empréstimo consignado.

Aí o banco vai lá... A obrigação é 1,85, se eu não me engano, num consignado pessoa física, não é?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Empréstimo em conta,1,85; cartão, 2,46.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, 2,46.... 35% da margem, 1,85; e 10% do cartão lá são 2,46 de juros.

Deixe-me perguntar uma coisa aqui – eu quero saber –: a Dataprev não fiscaliza, o INSS não fiscaliza não é porque não querem não, é porque não têm... Não têm perna para isso. O Banco Central não tem como fiscalizar, não é porque o Banco Central não quer não, é porque o papel do Banco Central é fazer os princípios gerais.

O senhor poderia dizer – o senhor poderia dizer a mim – se eu estou equivocado nesse questionamento... Na auditoria, na auditoria, tem muitas coisas, mas eu vou só dizer aqui... Foi mais ou menos o que fizeram com os descontos associativos, fizeram um recorte, Presidente Viana, fizeram um recorte, e esse recorte é interessante – deixe-me só ver onde é que eu sublinhei aqui –, e eu fiquei assustado com esse recorte. Nós estamos tratando de quase 500 bilhões de empréstimos consignados, foi feito um recorte em 70 contratos de empréstimos. Eu não vou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

qualquer banco não; eu vou aqui, por exemplo, para a Crefisa, eu vou para o PicPay, eu vou para o C6 – esses que foram blindados aqui: "Confirmação de cobrança adicional para a totalidade dos contratos de empréstimos disponíveis". Esses três, cada... foi feito um recorte, nos dez, de cada banco, todos os dez acusaram que estavam cobrando custo adicional. Olha só!

Aí venho para outro aqui: "Instituições apresentaram contratos averbados da existência de custos adicionais: Crefisa, 64 mil; Caixa Econômica Federal [por sinal, a Caixa fez um contrato muito suspeito de consignado com empresa que o dono está aí na primeira página do UOL, o dono acusado de estelionato]; Crefisa, 64 mil; Caixa Econômica Federal, 237 mil; Banco C6, 327 mil" – só dando um exemplo aqui, uma coisa simples. Agora aqui, de juros acima do permitido. Aí você vai para falta de documento... aí é uma série de irregularidades.

Quero perguntar ao senhor: o senhor, quando chegou ao INSS, tinha alguma auditoria sobre consignado que podia o orientar?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Tinha um acordão do TCU que falava sobre essa questão da biometria, que foi o mesmo junto com o desconto associativo, mas, quanto a consignado, nada para...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem, o senhor pode dizer ao Brasil, desse montante de 500 bilhões... porque o senhor chegou aqui para a gente, fez uma apresentação muito boa, mostrando que já devolveu x, que a expectativa era atingir 4 milhões de pessoas, mas já atingiu...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Seis.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seis milhões de lesados. O senhor falou e eu também falei, mais ou menos chegamos a um entendimento, mesmo que não seja um entendimento que nós possamos nos encontrar exatamente nos números. Eu falei dez milhões, o senhor disse que já devolveu quatro ou dois ou três – não sei –, mas vai devolver mais. Mas, vamos lá, de dez para baixo. Estamos falando de 400 e poucos bilhões de reais dos últimos cinco anos.

O senhor tem como fazer uma estimativa, no montante de quase R$500 bilhões, o que é que a gente pode tratar como irregularidade, se é 5%, 10%, 15%, se é 50%?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, a gente não tem esse percentual. O que a gente está fazendo? Com base nesses relatórios da CGU e com o nosso trabalho, verificando, por exemplo, o que é esse custo adicional colocado. Por exemplo, o C6, esses 324 mil, é clube de benefício que eles vendem a um valor máximo de R$500...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só um minutinho.

O C6 – que é um que foi blindado aqui –, esses 324 mil que eu citei, a irregularidade que o senhor verificou aí na auditoria é que ele vende um produto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Isso, chamado clube de benefício, que chega ao máximo de R$500. A gente está na fase final de uma negociação para poder devolver esses valores para os nossos aposentados e pensionistas, porque a gente entende que não pode haver a venda casada. Outros, como a Caixa Econômica Federal, a questão do seguro prestamista, foi assim também com o Facta, com o Cobuccio...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – No seguro prestamista, eu vi que vários bancos estavam cobrando seguro prestamista. O que significa isso, porque a população não sabe?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, é assim: com o consignado do INSS não pode ser vendido nada junto, nem consignado, não ter taxa, não pode fazer clube de benefício, seguro de vida, nada. Seguro prestamista é aquele que assegura o crédito. Se ele vem a falecer ou tem alguma doença, alguma invalidez que não consegue pagar, esse seguro prestamista quita aquele valor pego em empréstimo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E o senhor não consegue, por conta dessas circunstâncias, quantificar, no meio desses R$500 bilhões, aproximadamente, dos cinco anos, quanto é que nós estamos tratando de possíveis irregularidades?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A gente nunca fez esse cálculo no geral. A gente vem tratando banco a banco pelo tipo de irregularidade. Então, por exemplo, essa questão de custos adicionais varia muito. O clube de benefício do C6, R$500 reais, que é um valor altíssimo. Para quem pega um empréstimo de R$2 mil, pagar R$500 de clube de benefício é quase um quinto do valor total que ele vai pagar mês a mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode esclarecer se essa venda teve autorização do beneficiário?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Nós analisamos contratos. Tem assinatura do beneficiário, mas, como é um produto proibido por lei de ser consignado, entendemos irregular. E, para não cancelar o ACT com essa instituição, o que a gente vem fazendo? Termos de compromisso de que ele tem que devolver integralmente o valor cobrado desse valor para o nosso segurado, trazendo um benefício direto com a devolução integral, corrigido com juros, e também de que tem que cessar esse tipo de prática.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu lhe pergunto: o senhor está falando de apenas uma instituição dentre mais de 60 que tem ACT vigente, fora outras que tiveram ACT suspensos ou não renovados.

O senhor assumiu e providenciou aí um mecanismo, junto com outras instituições, de devolução. Fizeram um acordo aí com o STF, o MPF, o DPU, seja lá com quem for, e devolveu ou vai devolver ou está devolvendo aquilo que foi retirado. Foi paga essa devolução com juros?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela foi corrigida pelo IPCA.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo IPCA.

O Código de Defesa do Consumidor manda devolver em dobro. E a grande reclamação é esta: por que não cumpriram a lei, devolvendo em dobro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois o senhor fala. Eu estou só historiando.

Mas foi feito lá. Se a pessoa quiser brigar, vai brigar na Justiça do Brasil, vai morrer e não vai conseguir brigar contra entes poderosos. Então a pessoa é praticamente obrigada a aceitar.

Mas quem bancou essa conta foi o contribuinte, porque, no frigir dos acontecimentos, o contribuinte é quem banca o Governo. E o Governo pagou a conta do roubo das associações. A lógica do banco... Quando eu falei sobre o veto feito para devolução do recurso, o senhor disse que o INSS não poderia fazer a mesma lógica que fez nas associações. Mas eu estou falando isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

historiando. Eu quero chegar ao principal. O principal é o seguinte – que, para mim, é o principal –: a gente podia estar falando aqui, só... A gente já sabe que são 65 milhões de contratos. Mas bota ali as instituições. (*Pausa.*)

Pronto, vamos trabalhar com isto aqui.

Cinco milhões de contratos do C6. Cinco milhões de contratos. Vocês identificaram no C6 356 mil contratos com essa...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – 324 mil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – 324 mil.

Vocês analisaram os 5,7 milhões de contratos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Por amostragem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Eu queria chegar aí. Por que eu estou querendo chegar aí? Ele não está fazendo isso por má-fé, não. É porque ele não tem material humano, nem tem condições técnicas de fazer isso. O que é que eu quero dizer? O rombo é muito maior –o rombo é muito maior!

Você que está em casa, você pagou R$500 de um produto que você não sabe nem que pagou. E vai ter que ter isso devolvido. Com o que é que eu não me conformo? Eu não me conformo é que esses bancos aqui... Um Bradesco, um banco desse aqui, por exemplo. Eu não me conformo é que esses bancos continuem – foram descobertos na safadeza. Esses bancos estavam metendo a mão no dinheiro do aposentado e pensionista –, esses bancos continuem a operar dentro do INSS. A Caixa, rapaz, a Caixa é um patrimônio do povo brasileiro; o Banco do Brasil...

Então, assim, o que é... Se olhar o relatório, todos os bancos estão com problemas. Então, assim, o sistema financeiro não tem fiscalização, ele se autorregula e, por conta desse abuso, fazem o que querem. Então, assim, na primeira parte, nós resolvemos o problema: cancelamos desconto associativo, mas a gente tem a segunda parte, que a gente tem que tomar providências imediatas.

Ei, um banco desse, como o C6, mete a mão em R$500 de cada um desses contratos – ou aproximado –, e a penalidade é devolver. Quer dizer que você vai na minha casa, tira o dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

da minha calça que está guardado lá – e eu dormindo –, e, se for descoberto, a penalidade é devolver... Assim é muito bom. Assim é a coisa melhor que acontece na vida. Até ser descoberto, o dinheiro nem é devolvido, nem há nenhuma penalidade. E, se descoberto, só precisa devolver o dinheiro. Isso não está certo. E a CPMI tem que fazer uma regulamentação, Presidente, sobre isso.

Instituição financeira está nos melhores restaurantes, instituição financeira está nos jatinhos particulares, está nos prédios da Faria Lima, está nos melhores hotéis. Instituições financeiras mandam neste país. E a gente aqui é pequeno em relação a elas, mas seria da nossa parte uma mentira muito grande dizer que os problemas dos consignados estão só no Master.

O Master está com os problemas e a safadeza dele, mas os outros bancos, que teoricamente são limpinhos, meteram a mão com força, de forma criminosa, no bolso do aposentado e pensionista, como: ausência de autorização; juros acima do permitido; produtos vendidos de forma casada, com desconto associativo; produtos que não estavam vedados por lei de serem vendidos, e foram vendidos.

Ou seja, o INSS só consegue apurar uma pequena parcela. E, quando apura – o Banco Central está nisso –, e, quando o INSS apura – você vai ver aqui, por essa auditoria, que é uma tragédia absoluta –, o INSS não tem força para tomar uma providência, que é a providência de suspender definitivamente dos grandes bancos, porque o apoio político e a tragédia seriam muito grandes.

Eu quero saber... É que nos descontos associativos o rombo foi 10 bilhões, 6, 7 bilhões. Aqui nós não sabemos nem mensurar qual é o tamanho do rombo. Por quê? Porque não tem quem fiscalize, não. E a gente aqui na CPMI? Não vai ter também como fiscalizar, porque o tempo não vai permitir. Ou seja, tem que ter regras claras para o sistema financeiro.

O dinheiro do aposentado e do pensionista, se nos descontos associativos foi retirado porque o serviço não foi prestado; no sistema financeiro, da mesma forma. Serviço contratado sem esses coitados vulneráveis terem nem notícia. Eles só estavam felizes porque receberam o dinheirinho, mas não sabiam o que vinha pela frente. Esse relatório aqui, que eu estou em mãos, Sr. Presidente... Isso aqui é um libelo contra a ineficiência do Estado brasileiro, mas, mais ainda, contra o INSS, a Dataprev, pela falta de condições de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Aí eu pergunto ao senhor: o senhor suspendeu... O senhor mostrou ali, suspendeu x, não renovou outros. ACT de banco... ACT de banco tem uma previsão legal. Quem tem o dever de fiscalizar?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O ACT vinculado a crédito consignado do INSS é o INSS que faz a fiscalização.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pergunto ao senhor...

Passa aqui, por favor. Passa aqui. Passa aí.

Aqui é rescisão. O senhor tem as datas dos ACTs? Trouxe aqui?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Temos todos? Não sei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas...

Vamos que não tenha, porque se tivesse a gente já tinha... Eu vou apurar dos ACTs.

O que eu quero dizer ao senhor... O senhor, enquanto Presidente do INSS, tem atribuição para ACT ou é o Diretor de Benefícios?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É o Diretor de Benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. O que é que eu quero dizer? Mostra aí os ACTs vigentes. Sessenta e um ACTs vigentes. Volta lá, por favor. Sessenta e um ACTs vigentes, 50 milhões ou 65 milhões de contratos.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Sessenta e quantos?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aproximadamente 71, é? Bancos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – São 61.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Meia um?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Meia um bancos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Como é que o INSS...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Ativos?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ativos. Eu fico me perguntando: como é que uma autarquia que tem uma importância como tem o INSS mantém ativos 61 ACTs com milhões de contratos sem ter capacidade de fiscalizar? Me diga aí.

Os aposentados e os pensionistas estão sendo roubados – estão sendo roubados –, seja por juros acima, seja por venda de produto casado, seja por venda de produto que é vedado, não interessa. E não tem ninguém para botar ordem na casa porque falta fiscalização.

Eu vou encerrar aqui, Sr. Presidente, com uma dor no coração, dor no coração de o senhor mostrar que o INSS tem um orçamento de R$1,3 trilhão, não é?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – De pagamento de benefícios. Para pagamento de benefícios.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para pagamento de benefícios. Olha só, é uma banda do orçamento do país: R$1,3 trilhão. E até hoje, 2025, depois da sua existência... Depois de tudo isso, quatro funcionários para fiscalizar os contratos de um sistema financeiro que envolve bilhões de reais. Enquanto isso, você, aposentado e pensionista, pode ficar na certeza: o sistema financeiro está metendo a mão no seu bolso e você não sabe o quanto está perdendo de dinheiro.

O INSS ainda tem uma grande dívida, o Governo Federal, nós do Parlamento, para impormos regras a quem pode mais. E quem pode mais neste país não são os aposentados e pensionistas, não, Presidente, são os membros do sistema financeiro – bancos que meteram a mão no dinheiro do aposentado e pensionista com juros acima do permitido, com venda casada, com venda de produto que o cidadão coitado não sabe nem que existia.

Portanto, chegamos à metade dessa CPMI, o início de uma nova onda de apuração. Presidente, esse Brasil ainda tem muita coisa para ser consertada, e não vai ser banco que vai falar mais alto aqui, porque nós estamos em nome do povo brasileiro.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Parabéns, Relator Alfredo Gaspar, pela exposição e, principalmente, pela conduta na investigação.

Dando início aqui aos inscritos, o Senador Izalci Lucas é o autor do primeiro requerimento. Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Gilberto, os relatórios mostram mais de 250 mil contratos irregulares que V. Sa. falou isso aqui, com relação ao Banco Master, e mais de 1 milhão – o senhor disse – do BMG, e vários aqui nem sequer tinham validação biométrica.

Quando o senhor disse depois que não subiram à plataforma e depois subiu parte disso, quando eles sobem, tem a certeza de que tem a biometria ou simplesmente não dá para fiscalizar isso?

Se eu posso garantir que tanto o Master quanto o BMG, quando subiram à plataforma, está tudo o.k. ou não? Ou pode ter algum problema?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Bom, na verdade são situações distintas, né? A liberação do crédito para que alguém possa fazer a consulta e a assinatura do contrato, a partir de maio, ele teve a biometria. A gente tem certeza de que ninguém foi liberado depois de maio sem a biometria do próprio aposentado ou pensionista liberando aquela margem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas esse de 1 milhão, que o senhor citou do BMG, não dá para afirmar que está correto e que tem biometria?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – São situações antigas. O BMG subiu 1,1 milhão de contratos que não tinham subido para a plataforma, e daí, inclusive numa reunião de busca conjunta, a gente verificou alguns casos de irregularidade, e ele acabou devolvendo para os nossos segurados R$7 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – E não tem como exigir que eles apresentem essa biometria, senão fica sujeito a cancelamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Tem. Inclusive, no termo de compromisso que foi feito com o BMG, colocamos uma regra pioneira, porque a gente tinha uma questão de portabilidade de crédito ou uma questão de saber se ele estava fazendo o empréstimo ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Entendi.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O BMG, nesse termo de compromisso, se comprometeu a ser mais rigoroso, de gravar o vídeo do nosso segurado pedindo o empréstimo ou pedindo a portabilidade daquele crédito; ou seja, mesmo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O.k. É porque no desconto associativo teve várias fraudes com relação à própria biometria, pela xerox, pela fotocópia da identidade.

Eu pergunto aqui também a V. Sa: Sr. Gilberto, recentemente nós descobrimos que o Presidente Lula e, também, o Presidente do Banco Central, Galípolo, se reuniram com o Vorcaro, políticos do PT e o CEO do Banco Master. O motivo dessa reunião nunca saberemos, porque não foi oficial. O Presidente se reuniu com o responsável da maior fraude do Brasil.

Eu pergunto: o senhor recebeu alguma pressão externa de qualquer dessas autoridades, com relação à questão do banco, com relação a esse esquema de suspensão de ACT?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, nunca; nem dessas autoridades e nenhuma outra autoridade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, se os descontos eram feitos em massa, de forma padronizada e sem nenhuma preocupação em esconder essas fraudes, por que os mecanismos de detecção e segurança do INSS não acusaram anomalia já nos primeiros meses? Qual o alerta do sistema? Falhou ou quem falhou foi o próprio INSS, alguém lá do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Desculpa, Senador, do desconto associativo ou do consignado?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Também, mas nós estamos falando em consignado, vamos no consignado.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Isso. Do desconto associativo por causa de um esquema criminoso, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É, um esquema criminoso.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – No do consignado, na verdade, o que ocorre? A fiscalização do consignado, que nunca tinha existido, começa, a partir de 30 de abril, a gente a fiscalizar a questão dos consignados. E, com o auxílio da CGU, a gente verificou que muitos dos contratos não subiam. Sem o contrato ter subido, você não consegue identificar irregularidades.

Hoje, o que a gente tem de fiscalização e a gente consegue fazer por ferramentas de inteligência, vendo tipo de contratação... E a ideia é que a gente melhore os mecanismos. Fizemos várias reuniões com a Febraban e a ABBC para melhorar essas ferramentas de controle, inclusive com a obrigatoriedade de os bancos pagarem uma auditoria externa para poder atestar a regularidade desses contratos, para que traga relatórios para a gente. Isso, na verdade, começou agora, a partir de maio desse ano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sr. Gilberto, o Governo do PT tenta vender a narrativa de que o Governo herdou este problema.

Em que data você foi informado oficialmente sobre as fraudes e que solução real você tomou para impedir o roubo? – porque ainda continuam os descontos enquanto o senhor é Presidente. O senhor enfrentou este problema ou manteve o problema funcionando?

Acho que o senhor falou aqui, mas, pelo que o Relator perguntou, aqueles bancos que cometeram irregularidades continuam recebendo normalmente.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não. Na verdade, assim, nós rescindimos vários, suspendemos outros tantos e fizemos termos de compromisso.

É importante salientar que a regra de negócio com bancos traz, para a rescisão do ACT, algumas cláusulas mais específicas, dentre elas a reincidência de uma irregularidade. Como esses bancos nunca tinham sido fiscalizados, nunca tinha sido aplicada sanção alguma, não tinha como rescindir.

Então, pela primeira vez, eles estão sendo fiscalizados, estão sendo suspensos, estão sendo cobrados, inclusive com a obrigatoriedade da devolução desse dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, o senhor disse que fez auditoria por amostragem – porque auditoria é amostragem –, mas como vocês fizeram agora no Meu INSS, passando a responsabilidade da informação, ou seja, o desconto associativo, o cara tem que mostrar, agora, que não houve desconto nenhum. O INSS está informando que não teve desconto.

No caso do consignado, vocês estão fazendo a mesma coisa, identificando com todos os tomadores de empréstimo isso, ou não?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que acontece? Quando identificado um tipo de irregularidade daquele banco, a gente detecta todos os contratos que têm aquele tipo de irregularidade.

Então, por exemplo, o C6: verificou-se que ele tinha o desconto junto com o clube de benefício. A gente levantou, dentre todos os contratos do C6, quais tinham clube de benefício para a gente cobrar essa situação.

O PicPay, que foi citado aqui, tinha, na verdade, em um período, em um ano, o seguro prestamista. A gente identificou todos os contratos que tinham o seguro prestamista, e ele devolveu para os nossos segurados R$2,1 milhões já, que são referentes àquele seguro prestamista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu que...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, identificado um tipo de irregularidade, nós deixamos de ver a amostragem e vamos para a totalidade de contratos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu que fiz a pergunta, inclusive, para o Ministro que esteve aqui, o Wolney, sobre a questão do PicPay, que é da JBS, porque foi direcionada para eles uma instrução normativa, uma portaria, logo no final do ano, e que foi suspensa na sequência.

Agora, no ano passado, eu fiz uma denúncia – e o Ministro Lupi nem sabia, ficou aqui sem saber – de que essa máfia que roubou os aposentados do INSS estava usando crianças que recebiam benefício de prestação continuada para fazer os empréstimos consignados. Eles roubaram dinheiro usando até mesmo essas crianças com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

O senhor confirmou, publicamente, a existência de um rombo de 12 bilhões. Considerando que você agiu somente, que essa norma permitia esse rombo de 12 bilhões... Foi liberada sob sua Presidência, porque, quando eu identifiquei e falei com o Ministro, eram 500 mil crianças – 500 mil crianças –; agora, na informação pública que o senhor mesmo colocou, já chegou a 793 mil.

Como é que está essa situação desses contratos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, todos os contratos celebrados com crianças tinham permissivo legal. O que acontece? Com aquela lei em que foi estendida a possibilidade de desconto de consignado, que foi feita em 2020, para BPC, incluía menores de idade. A instrução normativa não proibia essa situação. Então, o que que acontece? Ela era permitida até agosto, quando bloqueamos. Tem uma situação fática. Quando em maio a gente coloca que a única forma de desbloqueio da margem é por biometria...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Biometria...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... você indiretamente está bloqueando o benefício para a criança, porque a forma de contato da biometria é a base do TSE. Criança de um ano, dois anos não tem base no TSE, então não faz.

Então, o que eu posso garantir? Desde maio, nenhuma criança tem mais empréstimo no seu nome daqui para a frente. O que a gente pegou foram 754 mil contratos – 784 mil contratos para trás.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, o senhor entrou com uma missão, pelo menos dita pelo Presidente Lula, de acabar com as filas. É difícil, dificilmente se acaba com a fila com relação às pessoas aposentadas e pensionistas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Nós estamos com mais de três... Quase 3 milhões na fila, e, inclusive, tem aí a questão do bônus. O senhor tem ideia, mais ou menos, desse desembolso do bônus de horas extras? Tem isso no orçamento? Não tem? Eles estão recebendo esse bônus apesar de ter crescido exponencialmente, esse crescimento da fila do aposentado e pensionista?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu chego, 30 de abril de 2025, a fila era quase 2,8 milhões pessoas, na fila, e, não sei a razão, esses números não eram divulgados. A partir de abril, por determinação do Ministro Wolney, por nossa intenção também, nós começamos a publicar, mês a mês, a evolução da fila. A fila veio crescendo, ela cai em um período quando tivemos bônus e ela volta a subir no final do ano. Tivemos dois... Três fenômenos, na verdade, nesse período. A primeira questão da fila foi que, em julho, por força de uma medida provisória, teve a mudança da regra de renda para o BPC. Isso impactou, porque todos os requerimentos, a partir de julho, entravam, mas o sistema só ficou pronto em dezembro e, só a partir do final de dezembro, conseguimos conceder ou negar esse benefício do BPC, por causa do cálculo da renda, que não estava adaptado. E agora em janeiro, que a gente ia rodar a fila do BPC, tivemos duas semanas de paralisação dos sistemas da Dataprev, que prejudicaram esse desenvolvimento. Essa foi uma questão.

Segunda questão: não tivemos recorde histórico, pico de um mês só, de requerimentos de benefícios previdenciários, mas, tendo em vista todo o nome INSS, creio eu que estabilizamos num patamar nunca visto no INSS, com 1,3 milhão de novos pedidos mês a mês, e isso impacta.

E uma outra questão, que são os benefícios por incapacidade, que a gente precisa da perícia médica, que não pertence ao INSS, pertence ao Ministério da Previdência – mas, para o cidadão, isso pouco importa, se é Ministério ou INSS –, que tiveram a posse de 500 novos médicos a partir de novembro, que creio eu que vá melhorar.

O que a gente tem feito nisso? Isso é um problema, ninguém está satisfeito com essa fila de 3 milhões. Incomoda a gestão, incomoda a população, incomoda a gestão do INSS, incomoda os servidores do INSS. Todos nós nos reunimos e verificamos, criamos um comitê em dezembro para gerenciar fila e mudamos alguma regra. Uma das regras é: o nosso servidor tem direito, como o senhor falou, ao bônus. O bônus já está previsto, já foi previsto na LOA, já foi votado, são R$100 milhões para o INSS, R$100 milhões para os servidores do Ministério, da perícia médica.

Nós destinamos os nossos 100 milhões de uma forma diferenciada, criando uma fila única, onde aqueles benefícios acima de 45 dias vão para uma fila única e os servidores aptos, que queiram fazer o bônus, vão pegando os benefícios por ordem de antiguidade. Isso faz com que servidores de regiões que tenham uma maior produtividade – ou em que tenhamos mais servidores – possam fazer processos de outros locais, como, por exemplo, da Região Sul poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

fazer da Região Nordeste, onde há uma maior demanda. Sete dias de funcionamento dessa regra: já conseguimos 183 mil análises. Ou seja, em uma semana, só essa mudança de regra trouxe 183 mil análises.

Não estamos contentes com isso, não é a solução. Criamos agora grupos de trabalho específicos para analisar tipos de benefícios que são mais demandados; pessoas especializadas que estão trabalhando de manhã, à tarde e à noite nesse benefício. Ontem, quando eu saí do INSS às 9h da noite, para ter um exemplo, o Superintendente de Minas me manda uma foto do grupo de trabalho produzindo, analisando benefícios por incapacidade – incessantemente trabalhando. A nossa tendência é a gente enfrentar a fila e a gente trabalhar com esse número para a gente cumprir a prova.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Só a última perguntinha rápida, rápido aqui, só para... a Dataprev e o INSS têm condição de saber quanto... quais os consignados que descontaram esses planos, essas coisas de todos eles, de todos os contratos, para poder pedir o ressarcimento disso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Pois é, a última.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim. Nós temos a base de todo benefício que tem algum consignado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas dá para fazer o desconto para que eles devolvam isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto, Excelência.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dá. Dá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Dá para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Adriana Ventura, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos deixar a Adriana, porque ela está com o voo marcado. E eu, na gentileza de ir deixando aqui, o tempo vai passando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para interpelar.) – É muita gentileza, Presidente.

Presidente, eu primeiro quero saudar aqui o nosso Presidente do INSS, o Gilberto Waller, o Elvis, a Marcia. Obrigada pela presença, obrigada por estarem aqui, pela cordialidade. Eu acho que a gente constrói um país melhor dando essas respostas.

Antes de começar o meu indagamento, eu peço até licença, mas é que eu tenho que restabelecer a verdade, né? Porque eu fui muito delicada fazendo uma pergunta legítima aqui para a Liderança do Governo, e a resposta foi tão grosseira e estúpida! Ele faltou, assim, com o decoro comigo. Se fosse mimimi, eu ia falar que era violência política. Tantas pessoas chegaram para mim e falaram: "Nossa, como ele foi grosso e indelicado!". Mas eu só quero restabelecer a verdade, eu não vou fazer mimimi de mulher ofendida.

Eu quero só falar que aqui a minha pergunta objetiva foi se ele tinha vazamento, com quem que ele conversava na Polícia Federal, porque ele afirmou que o irmão, o filho do Lulinha, não tinha envolvimento e tinha relatório comprovando isso. E ele leu, falou que eu não lia nada, que eu tenho que parar de falar bobagem e não sei mais o quê. Eu não vou entrar nesse jogo.

E ele leu aqui, de uma maneira muito mentirosa, essa notícia do dia 24 falando que "Relatório da PF sugere que amiga de Lulinha [...] tem conexão com fraudes". Em nenhum lugar da reportagem – e depois eu desafio qualquer Deputado da base do Governo, e principalmente os referidos do PT –, em nenhum momento a reportagem fala sobre Lulinha não estar envolvido na fraude do INSS. O Sr. Relator já falou isso várias vezes.

Eu não vou entrar neste debate aqui, mas nessa questão toda de mentira, mentirosos, mentira contumaz, é o chefe o Lula, Presidente, porque ele prometeu, prometeu, prometeu e continua mentindo. Prometeu do sigilo, prometeu da queimada, prometeu que mulher ia ter lugar, e a gente só vê mentira. Então eu queria pedir para a gente ser cortês com as pessoas aqui. Não desqualifique pessoas e, principalmente, Deputado, eu não admito e não dou liberdade para qualquer pessoinha me desqualificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria só reiterar aqui que leiam a reportagem; essa reportagem mentirosa que ele afirmou é do dia 24; no dia 30 de janeiro tem a mesma reportagem dizendo "A preocupação de Lula com o avanço das investigações do Lulinha do INSS". Eu vou ler só um trechinho para ver como a fala é mentirosa e falaciosa. Olha aqui:

> Pelo relato levado ao palácio, o ministro [está falando do Ministro André Mendonça, do Supremo] teria questionado a ausência de diligências contra o filho de Lula. A PF já poderia ter pedido pelo menos a apreensão do passaporte de Lulinha.
> [Sequência] Diante das cobranças, investigadores da PF ouvidos pelo Radar ponderaram que o trabalho em relação ao filho de Lula está, sim, avançando. A leitura é de que o caso evolui ancorado em provas.
> "O concreto é que há um relato sobre pagamentos ao Lulinha. Quem operaria isso está preso pela PF [...]".

Então, das duas, uma: ou contou mentira, fingiu que leu o que não leu, ou realmente tem vazamento da Polícia Federal. Então, eu quero agradecer aqui ao Relator Alfredo Gaspar, porque eu já me senti contemplada pela sua fala e queria pedir, porque a gente mantém o decoro aqui: violência política eu não admito aqui, para a Liderança do Governo.

Voltando aqui, Seu Gilberto, sejam muito bem-vindos. Eu vou fazer três perguntas muito breves, até porque o tempo é curto e o senhor já esclareceu muita coisa que eu ia perguntar. Mas você pegou o INSS em crise, sem credibilidade nenhuma e tentando, na esperança de tentar tirar aquela situação tenebrosa da lama. Então, a gente tinha, até aquele momento, visto o INSS totalmente inerte, omisso, conivente, cheio de falcatrua. Basta ver Stefanutto e outros, Fidelis, que estão presos.

Então a minha pergunta é... Uma semana depois da sua entrada no INSS, você suspendeu o programa INSS Vale+, o senhor já falou isso daqui, está tudo certo, mas a minha pergunta é: eu mandei, nós do Partido Novo mandamos um requerimento de informação do Meu INSS, veio uma resposta do Meu INSS, e o que surpreendeu a todos, o que surpreendeu a todos é que realmente o que foi descoberto é que, neste programa especificamente, quando fala do PicPay, em menos de uma semana, você cancelou o programa. Então, até as paredes do INSS e portas sabiam que o problema era da PicPay, no requerimento de informação está aqui PicPay, JBS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

porque é uma empresa ali do grupo. Então a minha pergunta é: o que te levou, em tão pouco tempo, a cancelar esse programa e por que o gestor anterior não fez nada a respeito?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Bom, logo quando eu cheguei, com a missão dada pelo Presidente Lula, era para passar um pente-fino em tudo que estava sendo descontado no contracheque dos nossos aposentados e pensionistas. Esse programa chamou atenção por não previsão legal. Eu não posso fazer consignação em folha de ninguém se não estiver previsto em lei. Não havia previsão legal. E quando a gente foi pegar os pareceres que sustentavam ou a justificativa que sustentava o Vale+, a justificativa para poder fazer o Vale+ era que era uma forma de consignado, de crédito consignado. E a forma para não estar atrelado ao teto de 45% é que ele não era um crédito consignado, ou seja, uma mesma situação não pode valer para os dois lados.

Então, eu logo fiz uma reunião com essas duas pessoas que estão aqui do lado, com o Dr. Elvis e com a Dra. Marcia, e falei: "Temos que suspender imediatamente esse programa."

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Hum-hum.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – "Vamos abrir um processo." E depois a gente acabou cancelando, anulando todo o PicPay.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Todo o Vale+.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Eu tenho mais duas perguntas, por isso que eu estou correndo um pouco.

Então, assim, ficou claro nessa resposta que a criação desse programa, que o nosso Relator falou que era sob medida, foi uma demanda do próprio PicPay. Então, não é que ele foi pensado pelo INSS, lançado pelo INSS, não. Foi pensado pelo PicPay, proposto pelo PicPay e aceito pelo INSS. E tanto assim que desse modelo de negócios só o PicPay participou.

Então, a minha pergunta é: é normal isso acontecer lá dentro ou o que aconteceu com o PicPay, de propor e executar, é uma coisa que acontece com outros? Entrou na sua avaliação quando você suspendeu o programa? É normal criarem modelos, serem aceitos? Porque isso daí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o PicPay foi lá, propôs e ganhou. Se puder responder bem brevemente, que eu tenho mais duas perguntinhas.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Claro.

Desde 30 de abril, ninguém propôs nada para o INSS. Eu nunca recebi uma proposta de um produto pronto, eu não recebo ninguém sozinho e sempre é uma análise técnica do INSS para fora.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

Então, isso quer dizer que fugiu completamente do padrão e foi uma coisa realmente direcionada ali, com o Presidente da época e tudo mais. O.k.

Minha outra pergunta é sobre a Crefisa, de que já foi falado aqui também.

A Crefisa foi vencedora em 25 dos 26 lotes disponíveis, né? Então, agora, se a Crefisa se comportava assim nos descontos associativos, nos benefícios, é natural que a gente pense que também nos consignados. Você tem um número cravado – só para relembrar aqui, para o Brasil ouvir – que falasse da representatividade da Crefisa nos créditos consignados? Um número claro das instituições, em números, da Crefisa, para a gente poder dimensionar esse problema para quem nos ouve, por favor?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, a Crefisa foi... não foi renovado o ACT desde junho, e era um número baixíssimo de crédito consignado que ela fazia. Isso chamou a atenção, e daí a gente descobriu o porquê: porque ela vendia um outro tipo de crédito que não o consignado, com juros mais altos. E esse foi um dos motivos por que a gente suspendeu o contrato de banco pagador.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Muito obrigada.

Então, assim, só para finalizar, o que a gente vê aqui? PicPay é banco dos irmãos Batista, JBS, estão envolvidos até o pescoço nas falcatruas do INSS. Foi blindado pelo PT aqui na CPMI do dia 4 de dezembro. Quem tiver dúvida, é só assistir à CPMI, dia 4 de novembro.

Crefisa também, esse outro pedaço do escândalo; é o banco das vendas casadas, banco campeão de irregularidade, segundo o próprio INSS. Também foi blindado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... pelo PT, aqui na CPMI do dia 4 de dezembro.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, a gente está vendo que esse *slogan* do PT, de "Defende o Brasil, defende você", eu acho que, realmente, eles têm que repensar, já que a gente está em ano eleitoral, e mudar para "Defende os banqueiros", né? Mas nunca "Defende você", porque aqui na CPI, a gente só não conseguiu ouvir todos os bancos porque o PT blindou. Blindou! Isso o Relator já mostrou e demonstrou. Então, isso é contra os pobres, contra os aposentados, contra os vulneráveis. Assim, tudo coloca na lama para não convocar Presidente de Crefisa, de PicPay. E eu faço um desafio aqui: se for mentira o que eu estou falando, aceite a convocação e vote "sim" na próxima.

Então, a gente já viu aqui os escândalos e escândalos.

Eu agradeço bastante a presença do senhor, dos senhores aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Obrigada por fazer esse saneamento, e vamos em frente.

E só para finalizar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... eu queria até falar aqui... Até para falar sobre a fala do Relator, aqui – sabe, Sr. Gilberto? – a gente fica muito indignado. Eu acho que, nessa questão da administração pública, porque a gente vê que um órgão fica esperando outro fazer, fica muito preso em instruções e normativas, não sei o quê, e ninguém faz nada: "Ah, não era a minha função e tal". Então, isso causa uma indignação enorme na gente.

Então, é só para vocês entenderem que a gente fica indignado porque a gente viu vários que se sentaram aqui e falaram: "Ah, não era a minha função", "Ah, a gente estava esperando alguma coisa". Então, isso para o brasileiro é revoltante.

Obrigada. Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Lima, o Relator pediu a palavra para um complemento.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, é rápido, mas não poderia deixar de registrar.

Enquanto eu estava aqui, recebi uma mensagem da testemunha, aquela testemunha com que nós estivemos em São Paulo, ela relatando o desespero e o medo de morte e que supostamente teria sido abandonada por quem prometeu segurança. Eu sei que não fomos nós porque nós não interferimos no que estava em curso, mas cabe a mim repassar à CPMI e a V. Exa. para reforçar à Polícia Federal que faça uma análise sobre esse risco, para depois não aparecer aí um cadáver e todos nós termos essa responsabilidade. E a outra é a indignação em relação a um processo que está, segundo ele, na Justiça de São Paulo. Só queria deixar registrado, porque isso foi direcionado a mim.

Mas, Presidente, permita-me perguntar ao Dr. Gilberto: Dr. Gilberto – faltou essa minha parte da indagação –, qual foi o momento em que o INSS descobriu que o Banco Master não tinha mais condições de operar em consignado?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Setembro... De agosto para setembro, porque tinha um acordo de cooperação vigente que estava sendo rescindido, a gente foi analisar a questão dos contratos. Como a gente estava analisando vários contratos, alguns receberam uma autorização temporária para funcionar em 30 dias. Vários bancos conseguiram para a gente poder dar fim em 16 análises de 16 contratos. Eles tiveram uma autorização precária por 30 dias e, no dia 18 de setembro de 2025, efetivamente decidimos pela não renovação do Master.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O Banco Master começou a apresentar problemas de reclamações de que o INSS tomou conhecimento desde quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, o que acontece? Havia uma regra para poder obedecer, inclusive, um tema da turma nacional de unificação da Justiça, que é o Tema 183, dizendo que o INSS não tem responsabilidade primária por débitos de crédito consignado. A responsabilidade é subsidiária: primeiro tem que cobrar a instituição financeira; se ela não cobrar, vai para o INSS.

E havia uma recomendação de que o INSS não poderia receber reclamações de crédito consignado e, sim, orientar para que fizessem em órgãos de defesa do consumidor, como Senacon e Procon.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Que orientação era essa e de quem foi a expedição?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Quando eu cheguei, já existia essa orientação. A nossa ouvidoria não recebia, as nossas agências também não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas quem fez essa orientação?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não sei. Eu não sei, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor não sabe?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não sei. Essa era a regra, e a gente mudou, colocando... Até mesmo pela minha experiência como ouvidor, entendo que a palavra do cidadão é a que mais vale. Um serviço público só é bom ou só é ruim se ele tem efetividade, se alcança o cidadão, se alcança o interesse do nosso aposentado e pensionista. E a gente mudou essa regra, inclusive buscando as informações na Senacon.

Estamos com uma proposta de fazer parceria com o Instituto Reclame Aqui. O que mais a gente quer é ouvir o cidadão, pelo meio que ele quiser, para a gente verificar se aquele produto, se aquela instituição é boa ou não para prestar um serviço para o nosso aposentado e pensionista.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O INSS não demorou muito para adotar providências em relação ao Banco Master, não?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O INSS foi a primeira instituição a adotar alguma medida contra o Banco Master. O INSS tinha um acordo vigente desde 2020. Esse acordo findou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

em agosto. Em setembro, nós interrompemos o acordo de cooperação. Em outubro, não assinamos o termo de compromisso, notificando a instituição, ou seja, o INSS, antes de ser avisado de qualquer situação do Master, foi o primeiro a ligar o alerta de que algo deveria estar ...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Para finalizar, duas perguntas. Esses 250 mil contratos não existem? Existem com irregularidades? E como é que se chegou a essa apuração de 250 mil contratos? É o montante de contratos do Master que foram analisados ou também foi por amostra?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que ocorre? Esses contratos não tinham subido dentro da plataforma da Dataprev, a gente não conseguia fiscalizá-los. Quando encerrado, e ele foi tentar fazer o termo de compromisso, a primeira condição – mesmo eles não tendo mais novos consignados, eles subiram os 254 mil contratos para a plataforma da Dataprev – quando eles subiram, a gente foi analisar o conteúdo deles, e o conteúdo não estava de acordo com a instrução normativa.

O que a gente fez? Olha, esse contrato não está de acordo, esse contrato não tem a comprovação de assinatura. Notificamos duas vezes a instituição para poder apresentar. Uma vez que a gente notificou, pela segunda vez, logo depois, teve a liquidação. Fizemos uma reunião com o liquidante, mês passado, notificamos o liquidante, e o prazo é 12 de fevereiro para apresentar a documentação que comprove a regularidade daquele desconto.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Houve alguma visita de advogados, a exemplo de Enrique Lewandowski ou de Viviane Barci de Moraes, ao INSS, para tratar sobre esse assunto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, nunca.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, só... Aqui, passa aqui só a apresentação dele, porque eu vou terminar com essa pergunta. (*Pausa.*)

É sobre a taxa de juros, foi logo no começo. (*Pausa.*)

Aqui. O senhor poderia me dizer se, em relação ao Banco Master, Presidente, a operação de consignado vem mais em cima desses 35% aqui, ou desses 5% e 5%, RMC e RCC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Cinco e cinco.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – De forma geral, o problema dos consignados, esquecendo o Master e olhando tudo, é mais em cima dessa operação de empréstimo pessoal ou de cartões?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Cartões. E cartões é muito mais difícil para a gente fiscalizar. Eu não consigo verificar quanto foi gasto, como foi gasto, qual o valor que foi empregado, por causa do sigilo bancário. Eu não consigo acessar a fatura do cartão daquela pessoa.

Quanto a depósito em folha, é fácil, porque foi descontado, e ele, obrigatoriamente, tem que ser pago na conta benefício. Então, eu consigo verificar que aquele dinheiro saiu da conta e entrou na conta do beneficiário. No cartão, a forma de fiscalização é muito mais complexa. Inclusive, o que ocorre? Como é uma taxa de juros mais alta e no cartão ele pode sacar 70% em dinheiro num caixa automático, você tem a mesma questão do empréstimo em conta, com uma taxa de juros mais alta.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, me diga uma coisa: o senhor poderia me explicar a lógica de o Master trabalhar com o aposentado e o pensionista muito mais com cartão do que com empréstimo pessoal?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não sei. Até, na relação que a gente encaminhou, a gente verifica que aquele que trabalha com empréstimo em conta geralmente não trabalha com cartão. E aquele que trabalha com cartão, não com o empréstimo em folha. É uma opção de cada instituição financeira.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Finalizando: o senhor, como Presidente do INSS, é a favor da manutenção dessa modalidade, de cartão?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sou absolutamente contrário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência, o Deputado Luiz Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Agradeço ao Presidente do INSS, Gilberto, a presença; ao Elvis, à Marcia.

Presidente Gilberto, eu fiquei bem atento aqui aos questionamentos feitos pelo Relator Alfredo Gaspar, e um questionamento me chamou muita atenção, porque me veio muito à lembrança a eleição de 22. Eu não sei se o senhor tem conhecimento: a Oracle foi dispensada de licitação pela Dataprev?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – É porque houve dispensa de licitação na contratação da Oracle pelo TSE, em 2020. E o Relator Alfredo Gaspar foi muito feliz quando ele fez uma observação em relação à Oracle, que é uma empresa de tecnologia americana e que já fez acordos judiciários – eu lembro isso porque eu vim aqui ao Senado, em 2022, e eu falei sobre isso – de aproximadamente U$270 milhões. Acordos judiciários em relação a vazamento de dados pessoais, sejam ações cíveis, coletivas... E essa empresa é a mesma prestadora de serviço da Dataprev e do TSE no Brasil.

Então, quando a gente vai se aposentar aqui no Brasil, o primeiro telefonema que a gente recebe é de um banco. E a gente sabe que os empréstimos consignados aqui no Brasil podem chegar a 70 bilhões, algo que não é requisitado pelo brasileiro, pelo mais humilde. Então, essa informação da Oracle, presente no TSE e na Dataprev – de que eu não tinha conhecimento –, para mim, é um sinal vermelho muito grande, porque os Estados Unidos também detêm informações não apenas eleitorais do nosso país, mas também informações dos nossos aposentados, que estão ligadas a uma rede bancária que também está ligada à rede bancária americana. Então, isso é muito sério.

Presidente Gilberto, o senhor se torna procurador em 98. Se eu não me engano, o senhor é de 73, o senhor tinha 25 anos; hoje o senhor tem 52, então o senhor tem mais tempo de vida como procurador do que como não procurador. Eu sei também como teme o funcionário público, aqui, como trabalha com o senhor num guarda-chuva político, como é o guarda-chuva político do sistema previdenciário brasileiro, que é um guarda-chuva político do PDT, há muitos anos – eu ainda considero o Lupi sendo Ministro da Previdência; eu ainda considero o Wolney como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

agente do PDT e um agente do Carlos Lupi –, então, eu queria saber do senhor assim... Nós temos hoje o Wolney, que deveria estar sentado aí no lugar do senhor, antes da vinda do senhor; a gente tem três centrais – Caruaru, Salvador e Recife. Caruaru é a cidade natal do Ministro Wolney, é a cidade que teve o seu pai como Prefeito. Hoje nós temos o teleatendimento, o 135. O brasileiro que liga no 135, cai em Caruaru, tem 33,3% de chances de cair em Caruaru. São 1,4 mil atendentes no guarda-chuva do Sr. Wolney.

Tivemos a Provider, uma empresa que ganhou o processo de licitação quando o Ministro Wolney era Secretário-Executivo. Temos dados de que representantes da Provider entraram no Ministério da Previdência, acompanharam todo o pregão eletrônico e a empresa que venceu foi a Provider.

Eu gostaria de saber do senhor: o senhor tem total liberdade em presidir uma autarquia a qual está debaixo de um guarda-chuva político que detém braços políticos de atendimento, até teleatendimento tem? O Careca do INSS montou um teleatendimento para servir a sindicato de fachada que estava assaltando os aposentados, quer dizer, o aposentado ligava para o teleatendimento do Careca e quem atendia era aquela pessoa que está representando uma instituição que está roubando o próprio aposentado.

Qual a garantia que temos hoje da central de teleatendimento de Caruaru, se ela está na cidade natal do ministro? Se teve uma empresa no sistema do pregão eletrônico acompanhando junto com o Ministro, se tem garantia. Mas eu gostaria de saber: o senhor tem liberdade em exercer a sua função dentro de um guarda-chuva político que já dura 20 anos?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, Deputado, para falar sobre central de atendimento, o INSS tem três centrais de atendimento: duas ligadas à Provider – Caruaru e Recife – e uma em Salvador.

O que ocorre? A Provider foi a primeira contratada, o que se deu em 2018, se não me falha a memória; o primeiro contrato dela se deu em 2018, quando não era o Ministro Wolney integrante do Governo. A renovação, sim, se deu em 2023.

O que ocorre? Nós temos tanto total liberdade disso que nós fomos fiscalizar, em julho desse ano, depois de uma denúncia de que eram manipulados os dados pela central de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

atendimento em Recife da mesma empresa Provider, nosso fiscal foi lá e detectou a irregularidade – R$1 milhão em prejuízo feito ao INSS com faturas emitidas com padrões de atendimento que eram superestimados, que não correspondiam à verdade.

Nós punimos essa empresa com uma multa. Eles devolveram R$1 milhão. Nós a punimos e ela está, há dois anos, proibida de contratar com o INSS. Nós a desclassificamos de uma licitação que ela tinha ganho agora em dezembro e contratamos a segunda, aliás, a terceira colocada desse mesmo leilão.

A Provider saiu do certame licitatório por uma punição que o próprio INSS aplicou agora. Além disso, abrimos um processo de responsabilização de pessoa jurídica, um processo envolvendo a Lei Anticorrupção, por fraude em documento encaminhado à administração pública, ou seja, eu não sofri nenhuma influência a respeito da Provider. A atuação foi dura e pesada. Uma denúncia que chegou em fevereiro. Em julho, a gente já mandou apurar. Em dezembro, a desclassificamos, já assinamos o contrato com a terceira colocada.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Presidente Gilberto, eu fiz essa pergunta – se o senhor se sentir à vontade – por quê? As informações que temos aqui são que, durante as suas férias, o Ministro Wolney Queiroz nomeou a Sra. Yveline Barretto Leitão, irmã do Prefeito de Fortaleza, como Diretora de Gestão de Pessoas do INSS. A Sra. Yveline Barretto Leitão tem currículo para ser diretora de gestão? Por que a contratação dessa senhora, sendo justamente irmã de um Prefeito de uma enorme cidade, uma capital como Fortaleza, e membro do PT?

E aí, eu gostaria de emendar, para aproveitar o meu tempo, eu gostaria que o senhor respondesse essa pergunta, em relação ao aumento da fila do INSS e à sua declaração aqui na mídia, dizendo que o Presidente do INSS diz que não será possível cumprir promessa de Lula.

Bolsonaro entrega uma fila de 1 milhão de brasileiros – um período de pandemia, um período em que era difícil exercer o cargo –, e, no Governo Lula, essa fila aumenta três vezes. Além de ter aumentado o roubo do INSS, o senhor falou que chegou, em abril, com a fila com 2,8; então, o senhor praticamente conseguiu estabilizar o número dessa fila, mas tivemos um aumento de três vezes. É recorde. Nunca, na história deste país, como diz o Presidente Lula, teve tanta gente na fila previdenciária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira pergunta é se o senhor se sente confortável de, na volta das suas férias, receber a diretora de gestão, sendo irmã do Prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão – Ministro Wolney Queiroz passando por cima do senhor –, e o que deu tudo errado no Governo Lula para essa fila aumentar três vezes?

Muito obrigado, tá, Presidente Gilberto, pela presença.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Obrigado ao senhor.

É importante salientar que a Sra. Yveline é uma servidora de carreira. Ela já ocupava o cargo de substituta da Diretora de Gestão de Pessoas; quando ficou vago, ela continuou nesse cargo. Não sabia, sinceramente, não sabia que ela era irmã do Prefeito de Fortaleza. É uma técnica, assim, fantástica na área de gestão de pessoas, e eu fui descobrir que ela é irmã do Prefeito de Fortaleza quando da matéria do Metrópoles. Eu estava em Boston quando eu descobri essa informação.

Não foi perguntado para mim sobre essa direção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... mas eu não tenho qualquer problema. Eu a admiro como técnica e como profissional. Ela é uma pessoa, uma profissional com currículo realmente para poder cuidar da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Quanto à fila, o que ocorre? Nós tivemos um aumento de demanda, um aumento e uma dificuldade em relação ao BPC, de julho até dezembro, por questões de mudança legislativa e adaptação do sistema; isso impactou na nossa fila. E também a gente teve a questão da perícia médica, da questão dos benefícios para incapacidade. Estamos criando um plano de ação para atacar, porque esse dado é importante para todos nós.

Quando foi falado na reportagem que eu falei que a gente não iria conseguir zerar a fila, na verdade é preciso entender que são 1,3 milhão de requerimentos mês. Quando um pedido entra, ele tem um trâmite, um prazo legal e um prazo necessário para ser concedido. A gente nunca vai ter servidor do INSS de braços cruzados esperando o segurado chegar; nunca vai ser zero a fila. Foi isso que eu falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo é a gente andar com os benefícios dentro do prazo legal, ou seja, dentro de 1,3 milhão. E esse compromisso feito pelo Presidente Lula hoje é um compromisso de todos nós.

Estamos trabalhando diuturnamente para isso, e eu posso garantir que só um fator de mudança da fila regional para a fila geral, a gente já conseguiu tirar 183 mil pessoas, que a gente espera que, em fevereiro, nos dados, demonstre essa queda.

Há um outro plano de ação sendo construído. A Casa Civil está capitaneando esse serviço, colocando o ministério, INSS e Dataprev, porque isso é um compromisso de todos nós com o nosso segurado. O INSS vai ser entregue saneado, limpo e também efetivo. Esse é um desejo não só do Presidente da República, não só do Ministro Wolney, não só meu, de todos os servidores.

E eu vou dar um testemunho. Em outubro acabou o dinheiro do PGB, de receber extra pelo pagamento. Os nossos servidores trabalharam quase todos os finais de semana, inclusive 20 de dezembro, sem ganhar um único centavo. Eu fui em todas as agências, em todos os mutirões, para acompanhar esses servidores. Os servidores estavam felizes. Os servidores pagavam do bolso a sua marmita para poder atender aos segurados. Era uma questão que enche de orgulho ver o que os servidores do INSS fizeram, mesmo sem receber um único centavo, porque o compromisso público dos nossos servidores é de aplaudir de pé. Ninguém aguenta mais ser falado em ineficiência, em roubo... E esse é um compromisso dos 18 mil servidores com a casa e com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da CPMI e depoente, testemunha, Gilberto Waller Júnior, que também é Presidente do INSS.

Eu quero começar, Sr. Presidente, tratando de uma – acho que mais do que aparente – para mim uma contradição bastante clara na sua fala. Quando o senhor, lá no início do seu depoimento, em relação às perguntas formuladas pelo Deputado Alfredo Gaspar, disse ao mesmo tempo que solicitou a exoneração de uma servidora, mas que não se incomoda com a ingerência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministro da Previdência sobre aquelas pessoas que devem ser da sua absoluta confiança e a nomeação delas.

Eu quero começar perguntando, baseado nesta matéria do *Metrópoles* "Ministro aproveita férias de presidente do INSS para fazer mudança", se é Lea Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia de Informação, a pessoa que o senhor disse que queria ver exonerada.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Confirmo, é ela mesmo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E ela continua lá?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Continua.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ela, Sr. Presidente da CPMI, Carlos Viana, e também Presidente do INSS, promoveu um dirigente que fez acordos em massa sobre suspeitos – o senhor falou sobre isso, falou de processos antecessores –, chamado Weslley Martins, que é esse cidadão aqui – não sei se é meliante –, mas ele assinou acordos com entidades de políticos e investigados pela PF...

Aliás, quais são os políticos com os quais esse Sr. Weslley tem relação? O senhor saberia dizer?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho essa informação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas ele não está abaixo do senhor?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ele, na verdade, é um coordenador que está ligado à Superintendência do Nordeste.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas está no INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Está no INSS.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não teve curiosidade de perguntar quais são os políticos com os quais ele tem relacionamento, apesar de ser publicado na imprensa?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Deputado, vou ser bem sincero: eu não procuro vínculos políticos com ninguém. Da mesma forma como eu falei para o Deputado Luiz Lima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor não procura, mas a imprensa diz que há.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, eu não sabia nem que a minha Diretora de Gestão de Pessoas era irmã do Prefeito de Fortaleza. Eu fui surpreendido com a informação do *Metrópoles*...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Prefeito do PT, inclusive.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A nossa atuação é técnica em verificar se aquela pessoa tem currículo técnico.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bem. Mas esse cidadão aqui beneficiou entidades ligadas a políticos. O senhor, Presidente do INSS, não procurou saber quem são esses políticos beneficiados por esse cidadão, que continua lá!

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Os fatos estão sendo... foram levantados pela minha Diretoria de Governança, foram encaminhados para a Corregedoria do INSS...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Está a cargo da Corregedoria do INSS, que tem total liberdade para poder apurar. Eu não questiono a Corregedoria, até mesmo para não se dizer que eu estou influenciando a Corregedoria. Então, essas ligações de quem, a quem fez, como fez... Eu não tenho a informação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Na sua cadeira estava sentado Alessandro Stefanutto. Nós perguntamos a ele sobre uma série de pessoas abaixo dele, e ele dizia: "Presunção de inocência. Eu preciso esperar serem apurados os processos". O senhor está falando exatamente a mesma coisa sobre o Weslley. Sabe onde o Stefanutto está hoje? Na cadeia.

Este cidadão aqui "assinou [...] 53 Acordos de Cooperação Técnica [...] com sindicatos e colônias de pescadores maranhenses que atuam como intermediários na concessão do seguro-defeso", em 2023 e 2024, vários sob suspeita; há processos contra ele. O senhor não tem medo de ser preso, como foi o Stefanutto, também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não tenho, porque eu não estou vinculado a esquema nenhum, nem a recebimento.

Esse caso do Weslley: eu o exonerei assim que cheguei. Quando foi pedido para nomear, eu não nomeei e entendi... Quando a minha Diretora Substituta nomeia, e eu a questiono, ainda em viagem, ela fala: "Procurei na Corregedoria e não tinha nada instaurado contra ele, mesmo estando seis meses depois"...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu vou lhe dizer, senhor...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – E daí, essa morosidade... Eu não posso também punir a pessoa para o resto da vida sem a abertura de um processo. Tão logo a Corregedoria me traga informações concretas de que ele tem algum tipo de responsabilidade, ele será exonerado e, se for o caso, será aplicada penalidade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sugiro que o senhor tome providência, peça ao Ministro para exonerar hoje, porque o Sr. Stefanutto dizia a mesma coisa: "Eu não tenho nada a ver, não fiz nada ilegal". Eu estou errado, Sr. Relator? Dizia exatamente a mesma coisa: "Eu não sou parte do esquema". Depois acharam uma anotação de propina lá para o Sr. Stefanutto, o cara que tem lado – a gente descobriu: o lado da bandidagem –, o cara que é progressista, pelo progresso dele e da quadrilha que ele representava! Dizia que não tinha nada com isso, tinha presunção de inocência, mas, enquanto isso, Luiz Lima, tinha que deixar os ACTs funcionando, porque, afinal de contas... "Presunção de inocência".

Olha aonde nós chegamos, Sr. Gilberto Waller. O senhor é corregedor, foi Corregedor-Geral da União. E o senhor, quando foi Corregedor-Geral da União – foi aqui revelado pelo Sr. Relator –, não fez o que tinha de ser feito para que os ACTs fraudulentos lá daquela época pudessem ser devidamente fiscalizados e o roubo dos aposentados, ainda lá no passado, fosse evitado, fosse pausado.

Até me pergunto se não foi por isso que Lula o escolheu, porque Lula gosta de colocar pessoas, pelo que a gente vê ao longo dessa trajetória, que realmente deixam as coisas acontecer, sem que haja o devido controle! E aí eu me pergunto também, Sr. Presidente Gilberto Waller Júnior, até que ponto esse acordo firmado pelo Lula, de que o senhor participou com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aposentados, foi um acordo benéfico para o cidadão, porque não deu para o aposentado que foi lesado... Não deu para o aposentado o direito da lei!

Eu queria me perguntar: por que foi feito isso? Duas vezes o valor daquilo que lhe foi subtraído, mais eventual ressarcimento. Tiraram direito, inclusive, de a pessoa recorrer! E mais: aqui foi levantado... Eu queria fazer essa pergunta muito objetiva para o senhor. Os roubados pelos sindicatos e pelas associações fraudulentas foram ressarcidos com dinheiro do pagador dos impostos, por nós brasileiros; os roubados pelos bancos, não, porque o senhor decidiu pedir ao Lula que vetasse o trecho da lei que fazia o INSS ressarcir esses cidadãos; porque, para o Governo Lula e para o senhor, é mais importante preservar os bancos do que os sindicatos. Qual é a explicação, Sr. Gilberto?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Vamos lá, Deputado.

Primeiro, eu desafio o senhor a achar algum documento que chegou a mim, como Corregedor-Geral da União, sobre desconto associativo. Se o senhor achar, o senhor pode me responsabilizar por prevaricação. Se não achar, eu acho que a alegação foi muito leviana de V. Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A alegação é do Relator Deputado Alfredo Gaspar. O senhor não me acuse de leviano. Não...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O senhor me acusou de prevaricador. Então...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu não... Mas, se lhe servir o chapéu, fique à vontade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Se lhe servir o chapéu, fique à vontade, Sr. Gilberto. Sabe por quê? Porque isso está demonstrado ao longo dos tempos. Ou o senhor aprova a gestão do Carlos Lupi? O senhor aprova a gestão do ex-Ministro da Previdência, Carlos Lupi?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu nunca fiz parte da gestão de Carlos Lupi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, eu não estou perguntando se fez parte, eu perguntei se aprova: sim ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho que aprovar, ou não. Eu vejo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu não tenho que avaliar a gestão de Carlos Lupi.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas se a gestão deixou roubar nesse ponto, e o senhor não pode avaliar, então o senhor, sinceramente, também tem lado – como teve o Alessandro Stefanutto, que veio aqui e hoje está preso.

Então, eu... É mais uma mentira do Governo Lula. Colocamos alguém para sanear o INSS. E está aí, a roubalheira continua. Foi feita por amostragem a questão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, tem respeito, né? Pergunta e não deixa... Não respeita ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência...

Senhores, o colega Parlamentar tem a liberdade da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, o colega Parlamentar tem a liberdade da palavra.

Mais um minuto para o Deputado Marcel van Hattem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Mais um minuto para o Deputado Marcelo van Hattem, por favor.

Senhores, ele tem direito à palavra, assim como os senhores têm também.

(*Intervenções fora do microfone.*)

Os dois próximos são os senhores, praticamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode desacatar a pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem desacatou aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu desacatei quem, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Parlamentar tem liberdade de palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não desacatei ninguém, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcelo van Hattem, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não desacatei ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou falando que a roubalheira continua, e o próprio Gilberto Waller admitiu isso. Quando ele diz que é feito por amostragem, que não tem capacidade de fiscalizar, que os bancos... Aliás, é só ver os comentários, por exemplo, na rede social no YouTube. Está cheio de aposentados dizendo: "De novo me veio um desconto de um banco de R$500, eu não sei que serviço foi esse."

O senhor reconhece que não tem capacidade de fiscalização. O Relator diz que os bancos não têm a fiscalização externa que deveriam ter. Aliás, o Banco Central não consegue fazer tudo.

Então, quer dizer, na verdade, esse consignado, sinceramente, não deveria nem existir; porque, se tem possibilidade de um roubo nessa monta, por que ele existe?

Ele é positivo para muito aposentado? É. Tem muita gente que precisa? Claro, porque, afinal de contas, ainda mais sob este Governo, as pessoas ganham cada vez menos. E recorrem a um consignado em cima num valorzinho deste tamanho, numa aposentadoria de alguém que prometeu picanha e cervejinha, e está entregando mais pobreza para o povo brasileiro.

E, aliás, não só mais pobreza para o povo brasileiro, a falta de atendimento, porque outra mentira que foi contada, e aí o Sr. Gilberto Waller Júnior aqui vem com uma série de desculpas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

mas elas não cabem, que a fila cresce porque a demanda é mais alta. Não importa. Foi prometida uma coisa. Foi prometido o quê? Reduzir a zero a fila. Foi o que o Lula disse.

Se pelo menos mantivesse aquilo que o Bolsonaro deixou quando saiu, de um milhão, olha, acho que já seria pelo menos algo...

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. *Fora do microfone*.) – Com pandemia...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Com pandemia e tudo, seria algo aceitável, mas, ainda assim, aceitável sob o ponto de vista da promessa de manter uma gestão razoável, porque o certo é cumprir a promessa de zerar a fila.

E sabe por que essa fila não está zerando? Que é uma das coisas que eles não gostam de dizer...

(*Soa a campainha*.)

Porque eles estão usando o dinheiro do INSS, Sr. Presidente, para pagar o custo da roubalheira dos sindicatos e das associações. O mesmo que eles não estão fazendo com os bancos, porque os bancos podem, no Governo Lula, roubar à vontade, e o contribuinte não é chamado a ressarcir, e aí depois o problema que fique com quem está sendo roubado, com o aposentado que não ganha de volta.

Agora, os sindicatos, que nem o do irmão do Lula, as associações, essas picaretas todas com carro importado na garagem, relógio de luxo – tudo revelado aqui em fotos –, esses o Governo pega o dinheiro do contribuinte, do pagador de impostos, da pessoa que está ralando para, no fim do dia, ter muitas vezes um salário mínimo para ir pagar o aposentado que foi roubado.

Então, essa é a incoerência desse desgoverno do Lula que a gente aponta aqui, e, Sr. Presidente, sinceramente, e, concluindo – agradeço a tolerância de V. Exa. e a justiça também com minha fala, que foi interrompida –, eu só queria que o INSS hoje estivesse realmente nas mãos de alguém que fosse sanear e reduzir a fila, mas a pessoa que está sentada aqui não tem condição nem de exonerar uma pessoa que foi colocada pelo Ministro da Previdência, nem muito menos outra, que é suspeita de roubos no INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Lamentável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, eu pediria a V. Exa. que informasse ao Gilberto que ele pode responder as perguntas agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Ele pode responder.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Ele pode responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo é dado com toda liberdade para ele. Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Poderia dar o tempo para ele responder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor gostaria de responder?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Vamos lá.

Primeiro, a Controladoria-Geral da União tem áreas. Tem a área de fiscalização, da Auditoria; tem a área de corregedoria, que é indício de irregularidade praticada por servidores, e tem a área de ouvidoria, tem a área de transparência.

Eu era titular da área de corregedoria. Nunca chegou uma denúncia de desconto associativo para a área de corregedoria. Nunca. Se chegasse, com certeza, não ficaria sem apuração. Todas as denúncias referentes ao Ministério da Previdência foram apuradas diretamente pela CGU ou foi determinado que o INSS fizesse. Todas. Inclusive, aquelas que havia omissão, a gente conversava com a Auditoria para poder fazer o levantamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da auditoria do desconto associativo, todas as vezes que a gente verificou o relatório e todos os fatos, a Auditoria levou à gestão do INSS para uma solução dentro do INSS, e por isso o Presidente, ou ex-Presidente Alessandro Stefanutto foi retirado, porque não atendeu às recomendações feitas pela Auditoria. Era uma questão inicialmente de gestão, e não de fraude. Fraude, Corregedoria; gestão, Presidente do INSS. Então, primeiro, para alertar a questão do desconto associativo.

Quanto ao segundo – por que ser vetada a questão da lei? –, porque o INSS não é seguradora de banco. O INSS é seguro de pessoas. O INSS não tem orçamento para custear dívida ou fraude praticada por banco. Se a gente coloca que cabe ao INSS pagar e se o senhor ou outro falar que o rombo de empréstimo consignado é um bi, eu tiro de onde para custear, para ir até o fundo garantidor? Como a gente sobrevive esses 30 dias? Ele é um pouco diferente da questão do sindicato. De onde a gente tira esse dinheiro para poder buscar o fundo garantidor?

E daí o que acontece? Nós temos julgado da Justiça, confirmando esse entendimento. Não cabe ao INSS pagar diretamente qualquer fraude em empréstimo consignado. É o Tema 183 TNU, assegurando que a responsabilidade primária é da instituição financeira. Inclusive, ela é regrada pelo Conselho Monetário Nacional, ela tem dinheiro, e não é justo que aposentados e pensionistas paguem por uma dívida ou uma fraude praticada por quem tem dinheiro. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, por que foi diferente do desconto associativo? Do desconto associativo, ficou comprovado que associações mancomunadas com servidores do INSS estavam fraudando aposentado e pensionista.

Todas essas outras fraudes ou irregularidades praticadas por instituição financeira não tem participação de agentes públicos. É uma irregularidade de fora para dentro; não é a mesma situação.

O acordo foi benéfico? Altamente benéfico. O Código de Defesa do Consumidor, tão falado, de pagar em duas vezes, não se aplica inteiramente para órgãos públicos. Isso está numa ação direta de inconstitucionalidade por omissão da Abrinq contra a União, falando que estava *in mora* o Congresso Nacional em definir um Código de Defesa do Usuário do Serviço Público. Essa decisão foi – se não me falha a memória – do Ministro Toffoli em 2013 – eu posso levantar. E foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

editada uma lei para tratar dessa situação, que é a Lei nº 13.460, de 2017, que regula, é o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público.

Não há uma relação de consumo INSS e desconto associativo. O INSS não ganha pelo desconto associativo. Não é um produto comercializado pelo INSS. O INSS, na verdade, faz a facilitação entre associação e usuário. Então, não cabe a ele pagar em dobro algo que ele não recebeu.

Qual foi a definição? Esse prejuízo é de pessoas altamente vulneráveis, são aposentados e pensionistas. Quem vai pagar? A gente vai falar: "Procure a Justiça"? Seis milhões de novas ações? Não acho que é justo. Vai falar: "Procure as associações que são fantasmas"? Não tem garantia. A determinação foi: pagamos, adiantamos e vamos atrás de quem realmente deu causa. E, para isso, fomos rápidos. No dia 5 de maio, no dia 4 de maio, instauramos 12 processos de responsabilização de pessoa jurídica contra entidades fantasmas e contra aquelas que tinham indicativos de pagamento de propina. E só a cautelar, para poder assegurar essa situação, bloqueou R$2,8 bilhões. Pagamos dois ponto nove, estaríamos em déficit de cem. Numa segunda rodada, CGU abre 40 processos de responsabilização contra instituições das mais variadas irregularidades, porque não respondeu a auditoria, porque trouxe documento falso, porque juntou comprovação através de gravação de áudio. Com isso, se conseguiu bloquear mais R$3,3 bilhões dessas instituições. Então, nada mais se fez do que adiantar para quem mais precisa, para quem era injusto ficar com o prejuízo. O Estado pagou inicialmente para poder ir.

Saiu do orçamento do INSS? Não. Foi editada, com autorização do Supremo Tribunal Federal, uma medida provisória com crédito extraordinário. Então, não foi do orçamento do INSS. Aposentado e pensionista não foi prejudicado duas vezes. Na verdade, saiu de um crédito extraordinário, e a ideia é repor tão logo esse dinheiro entre. Infelizmente, não está na mão do INSS, não está na mão da AGU a liberação desse recurso. Tem dinheiro apreendido, tem valor encontrado em conta corrente, tem carro apreendido, tem casa, imóvel e obras de arte. Mas a Justiça tem o seu tempo para poder reparar a administração pública. Tão logo repare a administração pública, todos nós seremos ressarcidos.

É tirar de quem tem mais para quem foi lesado, para quem foi prejudicado. Eu não posso ver um aposentado que teve R$600 de desconto e falar: Espere a Justiça. A gente precisava agir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

de maneira rápida. E três meses após a Operação Sem Desconto tivemos o primeiro pagamento, adiantamos esse valor. Ele não ficou no prejuízo. Se foi um prejuízo de toda a sociedade até então, todos nós dividimos esse prejuízo e não o aposentado e pensionista, que é quem mais precisa. Tiramos de todos para compartilhar, para voltar para todos. E a gente vem atuando diuturnamente para isso. A AGU não foi omissa em momento nenhum, o INSS não foi omisso. Tão logo descobrimos, ingressamos.

E mais, de todos os valores pagos por instituição – e a gente tem esse valor por cada instituição – nós oficiamos a Advocacia-Geral da União em novembro, pedindo para entrar com ação regressiva contra cada instituição do valor já desembolsado, relativo àquele valor. E a AGU já ingressou e já conseguiu algumas liminares: já conseguiu bloqueio de bens, já conseguiu bloqueio de conta. Esse dinheiro, como foi determinado pelo Presidente Lula, não recairá nos ombros de todos nós; sairá de quem realmente deu causa para poder pagar. Mas não era justo que aposentados e pensionistas ficassem no prejuízo até o fim desse processo. Não é justo para quem mais precisa ficar no prejuízo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É preciso só esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, é só para esclarecer. Eu nunca falei que os contribuintes têm que pagar o prejuízo causado pelos bancos. Foi distorcido aqui. Acho que nem dos bancos nem dos sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, está bem claro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Inclusive o sindicato do irmão do Lula não foi logo no início instado a devolver o dinheiro. Só mais tarde foi alvo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É bom lembrar essas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente e demais integrantes desta Comissão, quero, em primeiro lugar, dizer aqui, Dr. Gilberto, que a sua participação aqui foi uma das participações mais brilhantes desde o início desta Comissão. O senhor demonstrou aqui um profundo conhecimento da matéria. Com muita tranquilidade, clareza e firmeza, desmontou praticamente todas as mentiras, todas as *fake news,* que normalmente são repetidas. E algumas delas foram repetidas aqui hoje. O senhor deu aqui hoje uma verdadeira aula. Por isso esse constrangimento por parte de Parlamentares da oposição, por isso essa postura um pouco descontrolada, agressiva, porque é fruto de estarem quase que desnorteados. Por quê? Porque o senhor foi demonstrando, passo a passo, que boa parte do que eles dizem é mentira. E quando a verdade é restabelecida, como ela foi aqui hoje, isso é muito importante para a sociedade, é muito importante para o Parlamento.

Quando o Relator perguntou para o senhor e o senhor respondeu que a partir de 2019, o senhor percebeu uma mudança de atitude. Eu concordo plenamente. É porque, até 2019, quando a Dra. Marcia Eliza fez aquela ação que garantiu que aquelas quatro entidades perdessem o ACT – e foi afastada do cargo por isso, e depois tiraram da Dirben para poder devolver para aquelas entidades, entre elas algumas que estão aí no centro da corrupção –, a partir dali, muita coisa começou a acontecer. Zé Carlos Oliveira, o time do Zé Carlos Oliveira...

E quero chamar atenção aqui, Dr. Gilberto, do famoso Decreto 10.537, de 2020, logo em seguida. Assinado por quem? Jair Messias Bolsonaro, Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni. Por que esse decreto é importante? Porque aqui, além de estenderem para poder roubar também das pensionistas, eles fizeram a grande mudança. Até então, só entidades que eram exclusivas de aposentados e aposentadas poderiam ter ACT. E aqui, eles disseram o quê? Que "qualquer entidade que trabalhasse com aposentados".

E a partir desse decreto criminoso, entidades que trabalhavam com seguro de carros, entidades das mais variadas, começaram a receber um ACT atrás do outro. Foi aí que surgiram os "*golden boys*", entidades presididas por jovens de 30 e 30 e poucos anos, que nunca trabalharam, e que do dia para a noite enriqueceram, roubando dos aposentados e das aposentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando isso aconteceu? Em 2019, 2020, 2021. Infelizmente – infelizmente! –, servidores do INSS estavam envolvidos nesse esquema criminoso; já foram identificados, foram afastados.

Infelizmente, esse esquema criminoso continuou. Mas quando que ele foi desbaratado? Foi desbaratado quando a CGU, a Polícia Federal teve independência para poder agir. Desbaratou a quadrilha e fez com que hoje – e o senhor agora, mais uma vez, repetiu – 2,8 bilhões roubados já foram bloqueados. E agiu com sensatez e humanidade quando disse: enquanto se investiga e pegam os ladrões, vamos garantir que o dinheiro seja devolvido para os aposentados e para as aposentadas.

Parlamentares que vieram aqui, num tom de surpresa, e perguntaram para o senhor: "Mas crianças também eram descontados e descontadas?". Presidente, às vésperas da eleição, Governo Bolsonaro... Mudaram a regra e permitiram o consignado do BPC. Permitiram o desconto do auxílio emergencial, Presidente, às vésperas da eleição.

Então, se, infelizmente, crianças foram roubadas também – crianças, inclusive, que recebem BPC –, crianças foram roubadas porque eles abriram a porta às vésperas da eleição para dar consignado.

E, curiosamente, vamos lembrar que foram poucas entidades, poucas entidades autorizadas a fazer o BPC e fazer com que crianças fossem roubadas com consignado ou auxílio emergencial. Poucas! Entre elas, a Caixa Federal, que teve 93% de inadimplência, e o banco do Zema, e o banco da família do Zema.

Então, o esquema da corrupção, envolvendo tudo isso, Sr. Presidente, está absolutamente demonstrado aqui de forma categórica. E o Dr. Gilberto foi brilhante, porque ele mostrou passo a passo o que aconteceu. E mostrou também as medidas acertadas, adotadas pelo Governo do Presidente Lula. Está tudo resolvido? É claro que não está tudo resolvido!

E quero aqui, Dr. Gilberto, dizer que eu quero me somar a todo o esforço que está sendo feito.

Em primeiro lugar, o INSS chegou a ter quase 80 mil servidores, hoje tem menos de 20 mil. As agências estão sucateadas, os equipamentos são velhos, nós temos que modernizar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

softwares, nós precisamos dar condição para que essa instituição possa estar à altura da tarefa que ela sempre teve.

E aí, Dr. Gilberto, eu quero, até mesmo por uma questão de lealdade, dizer ao senhor que eu acho que nós deveríamos fazer alguns esforços para reduzir a fila, para melhorar o atendimento.

E aqui eu quero entrar numa questão, até porque eu falei publicamente sobre ela. Desde essa portaria que disse que a liberação dos consignados seria feita só através do sistema e não mais das agências, nós criamos uma situação que é a seguinte: as pessoas mais idosas, as pessoas mais vulneráveis são as que têm mais dificuldade de mexer na tecnologia. E aí elas não conseguem fazer a biometria e não conseguem liberar, mas a agência não faz mais o serviço, porque o serviço de liberação só pode ser feito pelo sistema. Nós criamos uma situação quase que kafkiana: ele não consegue acessar, ele vai na agência; ele vai na agência, a agência não permite. Nós temos que achar uma solução para isso.

E quando eu defendi que nós temos que fazer um esforço para reduzir o *home office*, não foi de forma alguma com o objetivo de faltar ao respeito com os servidores, porque eu acho que é importante que a gente tenha mais servidores nas agências para garantir um atendimento humanizado exatamente para este cidadão, para esta cidadã que não sabe, que não conhece a tecnologia, que não consegue acessar às vezes um direito. E ela precisa chegar na agência para que esse direito que ela tem possa ser exercido de forma plena.

O senhor deu uma aula aqui hoje, e eu tenho certeza de que o INSS vai sair fortalecido daqui hoje para que a gente possa brigar por concurso público, por mais investimentos, por mais tecnologia, por mais equipamentos, por mais condições para as agências, porque a razão da existência do INSS é atender os segurados. E isso fez a vida inteira. E nós temos que trabalhar para que possa fazer mais e cada vez melhor.

Então, eu gostaria de perguntar ao senhor: estas medidas não acabaram dificultando a vida exatamente das pessoas que mais precisam, e se nós não poderíamos fazer um esforço para aumentar a presença de servidores nas agências para garantir uma atenção humanizada? Infelizmente, por exemplo, no Rio Grande do Sul...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nos últimos dois dias, nós estamos de novo com um grande problema. Hoje, as pessoas foram mandadas de volta para casa das agências, ontem também. Isso acaba tendo toda uma repercussão e não é razoável que a gente não possa encontrar uma solução que dê para o segurado a dignidade que ele merece no momento do atendimento.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Perfeito. Bom, Deputado, obrigado pelas palavras.

É importante a gente receber crítica. Eu costumo falar que, desde que eu fui Ouvidor-Geral da União, eu valorizo muito mais a reclamação e a crítica do que o aplauso e o elogio, porque a gente só evolui com as críticas construtivas, senão a gente acha que está tudo muito bem, e a gente precisa melhorar.

O que ocorre? O INSS, infelizmente, de um tempo para cá, mudou sua vertente, ele imaginou que ele poderia ser um serviço, como o da Receita Federal, que ele poderia ser feito todo de forma eletrônica, fechando agências, fechando o canal de atendimento direto e humanizado, possibilitando que ele acessasse pelo Meu INSS, pelo 135, e fazer atendimento só via agendamento e abriu mão do atendimento humanizado, do atendimento humano.

Logo quando cheguei, fiz várias e várias visitas. Eu visito o Brasil inteiro, e não com viés político, como tentaram falar, porque falaram: "Ele está viajando para o Brasil todo, inclusive nos finais de semana, porque ele quer ser político". Eu falei: "Só se eu fosse para Presidente da República"; porque eu acho que o único cargo que precisa visitar todos os estados da Federação, que têm votos, seria para Presidente da República, senão eu me concentraria em um só.

A ideia é conhecer as agências e as dificuldades das nossas agências. E as nossas agências foram, na verdade, muito sucateadas durante o tempo. Elas foram fechadas e trocado o atendimento humano pelo tratamento digital, com o qual o nosso aposentado e o pensionista não têm familiaridade. Nós abandonamos o servidor do INSS e esse contato direto, para passar para intermediadores, para poder fazer o tratamento desse benefício – o que é ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde que chegamos, estamos tentando a volta do atendimento presencial. Hoje, a gente tem uma relação de teletrabalho, em que 53% dos nossos servidores trabalham exclusivamente presencial. Eu sei que muitos que querem ainda piorar a situação do INSS falam que 70% estão em casa. Cinquenta e três por cento dos nossos 18 mil servidores atendem exclusivamente presencial, 40% remoto e 6,5% semipresencial – ele fica nos dois ambientes.

Por solicitação, e aí que a gente verifica a beleza que é o servidor do INSS... Por solicitação dos sindicatos dos servidores do INSS, eles entenderam que o modelo imposto a eles de PGD dificultava ainda mais esse contato humanizado. E, semana passada, soltamos uma portaria, tirando o PGD como exclusividade, para poder fazer o atendimento dos nossos... da jornada de trabalho, colocando para que os servidores pudessem, junto com a sua chefia, voltar ao trabalho e ao controle exclusivamente presencial.

Estranhamente, alguns jornais viram que a gente estava reforçando o teleatendimento, o teletrabalho, e foi exatamente em sentido contrário. A gente tirou o PGD de obrigatório para colocá-lo como facultativo, possibilitando que os nossos servidores retornem às agências – agências, muitas dessas, que foram fechadas e que foram colocadas numa situação deprimente.

Só para que o senhor entenda e para que todos... Só neste ano, compramos 6 mil computadores para o INSS, porque a maioria dos computadores com os quais os nossos servidores trabalhavam ainda tinham Windows 7, que, além de não rodar os sistemas, colocava uma vulnerabilidade enorme para ataque de *hacker* para buscar informações.

Nós estamos reforçando o parque tecnológico; nós estamos reforçando a questão do atendimento. O atendimento... A gente colocou agora como uma meta – e está aqui o Basso, como o nosso representante, ex-Gerente de Porto Alegre, que veio neste ano para reforçar a nossa equipe – a obrigatoriedade de abrir agências de autoatendimento com auxílio dos nossos servidores. Se a gente fala para ele usar o Meu INSS, eu tenho que ter alguém do INSS ensinando, e não um intermediário a ser feito.

Então, a gente vem trabalhando, com essa volta do atendimento presencial, a retirada desses intermediários. É impossível... A cada agência fechada do INSS, à frente, há vários intermediários pegando, entregando cartão para poder, na verdade, achacar o nosso segurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Isso não pode ser, o INSS tem que voltar a ter a cara, o atendimento, olho com olho, disso. A gente vem fazendo isso, principalmente, com muito êxito, aos finais de semana, com os mutirões.

Hoje, está tendo o Governo do Brasil na Rua, em Campo Grande. Eu estou recebendo fotos de segurado com a carta de concessão de benefício, porque ele fez a perícia, fez a análise assistencial e já saiu com o seu benefício. E é este o nosso projeto: voltar o atendimento presencial nas agências. Não como era antes, com aquelas filas; um atendimento organizado, com agendamento.

Infelizmente, quanto à questão de problemas dos segurados que vão até a agência e voltam, o INSS trabalha com agendamento na sua grande maioria de atendimentos. Você faz agendamento para ser atendido na agência. Os sistemas da Dataprev ficaram duas semanas fora do ar. Não prejudicou só o nosso segurado, prejudicou principalmente o nosso segurado que se deslocou. É uma questão triste, uma questão horrorosa, e ninguém é insensível a isso e ninguém fica mais revoltado do que a gente, porque a gente quer mudar a cara do INSS. Mas os sistemas tiveram problemas, ficamos duas semanas fora; e, agora, com uma mudança de servidor, a expectativa é que eles retornem.

Há uma crescente no número de acessos. Só para que entendam: esse começo do ano, o que gerou a saída do sistema do ar? Com o reajuste do salário mínimo, com o reajuste dos benefícios previdenciários, com a isenção do Imposto de Renda para 5 mil, aumentou a possibilidade de margem consignável, e aquilo que a gente recebia de 3 milhões de acessos passou para 7 milhões de acessos/dia. O sistema não aguentou e caiu.

Estamos num processo de contingência, de análise do que pode ser feito em relação aos sistemas, e cobrando a Dataprev para providências imediatas. O INSS se revolta com isso. Ele, na verdade... Os nossos servidores se desdobram para dar esse tipo de informação e atender o quanto possível isso.

Quanto à questão do desbloqueio de consignado pela face, pela questão de biometria, a gente tentou e até pensou em soltar uma portaria para que, acessando pelo Gov, pudesse ser uma forma facultativa de ele poder desbloquear o crédito consignado. Só que a gente verificou que seria inócuo, porque a gente precisaria da senha ouro para ele poder desbloquear o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

consignado, porque seria mais confiável. E 80% dos nossos segurados são bronze, porque eles não conseguem chegar à senha ouro; ou seja, não era esse caminho.

O que a gente tem de boas perspectivas? Pela questão legal agora, todos os benefícios de aposentadoria, desde 27 de novembro, são concedidos com biometria. O BPC já tem seis meses que é concedido com biometria. A base biométrica dos nossos aposentados, a partir de novembro, assim como a base de beneficiários do BPC, todos têm biometria, e a gente não tem esse problema. Tem uma outra regra: a partir de abril, para os benefícios que são benefício por incapacidade e salário-maternidade, também terá biometria. E, em janeiro de 27, haverá um grande recadastramento com a necessidade de base biométrica. Então, com isso, na pior das hipóteses, em janeiro, estaremos todos com base biométrica na Previdência. Mas a gente acha que isso... A gente não pode esperar até janeiro de 27. A gente não tem como verificar.

E a gente está discutindo com a Dataprev, com os bancos, um meio mais seguro. Se a gente usa a biometria do banco para poder garantir que é aquele segurado, ou, então, com a nova instrução normativa, que deve sair em fevereiro, em março, com a possibilidade de o nosso segurado, assim que tiver um contrato, ele precisar fazer a dupla confirmação, inicial e final, sejam elementos de segurança suficientes, que a gente possa estender, além da biometria, para outros canais.

Então, o que eu peço até: se alguém tiver alguma proposta legislativa, uma proposta de mudanças de procedimento, estamos abertos para esse tipo de mudança. É muito bem-vindo, porque o que a gente mais quer é que o nosso segurado não tenha sofrimento, seja na fila de concessão, seja com dificuldades para conseguir o seu consignado, que é tão importante para ele, porque senão ele não conseguiria crédito com valor muito mais baixo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Atenção, Rondônia.

Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Para interpelar.) – Presidente, meus cumprimentos.

Cumprimento todos os Parlamentares, todos os assessores. Ao Dr. Gilberto, seus advogados, meus cumprimentos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olá, Rondônia. Olá, Brasil. Olá, Porto Velho. Meu estado, Dr. Gilberto.

Dr. Gilberto, observei o senhor desde o início, enquanto estava aqui, ouvindo a fala do grande Relator, e observei que a sua fala foi uma fala, assim, olha... Parece que tudo estava maravilhoso, está maravilhoso no INSS. De repente, quando o Relator apresentou as diversas caras da turma do PT, que enfiou o pé na jaca dentro do seu órgão, de que o senhor hoje é Presidente, o senhor mudou a feição, mudou totalmente. E nada foi dito, e talvez não perguntado... O que dizer o senhor, como Presidente do INSS, do filho do Lula, que roubou, segundo a Polícia Federal; do irmão do Lula, que roubou o INSS, segundo a Polícia Federal; que a nora do Lula está dentro do rolo; e muitos, Careca, e outros, e outros, e outros... O que o senhor tem a dizer disso, o senhor hoje como Presidente do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – De nenhuma dessas informações eu disponho, Deputado. Desculpa, eu não tenho nenhuma informação sobre essas autoridades ou parentes de autoridades com roubo dentro do INSS.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Entendi. É isso que eu estou dizendo. Parece que o senhor está no mundo da lua; o órgão do senhor está um outro órgão, diferente do passado.

O órgão é o mesmo. O órgão que foi roubado é o mesmo! O senhor deveria pelo menos ter conhecimento de quem roubou o instituto – aliás, o instituto de que o senhor é o Presidente.

Outra coisa, Presidente: tudo o que acontece dentro do INSS, a responsabilidade é sua. O senhor não é o Presidente? Não importa que seja com o diretor ou mesmo com a pessoa que tome conta da limpeza lá, a responsabilidade é sua. O senhor tem que saber se o diretor tem a ver com o rolo do Ceará. Tem que saber! A responsabilidade é sua!

Mas... vou lhe apresentar um dado aqui, Presidente. Está circulando uma notícia plantada de que o Sr. Eli Cohen, revelador das fraudes do roubo dos aposentados, teria pedido dinheiro para mostrar que sindicatos ligados ao Lula estariam roubando os aposentados, e que até treinamento ele recebeu.

Imaginemos, apenas por hipótese, Presidente, que tudo isso fosse verdade: que o Sr. Eli Cohen tivesse, de fato, pedido dinheiro para direcionar denúncias, que tudo não passasse de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

grande *media training*. Um roteiro ensaiado, pago, fabricado – isso é importante. Se isso fosse verdade, então precisamos aceitar uma consequência óbvia: nada do que está sendo denunciado aconteceu; nenhum aposentado foi lesado; nenhum centavo foi roubado; nenhum desconto irregular existiu. É, tudo seria invenção, tudo seria encenação, e tudo seria *marketing*.

Logo, eu me dirijo aos aposentados do Brasil: fiquem tranquilos. Segundo essa tese absurda, nenhum dinheiro saiu da conta dos aposentados. Tudo foi teatro. Foi tudo *marketing*. Foi tudo *media training*.

Agora, se foi tudo teatro, eu faço uma pergunta simples, direta e inevitável: por que o Governo Federal está desesperado para pagar e ressarcir os aposentados, e já começou a pagar? Por quê? Se ninguém foi roubado, por que o Governo Federal está pagando? Se não houve crime, por que há ressarcimento? Se tudo foi inventado, quem exatamente está sendo indenizado? E por qual motivo?

Essa contradição desmonta essa narrativa ridícula por completo. Ou houve roubo ou o Governo está devolvendo dinheiro de quem nunca foi tirado – o que seria um escândalo ainda maior. Dizer que isso tudo é fruto de *media training* não é só ofensivo à inteligência da população. É uma palhaçada! É desrespeitoso com milhões de aposentados que tiveram, sim, dinheiro retirado das suas contas.

E mais: aquele policial que fez a acusação inicial voltou ao cartório e disse que errou, que nunca era bem assim. A pergunta que fica é: por quê? A troco de que alguém faz uma acusação grave dessas e depois recua? Isso, sim, precisa ser investigado.

E digo mais. Um Deputado da esquerda, não vou falar o nome, se a intenção é trazer pessoas com base em depoimentos frágeis, de gente que já voltou atrás, então vamos investigar tudo, vamos abrir o foco. E agora, Presidente, eu quero, sim, convocar o marqueteiro do PT. Quero saber se hoje, no Ministério das Comunicações, há dinheiro do Governo Federal irrigando eventos desses sindicatos. Quero saber se há verba pública financiando eventos que fingem homenagear trabalhadores enquanto aposentados são roubados. É importante. Quero saber se há recursos públicos sustentando essa estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, estou formalmente falando ao senhor e vou fazer o pedido defendendo a convocação do marqueteiro do PT, para esclarecer se existe dinheiro do Governo Federal nesses sindicatos que lesaram aposentados. Isso não é perseguição, isso é coerência, isso é investigação de verdade. A verdade é que os sindicatos roubaram os aposentados, que precisam receber dinheiro para mostrar que os sindicatos sempre foram redutos do Lula. É uma verdade isso. O senhor não esperava isso, Presidente. Nós precisamos saber disso, porque este Governo contratou não sei quantos *media trainers* e tal para estar sempre mostrando que o Governo não é bem assim, não rouba o povo e muito mais coisas. Inclusive, tem uma CPI para investigar o Ministério das Comunicações. Essa é uma realidade e isso eu vou fazer. Quero aqui o marqueteiro do PT para esclarecer esses fatos aqui, Presidente.

Deixo uma informação para o senhor, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

No meu estado, vou até falar a cidade, Guajará-Mirim, tem um barco, PREVBarco, que estava emborcado no rio por meses, desemborcaram o bicho, soltaram a carcaça, e os índios, os indígenas, os quilombolas, os beiradeiros estão passando dificuldade, porque o barco há meses e meses não percorre os rios Mamoré e Guaporé, por falha do seu órgão, que não dá a atenção devida. E lá em Guajará, lá em Rondônia, esse barco é muito importante para atender pessoas que dependem dessa embarcação no leito dos rios Guaporé e Mamoré. Solicito ao senhor que veja isso de imediato, para que Rondônia não fique mais à mercê da irresponsabilidade do seu órgão, o INSS.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O senhor gostaria de comentar?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, só para esclarecer, eu sou responsável realmente por tudo que ocorre no INSS a partir de 30 de abril. A partir de 30 de abril, as gestões, o que ocorre realmente é responsabilidade minha. Quanto à questão se existiu ou não irregularidade, o próprio INSS, a Advocacia-Geral da União, o Governo Federal vai ao Supremo reconhecendo a fraude e pedindo para poder pagar aos aposentados e pensionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, nunca na história, a relação parte de quem quer pagar para dentro da administração pública, é algo que inverte a lógica. Geralmente a gente se defende, falando que não é responsável. Dessa vez, não. A gente assume a responsabilidade e fala: "Eu vou pagar". E por isso, R$2,9 bilhões já foram depositados para os nossos segurados.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Só falta assumir que o Governo Lula roubou os aposentados! Isso os senhores não assumem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel, por favor, deixa ele terminar, por gentileza.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, depois dessa questão do desconto, então... Tem uma ação judicial, tem uma petição da AGU informando que houve irregularidades e que, efetivamente, o interesse do INSS é ressarcir. Então essa é a regra, isso está documentado, isso não está escondido em lugar nenhum. Isso, na verdade, foi uma inovação. A questão de não judicialização foi fundamental para a gente resolver o problema de quem mais precisa. Então, há uma demonstração clara de que o evento dos descontos indevidos ocorreu. Ninguém colocou, ninguém quis trazer um novo discurso.

Quanto ao PREVBarco, o que eu posso trazer para o senhor é uma boa novidade: nós, no ano passado, adquirimos mais dois PREVBarcos, um para o Pará e outro para Rondônia, porque a gente sabe como um PREVBarco faz a diferença nessa população. O nosso PREVBarco volta a correr o Rio Amazonas agora, em fevereiro, depois do Carnaval, e ele tem uma importância local fundamental e é prioridade para a gente atender essa população ribeirinha. É uma população que é muito carente, e precisamos desse tipo de tratamento. Então, para o senhor, nós temos a nossa... A solidariedade do INSS com essa população ribeirinha de Rondônia, Manaus e Pará.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por 15 minutos.

(Suspensa às 18 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Na sequência, o Deputado Rogério Correia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Gilberto, eu queria também parabenizá-lo. A sua explanação nos trouxe esperança de que o INSS tem jeito, ou seja, a previdência pública tem jeito, porque esse é o debate fundo. Se dependesse dos neoliberais, da direita, da extrema-direita, nós só teríamos iniciativa privada na previdência. Eles defendem a iniciativa privada, o não Estado – em especial o Novo, mais radicalmente –, e os outros, um Estado diminuído.

Nós defendemos, do Partido dos Trabalhadores, do campo progressista, o Estado presente e, portanto, a previdência pública. Por isso, o INSS nos é fundamental. O Dr. Gilberto nos trouxe a esperança desse INSS, mostrando que o INSS tem jeito e está sendo agora reabilitado, reconstruído, porque ele foi praticamente destruído – em particular, a partir dos Governos Temer e Bolsonaro. Aliás, o Estado brasileiro está sendo reconstruído no Governo do Presidente Lula.

Eu coloco o primeiro quadro ali, e aquilo já é uma palavra de esperança: 2,9 bilhões devolvidos a 4,2 milhões de aposentados e pensionistas, que é a lâmina que o Dr. Gilberto nos trouxe. Olha que esperança!

E ali, quem vai pagar a conta serão os "*golden boys*", o Careca do INSS, a Ambec, o Camisotti, o Master, o advogado de sustentação, o Pastor Zettel, Vorcaro. Eles pagarão a conta. E essa esperança, quando o senhor nos traz, Dr. Gilberto, é uma esperança para o povo brasileiro. A aposentadoria tem que ser pública, não pode ser privada.

Eu parto para outra lâmina, olhe lá. Extrato de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) Banco Master. É bom olhar a assinatura, 17/09/2020. Quem fez com que o Banco Master deitasse e rolasse em cima do aposentado, está ali a assinatura – só falta escrever Jair Bolsonaro –, mas foi ele.

Vamos ver a próxima.

Ali são as instituições. O Relator... Eu chamaria a atenção dele porque esse detalhe ele não viu. Dessas 17 instituições que foram desativadas, não foram aceitas, tomaram bomba, 14 são do Governo Bolsonaro, Relator. Eu sei que V. Exa. gosta muito de ver de 2023 para cá, mas olhe um pouco para trás, porque o passado faz parte do presente: em 14 dessas entidades foram ACTs firmados com bancos durante o Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com isso fica claro que nós vamos repetir o que aconteceu com o crédito consignado... Desculpe, o que aconteceu com o desconto associativo, da mesma forma foi no crédito consignado: obra pronta de Jair Bolsonaro, infelizmente de um Governo que não deu certo, e está sendo consertada agora pelo INSS. As ações que foram colocadas aqui pelo Dr. Gilberto são fundamentais para a gente ter moralização nesse processo.

Mas eu queria chamar a atenção do Presidente, porque eu já vi anunciando ali...

Não, há uma antes dessa.

O Presidente anunciou ali que quer convocar de novo, colocar em votação pela terceira vez o requerimento do Lulinha, filho do Lula – é o outro, não é esse –, mas eu pediria que V. Exa. – é esse aqui —colocasse para a gente, Sr. Presidente, convocasse, colocasse em votação o requerimento do filho do Bolsonaro, e eu vou mostrar a V. Exa. por que isso tem que ser feito.

Eu pediria a V. Exa. só que me desse mais um tempo para que ele pudesse localizar a lâmina. É antes daquela e seria importante que eu colocasse. É antes dessa. Ah, essa, exato.

Presidente, me dê mais um tempinho aí porque é importante. Eu quero mostrar a V. Exa. que é preciso quebrar o sigilo bancário do escritório de Flávio Bolsonaro, dele próprio, e que ele tenha que vir aqui esclarecer alguns fatos. Eu começo ali pela figura dele, mas já chamo atenção, à direita ali, para a mansão dele, 5,9 milhões. Não quero discutir como é que ele conseguiu esse dinheiro, isso é outro problema de outra CPI, mas ali funciona também um escritório de advocacia que ele fez depois de comprada a mansão de 5,9 milhões.

Para esse escritório de advocacia ele convidou para ser administradora a Sra. Letícia Caetano dos Reis, que está ali do lado esquerdo do Sr. Flávio Bolsonaro. Se nós pegarmos a seta laranja, nós vamos encontrar, aí descendo, o Sr. Alexandre Caetano dos Reis, que é irmão da Letícia e é sócio do Careca, mas não é apenas sócio, ele está preso com o Careca do INSS. Esse senhor, o Careca do INSS, portanto, tem uma ligação muito estreita com a pessoa que é administradora, que é a Sra. Letícia Caetano dos Reis, de Flávio Bolsonaro.

Mas se for mais para a esquerda, vocês vão ver que o Willer Tomaz – e esse aí está também devendo coisas lá na CPI da Covid, que eu vou mostrar daqui a pouco –, ele é amigo, e muito amigo, pessoal de Flávio Bolsonaro. Ele foi quem indicou a Sra. Letícia. E esse Willer é também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

advogado em processo do Alexandre Caetano, que é esse que está preso, sócio do Careca do INSS.

Portanto, essa ligação é muito estreita. E ela piora ainda, se nós chegarmos ali ao Milton Salvador, que é o contador do Antônio Careca, que repassou R$120 mil para o Careca, vindo lá do Sr. Willer Tomaz, amigo de Flávio Bolsonaro. Essa relação nos coloca, no mínimo, para ver a relação desses R$120 mil que foram aí desviados.

Isso é uma pequena demonstração da relação existente entre Flávio Bolsonaro e o esquema de Antônio Carlos Camilo Antunes.

V. Exa. pode achar que isso é pouco, mas aí eu passo para o outro quadro, que talvez faça melhor. Eu passo depois para vocês uma cópia, para vocês terem e passar para o Flávio Bolsonaro, para já adiantar a ele o serviço. Mas essa aí também é importante que a gente veja.

A CPI quer acessar dados, isso é a CPI agora da Covid. Vocês vão ver que as mesmas pessoas vão estar envolvidas em todo o processo e foram inclusive indiciadas no processo da CPI da Covid. Vários foram indiciados. E essa turma se ligou também à Ambec, do Careca do INSS. E essa relação vai ficar fácil de se ver.

Mas olha, indiciados, por exemplo, o Sr. Emerson Maximiano, que é sócio da empresa Precisa, que é aquela da Covaxin, que foi superfaturada, isso foi visto na CPI da Covid. Esse está indiciado e é amicíssimo do Flávio. O Danilo Trento, que não veio aqui, aliás, ele não veio e nem o Camisotti. Engraçado que são os únicos dois que me parece que caíram nas teias de não precisar nem de vir. Parece que mexeram os pauzinhos lá para não vir nem Camisotti, nem Trento. Todos amigos, e muito amigos, de Flávio Bolsonaro. Danilo Trento, já conhecemos, amigo de Flávio e sócio da empresa Primarcial Holding e Participações Ltda. e Diretor de Relações Institucionais da Precisa, também lá indiciado na CPI.

As relações vão levar a que nós liguemos todo aquele crime que ocorreu na CPI da Covid com o que aconteceu agora com a Ambec, com o Careca etc. Se nós não chamarmos o filho do Bolsonaro para estar aqui e ficar apenas na cortina de fumaça do filho do Lula e do irmão do Lula, nós não vamos conseguir realmente desvendar todo esse procedimento que veio a partir desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

crime. O filho do Bolsonaro está envolvido nesse processo. É preciso que ele seja também investigado.

O que eu peço ao Presidente é que, quando levar em consideração um, se V. Exa. quiser cantar a música no Fantástico, pela terceira vez, de um requerimento, coloque na votação pelo menos uma vez o do filho de Jair Bolsonaro.

Agora, eu queria dizer também que o fundo Master investiu na BSF, do Trento, na Conafer – é outra relação importante –; BSF do Trento com a Conafer, que aqui já esteve várias vezes.

Enfim, é preciso também que a gente veja uma outra figura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... para vir aqui, que é o Pastor Zettel. Esse Pastor Zettel é sócio e é cunhado de Vorcaro. Não há por que o Vorcaro ser convidado e não ser convidado o braço direito dele, que faz investimentos – V. Exa. sabe –, fez investimentos pesados em vários processos do Banco Master e está ligado também à questão dos consignados. É preciso quebrar o sigilo dele – também tem o requerimento – e o sigilo do Clava Forte Bank, porque, pelo que eu sei, é ali que Zettel colocava muitos recursos, vindos, inclusive, do Banco Master.

É outra averiguação que precisa ser feita, ou seja, eu acho que nós não podemos deixar de analisar as hipóteses que estão aqui colocadas, porque senão a gente fica na mesmice de se tentar apenas fazer uma disputa política e ideológica e não verificar os casos. Eu acho que esse caso do filho do Lula e do irmão do Lula já passou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Boa noite ao Presidente Gilberto, Presidente do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente aqui, Gilberto, eu destaco que, enquanto Deputado Federal do Estado do Maranhão, eu preciso chamar a atenção a problemas que não atingem só o Brasil, mas especialmente o meu estado.

Me chamou a atenção aqui, durante a oitiva, que, no dia 14 de novembro de 2025, o senhor pediu a exoneração, ao Sr. Wolney, da Sra. Lea, que o substituiu. O senhor confirma esse pedido de exoneração?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Confirmo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Esse pedido de exoneração, por alguma razão, tem relação com o fato de, durante o seu período de afastamento, a Lea ter promovido o Weslley Aragão Martins?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Também.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Tem relação...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não só, mas por questões também administrativas, técnicas, por não apresentar o projeto para fila – cuidando – do PGB, por ter estourado o orçamento, entre outras coisas.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quando o senhor fala "também", o senhor pediu a exoneração da Lea, que promoveu – nomeou novamente e promoveu – o Weslley, que o senhor havia exonerado, em razão dessa exoneração do Weslley, ter relação, por exemplo, com 53 ACTs (Acordos de Cooperação Técnica), realizados com os sindicatos da pesca do Estado do Maranhão, que têm vinculação com o Deputado Estadual Edson Araújo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – O que ocorre, Deputado: o Maranhão se destacou negativamente quanto a concessões de seguro-defeso e salário-maternidade rural que chamavam muito a atenção e que estavam sob a gerência dele. Por isso, a gente entendeu por bem exonerá-lo naquele momento; passou para a Diretoria de Governança, que está fazendo a análise; e encaminhou para a Corregedoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

No meu entender, e, quando chegou a mim, não era caso para poder nomeá-lo, mas a minha substituta entendeu – pesquisando a Corregedoria, que não tinha nenhum processo formalmente instaurado contra ele – que poderia nomeá-lo.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Gilberto, eu agradeço a sua resposta.

O que nos chama atenção – eu acredito que deve chamar a atenção também do senhor – é que o Estado do Maranhão não é o estado que tem a maior bacia hidrográfica do país, mas é o estado que, no período, de 2023 a 24, teve um aumento de mais de 130 mil seguros-defeso, que é aquele benefício pago a quem vive da pesca. Durante esse mesmo período, se a gente analisar outros estados da Federação, nenhum outro estado apresentou aumento do seguro-defeso. Teve estados, inclusive, em que teve um aumento, mas bem pequeno. Mas, na grande maioria, não teve aumento de concessão de seguro-defeso.

Isso também chamou a atenção do senhor? Por isso que o senhor promoveu a exoneração do Sr. Weslley e foi pedir a exoneração da Lea, porque, ao invés de ela manter a exoneração, ela não só o contratou novamente, mas promoveu o Sr. Weslley?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Exatamente.

Nós encaminhamos esse fato inicial do seguro-defeso para a CGU e também para as nossas instâncias internas de controle para poder fazer melhor a análise do fato.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu parabenizo o senhor, Gilberto, porque essa sua resposta esclarece muito essa questão e condiz um pouco com o seu histórico de probidade, de combate à corrupção, de corregedor, de procurador federal.

É disso que o nosso país precisa.

Ainda nesse sentido, eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade de encontrá-lo pessoalmente, enquanto Presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência aqui da Câmara Federal, e lhe fazer um questionamento sobre uma realidade que tem feito muitas pessoas com deficiência, diferentemente desses pescadores mentirosos, que nem aquário têm em casa... São pessoas com deficiência que recebiam o BPC e estão sendo convocadas para uma reavaliação. E, com essa reavaliação, mesmo diante de um laudo, constatando o diagnóstico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

deficiência, essas pessoas estão tendo o benefício BPC cessado. E esse benefício, de apenas um salário mínimo, é essencial à sua vida, saúde e segurança.

Eu queria pedir à equipe aqui da Consultoria que colocasse essas imagens no eslaide, por favor.

Essa menina aqui, Sr. Presidente, é a Emmylly de Jesus Mendes. Emmylly de Jesus Mendes Bastos tem o diagnóstico de autismo.

Pode passar para a próxima imagem.

Esse aqui é o diagnóstico de autismo. Ela é lá da minha cidade, a cidade de São Luís do Estado do Maranhão.

Está aqui o laudo médico: espectro autista, suporte nível 2.

Teve um PL 4.614, que queria tirar o BPC de pessoa com autismo nível de suporte 1, que nós derrubamos aqui na Câmara Federal. Ela é autista de nível de suporte 2.

Está aqui o laudo, a Dra. Maria Leticia Vale Figueiredo, médica, médica neurologista, o assinou, declarando que ela tem autismo nível de suporte 2.

E, mesmo assim – pode passar para o próximo eslaide – ela foi convocada para uma reavaliação do INSS, e a reavaliação disse o seguinte – está aí, eu destaco: "O benefício foi reavaliado. Não foi comprovado o impedimento de longo prazo".

Isso é um absurdo.

Mais um caso, por gentileza. Mais uma criança.

Esse aqui é o Arthur Adriano Santos, é uma criança com deficiência, também autista.

Pode passar para o próximo eslaide.

Está aqui a declaração do médico, mais um psiquiatra, o Dr. Diogo Monteiro, afirmando que ele é autista não verbal.

Próximo eslaide, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está o resultado da convocação para a reavaliação. Uma pessoa com deficiência foi convocada para uma nova avaliação. E o que aconteceu?

Pode passar para o próximo eslaide.

Cessaram o BPC. Tiraram o BPC de uma criança que tem direito ao BPC.

Mais um eslaide, por gentileza.

Aqui é o caso que mais nos chama a atenção.

Eu tenho aqui milhares de casos que acontecem no Brasil todos os dias.

Essa criança que aí vocês estão vendo é a Graziele de Jesus Neves. Todos aqui conseguem ver na imagem. Não é preciso um médico dar o diagnóstico, mas é possível perceber. Existem deficiências que não são visíveis. Porém, existem deficiências que são visíveis. Você olha e não precisa ser neuropediatra, não precisa ser psiquiatra, não precisa ter estudado Medicina para constatar o diagnóstico de uma deficiência. Essa criança, a Graziele de Jesus Neves, tem nanismo. É uma deficiência.

Eu pergunto ao senhor, Presidente: pessoas com deficiência têm direito ao BPC se elas não tiverem, por exemplo, uma renda familiar não superior a um quarto de salário mínimo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, Deputado, obrigado pelo questionamento.

Ficamos sensíveis, também, a esses casos...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas... Só uma pergunta. Eu vou passar ao senhor, mas a pergunta que eu fiz: tem direito ao BPC?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela tem, tem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sim. Nesse caso aqui, o senhor consegue perceber que a Graziele, ela tem nanismo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Pela imagem, é claro. Mas, antes de passar ao senhor para continuar a responder, pode passar o próximo eslaide, por gentileza? Está aqui, ó,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

comunicação da decisão, lá em Guarulhos: "O seu benefício foi reavaliado, não foi comprovada a deficiência, e o pagamento será encerrado". Ou seja, o que está acontecendo, senhoras e senhores, são condenações em caráter perpétuo. Tirar de uma criança com deficiência comprovada, latente, visível, o direito ao BPC é um absurdo.

E aí eu pergunto agora ao senhor: o que o senhor tem a me dizer sobre essa situação? O senhor, enquanto Presidente do INSS, que tem uma carreira, até aqui, brilhante, não é possível que não possa tomar uma decisão para fazer com que essas crianças não tenham a perda do BPC, e que essas crianças que foram injustamente convocadas para uma reavaliação possam receber novamente o BPC, um valor de apenas um salário mínimo. O que o senhor pode fazer sobre essas crianças?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, Deputado, é até uma questão importante – agradeço esse questionamento. O INSS, na verdade, recebe muitas vezes a culpa de algo que não tem.

O que ocorre? Os médicos peritos federais...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... que não são do INSS, eles são vinculados ao Ministério da Previdência Social.

Desde 2019, a carreira de perito médico federal foi tirada do INSS e está dentro do Ministério da Previdência Social. O INSS não tem qualquer ingerência sobre os médicos peritos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – ... nem com agenda, nem com resultados, nem a parte correcional, também.

Então, o que eu peço ao senhor é que esses casos sejam reportados ao Ministro Wolney. Tenho certeza de que ele vai tomar as providências adequadas, até mesmo para adequar procedimentos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, nesse caso, o que o senhor está afirmando é o seguinte: como esses peritos não são peritos do INSS, mas sim, peritos federais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

vinculados ao Ministério da Previdência, eles não teriam a mesma *expertise* técnica de um perito do INSS para fins de reavaliação dessas pessoas que têm direito ao BPC e estão perdendo esse benefício?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não. Na verdade, os peritos do INSS, que estavam vinculados até 2019, eles foram repassados ao Ministério da Previdência. Nós não temos, na verdade, condições de dar treinamento, de punir, de verificar a atividade deles.

O que ocorre? Quando é questão de deficiência ou incapacidade, o servidor do INSS é vinculado ao laudo médico. E o laudo médico do perito, se ele fala que não tem deficiência, não tem a incapacidade, o INSS não tem condições técnicas de suplantar aquela decisão para poder conceder ou manter o BPC.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente Carlos Viana...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... apenas para fins de conclusão, essa situação é muito grave. O Presidente do INSS, Dr. Gilberto, acaba de afirmar que esses peritos, que estão vinculados ao Ministério da Previdência, não têm o INSS à gerência. Ou seja, eu queria registrar essa afirmação para que os advogados que estão nos acompanhando, para que as crianças, para que as famílias de pessoas com deficiência possam pegar esse registro que está aqui na CPMI do INSS, que possam ingressar com ações judiciais para revogar essas decisões do INSS.

E aqui eu clamo ao senhor, Sr. Gilberto, que fale com o Ministro Wolney – a base do Governo aqui –, que fale com o Ministro Wolney, porque o que está acontecendo é o seguinte: tantos governos se elegem para defender aqueles que mais precisam, e o que a gente está vendo aqui não é só a condenação injusta a pessoas que tanto precisam, mas, além de tanto precisar, são pessoas com deficiência. Então, isso é um absurdo! Enquanto tem pescador que não é pescador, enquanto tem vagabundo, criminoso, que não é pescador recebendo seguro-defeso sem ter direito, estão tirando o direito ao BPC de pessoas com deficiência.

Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... por me permitir concluir essa afirmação.

Mas eu queria muito também que V. Exa., enquanto Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, oficiasse o INSS, oficiasse o Ministério da Previdência – farei isso também pelo meu gabinete, pela Comissão da Pessoa com Deficiência –, porque a gente precisa acabar com o sofrimento dessas pessoas que merecem e têm direito ao BPC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero começar saudando o nosso depoente, o Sr. Gilberto, Presidente do INSS, as pessoas que o acompanham, em especial a Sra. Marcia, que foi tão citada aqui, Marcia Regina. Quero saudar a todos aqui.

Eu vou tentar fazer uma fala que, após a fala, acredito que o Sr. Gilberto vai se sentir à vontade para falar porque a gente só tem dez minutos.

Eu queria começar aqui dizendo o óbvio. Quando se fala que o Presidente Bolsonaro armou um esquema de corrupção dentro do INSS para roubar aposentados e presentear sindicatos de esquerda que estão nas ruas fazendo algazarra e invadindo propriedades é de uma incongruência e de uma falta de bom senso tão grande que beira o ridículo.

Mas pasmem, senhores, eles não cansam. Eles não se acovardam. Eles vêm para cá com a cara lisa! Eles vêm para cá impávidos. Eles vêm para cá incólumes, porque ficam apanhando em todas as sessões e repetem as mesmas bobagens, as mesmas asneiras. É o ladrão que rouba uma carteira de alguém numa feira e sai gritando "pega ladrão" para desviar a atenção.

Eu ouvi aqui, ao longo de quase seis meses, várias e várias versões a respeito do que aconteceu. A mais engraçada, infelizmente o Sr. Gilberto começa corroborando, mesmo que de forma subliminar – ele depois pode falar a respeito... "Ah, o roubo começa em 2019".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, a história, vamos lá. A lei é de 1992. Para a gente não entender: escolinha do Prof. Marinho. O primeiro ACT: 1994 – aprendam, senhores –, Contag. Sabe quem fez a lei? Aquele que disse que o PT está voltando à cena do crime: Alckmin.

De lá para cá, Sr. Presidente, os aposentados rurais foram presas fáceis pela sua, talvez, dificuldade de acesso a informações ao longo de mais de 30 anos.

Eu acredito que os governos se dividem em três: os que combatem a corrupção e começam assim – está aí a MP 871, como o nosso Governo começa, de combate às fraudes, e que o PT votou contra; os que são coniventes e cúmplices, que é o caso do Partido dos Trabalhadores; e aqueles que aparentemente acordam do sono da Cinderela, que é o caso do Partido dos Trabalhadores, que começa a agir quando não pode fazer diferente.

V. Exa., ilustre depoente, entra na função de Presidente do INSS em abril de 2025, quando a porta estava escancarada, o roubo havia sido perpetrado. A quadrilha se instalou com a conivência e cumplicidade daqueles que aqui vieram – e foram defendidos pelo PT. Afirmaram aqui, impávidos: "Somos progressistas, respeitamos a Presidenta Dilma". Presos: o Sr. Stefanutto, o Sr. Virgílio, o Sr. André Fidelis – o ovo da serpente –, que foram encrustados na burocracia do INSS desde sempre.

E aí nós escutamos aqui... Aliás, me permitam fazer uma analogia, uma comparação. Por ocasião da votação do tal do vale-gás, nós escutamos aqui o Líder do PT, o ex-Líder do PT lá na Câmara dizer: "Olha, tem 12 milhões de famílias brasileiras que cozinham a lenha; precisamos resolver o problema". Faz 18 anos que eles governam o Brasil! De quem é a culpa? Quem permitiu o atraso? Quem permitiu que essas pessoas estivessem na situação em que se encontram, dependentes do Estado brasileiro? Eles olham para o lado e dizem: "O INSS está sucateado". Este é o quarto ano do Governo do "Dilmo"! O quarto ano, e parece que a administração começou agora e tudo é culpa do anterior, esquecendo o que aconteceu anteriormente.

Senhores, menos! Menos hipocrisia – por favor, coloca na tela –, menos incoerência, menos narrativa!

Nós assistimos aqui, e eu fiquei preocupado, porque tenho o maior respeito por V. Exa., Sr. Gilberto, tanto pelo fato de V. Exa. estar assumindo uma posição extremamente difícil, nessa hora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

em que o roubo aconteceu... E este Governo tem muita dificuldade de conviver com uma ação, eu poderia dizer, moralizadora. Aliás, V. Exa. foi boicotado! Quero me solidarizar com V. Exa. V. Exa. demite um funcionário que sofre um processo – um processo de ilicitude – e V. Exa. é desmoralizado por este Governo; e V. Exa., infelizmente, teve que aceitar, para continuar onde estava – V. Exa. sabe os motivos. Na sua ausência!

Este Governo, em 2019, começa com 2,17 milhões – pode deixar lá, companheiro, por favor –, de pessoas que – 2,779 milhões, aliás – tinham desconto associativo. Termina, em dezembro de 22, com 60 mil pessoas a menos! Em dezembro de 24, tem 7,548 milhões. Houve um acréscimo brutal. O número de reclamações subiu 1,5 milhão por ano!

Quando tinha 30 ou 40 mil reclamações por ano, a Sra. Marcia Regina, Diretora de Benefícios, juntamente com a Direção do INSS da época, rescindiu quatro ACTs, e V. Exa. já fez duas afirmações – duas. A primeira que, em função dessa ação que a senhora Marcia impetrou como funcionária pública, como servidora, ela foi demitida! V. Exa., talvez, não tenha sido bem-informado, e eu peço até ao Presidente que, se for o caso, dê espaço para a Dra. Marcia se posicionar, porque essa ação aconteceu em julho de 2019!

Prestem atenção aqui à escolinha do Sr. Marinho, inclusive o senhor, ilustre Presidente: ela foi afastada da direção sete meses depois. Ela saiu em fevereiro de 2020. E, quando saiu, foi ocupar um outro cargo de relevo e de importância dentro do INSS – ela não foi defenestrada. Ela passou a ser, inclusive, depois, até o final de dezembro de 2022, assessora direta do Presidente do INSS.

Então, ou V. Exa. foi mal-informado, ou V. Exa. está mal-intencionado. Eu espero que seja a primeira posição, e que se informe com a Sra. Marcia, que está aí ao seu lado.

A segunda questão que V. Exa. afirmou, que me chamou a atenção.

Passa aí o próximo quadro, por gentileza.

Nunca houve fiscalizações, porque o ano foi 2019, o ano de virada, ano da chave. Cinco ACTs foram rescindidos em 2020. Não sei se V. Exa. sabe, se informe na sua assessoria lá na Previdência – V. Exa. veio para uma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, em 2020, mais cinco foram rescindidos. Em 2021, foi suspensa outra, inclusive com a Conafer, por três meses. Então, veja, V. Exa. faz duas afirmações que não correspondem à verdade.

E a gente tem que ter muito cuidado, muito cuidado com o que está falando aqui, porque isso vai constar num relatório em que pessoas vão ser responsabilizadas pelo roubo que perpetraram contra aposentados no Brasil. E me desculpe a indignação que me toma conta, porque, como V. Exa., fui e sou servidor público, servindo ao Estado brasileiro, e agora servindo ao meu país como Senador da República.

Nós estamos diante de uma situação em que a mentira, a desinformação e a narrativa são muito mais importantes para este Governo do que apurarmos a realidade dos fatos.

Passe para o próximo.

(*Soa a campainha.*)

A questão não é a regra, é o *animus* do gestor. Desculpe, eminente Presidente Gilberto, me chamou a atenção. V. Exa. foi corregedor durante quatro anos, ouvidor mais quatro anos. V. Exa. é um funcionário público exemplar de carreira.

Os vossos relatórios se baseiam em ânimo? V. Exa. é psiquiatra, psicólogo? Ou é um servidor da lei? Me desculpe, e me pareceu extremamente subjetiva a afirmação de V. Exa. E nós estamos aqui encarando isso com muita seriedade.

Feito isso, eu não vou nem rebater o que foi dito por aqueles que me antecederam, mas quero dizer que caiu a ficha: o PT já entendeu que vai perder as eleições. Ganhamos as eleições. E ganhamos com antecedência, porque esse é um Governo que faliu moralmente, há muito tempo.

É mercadoria vencida. Ela apresenta as mesmas soluções, com os mesmos métodos e com os mesmos personagens. E nós sabemos qual é o resultado. Corrupção generalizada, aparelhamento da máquina pública, desmonte do Estado brasileiro em função de um projeto de perpetuação de um partido no poder. E que se exploda o Brasil. Mas nós, aqui, neste fronte ou em qualquer outro, não vamos permitir.

Eles não passarão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Nós estamos aqui atentos.

E esse tipo de desqualificação que é feita aqui de forma reiterada, para desviar a atenção, como foi feito agora contra o Sr. Flávio Bolsonaro...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pela régua de quem falou...Estou concluindo, Sr. Presidente. E, pela régua de quem falou, porque um assessor administrativo é parente de alguém que está denunciado, e isso significa crime. Então, o Sr. Lula é um criminoso, porque o Sr. Lulinha está sendo acusado de receber aqui R$300 mil.

Não sou eu que estou dizendo, não, é a régua de quem me antecedeu. E o Sr. Wolney é outro criminoso, porque o seu assessor, naquela malfadada fotografia da associação criminosa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... recebeu R$50 mil reais do Careca.

Então, pela régua de quem me antecedeu, ambos são criminosos, só para ficar nesses dois exemplos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Sr. Gilberto, e o senhor, por gentileza, responda as questões que foram colocadas pelo Senador Marinho em relação às informações que o senhor prestou a esta Comissão.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Claro.

Bom, bom, Senador, boa tarde. O que a gente tem de informação, e eu posso confirmar, é que rescisão, por parte do INSS, por descumprimento de ACT, foram aquelas quatro da Sra. Marcia.

As outras foram a pedido da entidade, que foi no ano de 2020, e não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não está correto, o Senador, por gentileza, se informe, se informe.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, é... mas assim, é a informação que eu tenho, a gente está com a planilha aqui...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O senhor está mal-informado, eu lhe asseguro que está mal-informado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador, vamos deixá-lo responder, por gentileza.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Que seria a SINDAPB e STERFRJ-STRFERJ e depois ... O que eu me comprometo a fazer, e passar para a Comissão, é confirmar se houve o pedido da instituição, se foi alguma punição, mas essa é a informação que eu tinha até o momento. O que eu me comprometo é analisar, verificar essa situação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor está mal-informado.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Exatamente, eu pedi agora, inclusive, para a Dra. Marcia, que o senhor citou, e foi me passada essa relação com essas informações.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E eu pediria que o Presidente autorizasse a Sra. Marcia, por gentileza, a falar se for o caso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não é possível, Excelência. Não é possível.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... porque foi colocada aqui uma ilação, que após ela tomar uma decisão, que foi uma decisão que eu quero aqui homenagear, ela foi demitida por isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, não é possível. Aqui somente o Presidente pode falar ou mesmo trazer as respostas relativas à questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – E só para poder esclarecer, eu não falei que ela saiu por causa disso. Eu falei que foram tomadas as providências das quatro demissões, e depois disso, nenhuma outra entidade tinha sido punida, que achava, que a punição é um dos elementos para poder sanar essa irregularidade. Ela, na verdade, sai em 2020, mas nenhuma outra entidade foi punida, salvo agora, em 2025.

O que a gente vai analisar é se efetivamente as informações que estavam no cadastro do INSS estão regulares ou não; se houve, na verdade, a rescisão ou não por pedido da entidade ou por decisão do INSS. E a gente encaminha para esta Comissão a informação efetiva sobre essa situação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, eu não aceito o que foi dito, porque está nas notas taquigráficas. Eu vou aspear o que a V. Exa. falou.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Pode...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – "Ela, [Marcia Regina] cancelou quatro ACTs, [vírgula] foi retirada do cargo e voltou..."

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, Presidente, pela ordem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Ele falou isso.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Ou V. Exa. retira o que disse, ou V. Exa. retira o que disse ou conta por que...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Se ela foi demitida...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Rogério...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – ... precisava ter denunciado ao Ministério Público, e se não denunciou prevaricou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar, vamos deixar o depoente responder, por gentileza. Vamos deixar o depoente terminar a resposta.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Senador, só para explicar, ela fez as quatro exonerações. Eu falei que ela foi retirada do cargo não por causa disso.

E deixar bem claro que eu não tenho elemento nenhum para explicar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor retire...

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu estou retirando, eu estou retificando.

Ela não foi retirada do cargo por causa disso, porque eu não tenho esse tipo de informação. O que a gente tem efetivamente é que após – e essa era a informação –, que nenhuma outra entidade tinha sido sancionada com a rescisão do ACT.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Está mal-informado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Senador.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu devo estar mal-informado, e vou pedir as informações para a nossa assessoria e encaminho para a Comissão com a informação retificada ou a situação.

O que me foi passado foi que as entidades pediram a rescisão e por isso foi retirado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não é verdade.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu vou confirmar que essa informação...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu acredito em V. Exa. Acho que V. Exa. está melhor informado até do que a gente. E vamos buscar, nos nossos dados, esse tipo de informação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 19 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Eu passo a palavra ao Relator Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, independente de quem seja o depoente, tem o dever de falar a verdade. E esse dever é inerente a todos que prestam o compromisso.

Eu fiz algumas observações e me chamaram muita atenção as indagações do Senador Marinho.

Eu perguntei ao depoente qual foi a virada para as falcatruas do desconto associativo. Ele respondeu 2019. Eu faço a mesma pergunta ao depoente: qual foi a virada que o senhor detectou...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Questão de ordem é uma tentativa de intimidação do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Qual é o artigo, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O depoente não é obrigado a responder o que o Relator quer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele é obrigado, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, a responder o que ele quer, não. Ele perguntou: "Na sua opinião, quando aconteceu a virada?". Uma pergunta subjetiva: na sua opinião. Na medida em que ele pergunta qual é a opinião dele, ele responde da maneira como ele entende, porque é a opinião dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não perguntei a opinião, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – "Agora, na sua opinião, quando aconteceu a virada? Na sua opinião, quando..."

O que é isso, Presidente?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não perguntei a opinião, não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É uma Comissão Parlamentar, cujo Relator tem o direito de perguntar o que tiver de interesse do relatório.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, mas ele pode perguntar, agora, querer que o...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Para questão de ordem, Sr. Presidente. Para questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, senhores.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O depoente é questionado sobre qual é a sua opinião...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Líder Pimenta, por gentileza...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... e ele responde? Isso é absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo a preocupação e dou a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas volto as questões ao Relator Alfredo Gaspar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Mas a pergunta foi sobre a opinião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o Relator Alfredo Gaspar... O Relator tem o direito de perguntar da maneira que entender melhor para o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Pode perguntar e ele pode responder da maneira que ele achar adequada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O.k.

Não é uma questão de ordem. Eu dei a palavra a V. Exa. por respeito ao Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Agradeço. É uma questão processual.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Alfredo Gaspar com a palavra.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, o antecessor meu falando falou uma inverdade. Em nenhum momento eu perguntei "qual é a sua opinião?", tá? Não perguntei. Ele está colocando palavras que não existem aqui, e tem a transcrição. Mas, tudo bem, eu entendo. O nervosismo é parte inerente aí da descoberta das investigações.

Dr. Gilberto, eu perguntei ao senhor exatamente com essas palavras: "Qual foi a regra de afrouxamento que o senhor [...] identificou?". O senhor me respondeu: "A questão não é regra; a questão é o *animus* do gestor de fazer avaliação se aquela instituição realmente existia, se tinha capacidade técnica [...]" e tal.

"Uma instituição que tem desconto [...], e ela é de Sergipe, e tem segurado no Rio Grande do Sul [...], e ela funciona numa salinha [...], claramente não tem capacidade [...]". Muito bem.

Aí eu perguntei: "E antes de 2019... Funcionava diferente?". Aí o senhor disse: "Então, essa é a grande questão. O INSS nunca apurou, nunca investigou esses fatos, e as pessoas que ali estavam aparentemente verificaram essa brecha, para poder aumentar os seus ganhos irregulares."

Qual é a pergunta que eu faço ao senhor? O senhor pode me dizer qual foi o momento que o senhor detectou, como Presidente do INSS, em que começou esse roubo de desconto associativo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Bom, como afirmado anteriormente, desconto associativo irregular provavelmente sempre teve. O que ocorre? Algumas entidades, elas, pela ação da Polícia Federal e CGU, elas pagavam propinas e também eram fantasmas. O que acontece? Doze instituições na Operação Sem Desconto foram detectadas com pagamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

de propina ou, ainda, fantasma. Temos a relação: ABSP, AAPB, Ambec, Unaspub, Caap, AP Brasil, CBPA, Cebap, Acolher, Asabasp, Asbrapi e AAPPS. Essas instituições, pela Operação Sem Desconto, elas pagavam propina ou eram de fachada. E essa é a questão maior para a questão do desconto indevido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Mudou bastante do que o senhor tinha respondido.

Sr. Gilberto, o senhor disse aqui... Através de uma pergunta minha, o senhor falou do ânimo do gestor e respondeu assim, olha só: "Bom, eu posso garantir isso [olha como o senhor foi taxativo] quando eu vejo que a minha atual Diretora de Benefício foi Diretora de Benefício à época, [que ela] cancelou quatro instituições [e aí eu interrompi o senhor e falei que foi uma motivação do Ministério Público Federal], porque não tinham capacidade, [olha o que o senhor disse], ela foi retirada do cargo [...]". "Ela foi retirada do cargo." O que é o que o Senador Marinho falou, e eu estou perguntando ao senhor, porque isso é um fato muito grave: sua Diretora de Benefício foi retirada do cargo porque cancelou quatro instituições?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Vamos lá. Fato objetivo: ela cancelou quatro instituições, o que eu não... E ela saiu do cargo em fevereiro de 20. O que eu não tenho prova ou como afirmar – e não afirmei – é que uma coisa ocasionou a outra. Não foi porque ela tirou as quatro instituições que ela saiu do cargo. Isso não foi falado; se foi entendido assim, me desculpe pela forma como foi falado, mas em nenhum momento foi correlacionado.

A ideia é que ela é uma pessoa altamente competente, altamente capacitada, ela tem esse viés de fiscalização e de moralização da coisa pública. Era a pessoa, e acho que ainda é a pessoa pública adequada para estar na Dirben para poder fazer essa moralização.

Eu não tenho como confirmar e não falei... Se olharem, não foi... Eu não falei: "Porque ela tirou, ela foi retirada". Foram duas frases diferentes: "Ela fez isso" e "Ela foi retirada em fevereiro".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto tempo depois do ato de cancelamento das instituições ela deixou o cargo?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela saiu em fevereiro de 20 de Diretora de Benefício. Eu acho que fez o cancelamento em julho. (*Pausa.*) Julho, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor sabe para qual função ela foi indicada ou se foi... se realmente saiu do INSS?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Ela não saiu do INSS, ela foi nomeada como Assessora do Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode dizer quem era o Presidente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Leonardo Rolim? (*Pausa.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui tem outra fala do senhor, que também é importante. O senhor disse, o senhor falou que, após a retirada dessas quatro instituições, nada foi feito, e só foi feito agora em 2025.

O Senador Rogério postou ali uma série de medidas, e antes da chegada do senhor no Governo Lula, também tinha uma série de medidas. Todas elas, aparentemente, tanto do Governo Bolsonaro quanto do Governo Lula, aparentemente para tornar mais difícil a feitura de fraudes.

O senhor deu a entender – e assim entendi – que a coisa correu solta; a esculhambação, ninguém tentou interromper; e só aconteceu agora com a sua assunção.

A pergunta que eu faço: O senhor conhece algum ato governamental que tentou frear isso que nós estamos vendo agora?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, efetivamente, até pela incidência do desconto associativo, pela quantidade de pessoas atingidas pelo desconto associativo irregular, verifica-se que nenhuma medida adequada foi feita durante todos os anos, porque a gente não teve a interrupção disso; muito pelo contrário, foi crescendo em caráter exponencial.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Só para a gente poder... Só para a gente poder esclarecer. E finalizando, a única coisa que... Para a gente poder esclarecer. O senhor... Depois desse tempo todo de apuração, o senhor pode responder, de forma objetiva, quando começaram as irregularidades? Ou se o ponto de virada foi em 2019?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, de novo... Na verdade, irregularidades em desconto associativo, provavelmente em todo o período existiram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A grande questão é admitir dentro do INSS instituições que são fantasmas ou instituições que não têm... ou que pagam propina. E, por isso, eu indiquei aquelas 12 instituições como essa virada de chave.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, se eu colocar ali o ACT, o senhor está dizendo uma coisa aqui interessante. O senhor está citando 12 instituições. Aqui nós temos mais de 40 instituições. A investigação está mostrando que todas elas – até agora não houve nenhuma exceção –, todas elas estavam desviando recursos. O senhor acredita que foram essas 12 instituições ou o senhor tem conhecimento se foi o conjunto de instituições que estava praticando irregularidades?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Irregularidades, todas cometeram.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Para mim, efetivamente, o que é mais grave, o que é mais emblemático para a minha visão é pagamento de propina e também uma entidade ser constituída de maneira fantasma para poder simplesmente recolher dinheiro de aposentados sem nenhuma contrapartida. Sendo ela... Na verdade, o único objetivo dela era roubar dinheiro de aposentados. E essas 12 instituições, na primeira fase da Operação Lava Jato... da Operação Sem Desconto, desculpa, ela efetivamente foi considerada nessas situações para poder pagar propina, ou ela era uma instituição sem condições de funcionamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E, finalizando, eu tomei conhecimento agora e fiquei preocupado. A gente fez hoje discurso e todo mundo repetiu o mesmo discurso: que as entidades associativas já não têm mais possibilidade de capturar dinheiro de aposentados e pensionistas porque a lei proibiu. Mas eu estou vendo aqui que muitas dessas entidades, que foram identificadas como roubando aposentado e pensionista – eu posso dar o exemplo de duas aqui, porque eu não consegui ver o resto –, continuam com o ACT vigente no INSS. O senhor pode me explicar como é isso?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Posso. Na verdade, o que ocorre? Todas as entidades estão com os ACTs suspensos. Elas não podem fazer mais desconto desde abril, desde a Operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem Desconto. O que ocorre? Elas não foram rescindidas porque, com a rescisão do ACT, eu não teria nenhum elemento para que ela pudesse acessar o sistema de desconto, para ela poder juntar a documentação comprobatória ou não daquele desconto indevido. Enquanto não acabar o processo de ressarcimento, para poder autorizar alguém a acessar um sistema público, para poder obrigá-la a juntar esse documento, eu preciso ter um ACT vigorando.

O que não tem e que eu posso garantir: nenhum desconto associativo foi feito a partir dessa data.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu me expressei de forma pouco clara. Eu quero saber se tem ACT dessas entidades que foram detectadas como, seja fantasma ou não, praticantes de irregularidades e desvio no Meu INSS digital.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Há também. Nós temos um ACT e tem um processo aberto para a apuração dessa situação, que é em relação à Contag.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu não entendo. Por que esse privilégio para a Contag?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, é um outro ACT que não tem nada relacionado a desconto associativo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas... E o senhor vai manter esse ACT vigente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Na verdade, a diretoria responsável, que é a Diretoria de TI, abriu um processo apuratório sobre essa situação em relação à Contag. Foi para a Procuradoria, para a Procuradoria analisar a situação, e eu agora não sei a fase como está; e é uma competência também que não é do Presidente, mas eu posso tomar as providências e poder pegar a informação para repassar a V. Exa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor pode me dizer quem é a responsável pela diretoria que está permitindo a Contag ficar com esse ACT vigente?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A Diretora responsável por esse ACT é a Sra. Lea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A mesma de quem o senhor pediu a exoneração?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, sendo muito sincero com o senhor, eu acho que a gente está tratando de uma coisa séria, e o senhor é o Presidente da autarquia. A Contag não pode estar com um ACT vigente. Quer dizer que, depois de tudo isso aqui que a gente fez, tem um ACT vigente da Contag? Eu acho isso, infelizmente, criminoso.

Gostaria muito que o senhor providenciasse, no âmbito das suas atribuições, essa verificação, porque, mais uma vez, nós estamos vendo aqui a Contag sendo beneficiada, a Contag sendo excluída das ações, em detrimento de todas as outras. Todo mundo perdeu o ACT; e a Contag com ACT vigente. E isso, para mim, não condiz com a moralidade de um serviço público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Queria começar cumprimentando o Presidente Gilberto e parabenizá-lo pela clareza, pela transparência nas informações e pelo serviço que está prestando como Presidente do INSS.

Diria que alguns aqui têm muito medo da verdade – muito medo da verdade. E é importante frisar: nós estamos aqui com a presença do Presidente do INSS na gestão do Presidente Lula. E a primeira aprovação aqui, nesta Comissão, é que todos os ex-Presidentes e Ministros aqui viriam. Cadê o Sr. Leonardo Rolim? Cadê o Senador que faz parte desta CPMI, mas que teria muito a falar, porque foi o Ministro da Previdência, ocupou cargo do mesmo tamanho como Secretário; e ele entrou aqui para não poder estar aí como depoente, porque tem muito a esconder.

E, aqui, quero prestar minha solidariedade também à Sra. Marcia, Diretora, porque parece que alguns aqui vieram para intimidá-la, para acusá-la, e com muita raiva, com muito ódio. Eu acho que eles devem estar com muita raiva daquilo que foi feito lá em 2019 e 2020, quando a senhora cancelou alguns ACTs com essas entidades laranjas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que tiraram a senhora do cargo, e eles ainda estão com muita raiva. Em vez de quererem investigar, apurar, ficaram aqui acusando uma servidora, que atuou, como deveria atuar, como Diretora de Benefícios. É importante lembrar que, além de a tirarem dessa posição, eles tiraram a competência depois de qual diretoria assinava o ACT, os contratos autorizando que as entidades entrassem, e foi para outra diretoria. E só voltou novamente para diretoria original quando o Sr. Oliveira, que virou Ministro do Bolsonaro, foi ocupar aquela diretoria – aliadíssimo do PL de Bolsonaro e de seus amigos. E eles aqui ficam tentando criar uma historinha, com medo da verdade e das respostas do Presidente.

Senhoras e senhores... E digo outra coisa: o Brasil, se alguém não sabe, tem 526 anos. E a pessoa fala: "Mas o PT governou 18 anos e ainda não resolveu os problemas". Sabe por que não? Porque os senhores representam a elite do atraso, a elite que explora o nosso povo, a elite que defende interesse de banqueiro, que governou a vida inteira este país e que não fez as mudanças, as transformações necessárias. Essa é a diferença!

E é engraçado que, toda vez que nós governamos, a política social é prioridade. Sabe por quê? Porque essa é a nossa política. Isso não é coincidência. Isso não é sorte. É a geração de emprego, é a inclusão social. Saímos novamente do Mapa da Fome – lembrando que, na época do Bolsonaro, era a fila do osso, era gente morando na rua, era desemprego em massa, porque o compromisso dos senhores é com o andar de cima. O nosso compromisso é com o povo brasileiro sofredor. Essa é a diferença!

E aqui não adianta jogar com as palavras para sustentar as mentiras de vocês. Vocês não têm coragem de debater um projeto político de país, de nenhuma política pública, porque, se for falar a verdade, vocês perdem de longe – de longe!

Olha aí o Imposto de Renda: zero para quem ganha até 5 mil. E queremos a redução da jornada, o fim da escala 6x1, sem redução salarial. Queremos saber a posição de vocês em relação a isso.

Mas eu queria, Presidente, fazer uma pergunta: o Banco Master assinou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... foi autorizado a fazer desconto consignado em que ano?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Em 2020.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Em 2020, salvo engano, era Governo Bolsonaro, ou estou enganado? Era o Governo Bolsonaro.

Qual foi o valor apurado até agora de descontos indevidos feitos pelo Banco Master nos consignados?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Então, nós, na verdade, temos 251 mil contratos que estão sob investigação. A gente está aguardando o liquidante, até 12 de fevereiro, juntar a comprovação desses descontos para poder levantar o valor...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – São 251 mil contratos fraudados pelo Banco Master, autorizados em 2020, na Presidência do Sr. Jair Bolsonaro.

Olha só, senhoras e senhores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Alencar, eu vou conceder um minuto a mais a V. Exa., só porque, como o Relator está se ausentando, eu preciso nomear um Relator *ad hoc* para ocupar...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Se quiser me escolher, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode ser...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu até abro mão da minha...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Pimenta, o senhor, por gentileza, pode ocupar perfeitamente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Você pode falar à vontade, viu, Pimenta, agora.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu estou livre para fazer pergunta à vontade. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor pode continuar, Deputado Alencar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – São 251 mil contratos fraudados do Master, autorizados em 2020 pelo ex-Presidente Bolsonaro, na gestão do ex-Presidente Bolsonaro. E está aí a roubalheira que o Master fez, essa é uma delas.

E o Master, o cunhado do dono do Master, é o maior doador da campanha do Bolsonaro; e do Governador Tarcísio, 3,2 milhões. Isso não é coincidência, isso é parceria, é aliança política, porque tinha aliança nas fraudes.

Presidente Gilberto, a Sudacred também teve suspenso o contrato?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – A Sudacred era autorizada a fazer o Vale+ e não foi autorizado... Estava autorizado e não foi... Foi rescindido.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Quando que foi rescindido?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Em maio, quando a gente suspendeu o programa Vale+.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Desse ano?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Desse ano.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – A Sudacred, senhoras e senhores, o seu dono é o maior doador, um dos maiores doadores da campanha do Ratinho. Ele também fraudou descontos indevidos sobre os aposentados. A Sudacred estava no documento que foi enviado ao então Ministro da Justiça, ainda em 2019, pedindo – enviado pelo Procon de São Paulo –, pedindo, determinando que fosse suspensa a atuação da Sudacred por suspeitas de fraudes. E o que o Ministro da Justiça fez na época, Senador que faz parte desta Comissão? Arquivou, deixou debaixo do tapete. E quem rescindiu? O Governo do Presidente Lula. Da mesma maneira como rescindiu com o Master, rescindiu com a Sudacred.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou pedindo a quebra de sigilo bancário do seu dono. Nós temos que ter essa informação do maior doador da campanha do Ratinho. Da mesma maneira queremos Zettel, um dos maiores doadores, cunhado do Vorcaro, Presidente do Master, dono do Master, protegido por aqueles que governaram por séculos este país e fizeram deste país a vida inteira, onde o povo pobre era explorado; e é protegido por esses mesmos. E nós queremos também que o cunhado do dono do Master venha aqui dizer dos contratos irregulares, da utilização de um banco laranja para poder lavar dinheiro, roubando o nosso povo. Essa é a verdade que nós queremos, e não vir aqui de maneira covarde, machista, querer acusar uma servidora só porque ela rescindiu contratos indevidos, fraudulentos, ilegais, feitos na gestão Bolsonaro. E ela lá atuou e foi punida.

E aqui... Olha só, e a fala agressiva contra ela, sabe por quem foi feita? Por quem foi feita aqui nesta Comissão? Por aquele que faz parte desta Comissão, mas que foi Secretário de Previdência do ex-Presidente Bolsonaro, na gestão do Ministro Paulo Guedes; que atuou, que atuou na reforma da Previdência, aumentando o tempo do trabalhador de contribuição, tempo de serviço e o valor da contribuição, e reduzindo o valor da pensão. A mesma pessoa que tinha o poder à época inicial, na gestão Bolsonaro, o todo-poderoso que nomeou Rolim como Presidente do INSS, é quem vem aqui, de maneira covarde e machista, acusar uma servidora pelos trabalhos que fez de maneira correta e digna.

Nós não podemos permitir isso, Presidente. Nós não podemos permitir que isso seja feito com qualquer pessoa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Primeiro, porque ela não é a pessoa que está depondo. Segundo, porque é uma covardia como foi feito. Nós queremos que essa pessoa que acusou a servidora esteja ali, como depoente, porque tem muito a falar dos ACTs assinados, das permissões e de todas as roubalheiras que lá começaram.

Nós queremos a verdade absoluta, doa a quem doer, Presidente: seja o dono do Master – que deu um golpe bilionário, mas que também roubou aposentado e pensionista, sacando, de maneira indevida, dinheiro das aposentadorias dessas pessoas –, sejam os "*golden boys*", seja o doador da campanha do Tarcísio, seja o doador da campanha do Ratinho, seja qualquer outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

pessoa – servidora ou não servidora, política ou não política, banqueiro ou não banqueiro, ou o que esteve lá nas entidades.

É isso que o povo nos espera, os aposentados e pensionistas deste país. Eles estão nos olhando e eles querem a verdade e a transparência, e eles querem um trabalho sério por nossa parte. De minha parte, com certeza, assim será.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela condução. Sempre muito firme, equilibrado. Isso é que é importante.

Quero cumprimentar aqui o Sr. Gilberto, o Sr. Elvis, a Sra. Marcia, que aqui vêm a esta Comissão.

Eu confesso que assisti com muita atenção a sua apresentação, Sr. Gilberto, e até me empolguei com ela. Vi, assim, uma pessoa que conhece bem a causa, que tem um apreço pelas informações, e com muita atenção. Eu vi, inclusive, que o senhor colocou ali que 100 milhões de beneficiários hoje tem o INSS. Não é isso? As carteiras dão 100 milhões. Isso dá a metade da população brasileira, pela apresentação que o senhor fez ali no início; o volume de dinheiro que se movimenta todo mês dentro do INSS.

Confere, ou não?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Oitenta e cinco bi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – É, e em torno de 100 milhões de beneficiários.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Oitenta e cinco bi para 44 milhões de beneficiários e 93 milhões de segurados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Noventa e três milhões de segurados. Então você tem quase a metade aí da população; um volume muito grande.

O que eu me assustei com a mudança da sua... que me parecia técnica a sua fala – me parecia técnica – foi quando o senhor foi, assim, muito direto na questão do ano de 2019. E depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

se retratou aqui, mudou o que tinha dito anteriormente no ponto da virada. Isso ficou claro mesmo, eu anotei aqui; eu disse: "poxa!".

Aí eu lhe pergunto: o senhor teve algum, nesses últimos dias, algum contato com políticos aqui, algum desta Comissão? Ou seja, o senhor teve uma sessão de *media training* com alguém? Queria saber se o senhor teve contato com político, seja Senador ou Deputado desta Comissão.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Não, nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não teve.

Outra coisa que me chamou a atenção, e a que é importante a população ficar atenta, é como é ruim um Governo loteado. É aquela coisa, Deputada Bia Kicis, um pneu de um carro... Como é que pode andar um carro se um pneu está para um lado e um pneu está para o outro?

Esse Ministério da Previdência Social é do PDT, é um naco de poder do PDT, isso está muito claro. E o senhor é colocado, depois desse escândalo – que toda a torcida do Flamengo, diferente do que o senhor colocou inicialmente, sabe que explodiu no Governo Lula, em 2023, a roubalheira dos aposentados, os números estão aqui, mostrados todos os dias –, mas o senhor, em sete dias de férias – confere?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Cinco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Em cinco dias de férias o senhor sai, e uma pessoa que o senhor tinha exonerado, o que é importante que a população saiba, o senhor Wesley Martins, que assinou acordos com entidades de políticos investigados pela Polícia Federal para conceder seguro-defeso a 130 mil beneficiários, um negócio escandaloso, o senhor toma essa decisão em cinco dias de férias, Deputado Marcel, cinco dias de férias, e se coloca, exatamente nesse período, a sua Vice-Presidente, com quem o senhor parece ter um entrevero. Inclusive agora, há pouco tempo, entregou para ela, entregou para a gente aqui a decisão dela, da Sra. Lea Bressy, que firmou outro ACT com a Contag, justamente com a Contag, essa mesma da Operação Sem Desconto, que é presidida por quem? Aristides Veras, irmão do Deputado Carlos Veras, do PT, ligado a Wolney, que sabia do que aconteceu meses antes, pela CGU, foi informado numa auditoria do que estava acontecendo, de descontos indevidos, e nada fez, e nada fez. Quantos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

bilhões poderiam ter sido poupados do roubo de pensionista, de viúva, de aposentado, de deficiente, se o seu Ministro tivesse tomado as medidas corretas?

Agora, me parece, com todo o respeito, seu Gilberto, porque a gente tem uma experiência de vida, a gente entende: em cinco dias de férias se toma uma decisão e fica por isso mesmo? O senhor acha isso normal? Aceita? Desculpa, se o senhor não quiser responder essa pergunta aqui, é uma pergunta que... O senhor ganha quanto a mais para estar como Presidente do INSS? O senhor é um funcionário de carreira, o senhor tem uma história. Depois do que foi feito com o senhor aqui – e aí o Senador Rogerio Marinho tem toda a razão, uma desmoralização, de uma pessoa que o senhor tinha afastado corretamente –, o senhor aceita, cinco dias durante as suas férias, uma pessoa... Parece aquela coisa assim do jogo: "Olha, eu vou tirar férias, eu não vou botar minha digital nisso aí não, mas eu vou tirar, bota você.", e o senhor aceita continuar dessa forma? Eu fico me questionando assim o que faz efetivamente, a que se sujeita, numa posição dessa, uma pessoa que tem um histórico como o senhor, para mim, no mínimo, conivente com essa contratação, com essa recontratação.

E eu quero também colocar aqui o seguinte: foi falado de banco, banco para lá, banco para cá, que o Governo dos bancos é aquele, é esse, mas vamos combinar, Presidente: quem é que está flertando com os bancos aqui? Quem é que negou a vinda dos bancos para sentar aqui nessa cadeira do Sr. Gilberto, e foi blindado? Quem foi que blindou a vinda desses bancos que estão ganhando tubos de dinheiro com operações, inclusive, como o senhor colocou aí, do clube de descontos, um clube? Por que o senhor não tomou a decisão de cancelar essas ACTs com esses bancos? É outra pergunta que eu quero deixar. Quem é que flerta com bancos na verdade aqui?

Então, me parece efetivamente que o senhor tem lado. O senhor tem lado. Defende este Governo com uma Presidência de uma autarquia tão importante em que o senhor está, um ministério dividido, loteado. O senhor foi colocado lá, mas se sujeita a uma contratação sem fazer nenhum tipo de julgamento prévio? Mas é uma operação para lá de suspeita, esses 120 mil de seguro-defeso. E essa pessoa está de volta.

Então, eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que nós estamos vivendo um momento aqui, dentro desta CPI, muito importante. Eu tive... A gente já tem muita gente presa corretamente, quero parabenizar o Ministro André Mendonça. Até agora, eu confesso que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entendi essa do Camisotti ontem – né? –, que estava por aqui, prestes a ser ouvido. Veio do presídio para cá, chega aqui e volta? Voltou para São Paulo? Porque não foi autorizado... Isso... Eu espero que, com a vinda do filho dele aqui, se abra um caminho – na próxima semana vai ter o filho do Camisotti –, se abra o caminho para vir o pai, a gente precisa ouvir.

Mas tem muita gente ainda charlando por aí. Que sentou aqui, que deve muitas explicações ao povo brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... e que esta CPI tem que ir a fundo, doa a quem doer.

E o brasileiro está feliz com o que ouviu do senhor hoje aqui: que irá fazer os requerimentos de novo, colocar em pauta requerimento de irmão de Presidente, de filho de Presidente, de pessoas ligadas a gente poderosa aqui – inclusive do Senado Federal, como o Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre, porque o Brasil quer respostas. Não quer, absolutamente, que isso fique impune, porque foi um crime hediondo o que aconteceu e ainda continua acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Bom, vamos lá.

Senador, obrigado pela oportunidade. É importante esclarecer alguns pontos.

É... O que ocorreu? Foi nomeado o Sr. Weslley, logo em seguida foi solicitada a exoneração da diretora.

Quanto à relação do Sr. Weslley, foi pedido para a Diretoria de Governança o que já tinha pronto e o que foi encaminhado para a nossa Corregedoria. Foi informado pela nossa Corregedoria que ainda não tinha instaurado um processo disciplinar, por isso eu não tinha condições de tomar uma outra providência em cima do Sr. Weslley, tendo em vista o tempo transcorrido e a nomeação, que não tinha qualquer impedimento. Mas achei, sim, que a Diretora de TI deveria ter buscado mais informações para poder nomear o Sr. Weslley; e, por isso, a questionei e pedi a exoneração dela do cargo de diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto que eu recebo como Presidente do INSS? Nenhum centavo. Se eu fosse Procurador, trabalhando nos meus processos, eu ganharia a mesma coisa que eu ganho como Presidente do INSS. A única motivação que eu tenho para ser Presidente do INSS é a mesma do lado que eu tenho, que é do meu servidor do INSS – que está desesperado por reconstruir a imagem do INSS – e do nosso segurado, que está sofrendo, que precisa do INSS. É esse o lado que o INSS tem.

O lado que o INSS tem é o do nosso servidor que sofre, que tem vergonha de sair com um bóton, que tem vergonha de sair com o crachá, mesmo trabalhando todos os dias. Todos os dias ele trabalha. Ele trabalha sábado, ele trabalha domingo. Ele... Para ganhar um pouco mais, ele vai, se sujeita a fazer um PGB para poder ganhar hora extra, porque a categoria não é reconhecida, é uma remuneração que não é suficiente.

E vou convidar a todos: frequentem um mutirão do INSS no final de semana na sua localidade e veja quem a gente atende, veja a felicidade dos nossos servidores de atender e fazer a diferença. É isso o que motiva a ficar. É este o lado: é de fazer o bem. Esse é o objetivo.

Quanto à questão de lado ou não, colocado em questão, provavelmente temos informações distintas. Não estou falando que a do Ministro... A do Senador Rogerio Marinho está errada, provavelmente está muito mais correta do que a minha. A gente está pedindo aqui é a resilição, por falta... Não por punição.

Recebi agora um despacho do Sr. Alexandre, como Diretor de Benefícios, colocando que o motivo era porque a entidade deixou de funcionar. Eu não sei, eu estou pedindo o levantamento dessas informações para trazer. Isso não é lado. Isso, na verdade, é a informação que me foi dada, porque eu não estava lá em 2020, eu não estava lá em 2019, eu não estava lá em 2021. Então, foi isso.

E este é o meu lado, este é o meu compromisso: o compromisso com os servidores da casa para reconstruir a casa com probidade, reconhecer o seu papel funcional, e também que os nossos segurados sejam atendidos como eles devem ser, que não sejam achacados por intermediários, que não seja cobrado consignado indevidamente, que não se tenha desconto indevido. É esse o meu lado, tenho certeza de que esse é o lado do Dr. Elvis, é o lado da Dra. Marcia e é o lado de 18 mil servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E podem frequentar a agência da Previdência que for: o nosso servidor está feliz em atender ao cidadão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Agora só... Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... Senador, é só uma pergunta aqui. O senhor continua cobrando do Ministro a demissão, a exoneração, do Sr. Weslley?

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Eu vou dar uma informação, então, em primeira mão. A gente recebeu o pedido de exoneração do Sr. Weslley ontem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu sou a próxima, Presidente? Depois do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, a senhora... V. Exa. é a última, inclusive.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Senadores, eu estou tentando entender onde é que está a falha no serviço público brasileiro. E nós já tivemos aqui um Advogado-Geral da União e hoje nós estamos aqui recebendo o Sr. Gilberto, que ingressou no serviço público em 1998, como procurador federal.

O Sr. Gilberto, de 2007 a 2008, ocupou o cargo de Corregedor-Geral do INSS; sob a sua responsabilidade estava a fiscalização interna e supervisão jurídica em todas as atividades. De 2016 a 2019, me corrija se eu estiver equivocado, o senhor foi Ouvidor-Geral da União, da Controladoria-Geral da União. O senhor... De 2019 a 2023, o senhor foi Corregedor-Geral da União. Procede? Sob a sua responsabilidade: transparência, controle interno, combate irregularidades na administração federal. Eu estou impressionado com a omissão do senhor, como profissional, pelos cargos que ocupou. Não fez jus às responsabilidades e competência.

Eu acho que o problema está no exame de seleção. Nós temos que rever os concursos, porque me parece que o senhor, apesar de ter conhecimento, passou no concurso, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

nenhuma aptidão para exercer essa função. Nós precisamos olhar isso profundamente. Concurso público não pode ser mais conhecimento. Também tem que ter aptidão.

Conhecimento, eu não tenho dúvida nenhuma de que o senhor tem. Ninguém passa num concurso desse, teórico, sendo um idiota, e o senhor não é, naturalmente. Tem profundo conhecimento. Mas mostrou não ter aptidão para exercer essas funções, inabilidade por completo, omissão absoluta, algo que realmente me deixa estarrecido, porque se os outros procuradores ou quem estiver nesses cargos que o senhor ocupou tiver esse mesmo perfil, coitada da República. Porque o senhor estava aqui e o senhor me serve de álibi, porque eu sou, de 2019 a 2023, eu estudei todos os despachos que o senhor fez como Corregedor-Geral da União, e nenhum deles relacionado a desvios, a roubos, a falcatruas, resumiram-se em atos administrativos. Às vezes, alguns PADs para o problema de presença, de ausência, enfim.

Portanto, o meu questionamento não é nem com o senhor. Eu estou preocupado realmente em avisar a República, porque vocês custam muito caro. Porque num processo investigativo, o que o senhor disse aqui é grave, "eu não custo nada para o INSS." Se o senhor acha que isso é álibi de defesa, num processo de investigação, isso é ferramenta de investigação.

Ora, por que cargas d'água o senhor então aceitou ser Presidente do INSS, sabendo, pelas funções que teve aqui, de um Governo corrupto, de um Governo ladrão, de um Governo com falcatrua, de um Governo conivente? O senhor é submisso hoje a um Ministro que está sendo investigado. Como é que o senhor, com essa carreira, aceita essa missão de ser subordinado a alguém que está sendo investigado? Não é condizente inclusive com a formação que o senhor tem, com os postos que o senhor ocupa.

E quando o senhor diz que "eu não preciso do INSS", deixe-me falar para o senhor: o senhor está num cargo político. O senhor não é interventor do INSS. Portanto, o senhor aceitou, é uma indicação política. "Ah, é que eu não tenho relação política." Então tem algo errado. Tem algo errado, porque o seu cargo é indicação política. Repito, o senhor não é interventor. Portanto, a gente conhece muito bem como esses governos da esquerda aparelham os seus governos.

O senhor... Está no seu currículo. O que o senhor fez com a servidora Marcia foi, para mim, a pior coisa que o senhor fez aqui hoje. O senhor trouxe a cabeça dela a prêmio. O senhor está apresentando a Marcia como um prêmio de defesa, como o seu álibi, não sabendo o senhor que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

num processo de investigação, isso pode ser usado fortemente contra o senhor. O senhor constrangeu a Marcia aqui em público, e o senhor só reconsiderou a sua fala – depois que pediu para suspender a sessão, para respirar um pouco – depois que foi devidamente enquadrado pelo Senador Rogerio Marinho e, naturalmente, orientado pelo seu advogado, o senhor, de forma muito hábil, retirou aquilo que tinha dito.

Ora, eu lamento o Alfredo Gaspar não estar aqui presente – o Relator –, mas, com o que o senhor cometeu, até pela sua formação, o que é um agravante, o senhor deveria sair preso daqui hoje: preso por mentir, preso por omitir. E o agravante, volto a dizer: eu estou falando com alguém que foi Corregedor-Geral da União, alguém que ocupou cargos da área do direito, do conhecimento. E vou voltar a dizer para o senhor mais uma coisa: eu sou técnico agrícola da roça, mas eu conheço gente, e a postura do senhor, às vezes até com cinismo, olhando para cima como o senhor está agora, inclusive, possivelmente, deve estar até surdo, deve ter bloqueado... A sua postura e o seu comportamento o entregam e o condenam – a conivência com tudo isso. O senhor foi escalado para ocupar essa posição para proteger os criminosos.

Infelizmente, se ausentou aqui um Deputado do PT. Ele vai ter que se explicar muito, porque ele está trabalhando nos bastidores para esconder as falcatruas dos Correios. Ele deveria explicar por que ele foi assediar colega dele – Parlamentar, inclusive – para que não atuasse nos Correios, porque é mais uma falcatrua, uma maracutaia deste Governo.

O senhor, pela sua formação e conhecimento, deveria pedir a prisão do Presidente da Contag e não proteger a Contag. O discurso do senhor, querer lavar a sua imagem, dizendo: "Ah, os funcionários do INSS, honrados trabalhadores" – que não merecem a gestão do INSS, não merecem uma presidência dessa. Eu não tenho dúvida da índole dos bons funcionários do INSS, conheço o trabalho que eles fazem lá na ponta.

O senhor se proteger com esse cinismo – desculpe, é assim que o senhor está se comportando; se não é a intenção, mas o corpo entrega, o corpo fala –, o senhor se proteger por trás dos bons funcionários, o senhor trazer a Marcia como prêmio, para tentar liberar a sua idoneidade, praticamente usando a Marcia como refém para não sair preso daqui, para não sair acusado, dadas as suas mentiras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Como o senhor aceita a Contag? Vou repetir: o senhor... De novo: se fosse eu lá, Presidente do INSS, um não conhecedor do direito, da lei, poderia não ter esse olhar, mas não é permitido ao senhor – de novo –, pelo concurso por que o senhor passou. O senhor deveria ser cassado do cargo, mandado embora, dispensado, porque não tem nenhuma habilidade e competência. O senhor não usa do cargo para fazer essas correções. Isso me deixa estarrecido, ou seja, nós estamos em péssimas mãos, quando – de novo – alguém com essa formação...

E que bom que o senhor aqui inocenta por completo o Governo Jair Messias Bolsonaro. O senhor deu o álibi de que nós precisávamos. A esquerda, agora, vai ter que enfiar a viola no saco e ficar quieta, em silêncio, porque o Corregedor-Geral da União...

(*Soa a campainha.*)

... no período do Governo Jair Bolsonaro não trouxe nenhuma denúncia, não trouxe nenhum fato relevante. Portanto, se o senhor prestou para alguma coisa aqui, hoje, foi para tirar por completo qualquer suspeita de envolvimento de Rogerio Marinho, das equipes de Paulo Guedes, de Jair Bolsonaro nessa roubalheira inescrupulosa do INSS.

E, para finalizar, eu vou fazer uma pergunta para o senhor muito objetiva, porque uma coisa linca com a outra e vocês estão sendo escalados para proteger os crimes e o envolvimento desse Governo.

Eu pergunto para o senhor se o senhor mandou algum termo de compromisso para o Banco Master assinar já na sua gestão do INSS.

De forma objetiva: mandou ou não mandou?

É a única pergunta que eu tenho para o senhor.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Bom, mas posso responder sobre tudo que o senhor falou, né?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Primeiro o senhor responde à pergunta, por favor.

Primeiro o senhor responde à pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Posso escolher a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor responde da maneira que desejar.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Na verdade, assim, quanto à sua avaliação sobre a minha pessoa, sobre a minha gestão, cada um tem a sua e respeito a sua avaliação sobre minha competência, sobre minha capacidade, sobre a minha pessoa, dentre outros.

Quanto à análise da minha vida profissional, acho que o senhor precisava se dedicar um pouquinho mais, que o senhor poderia verificar que, na minha gestão e por ato meu, suspendemos a compra da Covaxin, por exemplo. Como Corregedor-Geral da União, enquanto ainda se discutia a Covaxin, num processo de responsabilização de pessoa jurídica, o ato do Corregedor-Geral da União Gilberto Waller Júnior suspendeu a compra da Covaxin, numa cautelar.

Na minha gestão, punimos Vivo, Madero, entre outras empresas.

Na minha gestão, nunca a Corregedoria-Geral da União demorou tão pouco tempo e teve tanta produtividade quanto aquela feita.

Na minha gestão como Ouvidor-Geral da União, a Lei de Acesso à Informação nunca foi tão bem empregada, a ponto de ser discussão em campanha presidencial se em um Governo ou outro houve retrocesso na Lei de Acesso à Informação. E só foi possível essa análise porque eu era Ouvidor-Geral da União e colocamos em transparência ativa todas as decisões da Lei de Acesso à Informação, todas que eu dei e todas que a gestão posterior deu. Isso foi tema debatido, inclusive, em campanha eleitoral.

Na minha gestão como servidor público, como gestor na Ouvidoria-Geral da União, criamos um sistema de ouvidoria chamado eOuve, que hoje é o Fala.BR, que garante denúncias como essa do desconto associativo como consignado.

Na minha gestão como Corregedor-Geral da União, modernizamos os processos disciplinares de todo o Poder Executivo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não sou gestor de ficar passando de um lado para outro com despachos. E peço ao senhor que, se o senhor quiser, peça, na Lei de Acesso à Informação, uma lei de 2012 em que eu fui escalado para a Ouvidoria-Geral da União para poder trazer essa lei como algo para a sociedade.

Então, é só utilizar a própria lei para perguntar todos os atos que eu pratiquei, todas as portarias que instauramos, contra quem instauramos, por que instauramos e qual foi a consequência.

Então, falar que sou um gestor de passar de um lado para o outro, o senhor... Não sei quais foram os documentos que o senhor investigou.

Quanto à questão do Master, se eu mandei um termo de compromisso para eles assinarem, eu não mandei. A Dra. Marcia não mandou. Uma técnica, na verdade, que trabalha no apoio – e não foi um termo de compromisso, foi um modelo de ACT para que o Master pudesse analisar –, ela mandou como modelo, falando quais documentos precisavam.

Quando o Master foi juntar para assinar esse documento, a Diretora de Benefícios, Dra. Marcia, que não coloquei em risco algum, muito pelo contrário, eu a admiro... E não fui eu quem nomeei a Dra. Marcia. Eu a conheci no dia 30 de abril, porque ela foi nomeada junto comigo. Ela é minha colega de trabalho, tem uma trajetória profissional muito próxima a minha, e eu só tenho admiração e gratidão a ela.

Quando foi encaminhado esse termo e voltou para a Diretoria de Benefícios, por despacho da própria Diretora Marcia, ela verificou que não havia condições de assinar o ACT, renovando com o Master. Então, o encaminhamento foi administrativo, como modelo para juntar os documentos. Nunca houve a intenção, ou a probabilidade, ou a possibilidade de assinar qualquer acordo com o Master.

O Master... O INSS foi o primeiro órgão a detectar irregularidades e tomar providências. Enquanto todos – todos – ficavam a esperar o que ia ocorrer com o Master, o INSS foi o primeiro a tomar medidas concretas: de não assinar o ACT, de não liberar recursos, de não firmar termo de compromisso. Isso é um orgulho para o INSS. Isso é um orgulho que foi feito não só com a Dra. Marcia, mas com toda a sua equipe – Vinícius, Carlinhos, entre outros que trabalham –, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

gente verificou que são quatro servidores e quanto de resultado isso trouxe para os nossos aposentados e pensionistas.

Então, a resposta concreta é: eu não encaminhei, eu não assinei. A Dra. Marcia não encaminhou, não assinou. Essa é a resposta, e peço para que o senhor utilize a Lei de Acesso à Informação e peça, na CGU, todos os atos que eu fiz, para verificar se teve algum despacho de um lado para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Sr. Presidente, só 30 segundinhos, só para eu concluir. Eu quero agradecer mais uma vez ao Sr. Gilberto por ter inocentado por completo o Governo Jair Mecias Bolsonaro. Mostra que ele tinha autonomia para exercer a sua função – a exerceu –, mas ele, de forma muito objetiva, não trouxe nenhuma denúncia, nenhuma calúnia, nada de irregularidade nem intromissão contra esse Governo.

Muito obrigado, Sr. Gilberto. Se o senhor prestou para alguma coisa aqui hoje, foi para inocentar o Governo Jair Mecias Bolsonaro e a sua equipe. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr. Gilberto, Dr. Elvis e Dra. Marcia Eliza de Souza também, a quem eu quero prestar a minha solidariedade, porque o que eu presenciei aqui foi realmente a senhora ser colocada numa situação que não merece, até pela sua competência. A senhora já era diretora antes; a senhora saiu do cargo e foi alçada a um outro cargo, de assessora da Presidência do INSS, do então Presidente Rolim, o que demonstra a sua competência e o reconhecimento ao seu trabalho.

Mas aqui, Sr. Gilberto, Dr. Gilberto, o que eu entendi, e, como mulher, eu não gostei de ver essa situação, foi realmente ela ser usada, porque, quando o senhor falou que ela havia terminado, colocado fim àquelas quatro ACTs e foi retirada – pode não ter sido a sua intenção, mas foi isso que o senhor passou –, ficou como se ela tivesse sido retirada por uma punição, por uma perseguição. Tanto é assim que o senhor não disse que ela foi alçada ao cargo de assessora da Presidência. Depois, graças ao que o Senador Rogerio Marinho falou, contestando a sua fala, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

senhor alterou – com muita habilidade, porque o senhor é uma pessoa habilidosa – e aí ficou claro, então, que a Dra. Marcia foi usada aqui. Eu, como mulher, não gostei do que eu vi e eu, então, me solidarizo à senhora, Dra. Marcia.

Quero dizer que, assim como o Senador Girão, eu também fiquei... Estava bastante impressionada com a sua apresentação e isso mostra, sem sombra de dúvidas, que o senhor é um técnico capaz e tem tomado várias providências para melhorar a questão do INSS, trouxe soluções, mas eu quero dizer que algumas dessas soluções não me impressionam nem um pouco. Apesar de que a gente vê que estão sendo tomadas providências. E, claro, tem que ser porque, quando um escândalo desse tamanho acontece, se não houver providência, tudo vai ficar muito claro, muito óbvio.

E a gente sabe que este Governo não olha para o povo, não cuida do vulnerável. Este Governo explora as pessoas. Este é um Governo que, sinceramente, não tem pena, não tem o menor constrangimento em roubar aposentado, roubar pensionista. É um Governo que, pelo amor de Deus, todas as vezes que esteve no poder, só causou prejuízo ao país. Aí vem falar que eles têm números maravilhosos... Pega as estatais, esse é um Governo que está destruindo o Brasil. Se Deus quiser, em outubro, nós vamos tirar este Governo. E nós traremos um governo de direita, que cuide do povo, que tenha amor, que seja patriota! E eu quero dizer que o senhor, com toda a sua técnica, serve a este Governo, infelizmente.

E aí, eu não sei se de forma intencional ou não, a forma como o senhor, às vezes, coloca as coisas, dá a entender que o senhor estava querendo atacar o Governo Bolsonaro e proteger este Governo. Quando, por exemplo, por um lapso, não sei, um descuido, o senhor afirmou que o problema começou em 2019, quando todo mundo sabe que isso não é verdade. Todo mundo sabe que isso é muito antigo. O senhor falou: "Ah, sempre houve, sempre houve desvios, sempre houve descontos ilegais, sempre houve...", e sempre nas costas do PT!

Vamos pensar aqui no Paulo Bernardo, que era casado com a Gleisi Hoffmann, que já roubava aposentado, já roubava velhinho! Meu Deus do céu! Quem pode se deixar enganar por este Governo das trevas, por esse partido das trevas ao qual o senhor serve?

E eu falo porque fui procuradora 24 anos, fui procuradora-geral adjunta, fui corregedora-geral da Procuradoria do DF e nunca me deixei constranger por uma ordem ilegal, nunca! E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

senhor, com toda a sua competência, infelizmente, não tomou a atitude devida, ou pelo menos não deve ter se insurgido suficientemente, contra essa nomeação obscura, feita por essa senhora... Como é que é o nome dela aqui? Essa aqui...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Lea Bressy.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Lea. Lea Bressy, que nomeou esse senhor que agora pediu demissão. Pediu exoneração, assim, do nada. Coincidentemente, nós estamos aqui nessa CPMI... O senhor foi chamado para vir aqui hoje e ele, ontem, parece que pediu exoneração. Por que será, né? Será que é porque ele não tem nada? Não deve nada?

E essa senhora que, nas suas férias, nomeou... E aí a gente sabe... E eu fico, sinceramente, eu fico com vergonha pelo senhor, porque o senhor mostra ter capacidade, está tomando medidas, está ajudando a resolver o problema, mas serve a um Governo das trevas!

A questão é a seguinte... Está aqui, ó: "Ministro da Previdência retira poderes do presidente do INSS". Como é que o senhor permite isso? O senhor é o Presidente do órgão! E aí vem o Sr. Wolney Queiroz, que, repetindo um ato que já tinha sido antes feito pelo Ministro Lupi, concentrou em suas mãos todo o poder de nomear, de exonerar, de fazer o que bem entender dentro do órgão, que é presidido pelo senhor. E eu esperaria de uma pessoa como o senhor, com o seu currículo, com a sua capacidade, com o seu poder de diligência, com tudo que o senhor tem feito de bom nesse caso... Mas é assim, tem que fazer, porque como é que vai explicar para a sociedade que não está fazendo nada diante desse escândalo tão gigantesco?

Mas como é que o senhor permite isso, ficar à frente de um órgão e haver um Ministro que chupa a sua autoridade, chupa a sua competência, chupa o seu poder, como um vampiro? O senhor fica sem poder, sem autoridade, se torna um técnico, atuando, mas não um agente político, que o senhor deveria ser, como Presidente do INSS.

Então, é uma vergonha, e isso precisa ser dito, porque o Ministro Lupi, quando veio aqui, disse o seguinte: "Não, eu não tenho nada a ver. Tudo que foi feito no INSS, eu não tenho nada com isso. Eu era o Ministro, eu não era o Presidente do INSS". Mentiu descaradamente, porque ele havia pegado para si a competência do então Presidente do INSS, e aí – o senhor mesmo disse aqui – eles foram tirando a sua competência paulatinamente, de abril até agora; em outubro o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

senhor perdeu toda a sua competência de nomear, designar... Como é que pode, como é que o senhor serve, como é que o senhor permite isso? Uma pessoa com o seu currículo, a sua capacidade, a sua inteligência... como é que o senhor permite isso?

Tenha brios para não servir a um poder, a um governo que é do partido das trevas! O povo não aguenta mais, o povo está sofrendo. As filas... O Lula vai, promete: "Vou acabar com as filas!" – a fila triplica. O Lula, então, é o campeão da mentira! Todas as promessas... "Vou dar picanha!" – dá abóbora. São quantas promessas?

Eu pergunto: um servidor de carreira, como o senhor, que ocupou tantos cargos e fez tantos atos importantes, como o senhor citou aqui, tantas iniciativas importantes, que a gente fica feliz de saber que foram adotadas, como é que o senhor, um funcionário de brios, consegue servir ao partido das trevas? E me desculpa: "Ah, porque eu estou aqui porque aí os servidores ficam felizes" – não! Os servidores ficariam muito mais felizes se tivessem, talvez, um Presidente que pusesse o pé na porta, que não permitisse um governo que faz o que este Governo está fazendo. E aí a gente tem que ficar aqui, Senador Girão, ouvindo a mentirada da "petezada": "Porque é o Governo do Lula que está resolvendo tudo, que investiga, porque a culpa é do Bolsonaro!". Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Eu sei que é a função de vocês fazer isso, que vocês estão aqui cumprindo um papel, mas está vergonhoso demais, vocês estão passando muita vergonha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – ... mas a tal ponto de ter um Deputado daqui, desta Comissão, que posta foto *fake* nas redes sociais, que coloca o Presidente Bolsonaro, o Presidente Roberto Campos Neto – o melhor Presidente que já houve no Banco Central – junto com o Vorcaro, quando a gente sabe que quem esteve com o Vorcaro é o Lula. A foto do Lula com ele é verdadeira; a do Bolsonaro é falsa. É com esse tipo de gente que você está lidando. Cai fora, cai fora, para o seu bem, pela sua honra. Não sirva ao Governo das trevas.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, porque acho que tudo que tinha que ser perguntado já foi perguntado. Tudo que tinha que ser revelado está sendo revelado.

Eu espero, Sr. Presidente, o Vorcaro aqui para abrir a boca e falar, porque ó, PT não quer investigar Master coisíssima nenhuma. Assinem a CPMI!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Aí o outro vem dizer que a gente dá tiro no pé, porque a gente consegue montar CPI. Claro, vocês são ótimos para roubar. Até roubar as CPIs vocês roubam, mas aqui não conseguiram roubar a Presidência nem a relatoria, tá? E não vão roubar o futuro desta nação, porque outubro está aí e vocês vão ser varridos da política brasileira, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Gilberto, para o encerramento e sua última fala, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu teria uma questão de ordem antes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Qual é o artigo, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Art. 342 do Código Penal, Sr. Presidente. E eu quero fazer referência...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Código Penal, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sim, senhor. É legislação citada na questão de ordem. É a questão...

Pois não? (*Pausa.*)

É a questão, Sr. Presidente, é uma questão de ordem em relação... Porque tem pessoas que estão acompanhando e estão perguntando sobre o crime de falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí é uma forma de esclarecer com V. Exa., mas também de elogiar pelo... O senhor é magnânimo, e a magnanimidade, que é uma palavra difícil de pronunciar, é mais difícil ainda de praticar. E V. Exa. fez aquilo que, entendo, muitos talvez não fariam aqui com o depoente, junto com o Relator, deu a oportunidade de ele declarar a verdade ou se retratar, conforme o art. 342 e o seu §2º do Código Penal.

Por que eu faço isso? E faço elogio a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque, no momento que nos encontramos aí atrás da mesa, eu disse que, por mim, era um momento também pela intencionalidade da fala do depoente de dar voz de prisão; porque nós percebemos claramente, na forma como foi feito. E depois ele não se retratou, mas é a alternativa: é retratar ou declarar a verdade.

Ele se desdisse e falou aquilo que nós fingimos que acreditamos, que uma frase não tinha a ver com a outra. Aliás, eram duas orações dentro de uma mesma frase, separadas só por uma vírgula, que não teria uma coisa a ver com a outra.

E, aqui, o mais bobo se elegeu Deputado ou Senador, como se diz aqui no Congresso Nacional o tempo todo. E a gente fingiu que acreditou que ele não quis fazer o que fez com a servidora que está aqui – e conosco, com os Deputados e Senadores –, falando uma inverdade.

Por isso, Sr. Presidente, quero elogiá-lo, fazendo essa questão de ordem baseada no art. 342 e explicando a quem está nos ouvindo.

Sim, pelo Código Penal, o senhor poderia dar voz de prisão imediata, mas o senhor foi magnânimo e deu ao Relator e a todos nós aqui a oportunidade de ouvir uma segunda vez o depoente, que se corrigiu, falou a verdade e, não obstante, até gostaria, seria bom se retratar ainda, que se retratasse inclusive com a servidora que aqui está, porque seria também um sinal de magnanimidade, mas talvez não venha do depoente; mas que fique claro aqui, Sr. Presidente, o senhor poderia ter dado voz de prisão, eu teria pedido aqui, mas, em virtude da fala do depoente depois, corrigindo a informação, ele não sai preso daqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sr. Gilberto, para as suas observações finais.

O SR. GILBERTO WALLER JÚNIOR (Para depor.) – Primeiro, quero agradecer a oportunidade de explicar um pouquinho o que é o INSS, a função do INSS, a razão de ser do INSS, o que está sendo feito depois de 30 de abril. A ideia é passar o INSS a limpo, tudo o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

está sendo feito, sem proteção a qualquer tipo de entidade ou pessoa. Tudo o que está sendo identificado está sendo colocado para os órgãos responsáveis.

O INSS, até pouco tempo atrás, tinha aversão a órgãos de controle. Hoje, nós nos reunimos com órgãos de controle todas as semanas. Tudo o que está sendo feito é em prol do nosso cidadão, o reconhecimento da necessidade de o INSS recuperar a sua imagem e sua importância em relação a todos os nossos 99 milhões de segurados. É esse o compromisso que temos, é essa a razão de ser do INSS e é para isso que a gente vem trabalhando diuturnamente.

A questão salarial, a questão de quanto ganha, um exemplo típico são os nossos servidores, que não ganham bem, não têm boa estrutura e estão trabalhando diuturnamente para recuperar a imagem do INSS. O maior efeito de recuperação do INSS não é de qualquer gestor do INSS, e, sim, dos seus servidores, que trabalham e refazem o INSS e fazem acontecer, com todas as dificuldades possíveis.

Convido a todos a comparecerem a qualquer agência da Previdência Social. Quando tiver um mutirão, mais ainda; é emocionante. A gente recupera aquele espírito de cidadão, a gente recupera aquela energia, aquela necessidade que temos de saber por que existimos, para que existimos e para onde vamos.

É emocionante porque a gente trabalha com a população mais carente, mais necessitada e que depende do INSS. O INSS forte é a certeza de que teremos um país forte e definitivo para tirar muita gente da zona da pobreza absoluta.

Esse é um compromisso meu, da direção e principalmente dos 18 mil servidores que estão todos os dias... e são achincalhados muitas vezes. Depois da Operação Sem Desconto, muitos servidores recebiam na agência a informação "seu ladrão", começavam a agredir os nossos servidores. Porque o INSS não é essa quadrilha que adentrou o INSS para roubar aposentados e pensionistas, o INSS é formado por servidores probos e com compromisso com o nosso cidadão.

Eu queria deixar bem registrado, queria agradecer aos 18 mil servidores, que estão, desde abril, trabalhando freneticamente para melhorar e reconstruir o INSS.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A ordem das falas está encerrada. Passamos ao tempo das Lideranças.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Posso falar como Relator também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir, então, a V. Exa. para voltar ao Plenário e vou solicitar um outro Relator *ad hoc*.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Está destituído da função de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Girão, por gentileza, aqui.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Então vou falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É para o senhor falar como Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele não vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Aí os senhores decidem. Quem vai falar primeiro?

(*Intervenção fora do microfone*.) (*Risos*.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Tem que ser par ou ímpar.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele tem medo de mim, por isso que não fala antes.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Quero falar depois, é bom que você me pontua...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sabia que ele ia se acovardar de novo. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo da Liderança, Deputado Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela Liderança.) – ... Dr. Gilberto, Dr. Elvis, Dra. Marcia Eliza, eu quero, em nome de vocês, cumprimentar todos os servidores, servidoras do INSS – muitos devem estar, inclusive, nos acompanhando –, aposentados, aposentadas, pessoas que dedicaram a sua vida ao INSS e me solidarizo com esses servidores, que, certamente, têm sofrido esta situação que foi pelo senhor aqui relatada.

Não deve ser fácil, para um servidor de carreira, assistir o que fizeram com o INSS. Este Governo corrupto, de bandidos, milicianos, chefiado pelo Jair Bolsonaro, que está na Papuda, abriu as portas do INSS para que ele fosse tomado de assalto por uma quadrilha. Alteraram as regras de fiscalização, mudaram decretos, permitiram que entidades fantasmas passassem a fazer desconto associativo, permitiram que os dados sigilosos de segurados e seguradas fossem utilizados de forma ilegal por entidades presididas por jovens que nunca trabalharam e que, da noite para o dia, enriqueceram centenas de milhões de reais, comprando lamborghinis, iates, ferraris, rolex, helicópteros e, parte do dinheiro roubado, colocando na conta da campanha do próprio Ministro da Previdência do Governo Bolsonaro. Deve ser muito difícil, porque a população acaba falando do INSS, sem conseguir fazer essa distinção entre a maioria esmagadora de servidores dedicados, honestos, como o senhor e as demais pessoas que estão aqui, e esses servidores corruptos, que foram colocados em função de comando por essa máfia que certamente é a principal responsável por tudo isso que aconteceu.

A Sra. Marcia Eliza foi, sim, exonerada. Ela não saiu do INSS a pedido. No dia 10 de fevereiro de 2020, a Sra. Marcia rescindiu o ACT da ABSP, núcleo da Cecília Mota – dia 10/02. No dia 12, dois dias depois, a Sra. Marcia foi exonerada da função que exercia por Bruno Bianco, leal sucessor e número dois do Senador que é o Líder da Oposição aqui nesta Comissão. Logo em seguida, é tirada da Dirben a competência e levada para a Dirat, e só voltou para a Dirben quando foi lá nomeado José Carlos Oliveira, figura chave nesse esquema criminoso, que, posteriormente, assumiu a Presidência do INSS e chegou até a função de Ministro da Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que, hoje em dia, os servidores do INSS vibram com tudo que eles estão assistindo. Essa quadrilha foi afastada; as investigações estão sendo feitas; quase R$3 bilhões já foram apreendidos da quadrilha; mais de quatro milhões de aposentados e aposentadas,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... pensionistas receberam de volta o dinheiro roubado, e os servidores do INSS sabem que hoje existe um Governo que não compactua com a corrupção e que vai levar até as últimas consequências essa investigação para que, além de identificar os servidores corruptos, além de identificarmos os operadores, nós possamos chegar também aos mandantes. Ninguém acredita que fosse possível roubar bilhões de reais sem que eles tivessem as costas quentes dentro do Governo Bolsonaro. E nós vamos chegar, Sr. Presidente. A CPI vai chegar. Nós vamos saber de fato quem era, dentro do Governo, o grande operador que permitiu que esse roubo pudesse ter acontecido e que milhões de pessoas tivessem sido lesados e lesadas.

Portanto, Dr. Gilberto, Dr. Elvis, Dra. Marcia Eliza, vocês são orgulho para o Brasil e, em nome de vocês, eu quero cumprimentar e saudar todos os servidores e servidoras do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Rogerio Marinho.

Olhe, Senador, para que a gente termine com essa discussão, como Presidente, a cada sessão nós vamos fazer um revezamento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, mas está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, nós vamos fazer um revezamento, porque aí acabamos com essa discussão de quem começa e quem termina.

Com a palavra, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Bom, Sr. Presidente, eu fico até um pouco constrangido de estar repetindo, mas a repetição infelizmente é uma prática deles. Eles não têm nenhum pudor de manter uma discussão, uma narrativa que não tem nenhuma consistência e não tem nenhuma conexão com a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar afirmando aqui que acreditar que o Governo Bolsonaro montou uma quadrilha dentro do INSS para beneficiar sindicatos ligados à esquerda que invadem propriedades, depredam patrimônio público e se locupletam, através dos seus mandatários, historicamente, é acreditar em mula sem cabeça, Papai Noel e história da carochinha.

Dito isso, Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação em que ficou muito claro que o Sr. Gilberto, a quem novamente eu quero saudar, o Sr. Elvis e a Sra. Marcia Eliza, funcionários de carreira do INSS, estão tentando reerguer a instituição depois da hecatombe, da catástrofe, do desastre, do assalto sanguinário a que o PT submeteu a instituição, depois de seis anos longe da instituição. Quer dizer, eles estavam com uma verdadeira compulsão. Passaram seis anos longe da instituição, de se locupletarem com a máquina pública, para aparelharem o Estado para poderem continuar esse histórico de corrupção e de dilapidação do patrimônio público, eles voltam com uma sede enorme, fruto dessa abstinência de seis anos, e metem literalmente o pé na jaca, porque crescem exponencialmente e geometricamente, a partir de 23, o número tanto de ACTs como de descontos associativos.

Aliás, esse é o Governo dos recordes, além de ser o Governo da mentira, da narrativa e da falcatrua. É recorde na fila do INSS; aliás, uma das promessas de campanha do ex-condenado... Do ex-condenado, não; do ex-presidiário, desculpem. É o recorde da manutenção de sigilos. Também disse, por ocasião de discursos e de debates, que iria retirar o sigilo, e nunca teve tanto sigilo. É o recorde do cartão corporativo, do gasto de cartão corporativo.

Parece que há uma compulsão em assaltar o cofre público. E o pior: sem transparência.

É o recorde de queimadas. Cadê os artistas gritando "Salve a Amazônia?". É o recorde de falência. Nunca teve tanta falência no nosso país. É o recorde de recuperação judicial. As empresas absolutamente incapazes de conseguir existir num ambiente em que há falta de previsibilidade, falta de segurança jurídica, que o empresário, o empreendedor, além de enfrentar juros altos, é encarado como adversário deste Governo que aí está.

É o recorde da taxa de juros. Um Governo que, pela sua política, irresponsável do ponto de vista fiscal, que assalta a máquina pública na tentativa de perpetuar um partido no poder, gera para as futuras gerações um legado muito ruim de carregar, ou seja, está sobrecarregando de dívida o conjunto dos brasileiros. Hipoteca o nosso futuro em função de um presente incerto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o recorde de endividamento.

É o recorde de rombo em estatais. Basta falar apenas de uma: os Correios. Se o Governo do PT administrasse o Saara, literalmente faltaria areia, porque é impossível um monopólio, como é o caso dessa estatal – que é a única empresa que consegue conceder esse serviço –, estar quebrada, falida, carcomida...

(*Soa a campainha.*)

... destruída com apenas dois anos e meio de administração do partido das trevas.

Quando eu falo, Sr. Presidente, que eles literalmente são mercadorias vencidas; que Lula é a mesma estratégia, os mesmos métodos, os mesmos personagens, e seria uma patologia imaginar que vai ter um resultado diferente do que ocorreu em governos anteriores – e o Brasil teve muita falta de sorte, porque são 18 anos de desgoverno do PT e de assalto à máquina pública –, nós estamos vendo a repetição desse padrão.

E aqui, Sr. Presidente, a minha esperança, a minha expectativa e a minha certeza é de que nós estamos conseguindo fazer com que tudo isso venha à luz do dia, que é o maior e melhor dos desinfetantes.

E não adianta a cortina de fumaça, porque aí estão os resultados. O fim do desconto associativo, que eles votaram contra, que eles trabalharam contra, e depois vêm aqui bater no peito, dizendo que foi o Presidente Lula.

A própria CPMI, e V. Exa. é testemunha. Não votaram favorável e vieram aqui tentar subjugar e capturar a CPMI. Se V. Exa. não fosse o Presidente desta CPMI, o que seria dessa investigação? Os presos, os bens arrestados, o fato de que a investigação seletiva que se estabeleceu contra apenas duas instituições, quando eram 41, foi posta por terra, e eles foram obrigados a, inclusive, incluir a Contag, filiada à CUT, que sempre trabalhou no sentido de financiar esse trauma que acontece no Brasil, que é a apropriação dos movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais a favor desse projeto de poder nefasto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Está encerrada a oitiva do Sr. Gilberto Waller Júnior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Parlamentares, servidores desta Casa, imprensa e, principalmente, os aposentados, os órfãos e as viúvas de todo o Brasil, antes de encerrar esta sessão, preciso começar respondendo a algo que passou a circular nos últimos dias.

Há alguns jornalistas e alguns políticos – curiosamente os mesmos que estão perdendo o sono todas as noites – insistindo em dizer que esta CPMI não dará em nada, popularmente "acabaria em *pizza*". Pois bem, vamos responder com fatos, não apenas com discurso.

Enquanto alguns tentam diminuir o trabalho desta Comissão, os números falam por si. Até aqui, mais de 4,8 mil documentos oficiais foram analisados, foram 73 requerimentos de informação formalmente definidos, 48 quebras de sigilo aprovadas, 108 empresas suspeitas identificadas roubando os aposentados brasileiros e denunciadas por esta Comissão.

Isso não é encenação, senhores, isso é investigação real. *Pizza* não gera volume de documentos, *pizza* não produz quebra de sigilo, *pizza* não expõe empresas suspeitas.

Agora vamos aos fatos mais concretos ainda: as prisões realizadas, os mandados de busca e apreensão expedidos, a interrupção dos descontos indevidos e o início do ressarcimento aos aposentados lesados não aconteceram antes desta CPMI.

Hoje, quando viajo pela minha Minas Gerais, são dezenas de aposentados que vêm agradecer porque receberam de volta dinheiro que lhes foi roubado, porque nós expusemos nesta CPMI o crime contra essa população, essa parte vulnerável do Brasil. Tudo começou a acontecer depois da instalação e do trabalho da CPMI do INSS. Isso não é coincidência, isso é consequência.

Mesmo sem um encerramento formal dos trabalhos, mesmo enfrentando resistências, mesmo diante das tentativas claras de blindagem, esta CPMI colocou luz no maior escândalo dos últimos tempos do nosso país. E é preciso dizer com clareza histórica: estamos falando da maior violência financeira já cometida contra idosos no Brasil.

Esta CPMI não é apenas uma investigação técnica, ela é um acerto moral de contas do Brasil com a geração que construiu este país. O Brasil só ficou de pé porque essa geração nunca se ajoelhou, eles carregaram a nação nas costas e agora enfrentam o abandono das próprias instituições que deveriam protegê-los. E deixo claro: não permitiremos que o Brasil vire as costas para a sua própria história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada documento analisado, cada fraude encontrada, cada idoso enganado representa uma ruptura do pacto entre o Estado e quem entregou a vida inteira de trabalho para erguer esta nação. O Brasil tem uma dívida com os aposentados e as aposentadas, e esta CPMI foi o primeiro passo concreto para apagá-la.

Quero afirmar algo com absoluta certeza neste momento: enquanto eu estiver nesta Comissão, nenhum poder será maior do que o direito do povo de conhecer a verdade. Esta Casa não se ajoelha, esta Casa cumpre a missão. Aqui não existe blindagem da parte de Presidência, muito menos do Relator desta Comissão, aqui existe a verdade, doa a quem doer. Cada votação, cada requerimento, cada tentativa de obstrução ficará registrada à luz do dia. Todos os Parlamentares que passam e passarão por esta CPMI serão julgados pelo povo brasileiro. Quando tentaram barrar convocações, os documentos falaram; quando tentaram impor silêncio, os dados apareceram; quando tentaram empurrar o problema para debaixo do tapete, esta CPMI levantou o tapete e mostrou ao povo do nosso país. Documento não mente, extrato não tem ideologia, número não se curva.

Esta CPMI não foi criada para agradar interesses econômicos, não foi criada para servir de palco político. Esta CPMI foi criada para defender quem não tem *lobby*, quem não tem advogado caro, quem não tem voz em nosso país. E, por isso, eu afirmo com tranquilidade e responsabilidade institucional como Senador desta República: o Brasil já é diferente depois desta CPMI. O aposentado, hoje, sabe que não está sozinho; a viúva sabe que não foi esquecida; o órfão sabe que alguém olhou por ele.

Ainda há muito trabalho a ser feito, ainda há responsáveis a serem apontados, ainda há estruturas a serem desmontadas, mas ninguém poderá dizer que este Parlamento se omitiu.

Ninguém poderá dizer que este escândalo passou despercebido e ninguém poderá sustentar a narrativa de que esta CPMI não trouxe resultados.

Eu repito: *pizza* não gera prisão, não gera busca e apreensão, não faz desconto parar e não devolve dinheiro a quem foi roubado. Aqui, as consequências existem e continuarão acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerramos a sessão de hoje com a consciência tranquila de quem fez o que precisava ser feito e com responsabilidade de seguir até o fim, porque, enquanto houver um aposentado lesado, uma viúva explorada ou um órfão prejudicado, o dever desta Casa permanece.

Que o Brasil saiba: a verdade está sendo revelada, a justiça está agindo e isso não tem mais volta.

Meu muito obrigado aos senhores, todos.

O SR. RIBEIRO NETO (Sem registro - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RIBEIRO NETO (Sem registro - MA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, pois não.

Eu quero confirmar a presença do Deputado Ribeiro Neto, do PRD, do Maranhão, que passa a fazer parte desta CPMI.

Seja bem-vindo, Excelência.

O SR. RIBEIRO NETO (Sem registro - MA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. RIBEIRO NETO (Sem registro - MA) – Tenho certeza de que esta CPMI vai entregar um grande resultado para a nossa nação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. seja bem-vindo.

O SR. RIBEIRO NETO (Sem registro - MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a ser realizada no dia 9 de fevereiro, às 4h da tarde, para as oitivas de Paulo Otávio Montalvão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Camisotti, empresário responsável legal do grupo Rede Mais e filho de Maurício Camisotti, e Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual do Maranhão.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Marcio Bittar, Augusta Brito, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Fernanda, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Sidney Leite, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Sóstenes Cavalcante, Zé Trovão, Kim Kataguiri, Duarte Jr., Evair Vieira de Melo, Ricardo Maia, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Marcel van Hattem e Luiz Lima, e ainda dos Parlamentares Delegado Caveira, Gisela Simona, Professora Dorinha Seabra e Ribeiro Neto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Jussara Lima, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Paulo Azi, AJ Albuquerque, Cleber Verde, Beto Pereira, Neto Carletto e Rogério Correia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezessete horas e quinze minutos e reaberta às dezessete horas e dezenove minutos. A reunião é suspensa às dezoito horas e quatorze minutos e reaberta às dezenove horas. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Ingrid Pikinskeni Morais Santos, empresária, em atendimento aos requerimentos 415/2025 e 1496/2025. **Resultado:** Durante a oitiva, a depoente necessitou de assistência médica, e, após avaliação da Junta Médica do Senado Federal, foi constatado que não havia condições para continuidade do depoimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e dois horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/23

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde a todos.

Havendo número regimental... (*Pausa.*)

Silêncio, por favor! Silêncio! Peço aos Srs. Parlamentares e assessores que se acomodem, por gentileza.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 23 de fevereiro de 2026.

Obrigado por deixar uma água para nós aqui.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos... (*Pausa.*)

Está ligado? Alô. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 30ª Reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2026.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero comunicar aos Srs. Parlamentares membros desta Comissão algumas decisões com relação aos andamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, hoje estava prevista a vinda do Sr. Daniel Vorcaro, em acordo realizado com a Comissão e a defesa. Mas, diante da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, de que ele não era obrigado a comparecer, houve mudança nos planos, e a defesa alegou que ele não gostaria de vir em avião comercial, muito menos no avião da Polícia Federal, e não compareceria por direito de decisão.

Então, nós estamos já recorrendo dessa decisão, pedindo ao Ministro André Mendonça e ao Supremo que modifiquem o posicionamento, que ele seja obrigado a comparecer como foi convocado, na condição de testemunha, não na condição de investigado, como muitos advogados têm colocado.

Eu tenho deixado claro, os senhores sabem bem: o nosso relatório não está pronto. Portanto, nós não temos ainda, formalmente, ninguém que seja tratado como investigado. Todos são testemunhas, até que nós tenhamos a responsabilidade de cada um determinada.

Isso tem gerado uma discussão jurídica muito grande com relação à presença. Alguns juízes, alguns Ministros entendem de uma maneira, outros entendem de outra, e nós ficamos aqui à mercê dessas decisões.

Eu tenho falado que não cabe somente ficarmos aqui criticando o Supremo. Nós, como Parlamento, é quem temos que dar as respostas e fazer as mudanças nas leis que forem necessárias, para que não se tenha esse limbo jurídico, e as Comissões possam trabalhar com efetividade, porque, quando vem uma decisão como essa de uma pessoa não ser obrigada a comparecer como testemunha, o que é o nosso caso, isso prejudica, atrasa e gera uma insatisfação muito grande em todo o país e até uma surpresa. Se os senhores observarem bem, quanto mais importante está sendo a pessoa, mais, infelizmente, há aqui uma espécie de blindagem de requerimentos não aprovados, de decisões, de *habeas corpus*, em que a pessoa não tem que vir ou tem que ficar em silêncio. Então, nós vamos tentar, pela via correta, que é a mudança na decisão do Supremo e a vinda do Sr. Vorcaro, em outro momento, a esta Comissão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Até em auxílio a V. Exa., nós queremos assinar a moção que V. Exa. se propõe a fazer, mas era importante também que nós aqui estabelecêssemos entre nós o rito da possibilidade da prorrogação da própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, acho que V. Exa. talvez pudesse fazer um pedido conjunto aqui de todos nós, dirigido ao Presidente do Congresso Nacional, e aguardássemos aí 10 ou 12 dias. Caso ele não se manifestasse, acho que seria de bom-tom que V. Exa., com o apoio também desta Comissão, peticionasse junto também ao Ministro André, porque claramente os trabalhos estão inconclusos. Nós apenas nos debruçamos sobre os descontos associativos – e já tivemos bons resultados – e agora é que vamos iniciar a questão dos consignados. Então, tem um longo caminho pela frente. Então peço a V. Exa. que considere também essa possibilidade.

E, por fim, uma pergunta. Me parece que, quinta ou sexta-feira da semana passada, houve a determinação do Ministro André de que houvesse o compartilhamento das informações relativas aos consignados dos sigilos que foram quebrados do Sr. Daniel Vorcaro. Isso me parece estar sob a guarda do próprio Presidente do Congresso Nacional. V. Exa. já recepcionou esses documentos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, os documentos já saíram da Advocacia do Senado e entregues à Polícia Federal. Agora nós estamos aguardando, por determinação, por força da mesma decisão, que esses documentos sejam encaminhados para a CPMI com a maior brevidade possível, uma vez que lá não estipula prazo, mas a Polícia Federal geralmente tem nos atendido com muita rapidez. Esses documentos ainda não chegaram à CPMI e, assim que chegarem, estarão colocados, pela quantidade de documentos e, inclusive informações particulares, esses documentos serão colocados na sala-cofre, onde os Parlamentares terão acesso diretamente, inclusive pelo sistema, para que possam fazer o acompanhamento de tudo que é necessário.

Nessa questão da prorrogação, senhores, nós ainda não recebemos nenhuma resposta por parte do Presidente do Congresso Nacional em relação aos requerimentos que estão já prontos. Eu estou disposto, como Presidente desta Comissão, a ingressar com uma ação no Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal para que a CPMI seja prorrogada no prazo que está estipulado por parte dos Parlamentares. (*Palmas.*)

Isso será colocado. Primeiro, por sugestão do Líder Marinho, fazermos uma comunicação oficial ao Presidente da Casa; não havendo também uma resposta oficial, eu vou convidar cada um dos Parlamentares que quiserem a assinar esse pedido de prorrogação, porque aí o Brasil vai ficar sabendo com clareza quem é que quer a prorrogação e a investigação, ou não, porque isso nós vamos colocar às claras aqui: quem é que está querendo que essa CPMI pare no meio do que está ou quem quer realmente dar respostas ao nosso país.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Como autor de um dos requerimentos, se me permite um esclarecimento, aliás, uma informação importante.

Parabéns à vossa determinação de, se necessário for – espero que não seja –, ingressar judicialmente.

Eu queria informar aqui a todos presentes, até por questão de transparência, que no dia da sessão do Congresso Nacional última, realizada no ano passado, quando conseguimos todas as assinaturas, 171 de Deputados Federais – aliás, passamos, se não me engano, foram 175 – e 29 Senadores, ou seja, mais do que o mínimo, incluindo de V. Exas. sentados aqui à mesa e da maioria dos membros desta Comissão, nós fomos informados pela Mesa, pelos funcionários, servidores da Mesa, inclusive com o Secretário presente, de que a prorrogação seria automática e não careceria de nenhum tipo de ação do Presidente do Congresso Nacional.

Ocorre, Sr. Presidente, que, até o presente momento, nós não sabemos onde e em que ambiente deste universo está o documento, porque protocolamos ele no sistema, mas até hoje não foi dado "recebido" pela Mesa.

Então, nós pedimos a prorrogação por até 120 dias, o que significa que pode ser menos, mas por até 120 dias, e há precedentes, inclusive, aqui me traz a assessoria aqui, do Requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

nº 5, de 2014, de uma prorrogação de uma CPMI feita apenas pela leitura numa sessão do Senado, sem necessidade de que seja lida na sessão do Congresso.

Portanto, aqui fica, então, um apelo a V. Exa., que é Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que na próxima sessão do Senado em que Davi Alcolumbre estiver lá, ou outro Senador que assim queira fazê-lo, que peça que seja lido esse nosso requerimento. E, se não estiver devidamente recebido pela Mesa, pergunte por que até o momento não houve esse "recebido". Seria esse o nosso pedido...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Senador Carlos Viana. E agradecendo pela oportunidade. Essa CPMI precisa ser, de fato, prorrogada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Só para um registro e, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos.

Eu vejo fundamental esse comunicado à Presidência para que a gente possa prorrogar, porque nós temos vários motivos aqui para a prorrogação, e eu quero elencar três que eu julgo fundamentais. Primeiro caso, o caso do Banco Master, que foi um caso que estourou no decorrer da CPMI. Segunda justificativa, a mudança de relatoria no Supremo Tribunal Federal. Antes havia um Relator que tem uma relação com o investigado; com a mudança do Relator, saindo do Ministro Toffoli para o Ministro André, a entrega, a devolução dos documentos para a Polícia Federal, a devolução dos documentos para esta CPMI justifica a prorrogação para que a gente possa analisar esses documentos. Terceiro ponto que aqui eu também trago, que eu julgo muito importante, o Edson Araújo, que ameaçou essa CPMI, que tentou prejudicar e obstruir os trabalhos de investigação desta Casa. Na semana passada, o Ministro André Mendonça proferiu uma decisão para que ele possa utilizar uma tornozeleira eletrônica e o bloqueio dos seus bens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi uma imagem, e a gente está apurando detalhes dessa imagem, de vídeo, em que um pescador foi ameaçado, coagido por um assessor de um Parlamentar no interior do Estado do Maranhão, para que ele pudesse dividir o seu seguro-defeso. A partir do momento em que esse pescador não quis dividir, ratear o seguro-defeso, Deputado Kim, ele foi atropelado pelo assessor de um Parlamentar estadual no âmbito do Estado do Maranhão, ou seja, quanto mais essa CPMI fuça, quanto mais essa CPMI aprofunda, mais a gente identifica coisas erradas que precisam ser apuradas e punidas com todo o rigor da lei.

Por isso, Sr. Presidente, nós pleiteamos essa prorrogação e conte também com a nossa assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Coronel.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Coronel Fernanda com a palavra.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, aproveitando o momento, tenho duas ressalvas a fazer. A primeira é que já chegou ao nosso conhecimento que o Presidente desta Casa, do Senado e do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, já teria se colocado na situação de que ele não vai prorrogar a CPMI do INSS. Isso já está sendo feito, e a gente precisa saber se essa conversa de bastidores é real ou não, até porque o Brasil está confiando muito no nosso trabalho. Nós não podemos deixar acontecer o que está acontecendo aqui nessa CPMI, que começou corretamente, mas, infelizmente, o Governo colocou seus "cupixas" aqui dentro e esses "cupixas" têm acabado com o trabalho sério desta Comissão.

Segundo fator, ainda temos muitos aposentados e pensionistas que não receberam ainda a restituição. E os que receberam, Deputado Alfredo, receberam pela metade, tiveram lá R$1,5 mil descontados, estão recebendo R$450, R$500.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

E até hoje eu não recebi aquele documento que foi feito, o requerimento que foi aprovado nesta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... com a relação de todos os aposentados que foram vítimas e daqueles também que já foram pagos. Nós não sabemos. Está na mão só do INSS, está na mão de quem roubou os aposentados; não está na mão desta Comissão essa informação. Como é que nós vamos averiguar se a justiça está sendo feita ou não, Presidente?

E a terceira questão é em relação ao Vorcaro, Presidente, nós podemos ir a São Paulo. Se Maomé não vem à montanha, a montanha vai a Maomé. Nós não podemos permitir que esse homem não fale com esta Comissão.

Nós estamos vendo aí que há mais crimes além desse de roubar os aposentados e pensionistas. Nós temos aqui um Jeffrey que, lá nos Estados Unidos, abusou de crianças e adolescentes para conseguir o poder no meio político. E nós estamos vendo aqui também um igualzinho promovendo a prostituição, promovendo festas e orgias em troca de favores políticos. Não podemos permitir que isso aconteça. Se a Comissão não tem como trazer o Jeffrey brasileiro, que é o Vorcaro, nós vamos até ele e vamos saber a verdade.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Beto... Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um apelo diante do que os colegas colocaram da prorrogação e do fato que surge no decorrer dessa CPMI, que é o Banco Master. Eu e outros colegas apresentamos vários requerimentos sobre essa questão dos empréstimos consignados, que têm ligação direta, haja vista que isso era feito também de forma automática, sem o conhecimento, sem o tomador saber, sem ele solicitar esse empréstimo consignado. Tem uma cidadã no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... que fez três empréstimos consignados. Fez uma operação de consignado e duas renegociações. O banco fez 40 sem a sua devida priorização, inclusive com portabilidade, gerando um prejuízo, Deputado Zé Trovão, de R$160 mil para essa aposentada. E a gente tem informação – certo? –, inclusive de diálogos que eu tive com bancos, no sentido de que agentes de banco simulam empréstimos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) – ... e aí fazem a autorização do consignado via INSS, e esse recurso é repassado para uma empresa, esse desconto.

Então essa é uma situação muito grave. E eu queria aqui fazer esse apelo para que nós aprofundássemos nisso. E o que a gente lê na imprensa em relação ao Banco Master é que esses empréstimos consignados que o Banco Master operou foram feitos em forma de simulação. E esse empréstimo não aconteceu de fato, e – o que é pior – esse cidadão, essa cidadã não teve acesso a esse recurso.

Eu faço esse apelo a V. Exa.

Obrigado e parabenizo pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Alencar Santana.

Em seguida, Coronel Chrisóstomo, Kim Kataguiri, Mauricio Marcon, Evair de Melo e Zé Trovão.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Foi lamentável a decisão do Ministro André Mendonça de impedir ou facilitar que o Sr. Vorcaro não viesse a esta Comissão. Ele tem muita coisa a nos informar. Afinal de contas, Presidente, o ex-Presidente do Banco Central Campos Neto, em 2019, no primeiro ano do Governo Bolsonaro, autorizou que o Sr. Vorcaro assumisse a Presidência do Master. E olha só a coincidência: no ano seguinte, em 2020, o Banco Master, com a Presidência do Sr. Rolim no INSS, é autorizado a fazer desconto consignado no INSS. Um ano depois da sua criação o Vorcaro assume a Presidência. Todos nós sabemos o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aconteceu depois, com os relatos que vieram à tona agora: doou 2 milhões ao Tarcísio, 3 milhões ao Bolsonaro – o maior doador individual. E por que tanto interesse?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por que tanta benevolência com o Bolsonaro e com o Tarcísio durante a campanha?

Se nós prorrogarmos o trabalho da CPMI, nós teremos que continuar tentando ouvir o Vorcaro, mas nós teremos que ouvir o Tarcísio. Será que – apresentei o requerimento do Governador Tarcísio – esse dinheiro que veio do roubo do Master perante o INSS não foi o dinheiro doado para a campanha do Tarcísio? Olha só a competência do Governador Ibaneis, enrolado com o Master, falindo o Banco BRB! Tem que vir aqui também – afinal de contas, também teve desconto consignado – prestar depoimento a esta CPMI. Olha o roubo que teve no Rio de Janeiro, na Rio Previdência, do Governador, do PL, Cláudio Castro! Essa turma tem que vir aqui, os trabalhos sendo prorrogados, para que a gente investigue a fundo a roubalheira do Master, que atingiu também aposentados e pensionistas do país.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E o filho do Lula também.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senhores, por favor.

Coronel Chrisóstomo, com a palavra.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu, como autor do pedido de prorrogação por dois meses, sugiro ao senhor que colha as assinaturas dos nobres Parlamentares o mais rápido possível, devido a vários Parlamentares estarem já trabalhando na sua pré-campanha. Alguns, com certeza, não estarão presentes em outros dias, Presidente, e isso vai acabar prejudicando o senhor colher o máximo de assinaturas possível. É uma sugestão que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Coronel.

Com a palavra, Kim Kataguiri, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Presidente, o primeiro ponto: não existe um limbo jurídico em relação a não comparecimento de investigados na CPMI; pelo contrário, a posição da maior parte dos Ministros, inclusive, que nós tivemos nesta CPMI foi a de que você tem o direito de ficar em silêncio, tem o direito de não gerar provas contra si mesmo, como determina a legislação, mas você tem o direito de comparecer. Então, acho que desmoraliza muito o trabalho do Congresso Nacional e o trabalho desta CPMI você ter decisões de Ministros do Supremo que estabelecem que nem sequer comparecer eles precisam, porque senão a gente não consegue mais ouvir ninguém. Então, não precisa mais ter sessão de CPMI, a gente faz todo o trabalho a portas fechadas, pede documentos, analisa os documentos e não questiona mais ninguém. Então, a gente estaria esvaziando absolutamente o poder da CPMI.

Outro ponto: em relação à prorrogação, eu quero concordar plenamente com V. Exa. É importante que a gente faça um documento oficial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP) – ... com a assinatura de cada um dos Parlamentares desta CPMI que querem que ela continue, mesmo porque, como bem colocado pelo Senador Marinho, nós avançamos muito sobre os descontos associativos. Falta agora a parte dos créditos consignados, e eu adicionaria ainda avançar sobre o núcleo político, sobre o filho do Lula, sobre o Senador Weverton Rocha, sobre os elos políticos e as indicações que nós tivemos já investigadas no âmbito desta CPMI e que precisam chegar nos principais patrocinadores. Então, Presidente, eu acho importante expor para a população brasileira o nome de cada um dos Parlamentares, no sentido do que V. Exa. colocou, que querem que a investigação continue, que querem esclarecer os fatos, e aqueles que querem que a investigação acabe. Por quê? Eu adiciono dois pontos: primeiro, a população saber quem tem envolvimento, não tem envolvimento ou quem quer defender quem tem envolvimento ou quem não quer defender; e o último posicionamento, mostrar para o Presidente do Senado a quantidade de Parlamentares, porque eu tenho certeza de que a maioria vai assinar, que deseja que isso seja levado em frente e da ilegalidade da decisão dele, caso seja negativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho uma questão de ordem, art. 4º, inciso IV, se me permite fazer a leitura....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... "fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação".

Então, Presidente, acho que são cinco minutos a questão de ordem, se o senhor me conceder, acho que é importante que o país saiba que um membro dessa CPI atuou para fraudar – fraudar – um depoimento nesta Casa. O Líder do Governo na CPI, Presidente, segundo notícias do *Estadão*, participou de uma reunião em uma mansão de quase 500 metros no Lago Sul para descredibilizar Eli Cohen, que veio até esta Casa e foi o principal denunciante do esquema de fraude do INSS. Ele foi gravado por um policial aposentado. Este policial acusou que Eli Cohen estaria recebendo 5 milhões de nós, da Oposição, para prestar um depoimento contra o Governo. Este policial, depois, foi ao cartório dizer que tudo foi mentira e que, inclusive, participou da reunião com este Líder do Governo nesta mansão e que a promessa a este policial era receber R$30 mil mensais por dois anos pela falcatrua. Este Parlamentar, Líder do Governo, que está nesta Casa neste momento, inclusive, apresentou, Presidente, requerimento baseado nesta falsidade produzida sabe-se lá com que dinheiro, provavelmente roubado, como é costumeiro, para que Eli Cohen voltasse a esta CPMI para desmenti-lo publicamente. Lembrando, colega Marcel, Eli Cohen foi quem fez as denúncias. O Governo queria, de uma forma descarada, colega Chrisóstomo, descredibilizar a testemunha que veio aqui e mostrou para todo o país a falcatrua promovida pelo Governo Lula.

Então, em resumo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... este cidadão não pode mais participar desta CPMI. Ele participou de um esquema, de uma reunião fraudulenta para coibir uma testemunha, gravá-la e mentir sobre ela. Essa é a postura do Governo que tentou a todo custo enterrar esta CPMI. E é bom que se deixe claro, Líder Marinho, que se fala em prorrogação por parte dos governistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

desta CPMI. Quantos assinaram até agora a prorrogação desta CPMI? Nenhum governista, nem Senador, nem Deputado. Eles querem, brasileiro, que isso seja esquecido, porque o próprio filho do Presidente da República recebia dinheiro roubado.

Então, é uma exigência da Oposição, Presidente, que quem ajudou a fraudar um depoimento, provavelmente com dinheiro roubado do povo brasileiro, seja afastado desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Obrigado.

Primeiramente, Excelência, essa não é uma questão de ordem. Está muito claro aqui que é uma matéria de mérito, com críticas à atividade parlamentar de membro desta Comissão. O artigo que V. Exa. cita, inclusive, é do Código de Ética, e todas essas questões têm que ser levadas também a uma Comissão de Ética. De toda maneira, V. Exa. teve a palavra. Vou colocar aqui com clareza os detalhes.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quero contradizer.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por favor.

Eu vou dar ao Líder Pimenta, uma vez que se trata de um comentário em relação a uma atividade supostamente ilícita... Eu vou dar essa... Agora, essa é uma questão que tem que ser levada à Comissão de Ética da Casa.

Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, por favor, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não; cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não; cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos. (*Fora do microfone.*)

Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Mas, Sr. Presidente, não foi questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não foi questão de ordem.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, não tem essa contradita.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Dois minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. vai dar os dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou dar.

Pois não, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em primeiro lugar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – E nem citou o nome dele. Ele está vestindo a carapuça?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não... O Líder do Governo foi citado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Foi citado? Eu não escutei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não pelo nome, mas pela posição. Foi citado: Líder do Governo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Se V. Exa. fosse citado como Líder da Oposição num levantamento, num questionamento como esse, eu lhe daria a palavra também.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – E isso é um precedente que vai se estender para todos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não há precedente nesse caso...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Sem falar o nome, Presidente?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que o senhor é feliz em dar a resposta para ele, porque, inclusive, ele admitiu que participou dessa reunião publicamente. Então, vamos ver o que foi discutido nessa reunião. Vamos ouvir o Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, com muita tranquilidade, primeiramente, eu prezo e espero que todos nós prezemos sempre pelo respeito uns aos outros, porque aqui somos todos iguais. Não há diferença.

Segundo ponto: houve uma citação ao Líder do Governo numa acusação séria, que não é uma questão de mérito, uma questão de ordem. Se fosse uma questão de ordem, eu a responderia da maneira... Respeito perfeitamente o vosso comentário, a palavra, mas vou ceder, pela gravidade da citação, assim como cederia ao Líder Marinho se houvesse da parte do Governo a mesma questão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Líder Pimenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, na realidade, trata-se de uma grande bobagem, Presidente. Eu, assim como o senhor, assim como o Relator, assim como o Líder da Oposição, todos nós aqui já fomos procurados por muitas pessoas tentando trazer informações sobre o que nós estamos investigando. Assim como o senhor e o Relator já ouviram pessoas, assim como o Líder da Oposição já ouviu, eu também já ouvi. Eu já ouvi pessoas que tinham denúncias para fazer a respeito do senhor, a respeito do Relator, a respeito do Deputado que me antecedeu, mas, para todas as pessoas, Presidente, eu tenho um critério: "Tem provas? Tem depoimento formalizado a alguma autoridade, seja ela da polícia ou do Ministério Público? Não? Então, não me interessa". Para mim, Sr. Presidente, o que interessa são provas, documentos, depoimentos.

De fato, fui procurado por essa pessoa, como fui procurado por várias outras pessoas, e para todas elas eu mantive a mesma conduta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se tem documento ou prova, eu posso, inclusive, dar um encaminhamento e trazer para esta Comissão. Na medida em que nenhuma dessas pessoas que me procurou, com denúncias contra vários Parlamentares que, inclusive, estão aqui, inclusive esse que me antecedeu... Como eu não tive comprovação de que aquilo que as pessoas me diziam era verdade, não me apresentaram documento, não prestaram depoimento na Polícia Federal seja onde for, para mim, o assunto está encerrado. E é por isso que eu não trouxe o assunto para a CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – As informações sobre o Eli Cohen eu já tinha muito antes, são públicas, das relações que ele tem com pessoas que envolvem esta Comissão. Portanto, é um factoide sem nenhuma seriedade, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Fui citado. Eu gostaria, em relação ao meu caso, que o Sr. Paulo Pimenta tornasse público qual foi a pessoa e qual foi o motivo em relação a mim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Depois, eu passo para o senhor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, mas pode falar publicamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

Senhores, nós aqui trabalhamos com fatos, por gentileza.

Deputado Evair de Melo, primeiramente. Depois, o Zé Trovão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Evair de Melo.

Só um instantinho, Deputado Van Hattem. Vamos dar sequência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – É que o mesmo critério que foi dado para o Deputado que antecedeu falar, eu acho que, quando ele chega e bota suspeição sobre o Relator, o Relator também tem que ter dois minutos, a menos que ele não queira, para falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, eu também fui citado e não me sinto suspeito de nada, com toda sinceridade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aí vai do Relator querer falar ou não...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. foi citado elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não fui citado... Fui citado como pessoas que querem fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só se o Relator não quiser falar, mas eu entendi aqui que o Líder do Governo acusou o Relator de algo sem querer dizer o quê.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi o que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. entendeu dessa forma, Relator?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Entendi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, V. Exa. tem dois minutos para se manifestar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Eu gostaria só, Presidente, que o Sr. Paulo Pimenta tornasse público o que foi dito a ele, porque eu sou um homem público e não pode pairar nenhuma dúvida, assim como ele disse que de muitos Parlamentares aqui ele recebeu denúncia. Eu acho que a gente está num momento importantíssimo de passar este Brasil a limpo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não. Não, Excelência, por gentileza. Não, por favor, Deputado Pimenta. Vamos dar sequência às palavras. Eu abri a palavra a V. Exa., para falar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Eu não sou leviano e irresponsável de receber qualquer informação sobre qualquer Parlamentar sem prova e tornar isso público, mas, em respeito ao ilustre Relator, de quem eu não tenho nenhuma dúvida – por isso, eu não trouxe para cá e nem fiz questão de tentar tirar proveito de informação sem prova –, eu vou informar a ele. Se ele quiser, depois ele torna público. Assim como vou informar ao Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

também o que eu recebi sobre ele. Se eles quiserem, eles tornam público. Eu não torno público acusação contra ninguém sem prova, Presidente. Não sou leviano nem irresponsável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Dando sequência, Deputado Evair de Melo...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, tem um requerimento meu sobre esse fato para ser aprovado aqui nesta Comissão, convocando esse policial para que ele também explique o que ele falou para o Líder do Governo. Aí a gente fica às claras. Peço para colocá-lo em votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O nome de Daniel Vorcaro aparece envolto a uma blindagem que causa muita preocupação. Há uma estrutura de proteção que, no mínimo, dificulta o acesso às informações que deveriam estar à disposição desta Comissão. Quando há obstáculos demais, Sr. Presidente, Sr. Relator, a sociedade tem o direito de desconfiar.

E a prova disso foi essa viagem inventada pelo Presidente da República para passear com a Janja – inclusive, ela ficou muito bem fantasiada lá, tentando se vestir como os trajes típicos, mas ela poderia ter desfilado no Carnaval com aquela roupa, porque não combinou com ela –, e o Presidente da República ter levado o Diretor da Polícia Federal, o Sr. Andrei Rodrigues, junto. O Sr. Andrei, neste momento, tem mais de 52 sigilos telefônicos quebrados em sua posse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... que podem escancarar a podridão desta República, de todos os lados.

O Senhor Presidente da República, mais uma vez, na sua inteligência maldosa e maliciosa, leva o Diretor da Polícia Federal, naturalmente, para fazer reuniões às escondidas, para tratar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

temas às escondidas, para que possa proteger a carniça que se tornou este Governo. A estratégia... Eu já estou há 12 anos aqui na Casa, conheço muito bem a estratégia do PT, que, quando cai, cai atirando. Fazem acusações levianas o tempo todo. Conheço eles do Plenário, enfrentei eles na CPMI da Dilma ou na Comissão do inquérito da Dilma e em tantas outras investigações. É a estratégia deles. E o Lula, habilmente, tirou o homem neste momento. A Polícia Federal, os bons agentes, os bons delegados cumpriram o seu papel. E o Lula levou o Andrei junto para jogar a sujeira, a carniça e a podridão para debaixo do tapete.

É lamentável que o Brasil esteja entregue em tão péssimas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui iniciar minha fala perguntando: cadê o Wolney? Primeira fala: cadê o Wolney? Prometeu, cantou de galo, disse que não tem nada para esconder e não apareceu.

E não adiantam as maracutaias que são feitas aqui, porque o que não for decifrado e desvendado nesta Comissão será pelo Ministro André Mendonça, porque, agora, sim, ele tem o controle sob as mãos dele – tanto sobre o caso Master quanto sobre o caso INSS. São duas frentes muito importantes que escancaram, de fato e de verdade, que o Governo que está em atividade neste país, assim como outrora, protege os corruptos e os bandidos, porque eles fazem parte disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Agora, Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido, em especial, ao Governo Federal. Já que o Governo Federal dispôs de aeronave para buscar dama do tráfico, buscar/levar Janja para Carnaval, poderia fornecer a aeronave dele para buscar, então, Daniel Vorcaro. Ele não quer vir no avião da Polícia Federal – constrangimento. Então, venha no avião presidencial, como Lula gostou, mandou lá buscar a primeira-dama, como Lula manda sempre os ministros dele até para leilões de gado com aviões oficiais, que ele o faça com Daniel Vorcaro e traga ele aqui, porque era muito importante hoje nós estarmos ouvindo aqui o homem que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responsável pelo maior escândalo da história brasileira. O caso Banco Master deixa o INSS no chinelo. O caso Banco Master pode deixar a Lava Jato no chinelo.

E eu digo isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... porque não está envolvida gente pequena, tem gente muito grande, inclusive com indícios de Ministros da Suprema Corte envolvidos diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero reforçar essa questão da prorrogação.

Acho que essa mudança de relatoria lá no Supremo Tribunal Federal foi excelente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ótimo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... mas precisamos ter acesso em função do prazo que nós temos, porque está encerrando. Vamos ter que ir para a Justiça para prorrogar a CPMI. Então, a gente precisa realmente conversar com o Ministro André Mendonça para a gente poder agilizar os nossos trabalhos, porque, sem acesso a esse sigilo, fica difícil de você dar continuidade a isso.

É lamentável a ausência hoje aqui... O que vai ser colocado aqui pela Ingrid vai ser exatamente igual às outras, porque o *modus operandi* é o mesmo: pega dinheiro dos associados, cria um monte de empresas. No caso dela, inclusive, teve uma que criou num dia; no dia seguinte, já teve 50 milhões na conta de faturamento – é uma coisa absurda.

Mas acho que essa medida que foi proposta pelo Líder Marinho... É interessante a gente assinar esse pedido...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... e pedir uma audiência também com o Ministro André Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é de se lamentar a ausência do Sr. Vorcaro aqui. Eu conversava com o senhor antes: quando a Justiça cala o Congresso Nacional, ele diminui muito a oportunidade de a gente conhecer a verdade.

E eu vou novamente recorrer a uma reportagem aqui do *Valor Econômico* de 20 de novembro, de 2025, da jornalista Adriana Mattos, e a gente entende o porquê da ausência do Vorcaro. Eu vou ler as pessoas que, segundo a jornalista, estão ligadas ao Daniel Vorcaro: Rui Costa, Ministro da Casa Civil; Jerônimo Rodrigues, Governador da Bahia; Jaques Wagner, Senador; escritório de advocacia da mulher do Ministro Alexandre de Moraes; Henrique Meirelles, ex-Presidente do Banco Central; Ricardo Lewandowski; Guido Mantega; Lula; Flávia Morais; Ciro Nogueira; Hugo Motta; Fábio Faria; Celina Leão; Ibaneis, Governador do Distrito Federal; Paulo Henrique Costa, Presidente do BRB; Rodrigo Maia, ex-Presidente da Câmara dos Deputados; Gilmar Mendes, Ministro do STF; Fernando Haddad...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... Arthur Lira; André Esteves; Eduardo Cunha.

Olhem, enquanto pessoas forem maiores do que instituições no Brasil, a gente não vai encontrar a verdade. Nós temos 526 anos de história em que este mesmo filme se repete: onde tem poder e dinheiro envolvidos, a gente não chega à punição devida e ao descobrimento da verdade. Então, esta CPMI nada mais é... Muito esforço de muitos Deputados bacanas que estão aqui, Deputado Alfredo Gaspar, um brilhante Relator, Presidente Carlos Viana, mas como é duro lutar contra a impunidade no país.

Obrigado, Presidente Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Pois não, Líder Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Só para dar um fecho aqui a essa situação que foi realmente muito constrangedora – claro que à vontade para quem quiser falar depois.

Eu quero só lembrar que, depois que nós ouvimos aqui a denúncia do Deputado Macron e a réplica que nós ouvimos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Marcon.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Marcon.

Na última reunião, o Deputado "*fake news*", aquele que teve que se retratar, porque mente muito – foi obrigado pela Justiça a se retratar –, disse o seguinte:

> Nós tivemos agora a surpresa de saber que ele solicitou 5 milhões [o advogado Eli Cohen] para ir contra o Governo na CPI do INSS.
> Eu estou aqui com esse documento – documento registrado por um ex-policial, Rogério Gomes, em que ele diz coisas absurdas. Por exemplo, que Eli pediu R$5 milhões para Duda Lima, para que atuasse a favor do PL e direcionasse as investigações para o sindicato de Lula, como diz Eli [...].
> [...]
> Estou apresentando requerimento, para que ele venha aqui, [...] ele denuncia dois Senadores, um eu não posso falar [sou eu, Sr. Senador] e o outro é o Flávio Bolsonaro, que teria mandado emissário para oferecer os 5 milhões.

Sr. Presidente, essas mentiras que o PT tem assacado nesta Comissão de forma reiterada têm que acabar, porque essa cortina de fumaça não faz bem a esta Comissão.

Eu quero anunciar aqui aos senhores que eu vou entrar com uma representação junto ao Supremo Tribunal Federal para que ele apure – que o Sr. Ministro André possa apurar essa situação –, porque é grave.

Como muito bem disse o Relator, nós somos figuras públicas; nós não podemos ter a nossa honra colocada aqui...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... como se fosse um pano a ser enxovalhado, de acordo com a conveniência ou a circunstância, para se defender o indefensável.

Então, quem conversou com quem, quem recebeu de quem... O cidadão que fez uma confissão juramentada e assinou em cartório... Eu acho que esse cara tem que ir lá se explicar ao STF, e cada um fale o que deve falar. Agora, não dá mais para a gente estar aqui querendo encontrar os ladrões do INSS, e o Governo estar com discurso aqui de que é a favor, e o tempo todo jogando contra, e querendo impedir que esta Comissão avance.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Quando não está mentindo, está roubando.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Terminada... (*Pausa.*)

O Líder Paulo Pimenta está inscrito. É verdade. Desculpe-me.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu quero lamentar que o Sr. Vorcaro não veio aqui hoje. Quero lamentar que o Ministro André Mendonça, indicado pelo Bolsonaro para o Supremo Tribunal Federal, tenha concedido essa autorização que fez com que ele não viesse.

Eu tinha várias perguntas para fazer aqui para o Dr. Vorcaro.

Primeiro, esse banco dele não existia, era um banco desconhecido. Quem ajudou ele a conseguir com o Campos Neto, indicado pelo Bolsonaro para o Banco Central, para que pudesse operar no sistema financeiro da maneira como operou?

Por que razão, Sr. Presidente, Vorcaro, através do seu cunhado Zettel, deu as duas maiores contribuições na campanha eleitoral do Brasil para Bolsonaro e Tarcísio de Freitas?

Por que razão o esquema criminoso de Vorcaro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... pagou para Bolsonaro e Tarcísio de Freitas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que razão dois Ministros do Governo Bolsonaro, João Roma e Ronaldo Vieira Bento, são Diretores do Banco Master?

Por que razão um dos diretores é casado com Flávia, ex-Secretária-Geral do Governo Bolsonaro?

Que relações são essas que permitem que este banco tenha captado títulos podres, tenha dado um golpe bilionário e o Banco Central não tenha feito nada?

Por que Ibaneis pegou bilhões de reais dos servidores públicos do DF?

Por que Cláudio Castro pegou bilhões de reais dos servidores públicos do Rio de Janeiro e entregou para esse esquema criminoso, que foi o maior contribuidor, contribuição da campanha de Bolsonaro e Tarcísio de Freitas?

Estão aqui as digitais que provam: Bolsonaro é filho do esquema criminoso do Bolsonaro e esta investigação vai ficar clara.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Lava sua boca, seu mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente... Presidente, pela ordem aqui.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não...

Por gentileza, Deputado, numa próxima oportunidade, eu vou pedir a V. Exa. para se retirar do plenário.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – E eu não vou sair.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, V. Exa. terá que sair, porque, caso contrário... Caso contrário...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O senhor vai ter que fazer com que nem o Dino, me tirar com a polícia daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou diminuir meu mandato porque o senhor quer ficar aí bandeando para o lado da esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 17 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 19 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem... Está...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não havia usado pela ordem ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante. Só um instante.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, senhores, vamos...

Está reaberta a sessão.

Eu só vou, mais uma vez, colocar com muita clareza o seguinte: eu tenho um respeito enorme por todos e tenho buscado respeitar todo tipo qualquer de opinião. Agora, não vou aceitar, com toda certeza, ser desrespeitado por quem quer que seja.

A opinião pessoal de cada um é problemas. Agora, aqui, dentro da Comissão, nós temos que nos tratar sempre observando o respeito e a ética deste Parlamento.

Pedi ao Líder Marinho que conversasse, porque não quero tomar... Mas, se for necessário, eu vou pedir para retirar da sala. Eu lamento, mas eu vou ser obrigado a fazer isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Presidente, o Líder pediu, eu quietei, mas, se o senhor quer fazer isso, pode mandar o segurança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ex-Senador Medeiros, eu vou pedir mais uma vez a V. Exa. que fale e se manifeste com toda liberdade, mas que respeite com as palavras os seus colegas, inclusive este Presidente que está aqui. Eu nunca desrespeitei V. Exa. em palavras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Ah, desrespeitou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... nunca desrespeitei em palavra alguma V. Exa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Eu me senti desrespeitado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E me sinto desrespeitado aqui, neste momento.

Vamos dar sequência.

Eu vou devolver o tempo ao Líder Pimenta, que estava falando e foi interrompido, e, na sequência, nós vamos dar a oitiva desta Casa que está prevista aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E eu peço, por gentileza, que a gente se contenha, porque uma coisa é a manifestação, outra é a ofensa.

Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu havia pedido pela ordem e não tinha falado ainda, acho que o senhor não viu. Só, se eu puder falar logo em seguida, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Será dada a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Pode restituir o meu tempo, por favor.

Sr. Presidente, a minha manifestação foi uma manifestação com um único objetivo: entender; entender por que o Ministro André Mendonça, que foi indicado para o Supremo Tribunal Federal pelo Bolsonaro, não permitiu que o Vorcaro viesse aqui hoje. Isso tem alguma coisa a ver com o fato de que o esquema criminoso do Vorcaro foi quem mais contribuiu para a campanha do Bolsonaro e do Tarcísio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que relação existe entre o fato de que dois ministros do Bolsonaro hoje são diretores do Banco Master e que a ex-Ministra da Secretaria-Geral do Governo Bolsonaro é casada com um dos principais diretores do Banco Master?

Sr. Presidente, que relação existe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... de cumplicidade entre o esquema criminoso que foi criado dentro do Governo Bolsonaro, que tinha, como Presidente do Banco Central, Campos Neto, que se omitiu, Sr. Presidente, e permitiu que este banco desse um golpe bilionário no país, oferecendo remuneração de capitais muito acima do que o mercado pagava... E, mesmo assim, mesmo havendo toda essa suspeição, o Governador do DF, Ibaneis, pegou bilhões de reais dos servidores públicos; o Governador do Rio de Janeiro pegou bilhões de reais dos servidores públicos e colocou nesse esquema criminoso. Para enriquecer quem, Sr. Presidente?

Quem enriqueceu, Sr. Presidente, com esse esquema criminoso montado... "Bolsomaster"! "Bolsomaster" é o nome desse esquema criminoso criado no Brasil dentro do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, impossível não começar a fala reagindo imediatamente à fala anterior, porque aqui deveria estar, de fato, Daniel Vorcaro – e muito bem V. Exa. fez em antecipar a oitiva pela urgência para que ele estivesse conosco hoje aqui –, que não veio. No fim, fugiu da raia, porque é um absurdo, mas a gente está ficando acostumado já, lamentavelmente, com isso, que os depoentes façam um acordo, conversem com V. Exa. por meio de seus advogados e depois não apareçam.

Por que será que não apareceu? Será que não é por motivo justamente de que toda essa narrativa do Governo cairia por terra com o Sr. Daniel Vorcaro sentado ali? Porque, veja bem... Lewandowski, Ministro do Lula até poucos dias atrás: R$250 mil de contrato com o Master por mês; Mantega, R$1 milhão de contrato com o Master por mês.

A esposa do Moraes, R$129 milhões de contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O Lula recebeu o Vorcaro três vezes, fora da agenda, no Planalto, Sr. Presidente. E, com o Galípolo, sem que ele tivesse avisado, o então superior Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

E aí, para concluir, Sr. Presidente, foi trazida aqui uma questão de ordem pelo Deputado Marcon sobre o encontro numa mansão. E sabe quem esteve presente e é dono da mansão? O pessoal do Grupo Fictor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Meu Deus, não é possível.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que era o comprador do Master! E aí o povo do PT vem aqui dizer que não tem nada a ver com o Master, quando eles tentaram fraudar, sim, esta CPI com esse tipo de gravação apócrifa, ilegal, e que depois foi desmentida pelos próprios autores.

Por isso, Sr. Presidente, quem tem medo do Master realmente é o PT, o Lula. E é este Governo que está afundado até a lama nesse escândalo.

E aliás, Sr. Presidente, é até muito estranho, para encerrar aqui, pelo que sai nas notícias, que talvez amanhã Renan Calheiros viria recebê-lo. Por que Renan Calheiros teria crédito com o Vorcaro, e esta CPMI do INSS não? Acho que essa pergunta, mais do que retórica, ela é esclarecedora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O que posso dizer, em relação a ele vir aqui ou qualquer... Não estou colocando, é que aqui ele não teria benefício nem privilégio nenhum. Aqui ele teria que responder como uma pessoa comum.

Eu não concordo em ter que mandar um avião da Polícia Federal buscar um banqueiro para vir depor com custo, com dinheiro pago pelo contribuinte brasileiro. Não concordo com isso. Eu penso que isso é um privilégio absurdo. Se ele estivesse preso, era uma outra coisa, mas vamos aguardar. A gente vai... Com paciência, com tranquilidade, a gente caminha e avança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oitiva da Sra. Ingrid Piquinskeni Morais Santos. Requerimentos 415, do Senador Eduardo Girão, e 1.496, do Deputado Duarte Jr.

A Sra. Ingrid Piquinskeni Morais Santos já está conosco à mesa.

Primeiro quero dar uma boa-tarde a ela, e boa-tarde ao advogado, Dr. Fernando.

Muito obrigado pela presença, Dr. Fernando. O senhor é bem-vindo.

A CPMI foi notificada da decisão do Ministro Cristiano Zanin no Habeas Corpus 268552, na qual decidiu:

> Considerando que a convocação da paciente refere-se a depoimento na condição de testemunha, devendo ela manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da CPMI de que tenha conhecimento, assegurada, no entanto, a garantia da não autoincriminação, concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus* requerida, tão somente para ressaltar a necessidade de obediência às garantias constitucionais.
> Em razão disso, a paciente, caso efetivamente tenha que prestar esclarecimentos na condição de testemunha, tem o dever legal de manifestar-se sobre fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, ficando-lhe assegurado, por outro lado, o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instada a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou sua incriminação, e assistência de advogados, durante a sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI.

Feitos os devidos esclarecimentos, passamos ao termo de compromisso.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

tenha protagonizado, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Vou pedir ao advogado, o Dr. Fernando, como faço com todos os demais, que, na eventualidade de algum momento em que V. Exa. entenda... V. Sa. entenda que há alguma pergunta indevida ou de autoincriminação, que oriente a pessoa – o senhor tem total liberdade – e, no caso de Parlamentares, alguma manifestação indevida, que o senhor fale com esta Presidência. O senhor viu que aqui a gente tem que ter muita habilidade nas questões. Então vou pedir essa gentileza ao senhor de evitar as discussões diretamente com os Parlamentares, por favor.

O SR. FERNANDO DESCIO TELLES – Bom, eu cumprimento todos os Parlamentares, Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DESCIO TELLES – ... aqui presentes, Deputados, na pessoa do Presidente.

E aqui a Sra. Ingrid está para colaborar no que for possível, no que ela tiver conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DESCIO TELLES – ... tá? –, muito embora o marido dela, o Sr. Cícero, já tenha participado aqui, e acredito eu que já tenha esclarecido muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Doutor.

Sra. Ingrid, o seu esposo esteve aqui, prestou uma série de informações que posteriormente não se confirmaram. Pelo próprio depoimento à Polícia Federal, ele fez uma série de declarações sobre pessoas a quem ele pagava, empresas que recebiam dinheiro, e aqui ele negou ao Relator em determinados... vários momentos que isso tivesse acontecido. Então vou pedir à senhora, como testemunha, que, aqui perguntada, traga as mesmas informações que o esposo da senhora trouxe junto à Polícia Federal, que já...

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS (Para depor.) – Eu não vou conseguir trazer as mesmas informações, porque eu não entendo nada do caso, do que ele fez, do que ele deixou de fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Por mais que eu estava presente, as mesmas informações eu não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, mas eu peço à senhora, por gentileza, assim, a maior proximidade possível dos fatos, porque, depois que ele esteve nesta CPMI, os fatos que foram revelados posteriormente foram muito diferentes. Então vou pedir à senhora que, por gentileza, busque, nisso, nos ajudar, o.k.?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A senhora tem 15 minutos para se manifestar, se desejar.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS (Para depor.) – Gostaria só de dar boa tarde para todo mundo, me apresentar.

Me chamo Ingrid, eu sou esposa do Cícero, como todos devem saber, e eu estou aqui para prestar esclarecimento que for possível para todos vocês.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Na sequência, com a palavra o Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome de V. Exa., eu quero saudar todos os Parlamentares.

Passei 24 anos da minha vida perseguindo bandido. Quando pensei que vinha para a política para esquecer esse passado, eu nunca estive tão próximo da bandidagem: a bandidagem que ataca, a bandidagem que mente, a bandidagem que fabrica. Mas é esta bandidagem que eu sempre quis enfrentar: a bandidagem do topo da pirâmide. A mentira jamais vai vencer o sol da verdade. Por isso que nós estamos aqui.

Sr. Presidente, eu acho um absurdo hoje não termos sentado nessa cadeira o Sr. Daniel Vorcaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes, quero saudar a todos, em nome de V. Exa., saudar advogado, depoente, enfim, o povo brasileiro.

Olha, o Brasil está vivendo uma época que dá vontade de vomitar de manhã, à tarde, à noite. Nós estamos vivendo uma época do bacanal da corrupção. Eita momento difícil pelo qual o Brasil está passando!

Eu gostaria que abrisse essa apresentação.

Presidente, a gente não pode ter feriado mais não, a gente não pode mais ter intervalo, porque o que está acontecendo no país... Cada dia é um dia pior do que o anterior. Vorcaro: eu nunca ouvi falar nesse cidadão, eu não sabia que esse cidadão tinha metade da República no bolso, seja lá porque eu não tinha dinheiro para aplicar ou por não frequentar as altas rodas de Brasília. Eu já não aguento mais todo mundo falando desse rapaz. Mas o que eu acho um absurdo, uma petulância é a justificativa para não vir depor. "Só vem de jatinho." Mas se essa moda pega, ninguém vai ouvir mais ninguém Brasil afora, não. "É, vou depor, agora só vou de jatinho." Isso é uma esculhambação, eu não aceito isso.

Agora, deixe eu dizer uma esculhambação maior do que essa? Maior do que essa. Esse elemento, que era para estar sentado aí, conseguiu o que nenhum Parlamentar até hoje conseguiu: se reunir no Planalto com Lula quatro vezes fora da agenda.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olha que prestígio! Vá lá qualquer um Parlamentar aqui...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pedir agenda.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, chegar para ser recebido sem agenda.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Sem pagar 1 milhão ao Mantega?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vá, vá lá agora! Olha, tem ministro que foi recebido menos do que Vorcaro. Que coisa linda, Brasil, que coisa linda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mas olha só, não quero dizer com isso que Vorcaro só tem envolvimento com o Governo atual. Eu não posso ser leviano a esse ponto. Aqui nós temos que abrir um leque para todos. Mas o que está descoberto e estava no escurinho do cinema é que o Presidente da República, que não abre o Palácio do Planalto para todo brasileiro, abriu no escurinho do cinema quatro vezes para esse elemento chamado Vorcaro.

Passa aí.

Olha só! E a esculhambação não passa só por isso não. Quando a gente for analisar os consignados, sabe onde nasceu a zona? Nasceu na Bahia.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É! E olha onde estavam os elementos que possibilitaram isso. Eita, esse aqui é conhecido; esse também. Dois Senadores do PT. O Credcesta ainda precisa ser...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não é Senador, não. O outro não é Senador, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É não?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não, graças a Deus.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É só Chefe da Casa Civil.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então é Chefe da Casa Civil do Governo Lula.

Mas o que é que eu quero dizer com isso? Estão olhando para o Banco Master sem antes ver o nascedouro dos consignados no Credcesta. Mas nós vamos ter a oportunidade de falar isso.

Passa aí.

Olha só, olha que manchete vergonhosa: "Dono do Master paga de humilde [Paga de humilde como, se o cara quer vir para o depoimento num jatinho?], mas tinha meio Brasil no bolso". Que esculhambação é essa? Meio Brasil no bolso. Que zona é essa? Que bacanal é esse em que se transformou o Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa.

Aí, mulher de Moraes. Quem é Moraes? O Ministro mais poderoso da história do Supremo Tribunal Federal desde a sua criação. Ei, Moraes salvou a democracia. Ei, por que salvou a democracia, segundo eles, pode tudo, é? Pode qualquer coisa e está certo? Eu não vejo ninguém falando, nem com coragem e altivez, de base de Governo, de um contrato imoral como esse de R$129 milhões, sem ter assinado um processo. Ei, isso é pagamento de proteção, e ninguém tem coragem...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente... Presidente, pela ordem. Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu peço que não me atrapalhem.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Presidente, mas é para fazer pergunta à depoente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu não vejo, Sr. Presidente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não estou entendendo; só para entender.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Excelência, o Relator tem toda a liberdade de fala.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor. Não, Excelência...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não pode ouvir a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem liberdade de fala.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Nós não estamos aqui para ouvir o protetor da Conafer. Estamos para ouvir o Relator fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Relator tem liberdade de fala.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente...

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – São coisas diferentes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Continue, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, como a verdade incomoda!

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Não dá para ele fazer discursos de...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, Excelência – por favor. Por gentileza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Diferença de tratamento.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Cento e vinte e nove milhões.

Ei, esse que quis que eu calasse a boca, ele disse que Vorcaro podia ter pago o Governador de São Paulo com dinheiro do INSS. Ei, quem garante que esse dinheiro aqui também não é do INSS?

Passa.

Olha como este Brasil está. Dias Toffoli – rapaz, não bastasse o Deputado que se retirou ter que deixar a CPI em 2025 porque se reuniu com Marcos Valério do mensalão –, olha só: teve que deixar a relatoria do Banco Master. E por que está aqui? Por que está aqui? Sabe por quê? Porque nós perdemos mais de um mês dos dados. Perdemos tempo, porque o Sr. Ministro não permitiu que nós, instância legítima e constitucional, tivéssemos acesso a esses dados, como hoje ainda não temos. E o Brasil está calado. Quem nomeou esse aqui?

Bora, passa.

Agora, deixe-me dizer uma coisa. Eu fui um dos que votei a favor para Lulinha estar aqui, mas tem muito menino de recado, e eu estou de saco cheio. Não permitiram. Sabe o que a Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Federal fez? Quebrou o sigilo bancário, fiscal e telemático de Lulinha, filho do Presidente da República. Está no *Diário do Poder* de hoje.

Ei, onde já se viu medida cautelar deferida sem haver indícios? Olha, uma parte da CPMI blindou Lulinha; a Polícia Federal já está no encalço aqui, com várias quebras.

Qual é o pedido que eu faço? E olha só: de envolvimento na questão do Careca. O que é que eu peço, Sr. Presidente? Eu peço que V. Exa., na qualidade de Presidente, peça o compartilhamento desses dados, porque é um direito legítimo nosso.

Passa. (*Pausa.*)

E eu não falei *Poder360,* não? Desculpe-me: foi *Poder360*.

Mas por que eu faço esse desabafo? Estou cheio de discurso que fazem e na prática é totalmente diferente. Eu repudio, respeitando, mas repudio a decisão do Ministro André Mendonça de não permitir a vinda do Sr. Vorcaro na hora que facultou. Ao mesmo tempo, eu tenho que reconhecer que o Ministro André Mendonça corrigiu um gravíssimo erro de provas escondidas, possibilitando à CPMI ter os dados do Vorcaro.

Mas o que é que nós precisamos fazer aqui? – um adendo. Eu vi um discurso bonito ali do Deputado que saiu: "André Mendonça não permitiu Vorcaro sentar...". E se eu disser que figuras que reclamam de André Mendonça e tinham direito blindaram o C6, blindaram o PicPay, blindaram o Santander, blindaram a Crefisa, blindaram Gustavo Gaspar, blindaram Frei Chico, Lulinha, Paulo Boudens, Edson Claro? Ei, minha gente, respeite o entendimento do povo! Ninguém blindou mais aqui nesta CPMI do que a base do Governo. Eu acho que não deveria se ter bandido de estimação, mas não é o que acontece aqui.

Então, o Ministro André Mendonça deu uma no cravo, outra na ferradura: possibilitou que nós tivéssemos acesso aos dados do Vorcaro, que é muito importante, mas também facultou a Vorcaro não comparecer, facultou. E a base do Governo aqui, que dispensou completamente? – não deu nem faculdade. Olha, quatro instituições financeiras que praticaram os mesmos fatos dos outros bancos que estão lá na Senacon, baseada em dados, foram blindadas aqui pela base do Governo. Ou seja, minha gente, olhe para o próprio umbigo antes de estar apontando para o próximo. Vocês foram os primeiros que blindaram o sistema financeiro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, eu tinha que falar isso porque estou cansado da mentira e da hipocrisia. O sistema financeiro está blindado, e a gente só tem mais um mês. Ainda falta muita gente para vir. Mas, para desgosto daqueles que podem estar no bolso do sistema financeiro, eu reapresentei, pedindo para PicPay, Santander, C6 e Crefisa depoimento aqui. E aí vamos ter que botar a digital de novo. Vamos saber quem é empregado do sistema financeiro e quem é menino de recado.

Outra coisa que eu não posso deixar de registrar. Eu tenho respeito pelo Deputado que se ausentou, mas eu não concordo que o Fictor, que está na base do problema do Master, esteja atuando diretamente para orientar a testemunha com presença de Deputado. O Deputado não aprendeu com o passado, quando teve que sair de uma CPI porque pegou uma carona com o principal investigado chamado Marco Valério. Eu não concordo. Eu acho o seguinte: se tem Senador envolvido, prenda o Senador. Se tem Deputado, prenda o Deputado. Se tiver Presidente da República, seja lá o escambau que for, banqueiro... Agora, se reunir através da Fictor, que está entranhada nos problemas do Master, eu acho isso não apenas uma ilegalidade, mas passível de uma investigação.

Mas aí, passada essa fase inicial, vamos aqui ao porquê de essa senhora estar sentada aqui.

Sra. Ingrid, boa tarde.

A senhora pode me dizer onde está o seu esposo, Cícero Marcelino?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS (Para depor.) – Está preso.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Em qual unidade prisional?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Caiuá.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Isso fica perto da residência de vocês?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Há quanto tempo seu esposo está preso?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Três meses.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer qual o motivo da prisão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Ele está preso preventivamente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas sabe dizer qual o motivo da prisão dele?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem é Cícero Marcelino? Cícero Marcelino é o principal operador financeiro da Conafer – que aquele bandido Carlos Lopes até hoje está foragido. Mas, Carlos Lopes tinha um operador financeiro: era o esposo dela. Esse operador financeiro veio aqui depor livre. Quem foi que pediu a prisão de Cícero Marcelino? Aqui, a CPMI; ou seja, quando essa CPMI começou, Senador Bittar, não tinha um único envolvido com o escândalo do INSS preso. Não tinha um único.

Agora, deixe-me contar uma brincadeira para vocês.

Depois eu volto para isso.

Passa. Passa. Passa. Passa. Passa. Pode passar mais. Pode passar mais. Não, volta um. Volta outro. Eu quero o Stefanutto.

Quem disse que essa CPMI aqui vai a reboque da Polícia Federal? A Polícia Federal disse que o Stefanutto estava ganhando uma mesada de R$250 mil por mês. Em dois anos, R$6 milhões. O trabalho da CPMI aumentou isso aí sabe para quanto? Para R$50 milhões. O grupo criminoso liderado por Stefanutto, nessa teia de esquema, o Presidente do INSS na gestão Lula conseguiu desviar R$50 milhões. Descoberta da CPMI. Aquele cidadão que sentou aí e teve Deputado dizendo que ele estava de parabéns por falar a verdade, aquele maloqueiro que se levantou com dedo em riste para mim, aquele criminoso: R$50 milhões. Está aqui ó, tem de tudo: tem advocacia, tem pizzaria, tem o que vocês quiserem. No final, R$50 milhões para o Presidente do INSS, por dois anos da gestão do atual Governo, tá? Isso aqui é para mostrar que a CPMI está de olho, investigando e ultrapassando, e muito, aqueles que apostaram que não ia dar em nada.

Agora, volta lá para o início.

Então, Sra. Ingrid, a senhora poderia citar aqui, para os Deputados e Senadores, de quais empresas dos últimos cinco anos a senhora fez parte como sócia ou administradora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Bom, antes de citar empresas e etc., eu vou contar um pouquinho da minha história.

Desde 2014 eu sou casada com o Cícero e em 2015 eu engravidei. A partir dessa data da minha gestação, o Cícero e eu, em comum acordo, combinamos que eu não iria trabalhar e iria cuidar exclusivamente dos meus filhos, dedicar à educação das crianças e dar o tempo de qualidade para eles. Então, a partir desse momento, eu não trabalhei mais. Eu tentei trabalhar quando o Bernardo, meu filho maior, tinha um aninho de idade, porém ele não se adaptou na creche, ele teve greve de fome, chorou bastante, então a partir dessa data, eu não trabalhei mais nada.

Depois disso, com o decorrer dos tempos, eu decidi, eu e o Cícero decidimos que eu não iria trabalhar, que era melhor eu ficar em casa, cuidar dos meus filhos e da minha família. Então, em relação a empresas, transferências, eu não vou conseguir responder nada para vocês, porque quem geria tudo isso, como ele falou também aqui para todos vocês, era o meu esposo, Cícero Marcelino. Inclusive, até traiu minha confiança quando a Polícia Federal bateu na minha porta, acordando meus filhos e constrangendo minha família.

Então, para mim, tudo isso aqui é uma surpresa. Inclusive, para mim, estar aqui também está sendo muito difícil, porque eu nunca imaginei passar por uma situação dessa.

Então, em relação ao nome de empresa, quanto recebeu, quanto deixou de receber, etc., era tudo o Cícero que fazia essa parte de gestão operacional.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Ingrid, voltando à pergunta... Eu, sinceramente, não sei se a senhora está falando a verdade ou não. Não posso, não tenho como aquilatar isso agora.

Voltando à pergunta: a senhora sabe dizer de quais empresas a senhora é sócia-administradora?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Sei, as que estão no...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto, já melhorou.

IBC Prudente Administrativo, a senhora faz parte dela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ela movimentou... ela movimentou R$63 milhões, quase R$64 milhões. Através dela, também foi paga propina a vários agentes públicos. A senhora tinha acesso a essa conta?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora, em alguma vez, assinou algum documento relacionado à transferência de valores?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Transferência de valores, não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não?

A senhora foi quem abriu a conta dela em banco?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Meu esposo levava bastantes papéis para eu assinar e, como eu confiava nele, eu assinava e ficava em casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Bacana.

Agropecuária PKST, a senhora é sócia dessa agropecuária ou foi sócia?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe qual era o objetivo dessa agropecuária?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez na sede da IBC Prudente?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve alguma vez na sede da Agropecuária PKST?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, eu já vi fantasma movimentar dinheiro, mas ela nunca teve... A primeira foi 63 milhões que recebeu dos velhinhos e aposentados de INSS, a segunda recebeu 60 milhões. Olhem, aposentados e pensionistas, essa moça aqui recebeu 120 milhões, através das empresas dela, de aposentados e pensionistas – dinheiro roubado, dinheiro roubado. E está dizendo a nós aqui que foi o esposo dela quem pegou a documentação e fazia a movimentação, que ela inclusive está surpresa e que ele quebrou a confiança dela.

A senhora se separou dele?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – No momento não, porque eu acho que não deve se separar num momento desse, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim, senhora. Tá, tá.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – E posteriormente ainda não sei o que eu vou fazer.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Nobre Serviços de Eventos Ltda., a senhora conhece a Nobre?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, conheço só de nome.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já esteve lá alguma vez?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe o serviço que ela presta?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Recebeu R$18 milhões. Aqui a gente já vai para R$140 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

A senhora conhece a Agropecuária Pikinskeni?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Meu marido que conhece todas, eu não conheço nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não conhece, não? Agora esse sobrenome aqui e daqui também, PKST... Esse Pikinskeni é do seu marido ou da senhora?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – É o meu.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onze milhões de reais. Pergunto à senhora... Aqui a gente fecha 150. Eu pergunto à senhora: sabe o que a agropecuária fazia com esse dinheiro de aposentado e pensionista?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, quem geria era o meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Coopetec (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação), nome bonito. A senhora é Presidente desde 2018, recebeu quase R$2 milhões. Conhece a Coopetec?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Quem geria todas era o meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tá.

Olha só, a senhora... No meu tempo de menino, tinha O Homem de Seis Milhões de Dólares. Pô, eu gostava de assistir àquilo. Eu achava que era um dinheiro que eu nunca na vida ia saber. Olha que bacana, a senhora é uma mulher de R$156 milhões – R$156 milhões roubados de aposentado e pensionista.

Aí eu vou voltar: a senhora conheceu o Marcelino onde?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Conheci ele na igreja.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer em que ele trabalhava quando a senhora o conheceu?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Ele trabalhava vendendo maquininha de cartões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora se recorda de quanto ele recebia na época que a senhora o conheceu?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora morava onde logo no início dessa relação com ele?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu morava em Presidente Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, desculpa, eu me expressei mal. O Marcelino morava onde?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Em Presidente Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente Prudente.

A senhora se recorda do imóvel em que ele morava?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, eu acho que ele morava com a mãe dele, se não me engano.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Morava com a mãe dele.

A senhora passou a viver com o Sr. Marcelino a partir de qual ano?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – De 2014.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vocês, quando passaram a conviver, eu falo de forma marital, foi a partir de 2014?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Vocês moravam onde?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu morava em Santos, e ele morava em Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E por que cada um morava num canto diferente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Porque Deus quis assim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu... Em tudo, Deus... Em tudo, Deus está na frente mesmo, mas qual era o motivo pelo qual um morava em um canto e outro em outro? Vocês trabalhavam? O que é?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Como a gente se conheceu?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, não, não. Como é que vocês... A partir do casamento ou do momento em que passaram a viver juntos, onde vocês moravam?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – A gente morava em Presidente Prudente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Onde?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Bairro, você fala?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu falo casa...

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Casa?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sim.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não lembro, faz muito tempo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Poxa, a senhora não lembra a casa em que morava?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu já me mudei muitas vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pelo amor de Deus! Olha...

Era casa própria ou alugada?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Alugada.

A senhora morou em casa alugada até que ano?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não me recordo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, vou fazer uma pergunta inversa: qual foi a primeira casa própria que vocês tiveram e o ano?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu não vou me lembrar com exatidão.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas lembre com alguns intervalos de meses... Não tem problema, não. Qual foi o ano?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu acredito que 2020.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, a gente tem uma data. Em 2020, possivelmente, vocês adquiriram a primeira casa própria.

A senhora participou da compra dessa casa ou foi tudo responsabilidade do Sr. Cícero?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Foi tudo responsabilidade dele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora permaneceu nessa casa com ele até que ano?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Ah, não vou saber te falar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não sabe falar se foi um ano, dois anos? Depois dessa casa, vocês foram para onde?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, porque a gente mudava muito, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Depois dessa casa, vocês foram para outra casa própria?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu acredito que eu fui para Santos morar de aluguel para ficar próximo a minha família.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Depois, eu voltei para Prudente...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando a senhora voltou para Prudente, passou a morar onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Na casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Na mesma casa?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Na mesma casa.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Até hoje a senhora permanece na mesma casa?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi a mudança dessa casa para o imóvel atual?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Em 2022.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Essa casa em que a senhora mora hoje é melhor do que a casa que vocês moravam até 2022?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quem comprou?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não compramos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É alugada também?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – É alugada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É alugada até hoje, é?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – É.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É alugada.

A sua vida teve uma mudança de condição durante esse percurso aí de casamento?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando foi que vocês puderam olhar um para o outro e dizer "olhe, nós estamos vencendo"?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – A partir de 2020, 21.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora saberia explicar por que essa mudança de chave nessa época?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu acreditei que meu marido fosse um empresário.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece o Sr. Carlos Lopes, da Conafer?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu já o vi umas duas ou três vezes.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Ele já frequentou a sua casa?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já frequentou a casa dele?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer se seu esposo tinha negócios com ele?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Acredito que sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer quais tipos de negócios?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou, daqui a pouco, fazer umas perguntas à senhora, mas queria que a senhora gravasse o valor que chegou às suas empresas: R$156 milhões.

Passe aí, por favor. (*Pausa.*) Passe aí. (*Pausa.*) Eu queria aqueles gráficos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora conhece um local associativo chamado AAB?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já esteve lá?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não. Não conheço nem estive.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe quem é o Presidente?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve no Instituto Terra e Trabalho?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora sabe dizer por que recebeu dinheiro da AAB e do Instituto Terra e Trabalho através das suas empresas?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu não vou saber dizer, porque era o Cícero que geria tudo. Eu não cuidava nem das contas, nem de valores, de transferências, nada.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passe aí, por favor.

A senhora conhece a Conafer?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Por falar, sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Por falar? Já esteve lá alguma vez?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sra. Ingrid, a senhora, por meio das suas empresas aqui, recebeu aqui mais de R$150 milhões. A senhora é administradora. A senhora já viu alguma prestação de serviço ou fornecimento de material por essas empresas?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu não tinha conhecimento de valores, do que entrava, do que saía...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A pergunta é: a senhora, como proprietária dessas empresas, já viu alguma prestação de serviço por meio delas ou fornecimento de material?

O SR. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está bom.

Olhem, este Brasil é um espetáculo. A burocracia foi feita para roubar com legalidade. Eles criaram uma teia, esta teia de empresas aqui: IBC, Agropecuária PKST, Agropecuária Pikiskeni, Cooptec, Nobre Serviço de Eventos, Santos Consultoria, tudo terminando nela como sócia-administradora... Mais de R$150 milhões!

Senta aqui – é bom demais –, não precisa falar, não precisa esclarecer nada: "Foi o meu marido", "quebrou a confiança". É dinheiro roubado de aposentado e pensionista, mas isso é besteira.

Agora, imaginem: rouba do INSS a Conafer mais de R$850 milhões, R$850 milhões!

Carlos Lopes tinha Senador e Deputado no bolso – no bolso, no bolso –, o que no relatório estará presente. No bolso, R$850 milhões! Carlos Lopes, através desse esquema criminoso aqui, dela e do esposo, tinha Deputado e Senador no bolso, ganhando propina, ganhando propina.

Passe aí, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só uma atualização, Presidente.

O Sr. Carlos Roberto segue foragido?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Segue.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Segue.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Mas olhem, só tem uma vantagem nisso: é que agora, quando for preso, não vai ter mais nenhum pressuposto para liberação, porque está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

fugindo da aplicação da lei penal. Ele... Quando for preso também, eu quero ver como vai ser esse *habeas corpus*. Eu estou doido pra ver a mudança da jurisprudência.

Aqui é a mesma coisa envolvendo ela e o esposo. Sabem para quem? Para André Fidelis, para Thaisa Hoffmann, para Virgílio. Olhem que interessante! A moça não sabe de nada e pode não saber mesmo, mas o dinheiro da empresa dela, das empresas, que saiu desses R$850 milhões e se transformou em 154, pagou propina a uma parte dos funcionários do INSS. Deixe-me dizer: não era funcionário que ganhava um salário mínimo, não; era funcionário de topo de carreira – Stefanutto, Virgílio, André Fidelis, esposa de um, filho de outra... Então, vejam aonde nós chegamos, mas sabem o que é mais interessante nisso? Cada esquema desse aqui foi descoberto aqui, na CPMI, que o Governo tanto trabalhou para não ser instalada e que tantos têm trabalhado para não ser prorrogada.

Passe aqui, por favor.

Aqui, a gente chega a esse esquema; nesse esquema, a gente chega a vários outros. Como eu disse que eu não tenho bandido de estimação, aqui também chega ao ex-Ministro José Carlos Oliveira, o Sr. Ahmed Oliveira Andrade. Aqui tem muitos, muitos que ainda irão aparecer no relatório.

Passe.

Agora, quem está pagando propina é ela, mesmo sem saber, segundo ela.

De novo.

Este aqui eu não quero nem que passe, nem era para estar aqui. Bora, bora, tire, tire, tire, tire, tire aqui.

Tirou aquilo lá? Tinha outro ou não? Veja mais um antes. (*Pausa.*)

Aí aqui... Olhem, eu não vim para cá para perseguir quem quer que seja. Eu estava longe de querer fazer papel aqui de acusador, mas tive a honra de ser escolhido pelo Presidente através de vocês. Olhem. Aqui tem um colega nosso, o Deputado Federal Euclydes Pettersen, de Minas Gerais, e aqui tem toda uma linha de pagamento de propina, e essa linha passa pela Sra. Ingrid, ou seja, a gente não tem como lavar a roupa suja sem olhar também dentro da nossa Casa. Pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

não dar em absolutamente nada, mas o meu papel eu vou fazer. Isso aqui é um esquema tão complexo de lavagem de dinheiro e pagamento de propina que eu não gostaria de me imiscuir tanto neste momento, porque vai estar no relatório, mas por que eu fiz questão de apresentar? Porque todas essas empresas dela – e o esposo também – estão exatamente na teia de pagamento de propina a André Fidelis, a Stefanutto, a Virgílio, à esposa de Virgílio, ao Deputado Federal... Então, está aqui. Não diziam que isto aqui ia dar em pizza? Não diziam que isto aqui não ia para canto nenhum? Então, aqui está sendo apontada a teia participativa dela e do esposo, e o dinheiro, por vários modos, chegando até o Deputado Federal. "Ah, Alfredo, tem como provar?" Infelizmente, sim. Está aqui e está devidamente registrado.

Pode tirar isso aí.

Pergunta que eu faço à senhora: a senhora conhece algum Deputado Federal?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já esteve com o Deputado Euclydes alguma vez?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sabe o relacionamento do seu esposo com o Deputado Euclydes?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora já ouviu falar no Senador Weverton Rocha?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Já esteve com ele alguma vez?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu esposo já disse alguma vez à senhora se pagava propina a político?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, nunca, até porque eu não aceitaria.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora não aceitaria, né?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Está certo. Então, agora eu vou fazer outras perguntas à senhora, mas parece que o padrão de resposta vai ser o mesmo, mas eu vou perguntar para não ficar devendo.

Desses mais de R$150 milhões, quantos foram movimentados pela senhora?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não sei dizer. Quem geria era o meu esposo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora nunca movimentou recursos, então?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não. Só quando ele pedia para fazer algum tipo de pagamento, mas era bem, bem... Quando ele não conseguia fazer mesmo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E a senhora recorda algum pagamento que fez?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? A senhora é tão nova... Memória fraca.

A senhora sabe dizer a quem é dado o apelido Herói...?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... no pagamento de propina?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não? Foi a senhora quem colocou esse apelido?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora nunca estranhou o aumento patrimonial do seu esposo, não?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não, eu achei que ele fosse um empresário bem-sucedido.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. Então, vamos parar aí. Agora ela vai poder esclarecer.

Seu esposo: um empresário bem-sucedido de que ramo? Que a senhora achou? De que ramo a senhora achou?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – É... Consultoria, administrativo... Ele sempre foi vendedor.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto! Então, a senhora achou que seu esposo era um empresário bem-sucedido em consultoria.

Seu esposo é formado em quê?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Não tem formação.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E ele ia prestar consultoria em quê?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Da vida, né?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Da vida? (*Risos.*)

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – É, porque eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, por favor.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu tenho formação em administração.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir a gentileza...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora...

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – E não exerço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... de respeitarmos a resposta da depoente, por gentileza.

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – E não exerço. Se você me perguntar qualquer coisa, eu não vou saber exercer, porque eu só tenho formação acadêmica, mas quem tem experiência de vida, eu acredito...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Doutora, eu sei que a senhora é formada em administração e respeito isso, mas nós estamos falando do seu esposo, e a senhora disse que ele era quem movimentava tudo.

Essas empresas movimentaram a crédito e a débito mais de R$315 milhões. Aí, a senhora casou com um homem que acertou com a senhora – e é um direito de vocês, após terem se conhecido na igreja – que a senhora não ia precisar trabalhar. Não foi isso? Pronto. De repente, o seu esposo dá uma chave na vida e começa a ganhar dinheiro. Aqui é uma pergunta muito simples, a gente quer aprender também. A senhora pensava que ele trabalhava com consultoria. Aí, eu perguntei: "Formado?". "Não." "Consultoria em quê?" "Consultoria da vida." Me dá um exemplo?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora conhece a Fortuna Loterias?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer qual a sua relação com a Santos Consultoria?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu vou exercer o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – A senhora pode me dizer qual a sua relação com a To Hire Cars?

A SRA. INGRID PIKINSKENI MORAIS SANTOS – Eu vou exercer o meu direito de ficar em silêncio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu vou suspender a sessão por 15 minutos.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 18 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Senadores e Senadoras, enquanto aguardamos o laudo oficial com relação ao estado de saúde da depoente, vamos dar sequência às palavras.

Aqueles que quiserem se manifestar... Nós vamos... Mas vamos terminar com o Relator.

Pergunto se o senhor ainda tem...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, eu me compadeço do estado da depoente, mas queria deixar registrado aqui que, em nenhum momento, extrapolei qualquer condução no depoimento dela, pelo meu respeito, mas também não tenho como pintar de rosa o que está bem escrito em letras que envergonham o Brasil.

Presidente, para finalizar, só gostaria de relembrar que a depoente recebeu, além das contas da empresa, mais de R$13 milhões, infelizmente dinheiro dos aposentados e pensionistas do Brasil. Lágrimas, a gente nunca pode duvidar da sinceridade, mas o crime praticado também foi muito grave, e o nosso objetivo maior é que todos, independentemente de quem seja, têm que responder por esse desvio bilionário que matou, fez sofrer, penalizou milhões de aposentados e pensionistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos seguir a ordem de inscritos aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Duarte Jr.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Pode ler a ordem para nós, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso.

Eu entendo que, se todos concordarem, vamos manter os dez minutos que estavam previstos anteriormente para que cada um se manifeste.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – É muito, Presidente.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Não, deixa dez mesmo.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, eu vou... Dez minutos, para que cada um possa...

Bem, eu vou ler aqui a ordem: Deputado Duarte Jr.; Senador Marcio Bittar; Izalci Lucas, que pediu para passar para a parte final e teve que se ausentar; Coronel Fernanda; Paulo Pimenta; Luiz Lima; Marcel van Hattem; Alencar Santana; Rogerio Marinho; Coronel Chrisóstomo; Zé Trovão; Damares; Sidney Leite; Adriana Ventura; Kim Kataguiri; Evair Melo; Sóstenes Cavalcante; Mauricio Marcon; e Deputado José Medeiros. O.k.?

Vamos inscrever o Deputado Ribeiro.

Pois não, Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria só saber se V. Exa. pode confirmar quem serão os depoentes desta quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso.

Estão previstos o Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti, que já está convocado e devidamente orientado, e também o Sr. Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual do Maranhão.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero, aqui, lembrar a todos que aqui estão que, no final do ano passado, o Deputado Estadual maranhense no exercício do mandato, o Deputado Edson Araújo, ameaçou os trabalhos desta CPMI. Não foi só ameaça a um Parlamentar, não foi só ameaça a mim e à minha família, mas foi a tentativa de obstruir os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, V. Exa., Sr. Presidente, e todos esses membros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... porque nós temos a oportunidade de ouvir um Parlamentar que exerce o seu mandato, mas nós temos provas incontroversas de que, infelizmente, utiliza o seu mandato para se servir, se beneficiar e também beneficiar os seus.

Nós tivemos acesso à quebra dos sigilos. Por isso que esta CPMI agiu corretamente ao quebrar os sigilos no ano passado e, tão somente após o recebimento da documentação, fazer a oitiva do Deputado Estadual Edson Araújo. E nós nos surpreendemos porque, no ano passado, no ano de 2025, em apenas seis meses do ano de 2025, o Deputado Estadual recebeu, em sua conta pessoa física, o incrível valor de R$18,5 milhões. E, para quem acha que isso é tudo, não é: no ano de 2024, somente no mês de junho de 2024, em sua conta pessoa física, o Deputado Estadual Edson Araújo recebeu R$54,9 milhões.

Se V. Exas. se espantam com esse valor, eu peço a V. Exas. que busquem a quebra do sigilo, a que esta Comissão tem acesso, está nos arquivos que V. Exas. receberam toda essa documentação.

Quando a gente observa que o Deputado Estadual Edson Araújo recebeu todos esses valores, a gente percebe que não é só ele. Quando aqui nós recebemos a Ingrid – e, infelizmente, não foi possível concluir a oitiva dela –, existem outros questionamentos, porque a gente percebe que foram R$300 milhões. São milhões e milhões de reais! Mas como é que se chega a esse patamar? É porque não é um dinheiro de uma atividade empresarial justa, lícita, correta; porque, se fosse, demoraria para se ter tal riqueza.

São 12 empresas no nome da Ingrid, do seu marido, algumas no nome do seu irmão, em que não tem uma pessoa com carteira assinada. Nunca assinaram uma carteira! São 12 empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

que não tem como comprovar, porque nunca prestaram um efetivo serviço a ninguém, mas serviram tão somente para poder justificar que, após o dinheiro ser roubado da conta dos aposentados, dos pensionistas, das pessoas com deficiência que recebem BPC, dos pescadores que recebem seguro-defeso... A retirada desse dinheiro após descontos associativos ilegais, imorais e indevidos, esse dinheiro tinha que ir para algum lugar, e o caminho eram empresas de fachada como essas – exemplo: a própria Conafer.

E eu disse aqui... Eu lembro que, logo após, eu conversei com o Senador Presidente Carlos Viana. Foi a primeira vez que teve aqui quase um estranhamento da nossa relação, mas, de lá para cá, houve uma evolução tremenda. Nós conversamos, mas ali eu demonstrei minha total indignação, porque eu sabia que nós estávamos diante de um bandido, de um marginal, de um ladrão de pessoas vulneráveis. Não à toa que hoje o Presidente da Conafer está – até hoje – foragido.

Onde esse sujeito está? Onde ele se escondeu? Quem está protegendo ele? Quem está acobertando ele? Veio aqui com as mãos pintadas, veio aqui com as mãos preparadas para uma guerra, para um combate; não para poder tentar se justificar, tentar se explicar ou confessar o crime grave que cometeu.

Eu quero aqui, mais uma vez, lembrar a V. Exas.: quando, às vezes, eu me indigno com algum comportamento de piadinha, de sorrisinho ou de briga boba, como se aqui a gente estivesse discutindo qual é melhor, se é o Flamengo, se é o Vasco, se é o Moto ou o Sampaio, é porque a gente não está falando de um crime qualquer. A gente está falando de um escândalo brutal de corrupção, um esquema brutal de corrupção, porque são poderosos, são políticos, são membros da mais alta corte do Poder Judiciário, são membros do Poder Executivo, são aqueles que estavam como procuradores federais do INSS, são pessoas que recebiam altos salários, cheios de penduricalho – mas não era o suficiente, porque são gulosos, são gananciosos, são bandidos na sua essência, que roubaram pessoas que vivem em estado de extrema vulnerabilidade.

Eu estou falando de poderosos que se uniram, se reuniram e, sem pensar duas vezes, criaram um esquema para roubar os velhinhos, para roubar os idosos que ficam lá no litoral ocidental do Maranhão, lá em Cururupu, lá em Mirinzal, lá em Central, lá em Cedral, lá em Pinheiro, lá em São Luís, na Cidade Operária, na Cidade Olímpica, no Coroadinho, na Liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

São os poderosos do colarinho branco, que vencem eleições prometendo cuidar das pessoas, servir às pessoas, resolver o problema das pessoas, acabar com a fila da saúde, acabar com o esgoto a céu aberto, mas, quando aqui chegam, eles não pensam duas vezes, só pensam em aumentar os seus privilégios ou pensam em brigar entre si, "porque, ah, a direita...", "porque, ah, a esquerda...". Meus amigos, *data maxima venia*, tem gente boa e gente ruim em tudo que é lugar. Tem bandido na direita, assim como tem bandido na esquerda. Tem ministro que decide de forma correta, mas tem ministro que decide de forma equivocada.

Perfeição – e aqui, como católico cristão, eu digo a V. Exas. –, tão somente no reino dos céus. Nós somos falíveis, e é por isso que nesses dias, nessas semanas que restam, eu conclamo para que a gente possa fazer uma autocrítica, uma reflexão, porque, se a gente não se unir entre nós, entre pares, e focar em encontrar esses corruptos, esses bandidos, e colocá-los atrás das grades, infelizmente, a gente não vai conseguir avançar ainda mais do que a gente já está avançando. É claro, existem dezenas – mais de duas dezenas – de pessoas que estão presas por força muito especialmente desta CPMI, da Polícia Federal, mas muitos ainda precisam ser identificados e punidos.

E é por isso que aqui, Sr. Presidente, eu fiz uma denúncia de um fato que ocorreu em 2023, no Estado do Maranhão. O Maranhão é um estado que não tem a sua maior bacia hidrográfica do país, mas tem o maior número de pescadores. Nos anos de 2023 e 2024, o Maranhão foi o único estado que aumentou o número de beneficiários do seguro-defeso, aumentou mais de 130 mil beneficiários do seguro-defeso. Aí alguém se pergunta: teve alguma campanha? Foi um maremoto que aumentou o mar, a quantidade, o litoral maranhense? Não, não foi. É bandidagem, é corrupção, é sacanagem. Infelizmente esses ainda não foram alcançados.

Em 2023 – eu tenho um vídeo, postei hoje nas minhas redes sociais –, um pescador, ao negar para um assessor de um Parlamentar maranhense dividir, rachar, fazer a rachadinha do seguro-defeso, ele foi atropelado. Ele foi atropelado e está filmado. Isso aconteceu em 2023. E aí vocês se perguntam: e o que que aconteceu com esse Parlamentar? O que aconteceu com esse assessor de Parlamentar? Porque as imagens demonstram qual é o veículo. As imagens, se tiver uma perícia, a gente consegue identificar qual é a placa. A gente sabe o local. Existem outras câmeras que podem pegar o trajeto daquele local onde esse pescador foi atropelado, ameaçado, qual o trajeto que o veículo fez e identificar, de fato, quem ali estava dirigindo. As pessoas sabem quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estava, mas, para poder punir, foi como o nosso Relator Alfredo Gaspar destacou, a gente precisa seguir regras. O povo do Maranhão sabe quem é o assessor e quem é o Parlamentar que ameaçou o pescador para tentar roubar metade do seguro-defeso desse pescador, mas, para que a gente possa aqui punir com toda a firmeza, a gente precisa seguir o passo a passo processual, senão o que vai acontecer é chamá-lo aqui, recebê-lo aqui e ele falar: "Vou permanecer calado", porque ele não vai constituir prova contra si.

Por isso, eu quero dizer do meu orgulho, Presidente, de fazer parte desta CPMI. Eu acredito muito que pode ser que a gente não consiga resolver todos os problemas, mas esta CPMI, de agosto até este mês de março – e, se Deus quiser, conseguindo prorrogar por mais 60 dias –, mostrou ao povo brasileiro ao que veio.

Teve a coragem de abrir essa caixa-preta e lutar por aqueles que são vistos durante o período eleitoral, mas, durante o mandato, quase nunca são lembrados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Mas, por esta Comissão, pelo nosso trabalho, estão sendo lembrados, estão sendo preservados e estão sendo cuidados.

Por isso é que aqui eu destaco que, no Estado do Maranhão, nós já conseguimos a devolução de mais de R$150 milhões aos aposentados. Isso beneficiou diretamente mais de 198 mil pessoas. Eu tenho certeza de que, quanto mais a investigação avançar, mais a gente vai conseguir proteger aqueles que mais precisam.

Esse é o nosso encaminhamento.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Marcio Bittar com a palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – ... o Senador Viana, nosso colega. Tenho orgulho de vê-lo como nosso Presidente. E ao Deputado Alfredo, parabéns. V. Exas. estão cumprindo um papel fantástico para o Brasil.

Mas tenho a impressão, com todo o respeito – inclusive à fala do nosso colega Duarte –, de que não se percebeu ainda – um monte de gente – diante do que nós estamos.

Quando eu ouço colegas nossos, muito bem-intencionados, dizendo o seguinte: "Mas tem gente que não presta na direita e na esquerda", não sabem quem estão enfrentando! Porque isso não é coincidência, meu Relator Alfredo, isso é método. Isso é DNA do PT e da esquerda.

Você tem gente que não presta em tudo quanto é lugar? Tem. Mas existe um grupo que, em nome de uma ideologia, em nome de uma utopia, está disposto a tudo. Quando V. Exa. veio aqui, nobre Relator, a esquerda vira aqui... Enquanto os conservadores, no final de semana, vão à missa, vão ao culto, vão cuidar da família, eles passam o final de semana reunidos, sabendo que não vão conseguir colocar na conta do Presidente Bolsonaro essa roubalheira. Mas vêm aqui com o objetivo seguinte: "Se nós embaralharmos 10% da opinião pública, já ganhamos!".

Então, quando eu vejo colegas nossos, bem-intencionados, dizendo o seguinte: "Não, mas tudo bem, tem gente que não presta de um lado e do outro", amigo, quem ainda pensa assim não sabe o que está enfrentando! Nós estamos enfrentando uma ideologia maligna, doentia! Como escreveu Olavo de Carvalho: "Toda teoria revolucionária é uma doença mental".

Portanto, volto a dizer: esse é meu papel nessa CPMI, Sr. Presidente, tentar dizer a brasileiras e brasileiros que nos prestigiam com sua audiência isso que eu estou falando aqui. Esse DNA está no mensalão ou é outro DNA? É o mesmo. Ganharam uma eleição, fizeram assim: "Nós não temos a maioria no Congresso, o que é que faz?"; "Compra!" – esse é o DNA.

Depois, Lava Jato: o mesmo DNA. Depois, fraude no INSS. Quem não se lembra dos fundos de pensão? Servidores públicos – aqueles que eles dizem defender – estão pagando até 2034 pelo que fizeram com os fundos de pensão. É o mesmo DNA.

Com os Correios, que agora voltaram a dar prejuízo de novo, é a mesma coisa – o mesmo DNA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meu papel aqui é tentar alertar brasileiros e brasileiras de bem de que nós não estamos diante de um Governo em que um elemento ou outro tem associação com o crime organizado. Não! O crime organizado é a esquerda.

Quanto tempo mais nós vamos demorar para entender – alguns dos nossos – que é método, é DNA? A esquerda, para chegar ao poder, faz qualquer coisa e, para se manter, a mesma coisa.

Por que esta CPMI tem sim que investigar o Banco Master? Porque, como disse o nosso Relator, onde nasceu o monstro? Na Bahia do PT, que está com 20 anos que governa; aliás, um dos estados mais perigosos do Brasil – até Caraíva agora tem crime organizado. Como disse aqui o nosso... É, até Caraíva tem crime organizado, Caraíva é na Bahia, sul da Bahia, local belíssimo, praias maravilhosas. A origem onde foi? A origem ideológica, porque, na causa deles, tudo vale. Em nome do projeto, quando o José Dirceu foi preso, levantou a mão para cima, tratados como heróis quando são pegos. Como é que começou? Na Bahia. Governo de quem? Rui Costa, que é agora quem? Ministro da Casa Civil. Uma estatal vendida por valor irrisório, transformada em *fintech* e por decreto recebe monopólio de 15 anos sobre consignados, objeto desta CPMI, de centenas de milhares de servidores.

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de mais do mesmo, não é nada diferente. E isso virou um Banco Master, que teve, quando se incorporou no esquema da Bahia, 15 anos para explorar consignado de servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e foi aumentando – e foi aumentando – seus tentáculos. Começou a pegar previdências de vários municípios do Brasil e foi criando uma – no popular, como chamam aqueles esquemas que se dissolvem, enganando as pessoas – uma pirâmide financeira. E aí, graças a Deus, nós aprovamos, no mandato passado, a independência do Banco Central, porque qual era a solução desse grupo? Era fazer com que o BRB de Brasília pagasse o prejuízo. E aí o Banco Central, independente, que tem que continuar sendo independente, barrou. E aí isso acabou explodindo. Mas hoje o que nós sabemos? Que eles posso falar compraram, posso falar assediaram, mas o fato é que, percebendo o tamanho do esquema, nós estamos vendo um grupo que assediou, que se associou com altas figuras da República Federativa brasileira, do Executivo. Lula está longe disso, não viu, não sabe? Como não? Guido Mantega levou o Vorcaro para uma reunião que teve que ser sigilosa, fora da agenda oficial. O grupo que está cercando a própria Casa Civil é onde está a origem desse novo escândalo de corrupção, mas que tem o mesmo DNA. Aí a gente vê pessoas do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse V. Exa., nobre Relator, como é que nós vamos ficar calados com um dos Ministros que condenou um inocente à cadeia, que mantém presas pessoas que não tentaram dar golpe de Estado no Brasil, que tem uma esposa com um contrato de quase R$130 milhões? Vou aqui parafrasear a sua palavra, isso é o quê? Compra de segurança, a mesma coisa que faz a milícia? O outro viaja no avião de advogado do cara do banco e, chegando aqui, arroga para si a relatoria? Foi preciso tudo isso ir à tona, e esta CPI contribuiu, para que a própria Polícia Federal chegasse ao óbvio entendimento de que aquele Ministro não podia, estava sob alta suspeição, envolvido em casa até de jogo, e aí saiu, até que o Supremo Tribunal Federal teve que finalmente tomar a decisão de substituí-lo. Outro ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal que presidiu aquela Corte, Ministro Lewandowski, mal sai da Presidência, vai ser Ministro da Segurança do Brasil, com contrato de prestação de serviços desse banco. E, aqui no Congresso Nacional, a mesma coisa, nós temos Senadores criando Comissão para tentar, com isso, blindar, justificar a não criação da CPMI do Banco Master, e talvez recebam, daqui a pouco, o Vorcaro aqui dentro. Qual é essa ação? É blindagem!

Portanto, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu agradeço aqui ao Senador Girão, que teve o desprendimento de revezar comigo a titularidade – que é dele, não é minha, mas estamos aqui fazendo esse revezamento. E, desde o começo, eu disse e repito, Sr. Presidente – repito –, o orgulho que tenho de vê-lo como colega. Às vezes o pessoal diz assim: "Não, está todo mundo, o Senado...". Não, não é assim! O senhor é nosso colega, olha o papel que está cumprindo – inclusive com problemas de saúde que, graças a Deus, atravessou bem –, então é um orgulho tê-lo aqui, o senhor nos representa.

Mas o meu papel aqui vai ser sempre esse. E, quando eu ouço colegas – repito, muito bem-intencionados – dizerem: "Não, mas tem gente ruim aqui e acolá", é porque não sabem ou não entenderam ainda o que é que nós estamos enfrentando. Nós enfrentamos um Governo pelo quinto mandato. Quinto mandato! Lá se vão quase 20 anos, e o método é o mesmo, o DNA é o mesmo. O que diferencia não é que, do lado de lá, em qualquer governo, tem alguém que não presta; o que diferencia é que não tem um método, uma ideologia que une todos eles.

Por isso, meu querido Alfredo, nosso Deputado e Relator, é que você fica vendo pessoas virem aqui defender um Governo indefensável, mas vestem a fantasia da hipocrisia maior da política brasileira e mundial e vêm para cá para tentar... vamos dizer assim, saber que não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

convencer, mas pelo menos misturar um pouco um pedaço da opinião pública. Mas não vão conseguir.

Então, eu termino por onde comecei. E comentava aqui com alguns colegas: a nossa depoente de hoje alega aquilo que já foi dito aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/PL - AC) – Mas que fique, pelo menos, isso como uma lição: mulheres, homens, se preocupem com o que assinam. Muitas pessoas veem o patrimônio crescer, veem a sua qualidade de vida melhorar e, muitas vezes, preferem fingir que não estão vendo. Mas, se você é proponente ou não, se ela é protagonista ou não, está no nome dela. Mais de R$150 milhões! E, quem sabe, ela vai ter que responder por isso – como no dia de hoje – nas barras da Justiça. Então, que pelo menos sirva de lição para que a pessoa preste atenção no que está fazendo e onde associa o seu nome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Senador Izalci cedeu a vez à Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Na verdade, eu estou bem desapontada até, por várias razões, mas eu vou começar falando da depoente.

A depoente já é laranja do laranja da laranja, então é muita metade de laranja aqui. Mas a gente não pode esquecer que ela movimentou, nos últimos quatro anos, na conta corrente física dela – pessoa física, conta corrente física –, mais de R$26 milhões. Então, "não sabia, não sei, não pago meu marido, só quando ele pede"... Eu acho que a gente, quando é conivente, é cúmplice, certo? Ela... Muito movimento com tanta simplicidade, pagando aluguel... No mínimo, ela é administradora, ela é formada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, eu acho que a gente também tem que colocar luz nisso. Ela não é uma vítima do marido, ela sabia. Sabia e movimentou na conta física dela R$26,5 milhões. Eu nunca movimentei esse dinheiro na minha conta. Aliás, muito longe disso, e, se eu movimentasse, eu saberia. Então, sabe, a ignorância – ou fingir ter ignorância – não a protege, na minha visão.

Mas o que a gente viu aqui é que tudo isso é para chegar ao grande Stefanutto: o italiano que recebia sua mesada de R$250 mil por mês, que a gente sabe que foi blindado e defendido com unhas e dentes aqui pelo PT. Vamos lembrar isto: ele era o cara do PT, superativista do PT, do PDT e sei lá mais de onde, e era ex-Presidente do INSS do Governo Lula, e ficou dois anos ali, participou da transição. Era o italiano, o grande italiano. A gente via que, no mensalão e no petrolão do PT, tinha um monte de apelido e a gente continua com os apelidos: o italiano.

Então, a gente viu que 2023 e 2024 foi o auge da roubalheira, e o ex-Presidente Stefanutto, por meio das empresas de Cícero, Ingrid e vários outros, recebia propina de R$250 mil. E a tristeza é que agora ele está preso... A base do Governo abandonou o cara. Então, defendeu, defendeu, agora abandonou. Fingem que não é com eles o ex-Presidente do INSS, dois anos. Atrapalhou.

Agora, assim, a responsabilidade política existe, existe porque colocou ali, é ex-Presidente do INSS, e essa responsabilidade é do Governo Lula, é da base do Governo que o defendeu aqui, e recebia propina. Eu não sei o que eles estão pensando, mas eu imagino que a base do Governo aqui, representada pelo Líder Paulo Pimenta, provavelmente vai defender a prorrogação da CPMI, que é o que todos nós queremos, até para esclarecer todos esses mal-entendidos.

Mas, Presidente, agora eu vou falar uma coisa muito particular aqui, não só da nossa depoente... O meu desapontamento, porque eu quero saber quando é que a gente vai ouvir o Presidente do INSS, à época, hoje Ministro, o Deputado, ex-Deputado, Wolney Queiroz? Ele ficou de vir, não veio desde a vez passada. Quando é que a gente vai ouvir o Aristides Veras, da Contag? Porque ele está convocado ou, se não está convocado, foi acordado que ele viria. Então, eu estou citando duas pessoas que são muito mais importantes do que a laranja da laranja da laranja da laranja, porque a gente está ouvindo aqui tanto peixe pequeno, a gente precisa ouvir peixe grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando é que a gente vai ouvir o Lulinha, com a sua mesadinha de R$300 mil? Quando é que a gente vai ouvir o Augusto Lima? Quando é que a gente vai ouvir os Presidentes do PicPay, da Crefisa, todos que foram blindados aqui pela base do Governo?

Então, eu, pessoalmente, Presidente, tenho 23 requerimentos que sequer foram pautados. Eu fico, assim, muito angustiada porque a gente tem que avançar. A fiscalização do nosso país está sendo atacada. Eu, pessoalmente, participo da Comissão de Fiscalização e Controle, da CFFC, e faz dois anos que a Comissão não anda; é presidida pelo PT, pela base do Governo, e não anda. Não mandam nada, não pautam nada, não fiscalizam nada. Não tem PFC, não tem requerimento de auditoria, e isso é uma vergonha. Agora, este ano eu estou lá de novo e quero ver. Está sendo presidida pelo Deputado Lindenmeyer, do Rio Grande do Sul, e espero que ande porque, nos últimos anos, não andou absolutamente nada.

O Governo Lula blinda tudo, não só nesta CPMI, mas também na Câmara dos Deputados, todos os tipos de investigação, de fiscalização, não pode, mas a minha frustração, Presidente, é que a gente precisa pegar peixe grande e, vendo o relógio correr... A gente tem, tecnicamente, até dia 31 de março, ou até 31 de julho porque a prorrogação é automática. Quero falar aqui dos requerimentos de prorrogação da CPMI, de V. Exa. e também do Deputado Marcel van Hattem, que coletou todas as assinaturas. E essa prorrogação é automática, e a CPMI precisa que ela seja prorrogada.

Eu quero até... Eu fico um pouco angustiada, porque desde o primeiro dia, da primeira sessão de fevereiro, eu perguntei para V. Exa.: "Ah, vou conversar com o Presidente e tal...". A gente sabe que o Senador Davi Alcolumbre é muito ocupado, muito, assim, demandado, e a gente sabe que não tem sessão no Senado uma semana, daí é virtual. Então eu fico muito preocupada com uma Páscoa que está chegando e eu fico pensando, Presidente, se a gente não poderia reduzir um pouco e fazer uma visita para o Senador Davi Alcolumbre, é uma sugestão para V. Exa., dos membros desta CPMI.

Aqui todo mundo adoraria que esta CPMI fosse prorrogada. Eu tenho aqui um ofício – inclusive eu convido V. Exa. – em que eu cito, aqui, a prorrogação que o senhor fez, e o Deputado Marcel van Hattem, que já está assinada por muitos membros da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que fazer uma visita formal ao Senador Davi Alcolumbre, porque essa prorrogação é automática. Ele tem que ler. Então eu acho que a gente não tem que esperar 15 dias, eu acho que a gente já foi cortês o suficiente, mas eu acho que isso é urgente, porque o Brasil está demandando respostas. Nós temos que entrar na parte dos consignados, que a gente ainda... Falta muita coisa para apurar, tem muita blindagem, tem muita coisa acontecendo.

E eu queria pedir, e realmente é um pedido, que a gente marque uma visita com o Senador Davi Alcolumbre esta semana, talvez amanhã, talvez depois, os membros da CPMI, com V. Exa., como Presidente, e com todos que assinaram o seu ofício, e quem não estiver presente, porque eu acho que isso é urgente. Ele tem que ler, em uma sessão do Senado, a prorrogação, que é automática. Então é um pedido que eu faço a V. Exa.

E parabenizo-o pelo trabalho que tem sido feito por esta Comissão, parabenizo muito o nosso Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, que tem sido o soldado do Brasil aqui.

E outra coisa, Presidente, que eu vou falar também, de uma maneira muito clara: eu acho que a gente tem que convocar, chamar os Parlamentares que foram citados e que estão no olho do furacão. A gente não tem que blindar coleguinha. Se o Senador Weverton tem que sentar aqui – tem que sentar aqui da mesma maneira como o Deputado Duarte chamou o Deputado Estadual ali, que o ameaçou e tudo –, a gente tem que chamar o Senador Weverton, tem que chamar o Deputado Euclydes Pettersen, que está também sendo citado, aparece ali... Tem que chamar, é obrigação desta CPMI fazer isso.

É obrigação desta CPMI pressionar o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, para retirar sigilo de Careca, que colocou aqui. São coisas que envergonham o Parlamento, envergonham esta Comissão. E eu acho que a gente tem que cumprir o nosso papel.

Então é o apelo que eu faço a V. Exa., porque eu conheço o trabalho de V. Exa. e vou devolver a palavra a V. Exa., porque eu gostaria muito que a gente fosse conversar com o Senador Davi Alcolumbre amanhã. Que a gente fizesse uma caminhada lá, para fazer essa solicitação para ele. É o pedido que eu faço a V. Exa.

E eu devolvo a palavra para V. Exa. nos meus dois minutos finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência. Pode ter certeza de que, se for para fazer, estaremos todos juntos lá, porque eu também...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Você vai assinar o meu ofício?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Assino, perfeitamente.

Com a palavra a Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez, boa tarde.

Vou aproveitar um pouco a fala da minha colega e dizer o seguinte: somos quatro mulheres da direita que sempre estão aqui nesta Comissão, cobrando ações.

E vou fazer uma referência à Sra. Ingrid: ela foi muito mais corajosa do que o Vorcaro. Mesmo com a fragilidade, chorando, não sabendo, não conhecendo, mas ela teve mais culhão do que o Vorcaro. E ela teve mais culhão que muito Deputado e Senador da esquerda que está aqui nesta Comissão! Porque a gente vê uma armação, uma estratégia desse Governo para proteger seu filho Lulinha, proteger seu irmão Frei Chico, que estão diretamente envolvidos nas instituições que roubaram os aposentados.

E aqui eu quero fazer uma ressalva: não temos, até hoje, Marcel, notícia das instituições, se elas pagaram ou não o que foi roubado dos aposentados e pensionistas. Nós só estamos vendo aí o INSS pagar, mal e porcamente, o dinheiro que foi roubado dos aposentados, porque aposentado que teve 2 mil roubados está recebendo R$500, R$1,5 mil, R$300. É um absurdo isso, Presidente! Até hoje não foi encaminhada para nós, a nenhum Deputado aqui, a solicitação do meu requerimento, em que foi solicitado que o INSS encaminhasse para cá a relação, por estado, com o nome e identificação dos aposentados que foram vítimas e as informações sobre se essas pessoas receberam seu dinheiro de volta. Nós não temos... Nós estamos às cegas. Estamos apenas com a fala dos representantes do Governo que fazem parte desta Comissão dizendo que os aposentados estão recebendo. Isso não é verdade! Nós estamos com inúmeros aposentados que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

até agora, não receberam um centavo. E, pior: não têm condições sequer de pedir o requerimento, de solicitar o requerimento de ressarcimento.

Peço aqui também, Presidente: já tem um requerimento...

Presidente!

Tem um requerimento meu pedindo para que o senhor solicite ao INSS a prorrogação definitiva da solicitação de ressarcimento, porque tem aposentados que não sabem mexer com o celular; tem aposentados que moram em lugares que não têm internet; tem aposentados que, em sua cidade, não tem um posto do INSS, não tem posto dos Correios; e o INSS não está fazendo nada para ir lá na porta desse aposentado orientá-lo. Quem está fazendo essas orientações são voluntários. O Governo, que era para fazer isso, não está fazendo. E nós estamos calados em relação a isso, Presidente. Enquanto nós batemos aqui, para prender A e B, a imprensa noticia isso, todo mundo aqui fala grosso... mas, na hora de falar que o aposentado precisa receber, nós nos calamos. Faz falta para o remédio, faz falta para comprar a carne, faz falta para comprar o arroz.

E lembro que o dinheiro que foi roubado do aposentado de forma direta, indiretamente foi roubado de todo cidadão, porque o aposentado e pensionista, Adriana, gasta aquele dinheiro é na cidade, ele gasta é no estado. Então, no Brasil, as cidades todas foram roubadas. E nós estamos calados nisso, porque a gente só olha o aposentado. O município deixou de arrecadar recursos porque o aposentado não gastou na sua cidade. Enquanto isso, os grandões estão gastando dinheiro fora do nosso país, em viagens, em iates, em jatos, e ninguém fala nada.

Então, Presidente, eu peço que o nosso requerimento seja colocado em pauta. Vamos ter um olhar de preocupação, não só de prender esses marginais, mas também de cuidar dessas pessoas que são esquecidas pelo Governo e são esquecidas por nós. Os aposentados precisam ser respeitados. Já são humilhados para conseguir uma aposentadoria para a qual eles contribuem por anos e anos, décadas e décadas. Quando precisam requerer sua aposentadoria, o INSS espera ali dois anos, Trovão, para analisar se ele tem direito ou não à concessão da aposentadoria. Dois anos esperando – fora do prazo! Quando ele precisa de uma licença de saúde, a fila de espera do INSS, hoje, é de um ano, dois anos, aí, depois que a pessoa morreu, às vezes, que é liberada. Tem casos de pessoas com câncer que morrem na fila aguardando a perícia para receber o auxílio-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

doença, mas esses marginais que estão aí e que estão sendo blindados pelo Governo têm prazo à vontade, inclusive o Vorcaro, que até agora não veio aqui.

Então, eu quero aqui agradecer à D. Ingrid, que, apesar de estar envolvida nesse rolo, foi muito mais corajosa do que esses (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) e covardes que não estiveram aqui e muito mais corajosa do que os (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) e covardes que estão ainda nesta CPMI e que estão protegendo Lulinha, que estão protegendo o Frei Chico, que estão protegendo o Vorcaro. Por quê? Por que estão protegendo? Qual é o medo? Quero ver se alguém aqui tem coragem de dizer por que estão com medo. Fazer reuniãozinha separada em mansões... Será que nessas mansões não tinha menores se prostituindo? Quantos milhões foram negociados nessas mansões? A prostituição, agora, virou arma de negócio de politiqueiro? Nós precisamos entender que as pessoas precisam ser respeitadas.

Aqui eu quero fazer um alerta às mulheres: mulheres, temos que nos unir para salvar as nossas gerações.

E você que é servidor do sistema previdenciário, ou melhor, que depende do sistema previdenciário para se aposentar, acorde: não é o aposentado que está sendo prejudicado, também você não vai se aposentar. Você é obrigado a contribuir, mas você não vai se aposentar, porque a previdência está quebrada. São mais de 100 bilhões de roubo, e vai sair do seu bolso para pagar esse roubo. Você não vai se aposentar. Se você também não erguer a voz para se juntar a nós – este ano de 2026 é um ano importante para isso –, se não se unir a nós para tirar esse Governo que está aí roubando você, seu avô, sua mãe, sua irmã, você não vai se aposentar, porque a previdência está arrebentada. Não tem dinheiro para pagar a aposentadoria de amanhã e não tem dinheiro para ressarcir quem foi roubado hoje. Nós temos que ter esse entendimento.

Presidente, temos requerimento que está sendo colocado para solicitar a condução coercitiva do Vorcaro para vir aqui a esta sessão. Estamos solicitando a prisão dele também. Porque se a Ingrid está aqui, o Vorcaro tinha que estar aqui. Se o marido da Ingrid – que é um peixinho, não é nem uma laranja; é aquele limãozinho taiti bem sem-vergonha – está preso, por que o Vorcaro não está preso? Por que o Lulinha não está preso? Por que o Frei Chico não está preso? Porque tem costa larga? Porque está protegido pelo Governo? Pelo PT? Pela esquerda? É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

porque o limão é menorzinho, a laranja é mais grandinha... Então, se um limãozinho pequenininho está aqui, por que o grande não está aqui também?

Então, Presidente, peço que o senhor nos ajude nesse sentido de cuidar dos nossos aposentados e de trazer aqui para esta Casa esses marginais que têm aí um Governo nas costas, protegendo-os dia e noite, para que não venham aqui explicar para o povo como é que roubaram, por que roubaram e quem facilitou o roubo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Eu vou pedir apenas, por questão de decoro e dentro do Regimento, que seja retirada das notas taquigráficas a expressão "canalhas", por se tratar de termo ofensivo aos Parlamentares. Por favor!

Deputado Paulo Pimenta, com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aproveitar, Sr. Presidente, para demonstrar aqui, hoje, não com narrativas, mas com documentos, com provas, como surgiu o esquema "bolsomáster" e quem são os principais envolvidos nesse esquema criminoso que surgiu no Brasil dentro do Governo Bolsonaro e que roubou bilhões de reais de brasileiros, de brasileiras, de empresários, de pequenos empresários, de fundos de pensão e assim por diante.

É muito importante, Sr. Presidente, que a gente consiga compreender quem é o Vorcaro, o seu cunhado Fabiano Zettel, que é aquele camarada envolvido lá no esquema do INSS, aquele que pagou aquela festa junto com os "*golden boys*". A festa dele foi paga pelos "*golden boys*". Então, tem uma relação intrincada aqui dentro do Governo Bolsonaro entre o esquema do Vorcaro, o Zettel, o INSS, os "*golden boys*". É tudo uma mesma panela, Sr. Presidente, a panela criminosa do "bolsomáster".

E é muito importante também que a gente destaque que esse esquema criminoso escolheu dois candidatos para investir na última eleição. A maior contribuição da campanha de Jair Bolsonaro, R$3 milhões, e a maior contribuição da campanha de Tarcísio, R$2 milhões, foi feita pelo Zettel, foi com o dinheiro desse esquema criminoso que eles montaram no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Tudo isso começa, Sr. Presidente, com um tal de Banco Máxima, que era um pequeno banco lá de Minas Gerais, que foi inabilitado pelo Banco Central e começou a tentar, desde 2017, operar novamente no Sistema Financeiro. Até que, em 2017, esse Banco Máxima é comprado por um cidadão chamado Daniel Vorcaro, que até então ninguém conhecia, e ele conseguiu, no Banco Central – 2017 –, essa autorização para começar a operar no mercado financeiro. Surge aqui o Banco Master.

Em 2018, após análise do Banco Central, o Banco Master é autorizado, e, em 2019, já no Governo Bolsonaro, o Banco Central autoriza o ingresso do Banco Máxima no Sistema Financeiro Nacional. Campos Neto, Sr. Presidente, Presidente do Banco Central, Governo Bolsonaro.

Aqui é um ponto chave para a gente entender.

Em 2019, o Banco Master entra no Sistema Financeiro, um banco com nomes envolvidos em esquemas, já em golpes, em fraudes. Já eram investigados, inclusive, por golpes que eles haviam cometido lá em Minas Gerais. Mesmo assim – mesmo assim –, recebem autorização do Governo Bolsonaro e do Banco Central, Campos Neto, para operar.

E aí inicia a reestruturação, muda a estratégia de negócios, e, em 2020, Governo Bolsonaro, o Banco Máxima – ainda se chamava Banco Máxima – consegue um ACT para fazer desconto de aposentados e aposentadas. Está aqui a prova, *Diário Oficial da União*, 2020. Está aqui a prova de que foi o Governo Bolsonaro que concedeu o ACT para que eles pudessem começar a descontar aposentados e aposentadas.

Em 2021 ainda, Sr. Presidente – 2021 –, no Governo Bolsonaro, Presidente do INSS José Carlos Oliveira, o Banco Máxima vira Banco Master e renova o seu ACT com o INSS. Está aqui o *Diário Oficial*. José Carlos Oliveira, homem de confiança do Governo Bolsonaro, do Onyx Lorenzoni, do Paulo Guedes e do Bolsonaro, concede a eles, então, um ACT já como Banco Master.

Em 2022, ainda Governo Bolsonaro, época da eleição, aprovam a ampliação da margem do consignado; aprovam – o senhor lembra – o desconto do auxílio emergencial, inclusive do BPC. Quem é que assina essa medida provisória? Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, João Roma e Onyx Lorenzoni. E essa MP, Sr. Presidente, criou um tal de cartão consignado de benefícios, que está aqui, Sr. Presidente. No dia 13/07/2022, pouco antes da eleição, o Yamada é quem assina. Foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

eles que criaram, Sr. Presidente, o cartão consignado de benefícios. Está aqui o documento, está aqui a prova. Vamos lembrar que nós estamos em julho do ano da eleição e, logo em seguida, eles derramam parte do dinheiro que já estavam roubando na conta da campanha do Bolsonaro e na conta da campanha do Tarcísio.

Quando é feita a conversão da medida provisória, eles ampliam ainda mais o desconto para 45%. Quem assina? Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, Ronaldo Bento – olha que curioso, Presidente, o Ronaldo Bento, que hoje é um dos diretores –, o João Roma, que a gente já citou, Ministro, e José Carlos Oliveira, que havia assumido no lugar de Onyx Lorenzoni. Parte deles receberam dinheiro do roubo do INSS para as campanhas, como é o caso do Onyx; e a outra parte do esquema criminoso recebeu o dinheiro do esquema do Banco Master.

Hoje, onde é que eles estão? Ronaldo Bento, lá no Banco Master, no Banco Pleno, associado ao Master; o João Roma, lá perto deles. E é curioso porque a imprensa conta que foi o João Roma o cupido, Sr. Presidente, o cupido da Flávia, que era a Secretária-Geral do Governo, com o Augusto, que era o braço direito. Então, o pessoal está falando aí das tais festas e coisa e tal – eu também tenho muita curiosidade de saber quem é que frequentava essas festas –, mas o cupido que aproximou a Secretária-Geral do Governo, a Flávia do Augusto foi o João Roma.

Muito bem, Sr. Presidente. Campos Neto continuava no Banco Central e já começava a haver um conjunto de dúvidas. O Banco Master começa a adquirir outros bancos, pagava valores no mercado muito acima do que outros bancos na remuneração de CDBs, e começa uma agressiva captação de títulos podres, e aí, Sr. Presidente, de dinheiros de fundos de pensões e de dinheiro de estados e de municípios. E aqui aparece o Governo do Estado do Rio de Janeiro: pegou dinheiro do fundo de pensão. O Governador pegou dinheiro do fundo de pensão, Presidente. O Ibaneis pegou dinheiro do fundo de pensão dos servidores e jogou para onde? Jogou aqui para dentro.

Neste momento, o Banco Master já era o Banco Master. O Vorcaro já andava por aí, circulando nas altas rodas, com os seus aviões, realizando as suas festas não sei onde, e as altas cúpulas aí envolvidas. Quem eram seus diretores? Os ministros do Bolsonaro. Que campanhas ele pagou? A campanha do Bolsonaro, a campanha do Tarcísio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, a campanha do Tarcísio foi paga por eles. O Tarcísio resolve privatizar a Empresa Metropolitana de Águas e Energia elétrica. E adivinha quem ganha, Sr. Presidente? O esquema criminoso que havia sido o maior patrocinador da sua campanha. Logo em seguida, o Tarcísio resolve privatizar a Sabesp. E adivinha quem ganha de novo, Sr. Presidente? Quem é que compra a Equatorial? O mesmo grupo! O grupo do Vorcaro, através desse cidadão chamado Carlos Piani...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ..., que é uma espécie de laranja.

Peço meus cinco minutos da Liderança, Presidente.

O Carlos Piani, Sr. Presidente, que era o braço direito do Vorcaro, o laranja, assume a presidência desse fundo com o dinheiro do Banco Master, com esse dinheiro de títulos podres captados do mercado, compra a Sabesp e compra a empresa de águas e energia da região metropolitana.

Então, veja bem, Sr. Presidente: os dois grandes negócios feitos pelo Governo de São Paulo, pelo Governo Tarcísio, foram adquiridos por quem? Pelo grupo, pelo Vorcaro, pelo Piani. Eles entregaram as duas principais empresas do patrimônio público de São Paulo para o esquema criminoso que eles ajudaram a montar, porque esse esquema criminoso, Sr. Presidente – e as provas estão aqui, os documentos estão aqui, as portarias que foram modificadas –, da mesma maneira como eles fizeram com o INSS, não teria existido o esquema criminoso do "bolsomáster" se eles não tivessem mudado as regras, inclusive de fiscalização, se o Banco Central, comandado pelo Sr. Campos Neto, indicado pelo Bolsonaro, não tivesse sido cúmplice do esquema criminoso. Então, as digitais são muitas, as provas são muitas.

E aí, Sr. Presidente, o que acontece? Quando começa 2025, vence o ACT – aquele que eles tinham concedido em 2020 – e aí o INSS não renova o ACT com o Banco Master, considera que existe um conjunto de irregularidades e não autoriza a renovação do ACT. O Governo Lula não renova o ACT, Sr. Presidente!

E o que acontece? Começam a surgir no mercado as informações do golpe, da fraude. E aí, em março de 2025, o BRB anuncia a intenção de comprar 58% do Banco Master. O banco quebrado, falido, cheio de irregularidade, e o BRB anuncia que quer comprar. Comprar para quê,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Sr. Presidente? Para tampar o furo do esquema que estava transbordando de corrupção. E aí, Sr. Presidente, o Banco Central, sob o comando do Galípolo, já no Governo do Presidente Lula, veta a operação devido às irregularidades.

Então, vejam bem: quem concedeu o ACT? Governo Bolsonaro. Quem não renovou o ACT? Governo Lula. Quem permitiu que eles pudessem operar no mercado? Governo Bolsonaro. Quem encaminhou para a liquidação? Quem impediu que a compra fosse feita pelo BRB para dar sequência ao esquema criminoso que vinha sendo alimentado? Está aqui, Sr. Presidente; está aqui o documento, a prova! Eu não gosto de fazer discurso sem prova, porque aí vira narrativa, e eu não faço narrativa: eu mostro cronologia, eu mostro prova, eu mostro documento, e está aqui para quem quiser questionar. Questionem, então! Está aqui o documento de renovação do acordo de cooperação técnica do empréstimo consignado. Está aqui! Está aqui: 08/10!

Então, Sr. Presidente, as provas são incontestáveis. Onde é que tem aqui alguma digital, onde é que tem algum documento, onde é que tem alguma medida, onde é que tem qualquer coisa que envolva o nosso Governo ou alguém do nosso Governo no esquema do Banco Master? Onde tem, Sr. Presidente?! Me mostrem uma portaria; me mostrem uma norma do Banco Central; me mostrem qualquer documento, seja um ACT no INSS, seja onde for! Não existe absolutamente nada! A única coisa que o Governo Lula fez foi impedir a renovação do ACT e impedir a compra bilionária que o BRB queria fazer, com o dinheiro público, para salvar um barco que já estava afundando.

Então, Sr. Presidente... Ah, mas e na Bahia? Ah, na Bahia tem o João Roma, que era Ministro do Bolsonaro; tem o Ronaldo Bento, que era Ministro do Bolsonaro; e tem o Augusto Lima, que é casado com a secretária-geral do Governo Bolsonaro, cujo cupido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... foi o João Roma.

Então, eu quero deixar para vocês aqui as provas, e quero que as pessoas que estão nos acompanhando possam ter acesso a essa documentação, que está aqui na ata da CPMI e que os Parlamentares estão sendo convidados a desmentir – qualquer um desses documentos. Digam que esses documentos não são verdadeiros, que as portarias, que as publicações no *Diário Oficial*... Porque eu demonstrei aqui, de forma didática, para que qualquer brasileiro e brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

entenda, que este esquema chama-se "bolsomáster". É o maior esquema de golpe no mercado financeiro que o Brasil conheceu. O "bolsomáster" é maior que qualquer outro golpe: ele foi gestado, criado, protegido dentro do Governo Bolsonaro e não existiria se o Governo Bolsonaro não tivesse permitido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Lima, o Relator a pediu, solicitou...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, já não é nem o primeiro, nem o segundo Parlamentar que fala sobre o Banco Master e as suas consequências. Eu acho que aqui seria de comum acordo, se V. Exa. permitisse, fazer um extrapauta, para nós quebrarmos os sigilos relacionados ao Master, proposto pelo Deputado Marcel, e também sobre...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Superapoiado!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – Agora!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... e também sobre três aeronaves do pedido da Anac, que até agora não foi permitido.

Eu só queria propor a V. Exa. – tenho certeza de que ninguém vai ser contra, porque está todo mundo criticando o Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Carlos Viana.

Presidente Carlos Viana, eu desconfio de que quem escreveu esse discurso do Deputado que me antecedeu, do PT, seja o mesmo que fez o enredo e a evolução da Acadêmicos de Niterói, porque a Acadêmicos de Niterói não foi rebaixado à toa, não. Quem estava na Marquês de Sapucaí... Quando você homenageia alguém, você dá ênfase ao homenageado, né? É exatamente essa mesma linha de raciocínio.

A sorte do Governo do PT é que quem julga o PT é o STF, não é a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, senão esse Governo já estava rebaixado há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Jesus!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Olha aqui, ele fala em "bolsomáster", mas eu vou fazer uma pergunta: tem algum consultor do Banco Master, ministro ou ex-ministro do Bolsonaro? Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça do Lula...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – PT.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... consultor do Banco Master. Henrique Meirelles...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – PT!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ex-Presidente do Banco Central do Governo de quem? Do Lula, consultor do Banco Master. Guido Mantega...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. *Fora do microfone*.) – PT!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... ex-Ministro da Fazenda de quem, Coronel Chrisóstomo? Do Lula, consultor do Banco Master.

Agora, todos esses apontamentos que o Deputado que me antecedeu fez – e ele julga errados, que foi um crime, que foram erros crassos – sabe quem defende? A esposa do Ministro Alexandre de Moraes...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Jesus!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – ... a isso ele não faz menção. Ele não faz menção a que todo esse início de relação aí de previdência, de descontos... Tem também aqui o Governo da Bahia apontado pela jornalista Adriana Mattos, do *Valor Econômico*. Vocês vão querer calar também a jornalista Adriana Mattos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor!

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Jaques Wagner, Senador; Jerônimo Rodrigues, Governador; Rui Costa, Ministro da Casa Civil. Agora, vem falar em cupido, em caso de amor, de paixão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, está a cara da Acadêmicos de Niterói, que ainda recebeu 1 milhão do Governo Lula, através da Embratur, repassado para a Liesa, para financiar uma propaganda eleitoral antecipada, agredindo até evangélicos.

Então, cada vez que eu fico aqui, eu me surpreendo. Tem uma escola de artes lá em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, que é a CAL, que é brilhante, que forma muitos artistas. Olha, eu tenho minhas dúvidas se, para ser Deputado Federal pelo PT, tem que fazer a CAL, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, porque eles chegam a ser brilhantes. A pessoa que não entende nada, que caiu de paraquedas aqui nesta Comissão, se ficar os 15 minutos que eu fiquei ouvindo, ela corre o risco de acreditar. E o mal do brasileiro é esse, que ele está caindo na propaganda do PT. Está caindo menos, graças a Deus, mas voltando aqui.

Hoje, a gente recebeu a Ingrid, esposa do Cícero Marcelino, que foi o 16º depoente, que foi vendedor de terno aí do Carlos Roberto, Presidente da Conafer; Conafer fundada em 2011, com a presença do Lupi, do PDT. E o Lupi indica Wolney Queiroz, que hoje é Presidente, que é Ministro da Previdência – que infelizmente ainda não nos deu a honra da sua presença aqui. E a gente tem que ter a presença do Ministro Wolney Queiroz aqui, é fundamental.

A gente tem 3 milhões, como citou aqui a Deputada Adriana Ventura, na fila interminável do INSS, que só cresce. A preocupação é real do Tribunal de Contas da União de que, em novembro de 2026, a Previdência vai quebrar – está quebrada. Então, o brasileiro, hoje, que contribui para o INSS, corre o sério risco de, nos próximos anos, não se aposentar.

Presidente Carlos Viana, a gente viu hoje a Ingrid aqui, a esposa do Marcelino, que movimentaram quase, juntos, aqui R$400 milhões. Todos nós sabemos – aqui não tem bobo –, eles cometeram um erro, é claro; movimentaram muito dinheiro, são coniventes, foram cúmplices de um crime contra os aposentados, mas todos nós sabemos que esse volume de recursos não está com eles e certamente quem poderia dar essa resposta é o Sr. Carlos Roberto, foragido da Justiça, Presidente da Conafer, e eu vou lembrar muito bem: a gente... nasce a Conafer em 2011 com o PDT; atualmente o Ministro da Previdência é do PDT, pernambucano, que não tem tempo para vir aqui, mas tem tempo para ir no casamento do João Campos, tem tempo para curtir o Carnaval e não tem tempo para dar explicações sérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mas eu gostaria de fazer um alerta aqui. Eu estou sentado na primeira fila, prestei atenção em todos os questionamentos feitos pelo Deputado Alfredo Gaspar, Relator, à Ingrid. É claro que notamos nervosismo nela – obviamente, quando a gente faz algo de muito errado na vida é natural a gente ficar nervoso, e ela ficou muito nervosa –, mas eu quero fazer um alerta aqui. Eu talvez não poderia ocupar o cargo que Alfredo Gaspar ocupa, porque em muitos momentos eu sou um coração mole do caramba, assim, e, quando eu vejo que a gente pode estar errando, me liga um sinal de alerta muito grande. Eu gostaria de lembrar que, segundo a coluna do Guilherme Amado e da Tatiana Farah, em 19 de novembro de 2025:

> Mulher alvo da operação que mira fraudes no INSS é encontrada morta em Minas.
> Polícia suspeita que Íris Ferreira Rodrigues, ligada ao presidente da Conafer, Carlos Roberto Lopes, suicidou-se.
> Íris [...], de 25 anos, foi encontrada morta em sua casa, em Águas Formosas, no interior de Minas Gerais, na última sexta-feira, [dia] 14 [de novembro]. Pelas condições da morte, a polícia mineira tem tratado o caso como suicídio. Um dia antes, Íris havia sido um dos alvos dos mandados de busca e apreensão da nova fase da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal [...].

Quer dizer, um dia antes da sua morte, ela recebeu a visita da Polícia Federal. É uma coincidência, uma estranha coincidência, e eu fico imaginando aqui o que a Ingrid pode estar passando. Não quero defendê-la, não. Ela cometeu certamente aí... Ela foi cúmplice do seu marido, que cometeu um crime gravíssimo, mas ao invés de a Polícia Federal estar dedicando muitos esforços – e o Supremo Tribunal Federal – a prender pessoas praticamente inocentes, que fizeram muito pouco, que às vezes depredaram patrimônio público, a vida de uma outra moça, de uma segunda moça pode estar correndo risco. Quando a gente tem um foragido da lei, acusado de desviar milhões de aposentados e que tem ligação com políticos pesados aqui do Congresso Nacional, que tem ligação com o mundo executivo, que tem muito dinheiro em jogo, eu fico imaginando, na hipótese de essa senhora aqui ter saído chorando desse jeito... porque é muito fácil ela receber uma ameaça por telefone.

Então, que essa Comissão também vá a fundo, que a Justiça brasileira vá atrás desse criminoso que sentou aqui e foi um dos depoentes em quem eu senti a energia mais negativa de todos. Ele afrontava a gente a todo momento, ele olhava nos nossos olhos com uma vontade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

com uma raiva de... Eu percebia que ele não queria fazer coisa boa comigo. Então, eu fico imaginando o que um senhor desse pode fazer com um aposentado no campo, analfabeto... Lesou 695 mil, Zé Trovão, de aposentados; foram descontados sem autorização 695 mil, é mais ou menos a população inteira de Joinville, de Joinville.

O Cícero, ele tinha aqui cadeiras plásticas, ele falou aqui com a gente: "Eu tenho cem mesas e 400 cadeiras". Essa empresa de eventos dele recebeu 27 milhões, Zé.

Agora, aqui, a Adriana escreveu para mim "Pergunta se vamos votar o extrapauta que o Gaspar propôs". (*Risos.*)

Então, está perguntado.

Obrigado, Carlos Viana.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Marcel van Hattem, vai começar pela pergunta também, Excelência? (*Risos.*) Afinal de contas, os requerimentos são, praticamente, todos de V. Exa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Eu prefiro começar pela resposta de V. Exa.: vamos votar o extrapauta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos fazer uma reunião com os Líderes e vamos colocar em questão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Seria importante votar hoje porque, pelo visto, está todo mundo de acordo. Vamos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Claro. Quero a palavra dos Líderes. É o acordo que eu fiz desde o início: de que toda votação seria feita sempre em consenso. O que não fosse iria para votação. Nesse caso do extrapauta, é interessante que a gente tenha os dois Líderes.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Eu concordo, Sr. Presidente. Por mim, está tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está bom.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, falta só a Liderança do Governo se pronunciar. Mas espero que, pelo discurso feito até aqui, não haja nem dúvidas de que vão ser a favor da quebra dos sigilos de todos os envolvidos nessa maracutaia do Master. Esperamos o retorno. Eu deixo a palavra, inclusive, para o Líder do Governo responder. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, o senhor vai fazer uma reunião, né?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos fazer uma reunião com os Líderes.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou participar da reunião...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, então, não precisa reunir, não. O senhor pergunta. É uma pergunta objetiva. Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É preciso apresentar os requerimentos ali.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Os requerimentos já foram apresentados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu apresentei já. Estão aí já desde a semana passada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Todos aqueles relativos ao Banco Master.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Eu acho que é importante.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não é Banco Master? É Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. já tem os requerimentos?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Para a gente saber se o PT está envolvido ou não está envolvido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – V. Exa. vai fazer uma reunião, na reunião a gente conversa.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... ou se é o Bolsonaro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Vamos ler agora, extrapauta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Precisa fazer reunião depois de todo esse discurso, falando de "bolsomáster"?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não tem problema, Presidente. Nós somos favoráveis.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Precisa de reunião?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – O Líder do Governo está dizendo que o Presidente Bolsonaro tem alguma coisa a ver, o pessoal... Vamos abrir. Abra o sigilo. Nós somos favoráveis, sem problema.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Vamos dar sequência, Presidente, para a gente garantir as falas.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Tarcísio mandou mensagem: autoriza também. O Tarcísio quer que abra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Vota, Presidente. Vamos votar o sigilo do Banco Master. Por que o PT está protegendo o Vorcaro, gente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. já tem os requerimentos, Excelência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Passe os requerimentos lá para ele, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foram apresentados. Aliás, só não foram votados na vez passada, porque a informação que veio é a de que já não teve acordo naquela oportunidade. Agora que estão falando tanto, por que não votam?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, a gente vai analisar os requerimentos, vai sugerir... (*Risos.*) , vai sugerir...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, não é possível!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos sugerir a inclusão de mais três requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E aí a gente pode analisar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Analisem por gentileza e...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – O Sr. Rolando Lero voltou para a CPMI.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Faz a reunião e depois a gente conversa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos deixar um ponto bem claro aqui.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Fala do Rolando Lero.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foi acertado, desde o início da CPMI, que as votações deliberativas seriam feitas sempre às quintas-feiras e que os extrapautas seriam acertados entre os Líderes. Isso foi acertado, combinado, e o combinado não é caro.

Se o Líder Pimenta concordar com os requerimentos que estão ali, faremos a votação extrapauta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Faremos a votação. O Presidente está aqui para cumprir a determinação. Mas eu vou seguir o acordo das lideranças, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – E já começo por aqui, Presidente, porque veja bem, o que nós estamos pedindo? Que seja quebrado o sigilo bancário da empresa Banco Master. Aí eu pergunto: o Líder do Governo não quer quebrar o sigilo do Banco Master?

Que seja quebrado o sigilo bancário do Sr. Augusto Ferreira Lima, que ele citou umas quatro, cinco vezes aqui como corrupto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Já foi quebrado esse.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aí não quer que seja quebrado o sigilo bancário?

A convocação do Sr. Augusto Ferreira Lima, que foi CEO do Banco Master: o Governo, o PT, não quer que seja convocado o Sr. Augusto Ferreira Lima?

Que sejam encaminhados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os relatórios de inteligência financeira do Coaf relativos ao Banco Master. O PT não quer que seja quebrado o sigilo bancário do Banco Master e também esses RIFs? Eles vão querer condicionar aqui... Estou ouvindo papo de bastidor. Isso é um absurdo, Presidente! Querem condicionar à política algo que eles mesmos disseram aqui, Relator: que era flagrantemente caso de corrupção – e nós concordamos. Mas, meu Deus do céu, estão querendo condicionar a quebra do sigilo do Banco Master a requerimentos políticos, Senador Rogerio Marinho. É para ver como o PT age, o PT não quer combater a corrupção, vive dela, vive dela, vive da mentira. Querem proteger o Banco Master.

Olha só, aqui estamos na CPMI do INSS. Não teve assinatura de Deputado Federal petista na sua propositura. Um Senador, um único Senador votou para a CPMI do INSS, que é filiado ao PT, Senador lá do Espírito Santo. Aí pedimos a prorrogação: 175 Deputados Federais assinaram, 29 Senadores assinaram. Sabe quantos do PT, Senador Carlos Viana? Zero! Os Deputados, aliás, do PT que estão aqui têm a oportunidade, até o fim desta reunião, de assinar o requerimento de prorrogação proposto pela Deputada Adriana Ventura, que já tem a minha assinatura, já levou a assinatura do Senador Carlos Viana, a do Deputado Alfredo Gaspar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está lá a Deputada Adriana...

Perdão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – A minha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – A do Senador Rogerio Marinho.

Está lá a Deputada Adriana Ventura pedindo para os Deputados do PT assinarem, e não vão assinar para prorrogar a CPMI!

Eles não vão assinar? (*Pausa.*) Não vão assinar.

Ó! Presidente, ao vivo e a cores: o PT não quer prorrogar a CPMI do INSS, sabe por quê, ó... Aqui ó, aqui ó, aqui ó por quê, aqui ó por quê...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Meu Deus... Jesus...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aqui ó por quê: chegou no chefe da facção criminosa, no chefe da máfia.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone.*) – É o Lulinha?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Aqui ó...

Chefe e chefinho, não é? Tem o chefão, o chefe e o chefinho. Tem de tudo. E tem operador financeiro: Vorcaro. O banco da máfia. Augusto Lima.

Olha só, Sr. Presidente, nós vimos aqui hoje a Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos. Aí o Relator...

Ô Presidente, não dá para fazer assim, não. A gente vai falando e aí o pessoal atrás começa com a baixaria de xingar. Os mesmos que disseram que nós fazíamos isso. Aí nós aqui falando, e vem o pessoal do PT tentando aqui fazer desta Comissão o circo que eles fazem na Presidência da República. Mais seriedade! Mais seriedade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Aí vem aqui ó: Ingrid Pikinskeni Morais Santos. Por acaso – será? –, é Morais também. Que coincidência! Que coincidência! O marido botava ela como chefe das empresas, administradora, mas ela fazia gestão. Segundo os documentos, assinava cheque. Milhões de reais passaram pelas empresas dela e do marido, mas ela aqui não sabe de nada. Tem outra Sra. Moraes numa situação bem parecida: parece que o marido fez um contrato com um Banco Master e ela recebeu R$129 milhões, Deputado Luiz Lima. Não é muito parecido, isso? Não é só um sobrenome que é coincidente não, não é um sobrenome só que é coincidente, não.

Então, o mesmo *modus operandi* nós vemos, desde os lambaris, como a gente chama lá no Rio Grande do Sul os peixes pequenos que estão aqui no aquário da CPMI – porque esses vêm aqui. Aí eu concordo com a Deputada Coronel Fernanda.

A Ingrid chorou aqui, se desestabilizou emocionalmente, mas veio. Agora, o Daniel Vorcaro precisava vir só se fosse de jatinho... Eu quero até respeitosamente discordar de V. Exa., Senador. Eu acho que se precisar mandar, por mais caro que seja, um jato da Polícia Federal, que mande, busque, traga ele aqui, o Daniel Vorcaro.

Olha só, o Governo do PT mandou buscar uma corrupta no Peru – no Peru! –, e não para dar explicação. Não, o Governo do PT mandou um jato da FAB...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, eu vou pedir silêncio mais uma vez, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se puder me...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... garantir o tempo, Presidente. Por duas vezes já, eu não consigo falar. Agradeço se puder me acrescentar um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pro Peru, para buscar uma corrupta, para protegê-la aqui. Custos sob sigilo. Sob sigilo! O brasileiro não pode saber quanto custou trazer essa corrupta do Peru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se estamos na circunstância e na situação de só poder ouvir o Sr. Daniel Vorcaro se mandarmos um jato da Polícia Federal buscá-lo, vai ser mais barato para o Brasil que ele venha aqui no jato da Polícia Federal, explicar as suas relações com o PT, com o Lula, que recebeu – o pai dessa figura aqui – três vezes ele, no Palácio do Planalto, fora da agenda, na companhia do Galípolo, na época que era Diretor do Banco Central, sem que ele tivesse informado o Roberto Campos, Presidente à época. Vai ser mais barato trazê-lo aqui, com o jato da Polícia Federal, do que deixá-lo lá em São Paulo sem que seja ouvido por essa CPMI, que busca fazer, sob sua presidência e relatoria do Deputado Alfredo Gaspar, um trabalho sério.

Então, Sr. Presidente, aqui cai a hipocrisia do PT por terra. Parece que estão no sambódromo, dançando para lá e para cá, Deputado Luiz Lima, para escapar aqui da pressão que o Relator fez muito bem feita. Vocês estão falando tanto aqui de Daniel Vorcaro, estão falando tanto de Banco Master, estão vindo até com uma narrativa envolvendo o ex-Presidente Bolsonaro – que, é o que se sabe, não recebeu fora da agenda esse banqueiro no Palácio do Planalto como o Lula recebeu –, mas, na hora de aprovar os requerimentos de quebra de sigilo, de envio de informações do Coaf – não só dele, do Banco Master, como também do Augusto Lima –, aí dizem: "Não, veja bem, vamos conversar."

"Vamos tomar um cafezinho, Senador Marinho? Vamos lá na salinha, com o Presidente Viana, dar uma... uma tapeada? Vamos lá na salinha, lá no fundo discutir"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não me mete nesse rolo, não. (*Risos.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... "o que nós vamos fazer", porque, afinal de contas, no escurinho lá de trás, o povo não vai saber por que eles não querem votar esses requerimentos e por que eles querem condicionar a requerimentos de viés pura e eminentemente políticos.

Olha só, esse aqui não é o Sambódromo da Sapucaí, que aliás merece muito respeito, inclusive pela decisão da Liga das Escolas de Samba, e bem observou o meu colega Zé Medeiros aqui... O Deputado Luiz Lima demonstrou que é mais sério do que o STF, pela decisão que teve em relação à escola rebaixada pela malfadada homenagem a Luiz Inácio Lula da Silva, pago com o nosso dinheiro. Pago com o nosso dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente acha, de certa forma, graça e comemora, porque realmente foi merecido o rebaixamento, mas não podemos esquecer que é dinheiro que faltou, inclusive, para pagar os aposentados que foram roubados por esse cidadão aqui e que não estão recebendo todo o dinheiro de volta que lhes foi roubado.

O acordo que o Governo fez, junto com o STF, junto com a OAB, junto com a AGU, junto com todos os que não foram roubados – aliás, alguns que ajudaram a roubar –, o acordo que o Governo fez não foi benéfico para o aposentado. Está recebendo de volta o dinheiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... com a condição de não processar o INSS, de não pedir o dinheiro em dobro como merecia, não pedir o dinheiro com o percentual que merecia por mora e por todo o problema moral envolvido.

Ou seja, o Governo rouba, faz um acordo horrível para os aposentados e depois ainda quer que a gente aplauda. Ainda manda mensagenzinha no celular, faz propaganda dizendo que devolveu o roubo dos aposentados. Com o dinheiro de quem? Nosso. Dinheiro que está faltando, aliás, para atender os aposentados que estão esperando na fila agora, mais de 3 milhões. Nunca a fila esteve tão alta para receber o seu benefício e a sua aposentadoria. Aposentados... Aliás, não apenas: aposentados, viúvas, pensionistas, pessoas com deficiência. O PT é tão torpe que conseguiu roubar até dos mais desvalidos e necessitados.

É uma vergonha, Presidente, mas pelo menos serviu para alguma coisa esta reunião de hoje, que, infelizmente, teve de ser encerrada na sua parte do depoimento precocemente: foi para demonstrar a hipocrisia dos petistas, que vivem de narrativas, mas, na hora de investigar e quebrar os sigilos: "Não, precisamos fazer uma reuniãozinha, Presidente, antes, vamos lá na salinha do fundo, porque aqui, na frente das câmeras, a gente não vai topar votar os requerimentos do Marcel Van Hattem para quebrar o sigilo do Banco Master...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e de todos os que roubaram os aposentados".

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Reunião secreta eles sabem fazer, Marcel.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, não adianta nem falar da nossa depoente, porque nós já entendemos aqui que, infelizmente, a exemplo de tantos outros que aqui vieram, ela é uma laranja desse esquema. Um esquema hediondo, um esquema nauseabundo, um esquema que nos deixa extremamente constrangidos e que foi montado dentro do Ministério da Previdência, do INSS, e está sendo desbaratado graças ao trabalho desta Comissão e do Judiciário – do Supremo Tribunal Federal, através da condução do Ministro André Mendonça –, da Polícia Federal, que tem entrado de forma correta nesse caso, sem seletividade...

E vejam, o Diretor de Benefícios, o Procurador do INSS e o Presidente do INSS, todos nomeados pelo Presidente Lula, estão presos e deverão, em breve – é o que nós esperamos –, elucidar essa trama que certamente beneficia os mesmos de sempre, porque isso está no DNA desse partido, um partido que existe para se perpetuar no poder à custa do povo brasileiro – está no DNA desse partido.

E agora nós estamos com outro escândalo que está imbricando, que está convergindo para esse escândalo, que é a questão do Banco Master. Do Banco Master, Sr. Presidente, escutei aqui discursos e narrativas bem construídas, como sempre o são, e infelizmente não têm veracidade, não têm ressonância, não conseguem se conectar com a realidade objetiva. O Banco Master é uma instituição antiga, acho que da década de 90, mas veja, Sr. Presidente, há um ovo da serpente – que é uma expressão que foi utilizada aqui tantas vezes –, foi gestado um ovo da serpente no sistema do Banco Master. E onde é que ele foi gestado, Sr. Presidente? Já foi repetido aqui: na Bahia, a Bahia de todos os santos, a bela Bahia, que, infelizmente, há alguns anos, há algumas dezenas de anos, vem sendo comandada – e mal comandada – pelo Partido dos Trabalhadores, o que tem deixado aquele estado, por exemplo, como campeão nacional de violência, de crime organizado e de descaso com a população baiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Sr. Presidente, o que acontece lá é digno de uma série de Netflix. Como um estado se organiza para roubar o funcionário público da Bahia? Uma estatal baiana... Olha, eles gostam tanto de estatais, mas eles privatizaram a estatal, Sr. Presidente. Olha que coisa engraçada: o PT privatizando. Aí, quando o PT faz alguma coisa fora do que eles defendem, a gente tem que olhar com lupa, porque é estranho, é diferente.

A Ebal é arrematada por R$15 milhões em leilão – o Credcesta Bahia. Isso aconteceu, Sr. Presidente, em abril de 2018. Aqui, olha: R$15 milhões.

E o que acontece, ato contínuo? Uma empresa que servia para entregar alimentos para funcionários públicos da Bahia. O que acontece, Sr. Presidente, é o Decreto 18.353, de 27 de abril. Sr. Presidente, 15 dias depois, Sr. Presidente, esse decreto do Sr. Rui Costa, Governador, então, da Bahia e, hoje, Chefe da Casa Civil, o Ministro mais importante do Governo de Lula, determina que esse programa Credcesta passe a ter uma linha de crédito aprovada de 30% do consignado dos funcionários públicos da Bahia.

E, nesse meio tempo, essa empresa arrematada por R$15 milhões, que era para vender alimentos, passa a ser um toque de Midas, passa a ser uma operação extremamente rentável; e esse cidadão que comprou, o Sr. Augusto Lima, revende 50% dessa operação por 30 milhões e fica com 50% do negócio. Já ganhou 100% do que investiu, remanescendo 50%, e tendo acrescido no seu negócio um valor agregado extraordinário.

Mas não para por aí, Sr. Presidente. Olha como o PT da Bahia é cruel com os funcionários públicos, quando se trata de assaltar o servidor público. A taxa de juros Selic é a maior do mundo hoje, graças ao Governo do PT, de 15%; mas ela começa a aumentar no nosso governo. Em janeiro de 2022, graças à pandemia, à catástrofe econômica que ocorreu em função de um problema que aconteceu no mundo inteiro, essa taxa de juros estava, Marcel, a 10,75% ao ano. Se você dividir por 12 meses, Adriana, dá quanto? Dá 0,9, menos de 1% ao mês.

Os funcionários públicos tinham, naquela oportunidade, Sr. Presidente, uma taxa de juros, num consignado, sabe de quanto, eminente Relator? De 6% ao mês, quase sete vezes maior do que a taxa Selic. Você imagine que, a 15% hoje, deviam estar pagando aí, sei lá, 7, 8%, 10% ao mês – taxa de agiota! E os funcionários públicos da Bahia quiseram sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que faz o eminente Governador da Bahia? O Governo do PT proibiu que os servidores escapem dos juros extorsivos do Banco Master – proibiu. Disse: "Não, os senhores têm que ser roubados, aqui, pelo Banco Master; os senhores têm que ser roubados, têm que ser espoliados, têm que ser extorquidos, têm que ser despidos dos seus proventos, porque nós temos um projeto" – o projeto de perpetuação de poder de um partido que acha que roubar, corromper, malversar recursos públicos, dilapidar o patrimônio dos brasileiros é justo, é razoável, desde que seja a favor do PT!

Pois muito bem. Está aqui, ó; aconteceu na Bahia.

E nós fomos desafiados aqui a mostrar documentos que, de alguma forma, fizessem alguma conexão com o Banco Master. Este banco aqui, do Sr. Augusto Lima, representa, ou representava, até meados de 24, 50% do *funding*, do total do Banco Master.

Muito bem, Sr. Presidente, vamos adiante.

O Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal, o mesmo que fez aquele relatório e entregou ao Ministro Fachin, reclamando que o Toffoli tinha negócio e tal, foi o que participou do jantar em Londres, daquele convescote de autoridades patrocinado pelo Sr. Vorcaro – estava lá o Diretor-Geral da Polícia Federal. Qual a isenção desse senhor para fazer essas investigações? Se o Ministro Toffoli não tem isenção, quem participa desses convescotes também deveria se julgar impedido.

E esse cidadão é Diretor da Polícia Federal, mas o tempo todo fica se reportando ao Presidente da República a respeito de operações em andamento, despachando com o Presidente, inclusive fora de agenda, em desacordo com os preceitos de como deve funcionar a Polícia Federal, que tem que ter, sobretudo, liberdade na sua ação e identidade própria.

Hoje, nós temos uma Polícia Federal, infelizmente, que está aparelhada. Não sou eu que estou dizendo, não; são as reportagens que saem a todo momento da forma como esse cidadão tem se comportado. Agora, quando o Presidente Bolsonaro quis nomear o Diretor da Polícia Federal, o STF proibiu, porque ele tinha uma relação de amizade com o Presidente; esse participa de todo tipo de agenda fora do roteiro e é considerado idôneo – esse pode!

Mas vamos mais adiante, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

E nós encontramos duas figuras exponenciais do Governo do Presidente Lula que recebem sinecuras extremamente vantajosas desse banco, a título não sei de quê: um é o Sr. Guido Mantega, que quebrou o Brasil – certamente, deve ter sido o responsável por ter quebrado o Banco Mastro também –, que recebe R$1 milhão por mês, com um pedido gracioso do Líder do Governo: "Amigo, emprega aí esse cidadão por R$1 milhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... porque ele tem um bom currículo. Ele quebrou o Brasil, ele vai resolver a situação do Banco Master". Esse cidadão é o mesmo que estava numa agenda, fora do contexto da normalidade, com o Presidente da República; com o Chefe da Casa Civil, que era o mesmo Governador que havia colocado, para dentro do seu Governo, o tal do Credcesta; com o Sr. Presidente, hoje, do Banco Central, que, na época, não se reportou – o Sr. Galípolo não se reportou, o Presidente do Banco Central. E não foi uma reunião só, não, Adriana; foram quatro, fora de agenda.

O que é que foi tratado, Sr. Presidente? O que é que foi dito ali? Que tipo de articulação estava acontecendo nas catacumbas do Palácio do Planalto? Porque isso é uma situação que merecia, pelo menos, que houvesse transparência. Mas esse é um Governo que tem no seu DNA esse tipo de atuação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto a V. Exa. se quer fazer uso do tempo de Liderança.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Não, porque eu vou falar depois do Alencar.

Então, só para concluir: quero dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... que é realmente espantoso como esse PT se renova na forma como vem aqui com narrativas que não têm sustentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu vou aguardar aqui mais um pouquinho, porque eu tenho mais cinco minutos para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Pela ordem.) – Obrigado pela deferência, Senador Rogerio Marinho.

Eu queria começar falando sobre duas perguntas que foram feitas ainda pela depoente de hoje. Ela tentou demonstrar que não tinha conhecimento das coisas, que era o marido dela, isso e aquilo, mas ela soube destacar, quando perguntada pelo Relator, quando eles compraram a primeira casa. Ela falou que foi em 2020.

Depois, foi perguntado ainda, numa insistência, onde comprou a nova casa, que supostamente, segundo palavras, seria uma casa grande, uma espécie de uma mansão. E aí, ainda assim, aditivou: "Quando a senhora e o seu marido melhoraram de vida, ascenderam na vida?". Ela disse, textualmente: "Não, eu tenho isso aqui como 2022, o ano quando a gente comprou a nova casa, a segunda casa". Só para lembrar, foi quando a Conafer cresce, no Governo Bolsonaro – 2020 e 2022, Presidência do senhor presidiário Jair Messias Bolsonaro. É muito clara a resposta dela.

Agora, eu queria perguntar para ela... Porque o marido dela está preso, um operador, mas o Presidente da Conafer, que tem até chofer nesta Comissão, não está preso. E mais, ao foragido Presidente da Conafer, foi feito aqui por um Deputado... Foram dadas dicas para que ele fugisse da Polícia Federal, e até agora ele está foragido. Eu queria perguntar isso para ela, porque ela poderia colaborar mais, porque dicas foram dadas ao vivo, em público, nesta Comissão, para que o Presidente da Conafer fugisse, e até agora está desaparecido, lamentavelmente. Infelizmente, não tive essa oportunidade, porque ela passou mal, entendo, teve que ir embora, mas quem sabe não tenhamos outra oportunidade de assim fazer.

Eu queria só também dizer aos senhores e senhoras que o PT apresentou a convocação do Sr. Gustavo Lima, sócio do Vorcaro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Augusto, Augusto Lima – ô, Gustavo –, o Sr. Augusto Lima, sócio do Vorcaro, esposo da Ministra do Bolsonaro. E também pedimos a convocação da Ministra do Bolsonaro.

Aliás, queria saber quais Deputados e Senadores desta Casa estiveram no casamento da Ministra do Bolsonaro com o sócio do Vorcaro. Era uma boa pergunta, Deputado Zé Trovão. V. Exa. esteve lá? Já disse aqui para mim que não.

Mas está lá. E dizem que o padrinho, pelo menos informal, o cupido foi o ex-Ministro do Bolsonaro, o Sr. João Roma, que foi o cupido, ex-Ministro da Cidadania, e aquele que indicou o sucessor dele, o Sr. Ronaldo Bento, de que também pedimos a convocação, ex-Ministro do Bolsonaro, Ronaldo Bento, que saiu do ministério e é Diretor do Banco Master...

É muita intimidade, é muito conluio, é muita pessoalidade nessa relação, é muita pessoalidade. Por isso que nós temos que apurar e investigar para valer. A Deputada Adriana veio aqui: "Não, assina aqui o nosso requerimento". Eu não vou assinar o de V. Exa. (*Risos.*)

Nós vamos apresentar o nosso, fique tranquila, na hora oportuna. Nós não vamos nos pautar por vocês. Nós vamos pautar por aquilo que nós decidirmos, pode ter certeza absoluta. E nós queremos esclarecer muita coisa. Olha só, senhoras e senhores...

Então, só para dizer, apresentamos requerimento, Deputado Rogério Correia, de convocação do João Roma, ex-Ministro Bolsonaro; do Ronaldo Bento, ex-Ministro Bolsonaro, atual Diretor do Banco Master; do Sr. Augusto Lima, ex-sócio do Vorcaro e esposo da Ministra do Bolsonaro, de que também nós pedimos a convocação.

Pode ficar tranquilo que vai ter convocação para muita gente, para a gente trabalhar aqui ao longo do tempo.

Mas eu queria mostrar um vídeo aqui, por favor...

Lembro que o Sr. Ronaldo Bento foi quem autorizou o Banco Master a operar o Auxílio Crédito Brasil em ano de eleição e ali fraudou bilhões – bilhões – com o aval também do ex-Ministro João Roma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ronaldo Bento – lembrando – operou o crédito consignado em 2022 e depois foi trabalhar como diretor no banco, e está lá até hoje – agora não, que o banco está sendo liquidado. Ele tem muito a dizer, não tenho dúvida disso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Pausa.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Por favor.

Só peço que o tempo... Está correndo o tempo e o vídeo não está passando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Pode aumentar, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu não tenho dúvida de que todo o esquema do "bolsomáster" e do "tarcísiomáster" ainda virá à tona com muito maior clareza. Não é à toa que o dono do... que o Master doou 2 milhões à campanha do Governador Tarcísio e 3 milhões à campanha do Presidente Bolsonaro, o maior doador individual. Não deu à toa, dinheiro do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ... consignado que ele roubou dos aposentados com a autorização que ele teve em 2020 no Governo Bolsonaro. Foi autorizado, em 2020, um ano depois de o Vorcaro assumir a Presidência do Banco Master, foi autorizado a fazer os descontos e ali fraudou mais de 250 mil contratos. Doou esse dinheiro para a campanha do Tarcísio, e não é à toa todo o esquema, que tem a participação também do Banco Master na privatização da Sabesp, que está lesando o povo de São Paulo com conta mais alta e falta de água em diversas cidades, em diversos bairros também da grande São Paulo.

Então, senhoras e senhores, por isso que eu também apresentei a convocação do Governador Tarcísio, para que ele venha aqui falar da sua relação com o Banco Master e de toda a trama que ele soube, de quando começou a operar o Banco Master o consignado no INSS. Afinal de contas, ele era um dos ministros dessa turma toda, íntima do dono, do Daniel Vorcaro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Líder Marinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não está, não é?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu estou aqui...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Eu fui citado, Presidente. Eu fui citado, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Eu também fui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. quer fazer uso do artigo?

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Quero, sim, senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Não é questão de forma ofensiva...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu lamento, Excelência, mas o nome foi citado e o Parlamentar faz questão do uso.

Pois não, Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu quero... O nobre Deputado que antecedeu a fala aqui fez uma citação, inclusive ele disse: "Perguntei para o Zé Trovão se ele foi ao casamento". E a primeira resposta que eu quero dar a ele é a seguinte: eu não me misturo com gente da laia do PT. E pode ser do PT, se tiver gente do PL, de que partido for, bandido tem que estar na cadeia e acabou.

Agora nós temos que deixar ressaltada uma coisa aqui: a narrativa utilizada pelos Deputados da esquerda aqui vem numa conjuntura muito fraca, porque, primeiro, eles bradam, bradam sobrenomes ligados ao Presidente Bolsonaro, Adriana, mas eles não tiveram coragem de colocar em votação essa pauta aqui agora. A narrativa criada por esses Deputados é sempre a mesma.

Teve até um aqui, que não se encontra hoje na Comissão – e é por isso que eu não vou citar o nome dele, porque é feio citar o nome de quem não pode se defender –, que fez uma montagem com o Presidente Bolsonaro, com Campos Neto e com o Vorcaro. E teve que se retratar publicamente, pedir desculpas. E aí, eles pedem desculpas pelo erro. Não, não é erro. *Fake news,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

mentira, é o que o PT sabe fazer de primeira linha. A esquerda trabalha somente em cima de narrativas falsas, e hoje essa senhora que esteve aqui provou, mais uma vez, que esse esquema vai muito além do que a gente imaginava.

Mas sobre isso eu vou falar depois, porque eu estou dizendo do que fui citado. Não participei, não participo de eventos – bom, nem no meu estado eu tenho tanto tempo para participar dos eventos importantes políticos, imagina em eventos de casamento de quem eu sequer tenho afeição. Mas as narrativas todas caem por terra, e elas caem na medida em que o que eles falam eles falam e depois jogam uma pá de cal – e para quem não sabe para que serve uma pá de cal, é para dissolver o problema. A gente faz isso na roça, joga uma cal para matar a praga.

Agora, é muito feio para esse time da retaguarda aqui, que a vida inteira fala que o Bolsonaro abriu as portas e escancarou... Engraçado que o Bolsonaro abriu as portas para o Ministro Dias Toffoli ter contratos milionários... Então, o Bolsonaro abriu as portas para que os Ministros do Governo Lula tivessem acesso a essa corrupção?! Olha, ou o Bolsonaro é um imbecil...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Que nunca foi.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... que nunca foi, ou ele é o bonzinho, a Chapeuzinho Vermelho, porque ele vai abrir as portas para a esquerda roubar.

Senhores, façam um favor à nação brasileira e, quando vocês quiserem acusar alguém, parem de fazer isso midiaticamente. Vamos quebrar o sigilo de todo mundo. É um por um, né, Relator?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – Quem for podre, que se quebre.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Vamos quebrar o sigilo de todo mundo, mas vamos fazer isso aqui, nesta sessão – nesta sessão! Não vem com papo de reunião depois, não!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Porque já tentaram trazer até o Zema aqui...

(*Soa a campainha*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... com invenções de fábulas. E agora querem trazer o Tarcísio... Faz o seguinte: vamos quebrar o sigilo de todo mundo. Onde é que está a ligação desse com aquele dentro do caso que está sendo instaurado? Agora, não vem com papo de doação de campanha. Se quebrar o sigilo do Banco Master, de quem está envolvido, se tiver doação de roubo do INSS, vai aparecer. Mas eu quero saber de onde foi o R$1 milhão pago ao Guido Mantega, eu quero saber dos 250 mil pagos ao Ministro Lewandowski e quero saber dos 120 milhões pagos à esposa de Alexandre de Moraes. Quebre o sigilo e apresente, aí fica mais fácil; a gente para com narrativa e mostra a realidade.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, art. 14. Vou usar só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para explicação pessoal.) – Eu só quero deixar registrado aqui, e de uma maneira muito clara, o que todos já viram: o PT blindou o Banco Master. Blindou porque tem medo; blindou porque o Presidente Lula teve um monte de reunião fora da agenda; blindou porque o Guido Mantega e o Lewandowski são consultores do Master com contratos milionários – e todos viram. E é claro para todo mundo também que o Vorcaro e o Banco Master são crias do PT, da Bahia – da Bahia –, com Rui Costa, com Jaques Wagner. E tudo começou no Credcesta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Então, não querem dar acordo nos requerimentos. Eu quero fazer uma proposta aqui: assinem o requerimento aqui, que já está assinado por muitos Deputados e Senadores, de prorrogação da CPMI, e vamos parar de enrolação, de que "vamos fazer o nosso próprio". Eu assino o seu. Assine o meu, que eu assino o seu: não tem problema nenhum. E, mesmo se você assinar o meu, eu assino o seu, porque se é para prorrogar a CPMI... É claro, se for para prorrogar a CPMI, mas não tenha dúvida, faço isso – e quero pedir também para o Líder do Governo aqui fazer –, porque a gente precisa votar esse requerimento hoje. O Brasil tem pressa.

Então, vamos assinar aqui para a gente fazer a prorrogação, que deveria ser automática, desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Líder Marinho, posso dar sequência ou V. Exa. fala?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Pois não. Eu posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pelo tempo de Liderança, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela Liderança.) – Nós temos um vídeo de três minutos. Em seguida, eu complemento com dois minutos. Por favor.

Eu quero só alertar que é inteligência artificial, antes que haja qualquer contestação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, isso é inteligência artificial, as imagens são ilustrativas, e eu assino; isso é uma linha do tempo. E é importante que a população tome conhecimento do tamanho da trama que está sob os nossos olhos, agora. E isso não é um acaso, Sr. Presidente. Isso é método, é um método repetido até a exaustão, durante 14 anos, que resultou, em 2014 e 2015, na maior crise econômica, na maior catástrofe econômica e moral que o país viveu desde 1948, quando começaram as medições econômicas a respeito do desempenho da nossa economia. Milhões de empregos suprimidos, centenas de milhares de empresas fechadas, e aqueles que o PT dizia proteger...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... foram os principais prejudicados, porque o PT se utiliza do método Robin Hood às avessas: dá com a mão e tira com as duas.

Pretende novamente se perpetuar no poder, com os mesmos métodos, com os mesmos personagens. Nós já sabemos o resultado. Tivemos aqui, no primeiro semestre, Sr. Presidente, no segundo semestre do ano passado, revelações estarrecedoras a respeito de como o PT se comporta contra aqueles que são os mais frágeis, que são os aposentados brasileiros. E agora nós estamos vendo como se comporta o sistema financeiro brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, doa a quem doer. Quem tiver problema, quem tiver o que pagar que pague. Aliás, eu acho que a primeira demonstração é essa. Nós já dissemos aqui, de uma forma peremptória: somos favoráveis, sim, a quebrar o sigilo das operações do banco que está sendo acusado inclusive de ter conivência com o nosso Governo. Então, nós não temos nenhum problema, votaremos favoravelmente. Esperamos que o Líder do Governo tenha a mesma disposição para corroborar o que afirma, já que ele afirma que há problemas ligados a pessoas do nosso Governo.

Então, peço a V. Exa. e aos nossos pares que nos ouvem agora que saiamos do discurso e vamos para a prática. Saiamos da teoria e vamos agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... para a efetividade. E vamos quebrar aqui o sigilo, para que nós possamos verificar, na prática, quem de fato se locupletou com mais esse escândalo no Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – ... só por questão de clareza, só para que a Mesa anote os requerimentos que eu teria solicitado, que eu passei para o Relator, não sei se o Relator passou os números, mas eu gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – São os Requerimentos 2.954, 2.958, 2.956, 2.955, 57, 53 e 49.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E eu gostaria de saber se a reunião vai acontecer, então, entre os Líderes hoje ainda, é isso que foi...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas o Presidente disse que tem que ter reunião.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, Excelência! Eu vou repetir, mais uma vez, o que eu disse. Eu sou uma pessoa que cumpro palavras. Quando nós começamos a CPMI, ficou acertado que nós teríamos deliberativas todas as quintas-feiras. E isso está sendo mantido desde o começo, e eu vou manter. Todos os extrapautas têm que passar pela autorização dos Líderes de cada lado.

Se houver a anuência do Líder do Governo, coloco em votação qualquer que seja o requerimento que esteja aqui; se não houver, eu vou cumprir o compromisso que eu fiz desde o início como Presidente desta Comissão.

Deputado Coronel Chrisóstomo, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Presidente.

Só para ficar registrado: até este momento só há da Oposição o acordo, mas não da Liderança do Governo. Só para que fique bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque, se não tiver o que fazer mais aqui nesse sentido, sinceramente, a gente sabe que vai acabar sendo votado apenas na quinta-feira. E confiamos em V. Exa. para que ponha isso em pauta na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E o Governo blinda o Master mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Coronel Chrisóstomo.

Atenção, Rondônia!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Atenção, Brasil!

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Senhores, meus cumprimentos.

Por favor, passe o vídeo. (*Pausa*.) Volte, aumente esse som.

(*Procede-se à exibição de vídeo*.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Atenção!

(*Procede-se à exibição de vídeo*.)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente, está dito aqui, pelo líder da esquerda, do PT, que quem estiver envolvido tem que vir aqui falar, esclarecer na CPMI. Então, ninguém pode votar contrário aqui – pelo menos está dito pelo Sr. Lula. Se alguém votar ao contrário, tem que mostrar para o Brasil a vergonha que eles estão fazendo até mesmo para dentro do grupo deles. Está claro aqui.

Presidente, vimos uma senhora, hoje, aqui, escrachadamente sendo uma laranja para os ladrões dos nossos velhinhos aposentados e deficientes. E, eu, Deputado Federal de Rondônia, os senhores sabem: fui o primeiro a colher assinaturas para que houvesse essa investigação. Em 23 de abril de 2025 eu comecei a fazer esse trabalho, Zé Trovão: o primeiro Deputado a abrir para buscarmos as verdades do roubo. E, pela nossa felicidade, além de eu ter criado a CPI, vieram duas abençoadas, duas mulheres abençoadas para direcionar para a CPMI. Elas... Eu acho que essas duas mulheres sentiram que, se não fosse esse trabalho direcionado para a CPMI, hoje nós não saberíamos quem são os verdadeiros ladrões dos nossos aposentados e pensionistas. Quem eram essas duas abençoadas? Quem foram? Ela, Senadora Damares, e a Capitã Fernanda. Portanto, nós três estamos unidos...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Rebaixou a Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Coronel Fernanda.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Corrigido.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Coronel Fernanda!

Então, senhores, a verdade está dita: nós somos, sim, os pioneiros para fazer justiça aos nossos aposentados e pensionistas.

Senhores, a decisão do STF prejudica o andamento do nosso trabalho. Impedir pessoas ou facilitar a pessoas não estarem presentes não nos ajuda, Presidente. Por isso, minha solicitação é para que esta Presidência vá ao STF mostrar que nós precisamos da ajuda dele para que possamos descobrir, saber de todos os ladrões e prender essa turma toda.

Os conservadores da direita que lutam pela liberdade em Rondônia estão atrás dos nossos velhinhos, em Rondônia, porque querem saber quem está sendo pago pela metade daquilo que merece receber. E muitos velhinhos estão recebendo uma parte do dinheiro, Presidente. Nós temos que falar isso, Sr. Presidente, nós temos que cobrar isso da Justiça. Muitos estão recebendo pouco e não o que deveriam receber. Lá em Rondônia, está acontecendo isso. E os conservadores da direita que lutam pela liberdade, lá em Ji-Paraná, Porto Velho, Ariquemes, Cacoal e Vilhena, estão lutando por isso. São os grandes guerreiros da direita os conservadores de Rondônia.

Alguém disse que falar dos velhinhos, e aposentados, e pensionistas, e deficientes, senhores, faz com que o povo de Rondônia fique revoltado com muitos que não defendem os nossos velhinhos no Brasil. E Rondônia está unida em defesa desta CPMI. Eles me pedem até que os senhores vão a Rondônia, mas eu sei que não há tempo suficiente para isso.

Senhores, agora vem a real: sobre o que essa turma da esquerda fala, eu vou falar a verdade para vocês. Mensalão, a Justiça disse: "O PT roubou". Petrolão, a Justiça disse: "O PT roubou". CPI do BNDES – eu estava lá, eu era titular –, foi dito pelo Palocci: "O Lula roubou o Brasil"; O Palocci falou, eu estava lá, senhores, e aqui eles ficam falando besteira. A verdade é esta: eles roubaram o BNDES a fundo. O Palocci disse: "O que vocês dizem que o Lula roubou é muito mais do que isso, Relator". E a Justiça já confirmou isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, chegou a hora de o STF liberar o Presidente Bolsonaro da prisão e ele poder ir para casa, porque tudo o que está acontecendo aqui... Já está comprovado isso, gente. Muita gente que se veste aí de o paladino da verdade, na verdade, não é nada disso. Está na hora de o Presidente Bolsonaro ir para casa com sua esposa, a Primeira-Dama, e seus filhos.

Nós precisamos falar isso, senhores. Não podemos nos esquecer daquele homem que está doente na cadeia. Nós temos que falar e defendê-lo. Está na hora de o Presidente sair daquela prisão. Sabem por quê? Porque ele não deve nada. Inclusive, o MPF está divulgando que em alguns processos o Presidente não deve nada, exemplo: no da covid. Há pouco tempo, o Ministério Público Federal disse: "O Presidente Bolsonaro não deve nada". Então, senhores, está na hora de o Presidente Bolsonaro sair daquela prisão. Tudo o que está acontecendo... Não há mais a necessidade de o Presidente estar preso. O Brasil já sabe que o nosso Presidente não é culpado.

Chega! O Brasil quer verdades. E nós estamos apresentando verdades aqui. Cada um desses Parlamentares da direita, conservadores, está mostrando para o Brasil que quem afundou o pé no INSS, roubando os pobres, os velhinhos, os doentes, os deficientes foi a turma do PT. Está dito! Aliás, quem está preso? A turma do PT. Os diversos presos são todos do PT, Zé Trovão. A realidade é essa.

Nós estamos só ratificando aqui o que o Brasil já sabe. Quem afundou o pé, roubando o INSS, roubando, através do INSS, os velhinhos, e velhinhas, e deficientes físicos, nós já sabemos, Presidente, foi a turma do PT. É a turma da esquerda. Chega! O Brasil não aguenta mais.

É por isso que está vindo isso aí. É por isso que a gente defende. É por isso que o Presidente já nos indicou, para ter uma pessoa verdadeira no futuro... Ele já é pré-candidato a Presidente. Ele – ele –, o 01 do Bolsonaro, é Flávio Bolsonaro, é o pré-candidato a Presidente da República.

Que Deus nos abençoe! Fiquem com Deus!

Até numa próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Zé Trovão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o que aconteceu hoje nessa CPMI é o retrato claro da gravidade do que nós estamos investigando. A depoente, a Sra. Ingrid, diante de tantas provas apresentadas, ficou emocionalmente abalada e deixou essa sessão por não conseguir responder às perguntas, porque ela não consegue explicar como uma mulher que ganha R$2,9 mil declarados movimentou R$156 milhões. Presta atenção, Sr. Presidente: uma mulher que ganha R$2,9 mil movimentou R$156 milhões!

Bateu o desespero. Marido preso, ela mãe; e ela sabe o que ela fez. Essa história de que "o sítio não é meu, o triplex não é meu" e, daqui a uns dias, "o filho também não é meu", não cola com ela, só cola com Lula. "O sítio não é meu, o triplex não é meu." Daqui a pouco ele vai falar: "O Lulinha não é meu filho, foi adotado, isso aí era filho do Bolsonaro, foi ele que fez".

Agora, essa CPMI, ela está entrando num caminho que assusta, Deputado Paulo Pimenta, assusta muito. E sabe por que ela assusta, Líder Sóstenes? Ela assusta porque não é compatível o que aconteceu com o Brasil com o Brasil de que os brasileiros precisam, porque o brasileiro não precisa de um país devastado por corruptos e ladrões.

E me desculpem, senhores, os verdadeiros bandidos não estão nas favelas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de todo o Brasil. Os verdadeiros ladrões do Brasil estão em Brasília, ou eleitos ou representantes de algumas associações. E não sou eu que estou falando, são as provas.

Sr. Presidente, mas o que mais me deixa estarrecido com a D. Ingrid hoje é que, por mais que ela tenha roubado, ajudado a roubar R$156 milhões, isso dá o equivalente a 3% do rombo real do INSS, que passa dos R$6 bilhões. E aí, nós vamos ter que falar, sabe de quem? Do irmão do Lula.

Só a associação do irmão do Lula foi responsável por desviar R$1,2 bilhão. E olha, a gente está falando de um crime, senhores, que será considerado como petrolão, como Lava Jato... Não é 2.0, não, Sr. Presidente, é 6.8 – 6.8, todo mundo sabe, é só carro V8 que tem essa nomenclatura. E eu vou dizer o porquê: porque este roubo está apresentado, e ele teve uma crescente exatamente no Governo de quem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – De Luiz Inácio Lula da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Interessante. Eu vejo, todos os dias, aqui, que eles tentam, de toda maneira, colocar Bolsonaro e os ministros do Bolsonaro como bandidos. Eu faço aqui, nesta CPMI, agora: vamos quebrar o sigilo de todo mundo de uma vez só. Mas vamos também, na quebra dos sigilos, fazer as devidas convocações neste período que nos resta, que não é um período longo, é exíguo. Mas parem de trazer a esta CPMI a narrativa.

Este crime tem núcleo financeiro, núcleo empresarial, núcleo operacional, mas o mais importante deste crime, Sóstenes, é que ele tem o núcleo político! E também o núcleo jurídico! Este crime aconteceu sob as barbas de Brasília e teve assinaturas de ministros que ocupam o alto escalão das cortes. E quem está dizendo isso, antes que vocês queiram mandar me prender novamente, não sou eu: é a Polícia Federal, que escancara definitivamente a ligação do Ministro Dias Toffoli no caso. E aí nós vamos falar do caso do Dias Toffoli, que é igual ao caso da Ingrid: ele usou os laranjas da família.

A Ingrid foi laranja do mão preta – eu chamo de mão preta aquela aberração que veio aqui, porque aquilo é uma aberração humana, um homem sem respeito, sem moral, e que, se houver justiça e uma boa investigação... Tem uma moça de Minas Gerais que morreu um dia depois que a polícia bateu na sua casa. Isso foi suicídio ou assassinato? Quando fala em assassinato, tem um ex-Prefeito de Santo André que se revira no caixão. Quando fala em assassinato, tem um ex-Ministro da Suprema Corte que pode estar se revirando no caixão. Porque ninguém sabe se é homicídio, se é suicídio, se é assassinato....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... porque tudo fica escondido. O que este país está vendo é que os inocentes são condenados por golpe de Estado. (*Pausa.*) E tem muita gente que tem até as suas investigações arquivadas dentro da Suprema Corte.

Olha, senhores, a justiça precisa ser feita, Presidente.

Eu já disse aqui e vou repetir para encerrar a minha fala: o Deputado Federal Marcos Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, do Estado de Santa Catarina, não tem político de estimação. Se tiver gente do Governo Bolsonaro envolvida, tem que ir para a cadeia. Mas, até agora, só mostraram narrativas do nosso lado. Porque toda vez que a gente apresenta uma prova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

de que há indícios de corrupção de Lulinha, que recebe mesada de R$300 mil do Careca do INSS, e de tantos outros, qual é a desculpa deles?

Na próxima reunião, a gente vai se reunir e a gente decide juntos quem nós vamos convocar. Não, não precisa ser agora. Não, o amanhã só é feito porque alguém precisa da bênção de outro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... porque o agora tem que ser feito da maneira correta.

Eu convido o Líder do Governo a fazer o que o Líder da Oposição teve capacidade moral de fazer: vamos votar esse extrapauta já, porque a quebra de sigilo não fica para amanhã! E aí, senhores que passaram a noite acusando o Bolsonaro de estar envolvido neste crime – e seus Ministros –, se houver a quebra de sigilo, ficará provado; e aí vocês vão poder dizer: "Não falamos? Não avisamos? Não dissemos?". Mas, por favor, não fiquem na narrativa. Joguem o jogo da maneira séria, Deputados, e façam o papel de vocês não só através das folhas lidas, escritas e do linguajar: façam através da ação.

É hora de votar a quebra de sigilo do Banco Master. Vamos colocar na cadeia todos os bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Com a palavra...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Cinco minutos, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 14; cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu me coloco na posição de um cidadão brasileiro, de uma cidadã brasileira que está nos assistindo aqui. Horas e horas de CPI, Sr. Presidente, e aí as pessoas assistem a falas como essa, do Deputado "Zé

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Chuvisco", agora, que me antecedeu, ou do outro colega Deputado, lá de Rondônia, que são umas falas, Presidente, que não têm nexo, sabe? Assim: uma fala tem início, meio e fim; a deles tem só meio! Ninguém entende o que eles falam. Agora ele chegou a trazer até Ulysses Guimarães! Mas o que é que Ulysses Guimarães, o que é que a morte do Ulysses Guimarães tem a ver, Sr. Presidente, com a CPI?

Só tem uma explicação; só pode ter uma explicação: a de que é uma tentativa de confundir a cabeça das pessoas que nos assistem, para não entenderem o que é que nós estamos investigando aqui – e que já está mais do que esclarecido. O povo brasileiro já entendeu: em 2021, o Bolsonaro, o Paulo Guedes, o Onyx Lorenzoni mudaram uma norma interna do INSS, com o objetivo de permitir que um conjunto de entidades-fantasmas, que não trabalhavam com aposentados e aposentadas, fossem credenciadas para fazer desconto de aposentados e aposentadas. Bolsonaro: pá! – carimbo do Bolsonaro.

Logo em seguida, essas entidades-fantasmas tiveram acesso ao banco de dados do INSS, e, de uma hora para a outra, milhões de aposentados e aposentadas em todo o Brasil começaram a ser descontados por entidades de que eles nunca tinham ouvido falar! Milhões de aposentados e aposentadas, em todo o Brasil.

Isso foi crescendo, foi crescendo... Parte desse esquema criminoso – que a gente apelidou aqui de "*golden boys*", que são jovens que nunca tinham trabalhado, que ficaram milionários do dia para a noite –, inclusive, foi lá na campanha do Onyx, botou dinheiro na campanha do Onyx, dinheiro que tinha sido roubado do INSS. E foi aumentando esse esquema, tinha funcionários corruptos do INSS, tinha operadores. Nós estamos investigando para chegar nos cabeças desse esquema, porque não é possível que eles tenham roubado tudo isso.

E, hoje, a gente está descobrindo que, além do esquema do INSS, também nesta mesma época, lá em 2021, eles concederam autorização para o chamado Banco Master, também de acesso aos consignados. Foi o Bolsonaro, o Paulo Guedes, o João Roma, o Onyx que criaram o "bolsomáster".

Então, o povo brasileiro já sabe: tanto o esquema do roubo do INSS quanto o esquema do "bolsomáster" não existiriam se o Governo Bolsonaro não tivesse permitido que estas quadrilhas tivessem entrado para a máquina do Estado e roubassem aposentados e aposentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa gente é corajosa, Presidente. Eles roubaram aposentado, eles roubaram pensionista, eles roubaram crianças, eles roubaram o pessoal do BPC. Eles roubavam qualquer pessoa, Presidente, eles não tinham limite para a roubalheira. Essa gente roubou muito, muito, muito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Esse é um esquema de sofisticada ação criminosa deste esquema comandado por Bolsonaro, que está lá na Papudinha, está lá na cadeia.

E aí, Presidente, o que aconteceu? Foi o Governo Lula que acabou com o esquema da corrupção do roubo do INSS e devolveu o dinheiro para os aposentados e aposentadas. E foi o Governo Lula que acabou com a farra do Banco Master, não renovando o ACT, decretando a liquidação e fazendo aquilo que o Campos Neto, que era o homem de confiança do Bolsonaro no Banco Central, não teve coragem de fazer.

Então, não adianta falar que Ulysses Guimarães... Não adianta, porque a verdade está aqui. Não sou eu que digo, são documentos, são provas. Então, peço até desculpa para o povo brasileiro, por ter que ouvir essa quantidade de bobagem, mas a verdade eu demonstrei aqui mais uma vez com provas, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para explicação pessoal.) – A palavra utilizada pelo Deputado Paulo Pimenta, de maneira pejorativa, mais uma vez nesta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – ... me chamando de "Zé Chuvisco", não me fere, Paulo Pimenta, porque, para você, o único nome que ficou da lista da Odebrecht foi Montanha – e eu não tenho meu nome nesse tipo de lista.

Então, assim, o respeito que eu tenho, você não tem. Você, além de ser um cara que cria narrativas, você utiliza de apelidos que não estão em listas de empreiteira recebendo propina para desmoralizar pessoas. Eu nunca lhe chamei de Montanha, em nenhum momento, mas é o nome que foi lhe dado na lista de propina da Odebrecht.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Que fique claro isso hoje, que as suas ofensas, para mim, são nadas. Você que deveria rever, além do partido que você faz parte, as suas posições, porque eu aqui não estou defendendo bandido. Já falei diversas vezes: quebre o sigilo de todos. E você continua na mesma narrativa, porque sempre que cutuca onde fere, vocês pulam igual a potro selvagem. Aqui não, viu?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gente, eu lamento a gente continuar, mas os nomes foram citados, e eu sou obrigado a seguir o regulamento.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Sr. Presidente, não são dois art. 14, não?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco/PL - RJ) – O nosso acordo aqui...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... é que, citou nominalmente o Deputado, ele tem o direito.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone.*) – Ele respondeu.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, ele não tinha direito à resposta.

Vamos lá.

Sr. Presidente, de forma criativa e inteligente, aqui, muitas vezes, a gente usa nomes. O Deputado lá, Líder do Governo, me chama aqui às vezes de "Malagueta"; o outro a gente chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

de não sei... Então, eu até não sabia que chamar o colega de "Zé Chuvisco" pudesse deixar ele tão incomodado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Mas citou.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, não citei o nome dele, não citei o nome de ninguém. Não estou citando o nome de ninguém.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Não, citou já.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Estou dizendo... não, "Zé Chuvisco" não é nome; "Zé Chuvisco" não é nome.

Mas, Sr. Presidente, V. Exa. me garante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou explicar para o Zé – eu vou chamar só de Zé...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Que é "Chuvisco".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu vou explicar para o Zé...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – Que é "Chuvisco".

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... que ele tem que se informar melhor para não divulgar *fake news*, para não dizer bobagem. O Deputado Paulo Pimenta nunca esteve envolvido em qualquer tipo de investigação sobre propinas da Odebrecht, isso é uma mentira. Não existe nenhuma investigação. Ele pode procurar no STF documentos, vasculhar onde ele quiser. Ele nunca vai achar, porque o Deputado Paulo Pimenta jamais foi investigado por ter recebido propinas da Odebrecht.

Pelo contrário, o Deputado Paulo Pimenta, na época, ficou conhecido por ter tido a coragem de enfrentar aquela manipulação grotesca, comandada pelo então Juiz Sergio Moro, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Dallagnol. E, se tivesse alguma coisa que eles pudessem ter contra mim, Sr. Presidente, com certeza, teriam usado. O senhor sabe por que nunca usaram, Presidente? Porque não existe.

Então, atingir Parlamentares com mentiras, com tentativas de criar um discurso em torno da nossa história, da nossa trajetória não funciona. Então, eu nunca fui investigado por propinas da Odebrecht, nunca na minha vida! Aliás, eu não respondo a nenhum processo, eu não tenho nenhum inquérito a respeito de nada. Se alguém quiser investigar, que investigue. Eu já sofri muitas vezes por conta de *fake news* que foram alimentadas e distribuídas a meu respeito.

Então, eu não tenho nenhum objetivo de ficar aqui polemizando com o colega Deputado. Se ele acha que o nome que eu utilizei para fazer referência a ele, para que ele não tivesse direito ao art. 14, não foi o mais adequado, eu não vou mais nem usar esse nome, eu vou falar só Zé, sem fazer referência a qualquer tipo de colocação que, de uma forma ou de outra, possa deixar ele inconformado, incomodado ou chateado. Então, não vou mais...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... usar esse nome de "Zé Chuvisco"; só Zé, daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senadora Damares Alves, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, essa "máster esquerda" também tem uma "máster imaginação" que eu vou te contar.

Pimenta, eu fui contadora de história infantil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não, Pimenta, aqui com carinho, nenhuma crítica a você não.

E fazia tempo que eu não via alguém contar uma historinha tão linda como a que você contou mais cedo, quando falou da linha de tempo que você acha que foi feita – nada de cinco minutos, não; eu estou te elogiando. Você contou uma historinha bonitinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não vou, não vou pedir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Você contou uma historinha bonitinha. (*Risos.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só se a senhora falar mal de mim. Daí eu peço.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não vou falar mal de ti, não.

Mas, antes de eu dar prosseguimento à minha fala, eu quero trazer uma informação ao Presidente e ao Relator. Na hora em que a depoente passou mal, eu não estava aqui. Eu tive que fazer um despacho fora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Mas, quando eu cheguei e eu soube que ela estava mal, Senador, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e com uma Parlamentar mulher – porque as outras estavam muito ocupadas ali, a Adriana e a Coronel –, eu fui ao serviço médico especialmente para saber se ela precisava de alguma coisa que fosse mais feminina, mais de mulher, eu queria entender. Ela estava sendo atendida. Tinha uma profissional feminina da área da saúde acompanhando-a. Eu fiquei mais tranquila. Mas a cena que eu vi foi muito triste, Senador: ela estava olhando a foto dos filhos quando eu cheguei e estava chorando. Essa cena me comoveu muito, porque muitas pessoas colocaram suas famílias em risco. E a gente viu isso ao longo desta CPMI, nos últimos meses. A minha preocupação era que ela estivesse muito chateada com a forma como foi tratada aqui, mas eu acho que ela percebeu que não houve nenhuma agressão a ela, que foi realmente um confronto com a verdade. Foi o que eu senti ali, no serviço médico. Mas estava sendo muito bem atendida. Eu acho que ela foi embora, o advogado a orientando. Mas os bandidos colocaram a família em risco, colocaram esposas... Eu não sei até onde, a gente não sabe até onde há o envolvimento dela, a culpa dela, a conivência. Mas eu estava conversando com o Deputado Ribeiro Neto, que tem uma filhinha da mesma idade. Ele olhava para ela e dizia assim: "É uma mãe que não tem ideia do que fez com a família". Foi muito ruim.

Mas eu quero ir para a minha fala, Presidente. Está todo mundo aqui nessa disputa ideológica, é o jogo político, mas eu queria lembrar ao Relator e ao Senador que nós quebramos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

o sigilo do Vorcaro. Talvez os meus colegas Parlamentares, membros desta Comissão, não tenham entendido o tamanho do sigilo que nós quebramos. Nós quebramos o sigilo bancário, telemático e fiscal. Quando, Presidente, os documentos começaram a chegar, ficaram entre 9 e 12 de dezembro aqui, nós lemos. A gente não pode dizer o que a gente leu, porque veio aquele sigilo absurdo do Ministro Toffoli, mas a gente viu muita coisa e agora a gente está aguardando a volta deles para a sala forte, ou para o sistema Jubarte, ou para a gente do próprio gabinete ler. Mas ali, Senadores, Deputados, nós vamos ter muitas respostas para o que nós estamos querendo.

Nesse final de semana, eu fiquei em uma expectativa muito grande de que fosse nesse final de semana que a gente fosse ter acesso aos documentos. Eu até tuitei, Sóstenes, que eu viria para o gabinete de pantufa, pijama, iria dormir o final de semana aqui, se necessário fosse, para ler tudo. Mas ainda não chegaram os documentos até nós, mas eu creio que ali nós vamos ter muitas respostas.

Talvez tenha até sido importante e providencial que o Vorcaro não tenha vindo hoje para a gente ler tudo, Presidente, para, na hora de a gente arguir, a gente ter algumas perguntas bem certeiras. Quando a gente fala de sigilo telemático, eu estou falando de *e-mail*. É nos *e-mails* que tem anexos de documentos. Nós vamos ter acesso a documentos. A minha expectativa está nos *e-mails*, Sóstenes, a que nós vamos ter acesso a partir de agora.

É claro que a gente vai ter acesso aos telefones, e tem muita gente querendo ver as imagens do telefone. Eu juro para o senhor que eu não quero ver as imagens, especialmente as imagens de que a imprensa já está falando.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. *Fora do microfone*.) – De Trancoso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Não quero ver essa imagem de Trancoso. Se alguém vir, se algum assessor vir e quiser me contar alguma coisa interessante... Mas eu não quero saber o que aconteceu naquela festa, porque o menos mau que eles poderiam fazer com o Brasil era uma suruba. É o menos mau. Suruba não é crime. Se só foram adultos que estiveram naquela festa, Evair, eles vão ter problema cada um com as suas esposas ou os seus maridos, mas orgia, pelo que eu sei, não é crime no Brasil. É pecado, vai para o inferno. Ah, vão para o inferno de fila, porque é pecado. Se tiver algum casado ali, eles adulteraram e na minha Bíblia diz que eles vão para o inferno. Ou não vão, Sóstenes? Vão, não vão? Vão para o inferno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. *Fora do microfone*.) – De jatinho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – De jatinho. (*Risos*.)

De cabeça para baixo.

Mas aí, Presidente, eu espero que não sejam só imagens entre adultos. Eu espero que seja imagem só entre adultos. Eu espero que essa orgia não tenha outras imagens que levem a outros crimes. Isso é a minha preocupação. Então, quem tiver acesso às imagens, eu só quero saber se houve outros crimes ali.

E a Coronel Fernanda hoje disse uma coisa que me deixou aqui inquieta.

Mas, na quebra desses sigilos, que o Brasil fique tranquilo, porque, se, nessa briga política aqui, não quebrar sigilo do Master, não quebrar sigilo de Lulinha, não quebrar sigilo de Frei Chico, não convocar, o que nós vamos receber já vai ser o suficiente para a gente entender o que aconteceu. Vai ser o suficiente.

E aí essa "máster imaginação" de cupido... Eu fiquei aqui pensando: a Ministra solteira do Governo era eu, e ninguém foi cupido para me casar com ninguém. Aí, a outra que era casada tinha cupido. Essa "máster imaginação" não sei aonde vai. Realmente, a esquerda está precisando de documentos e alimentos para vir a esta CPMI e não vir mais com contos de fada.

Presidente, vamos, vamos...

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Eu estou acabando.

Vamos, a partir da manhã, conversar sério com a Polícia Federal, com Davi Alcolumbre, com todo mundo. Nós precisamos fazer um mutirão e nos debruçar em cima do que já temos.

E eu quero só dizer uma coisa para o Presidente e o Relator: que eu me surpreendi. Eu fui assessora jurídica de várias CPMIs e CPIs, ao longo dos 24 anos, como assessora jurídica no Congresso Nacional. Quando a gente pedia, no passado, a quebra de sigilo telefônico de uma pessoa – o Secretário vai saber do que eu estou falando –, eu apenas dava o nome e o CPF, e as agências de telefone quebravam todos os sigilos de telefones que estavam naquele CPF. Desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

vez, eu tive que fornecer os números de telefone do Vorcaro – não foi quebrado pelo CPF – e eu só encontrei três telefones do Vorcaro. Só três. Mas nós quebramos o sigilo desses três telefones. Nós quebramos do *e-mail* e quebramos também o sigilo fiscal.

Então, independente de esta CPMI aprovar ou não esses requerimentos que eu quero que sejam aprovados, nós já temos, Presidente, elementos para dar uma resposta ao Brasil. Isso não vai passar em branco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – Isso aqui não vai virar pizza, porque nós já temos elementos.

E lembrando que, além desta CPMI, nós temos a CPI do Crime Organizado, que também está se debruçando sobre o Banco Master, e eu conheço o Relator e o Presidente daquela CPI. São dois Senadores Delegados e o Vice-Presidente é um General muito bravo, que é o General Mourão. Aquela CPI não está brincando, então não vai se limitar a esta CPMI. Que o Brasil saiba, o Parlamento está cumprindo o seu papel, por meio desta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... CPMI, por meio da CPI e agora, também, por meio de um grupo de trabalho na CAE.

Então, que o Brasil fique tranquilo. Eu só vou pedir ao Presidente e ao Relator para que eu possa juntar um grupo de assessores. Eu quero, neste momento, sair da minha função de Senadora; eu quero vestir a minha capa novamente de assessora, trazer uma pantufa, um pijama, com os assessores que estão disponíveis. Vocês podem indicar um de cada gabinete e a gente rodará noite e dia lendo todos os documentos do Vorcaro – só não quero ver as imagens de Trancoso –, todos os documentos, para a gente entregar para o Sr. Presidente e Relator o que a gente vai encontrar já no que nós já temos.

Parabéns ao Relator e ao Presidente. Sem ninguém perceber, quebramos o sigilo do Vorcaro nesta Comissão.

Parabéns, Presidente e Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Deputado da família das solanáceas, o *Capsicum*, assim como todos os membros da família, está nos fazendo chorar. Que fique esse registro.

O Governo Lula já registrou 1,4 bilhão em cartão corporativo desde 2023. A saber, Sr. Presidente: as filas dos nossos hospitais filantrópicos; as filas da nossas APAEs e Pestalozzis; famílias deste Brasil inteiro, fazendo campanhas, rifas para comprar medicamentos especializados para os seus filhos... E o Sr. Lula e a D. Janja já gastaram 1,4 bilhão de seu cartão corporativo. Vai vendo, Brasil. Que fique registrado.

Aos Prefeitos, que estão à míngua nas prefeituras, não podendo dar o mínimo atendimento ao seu povo... Muitos deles até acompanharam o "Barrabás" nessa recondução ao Palácio do Planalto, vendo que 1,4 bilhão está sendo torrado com os luxos, com os prazeres e com outras coisas mais possíveis desse "Barrabás", que não deveria ter sido levado ao poder. Vai vendo, Brasil.

O dono da Conafer, o Sr. Lopes, está foragido desde novembro. E eu pergunto: cadê a Polícia Federal? Será que esse fugitivo da mão pintada é mais ágil que a nossa Polícia Federal? Ou ele está sendo protegido? As investigações não estão no caminho que devem ser. Vai vendo, Brasil.

O sócio oculto do Careca do INSS está nos Estados Unidos e ainda não foi preso. Eu pergunto: Cadê a Polícia Federal? Não conseguem achar o sócio do Careca em solo americano? Vai vendo, Brasil.

E aí o chefe da Polícia Federal vai querer reunião com o Mendonça. Sabe quando? Quando ele voltar da viagem com o Lula. Eu pergunto: O que ele foi fazer lá? Ele vai ser convocado na Comissão de Segurança Pública para fazer um relatório da sua viagem. E, claro, ele não vai contar as reuniões secretas que ele vai fazer com o "Barrabás" dentro do "Aerolula", as conversas de pé de ouvido, porque claramente ele foi retirado daqui para que pudesse abastecer aquele que já recebeu, inclusive, o Sr. Vorcaro em reuniões secretas dentro do Palácio do Planalto. Portanto, é importante que ele realmente retorne ao Brasil, procure o Mendonça e fale a verdade. Vai vendo, Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe por quê, Senadora Damares, Líder Sóstenes? "[?] [Polícia Federal] não mostra ao Supremo conteúdo de 52 celulares do caso Master". O que o Sr. Andrei, a pedido do Sr. Lula, está escondendo? Afinal de contas, a Polícia Federal não deveria ser polícia do Lula, deveria ser uma polícia do Estado brasileiro. E por que cargas d'água a Polícia Federal, então, está escondendo, nobre Relator Alfredo Gaspar, o conteúdo desses telefones do caso do Master – e o Master é só mais um escândalo –, portanto, depois de três meses de investigação? Claro que o Lula está pedindo ao Andrei para sumir com essas imagens, possivelmente a mesma orientação que deu para o Flávio Dino, naquele fatídico 8 de janeiro – que por um, acho que só pode ser, raio; trovão não foi –, das imagens que sumiram do Ministério da Justiça, Sóstenes. Porque é inadmissível que, no Ministério da Justiça, as imagens sumiram.

Quando o Partido dos Trabalhadores bloqueia a investigação, isso deixa de ser discurso, isso vira proteção. Quem diz defender os aposentados, mas dificulta a apuração sobre o INSS, escolhe lado. E não é o lado do povo, é o lado do bandido, é o lado do crime. Impedir convocações do Lulinha não é prudência, é blindagem. Olha o que o Rei Charles III fez na sua manifestação, após ser comunicado que o seu irmão tinha sido preso pela polícia inglesa. O que ele diz? "A lei deve seguir seu curso". Ora, como seria bom se o Brasil tivesse a grandeza de ter um Presidente da República que tivesse este discernimento, de que a lei deve ser para todos e deve seguir o seu curso normal, a polícia seguir o curso normal! Mas aqui, não, o Presidente da República usa o cargo que tem para proteger bandido, para proteger ladrão, talvez proteger eles mesmos.

Barrar a convocação do irmão do Lula de prestar esquecimento não protege nunca a democracia, enfraquece a confiança pública. Isso é confissão de culpa. Podemos não ter as provas, mas temos a certeza. Se não há culpa, por que tanto medo a base do Governo apresenta aqui nesta CPMI? Eles não assinaram as investigações do Banco Master. É um recado claro: transparência não interessa ao Governo. E eles sabem que o sistema de que eles fazem parte já virou carniça, já apodreceu, Sr. Presidente e nobre Relator. E você consegue esconder um ovo podre, um bife podre, mas esconder um elefante podre, um boi podre, um caminhão de ovo podre você não consegue – a carniça fede demais. E esse é o cheiro que está exalando neste momento sobre o nosso país, essa carniça, essa podridão que virou este Governo.

Os ex-integrantes do Governo Dilma – já foi dito aqui – filiados históricos do Partido dos Trabalhadores, todos eles em cargo de confiança e estratégico do Banco Master; e não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

recebendo salário de R$1 mil, não; são milhões de reais. Ora, o que eles estavam fazendo lá? Só falta eles dizerem que foi o Bolsonaro que indicou, porque, pelas afirmações levianas que fizeram aqui, tentando incriminar Tarcísio, Bolsonaro e Paulo Guedes, daqui a pouco eles vão falar que os membros do PT que trabalham no Banco Master – não sei se trabalham, mas recebem do Banco Master – foram indicados do Bolsonaro; só falta isso. Esse amor enrustido deles por Bolsonaro, José Medeiros, realmente nos impressiona.

Quando eles recusam essa transparência dos dados do Vorcaro, é claro que eles fazem opção pela opacidade. Eles querem, na verdade, se proteger; e quem foge da investigação perde o direito de falar de ética.

A maior defesa dos aposentados teria sido a esquerda, o PT, o PSB, o PDT assinar a CPMI, porque essa narrativa construída da esquerda... Eles são adestrados em campos de concentração, para se tornar... Você não chega a Líder do PT, você não chega a Líder da esquerda se você não tiver nota máxima em aprovação nos seus campos de adestramento, nos seus vieses ideológicos.

Portanto, transparência não é favor; transparência deveria ser obrigação. Quem bloqueia – a gente sabe –, assume. E eu já disse aqui, nosso Relator Alfredo Gaspar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... nós podemos não ter os documentos em mão, mas nós já temos a certeza, porque eles já acusaram o golpe. Quando a política vira escudo, a verdade vira vitrine.

Eu disse semana passada e vou repetir: esse Governo está no fim; "Barrabás" não retornará ao poder. E eu tenho certeza de que esse, sim, por corrupção, por roubo, vai terminar a sua vida na cadeia e no ostracismo e na vergonha da República. Geraldo Alckmin tinha razão: eles queriam e eles voltaram para a cena do crime.

E repito, para finalizar: a esquerda, o PT é carniça que, pelo volume, jamais ficará escondida. Vai vendo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Sóstenes Cavalcante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu sou o último inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência; é o senhor, logo em seguida o José Medeiros e o Ribeiro Neto, que são não-membros da CPMI e terão três minutos cada um.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Está o.k. Eu sou o último dos membros, então.

Ilustre Presidente, Relator, colegas Parlamentares, depois dizem no Brasil que o país começa depois dessa festa, desse feriado que acabou, em que vimos uma escola de samba, no meu estado, homenageando o "descondenado", o Presidente da República, e ofendendo a família tradicional brasileira, a enlatando.

E nós que somos evangélicos, ilustre Presidente, nos sentimos altamente ofendidos por aquilo, porque, se há alguma coisa que nos orgulha, é assumir que somos conservadores das coisas boas no Brasil. Nós conservamos, sim, a família; nós conservamos a vida desde a concepção; nós conservamos a luta contra as drogas, que é um flagelo, um flagelo às famílias brasileiras. Nós somos conservadores, sim, e temos orgulho disso!

Agora, daí a que queiram fazer chacota na principal festa cultural do Brasil e uma escola homenageando o "descondenado", o atual Presidente da República, isso demonstra o desprezo que a esquerda tem aos conservadores brasileiros. Se eles quiseram ofender, deram um tiro no pé, porque, na verdade, nós temos é muito orgulho de sermos conservadores e nunca vamos esconder isso. Conservar o que é bom para a sociedade será sempre a nossa marca. Nós não queremos mesmo as famílias destruídas pelas drogas, nós não queremos as famílias destruídas por tanta mazela social que o nosso Brasil vive e também não queremos ver as nossas famílias e os nossos aposentados continuarem sendo roubados, como foram.

E eu, desde o início desta CPMI, Presidente, tenho falado aqui: não importa onde começou ou onde terminou, o que nos importa é passar a limpo. Roubo de aposentado? Não é a primeira CPMI que existe no Congresso Nacional, isso já existe desde os anos 2000. A roubalheira, cada vez mais, só se profissionaliza, entra governo e sai governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, pelos gráficos apresentados – e aqui quero fazer uma referência ao ilustre Relator, Deputado Alfredo Gaspar –, fica claro que, depois da volta do "descondenado", o atual Presidente da República, à cadeira, a roubalheira aumentou dez vezes mais em todas as instituições. E eu não estou aqui para buscar o culpado de quem deu a autorização ou de quem roubou. Todos que roubaram devem ser punidos, ao rigor da legislação.

Agora, o passado já ficou para trás. Eu, honestamente, espero que o passado, ilustre Relator e Presidente... que todos – todos –, sem exceção, sejam punidos – punidos – e presos para pagar.

Eu vi uma fala aqui anterior do atual Presidente da República, no painel, em que, sinceramente, é difícil acreditar, porque ele falou ali que tinha que investigar, que tinha que apurar. Ora, esta CPMI, Presidente, quantos Deputados e Senadores do PT assinaram para ela existir? Só um, o Contarato, o Senador; o resto, ninguém assinou. Desta CPMI, era para que V. Exa. e o atual Relator, que está fazendo um trabalho sério de investigação, não fossem os Presidentes. Já tinham até dado entrevista – outro Relator, outro Presidente –, como já estava sacramentada, numa articulação da oposição, que quer, sim, defender os aposentados do Brasil. Estão os senhores aí, agora, fazendo esse belo trabalho, que o Brasil aplaude de pé – o trabalho de V. Exas. e de todos os membros.

Agora, eu pergunto a V. Exa., e aí eu não sei quem pode me corroborar, eu tenho algumas informações... Como eu não sou membro efetivo, todos os dias... Nós temos aqui que foi falado que, neste momento, a gente ia começar a ir para cima dos bancos, que também têm participação na roubalheira. Aí, parece que se aprovou do BMG, é isso? O BMG foi aprovado para que o Presidente viesse.... Parece que foi aprovado o Daycoval, do Banco Pan e AgiBank. Também foram aprovados esses?

Aí eu pergunto, eu não sei se eu posso fazer uma pergunta ao Relator, Presidente, é minha última fala.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pode, pois não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Os demais bancos, Relator, C6... Quantos mais V. Exa. já detectou e nos falou ali? Eles foram convocados, os outros bancos? Foram autorizados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Foi trazido para cá o requerimento. O Presidente o botou em votação, e, por maioria, foram vedadas essas convocações. Ou seja, nós estamos com o mesmo nível de suspeita, uns bancos foram aprovados, e outros a base do Governo vetou.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – V. Exa. pode me dizer quais os bancos que foram vetados?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Posso.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Por favor...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – PicPay...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – PicPay.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... que tem aquela questão de que foi feito um produto num Governo Lula diretamente para o PicPay, envolveu por volta de 150 a 200 milhões; C6...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... Crefisa – Crefisa – e Santander.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Esses três foram blindados...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quatro.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Quatro, estes quatro bancos, PicPay, C6, Crefisa...

E qual o outro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Santander.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Santander.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... e Santander foram blindados pela base do Governo Lula.

É isso que V. Exa. está afirmando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Foram, mas...

Não só estou afirmando como os votos...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Os votos estão claros.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – ... estão claros.

Eu quero só dizer que eu reapresentei esses pedidos e estou pedindo ao Presidente para que venham para a sessão deliberativa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ou seja, mais uma vez parabéns ao Relator, que está dando uma chance àqueles que ocupam os microfones aqui falando que querem investigar, que querem defender os aposentados, mas ficam blindando. Porque, para mim, Presidente... E aí V. Exa. tem mais um acerto: não dá para a gente trazer aqui alguns bancos em detrimento de outros...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Exato.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... até porque vão acusar a CPMI de privilegiar alguns e outros não.

Então, ou nós vamos trazer todo mundo, ou fica uma sugestão a V. Exa.: traga o Presidente da Federação dos Bancos, que aí a gente possa tratar como federação, porque senão vão dizer que a gente quer aqui fazer proselitismo para banco A, B ou C. Quem se envolveu com roubo de aposentado, todo mundo tinha que estar sentado aí para dar explicações. A gente não pode blindar aqui ninguém.

E eu fico admirado com essa esquerda – que tanto fala que quer, sim, defender os aposentados – blindar o Lulinha depois de estar acusado, e agora a própria Polícia Federal está falando que ele tem, sim, participação, já quebraram o sigilo bancário dele, já estão indo para cima do Lulinha, e nós não podermos convocá-lo aqui, porque essa mesma base do Governo Lula blindou o filho do Lula para não vir aqui e ficam falando: "Não, se até meu filho estiver envolvido vai ter que dar explicação". Se tiver que dar explicação, manda os Deputados e os Senadores do PT e da esquerda e da base do Governo votarem aqui a favor. São hipócritas, mentem para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

povo brasileiro, mas nós, da oposição, não vamos deixar mentir. Nós, da oposição, não vamos ser seletivos aqui com os bancos.

E aqui quero terminar minha fala, Presidente, de verdade, dizendo aos aposentados e aposentadas do Brasil: o passado já roubaram. A esquerda que está governando o país está querendo enganar que está devolvendo esse dinheiro: não tem juros, não tem correção monetária; estão devolvendo para fazer uma enganação a alguns. E o pior: eu estou aqui desde o início dessa CPMI falando, existe outro grave problema para os aposentados – são os consignados. Eu tenho informação, Relator, de que tem consignados que têm juros de 18% a 23% ao mês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ora, nem agiota opera com uma taxa de juros tão desumana como essa.

E eu estou pedindo: Governo, emite uma medida provisória suspendendo! Mas o Governo que aí está, a esquerda, ele quer endividar o povo brasileiro – já está 80% da população brasileira endividada –, dando crédito, dando consignado para aposentado. Não importa o valor: se for 20%, 18%, 23% ao mês, ele quer endividar o povo, para dar uma sensação falsa ao povo brasileiro de que o país está bem economicamente. O país vai mal, é roubalheira para tudo que é lado, e eu espero que esta CPI cumpra o seu papel, como vem cumprindo até aqui.

Quero parabenizar mais uma vez o Relator e o Presidente e os membros, que, de maneira séria, não blindam ninguém nesta Casa.

Nós precisamos, na quinta-feira, Presidente, botar requerimentos aqui para votar, para mais uma vez expor essa base do desgoverno – que é um governo de farsa, um governo de hipócritas que, quando tem que votar para investigar, fica só acobertando os ladrões dos aposentados do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Deputado José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Pela ordem.) – Aqui nessa mesma sala nós ouvimos a mesma saraivada de mentiras. É incrível como eles mantêm o mesmo método. Ali estava sentado o Relator do *impeachment* de Dilma. Os fatos estavam claros e eles vinham aqui e distorciam tudo. Tinha agências contratadas para fazer filmes, e se portavam como verdadeiros atores, nessa sala aqui. Quase 15 anos depois, o mesmo *modus operandi*.

Hoje eu vi, aqui, simplesmente o sujeito chegar aqui e fazer uma narrativa linda, maravilhosa, e daí a pouco caiu por terra, como se fosse um castelo de cartas. Por quê? Ele se soltou, disse que era o "bolsomáster", que era do Bolsonaro, que era tudo. Aí, no primeiro desafio: "Então vamos assinar; assine aqui os requerimentos para a gente investigar tudo". Correram, correram! Então, caiu por terra tudo o que esses caras disseram aqui. Não à toa, Mão Santa dizia: "O PT, quando não está mentindo, está roubando; quando não está roubando, está mentindo". E é assim a tônica.

Outra coisa que chama a atenção: essa lista da Odebrecht, com mais de 200 nomes, eles não assumem. Os delatores confirmaram os nomes – confirmaram perante o juízo –, mas eles usam isso seletivamente. Recentemente Gilvan – o Deputado Gilvan – tomou três meses de suspensão. Por quê? Porque falou... Gilvan. Tinha um apelido lá, "Amante", e ele disse que não sabia quem era. Pronto, automaticamente foram lá, e Gleisi assumiu que o apelido era dela, e pau no Gilvan.

Na hora de responder o crime: "Não, não sou eu".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Na hora de usar contra os adversários: "São eles". Então, essa é a retórica.

Começaram essa CPI aqui falando que era do Bolsonaro. Explodiu: estão aí todos os gastos, para todo mundo ver; o escândalo era deles. E agora nós temos aqui essa situação em que o escândalo começa lá na Bahia. O Banco Master, chegaram, Relator, a mais de 70% que poderiam descontar na folha, logo após privatizar, e eles vêm dizer que é de Bolsonaro. Mas o que nos pasma, para encerrar, é dizer assim, quantas reuniões Bolsonaro teve com o Daniel Vorcaro? Nenhuma. Quantas Lula teve? Quatro. Quantas reuniões Alexandre de Moraes teve com o Daniel Vorcaro? A imprensa mostrou aí quantas. Quanto Michele Bolsonaro recebeu de contrato do Banco Master? Zero. Quanto Viviane Barci...? Qual era o valor que a imprensa anunciou? Cento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

vinte e nove milhões. Então, só para deixar que Bolsonaro não tem nada a ver com isso aqui e que as narrativas cada dia são piores e é uma montanha de mentira que todo dia a gente tem que ouvir aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Ribeiro Neto.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fiz questão de ficar aqui, até o final desta audiência da CPMI. Estive numa reunião, hoje, com V. Exa. pedindo para me fazer presente, para que eu pudesse entender e contribuir com esta CPMI, que tem feito um grande trabalho. V. Exa., junto com o Relator Alfredo Gaspar, tem feito um grande trabalho. Eu quero ressaltar e parabenizar o trabalho que vocês têm feito.

E quero dizer que estou aqui para somar, eu venho para cá para me colocar à disposição desta Comissão, tendo um compromisso primário com a legalidade, com os princípios constitucionais e também com a verdade. O que o povo brasileiro precisa não é dessa briga política. Amanhã ou depois, se Lula ou Bolsonaro estiverem envolvidos nessas mazelas, nesses desvios, como é que vai ficar a cara de muitos colegas Parlamentares que vieram aqui e defenderam como se fosse uma torcida mesmo de uma final de Copa do Mundo? Sabe? Então, eu respeito a opinião, respeito a ideologia de cada um dos colegas que me antecederam, mas eu tenho uma visão um tanto mais – como é que eu posso dizer? –, um tanto mais pragmática, um tanto mais me atendo aos fatos. Então, até o desfecho dessas investigações, até o desfecho do que realmente está sendo apurado, eu prefiro me manter sem me colocar ao lado de político A ou de político B. Eu não tenho político de estimação. O que me trouxe para a política foi a vontade de servir, foi a vontade de fazer pelas pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – Enquanto Vereador de São Luís, eu bati recordes. Tem muita gente que diz que pato novo não mergulha fundo, mas eu cheguei como Vereador da capital do Estado do Maranhão, aprovei 113 leis em um único mandato. E não é lei de dia disso e de dia daquilo; aprovei o fundo de combate ao câncer, o Bolsa Atleta São Luís e muitos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

dispositivos. Claro que aqui a pauta é outra, mas só estou me colocando à disposição e mostrando quem é o Ribeiro Neto, não só para São Luís, para o Maranhão, mas para todo o Brasil.

Eu estou aqui para somar com V. Exa. Eu tenho visto a probidade do seu trabalho, a vontade que o senhor tem de fazer a coisa acontecer e de a verdade aparecer, e que todos os responsáveis que vieram a participar, da maneira ínfima que seja, desse desvio de dinheiro dos aposentados e pensionistas, que venham a ser responsabilizados e venham a ser presos. A gente tem que mostrar nesta CPMI, Presidente, que o Brasil não é o país da impunidade, que o Brasil é o país da verdade, que aqui tem cidadãos homens e mulheres que prezam pela verdade e que querem que o Brasil seja um país cada vez mais próspero e um lugar em que a gente possa bater no peito dizer: "A gente é brasileiro, a gente mora neste país e a gente entende que lá no Congresso tem pessoas – tem homens e mulheres – que estão lá, lutando por nós".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – Então, Presidente, parabéns mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. RIBEIRO NETO (Bloco/PRD - MA) – E mais uma vez, como eu lhe disse pela manhã, eu me coloco à disposição desse grande trabalho que V. Exa., assim como o Deputado Alfredo Gaspar, tem feito nesta CPMI. Não é para mim, não é para o senhor, não é para esta Câmara, é para todo o país. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Deputado Ribeiro Neto, o mais novo representante do Estado do Maranhão.

Quero que a Secretaria faça constar, na ata e nas anotações, o laudo médico emitido pelo Dr. Rodrigo Felipe Marques com relação ao estado de saúde da nossa depoente de hoje, Sra. Ingrid Pikinskeni Morais Santos. Consta do laudo que ela apresentou uma emergência médica, necessitando de atendimento imediato. A paciente foi atendida e não apresenta condições de prosseguir com o depoimento. As causas, naturalmente, são mantidas em sigilo – por uma questão até de legislação –, mas fica colocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a lista de oradores, vamos para o encerramento da nossa sessão, e eu quero aqui fazer um apelo a todos os Srs. Parlamentares: quem pagou a vida inteira não pode ser descartado na velhice. Senhoras e senhores, eu peço a cada um, todos nós, que paremos por um instante e pensemos fora da política. Vamos lembrar como esta CPMI começou. Não teve início por vaidade, não começou por disputa ideológica, não foi para ser palco político. Começou porque brasileiros estavam sendo lesados, começou porque havia indícios graves desse crime, começou porque havia dor de verdade na vida das pessoas que trabalharam uma vida inteira pelo país. Pensem em um trabalhador que acordou às cinco da manhã por 30, 40 anos; pegou ônibus lotado; trabalhou doente; foi para a roça com enxada, com trator; pagou INSS todo mês, acreditando que estava construindo uma proteção para a velhice. Essa gente trabalhadora nunca pediu privilégio, só pediu segurança. Agora, imaginem esse mesmo trabalhador, já idoso, olhando o extrato e vendo descontos que ele nunca autorizou, sem aviso, sem explicação, sem defesa. Isso não é número, gente; isso é dor, isso é crime!

Quando falamos em bilhões, parece distante, mas esses bilhões significam cirurgias que poderiam ter sido feitas, hospitais que poderiam ter sido equipados, benefícios que deveriam ter sido pagos integralmente. Esse dinheiro saiu do bolso de quem ganha um salário mínimo, de quem tem uma aposentadoria que a cada ano fica menor, porque a correção não é correta, não é justa e, muitas vezes, não é honesta.

De um lado, aposentados que mal conseguem pagar um advogado; de outro, escritórios milionários buscando brechas da lei – e têm sido bem-sucedidos. Essa balança precisa voltar ao equilíbrio, e é por isso que esta CPMI existe. Não para servir de arena, não para medir força entre Governo e Oposição, mas para dar uma resposta a quem confiou no Estado e se sentiu traído.

O país está assistindo, o país está nos vendo, senhores! Quase 1 milhão de brasileiros acompanham cada sessão. Eles não querem espetáculo, eles não querem justiça sendo feita de forma incorreta. Por isso, eu faço um apelo firme aos Parlamentares desta CPMI: vamos parar de nos digladiar. Cada minuto de briga política aqui dentro é um minuto a menos dedicado às vítimas lá fora. Se nós desviarmos o foco agora, estaremos traindo o motivo que nos trouxe até aqui. Eu peço que cada Parlamentar faça uma pergunta simples a si mesmo: estou aqui para defender posição política ou estou aqui para defender o aposentado que confiou no sistema, o país que infelizmente foi traído por esses grupos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, o que o povo brasileiro espera de nós não são gritos, espera grandeza, espera que as nossas causas sejam causas de um país que quer crescer, que quer passar a limpo toda essa impunidade, um país que quer ver corruptos na cadeia, um país que quer investigação séria. Vamos assumir publicamente, neste momento, que o único compromisso desta Comissão é com a verdade, é com as vítimas. Se o foco sair delas, dessas vítimas, esta CPMI perde a razão de existir.

Há bilhões de reais desviados envolvidos, senhores e senhoras. Há influências que precisam ser esclarecidas, há tentativas de atrasar, de empurrar, de dificultar, mas não podemos permitir blindagens. Quem pagou a vida inteira não pode ser tratado como descartável na velhice. Nós temos que lutar contra todo esse bloqueio que hoje tenta impedir que esta CPMI avance, mas eu digo com muita clareza a cada um que nos assiste: nós não vamos recuar um passo. A CPMI pode, às vezes, não avançar na rapidez que a gente quer, mas a CPMI tem um objetivo muito claro, que é investigar, dar respostas, e é isso o que eu e o Relator temos feito aqui, juntamente com os Srs. Deputados e Senadores.

O Estado não pode ser forte para cobrar e fraco para proteger. Se houve erro, precisa ser esclarecido. Se houve crime, precisa ser responsabilizado. Não importa o sobrenome, o parentesco, não importa a influência, não importa o poder econômico: é de gente que vem aqui como laranja, esposas que se dizem traídas, quando assinaram documentos que não sabiam do que se tratava, a banqueiros que pagam bancas milionárias para a covardia de não aparecer nesta CPMI.

Daqui a alguns anos, ninguém vai lembrar quem venceu uma discussão nesta sala, mas o Brasil vai lembrar se esta CPMI teve coragem ou se teve medo. Esta não é uma luta de partidos, não é uma luta de Governo, é uma luta da República. Eu peço maturidade, peço responsabilidade a cada um de nós. Peço compromisso 100% com as viúvas, com os órfãos e com os aposentados – o objetivo da nossa permanência aqui, até esta hora. Estas pessoas trabalharam a vida inteira, gente, sustentaram este país, pagaram impostos; não merecem ser roubadas e não merecem ver o Parlamento dividido enquanto aguardam justiça. Enquanto eu estiver na Presidência desta Comissão, o foco será um só: defender quem sustentou o Brasil com o próprio suor, com uma vida inteira e que espera muito do nosso trabalho.

Obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 26 de fevereiro, às 9h da manhã, para as oitivas previstas de Paulo Otávio Montalvão Camisotti e Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual pelo Maranhão.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO INSS - 2025 DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Viana e Duarte Jr., reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Jussara Lima, Sergio Moro, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Humberto Costa, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Magno Malta, Teresa Leitão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Damares Alves, Tereza Cristina, Coronel Fernanda, Coronel Chrisóstomo, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar, Damião Feliciano, Átila Lira, Cleber Verde, Ricardo Ayres, Romero Rodrigues, Bia Kicis, Kim Kataguiri, Evair Vieira de Melo, Paulo Pimenta, Alencar Santana, Neto Carletto, Rogério Correia, Ribeiro Neto, Marcel van Hattem, Luiz Lima, Julia Zanatta, Orlando Silva e Mauricio Marcon. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Sidney Leite e Beto Pereira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e trinta e nove minutos e reaberta às doze horas e nove minutos. A reunião é suspensa às treze horas e hum minuto e reaberta às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e vinte e sete minutos e reaberta às dezesseis horas e trinta e dois minutos. A reunião é suspensa às dezesseis horas e quarenta e três minutos e reaberta às dezessete horas e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. A deliberação ocorreu em bloco, em razão da aprovação dos Requerimentos 3127 e 3128/2026. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 2842 de 2025** que: "Requer a representação pela decretação da prisão preventiva de ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2880 de 2025** que: "Requer informações sobre a empresa Zema Crédito, Financiamento e Investimento S/A, CNPJ: 05.351.887/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 4 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3015 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Chagas Faierstein, informações detalhadas do histórico completo de decolagens, pousos, destinos e lista de passageiros referentes às seguintes aeronaves, todas registradas em nome da empresa Viking Participações Ltda. (CNPJ n.º 07.875.796/0001-75), cujo sócio fundador é o empresário Daniel Bueno Vorcaro." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 3049 de 2026** que: "Requer que sejam solicitadas informações ao INSS referentes às recentes apurações da autarquia sobre os descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas e concessão ilegal de empréstimos consignados." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 3102 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Chagas Faierstein, informações e documentos relativos à aeronave de matrícula PP-NLR, modelo EMB-135BJ, operada pela empresa PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA e vinculada à FRACTION 024 ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A., desde 01/01/2015." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 3103 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelos Sócios e Administradores da PRIME AVIATION TAXI AEREO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 23.568.370/0001-25, ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO, RODOLFO GARCIA DA COSTA, MARCUS VINICIUS DA MATA, informações e documentos relativos à aeronave de matrícula PP-NLR, modelo EMB-135BJ, operada pela empresa PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA e vinculada à FRACTION 024 ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A., desde 01/01/2015." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 3115 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do INSS, Gilberto Waller Junior, informações e documentos sobre os controles sistêmicos do Sistema e-Consignado e sobre os danos causados a segurados em decorrência de irregularidades em empréstimos consignados." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 3116 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da DATAPREV, Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção, informações e documentos sobre os controles sistêmicos do Sistema e-Consignado e sobre os danos causados a segurados em decorrência de irregularidades em empréstimos consignados." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 3118 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, informações e documentos referentes à constituição do Programa Meu INSS Vale+." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 657 de 2025** que: "Requer a convocação de André Luis Dantas Ferreira." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 758 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. André Luis Dantas Ferreira (André Moura)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1315 de 2025** que: "Requer a convocação de André Luis Dantas Ferreira, político." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 2881 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 2882 de 2025** que: "Requer a convocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senhor Gustavo Marques Gaspar, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 2520 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Gustavo Marques Gaspar, empresário e ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), como testemunha." **Autoria:** Deputada Coronel Fernanda. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 2785 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master S.A. e atual controlador do Banco Pleno (antigo Banco Voiter)." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 2953 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex - CEO do Banco Master S.A. e atual controlador do Banco Pleno, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 2969 de 2026** que: "Requer a convocação do Sr. Augusto Ferreira Lima." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 3050 de 2026** que: "Requer a Convocação do senhor AUGUSTO FERREIRA LIMA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 3068 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-CEO do Banco Master e atual controlador do Banco Pleno (antigo Banco Voiter), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 3030 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor MARCIO ALAOR DE ARAUJO, para prestar depoimento perante estaComissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1485 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Márcio Alaor, gestor do Banco BMG." **Autoria:** Deputada Bia Kicis. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1493 de 2025** que: "Requer a convocação do Senhor Márcio Alaor de Araújo, executivo do banco PicPay." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1500 de 2025** que: "Requer a convocação do Sr. Márcio Alaor de Araújo." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1736 de 2025** que: "Requer a convocação do sr. Mario Roberto, presidente do Banco Santander." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 3034 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Mario Roberto Opice Leão, CEO do Banco Santander S.A., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 3035 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Marcelo Kalim, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1737 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Leila Mejdalani Pereira, Presidente do Banco Crefisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos." **Autoria:** Deputado Sidney Leite. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 3036 de 2026** que: "Requer a convocação da Senhora LEILA MEJDALANI PEREIRA, Presidente do Banco Crefisa S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 3067 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1815 de 2025** que: "Requer a convocação da Sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS." **Autoria:** Deputado Kim Kataguiri. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 3113 de 2026** que: "Requer a convocação da Sra. Lea Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional do Seguro Social." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 2564 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GUSTAVO MARQUES GASPAR, CPF nº 780.238.663-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 2577 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO MUNIZ LEITE, CPF nº 043.526.218-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 2607 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A, CNPJ nº 34.841.787/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 2608 de 2025** que: "Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FOLIUMED BRASIL - IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 31.217.077/0001-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 2619 de 2025** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, CPF nº 499.705.808-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Paulo Pimenta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 2696 de 2025** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira RIFS) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALTON CARDOSO LIMA JÚNIOR, CPF nº 013.054.456-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 2910 de 2026** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Rodrigo Moraes, CPF nº 226.362.728-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 2939 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Fabio Luis Lula da Silva, CPF nº 262.583.758-63, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 2941 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 2942 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Roberta Moreira Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 3037 de 2026** que: "Requer a convocação do Senhor Eduardo Chedid, CEO do PicPay Instituição de Pagamento S/A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 2946 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), bem como que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal de LUCIANO FRACARO, CPF nº 007.214.349-59, pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alencar Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 2949 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 2955 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 2954 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referentes ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 2956 de 2026** que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referente ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2957 de 2026 que: "Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 2958 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Marcel van Hattem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 2976 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa RL Consultoria e Intermediações LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 2977 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Elephant II Produções LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 3031 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se àquebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MARCIO ALAOR DE ARAUJO, CPF nº 299.046.336-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 3032 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HERBERT KRISTENSSONMENOCCHI, CPF nº 214.447.848-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2026." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 3038 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Gaia Enterprise LLC, CNPJ nº 59.559.140/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 3055 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE, CNPJ nº 07.164.985/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 3056 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público - ABAMSP, CNPJ nº 00.100.451/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 3057 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, CNPJ nº 08.812.425/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 3058 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (rifS) e A quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - SINDAPB, CNPJ nº 08.859.823/0001-89, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 3059 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG - UNIDOS, CNPJ nº 08.474.765/0001-75, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 3060 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, CNPJ nº 12.675.296/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 3061 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF, CNPJ nº 08.427.212/0001-61, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 3062 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores – SINDIAPI-UGT, CNPJ nº 11.509.421/0001-69, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 3063 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB, CNPJ nº 23.713.047/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 3064 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI-CUT, CNPJ nº 04.077.473/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 3065 de 2026** que: "Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mogi-Guaçu - SINTRAAPI, CNPJ nº 04.506.612/0001-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 3072 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa COOPTEC COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES EM CONSULTORIA, INSTRUTORIA E EDUCACAO, CNPJ nº 30.533.510/0001-95, referentes ao período de 23 de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 3073 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa M. N APOIO ADMINISTRATIVO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 55.494.277/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 3074 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MANOEL ANICETO DOS SANTOS NETO, CPF nº 485.697.338-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 3075 de 2026** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que procedase à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CSS LOCACAO DE VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 57.527.587/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 3076 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HARAN SANTHIAGO GIRAO SAMPAIO, CPF nº 010.408.113-96, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 3077 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PIMA ENERGIA CEGONHA LTDA, CNPJ nº 28.273.599/0001-56, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 3078 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AGROPECUARIA PKST LTDA, CNPJ nº 45.543.686/0001-03, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 3079 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION SERVICOS DE LOCACAO E APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 52.028.203/0001-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 3080 de 2026** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IMPACTO SERVICOS DE APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 52.027.895/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 3081 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa S&D AGROPECUARIA E ANÁLISES TECNICAS LTDA, CNPJ nº 40.515.194/0001-82, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 3082 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION SERVICOS ESPECIALIZADOS EM APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ nº 40.515.415/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 3083 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AGROPECUARIA E MINERACAO LAGOA ALTA LTDA, CNPJ nº 37.511.054/0001-21, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 3084 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa XAVIER FONSECA CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 51.345.816/0001-98, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 3085 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAZENDA MONTE ALEGRA LTDA, CNPJ nº 51.356.688/0001-88, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 3087 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP FERROV DO RJ, CNPJ nº 34.066.944/0001-83, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2021." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 3088 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE, CNPJ nº 17.370.842/0001-38, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2021." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 3091 de 2026** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, informações e envio de documentação sobre relatórios, notas informativas, notas de auditoria e quaisquer outros documentos, incluindo papéis de trabalho, relativos aos empréstimos consignados, abarcando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que já tenham sido enviados ao INSS, em adição às solicitações anteriormente aprovadas pela comissão." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 3092 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO CESAR ROXO RAMOS, CPF nº 154.151.711-34, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 3093 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASTER – IDEIAS E CONSULTORIA, CNPJ nº 36.944.589/0001-23, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 3094 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa DOPPIA -PUBLICIDADE, MARKETING DIGITAL E COMUNICACAO INTEGRADA, CNPJ nº 37.922.220/0001-82, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 3095 de 2026** que: "Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASSARANDUBA CONSULTORIA, CNPJ nº 48.660.729/0001-10, referentes ao período de 1º de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2025." **Autoria:** Deputado Alfredo Gaspar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Realização de oitivas. Oitiva do Edson Cunha de Araújo, Deputado Estadual, em atendimento aos requerimentos 180/2025, 487/2025, 523/2025 e 1033/2025; do Paulo Otávio Montalvão Camisotti, Empresário, em atendimento ao requerimento 2177/2025; do Cecílio Galvão, advogado, em atendimento ao requerimento 2787/2025. **Resultado:** Realizada a oitiva do Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti. O Sr. Edson Cunha de Araújo não compareceu amparado por decisão do Ministro André Mendonça. O Sr. Cecílio Galvão também não compareceu e foi determinada a sua condução coercitiva para a reunião seguinte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS - 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/02/26

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos os senhores e senhoras.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, de 2025, que se realiza nesta data, 26 de fevereiro do corrente ano.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da 31ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2026.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Congresso Nacional*.

Quero comunicar à Comissão que o Deputado Edson Cunha de Araújo, estadual pelo Maranhão, convocado para prestar depoimento nesta data de hoje, apresentou petição para suspender a oitiva em razão de questões de saúde e por conta de cautelares determinadas pelo Ministro André Mendonça, como a proibição de se ausentar do município e de aproximar-se do Deputado Duarte Jr.

Destaca-se que o depoente havia sido convocado anteriormente, mas não compareceu, alegando questões médicas, apesar de ter se recusado a participar da videoconferência da perícia pela Junta Médica do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no *Habeas Corpus* 2268124, o Ministro Flávio Dino manteve a obrigatoriedade do comparecimento.

Assim, esta Presidência, após a análise da documentação apresentada, decidiu indeferir a petição e manteve o depoimento agendado para hoje. Entretanto, na Petição 14.462, o Ministro André Mendonça decidiu pela faculdade do comparecimento do Sr. Edson, pelas mesmas razões já apresentadas em casos semelhantes. Diante da decisão, os advogados informaram à Secretaria que o depoente não irá comparecer a esta reunião, uma vez que foi desobrigado de aparecer. Esta Presidência também recorrerá da decisão do Ministro André Mendonça à turma do Supremo Tribunal Federal para que a gente possa fazer oitiva em outra data a ser marcada.

O Sr. Cecílio Galvão foi ostensivamente convocado por telefone, correspondências, *e-mails* e aplicativo de mensagens. Apesar disso, o convocado não atendeu à convocação, tendo respondido apenas ontem, às 9h22 da noite, alegando compromissos profissionais e que se considera impedido a prestar depoimento. Diante disso, solicito que a Secretaria adote imediatamente os procedimentos para a condução coercitiva do Sr. Cecílio Galvão, na forma da Lei 1.579, de 1952.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Eu pediria a V. Exa. para que a gente pudesse fazer um minuto de silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... em solidariedade àqueles que sofrem lá na Zona da Mata Mineira, V. Exa. conhece bem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... especialmente Juiz de Fora e Ubá, onde vários já faleceram pelo resultado das fortes chuvas, e que a gente fizesse um minuto de silêncio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

em solidariedade tanto aos parentes das vítimas quanto àqueles que estão desabrigados em nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Eu posso acrescentar aqui ao pedido do Deputado Rogério Correia as vítimas também do Estado de São Paulo, do litoral, Ubatuba, que também foram atingidas pelas chuvas, e as vítimas?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Um minuto de silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, só aproveitando também, acrescento os maranhenses que saíram do nosso estado para o Sul e também faleceram em razão de acidente de trânsito.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Temos aqui um requerimento de votação em globo para apreciação de todos os itens previstos na pauta hoje... Requerimentos da situação do Governo 3.127 e 3.128.

Vou abrir a palavra aos Líderes para que possam defender os requerimentos ou contradizê-los.

Para defender, Deputado Marcel Van Hattem, com a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... esse é um requerimento de votação em globo de todos os requerimentos. E aqui eu lhe digo, com muita tranquilidade, que, se fosse do interesse a investigação e a celeridade, essa oposição votaria favoravelmente a este requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e passaria imediatamente também à votação de todos os demais requerimentos apresentados de convocação, de quebra de sigilo do Banco Master e de outras instituições financeiras envolvidas, mencionadas ou apontadas nessa roubalheira do INSS.

No entanto, Sr. Presidente, o que vemos aqui é uma estratégia de blindagem, uma estratégia engendrada pelo Governo do PT, pelos apoiadores do Lula, para, em lugar de aprovar tudo com celeridade e, de uma vez, fazer com que todos os requerimentos pautados por V. Exa., que é o dono da pauta e merece nosso respeito pelo trabalho que faz aqui nesta Comissão... O que querem, no entanto, é enterrar tudo de uma vez. É, sim, senhor! Quem está nos acompanhando de casa saiba: a estratégia do PT é enterrar não apenas os requerimentos apresentados, mas esta CPMI, que, aliás, nunca contou com o apoio do PT, nunca teve assinatura dos Deputados do PT para a sua instalação e, entre os Senadores, apenas um apoiou a criação da CPMI. E aqui a gente vê uma estratégia de blindagem – lamentavelmente bem-sucedida – de vários nomes que são fulcrais não apenas para a elucidação desse caso escandaloso de corrupção, mas também para que nós cheguemos aos responsáveis e haja justiça neste país.

Relator, Deputado Alfredo Gaspar, eu me solidarizo com V. Exa., porque vi a indignação na reunião passada de quem vê a desonestidade, muitas vezes, triunfar e a injustiça prosperar, mas V. Exa. tem feito o trabalho dos justos, dos certos, como estamos fazendo nós aqui da oposição e todos os brasileiros que querem que esta CPMI não acabe em pizza. Aliás, isso já não vai acontecer, porque vários dos envolvidos estão presos, graças ao trabalho desta CPMI, e muitas linhas de ação tomadas inclusive pelas autoridades judiciárias e policiais foram decorrentes do trabalho realizado por V. Exa., Deputado Alfredo Gaspar, e os demais membros desta Comissão.

Agora, aqui se veem, mais uma vez, aqueles que, inclusive, no início dos trabalhos antes da abertura desta reunião, nos trabalhos ainda de conversas preambulares, tiveram o desplante de dizer que queriam acabar com a blindagem que a oposição estaria fazendo. Como é possível, Senador Rogerio Marinho, a oposição blindar se está justamente querendo aprovar os requerimentos de convocação, por exemplo, de Augusto Lima? E quebra de sigilo do Banco Master, convocação do Lulinha, do Frei Chico, irmão do Lula, do Gaspar – não o seu parente, porque não é, mas aquele que também esteve envolvido nessa roubalheira.

Então, Sr. Presidente, a oposição orienta contra a votação em globo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É uma estratégia do Governo apenas de enterrar essa CPMI, e nós não vamos permitir que isso aconteça. Nós votaremos contra a votação em globo. Se for necessário ficarmos até 2h, 3h da manhã, até a manhã seguinte votando um por um os 80 requerimentos, assim faremos. Estaremos aqui, porque quem quer investigar, quem quer chegar à verdade, não faz por onde; vai até o final. E este é o objetivo desta oposição.

Portanto, contra esse requerimento de votação em globo. Sr. Presidente, a oposição vai orientar todos os Parlamentares aqui presentes a votarem conosco, para que essa investigação possa acontecer e os requerimentos sejam aprovados um a um, todos eles muito importantes para que a investigação chegue, ao fim e ao cabo, com a punição que todos nós esperamos daqueles que roubaram dos nossos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputado.

Para defender o requerimento, Líder Pimenta.

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Randolfe Rodrigues, pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, quem quer chegar à verdade não faz investigação seletiva; investiga a todos. A razão do requerimento que a Liderança do Governo protocola é porque tem um conjunto de requerimentos pedido pelo Líder Pimenta e pedido pelos Parlamentares da base de apoio ao Governo que não foram simplesmente pautados.

Vamos falar um pouco desses requerimentos?

Fabiano Campos Zettel. Todos sabem quem é o Sr. Zettel. Queremos chegar até o Master? Vamos colocar o Sr. Zettel aqui para prestar depoimento e, junto com o depoimento dele, vamos quebrar os sigilos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romeu Zema Crédito. A instituição do Sr. Romeu Zema recebeu crédito do Auxílio Brasil, ela contribuiu com consignados no Auxílio Brasil. Nós não queremos chegar até os consignados? Temos uma empresa consignada aqui de um Governador de Estado, que foi beneficiada pelo Auxílio Brasil, que ganhou milhões, bilhões no Auxílio Brasil. Por que não está aqui a quebra de sigilo dessa empresa? Por que não convocamos o Sr. Romeu Zema?

Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal – esse dispensa apresentações. Queremos chegar ao Master? Temos que chegar até o BRB. Temos que chegar até o BRB, ao Banco de Brasília, e por isso não está pautado aqui o Sr. Nelson Antônio de Souza, Presidente do BRB.

E por que, se nós queremos chegar até o Master, queremos chegar até os esquemas de consignados, que, eu repito... Esse esquema, o Master, começa com o Máxima. Era um sub-banco entre 2017 e 2018. Foi sob Roberto Campos Neto, com a chancela dele e de Paulo Guedes, que ele entrou no sistema financeiro. Aliás, por entrar no sistema financeiro, entrou com vontade, meu colega Rogério. Contribuiu financeiramente com as campanhas de Tarcísio de Freitas e de Bolsonaro: foram R$2 milhões para cada uma dessas campanhas. E por que não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Desculpe, R$3 milhões. E por que não chamar? Queremos investigar de fato.

Por que a gente não chama a D. Letícia Caetano dos Reis, que é a Gerente, a Coordenadora do escritório de Flávio Bolsonaro? É porque é seletivo? É porque ontem Flávio Bolsonaro, em uma anotação, disse que, em algum estado, tem alguns que o defendem demais? É por isso que nós não vamos chegar até a D. Letícia Caetano dos Reis? É por isso que não vamos quebrar o sigilo dela? É por isso que não vamos quebrar o sigilo bancário e fiscal dela?

Aliás, se chegamos à Coordenadora do escritório do Sr. Flávio Bolsonaro, que é irmã de sócio do Careca e tem relações com o Sr. Careca, que é o principal astuto desse esquema criminoso... se nós não chegamos até a Sra. Letícia, por que não podemos chegar no próprio Senador Flávio, já que ele está no escritório dela? Então, a gente quer investigação que atinja Chico e que atinja Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero as argumentações reais para nós querermos infringir a Constituição da República, art. 60, §5º: não pode uma mesma matéria ser apreciada na mesma sessão legislativa. Estão querendo colocar de novo requerimentos que já foram votados e rejeitados, e não querem investigar essas pessoas? Tem uma lista de pessoas colocadas pelo Líder Pimenta. Por que não as investigamos? Por que não quebramos esses sigilos? Todos os que têm a ver com os esquemas do Banco Master, que têm a ver com os consignados.

Aliás, sobre consignados, tem também o Sr. Onyx e o Sr. Pietro Lorenzoni. O Sr. Onyx Lorenzoni, por que a gente não quebra o sigilo do Sr. Onyx Lorenzoni? Justamente ele, que recebeu uma doação do Sr. Felipe Macedo, que é da Amar Brasil, que é uma das principais empresas, uma das principais instituições do esquema. O filho dele é advogado de uma outra empresa. Por que não?

Investigação de verdade não pode ser seletiva. Não pode ser só por um lado. Não pode ser querer colocar de novo requerimentos que já foram rejeitados aqui, infringindo não é o Regimento Interno, não: é a Constituição da República, no seu art. 60, §5º. Mas investigar essas pessoas? "Não. Não vamos avançar com a investigação para essas pessoas." Não somos nós que estamos querendo melar esta CPI. Na verdade, esta CPI está querendo descambar, nesse seu epílogo, só para um lado, só para uma posição e não investigar todos. Investigação seletiva não é investigação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Para contradizer, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, às vezes a gente fica um pouco cansado de repetir os mesmos argumentos, mas é importante que aqueles que nos acompanham e aqueles que têm memória possam compulsar as reuniões anteriores para verificarem e avaliarem se as palavras aqui proferidas têm assertividade, são reais, são concretas ou continuam a cortina de fumaça deliberada de um Governo ferido, acabrunhado, exposto, eviscerado, um Governo que literalmente mostrou as suas entranhas. Na verdade, nós já sabíamos que os mesmos métodos, os mesmos protagonistas, a mesma forma de agir dos últimos 14 anos iriam se repetir neste final de Governo do Partido dos Trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Nesse caso específico do INSS, nós temos a cúpula, a espinha dorsal, a base, a estrutura do INSS que está nas grades, senhores. Vamos lembrar: o Diretor de Benefícios, o Procurador, o Presidente do INSS, todos funcionários de carreira prestigiados e distinguidos ao longo dos últimos 15 anos com cargos de relevância nos Governos do Partido dos Trabalhadores. Estes senhores, identificados e pegos com a boca na botija, claramente se beneficiaram e beneficiaram uma estrutura política podre, carcomida, putrefata, essa estrutura que roubou, assaltou, espezinhou o trabalhador brasileiro, em especial os mais frágeis: os aposentados.

Senhores, ao longo de quase quatro meses, mais de 80 requerimentos foram rejeitados pelo Partido dos Trabalhadores, que não assinou esta CPI, que não quis a sua prorrogação e não quer a sua prorrogação. Ouvimos há pouco, inclusive, um dos seus representantes falar nos seus estertores, no final. Não! Nós queremos a prorrogação, porque apenas a primeira página foi aberta desse livro que mostra um quadro horrendo, que são justamente os descontos associativos, que, graças a Deus e apesar dos esforços do PT, foi sepultado. Agora, vêm os consignados, e aí nós temos um outro cadáver a ser exumado, que está fedendo muito, porque ele começa no centro de onde o PT é mais forte, que é a Bahia.

Quando se fala aqui de seletividade, nós queremos, sim, quebrar – aliás, foi o que aconteceu na semana anterior – o sigilo da banda que toca o Sr. Vorcaro, mas também do Sr. Augusto Lima, ambos, um e outro, porque nós não temos seletividade nesse processo.

E o que o PT faz, como fez ontem na CPI do Crime Organizado? "Não, vamos buscar aqui os ex-Ministros do Presidente Bolsonaro na questão das ações que foram implementadas durante a CPI da covid." Este Governo vive com um retrovisor muito maior do que o para-brisa, tem uma amnésia ou uma memória seletiva. O Brasil tem muita falta de sorte, porque, neste século XXI, são quase 20 anos de Governo de PT. Então, o atraso, a corrupção, o aparelhamento da máquina pública, todas as mazelas que, infelizmente, nós carregamos existem em função...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... de um Governo que não consegue virar a página e de um Presidente que está, infelizmente, com ódio, com rancor no coração, porque a população o rejeita, o repugna, não o aceita, e os seus índices de popularidade descambam, desabam, pela maneira como ele mal-administra o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Esses requerimentos, senhores, que são quase 80, nós queremos discutir um a um, para que a sociedade saiba o que representa cada um desses requerimentos e o seu embasamento e possa, inclusive, distinguir, separar o joio do trigo. Porque, quando se pede, por exemplo, aqui a convocação do Sr. João Roma, é por quê, se ele sequer é sócio da empresa ou é funcionário da empresa? Como um mero gesto retaliatório. Vamos fazer a discussão. Estaremos, inclusive, dispostos a votar favoravelmente, mas vamos discutir para as pessoas saberem. E por que não querem convocar os demais? Por que não querem quebrar o sigilo dos outros? Porque escondem as tenebrosas transações, que precisam vir à luz do dia.

Muita coisa ainda vai acontecer, não tenho dúvida. Apesar dos esforços, serão debalde. A população terá da nossa Comissão, da Justiça e, sobretudo, da justiça divina a oportunidade de ter, para todos nós, a luz do Sol, Sr. Presidente, que é o maior dos desinfetantes.

Então, peço a V. Exa. que rejeite o pedido de votação em globo e que nós possamos fazer a votação de um a um.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para defender o requerimento, Líder Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esta Comissão e a Polícia Federal conseguiram avançar muito na investigação sobre o roubo do INSS. Bilhões de reais roubados de milhões de aposentados e aposentadas, a partir do esquema criminoso montado dentro do Governo Jair Bolsonaro, a partir de 2021.

Isto não é narrativa, Sr. Presidente; isto é fato. A mudança das portarias, dos decretos, as digitais de Jair Bolsonaro, de Paulo Guedes, de Onyx Lorenzoni, de José Carlos Oliveira...

Portanto, Sr. Presidente, chegou a hora de a gente chegar nos mandantes desse esquema criminoso.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Lulinha.

(*Soa a campainha*.)

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Em primeiro lugar, são cinco minutos; não são dois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Prossiga, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas são cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Foram cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, mas estava marcando dois ali, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente, se alguém me interromper, eu vou parar de novo. Tá, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Se alguém me interromper, eu vou parar de novo.

Então, Presidente, o Brasil já sabe, já sabe quem é que montou o esquema criminoso.

Por exemplo: qual foi o único ministro que recebeu dinheiro na campanha eleitoral do esquema criminoso? O Onyx Lorenzoni, Ministro da Previdência do Bolsonaro.

Sr. Presidente, quais foram as duas únicas campanhas eleitorais que receberam milhões de reais de pessoas investigadas? Quem foi, Presidente? Jair Bolsonaro e Tarcísio Freitas. O maior contribuidor? Zettel, cunhado do Vorcaro.

Vocês lembram que os "*golden boys*" foi que pagaram a festa, no estádio do Palmeiras, da virada de ano, do Valadão, com a participação da Clava Forte Bank? Existem todos os indícios que demonstram que a lavagem de dinheiro se deu por aqui. Clava Forte Bank.

Então, senhoras e senhores, nós queremos, sim, chegar aos mandantes; à Natália, ao André Valadão; à participação do Roberto Campos Neto no esquema criminoso do "bolsomaster"; ao Ronaldo Bento, que era ministro do Bolsonaro e que hoje é Diretor; ao Romeu Zema, com a sua empresa, que foi beneficiado com consignado do auxílio emergencial; à participação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador Ibaneis e do Governador Cláudio Castro... Aqui, aqui está o centro do esquema criminoso.

Mas a oposição insiste, Sr. Presidente, numa ladainha cansativa, que não é de hoje. Todos nós, todos nós aqui sabemos que não existe absolutamente nenhuma relação entre a família do Presidente Lula e descontos associativos do INSS. Todos nós sabemos. Os mesmos que hoje repetem esta mentira de forma exaustiva são aqueles que diziam que os familiares do Presidente Lula eram donos da Friboi, da Oi, da JBS. A D. Marisa morreu vendo a sua família ser enxovalhada por uma mentira, capitaneada no Brasil por um ex-Juiz que é membro desta CPMI, que teve a capacidade e a coragem de expor o Presidente e a D. Marisa, inclusive pegando um computador onde tinha os joguinhos do neto do Presidente Lula que morreu, o Arthur, enquanto o Presidente Lula estava na cadeia. Essa gente é capaz de qualquer coisa.

E chegou a hora, Presidente, de a gente mostrar para o Brasil quem é que está blindando o comando do esquema criminoso do Governo Bolsonaro e que alimentou a política do Brasil com o dinheiro roubado do INSS.

Nós vamos rejeitar todos os requerimentos até que a gente tenha a oportunidade de ver sentado nessa mesa quem realmente tem que ser investigado. A partir do momento em que esta CPMI... E a pauta é o senhor que faz. Nossos requerimentos estão apresentados. A partir do momento em que o senhor, como Presidente, colocar na pauta e colocar em votação esses requerimentos, que até agora não foram colocados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... nós estamos dispostos a analisar os demais requerimentos.

O senhor incluiu na pauta requerimentos que já foram rejeitados, mas o senhor não inclui na pauta requerimentos que nunca foram analisados e que estão diretamente ligados a este esquema de corrupção, a este esquema criminoso.

O Brasil sabe, e hoje está sabendo mais uma vez, quem quer tirar proveito político eleitoral e quem quer chegar nos verdadeiros culpados que roubaram os aposentados e aposentadas do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão, a partir desta sessão, será de V. Exa. Paute, na próxima sessão, os nossos requerimentos. Vamos aprovar, vamos colocar essa gente sentada aí e, a partir desta decisão, nós vamos analisar os demais requerimentos que foram apresentados e que serão por nós, com certeza, um por um, analisados, a partir do momento em que os nossos requerimentos forem votados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Encerradas as falas, vamos votar os requerimentos de votação em globo de todos, toda a pauta, nºs 3.127 e 3.128, de 2026, nos termos do art. 235, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

A votação será simbólica.

Os Parlamentares que permanecem...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Tem apoiamento, Excelência?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tem, Presidente. Aqui. Verificação.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Verificação, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pode haver verificação após a proclamação do resultado. Acho que o Paulo Pimenta deve estar...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Já estou pedindo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. aguarde o momento adequado de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Primeiro, a votação simbólica dos requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram – com a votação em globo.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Como é que é, Presidente? Pode repetir?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, vou explicar.

Quem concorda com a votação, em globo, hoje, dos requerimentos permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, tem suplente votando... Tem que ser nominal...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Espera aí. Vamos contar esses votos corretamente para não ter confusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, verificação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Quantos votos? Calma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Tem suplente, tem não membro... Tem suplente e não membro, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem suplente votando... E o suplente é do bloco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Verificação, Presidente!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho, gente. Verificação, Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Verificação, Presidente! Verificação!

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Tem suplente votando. Votação nominal!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Proclama o resultado, Sr. Presidente. Aí, ele pode pedir.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Só um pouquinho, gente. Tem suplente votando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, deixa eu, primeiramente, contar os votos, para depois não ter discussão.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, para o senhor saber se a pessoa pode votar ou não...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante, Excelência, só um instante.

Os suplentes não podem votar, por gentileza.

Então, vamos lá: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

Está aprovado o requerimento da votação em globo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está aprovado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Verificação pelo Líder Marinho.

O senhor tem apoiamento, Líder Marinho? (*Pausa.*)

Então, determino à Secretaria que faça verificação por voto nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Mudança rápida de opinião.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. *Fora do microfone.*) – O nosso é "não".

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores, quem votar "sim" é a favor da votação em globo; quem votar "não" é contra o requerimento.

Determino à Secretaria que abra a votação.

(Procede-se à votação.)

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É isso. Quem vota "sim" vota a favor dos requerimentos de votação global, os Requerimentos 3.127 e 3.128; quem é contra vota "não". (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Posso encerrar a votação, senhores?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que apresente o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votaram SIM 18; 12, NÃO.

Está aprovada a votação em globo da pauta desta sessão.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Que vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Anuncio agora a votação simbólica dos requerimentos pautados em globo.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 2842/2025

Requer a representação pela decretação da prisão preventiva de ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ, presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura - CBPA.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2880/2025

Requer informações sobre a empresa Zema Crédito, Financiamento e Investimento S/A, CNPJ: 05.351.887/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 4 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3015/2026

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Chagas Faierstein, informações detalhadas do histórico completo de decolagens, pousos, destinos e lista de passageiros referentes às seguintes aeronaves, todas registradas em nome da empresa Viking Participações Ltda. (CNPJ n.º 07.875.796/0001-75), cujo sócio fundador é o empresário Daniel Bueno Vorcaro.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 3049/2026

Requer que sejam solicitadas informações ao INSS referentes às recentes apurações da autarquia sobre os descontos indevidos de contribuição associativa em benefícios de aposentados ou pensionistas e concessão ilegal de empréstimos consignados.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 3102/2026

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Chagas Faierstein, informações e documentos relativos à aeronave de matrícula PP-NLR, modelo EMB-135BJ, operada pela empresa PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA e vinculada à FRACTION 024 ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A., desde 01/01/2015.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 3103/2026

Requer que sejam prestadas, pelos Sócios e Administradores da PRIME AVIATION TAXI AEREO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 23.568.370/0001-25, ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO, RODOLFO GARCIA DA COSTA, MARCUS VINICIUS DA MATA, informações e documentos relativos à aeronave de matrícula PP-NLR, modelo EMB-135BJ,operada pela empresa PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA e vinculada à FRACTION 024 ADMINISTRAÇÃO DE BEM PRÓPRIO S.A., desde 01/01/2015.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 3115/2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do INSS, Gilberto Waller Junior, informações e documentos sobre os controles sistêmicos do Sistema e-Consignado e sobre os danos causados a segurados em decorrência de irregularidades em empréstimos consignados.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 3116/2026

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da DATAPREV, Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção, informações e documentos sobre os controles sistêmicos do Sistema e-Consignado e sobre os danos causados a segurados em decorrência de irregularidades em empréstimos consignados.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 3118/2026

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, informações e documentos referentes à constituição do Programa Meu INSS Vale+.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 657/2025

Requer a convocação de André Luis Dantas Ferreira.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 758/2025

Requer a convocação do Sr. André Luis Dantas Ferreira (André Moura).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 1315/2025

Requer a convocação de André Luis Dantas Ferreira, político.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 2881/2025

Requer a convocação do Senhor Adroaldo da Cunha Portal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 2882/2025

Requer a convocação do Senhor Gustavo Marques Gaspar, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 2520/2025

Requer a convocação do Senhor Gustavo Marques Gaspar, empresário e ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA), como testemunha.

Autoria: Deputada Coronel Fernanda

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 2785/2025

Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master S.A. e atual controlador do Banco Pleno (antigo Banco Voiter).

Autoria: Senadora Damares Alves

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 2953/2026

Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex - CEO do Banco Master S.A. e atual controlador do Banco Pleno, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 2969/2026

Requer a convocação do Sr. Augusto Ferreira Lima.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 3050/2026

Requer a Convocação do senhor AUGUSTO FERREIRA LIMA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 3068/2026

Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-CEO do Banco Master e atual controlador do Banco Pleno (antigo Banco Voiter), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 3030/2026

Requer a convocação do Senhor MARCIO ALAOR DE ARAUJO, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 1485/2025

Requer a convocação do Sr. Márcio Alaor, gestor do Banco BMG.

Autoria: Deputada Bia Kicis

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 1493/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação do Senhor Márcio Alaor de Araújo, executivo do banco PicPay.

Autoria: Senador Jorge Seif

1ª PARTE

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 1500/2025

Requer a convocação do Sr. Márcio Alaor de Araújo.

Autoria: Deputado Duarte Jr.

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 1736/2025

Requer a convocação do sr. Mario Roberto, presidente do Banco Santander.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 3034/2026

Requer a convocação do Senhor Mario Roberto Opice Leão, CEO do Banco Santander S.A., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 3035/2026

Requer a convocação do Senhor Marcelo Kalim, CEO do Banco C6 CONSIGNADO S.A., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 1737/2025

Requer a convocação da Sra. Leila Mejdalani Pereira, Presidente do Banco Crefisa S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos.

Autoria: Deputado Sidney Leite

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 3036/2026

Requer a convocação da Senhora LEILA MEJDALANI PEREIRA, Presidente do Banco Crefisa S.A. e da Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 3067/2026

Requer a convocação do Senhor João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Deputado Rogério Correia

1ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 1815/2025

Requer a convocação da Sra. Léa Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do INSS.

Autoria: Deputado Kim Kataguiri

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 3113/2026

Requer a convocação da Sra. Lea Bressy Amorim, Diretora de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional do Seguro Social.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 2564/2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor GUSTAVO MARQUES GASPAR, CPF nº 780.238.663-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 2577/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor JOÃO MUNIZ LEITE, CPF nº 043.526.218-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 2607/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PAY BROKERS EFX FACILITADORA DE PAGAMENTOS S.A, CNPJ nº 34.841.787/0001-36, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 2608/2025

Requer a elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FOLIUMED BRASIL - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO *E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 31.217.077/0001-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de novembro de 2025.*

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 2619/2025

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Yasmin Ahmed Hatheyer Oliveira, CPF nº 499.705.808-41, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 14 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Paulo Pimenta

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 2696/2025

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira RIFS) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor WALTON CARDOSO LIMA JÚNIOR, CPF nº 013.054.456-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 21 de novembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 39

REQUERIMENTO Nº 2910/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Rodrigo Moraes, CPF nº 226.362.728-60, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 40

REQUERIMENTO Nº 2939/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor Fabio Luis Lula da Silva, CPF nº 262.583.758-63, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2026.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 41

REQUERIMENTO Nº 2941/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora DANIELLE MIRANDA FONTELES, CPF nº 512.936.171-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 42

REQUERIMENTO Nº 2942/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da Senhora Roberta Moreira Luchsinger, CPF nº 066.040.366-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 43

REQUERIMENTO Nº 3037/2026

Requer a convocação do Senhor Eduardo Chedid, CEO do PicPay Instituição de Pagamento S/A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 44

REQUERIMENTO Nº 2946/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), bem como que se proceda à quebra dos sigilos bancário e fiscal de LUCIANO FRACARO, CPF nº 007.214.349-59, pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alencar Santana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 45

REQUERIMENTO Nº 2949/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 46

REQUERIMENTO Nº 2955/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa BANCO MASTER S/A, CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 47

REQUERIMENTO Nº 2954/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referentes ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 48

REQUERIMENTO Nº 2956/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário da empresa CREDCESTA (PKL One Participações S.A.), CNPJ nº 27.490.629/0001-13, referente ao período de 7 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 49

REQUERIMENTO Nº 2957/2026

Requer que proceda-se à quebra de sigilo bancário do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referente ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

1ª PARTE

ITEM 50

REQUERIMENTO Nº 2958/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo fiscal do Senhor Augusto Ferreira Lima, CPF nº 785.851.395-87, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Marcel van Hattem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 51

REQUERIMENTO Nº 2976/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa RL Consultoria e Intermediações LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 52

REQUERIMENTO Nº 2977/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal, da empresa Elephant II Produções LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 53

REQUERIMENTO Nº 3031/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal do Senhor MARCIO ALAOR DE ARAUJO, CPF nº 299.046.336-49, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2026.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 54

REQUERIMENTO Nº 3032/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HERBERT KRISTENSSONMENOCCHI, CPF nº 214.447.848-11, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2026.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 55

REQUERIMENTO Nº 3038/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Gaia Enterprise LLC, CNPJ nº 59.559.140/0001-47, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 56

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 3055/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - CENTRAPE, CNPJ nº 07.164.985/0001-30, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 57

REQUERIMENTO Nº 3056/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação Beneficente de Auxílio Mútuo ao Servidor Público - ABAMSP, CNPJ nº 00.100.451/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 58

REQUERIMENTO Nº 3057/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - ASBAPI, CNPJ nº 08.812.425/0001-07, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 59

REQUERIMENTO Nº 3058/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (rifS) e A quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato dos Aposentados e Pensionistas do Brasil da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - SINDAPB, CNPJ nº 08.859.823/0001-89, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 60

REQUERIMENTO Nº 3059/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa INSTITUTO DE LONGEVIDADE MAG - UNIDOS, CNPJ nº 08.474.765/0001-75, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 61

REQUERIMENTO Nº 3060/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários - FITF/CNTT/CUT, CNPJ nº 12.675.296/0001-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 62

REQUERIMENTO Nº 3061/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF, CNPJ nº 08.427.212/0001-61, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 63

REQUERIMENTO Nº 3062/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da União Geral dos Trabalhadores – SINDIAPI-UGT, CNPJ nº 11.509.421/0001-69, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 64

REQUERIMENTO Nº 3063/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB, CNPJ nº 23.713.047/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 65

REQUERIMENTO Nº 3064/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - SINTAPI-CUT, CNPJ nº 04.077.473/0001-48, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 66

REQUERIMENTO Nº 3065/2026

Requer a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mogi-Guaçu - SINTRAAPI, CNPJ nº 04.506.612/0001-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 67

REQUERIMENTO Nº 3072/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancário e fiscal da empresa COOPTEC COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES EM CONSULTORIA, INSTRUTORIA E EDUCACAO, CNPJ nº 30.533.510/0001-95, referentes ao período de 23 de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 68

REQUERIMENTO Nº 3073/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa M. N APOIO ADMINISTRATIVO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 55.494.277/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 69

REQUERIMENTO Nº 3074/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor MANOEL ANICETO DOS SANTOS NETO, CPF nº 485.697.338-01, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 70

REQUERIMENTO Nº 3075/2026

Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa CSS LOCAÇÃO *DE* VEÍCULOS *MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 57.527.587/0001-09, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025.*

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 71

REQUERIMENTO Nº 3076/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor HARAN SANTHIAGO GIRAO SAMPAIO, CPF nº 010.408.113-96, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 72

REQUERIMENTO Nº 3077/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa PIMA ENERGIA CEGONHA LTDA, CNPJ nº 28.273.599/0001-56, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 73

REQUERIMENTO Nº 3078/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AGROPECUARIA PKST LTDA, CNPJ nº 45.543.686/0001-03, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 74

REQUERIMENTO Nº 3079/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION SERVICOS DE LOCACAO E APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 52.028.203/0001-90, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 75

REQUERIMENTO Nº 3080/2026

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa IMPACTO SERVICOS DE APOIO ADM LTDA, CNPJ nº 52.027.895/0001-51, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 76

REQUERIMENTO Nº 3081/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa S&D AGROPECUÁRIA *E ANÁLISES* TÉCNICAS *LTDA, CNPJ nº 40.515.194/0001-82, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025.*

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 77

REQUERIMENTO Nº 3082/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SOLUTION SERVIÇOS *ESPECIALIZADOS EM APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ nº 40.515.415/0001-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025.*

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 78

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 3083/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa AGROPECUÁRIA *E* MINERAÇÃO *LAGOA ALTA LTDA, CNPJ nº 37.511.054/0001-21, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.*

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 79

REQUERIMENTO Nº 3084/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa XAVIER FONSECA CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 51.345.816/0001-98, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 80

REQUERIMENTO Nº 3085/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FAZENDA MONTE ALEGRA LTDA, CNPJ nº 51.356.688/0001-88, referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 81

REQUERIMENTO Nº 3087/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP FERROV DO RJ, CNPJ nº 34.066.944/0001-83, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2021.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 82

REQUERIMENTO Nº 3088/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa Associação dos Servidores do Tráfego da Viação Férrea Centro Oeste - ASTRE, CNPJ nº 17.370.842/0001-38, referentes ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2021.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 83

REQUERIMENTO Nº 3091/2026

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, informações e envio de documentação sobre relatórios, notas informativas, notas de auditoria e quaisquer outros documentos, incluindo papéis de trabalho, relativos aos empréstimos consignados, abarcando aqueles que já tenham sido enviados ao INSS, em adição às solicitações anteriormente aprovadas pela comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 84

REQUERIMENTO Nº 3092/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor PAULO CESAR ROXO RAMOS, CPF nº 154.151.711-34, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 85

REQUERIMENTO Nº 3093/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASTER – IDEIAS E CONSULTORIA, CNPJ nº 36.944.589/0001-23, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 86

REQUERIMENTO Nº 3094/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e a quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa DOPPIA -PUBLICIDADE, MARKETING DIGITAL E COMUNICAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

INTEGRADA, CNPJ nº 37.922.220/0001-82, referentes ao período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

1ª PARTE

ITEM 87

REQUERIMENTO Nº 3095/2026

Requer a elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa MASSARANDUBA CONSULTORIA, CNPJ nº 48.660.729/0001-10, referentes ao período de 1º de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

Autoria: Deputado Alfredo Gaspar

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Abro a palavra aos Líderes de Governo para se pronunciarem sobre a votação.

Pois não, Líder Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, senhor.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Vamos usar o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O Senador Jaques Wagner vai usar, não no debate, o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

Em seguida... Você deu a palavra ao...

Ao final da fala do Senador Jaques Wagner, abro para os Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Com todo o respeito ao Senador Jaques Wagner, ninguém quer cercear a palavra dele, mas a gente está em processo de votação. Eu acho que V. Exa. primeiro dá a palavra para defender e atacar; em seguida, o Senador Jaques Wagner pode usar, não tem problema nenhum. Mas no meio da votação?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, não há problema nenhum, é uma decisão aqui da Presidência. Eu vou abrir a palavra ao Senador Jaques Wagner.

Cinco minutos, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA. Pela Liderança.) – Muito obrigado.

Presidente, eu, antes do começo desta sessão, me dirigi a V. Exa. exatamente para dizer que precisava falar, porque, na sessão de segunda-feira, foi veiculada aqui pelo Senador Rogerio Marinho essa moda dos filmes feitos pela inteligência artificial, numa tentativa – como aliás o Senador repetiu há pouco, e por isso eu lhe pedi para falar, porque eu fui citado – de associar o escândalo do Banco Master a uma venda que foi feita de uma rede estatal de supermercados. Pasmem os senhores, os liberais da Bahia, aliados do Senador Rogerio Marinho, à época PFL, criaram uma rede de supermercados estatal. Na verdade, à época, era a tentativa de quebrar uma rede de supermercados privada de um... não diria adversário, mas de um empresário sergipano, conhecido na Bahia, que não é mais vivo, que não fazia o beija-mão que era usual à época com o Governador e o chefe do grupo político.

Essa rede de supermercados... Eu acho estranho e vou citar de novo, porque os liberais criaram uma rede de supermercados estatal. Essa rede de supermercados, para ganhar vantagens, criou um cartão, criado na época do Governo em oposição a nós, que foi o chamado cartão Credcesta. Para quê? Era um benefício para os funcionários públicos, porque poderiam comprar e pagar com 30...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Estou pedindo silêncio, por gentileza.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Pois não!

E podiam pagar com 30 ou 45 dias. Essa anomalia, em tempos modernos, só foi corrigida quando, em 2016, 2017, nós tomamos a decisão de vender essa rede de supermercados. Fomos à Bolsa de Valores de São Paulo por duas vezes e deu vazio o certame, porque ninguém queria comprar aquele trambolho, aquele dinossauro que dava um prejuízo, a depender do ano, àquela época, 2016, 2017, de 80 milhões por ano – 80 milhões por ano. Criaram uma empresa, a Empresa Baiana de Alimentação, que tinha três centros distribuidores para fazer uma farra indevida. Na medida em que houve, nos dois leilões, leilões desertos, nós, cumprindo a lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – ... fizemos uma chamada para a venda desse elefante branco.

À época, o Sr. Augusto Lima, já citado aqui inúmeras vezes, trouxe uma empresa, um fundo espanhol, para fazer a aquisição, porque viram a possibilidade, com aquele cartão Cesta, de poder ter um superávit em relação à situação anterior. A venda foi feita.

E vou repetir, Sr. Presidente: não existia nem Banco Máxima, nem Banco Master. Foi uma negociação feita por um fundo espanhol com uma pessoa que era já vendedora de consignado para sindicatos no Estado da Bahia, lá em Salvador. Aliás, isso está descrito nos jornais.

Aliás, a Polícia Federal nem tangencia o Governo do PT na Bahia, mas, aqui, como a Casa é política...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – ... se faz um filmete para tentar colocar no PT a culpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não conhecia o Banco Máxima, nem o Banco Master. Eu negociei, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, com o fundo espanhol, que é quem adquiriu. A partir daí, passou a ser privado esse negócio.

Um ano depois...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Pois não.

O Banco Central de V. Exas. – V. Exas., eu digo, do ex-Presidente Bolsonaro – autoriza a conexão do Banco Máxima, na época, com esse grupo espanhol e, portanto, com o cartão Cesta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – O Máxima depois vira Master, e o trambique que foi feito nada tem a ver com o Governo do PT.

Portanto, eu estou aqui querendo esclarecer, porque eu acho que nós não podemos viver aqui de narrativa. Nós temos que viver de fatos.

Eu quero saber se a Polícia Federal fez alguma conexão com o Governo do Estado da Bahia à época nesse episódio do Banco Master...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Então, Senador Rogerio Marinho, deixe eu lhe dizer. Respeito muito, meu trato é diferente, mas o que V. Exa. botou naquele filmete e afirmou aqui... E eu sei que é uma estratégia de V. Exas., é uma estratégia, porque V. Exa. falou, depois outros Deputados do bloco voltaram a falar, ontem foi pedida na CTFC uma fiscalização de uma empresa que já não existe mais, da Ebal. Então, eu só quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência, por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O tempo já está encerrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Pois não.

É só para dizer, Senador Rogerio Marinho, que nós nos tratamos de uma forma diferenciada. A tentativa de V. Exa. de colocar no meu colo ou do Governador do Estado da Bahia, à época, sinceramente, é absolutamente leviana. Nós fizemos uma venda do trambolho criado pelo Governo que é aliado de V. Exa. e fizemos isso muito benfeito. Dali para a frente, o que foi feito? Hoje, esse cartão, que V. Exa. disse que nasceu na Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Por favor!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – ... está em 24 estados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Para encerrar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Então, eu agradeço a V. Exa., mas é só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA) – Presidente, é porque eu, em geral, me comporto nesta Casa com a lhaneza necessária. Eu acho que a forma como foi tratado o assunto está abaixo da linha da cintura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Encerrado o tempo de...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente! Eu tenho o art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, Senador. Senador Rogerio Marinho, só um instante.

Encerrado o tempo de uso da Liderança do Governo, passamos agora à discussão dos requerimentos de pauta hoje, com votação em globo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – V. Exa. vai me dar o art. 14 depois?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente. Darei o art. 14 a V. Exa. depois que nós fizermos a votação aqui e estivermos trabalhando.

Quem fala pelo Governo?

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Quem fala contra, fala primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não há essa regra no...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Isso vem já do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, nós até combinamos na última sessão de que cada lado falaria...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Nosso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Então, dessa vez, V. Exa. começa.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... Deputado Rogério e Deputado Alencar vão falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Deputado Rogério Correia.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Está pronto?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Para encaminhar.) – Presidente, eu vou encaminhar contra a aprovação dos requerimentos em bloco, em globo, não que tenhamos posições contrárias a todos eles, mas por aquilo que o Deputado Pimenta esclareceu: pela ausência de outros requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está havendo uma blindagem que é feita anterior às reuniões, e a blindagem é feita através daquilo que é colocado para votar, e V. Exa. e o Relator são os responsáveis por determinar a pauta. E, ao fazer a determinação da pauta, fazem questão de esquecer requerimentos que são fundamentais ao nosso ver, e colocar quase que exclusivamente apenas os requerimentos que o próprio Relator ou a base bolsonarista acha que é necessário investigar. Desse jeito, nós ficamos mancos na investigação.

De certa forma, quem for bolsonarista, ou principalmente quem deu dinheiro na campanha do Bolsonaro, não entra nos requerimentos; se for da Igreja Lagoinha, também não entra nos requerimentos. Isso não pode ser dessa forma. E é por isso que nós estamos aqui dizendo que nós não vamos votar requerimento enquanto não entrar aqueles que nós também nominamos como importantes. É justo isso. Eu cito alguns.

Primeiro, eu queria dizer que, em relação ao Lulinha, não tem absolutamente nada comprovado. Nós já votamos isso três vezes, já ganhou música no Fantástico, e vira um caso repetitivo de discussão. Vamos àqueles que nós achamos fundamentais estarem aqui. Eu quero repetir alguns. Por exemplo, o Zema Financeira. Nós queremos que isso seja votado novamente.

O Zema Financeira arrecadou, num mês, um mês antes das eleições, 200 milhões de crédito consignado – pasme, Deputado Duarte Jr. – de Bolsa Família e BPC. Um mês antes das eleições. Por isso o Zema ficou igual um capeta fazendo campanha para o Bolsonaro. Precisa quebrar o sigilo dessa Zema Financeira. O que tem a ver com isso? Crédito consignado de Bolsa Família. E não quebram, não colocam em votação. Como é que eu posso votar alguma coisa se o Zema não pode ser investigado? Por que ele não pode ser investigado? Por que é bolsonarista? Está aliado com ele?

Ibaneis Rocha. Sinceramente, 12 bilhões no BRB. Por que ele não é investigado? Por que o requerimento do Ibaneis, convocando-o, não vem a ser votado? Doze bilhões para salvar o Banco Master. Olha o prejuízo que esse homem deu. E não tem requerimento de Ibaneis para ser votado aqui, porque o Ibaneis é bolsonarista.

Cláudio Castro: 1 bilhão de dinheiro de aposentado, fundo de previdência, para salvar o Banco Master. Por que Cláudio Castro não pode ser investigado? Porque é bolsonarista. Eu sei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

que V. Exa. é o candidato ao Senado, pelo que eu vi no bilhete do Flávio, dos bolsonaristas, assim como o Relator. Ora, desse jeito fica difícil. Eles não podem ser investigados?

Eu chego no Zettel, Clava Forte Bank. Aqui é lavagem de dinheiro absurda. Zettel jogava dinheiro do Banco Master para lavar na Clava Forte Bank – Zettel é sócio e cunhado –, Pastor Zettel da Igreja Lagoinha. E não estou falando contra os evangélicos. Não vem com essa história, não! Eu estou dizendo que Zettel, que tem uma... Cinco milhões de doação para a campanha de Bolsonaro, do dinheiro do Banco Master; dinheiro de Zettel, do Bolsonaro e para o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Cinco milhões! Ora, de onde veio esse recurso? Ele era sócio e cunhado do Vorcaro. Se estamos chamando o Vorcaro, por que é que o Zettel não entra na brincadeira? E a quebra do sigilo dele e da Clava Forte, que são indícios fortes de lavagem de dinheiro? Zettel foi preso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... fugindo para Dubai! Zettel foi preso; o celular dele, o passaporte está apreendido, e, naquela ocasião, R$5 milhões foram... E esses requerimentos não entram em votação! "Ah, mas tem que ser o do Lulinha!" – três vezes, quatro vezes, cinco vezes... E não se coloca nenhum desses!

Esses são apenas alguns, mas eu fecho com um importante, que é o do Flávio Bolsonaro. Por que o do Flávio Bolsonaro? Eu gastei aqui dez minutos, outro dia, para explicar a ligação do Flávio Bolsonaro com o Careca do INSS, através da mansão que ele adquiriu, de R$6 milhões. Aliás, esse Flávio Bolsonaro tem que explicar muita coisa; é tudo em milhões! Agora tem até dinheiro para gente não ser candidato, que nós vimos no bilhete dele, de 15 milhões; já surgiu denúncia de que são 5 milhões para alguém vir falar mentira aqui; e agora a mansão dele, de 6 milhões, que tem ligação com o Careca do INSS. Assim não dá! Nós não estamos aqui para fazer papel de palhaço e votar apenas o requerimento que os bolsonaristas querem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – ... e depois blindar bolsonarista e blindar Igreja Lagoinha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para defender.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Adriana Ventura, Deputada Adriana Ventura.

Cinco minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Olha, eu vou ser muito breve, porque assim... Eu realmente perco a paciência. É uma narrativa mentirosa, é uma hipocrisia, porque, para quem nos assiste, tem muitos e muitos requerimentos – 80 –; tem muitos que eu coloquei e não estão aqui, inclusive de muitas quebras de sigilo.

Então, o que a gente vê aqui é que o carnaval do Lula continua, e a comissão de frente é o sigilo do Lulinha! Prestem bastante atenção: sigilo do Lulinha, com sua mesadinha de 300 mil, porque aqui tem coisa do Lulinha. E hoje a reportagem é o quê? "Ex-dirigentes do INSS [de alto escalão, André Fidelis e Virgílio] fecham delação e entregam Lulinha e políticos". Isso é gravíssimo!

No carro alegórico dos amigos do Lulinha, aqui, nos pedidos de hoje, tem o quê? A gente quer quebrar o sigilo da lobista Roberta Luchsinger; a gente quer quebrar o sigilo da publicitária Danielle Fonteles; a gente quer quebrar o sigilo do Muniz, que era contador. E também há o carro alegórico dos banqueiros amigos do Lula: a gente quer quebrar o sigilo do Banco Master; a gente quer quebrar o sigilo e convocar o CEO da PicPay; todos os amigos do Lula, que, aliás... Eles já bancaram, já quebraram, já blindaram todos os banqueiros!

Então, Presidente, é só para a gente sair dessa hipocrisia ridícula; ridícula! Nós, da oposição, seremos a favor de todas as quebras de sigilo, todas as convocações. A gente não tem medo. Eles ficam falando aí do nosso Governador... A gente mesmo votou a favor da convocação do Zema, e o Zema, apesar do jogo político sujo, digno de PT, rasteiro, ele se dispôs a vir aqui!

Então, eu vou encerrar minha fala, porque a gente não pode dar trela para gente que é mentirosa, hipócrita, do PT, que a gente já conhece! A gente, sim, quer votar um a um, e a gente vai ser a favor de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – ..., colegas Deputados e Senadores, é importante este debate para que as pessoas que estejam acompanhando, assistindo à CPMI, tenham uma clareza, de fato, daquilo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Eu, desde o início, tenho repetido que a gente deveria se aprofundar seriamente em tudo aquilo que envolveu o INSS, que a gente não deveria ficar desviando dos assuntos, senão a gente poderia atrapalhar o andamento final, ou melhor, o resultado final dos trabalhos.

E aqui há um desespero da oposição porque todos os depoentes que aqui vieram, todos os depoentes que aqui falaram, afirmaram que tudo começou durante a gestão do Governo Bolsonaro. Não teve uma pessoa que assim não falou. Até a depoente que passou mal na segunda-feira disse claramente que ela e a família tiveram um ganho econômico e financeiro no período de 2020 a 2022. Ora, Governo Bolsonaro. Mas, de repente, a oposição, nesse desespero todo, fica tentando rever alguns requerimentos que foram derrotados, ilações, sem materialidade, sem documentos, sem provas, simplesmente pelo desejo de querer fazer a disputa política, de querer atingir o Governo e a família do Presidente Lula, mas não quer, de fato, investigar para valer pessoas ou empresas, amigas do clã Bolsonaro, que têm materialidade, que têm documentos.

Por que o Master está aqui também nesta CPMI e nós queremos investigar? Porque ele foi criado, a autorização para o Vorcaro assumir, em 2019, primeiro ano do Governo Bolsonaro. No segundo ano, começa esse esquema do "bolsomáster" e, em 2020, ele é autorizado a fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

desconto consignado. Ora, isso é documento, é material, é prova! Isso não é ilação. E ele fez, cresceu muito nesse período. E olha só, aí, em 2022, o Ministro Ronaldo Bento, substituindo o Ministro João Roma, durante o Auxílio Brasil – quem lembrar, no Parlamento, o Ministro João Roma era o articulador da aprovação da matéria aqui, da lei que foi criada para fazer à véspera da eleição para comprar voto... Quando ele sai, entra quem no seu lugar? O Ministro Ronaldo Bento, que atuou no Crédito Brasil e permitiu que o Master ali fizesse descontos, empréstimos e ganhasse ainda mais bilhões de aposentados e pensionistas, e fraudando – foram mais de 250 mil contratos fraudados.

Ora, isso não é ilação. Isso não é fumaça. Isso é materialidade. Isso é documento. Agora nós precisamos aprofundar e esclarecer mais. Por isso é que eles estão na nossa lista de pessoas a serem convocadas. Mas, estranhamente, há uma proteção, nem sequer aparecem na lista de convocados, de requerimentos a serem deliberados. E ficam querendo voltar novamente, para a pauta, requerimentos que já foram derrotados. Ora, o que é isso se não é, por parte da oposição, uma blindagem aos banqueiros amigos da família Bolsonaro, sem querer investigar? Como foi dito aqui... E quem recebeu dinheiro na campanha no ano do Auxílio Brasil, que o Master operou, que o banco do Zema operou? Tarcísio e Bolsonaro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALENCAR SANTANA (Bloco/PT - SP) – Sabe por que o Zema não recebeu? Porque ele tinha um banco próprio que operava. Já tinha ali a maneira de ele ganhar os seus bilhões, mas quem recebeu foram as campanhas de Flávio, de Bolsonaro e de Tarcísio. Por isso também é que eles estão na lista de convocados. Mas estão nos requerimentos para serem deliberados hoje? Não.

Ora, não dá para simplesmente alguns falarem, bradarem, dizerem isso e aquilo, quererem novamente jogar algumas fumaças para desviar a atenção das pessoas, de você que nos assiste, que nos acompanha, mas, para valer, não querem votar aquilo que nos interessa para que a gente possa chegar à verdade; e chegar, de fato, à responsabilidade direta do clã Bolsonaro na fraude, no roubo do "bolsomáster".

Por isso é que nós votaremos para derrubar todos esses requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, essa "masteresquerda" não é de brincadeira, né? Pelo amor de Deus, olha quanta mentira sendo contada aqui.

Então, agora, quer dizer que nós blindamos banqueiros? Gente, olha, para quem está nos assistindo, é muito fácil. E eles falam assim: "Não caiam em narrativas", e é isso mesmo. É o velho: "Acuse-os do que você faz, chame-os do que você é". É isso sendo praticado aqui todo santo dia.

Peguem as votações. Quem é que está blindando banqueiro aqui? Nós queremos os banqueiros todos dando explicação – todos. Quem é que está blindando banqueiro? E outra, vem falar que nós estamos querendo requentar requerimento, que pode pedir música no Fantástico...

Olha só, nós queremos, e está na pauta aí, a quebra do sigilo do Lulinha. Nós tentamos, eu fui autora de um requerimento para uma lista de passageiros, onde o Lulinha estava junto com o Careca – e eles blindaram. Só que a Polícia Federal conseguiu esse depoimento.

Então, nós queremos votar todos os requerimentos. Nós queríamos um a um, e não em globo, porque nós queremos dar visibilidade para cada caso, mas já que é em globo, a gente não tem problema de votar tudo.

Gente, quem não quer esclarecer, quem quer blindar e está fazendo isso todo dia, é a base do Governo. Olha só, nós temos aqui Frei Chico, nós temos... Tem gente que nem está ainda aqui no requerimento, ainda não foi pautado.

Nós queremos ouvir Frei Chico, o irmão do Lula, nós queremos o Messias. Agora, sai essa notícia de que o Messias tentou blindar as próprias ações, pedindo que os advogados, os advogados da União, pedissem a suspensão dos processos de ressarcimento de quem foi roubado. Gente, isso é uma gangue, é uma gangue que trabalha unida, eles estão em todos os locais, são como um polvo cheio de tentáculos, em cada órgão.

Então, o Messias, o Ministro que quer ser Ministro do Supremo, pedindo que os advogados da AGU suspendessem as ações de ressarcimento dos roubados, dos velhinhos, dos pobrezinhos, daqueles que foram roubados pelos ladrões do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem aqui, nós só queremos trazer à tona a verdade, quebrar o sigilo do Daniel Vorcaro, que ainda não veio a esta CPMI. Não chegaram ainda esses dados, estamos esperando esses dados, porque não chegaram ainda.

Até o Ministro do Supremo, o Ministro André, mandou que esses dados viessem para esta CPMI. O que está acontecendo? Estão ocultando provas, Sr. Presidente? Isto me preocupa: essa demora. Será que estão ocultando provas?

Então, nós estamos sabendo também que o Ministro André Mendonça mandou trocar as senhas, tirar o acesso da Polícia Federal, daqueles que, parece, estão servindo ao Lula – a Polícia Federal do Lula, como já foi dito lá atrás.

Então, minha gente, a gente respeita a Polícia Federal, que tem feito um excelente trabalho aí, mas parece que pode ter um e outro aí que está trabalhando para esse Governo, que quer blindar todo esse esquema. E a gente fica aqui ouvindo essa palhaçada de que "há algum escândalo que começou no Governo Bolsonaro". Gente, isso já foi derrubado, essa mentira, já foi tudo derrubado.

Vamos aprovar tudo, inclusive os requerimentos que ainda não vieram para a pauta. Vamos aprovar. Eu tenho certeza de que o Zema, que já se ofereceu a vir, não está nem um pouco preocupado; vir aqui e poder falar para as pessoas verem quem é. Eu gostaria até de ver o Bolsonaro aqui falando, tendo a oportunidade de falar, mais uma vez, para o Brasil e desmascarar, desmascarar essas pessoas caras de pau, mentirosas, como diz a Deputada Adriana Ventura, que não têm o menor escrúpulo de vir aqui e mentir, na cara dura, ainda se querendo fazer de santos, que estão muito interessados em investigar, em desmascarar a questão do Banco Master. Não teve um petista...

Ah, e outra coisa, hein: no DF – no DF – o PL não está interessado em blindar ninguém, não. O Deputado Thiago Manzoni acabou de fazer um discurso falando que quer esclarecimento, sim. Quem quer que seja vai ter que esclarecer; a verdade tem que vir à tona. Nós não queremos blindar ninguém!

Então, Sr. Presidente, vamos votar em globo, infelizmente – a gente queria votar um a um –, vamos votar do jeito que dá, mas vamos aprovar. E queremos os requerimentos que ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

foram pautados de Lulinha, Frei Chico, Messias, todos eles; todos eles aqui sendo expostos para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

Votação simbólica do requerimento de votação nominal... (*Pausa.*)

Votação simbólica dos requerimentos pautados em globo.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, Presidente, só pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – É que eu observei atentamente a fala de cada um dos membros, e aqui me gera uma grande preocupação porque, por vezes, existem decisões do Supremo que dispensam a vinda de alguns depoentes. E aí, quando a gente observa o que aconteceu ontem, na CPI do Crime Organizado, a gente percebe que foi feito um acordo por unanimidade, houve um acordo ali, onde foi feito o convite para a presença de Ministros do Supremo, convite para o Ministro Dias Toffoli... É porque a proposta é de acordo...

A proposta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Quem pode cassar a minha palavra é o Presidente.

Eu gostaria só de trazer essa sugestão, porque eu vi tanto a oposição quanto o Governo falar que não tem problema nenhum, por exemplo, em trazer o Zema; que não tem problema nenhum em trazer, por exemplo, assessor do Senador Weverton Rocha; trazer, por exemplo, o filho do Presidente Lula, e a CPI do Crime Organizado trouxe Ministros do Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... quebra de sigilo do Banco Master, coisa que a gente está tendo oportunidade de votar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se há esse acordo, por que não fazer acordo para que a gente possa ter acesso também a essas informações? Senão a gente vai estar apequenando a CPI do INSS em relação à CPI do Crime Organizado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senhores, por favor, atenção. Votação simbólica dos requerimentos pautados em globo.

Os Parlamentares... os suplentes não têm direito a voto, o.k.? Vou repetir: os suplentes não têm direito a voto. (*Pausa.*)

Não, só um instantinho, só um instantinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Votação simbólica dos requerimentos pautados em globo.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram; os que não aprovam, por gentileza, se manifestem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, vamos fazer a conta, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Os que não aprovam, por gentileza, se levantem e se manifestem. (*Pausa.*)

Vamos lá: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Não, tem suplente levantado aí. Tem suplente aí, quem que é? Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só os titulares. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

A pauta está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A pauta está aprovada.

(*Manifestação da plateia.*) (*Pausa.*)

(*Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Reaberta a sessão.

Questão de ordem ao Líder Paulo Pimenta. O artigo, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Art. 14. Pois não, Excelência, por cinco minutos.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O microfone está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Liguem o microfone do Líder Pimenta, por favor.

Senhores, silêncio, por gentileza. Vamos dar sequência à sessão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Peço à Secretaria que, por gentileza, providencie o áudio para o Deputado.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Não, é que estão apagados todos mesmo. Está com comando aí.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – E não é aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Alô, alô.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) – Olha, a gente está falando, mas não aparece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Calma, vai dar certo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pronto.

O.k., Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, o que aconteceu agora há pouco aqui, Sr. Presidente, é algo muito grave, algo que viola a democracia e atenta contra este Parlamento.

Peço, inclusive, que a imprensa de todo o país que estava aqui presente e que está presente ajude a sociedade brasileira a tomar conhecimento de uma ação ilegal realizada no plenário desta Comissão, há poucos minutos, pelo Presidente, Senador Carlos Viana.

No momento da votação, Sr. Presidente, no momento da votação – isto, a imprensa pode comprovar, as imagens, os vídeos e as fotos – votaram, levantaram e manifestaram o seu posicionamento contrário: Senadora Soraya Thronicke, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Jussara Lima, Senador Jaques Wagner, Senadora Teresa Leitão, Deputado Damião Feliciano, Deputado Átila Lira, Deputado Cleber Verde, Deputado Orlando Silva, Deputado Romero Rodrigues, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Alencar Santana, Deputado Neto Carletto e Deputado Rogério Correia. Portanto, 14 Parlamentares votaram em contrário à aprovação dos requerimentos.

No momento da votação, pelo contraste visual entre todas as pessoas que estavam sentadas, só tinham direito a votos os titulares: Izalci Lucas, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Coronel Fernanda, Adriana Ventura, Alfredo Gaspar e Marcel van Hattem. Portanto, Sr. Presidente, no momento da votação, pelo contraste – a imprensa tem essas imagens, a Secretaria da Casa tem essas imagens, todos aqui temos as fotos e as imagens –, o resultado da votação foi 14 a 7. A TV Senado mostra isso.

O Regimento é claro no sentido de que o contraste da votação simbólica se dá por maioria ou minoria entre os presentes. Portanto, foi 14 a 7 a votação. Está aqui, no art. 14, inclusive:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

maioria dos votos presentes entre a maioria dos seus membros. Não existe essa interpretação de que o quórum seria o quórum total. Isso não tem previsão regimental.

Diante disso, Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exa. que anule o resultado, por erro material da contagem, e que V. Exa. anuncie o resultado verdadeiro, baseado nas imagens, nas fotos, inclusive da imprensa oficial da Casa, da Secretaria-Geral da Casa. Não havendo, Sr. Presidente, por parte de V. Exa., esse entendimento, eu comunico a V. Exa. que nós vamos interpretar como uma ação deliberada do senhor para fraudar o resultado da votação e, diante desse fato, nós iremos até o Presidente do Congresso Nacional para solicitar a imediata anulação da votação que teve aqui e, ao mesmo tempo, vamos fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... uma representação no Conselho de Ética do Congresso Nacional contra V. Exa. por decisão de fraudar o resultado da votação.

Mesmo que todas as pessoas que estejam aqui saibam que o resultado é outro, V. Exa. está dando um golpe na votação, e nós vamos buscar a responsabilização regimental com a anulação dessa votação fraudulenta que aconteceu aqui. Eu lamento profundamente, mas teremos que fazer uma representação no Conselho de Ética contra o senhor por ser o responsável, por ser o autor desta fraude que nós não reconhecemos.

O senhor chegou a dizer que só tinha sete Parlamentares. O senhor está dizendo, então, que estes quatorze Parlamentares que eu estou listando aqui e que estavam todos eles aqui não estavam. O senhor está dizendo que eles não estavam. O senhor está dizendo que eu estou mentindo. O senhor disse para mim que só tinha sete no momento da votação. O senhor disse para mim que os demais Parlamentares vieram depois. Isso é uma inverdade. O senhor faltou com a verdade. Esses quatorze Parlamentares estavam aqui. O senhor anunciou sete, mesmo tendo quatorze aqui. Portanto, Sr. Presidente, o senhor errou. O senhor tem uma oportunidade de corrigir o seu erro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, para encerrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – E, diante desta questão de ordem, se ela não for acolhida por V. Exa., haverá, infelizmente, uma situação de quebra regimental em que nós teremos que buscar a reparação em defesa da democracia...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... em defesa do Regimento, em defesa desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instante...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, não, só um instante, por favor, porque é uma questão de ordem...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone*.) – Contradita, uma contradita.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um contrário à questão de ordem.

Líder Rogerio Marinho. Cinco minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para contraditar.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui num momento em que é importante que a sociedade que está nos assistindo saiba o motivo do desespero do Partido dos Trabalhadores. Antes de entrarmos no mérito da questão, é importante sabermos o que é que causa tanta aflição.

Nós estamos falando aqui de convocar a pessoa do Sr. Augusto Ferreira Lima – eu vou falar, daqui a pouco, no art. 14, por que esse desespero –, que é o banqueiro do PT. Nós estamos falando aqui da convocação do Sr. Adroaldo da Cunha Portal, do Sr. Gustavo Marques Gaspar, que foi tão blindado nesta Comissão. E o Adroaldo, inclusive, está preso. Nós estamos falando aqui de quebra de sigilo do Sr. Gustavo Marques Gaspar. É preciso saber o que foi que houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

com esse cidadão aqui, que se envolveu tanto nesse processo. Nós estamos falando da quebra de sigilo do Sr. Fábio Lula da Silva, do Lulinha. Nós estamos falando da Danielle Miranda Fernandes, que, segundo as informações da imprensa, era quem dava a tal da mesada, junto com a Roberta Moreira Luchsinger... Na verdade, era a Roberta. Eu acho que aqui era bom para tirar a prova, se é verdade ou não é, eu não estou afirmando, mas isso aqui vai permitir a gente saber se havia uma mesada, quem recebia e quem dava. A gente está falando aqui da questão do Credcesta, que foi tão defendido aqui como se fosse uma operação idônea. Vamos saber agora se ela é idônea, porque a gente está pedindo aqui, e foi aprovada na votação simbólica, a quebra desse sigilo.

Dito isso, senhores, esse é o motivo aqui do desespero que a gente está vendo aqui, praticamente uma crise de histerismo que depõe contra este Parlamento, com Parlamentares agredidos, com interrupção do processo...

Agora, vamos aqui ao art. 293, de que V. Exa. vai falar. Como é que se dá um processo simbólico de votação? Os Senadores aprovam a matéria, devem permanecer sentados ou se levantar, conforme a orientação que V. Exa. dá. V. Exa. está em uma posição privilegiada, V. Exa. tem a visão de como é que está aqui o plenário desta Casa, no caso da Comissão. E o voto de Líder representa seus liderados.

Eu ouvi aqui uma afirmação, por exemplo, Sr. Presidente... V. Exa. contou duas vezes 7 Deputados do Governo – duas vezes. E não houve naquela oportunidade a contestação, nem a contradita de que seriam 14. Agora vem 14. V. Exa. mesmo afirmou – e teve uma votação anteriormente – que nós tínhamos 31 presentes. Então, se é verdade o que o ilustre Líder que me antecedeu fala, 14 para 31, nós temos uma diferença de 17 contrários. Então, até por essa argumentação que é trazida aqui, neste momento, V. Exa. continua com razão. V. Exa. continua com razão, porque, na primeira feita, V. Exa. faz a contagem em função das pessoas que se levantaram e, à luz da interpretação que V. Exa. deu, proclamou o resultado. Em seguida, com a argumentação que foi trazida aqui, fica mais forte ainda a argumentação de V. Exa. por uma questão de aritmética, de matemática.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Tem 31 presentes. Se 14 são os que votaram contrários, então remanescem 17 votando a favor da votação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, eu peço a V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eu peço a V. Exa. – tenho 47 segundos –, eu peço a V. Exa. que continue com a posição que V. Exa. tomou – como sempre sensato –, não acolha a questão de ordem. E quero repelir, inclusive, a maneira como a questão de ordem foi feita, ou seja, fraude, enfim, tentativa de golpe aqui... Enfim, nada disso aconteceu.

O que acontece, na verdade, é que o PT está em desespero, porque as suas vísceras estão expostas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Com relação à questão de ordem, esta Presidência presta os seguintes esclarecimentos quanto ao Regimento Interno do Senado Federal, art. 293, I: "os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição". Esta Presidência contou duas vezes 7 votos. "Procedida a verificação de votação e constatada a existência de número, não será permitida nova verificação antes do decurso de uma hora."

Os Requerimentos 3.127 e 3.128 foram submetidos à verificação nominal, de modo que a nova verificação é impossível regimentalmente. Estávamos, portanto, impedidos de fazer uma votação nominal e obrigados a votar simbolicamente.

Destaca-se que, em uma votação simbólica, não se contam todos os votos, senão estaríamos falando de votação nominal. Em votações simbólicas, costuma-se observar visualmente os votantes. Olhando o plenário, parecia haver mais pessoas sentadas. Todavia, suplentes e não membros poderiam estar presentes, o que sequer é considerado normalmente numa votação simbólica.

Todavia, em razão de ser uma votação importante, em deferência ao Líder do Governo, esta Presidência foi além e contou os votos contrários. Porém, não há como contar todos os votos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

senão, repito, estaríamos fazendo uma votação nominal. Por isso, contaram-se apenas os votantes contra. De tal forma, não há como proclamar outro resultado, senão a aprovação dos requerimentos. Ainda que considerasse 13 ou 14 Parlamentares – porque um dos que V. Exa. citou estava sentado – contra, isso seria insuficiente para rejeitar os itens.

Na votação anterior, o quórum de votação foi de 31 Parlamentares, de modo que este é o único possível quórum total a ser considerado, pois a votação nominal é o instrumento adequado para aferição do quórum. Não há como esta Presidência criar um quórum imaginário.

Destaca-se, inclusive, que durante o caloroso debate que se sucedeu, o Governo reconheceu que era o quórum que deveria ser considerado. Portanto, seriam necessárias 16 manifestações em contrário para rejeitar os itens de votação.

Ainda, não há como se considerar que Parlamentares que votaram remotamente alinhados com determinada posição política iriam votar novamente em uma mesma linha. Não existe posição previamente estabelecida. A manifestação de cada Parlamentar só pode ocorrer de forma expressa. E o que ocorreu é que 14 Parlamentares, no quórum de 31, não seriam suficientes para derrubar a proposição.

Portanto, a questão de ordem está rejeitada, o resultado está mantido. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Oitiva do Sr. Paulo Montalvão Camisotti.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Presidente, o art. 14 que me foi negado, que eu pedi a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só um instantinho, por gentileza.

Art. 14 ao Líder Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, só comunicar a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência, eu entendi.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Não, comunicar a V. Exa. que, diante...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – ... da sua decisão, eu peço a suspensão dos trabalhos para que nós possamos nos dirigir até a sala do Presidente do Congresso Nacional.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Após...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Vai lá sozinho.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Eu peço a suspensão dos trabalhos para que a gente possa ir até o Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Após a fala do Líder Marinho, eu suspenso a sessão.

Líder Marinho, cinco minutos, o art. 14.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que o Senador que me citou não está aqui presente, mas, de qualquer forma, como foi público, eu vou evitar aqui citar o nome dele, já que ele não está presente, mas é importante que a sociedade brasileira entenda que nós, ao contrário do Governo, não usamos a narrativa mentirosa. Aliás, temos aqui presente um Deputado que foi obrigado a se retratar, teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

que fazer uma nota dizendo: "Eu menti, desculpe", né? "Eu menti, desculpe." E esse mesmo acabou de falar aqui, há pouco tempo, pode ser que tenha que ser obrigado a se retratar de novo, repetiu aqui que alguém foi procurado para pagar 5 milhões para não mentir. Ele tem que ter cuidado, porque ele pode ser obrigado novamente a botar uma segunda nota e, daqui a pouco, a terceira nota – aí vai pedir realmente música ao Fantástico.

O que nós fizemos na reunião anterior, Sr. Presidente, foi mostrar uma linha do tempo, sem juízo de valor. Ao final, nós apenas tiramos uma conclusão: a de que o ovo da serpente desse processo começa no PT da Bahia. É um fato, infelizmente. Desculpem-me! Podem espernear, podem reclamar, podem achar ruim, mas é assim que é, é a vida. Até porque as digitais ficaram lá, estão indeléveis.

Nós vamos lembrar o seguinte: o Senador que me citou aqui foi Secretário de Desenvolvimento Econômico do Governo da Bahia. Eu tenho um grande apreço por ele, mas foi quem conduziu esse processo de privatização. Quando o PT privatiza, a gente tem que pensar: "Alguma coisa está diferente". Acusou o Governo anterior, liberal, segundo ele, de fazer uma estatal e eles... Olha que paradoxo, Sr. Presidente: o PT privatizou. Quando o PT faz um jogo como esse, alguma coisa de podre há no Reino da Dinamarca. Essa privatização acontece, Sr. Presidente, no dia 11/04/2018 – e essa privatização é de uma empresa, como muito bem foi colocado aqui, que vendia alimentos –, ato contínuo a um decreto do Governo da Bahia, no dia 27, que determina que 30% do salário dos servidores da Bahia poderiam ser auferidos a títulos de consignação. Transformou um negócio falido num negócio vultoso, maravilhoso, uma mina de ouro para um amigo do rei, que ganhou uma licitação.

Este amigo do rei, o Sr. Augusto Lima, pegou esse negócio da China, chegou no final de 24, Sr. Presidente – notem bem: em 24 estados da Federação. O câncer, a metástase do roubo e da corrupção se espalhou pelo Brasil a partir do PT da Bahia! Vinte e quatro estados; R$4 bilhões era o *funding* desse empreendimento. E este empreendimento se associa, mais adiante, com o Sr. Daniel Vorcaro e passa a ser praticamente 50%, a partir de 2020, do banco, do malfadado Master. Aqui, nós acabamos de convocar o Sr. Augusto Lima – olha o desespero dele, Sr. Presidente! Acabamos de quebrar o sigilo do Credcesta! Olha o desespero dele, Sr. Presidente, porque nós apertamos a ferida purulenta, e o pus está eclodindo, está saindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falei, Sr. Presidente, através de imagens, eu disse aqui, ao contrário daquele que foi obrigado a dizer que mentiu: "São imagens para apenas ilustrar, são IA" – eu afirmei isso, a legislação me dá essa condição. Porque aconteceram quatro reuniões fora da agenda, entre: o Presidente da República; o lobista contratado por R$1 milhão, o Sr. Guido Mantega, a pedido do PT, da Bahia, pelo Banco Master; o Sr. Galípolo, que hoje é o Presidente do Banco Central, na época Diretor de Política Monetária, que nada tinha a ver com o tema; e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – ... o Sr. Rui Costa, que era – pasmem, senhores, olha que coincidência! – o Governador que fez a licitação que entregou o pote de ouro ao Sr. Augusto Lima, este banqueiro que teve o sigilo e a convocação quebrados agora, graças a V. Exa. e esta Comissão.

Senhores, as peças se encaixam nesse quebra-cabeça. Eles tentam desesperadamente... É o papel deles, tudo bem, faz parte, são disciplinados, são mandatados, estão irmanados no mesmo propósito, ou seja, aparelhar a máquina pública, malversar recurso público, dilapidar patrimônio público, tudo em nome de um partido político! Porque tudo é permitido pela preservação e continuidade do poder de um partido, mesmo que, para isso, o povo brasileiro sofra, como vem sofrendo há quase 20 anos nas mãos do PT. Mas isso vai acabar! Vai acabar, porque isso vai ser exposto e agora em 2026 essa turma toda vai encontrar o beco, literalmente.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Deputado Luiz Lima.

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem.) – Presidente Viana, só para deixar registrado aqui, não é por mim, não, é pela instituição Congresso Nacional. Eu tomei dois socos na cara na minha vida: o primeiro, com 16 anos, no ônibus 584, em Laranjeiras, voltando de Botafogo para Laranjeiras, quando eu saí na briga ali com um assaltante porque quiseram levar o meu tênis; e hoje, quando eu fui proteger o senhor de Deputados do PT que estavam eufóricos aqui, indignados por ter perdido a votação e o Lulinha ter tido o seu sigilo fiscal quebrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou com um vídeo aqui, o Deputado Rogério Correia me deu um socão na cara. Está gravado, já está nas minhas redes aqui. A gente já teve o Quaquá dando tapa na cara do Deputado Messias, do Espírito Santo... Não é por mim, não. Na vida a gente erra. Óbvio que isso aqui foi um erro, eu acredito que o Deputado reconheça como um erro. Pô, me deu um socão aqui. Então, é pela instituição, é pelo Congresso Nacional. Eu não vou ficar chorando aqui, eu não sou coitado. Sair na porrada é fácil, mas a gente admitir que perdeu uma votação... Pô, perdemos uma eleição em 22. Quantas votações a gente perde, Senador Magno Malta?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ) – Quantas votações? Quantas votações por influência de mídia, de STF... A gente está por aqui.

Então, Deputado Rogério Correia, a gente não foi eleito para isso – para isso. Então, está aqui registrado. Eu espero que o senhor reflita. Nunca processei ninguém na minha vida, nunca fui processado – tenho 48 anos, é difícil acontecer isso –, mas eu não tenho controle do meu partido, o Partido Novo, que recebeu as imagens, os filiados do Partido Novo já receberam as imagens, o pessoal da direita, que luta a cada dia na rua... Então, eu espero que não aconteça mais isso nesta Casa, respeitando o Presidente Viana, que é o Presidente – gostando ou não do Presidente Carlos Viana, ele é o Presidente.

É isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pergunto ao Deputado Rogério Correia se deseja se manifestar.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer a V. Exa. que estou decepcionado com V. Exa. Sinceramente, o resultado não foi esse e V. Exa. poderia muito bem ter feito a recontagem. É um absurdo. Basta perguntar aos Deputados e Senadores, e nós temos fé para dizer isso. Nós tínhamos 14 Deputados e Senadores aqui. Todos confirmam estar na hora da votação. Do outro lado, sete, que permaneceram na posição de sentados. Eu tenho aqui a foto, posso mostrar para o senhor, com todos eles, a foto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

do momento do voto. E, com isso, V. Exa. vai ficar desmoralizada em relação ao que V. Exa. viu, ou quis ver.

Já é um absurdo não colocar os requerimentos aqui em relação ao Zettel, à Clava Forte, ao Zettel, que pagou para a campanha de Bolsonaro e pagou também – ele, que é o homem forte de Vorcaro – para a campanha de Tarcísio.

Não bastasse isso tudo, V. Exa. viu, eu realmente atingi o Deputado, não vou mentir aqui...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Deu porrada mesmo.

(*Soa a campainha*.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Eu o atingi, peço desculpas, e o fiz no momento em que fui também empurrado. E V. Exa. viu, todos viram, que eu caí no chão e também fui agredido.

Não vou ficar aqui choramingando, mas eu fui empurrado e caí no chão. Eu realmente atingi o Deputado, quando eu fui reagir. Se pegou no rosto do Deputado, eu peço desculpas, não era a minha intenção, mas eu fui empurrado e aqui caí, todos viram. Todos viram, eu caído ao chão e pedindo para ser levantado – e com Deputados me ameaçando.

Então, eu queria só relatar isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Pedir desculpa ao Deputado Lima por tê-lo atingido, mas dizer que não foi por querer, e eu reagi quando estava sendo empurrado.

Agora, eu peço a V. Exa. que possa voltar atrás. A contagem que V. Exa. fez não condiz com a foto. Então, basta que V. Exa. peça, eu acho que seria digno, peça a foto, para o senhor ver agora a imagem. Pegue da TV a imagem ou das fotos.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – É o VAR da Comissão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – É o VAR, o senhor pode utilizar o VAR. No futebol, isso é moderno, V. Exa. sabe disso, é desportista também, tem programa de TV. Vai ficar mal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) – Vai ficar mal para V. Exa. chegar em Minas Gerais, nós mostrarmos a foto e o senhor sustentar que só viram sete, quando a foto e a imagem falam em catorze. Eu pediria a V. Exa. que voltasse atrás.

Lima, peço desculpa a V. Exa., não foi intencional. Eu realmente reagi ao ser empurrado e atingi, devo ter atingido V. Exa. V. Exa. disse, eu acredito que foi. Então, peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Obrigado, Excelência. É assim que nós temos que seguir no respeito uns aos outros.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Só respondendo ao Deputado Rogério Correia, eu contei duas vezes, fiz questão de contar com os senhores em pé. E outra coisa, mesmo que fossem catorze, o painel, segundo a Mesa, o que me foi orientado desde o início: "Depois da votação nominal"...

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O painel contava os suplentes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O painel é 31.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – O painel contava os suplentes...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mesmo assim. Não haveria suficiente.

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, eu peço a suspensão dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... Eu vou... Tudo bem...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, antes disso, eu tenho o art. 14, inciso X.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O senhor foi citado, Excelência?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, não, mas é outro... é o inciso X, letra "a".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PIMENTA (Bloco/PT - RS) – Presidente, o senhor disse que ia suspender...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas eu não posso... Se há um art. 14 sendo colocado, eu não posso suspender antes que o Parlamentar seja ouvido.

Pois não, qual é o artigo?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É o mesmo art. 14, mas no seu inciso X e letra "a", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Hum-hum.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – É o seguinte, eu quero... É sobre o andamento dos trabalhos, e aqui é importante a gente esclarecer, depois das falas feitas pelo Deputado Luiz Lima e pelo Deputado do PT que o sucedeu. Eu mandei à Secretaria o vídeo e, se for possível, seria bom passar as imagens. Pode botar ela a qualquer momento durante a minha fala, porque o vídeo demonstra claramente, Sr. Presidente, que houve intencionalidade, que aqui houve uma agressão.

E aí, Sr. Presidente, o Novo já está tomando as atitudes necessárias para que haja não apenas o processo no Conselho de Ética, contra o Deputado mencionado, como também a suspensão cautelar do mandato, já aplicada a outros Parlamentares que se envolverem em episódios de agressão tão graves quanto este que sofreu hoje o Deputado Luiz Lima. Então, Sr. Presidente... Aliás, alguns menos graves, inclusive.

Eu queria também dizer a V. Exa., não sei se o vídeo está pronto para passar aqui, que eu gostaria que fosse passado...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. Vou pedir a gentileza de não colocar, porque se trata de uma questão do Conselho de Ética.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas é porque tem aquele...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – De toda maneira, o Parlamentar já se desculpou, já disse que não o fez por uma questão proposital. Eu entendo que é dessa forma que nós temos que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É, mas, Sr. Presidente...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Eu entendo isso como uma...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Para concluir a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Conclua, porque eu entendo isso como uma questão superada, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, mas eu entendo a benevolência de V. Exa. para o andamento dos trabalhos.

Agora, a gente não pode tomar pelo valor de face a declaração que foi feita aqui sem ver as imagens. Não vou pedir, então, para passar agora...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por favor, prefiro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas, Sr. Presidente, eu quero que, depois que a própria Presidência fizer as análises, para respeitar o Regimento, esse Deputado seja excluído dos trabalhos desta Comissão, porque nós não podemos aceitar que um Deputado que agrediu não um, mas dois Parlamentares aqui...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Empurrou mulher...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... empurrou mulheres, fez a maior confusão – e não é a primeira vez, não; useiro e vezeiro desse tipo de atitude –, continue a sentar na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, peço que V. Exa. analise bem as imagens; tome, obviamente, a decisão que V. Exa. julgar mais apropriada. Mas, na minha opinião e de quem quer a CPMI ir seguindo bem, esse Parlamentar não pode continuar nesse trabalho, porque vai fazer algo pior daqui para a frente ainda por cima, porque claramente mentiu a V. Exa. aqui sobre o episódio anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E toda solidariedade ao Deputado Luiz Lima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Coronel, vamos... Pois não, Coronel Fernanda.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, em relação a essas agressões, hoje eu tomei ciência de um jornal onde o advogado do PT chama esta Deputada aqui de "burra", de "falta de inteligência", porque eu simplesmente fiz um requerimento para esta Comissão para que seja feita a prisão tanto do Lulinha, do Vorcaro, do Frei Chico, principalmente o Lulinha.

E aí a gente vê, Presidente, hoje, essa empurração do PT, essa agressão física, essa agressão moral constante do PT. E aí eu preciso, Presidente, é a minha honra... Eu prefiro ser burra defendendo o povo e o certo – foi assim a minha carreira a vida inteira – do que ser inteligente defendendo bandido e marginal.

Mas, para deixar bem claro para as pessoas, Presidente, a partir do momento que nós trabalhamos para que esta Comissão acontecesse, no mês de maio nós começamos, dia 12 de maio fizemos o protocolo do pedido da CPMI, no dia 17 de junho foi lido numa sessão do Congresso, e o Lulinha, em julho de 2025...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... partiu para a Espanha, para Madri.

Então, Presidente, não somos nós aqui da direita quem está fugindo da responsabilidade, mas é, sim, essa turma da esquerda, que só sabe brigar com murro, ofensa e *fake news*, ofendendo a honra de mulheres. Eu quero que esse advogado venha aqui, se ele tiver coragem, se tiver homem para me enfrentar, porque eu sei enfrentar bandido. E ele pode continuar defendendo bandido que eu continuo defendendo o povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Presidente, questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Qual é o artigo, Deputada Julia Zanatta?

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Art. 29 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Mas, por gentileza...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Sobre a condução dos trabalhos, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – V. Exa. pode se manifestar enquanto Parlamentar, mas o artigo com relação à Comissão não é possível porque V. Exa. não é membro.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Sou suplente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ah, entrou como membro? Me perdoe. Eu retiro as minhas palavras aqui. V. Exa. pode se manifestar, por favor.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para questão de ordem.) – Obrigada, Presidente.

Nos termos do art. 29 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a condução dos trabalhos da reunião compete à Presidência, sendo prerrogativa exclusiva do Presidente suspender ou encerrar a reunião.

Assim, eventual interrupção dos trabalhos dessa CPMI somente pode ocorrer por ato de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Esse pedido do PT para suspender a reunião não possui respaldo no Regimento, e eles ficam aqui usando e usando e usando o tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que o PT não defende o povo brasileiro e que literalmente caiu aqui na porrada com outros membros desta CPMI para defender o Lulinha, porque eles têm medo da quebra de sigilo do Lulinha, fiscal e bancário, porque eles temem, porque já teve viagem com o Careca do INSS...

Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que não se deixe levar por pressão, por ameaça, porque quem tem que ir para o Conselho de Ética não é o senhor. Quem tem que ir para o Conselho de Ética são essas pessoas que começaram essa confusão aqui, que não aceitam perder no voto democrático, e não aceitam a Presidência de V. Exa., que a gente ganhou também no voto democrático, porque foi uma derrota para eles a Presidência de V. Exa..

Então, eu quero aqui dizer... deixar minha solidariedade ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – ... porque o senhor foi intimidado aí na frente, nessa mesa. Teve empurrão de mulher, sim. Eu, como mulher, vi a confusão, fiquei aqui atrás, porque eu não duvido que batam em mulher para defender o Lulinha. Eu não duvido, porque já chamaram até conselho tutelar para minha filha. Então, eu não duvido.

E, Deputada Coronel Fernanda, você ser chamada de "burra" pelo membro do Prerrogativas que indicou o Presidente dos Correios e quebrou os Correios é uma honra para V. Exa. E eles pedem a todo momento prisão de Nikolas, de Bolsonaro, minha prisão, por qualquer motivo ridículo para fazer notícia na imprensa. E aí, quando usam da mesma arma com eles... Mas aqui não é motivo ridículo, porque o Lulinha está enfiado até o pescoço nessa história de roubo dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Deputada Julia Zanatta.

Deputada Adriana Ventura, dois minutos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, pelos dois minutos. É... lá está um minuto e meio. Mas eu vou esperar dar dois minutos. Me dá dois minutos ali, gente! Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, na verdade, eu vou gastar bem menos que isso. Eu só queria fazer um pedido para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Porque o dia está tumultuado. O senhor vai, assim, vai fazer uma pequena pausa aqui, mas eu queria pedir, encarecidamente, que, para próxima semana, o senhor gentilmente pautasse o Requerimento 2.879, de 2025...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... que nos dá acesso ao depoimento do Edson Claro, que é justamente o que fez a denúncia da PF. E, assim, é um requerimento que já está há bastante tempo, que eu estou aguardando.

E também gostaria de solicitar, até com base nas aprovações que foram feitas hoje, a quebra de sigilo dos requerimentos das empresas do Lulinha. A quebra de sigilo, que é de 3.021 a 3.025, porque eles são importantes para que a gente continue.

E eu tenho mais dois pedidos explícitos aqui, que eu já fiz uma vez. O primeiro é que o Aristides Veras foi convocado, ainda não apareceu, e eu queria solicitar, se ele não quer aparecer, que seja, assim, que haja condução coercitiva para ele vir depor nessa CPMI, assim como o Ministro Wolney Queiroz, que só enrola, enrola, enrola e não aparece aqui. Tem muitos requerimentos. Então, uma enrolação, a gente fez cortesia, é convidado, é Ministro, mas, se ele não quer vir, Presidente, eu acho que o Brasil merece que ele venha.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – E, por último, não menos importante, acho que nós temos também de colocar aqui Parlamentares que foram citados e envolvidos. Então, respeitosamente, os Parlamentares que já foram muito citados aqui – há um Senador, o Senador Weverton, há o Deputado Euclydes Pettersen –, eles têm que prestar depoimento em nome do Brasil. São Parlamentares, serão respeitados e eles precisam nos esclarecer por que eles foram citados, até para se defender. É um pedido que eu faço a V. Exa.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O Sr. Aristides está marcado para o dia 16 de março... de... É, 16 de março.

Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu estou nesta Comissão desde o início, inclusive, na época em que a gente fez a votação, aquela votação que o elegeu para ser o Presidente, assim como o Relator Alfredo Gaspar, eu tive a oportunidade ali de ter uma participação ativa. E respeito todas as alas, quem pensa diferente, respeito a turma da bancada aqui do Governo Lula, que está tentando fazer o seu trabalho, blindando, claro, nós estamos vendo. Mas eu tenho que cumprimentá-lo pelo equilíbrio que o senhor está tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor, muitas vezes, e agora, poucos minutos atrás, o senhor foi, e eu estava aí, agredido. Uma pressão enorme, fazendo, de uma forma, no meu modo de entender, desleal... Não é no grito que se ganha.

O senhor é um cumpridor do Regimento seja de que lado, para que lado for. Já vi várias vezes aqui a oposição fazer colocações, fazer requerimentos, fazer ponderações, e o senhor acolher o Regimento e não atender.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Ou seja, o senhor procura ter uma independência com que conduz essa CPMI com muita capacidade. E o senhor hoje não é um representante admirado no seu estado apenas, em Minas, pela sua honradez; o senhor é admirado em todo o Brasil.

E hoje essa votação aqui é de total transparência. Nós estamos tendo aqui quebra de sigilo, e eu tenho certeza de que o senhor vai colocar outros, como, por exemplo, hoje não entrou, o do Frei Chico; como, hoje não entrou, a própria convocação do Lulinha. E quem quer que eles queiram chamar podem colocar que nós vamos votar a favor, seja de que governo for, para buscar a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero lhe dizer é que o Brasil acompanha esta CPMI com muita atenção, Sr. Presidente, e não vai dar tempo de a gente fazer o trabalho a contento, fechar com chave de ouro, se não tiver uma prorrogação de pelo menos – pelo menos – 60 dias. E o senhor, como nosso líder, pode fazer uma cruzada nesse sentido; não precisa nem fazer uma caminhada como foi feita por outros colegas Parlamentares. É pedir ao Presidente Davi Alcolumbre, marcar. Nós vamos juntos com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... para que possamos fazer...

E eu quero concordar. Falei com os colegas do Novo aqui e disse que o Deputado Rogério Correia – por mais que a gente tenha divergências políticas – foi humilde no aspecto de pedir desculpa ao Deputado Luiz Lima quatro vezes, aqui. Eu acredito que o Partido Novo vai ter o bom senso – vou conversar com o nosso Líder, Marcel van Hattem – para não entrar em Conselho de Ética, porque não é na base do confronto que a gente vai conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Pois não! Tem mais três para falar.

Deputado Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência!

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... até quero lhe fazer... Primeiro, palmas para a atitude do senhor. O que o senhor fez hoje é muito mais do que palavras; o senhor mostrou para o Brasil que o senhor está empenhado em botar na cadeia quem roubou aposentado. Hoje o senhor não deu entrevista lá fora; hoje o senhor veio aqui, usando o Regimento, junto com o colega Alfredo Gaspar – homem de coragem, Relator desse caso –, e colocou a sua vida em risco, Presidente. Eu quero pedir que o senhor e o Alfredo Gaspar, que estão comandando essa CPMI... Com o escárnio que a gente viu aqui, hoje, o senhor corre risco de vida. Nós estamos falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

máfia, máfia estatal, que não vai medir esforços para punir o uso do Regimento que vocês dois fizeram hoje, para aprovar quebras de sigilos e trazer pessoas, aqui, claramente comprometidas com o escândalo do INSS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Então, Presidente, de uma forma muito simples, primeiro, meus parabéns! O Brasil precisa de homens como o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... e como Alfredo Gaspar, que não se curvaram a um governo. E quem é Parlamentar sabe, Presidente, as pressões que os senhores sofrem e que nós sofremos para jogar a sujeira debaixo do tapete. Hoje, o senhor e o Alfredo Gaspar entram para a história deste país como homens que honram os seus votos e o seu povo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Deputado Marcon.

Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, que orgulho estar sendo presidido por V. Exa. e ser relatado por Alfredo Gaspar! O senhor honra os grandes nomes de Minas Gerais que sempre defenderam a democracia, a República e, acima de tudo, a liberdade. A coragem e a atitude de V. Exa. de liderar este processo de votação hoje o coloca, com certeza, já no rol dos grandes mineiros que honraram não só a política, mas as tradições do nosso querido estado.

E nada mais do que conhecer a covardia da esquerda. O desrespeito com V. Exa. é de conhecimento público. O senhor acaba de sair do procedimento cirúrgico traumático, delicado – me permita aqui a intimidade: o senhor estar portando uma cinta de proteção para que possa lhe dar garantia da boa recuperação –, e, de forma covarde e sorrateira, partem para uma agressão física e um assédio moral, o que, naturalmente, pode impactar, inclusive, o tratamento de V. Exa.

Eu quero dizer que o Governo, covardemente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Acaba de ser publicado aqui:

> AGU apagou do sistema todas as orientações após operação Sem Desconto
> Documentos internos que guiavam atuação para suspender ações e afastar a responsabilidade do INSS foram retirados da plataforma depois da ação da [...] [Polícia Federal] e não chegaram ao Congresso, apesar de pedido formal

O Sr. Messias, esse mesmo que está pleiteando ir para o STF, mandou a AGU suspender todas as ações de desconto ilegal do INSS. Orientações internas sobre os processos foram retiradas do sistema após a operação da Polícia Federal. Isso mostra que este Governo, como disse o Rogerio Marinho – vou ser mais pejorativo –, não consegue mais esconder a carniça e a podridão que suas vísceras estão proporcionando. Agora agem de todo procedimento para poder calar esta CPMI e calar os Parlamentares.

Orgulho de V. Exa., orgulho do nosso Relator Alfredo Gaspar. Estaremos aqui para fazer o que for necessário para defender a integridade física, moral e naturalmente regimental de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, hoje eu senti que eu realmente, quando colhi a primeira assinatura para tratar sobre investigação do roubo dos aposentados, no dia 23 de abril de 2025... que iniciei a CPI do roubo dos aposentados. E aí veio a derivação de lá para a CPMI através da grande Deputada Coronel Fernanda. E hoje, há poucos minutos, nós... Eu tenho certeza de que a Coronel Fernanda está da mesma forma se sentindo e dizendo assim: "Obrigado, Senhor, por nós termos criado a CPI do roubo dos aposentados", porque aqui, neste local, a turma da esquerda, os atos deles...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... já disseram tudo. É o *modus operandi* deles. Quando eles agem dessa forma, é sinal de que eles estão indo para o fundo do poço, eles estão se sentindo culpados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a sua atitude, Presidente, é louvável. Parabéns! Atitude de Presidente! Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – O Brasil está orgulhoso do senhor e todos nós também. Parabéns pelo seu trabalho! O senhor está conduzindo, olha, com maestria. Que Deus abençoe o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – ... cuide da saúde, assim como o Relator também, porque esses homens são perigosos. O rastro deles diz isso.

Que Deus abençoe o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém. Muito obrigado, Coronel.

Como o senhor, eu sou de infantaria, Excelência. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Opa! Olha!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A sessão está suspensa... Ah, desculpe-me. Não posso, de maneira nenhuma, deixar de dar a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Se puder, Presidente, um minuto. Só um minuto, tá? Depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Sóstenes. Vamos. Está tudo bem.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente Carlos Viana, nosso querido Relator Alfredo Gaspar, senhores membros desta Comissão, senhoras, Coronel Fernanda, representando as mulheres desta Comissão, ao que nós assistimos hoje, aqui, assim... Eu já vi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

muita coisa no Senado – são três mandatos –, e parece que a gente não vai ver algo que tenha a capacidade de superar. O que vimos aqui eu espero que seja uma coisa ímpar e que não se repita, mas estou acostumado também com CPI e CPMI, em que a gente colhe... Eu já fiz aqui uma CPI do crime organizado, lembro que era chamada a CPI dos Bingos, na época em que o Waldomiro foi pego recebendo dinheiro do Cachoeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... um contraventor de Goiás que derrubou Zé Dirceu quando era o Ministro da Casa Civil, e o Waldomiro era seu principal assessor. Eu sou o autor daquela CPI dos Bingos. Para os senhores terem uma ideia, não é que eles tomam e você fica na desvantagem, eu sou o autor da CPI dos Bingos e eles não me deixaram ser nem membro. Eu era o último a falar porque era um Senador, mas fiz muita justiça com os injustiçados convocados por eles. No final eu desmoralizava com o fato determinado, porque o autor era eu. E eu esperava até o final, Deputado Luiz Lima. O que eu vi hoje, aqui...

E aí, da minha lavra, e não me peça o contrário, Sr. Presidente Viana, eu vou oficiar ao Presidente desta Casa, para que disponibilize segurança para V. Exa. E vou explicar por quê. Não me dirijo a Parlamentares, mas o tipo de sigilo que foi quebrado hoje, aqui, o tipo de gente que teve o seu sigilo quebrado, e que opera no submundo do crime, e que está participando do mesmo consórcio e cooperativa que hoje comanda este país... É um consórcio de perversos, é um consórcio de criminosos, dilapidadores do patrimônio público. E nós estamos falando aqui de quem rouba, de quem continua roubando e roubou, por muito tempo, os mais vulneráveis deste país. Esses sigilos estão quebrados. Uma vez quebrados, há um clima de barata tonta no Brasil, neste momento. Em algum lugar, eles estão se reunindo, estão ligando, estão falando e procurando, na verdade, se blindar como não tem como.

Então, o que eu reputo neste momento? Eu tenho dito às pessoas, todos os dias, do ponto de vista humano, o Brasil não tem jeito. Eu não enxergo nada, não enxergo saída.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O cenário é horroroso, mas eu não olho para o cenário, porque, se eu olhar para o cenário, vou baixar a cabeça e, se eu levantar a cabeça, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

vejo o cenário, mas eu olho para quem fez a promessa e vai cumprir a promessa. Está lá na frente. Coisa de Deus.

CPMI do dia 8, nós víamos para aqui, não tinha estratégia, a gente ia para o meu gabinete, tomava café...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... 7h da manhã, orava e dizia: "Vamos lá". Não tem estratégia. Como é que foi a estratégia desta Comissão para que V. Exa. virasse Presidente? Não tinha qualquer perspectiva de estratégia que se votasse essa quebra de sigilo em bloco hoje. Isso só pode ter sido coisa divina, intervenção divina.

Por isso, eu farei, Sr. Presidente, Sr. Relator Gaspar, para que a Casa disponibilize segurança para os dois, porque nós não estamos falando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... de gente de bom coração e de gente que está disposto... Eles não têm o mínimo de empatia, o mínimo de empatia, e as pessoas que operam no escuro, em nome delas, são capazes de qualquer coisa. Não vou citar nada de caso de Celso Daniel e Toninho do PT, não vou falar disso, mas V. Exa., a partir de hoje, precisa ter essa segurança.

Quero encerrar dizendo que o "Deputado da IA", de Minas Gerais, produtor de conteúdo de IA, que foi obrigado a se desculpar e pedir perdão publicamente da *fake news* da IA que fez... Minha mãe tinha mania de dizer que quem fala pelo cotovelo um dia é obrigado a desmentir com a boca. E foi o que aconteceu com esse cidadão, que foi obrigado a ir para a rede social e dizer: "Menti, fiz a montagem botando Bolsonaro junto com o Sr. Vorcaro", quando, na verdade, Vorcaro sempre andou foi com eles. Então quem fala pelo cotovelo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... um dia é obrigado a desmentir pela boca.

Ele deu um soco proposital em V. Exa. Ele mentiu de novo, ele disse que ele caiu e empurraram ele. Não foi V. Exa. que derrubou ele, e ele se vingou em V. Exa.? A imagem é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

clara: ele se vira para V. Exa. e dá um soco de volta. Isso, na arte marcial, quem conhece sabe que ele deu de volta, voltando para cima do rosto de V. Exa., consciente, olhando para V. Exa. Se ele caiu, se ele foi empurrado, a confusão foi feita por eles mesmos, tentando de uma forma abafar o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para encerrar, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... que, corajosamente, se manteve na sua postura, fez a contagem, conhece o Regimento Interno, e realmente o que aconteceu hoje aqui, sem dúvida alguma, é uma vitória do Brasil e da insistência daqueles que querem justiça.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu farei – isso da minha lábia; se algum Senador e membro desta Comissão quiser assinar comigo... – esse pedido de segurança, Senador Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... aos dois, porque o que aconteceu hoje aqui, certamente, os desdobramentos, os ensaios que estão por aí, para ter desdobramentos, certamente não são bons.

Parabéns a todos que votaram, parabéns a todos que participaram, que estão gastando o seu tempo, mesmo sentindo a dor de que vai para a mão de um procurador e depois vai para... agora é no STF, onde a gente não tem o mínimo de confiança...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... mas estamos cumprindo o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – A V. Exa. parabéns! Deus abençoe V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... muita saúde, muita vida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... e conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Deputado Sóstenes Queiroz, para encerrar.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. Pela ordem.) – Só um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Deus ama os pobres, as viúvas, os aposentados, os órfãos. Esta é uma prova do que aconteceu aqui hoje.

E vim aqui só para parabenizar V. Exa., o Relator, os membros desta Comissão. Um orgulho, como Líder do PL, eu tenho de toda a minha bancada aguerrida, que sabe manter o equilíbrio na hora da pressão.

Hoje está desnudado a todos os aposentados e pensionistas do Brasil quem são aqueles que queriam blindar para que não fosse descoberto para onde foi o dinheiro roubado dos aposentados. Aqui está claro!

Eu quero até que nesse... Você possa ver as imagens.

Este "Parlamentar IA" – que eu acho que é o nome que a gente tem que dar pra ele, daqui pra frente, porque não vale nem citar o nome dele –, nosso partido vai representá-lo no Conselho de Ética por quebra de decoro, e eu faço coro com a proposta do Senador Magno Malta de pedirmos, na Câmara, ao Presidente Hugo Motta segurança ao nosso Relator, que é Deputado, e aqui, no Senado, vocês pedirem segurança, porque esta gente que rouba aposentado não tem alma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – ... e, para eles fazerem maldade com V. Exas., pela seriedade do trabalho, a gente não tem a menor dúvida de que isso pode acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que V. Exas. não pediram, mas, pelo bem de suas famílias e pela condução de V. Exas., que tem sido de maneira séria, para investigar tudo e a todos... Porque aqui já sentou gente do lado do Governo Bolsonaro, e eles só queriam blindar o PT. Hoje ficou claro qual era a tentativa.

Perdeu o PT. Nós vamos quebrar o sigilo. Nós vamos saber para onde esse dinheiro foi. E o filho do "descondenado", agora, está nu. Um rei, um filho de rei nu. Exposto. E esta CPMI não vai acobertar nada.

Parabéns, Sr. Presidente! Deus o abençoe e lhe dê muita saúde e muita proteção.

E que nós, Parlamentares, cumpramos o papel da proteção dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

A sessão está suspensa. Os trabalhos serão reiniciados às 14h30.

(*Suspensa às 13 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 14 horas e 45 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Oitiva do Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti.

A CPMI foi notificada pela decisão do Ministro Flávio Dino, no *Habeas Corpus* 268102: "Defiro parcialmente a liminar para assegurar ao paciente em sua inquirição perante a CPMI do INSS: A - O direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele dirigidas; o direito de não assumir compromisso de dizer a verdade; o direito à assistência plena por advogado durante o ato, frisando que este profissional não pode ser alvo de humilhações ou indevidos cerceamentos, sem prejuízo das atribuições regimentais do Presidente da CPI quanto à condução dos trabalhos; o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores".

Feitos os devidos esclarecimentos e tendo em vista a faculdade concedida pela decisão, consulto ainda assim o Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti se deseja fazer o compromisso de dizer a verdade.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Com relação ao advogado que está conosco, Dr. Guilherme Coelho – primeiramente, aos advogados, bem-vindos, muito agradecido pela... –, vou pedir, como sempre faço, para que em qualquer momento que os senhores entendam indevida qualquer fala ou gesto, o que for, os senhores se dirijam a mim para evitarmos naturalmente uma discussão, que não vai levar a absolutamente nada, e eu vou agir dentro dos requisitos aqui e prerrogativas da Presidência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, excelência.

O Sr. Paulo Camisotti tem 15 minutos para apresentar inicialmente o seu posicionamento.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Eu não vou usar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não vai usar? Perfeito.

Com a palavra, o Relator, Deputado Alfredo Gaspar.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, em nome de V. Exa., quero saudar a todos, Parlamentares presentes, depoente, advogado, jornalistas, assessores, mas principalmente ao povo do meu país.

Presidente, a história erra muito, mas, quando acerta, ela acerta e faz mudar os rumos da própria nação. Não conhecia V. Exa. Nunca tinha ouvido falar em V. Ex. Eu sou de Alagoas; V. Exa. é um Senador da República de Minas Gerais. Nossas vidas nunca tinham se encontrado. Eu era promotor de justiça; V. Exa. tinha uma carreira vitoriosa no jornalismo, correspondente internacional, Senador eleito. Eu estava no meu mundo, na minha vida. Quis o destino que, em 2025, aqui, neste Plenário...

E eu gostaria de reprisar: o Governo, com ampla maioria, na Comissão Parlamentar, para uma eleição de Presidente que já estava definida, com o Senador tendo dado entrevista e Relator tendo dado entrevista, com a imprensa noticiando os rumos da CPMI... A CPMI, com a sua verdade, iria para a gaveta. Mas, poxa, tem gente que brinca de Deus. Tem gente que acha que pode mais do que Deus. No dia da eleição, eu sento ali, na quinta fileira. Para minha surpresa, V. Exa. eleito o Senador Presidente da Comissão. O Plenário não esperava, não. O senhor chegou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aqui humilde, uma votação surpreendente, com a maioria do Governo. E esse homem é eleito Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deixe-me dizer: não tem explicação lógica. Sabe qual é a única explicação? É porque as pessoas duvidam de Deus. O Brasil estava de joelhos. O Brasil estava desacreditado. O Brasil tinha certeza de que esta CPMI ia ser uma pizza depois jogada com a massa podre dentro da lata do lixo. E Deus mudou isso. Eu nunca vi tanta correria na minha vida. Eu nunca vi tanta gente ligada ao Governo com cara de velório. Eu nunca vi tanto desespero. Eu fiquei impressionado e fiquei comigo pensando: como é que acontece um negócio desse? Como é que o Governo consegue perder uma eleição ganha? Estava ganha! Vem a primeira resposta: a primeira resposta é a soberba. Os ases da política, da base do Governo, cantaram vitória antes do tempo.

Aí Deus fez só.... Disse assim: "Ah, rapaz, vou olhar um pouquinho para esse país. Esse não foi o país que eu criei com tanta gente boa e tanta riqueza, com um povo de bem e com um povo que merece esperança". Eu só tenho essa explicação. E aí Deus colocou V. Exa. na Presidência da CPMI. Depois disso, nunca teve tanta dança de cadeira aqui, na CPMI, o Governo exigindo a blindagem absoluta e os obstáculos intransponíveis. E o Presidente mantendo a serenidade, o respeito, ouvindo a todos, mas eu confesso: o meu coração, às vezes, era capaz de explodir com tanta calma do Presidente.

Eu cheguei muitas vezes para esse Presidente aqui e disse: "Presidente, agora é uma boa hora de pautar os meus requerimentos, porque eu tenho maioria agora, para aprovar". O Presidente olhava para mim e dizia: "Alfredo, eu dei a minha palavra de que não iria fazer nada de surpresa contra ninguém e, independentemente do meu coração, eu vou cumprir a minha palavra". E nunca me deixou fazer um extrapauta – nunca deixou!

Eu aceito, mas nunca entendi. Eu disse: "Mas, Presidente, o que custava fazer um extrapauta?". Ele disse: "Não, só faço com o apoio dos Líderes". A gente tinha 15 aqui, só tinha um Líder do Governo. Ele dizia: "Não!", e o Presidente cumpria. Eu ia para casa, não queria nem ver o rosto do Presidente. Eu disse: "Perdi a oportunidade de mudar os rumos da CPMI", mas, como o Presidente sempre foi uma pessoa correta, eu tenho o maior respeito. O Presidente nunca chegou para mim, como Relator – nunca chegou para mim – para dizer: "Alfredo, esqueça essa aqui e vá para essa direção". "Alfredo, essa aqui me impediu...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, nós estamos no ano da eleição, nós estamos tratando com o sistema financeiro e bilhões de reais. Se esse homem que está aqui quisesse a eleição dele resolvida, com milhões no bolso; se ele quisesse – se ele quisesse – cuidar do futuro dele, bastava fazer uma pequena tirineta e a vida dele econômica estaria resolvida. O Presidente sempre agindo com retidão! Muitas vezes a gente faz aquilo até que a gente não quer fazer, mas a gente faz em nome da transparência e da responsabilidade que temos com o país.

E eu tenho acompanhado a agonia do Presidente. O Presidente com um câncer – aqui, levando pancada, se aborrecendo – escolheu entre a nação e a saúde; escolheu ficar com a nação e, no último momento, foi que precisou esclarecer que estava precisando se operar. Se operou, precisou se reoperar. Com dor, vem para cá com colete, vem para cá debaixo de sacrifício, mas não perde a elegância, a serenidade e a fé em Deus.

O Presidente vê aqui exaltação – uns falam mais alto, outros da forma como querem –, e o Presidente mantém a postura; mantém a postura sem agredir, sem desrespeitar, sem perder o prumo. E por que eu estou falando isso? Porque, Presidente, eu não o conhecia, mas a jornada da vida me fez aprender a respeitar o senhor; respeitar, porque o Brasil está carente de homens públicos decentes.

Eu sei bem que o senhor poderia ter resolvido a sua vida política, a sua vida econômica; poderia estar em outro patamar, Presidente. E o senhor abriu mão disso tudo em torno de um propósito de vida – não tem nada mais importante do que isso. Mas o que eu mais admiro no senhor é que, mesmo nas turbulências, o senhor tem um norte e um farol, que é Deus.

Quero lhe dizer, Presidente, que hoje eu me atrasei um pouco. Eu me atrasei, Presidente, porque eu passei uma noite péssima. Estudei para poder vir aqui, mas à noite me levantei, não sei o que é que deu em mim, vomitei, voltei para a cama. Vomitei de novo, voltei para a cama. Enfim, não consegui dormir. Quando deu 8h30 da manhã, eu estava exausto, sem força, e cochilei. E aí fui acordado já às 9h15 e cheguei atrasado.

Quando eu cheguei atrasado, Presidente, aquela sala ali estava em reunião. Eu abri a porta – estava o senhor sentado, estava o Líder do Governo, estavam outros Deputados – e eu fui tomado de surpresa com o que eu ouvi. O que é que eu ouvi? Eu ouvi que o Líder do Governo queria fazer uma votação em bloco. Toda vez que eu entro ali, Presidente, o senhor sempre diz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

mesma coisa: "Oposição e situação, qual é o acordo?". E, quando eu entrei, o senhor estava implorando, com a sua simplicidade, para oposição e situação chegarem a um acordo. E o senhor, como sempre faz: "Olha, veja aí qual é o requerimento que vocês têm interesse, que vocês não têm, mas vamos chegar a um acordo". E eu ouvi um Deputado da base do Governo dizer: "Não tem acordo, não tem acordo". E eu disse: "Hoje veio com a faca nos dentes". E o senhor mais uma vez: "Vamos fazer um acordo". E o Deputado disse: "Não, nós temos maioria e queremos votar em bloco". Eu achei uma petulância grande a forma que ele falou. E eu disse: "Eu vou sair, Presidente". E saí e vim para cá.

E a fecha estava feita. E eu vou explicar por que a fecha estava feita. Então, iria votar em bloco, sem concessão. Eu sentei aqui, Presidente, dizendo para mim mesmo... Eu digo: "Olha, a estratégia do Governo vai enterrar a CPMI" – eu vou explicar por que vai enterrar a CPMI –, mas com a consciência tranquila de um alagoano simples, nordestino, de que a minha parte eu estava fazendo. E, quando eu sentei ali, Senador, e vi: votação simbólica; pede nominal; por vitória do Governo, 18 a 12. Aí vem a próxima votação. A pedido de quem? Do Alfredo? A pedido do Presidente? A pedido da oposição? Não. A pedido do Governo. Com qual propósito? Enterrar tudo de uma vez.

Aí dá um *stop* aí, para aí. Aí vamos voltar lá atrás. Eles esqueceram a eleição da mesa da CPMI. Eles esqueceram que, com a estratégia que adotaram lá, tiveram uma derrota fragorosa. Podia acontecer aqui. Aí o painel contava 31. Votação simbólica. O Presidente não precisava nem contar, porque é simbólica. Mas quem se levantou contra foi menos do que quem ficou sentado. A estratégia do Governo errou pela segunda vez.

Então, eu queria dizer ao Lula, que é o chefe da base, quero dizer ao Lula: Lula, não fique com raiva do Presidente, do Relator e da oposição, não; a gente quer o bem do Brasil. Agora, fique com raiva da sua base, fique com raiva da sua Liderança, porque eles erraram pela segunda vez na estratégia. Eles foram soberbos. Eles foram e partiram para uma estratégia que tinha tudo para dar errado. Ei, não tem aquele negócio que parece, tem jeito, tem forma, você vê, mas não é? Foi o que aconteceu com a decisão da base do Governo: ficou com soberba e se esqueceu de trazer os votos para o plenário. Já pensou? Perderam pela segunda vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa perda, Presidente, eu quero dizer ao senhor, mas eu quero dizer ao senhor olhando nos seus olhos: Minas produziu um homem de vergonha. Os seus familiares, os seus amigos e os seus conterrâneos – e eu sou testemunha disso – podem dizer: Carlos Viana é um homem entre quatro portas, entre quatro paredes e é um homem publicamente. Eu sou testemunha, eu o pressionei muitas vezes para a gente votar aqui na ausência da base, e o senhor não permitiu, o senhor manteve a imparcialidade e o senhor manteve o propósito da sua palavra.

Presidente, quem criou esse problema para o Governo foi o próprio Governo. Então, isso eu quero deixar bem claro.

Mas, mais uma vez, Presidente, eu não acredito no acaso. Deus, de alguma forma, está olhando para este país pela segunda vez e dando uma chance de nós passarmos a limpo tudo o que está acontecendo.

Presidente, correram lá para a casa oficial do Presidente do Senado. A situação está toda lá, e os jornais já estampam: Governo se vale de Alcolumbre para salvar Lulinha.

Eu vou mostrar aos senhores o que é que nós estamos discutindo aqui. Me permita, Presidente, porque eu acho que o Brasil precisa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, o Brasil espera a sua fala.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente... Ora, Brasil, se esse homem quisesse ser um homem de R$50 milhões, ele seria, ele seria facilmente. Eu quero saber quantos brasileiros negariam vantagem indevida pelo bem do Brasil. Por isso, meu orgulho. Mas eu vou dizer ao senhor aqui o que é que foi colocado para votar, diferente das mentiras.

Primeiro requerimento da pauta, que a base do Governo queria enterrar: requerimento de prisão preventiva que eu pedi para o Presidente da CBPA. Mais de R$500 milhões embolsados do povo sofredor brasileiro. Eles queriam enterrar. Poxa, quem é contra prisão preventiva de criminoso? Criminoso que rouba aposentado e pensionista.

Segundo requerimento da pauta. Eu vi um Deputado ali dizendo: "O Presidente só pauta o que quer". Mentira, está aqui. Segundo requerimento da pauta, para Zema Crédito, pedido por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

um Deputado aqui da oposição ao Governador de Minas. Mesmo com o interesse político dele, o Presidente manteve.

Olha o que é hipocrisia: diz uma coisa e faz totalmente diferente; o cara faz o requerimento e depois trabalha para o próprio requerimento... Isso significa o quê? Que é só o discurso.

Terceiro requerimento: pedindo investigação e informações à Anac. Sabe o que é que eu pedi? Eu pedi – olha só se o Brasil não quer saber isso – com quem decolaram os três aviões de Vorcaro durante um período de tempo. A gente quer saber quais as autoridades da República que estavam sob as asas de Vorcaro, o Brasil quer saber. Ei, uns dizem que o Master está envolvido de um lado, e outros dizem... Tem nada mais prático para esclarecer do que mostrar quem voava nas asas dos aviões do dono do Master para Europa, Estados Unidos, seja lá para onde for. Está aqui: a base do Governo queria enterrar.

Eu só estou lendo alguns.

Descobrimos outro táxi-aéreo utilizado pela turma: Prime Aviation. Poxa, tem muita gente importante voando aqui, tem muita gente que a República nem espera. Chegou aqui através do Deputado Marcel van Hattem, do Novo. Poxa, quando eu fui ler o requerimento, eu disse: como é que eu não me atentei para essa Prime? Aí, mais uma vez, a base do Governo querendo enterrar.

Aí, aqui, pedido de informações à Dataprev e ao INSS sobre o Meu INSS+. Ninguém sabe a falcatrua que está ocorrendo no Meu INSS+. Não é dinheiro meu, não; é dinheiro do povo brasileiro. Não queriam que isso viesse à tona, queriam enterrar em bloco.

Aí vem para cá requerimento para convocar Adroaldo da Cunha Portal. Quem é Adroaldo da Cunha Portal, minha gente? Secretário-Executivo do Ministério da Previdência. Estavam querendo barrar aqui, mas está preso – está preso –, cabeça do desvio do dinheiro dos aposentados e pensionistas. A base do Governo querendo barrar. É isso que está em jogo.

Ouvir o Sr. Gustavo Marques Gaspar. Minha gente, Gustavo Gaspar, testa de ferro de Senador da República, testa de ferro do núcleo criminoso. A base do Governo querendo enterrar em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem para cá convocação do Sr. Augusto Ferreira Lima, diretamente ligado ao Credcesta, do Banco Master. Aí veio um Senador aqui explicar que foi na época dele. O que é que a base do Governo queria? Enterrar.

Eu vou ler, Presidente, me permita, porque é para ficar para a história.

Aí vem o Sr. Márcio Alaor de Araújo, que esteve presente em muitas questões do consignado e que – eu vou mostrar daqui a pouco – recebeu quase R$30 milhões. Aí, a base do Governo querendo o quê? Enterrar.

Aí veio o Banco Santander, o Presidente do Banco Santander, que o Governo já blindou uma vez e estava pronto para enterrar de novo a convocação. Presidente do Banco Santander.

Olha os personagens poderosos que nós estávamos discutindo!

Aí vem a Sra. Leila Pereira, Presidente do Banco Crefisa, com irregularidades que foram suspensas no INSS. A base do Governo já tinha barrado. Hoje, queriam enterrar de novo.

Aí vem o Presidente do Banco C6. A base do Governo já tinha enterrado. Queria enterrar de novo hoje.

Aí vinha a convocação da Sra. Lea Bressy Amorim, cuja exoneração foi pedida pelo Presidente do INSS, e o Governo não deixa – não deixa. O Governo está na mão.

Aí veio a quebra de sigilo do Sr. Gustavo Marques Gaspar, que vai mostrar para onde o dinheiro dos velhinhos e aposentados andava.

Aí vem aqui a FoliuMed, requerimento de quebra de sigilo da FoliuMed. Milhões de reais que abasteceram pessoas próximas ao gabinete do Presidente da República.

Aí vem relatório de quebra de sigilo do Sr. Walton Cardoso, assessor que recebia, segundo a Polícia Federal, propina para um Deputado Federal. Eles queriam enterrar, mas já passamos por assessor de Senador e agora estamos passando por assessor de Deputado.

Aí vem RIF do Sr. Rodrigo Moraes, dono da Arpar. A Arpar está numa rede com mais de R$10 bilhões, e PCC está nessa rede! E a moçada que fala tanto da Faria Lima, que fala tanto do crime organizado, no alto escalão da base do Governo, queria enterrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Aí vem o requerimento não é para prestar depoimento, não, é para afastar o sigilo do Sr. Fábio Luís da Silva. Vamos parar aqui. Está bom, se o Governo queria proteger o Fábio Luís, que fizesse o destaque do Fábio Luís. Mas por que esse interesse de barrar tudo isso que eu falei até hoje? Presidente de bancos, voo de aeronaves suspeitas, dinheiro rolando com assessores de Parlamentares... Mas vamos falar de Fábio Luís.

Fábio Luís está aqui. Eu pedi a quebra do sigilo dele porque ele é filho do Presidente Lula? Não. Eu sou doido, é? E eu estou maluco pra isso? Não.

Os jornais aqui mostram. Quando esta CPMI começou, quando eu sequer sabia no que estava me metendo, a única coisa que eu ouvia aqui é que a ordem de blindagem era para não chegar no irmão do Presidente da República chamado Frei Chico. E eu fui entender qual era o papel do Frei Chico: Vice-Presidente do Sindnapi. O Sindnapi foi um dos sindicatos que mais recebeu dinheiro roubado de aposentado e pensionista.

E aí, de repente, aparece um personagem que estava totalmente fora do nosso radar, um cidadão chamado Fábio Luís da Silva. Por que isso aconteceu? Porque chegou a informação aqui de que o melhor amigo do Careca do INSS tinha, de um tempo para cá, através de *lobby*, passado a ser Careca do INSS, e a junção com o Fábio Luís, o tal do Lulinha. E aí fomos entender. O Brasil tem 215 milhões de habitantes, tem 210, 220, não me recordo agora. Poxa, no meio de mais de 200 milhões de habitantes, o filho do Presidente da República foi logo arrumar amizade com o maior ladrão de aposentado e pensionista do Brasil. Simples assim. Poxa, mas coincidências na vida existem. Aí chega a informação: olha, viajaram juntos para Portugal.

Aí eu faço um requerimento aqui, ou alguém fez, ou foi a Deputada Bia, eu não me recordo... "Vamos tirar essa prova dos nove? Eu acho que isso é mentira. Vamos tirar essa prova dos nove? Vamos pedir a quebra de passageiros do voo de Portugal, conforme chegou o informe." Fizemos. Para mim, foi um espanto; era um negócio que resolveria a desconfiança. Rapaz, eu nunca fui tão atacado. A base do Governo ficou em desespero e bloqueou a quebra dos passageiros do voo para Portugal. Eu me revoltei tanto que eu coloquei o meu cargo de Relator à disposição. Eu disse: "Só tem um jeito: eu renuncio ao cargo de Relator se Lulinha não viajou com Careca do INSS, juntos, com as despesas pagas por Careca na classe executiva do voo x lá para Portugal". Isso foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

no ano passado. Sabe quem me desmentiu? Ninguém. Sabe quem permitiu a quebra do sigilo dos voos? A base do Governo não permitiu.

Aí, de repente, aparece uma senhora chamada Daniella Fonteles. Me falaram... Porque, como Relator, toda hora... "Olha, o dinheiro vai chegar no filho do Presidente por duas pessoas: Daniella Fonteles e Roberta Luchsinger." Eu digo: "Rapaz, vocês ficam repassando essas informações, e eu não posso estar me arriscando a investigar o filho do Presidente da República sem ter alguma base". Aí vieram para cá e me trouxeram as fotos. Eu digo: "Epa, com foto, a coisa já muda um pouco de figura". Aí sabe o que é que eu descobri? Que a Roberta Luchsinger era comadre da mulher do Lulinha e dele. E eu nunca tinha ouvido falar em Roberta Luchsinger na vida. Aí, depois, vim descobrir que Roberta Luchsinger é ex-esposa do Delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, que hoje está na Suíça, não sei se com asilo político, alguma coisa, e que essa Roberta Luchsinger se aproximou da família do Lulinha, faziam viagens juntos, eram muito próximos. Quando Lulinha vinha para cá, para uma casa de *lobby* dela, ficava aqui em Brasília. E aí eu senti segurança de pedir a quebra de sigilo da Roberta Luchsinger. "Para que fazer isso?" Os ataques que eram assim triplicaram. Não deixaram quebrar o sigilo da Roberta Luchsinger, não deixaram convocar a Roberta Luchsinger.

Muito bem. Aí vamos para Daniella Fonteles. Eu nunca tinha ouvido falar em Daniella Fonteles. "E por que quebrar sigilo de Daniella Fonteles?" "Não, porque foi marqueteira do PT no Governo Dilma". Eu digo: "De jeito nenhum. Eu vou quebrar sigilo de ninguém porque foi marqueteiro de PT ou de qualquer partido lá!". Eu também... A gente tem que ter limite moral, a gente tem que saber o que vai fazer. Aí quebramos de outra situação, que foi do Careca do INSS. Rapaz, foram mais de R$10 milhões, que, para minha surpresa, foram direcionados para Daniella Fonteles. E sabe o que aconteceu? Uma parte desse dinheiro feita em câmbia e mandado para Portugal. Aí eu digo: "Epa, aí a gente já está falando de Careca e Daniella. Aí um Deputado ali da Liderança se levantou e disse: "Olhem, respeitem a moça. Foi a venda da casa [onde foi mesmo? Trancoso? Sei lá onde foi. Lá no sul da Bahia] que Daniella vendeu para Careca. Foi 5 milhões". "Meu amigo, então o cara pagou um juro danado, porque já apareceram mais de 12 milhões". Olha só, era mentira!

Aí volto para Roberta Luchsinger, recebendo milhões de reais do Sr. Careca do INSS. Aí volto para Roberta Luchsinger de novo, mandando o Careca do INSS descartar os telefone porque viria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

operação, citando textualmente que o filho do Presidente da República já tinha passado por isso e que ele precisava descartar os telefones. E a CPMI continuando a blindar esses personagens. Aí viemos para uma votação mostrando a safadeza, mostrando os caminhos. Cacete, Governo consegue manter Roberta Luchsinger e consegue manter Daniella Fonteles incólumes! Aí eu vou mais à frente e descubro que Daniella Fonteles tem duas irmãs e pelo menos uma delas já trabalhava com Careca do INSS recebendo recurso há mais tempo, dentro das empresas do Careca.

Aí vamos mais uma vez... Eu estou dizendo "descubro", mas isso é a imprensa ajudando, isso são pessoas anônimas, isso é com base em tudo do apanhado. Aí vamos mais à frente, descobrimos que havia uma organização criminosa liderada por Roberta e Careca do INSS, com a junção e o apoio do filho do Presidente da República, para liberar *Cannabis* medicinal no Ministério da Saúde. Eu digo: eu não acredito, não, eu não acredito que o cara vai se passar por isso, num momento de tanto conhecimento público de tudo. Aí quando eu vou ver, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde – na época eu não lembro quem era Ministro – recebe Careca do INSS e recebe Roberta Luchsinger, já algumas vezes, no Ministério da Saúde, um Swedenberger Barbosa, alguma coisa assim – eu esqueço o nome. Um cara lá de dentro do Palácio do Planalto.

Aí a gente vai um pouco mais adiante, aparece todo o rastro, os rastros do dinheiro, e infelizmente a CPMI – com a base do Governo quando eu falo CPMI – impedindo a gente de continuar a investigação.

Aí muda-se o relator da ação relacionada à CPMI do INSS: do Sr. Toffoli passou a ser o André Mendonça. Qual foi um dos primeiros atos? Olha só, foi medida cautelar em cima de Daniella Fonteles, em cima de Roberta Luchsinger, em cima de Gustavo Gaspar – que estava aqui, que eu mostrei –, em cima de assessor de Senador e Deputado Federal.

E eu digo isso, Presidente, com a cabeça erguida para o país, porque está na hora de o país saber a verdade. Qual é a verdade? Era dinheiro fácil, dinheiro roubado de quem não tinha sequer a chance de lutar. E muitos da República se aproveitaram dessa oportunidade.

Não fui eu que botei Lulinha lá dentro, não fui eu que botei Roberta, não fui eu que botei Daniella, não fui eu que botei Gustavo Gaspar, Deputado, Senador... Esse homem aí, que eu não conhecia, me escolheu Relator. E eu, vendo o exemplo dele, vendo o exemplo dos meus pais e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

minha história de vida, tendo temor a Deus, eu não vou fazer favor de safadeza de ninguém para sujar o meu nome. Então, a única coisa que nós estamos fazendo aqui é caminhando de acordo com o rastro do dinheiro e das evidências.

Aí vamos um pouco mais à frente: os descontos associativos. Quando esse homem assumiu a Presidência e os senhores na CPMI, nós tínhamos um rombo de bilhões de reais, 10 bilhões, Senador Girão. E sabe quantos presos, Deputado Marcon, sabe quantos presos? Diga aí, quando começou. O senhor disse mesmo: zero. Zero. Ou seja, estava um verdadeiro festival, festival da impunidade. Aí, a CPMI foi andando, as instituições brasileiras que estavam muitas delas omissas e acovardadas tiveram que agir nem que fossem impelidas pelas circunstâncias.

Cada vez mais, a gente vai mostrando ao Brasil o tamanho do problema. Tem muitos padrinhos, aqui no Congresso, essas associações. Esse não é um roubo praticado só pelos presidentes e componentes das associações, não. Muitos funcionários públicos e muitos políticos e muitos empresários botaram a mão na lama em detrimento de gente simples e sofredora.

Mas aí vem a próxima etapa. Não conversei com o Presidente para não dar ao Presidente uma carga a mais de tudo que o Presidente tinha que conduzir. O Presidente estava às vésperas de uma operação que iria decidir se ele ia permanecer vivo, curado ou se ele ia morrer. Como é que eu ia dividir as preocupações com um homem desses que estava, na véspera, saindo daqui para tentar sobreviver?

Conversei com a equipe técnica e disse: "Como nós vamos investigar agora o sistema financeiro?". Se você encontra um parceiro errado nesse diálogo, o parceiro pode se valer daquela informação e pode usar até o seu nome para dizer: "Ó, consegui blindar você e amanhã teu nome está envolvido e você está ferrado para sempre". Eu preferi guardar no meu coração. Sem poder dividir com o Presidente, eu fui para casa, pensei como iria convocar o sistema financeiro. A gente teria que ter regras, não podia ser da minha cabeça. Então, eu resolvi, com base nos dados da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) do Governo atual e do Banco Central, ver quais os *scores* dos bancos e pelo volume de negociações. A gente tinha 40 associações de desconto associativo. Nós não pudemos ouvir todos, mas pegamos as que tinham maior volume e maior problema. Pois bem. E convocamos quem para estar aqui? Os presidentes. O que foi que a gente fez? Peguei as dez instituições financeiras, proporcionalmente com maior número e volume de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

negócios, para poder também não me equivocar – "Essa tem mais. Não, mas tem que ver proporcionalmente a liberação de recursos" –, e pedi a convocação dos presidentes.

Rapaz, no dia em que eu entrei ali e que o Presidente ia pautar, parecia um enxame em cima do Presidente, querendo pressionar o Presidente para tirar nome de banco, para tirar nome de presidente de banco para ser convocado. E o Presidente, mais uma vez, de forma séria, honesta, tranquila, disse: "Eu não posso fazer isso. Eu vou levar à votação". Às vésperas de se operar, esse homem veio para cá, botou em votação, e a base do Governo terminou blindando o C6, blindou o Santander, blindou o PicPay e blindou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu já falei de Santander, tem outro aí que blindou que eu... A Crefisa.

E eu não dividi com o Presidente – o Presidente, poxa, indo se operar. Depois que o Presidente voltou, a gente conversou sobre isso. E achamos injusto, o Presidente me dizendo: "Eu não vim aqui para blindar uns e para beneficiar ou prejudicar outros". Então, eu refiz as convocações dos pedidos de vinda dos presidentes de bancos – de bancos –, e o Presidente colocou na pauta.

Olhem, eu não estou falando de banco A, de banco B, de banco C, de banco D ou de qualquer banco. É o sistema financeiro, que envolve milhões e milhões de reais. O Presidente não fez o favor, eu não fiz o favor, e muitos dos senhores e das senhoras tiveram a hombridade de não fazer o favor. Teoricamente, a gente podia ter a nossa campanha liquidada – estamos falando do sistema financeiro. Podia ter resolvido financeiramente na véspera de uma campanha. Aí eu pergunto: "É isso que o Brasil espera da gente? É isso que o povo brasileiro quer dos seus representantes?". Nós agimos decentemente.

O Presidente fez uma pauta, esta semana, não foi escolhendo na lupa quem é que vinha para cá para a pauta ou deixava de vir, não. O Presidente teve até o cuidado de não permitir perseguição política e exposição de personagens que não estavam devidamente provados.

Aí eu volto para o começo. Eu dormi tendo a certeza de que a gente ia votar requerimento a requerimento, e o Governo ia ter maioria para derrubar todos. Aí o Governo inventou uma fórmula que nunca tinha inventado, na soberba: "Olhem, em vez de a gente se desgastar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

dizer que estamos protegendo o sistema financeiro, o Banco Master, os voos de aeronave, o banqueiro fulano de tal, o banqueiro ciclano, o banco tal, a Arpar [que é um túnel de propina de bilhões de reais], vamos dar o golpe?". Regimentalmente falando. Qual era o golpe? "Vamos votar em bloco." Rapaz, e o Presidente mais uma vez, com essa paciência, seriedade... O Presidente... Eu fiz um apelo a ele, eu disse: "Presidente, faça isso não". Ele: "Eu não posso, Alfredo, é o Regimento, eu tenho que colocar em bloco". Poxa, o Governo, a base do Governo saiu pulando, feliz da vida. Estava tudo resolvido. Ninguém ia se desgastar. Rapaz, aí Deus mais uma vez mostrou que a soberba precede a queda.

Aí, agora, em vez de estarem aqui, em vez de estarem aqui para ouvir um depoimento importante e lutando por justiça, essa base está toda reunida. Sabem por quê? Porque está todo mundo: "Você conhece quem? Você consegue pressionar quem? Vamos lá para o Davi Alcolumbre. A gente tem que mostrar a ele que isso é um perigo para a República. Não vai sobrar ninguém, tem muita gente num bolso. Aqui tem um banqueiro, aqui tem um sistema financeiro, aqui tem o filho do Presidente da República. As contas dele não podem ser mostradas. Vocês querem acabar com a República? Vocês são loucos?". E aí está um deus nos acuda neste momento.

Agora, neste momento, enquanto aqui está uma paz, tem outros locais que está um deus nos acuda. Lá está um cabra ligando: "Lula..." Lula não, deve ser: "Presidente. Tenho uma péssima notícia: deram um golpe". Não, Lula, deram golpe não. É a tua base. A tua base errou, mais uma vez, a estratégia. A estratégia que perdeu a eleição aqui. E diziam que tinha sido um golpe. Olha aqui o golpe. O golpe foi eleito legitimamente.

Agora, desse outro lado, Presidente, são tantas forças poderosas e contrárias, são tantas forças que estão trabalhando para derrubar uma eleição legítima, uma votação legítima, que eu queria dizer ao povo de Minas Gerais: "Aconteça o que acontecer, a República tem um novo herói e se chama Carlos Viana". É um herói, Presidente, pela coragem, pela decência e pela dignidade.

É fácil fazer favor ao poder. Poxa, talvez todos nós quiséssemos, de alguma forma, agradar, e ser reconhecido lá o poder. Mas, Presidente, seria justo com a nação? Presidente, seria justo nós sermos beneficiados, e o povo brasileiro ir para a lata do lixo? Quero dizer ao senhor, Presidente, o senhor, mais uma vez, agiu com decência, dignidade e honrando Minas Gerais. E é de Minas Gerais que hoje, através do senhor, o Brasil se orgulha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu começo propriamente sobre o depoimento, mas, antes, eu não poderia deixar de mostrar em que estágio da República nós estamos. E aí chegamos ao senhor depoente que está aqui, o Sr. Camisotti. E por que o Sr. Camisotti está aqui?

Queria iniciar aqui a apresentação.

Mas, Sr. Camisotti, antes de adentrar à apresentação, eu queria ouvir um pouco sobre o senhor. Poxa, o senhor, eu vi que é muito jovem. O senhor tem que idade?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Trinta e três anos.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha, o senhor tem 33 anos, o senhor está no início de uma jornada de vida, mas o senhor não é como milhões de brasileiros. O senhor é uma pessoa que tem condições financeiras. Possivelmente, o senhor já tenha nascido com uma condição financeira bastante diferenciada.

O senhor é formado em quê?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Engenharia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor é filho de quem?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Maurício Camisotti.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – E da sua mãe?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Cecília Simões.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer onde se encontra o seu pai neste momento?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se o seu pai se encontra preso?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se o seu pai está preso, acusado de participar do roubo dos aposentados e pensionistas do INSS?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Relator, só um minutinho. Antes de ele responder, vou lembrar à defesa e à própria testemunha que está aqui... Vou ler aqui uma interpretação sobre o *habeas corpus* que ele tem: "Em que pese a concessão do direito a não prestar o compromisso e o direito ao silêncio a perguntas potencialmente incriminatórias, o depoente permanece na qualidade de testemunha, uma vez que não houve decisão de alteração deste aspecto no *habeas corpus*".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Não entendi, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele está aqui como testemunha. As perguntas públicas de conhecimento ele tem que responder...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Para aquelas em que ele entender, e a defesa entender, que há comprometimento, ele pode permanecer em silêncio, mas, com relação às questões públicas, não.

Nesse sentido, aqui quero destacar o HC 26.488, da lavra do Ministro Luiz Fux: "A propósito do compromisso de dizer a verdade, do Código de Processo Penal, art. 203, nada mais é do que exortação moral do dever de depor sem se omitir, nem se distanciar dos fatos de que tiver conhecimento. Nesse sentido, eventual depoimento prestado sem assinatura do compromisso de dizer a verdade não exime o depoente desse dever, o qual decorre diretamente do art. 206 do Código de Processo Penal".

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO (*Fora do microfone*.) – Presidente, ao menos em relação à decisão vigente, para este depoente, ela diz que ele tem o direito de não sofrer constrangimento físico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele não está sofrendo constrangimento, Doutor. Estão perguntando onde é que está o pai dele... (*Fora do microfone.*)

Ele não está sofrendo constrangimento, Excelência. O pai dele está preso.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Presidente, são fatos notórios que claramente abalam o moral de qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Doutor, constrangimento seria se o chamassem de qualquer coisa, fizessem uma pré-condenação, não é?

Assim, quando for uma pergunta sobre movimentação, em que ele sentir a possibilidade de se incriminar, ele fica em silêncio, mas às perguntas públicas, Doutor, ele tem que responder aqui.

Então, queria só fazer essa exortação, para a gente poder dar uma sequência mais tranquila.

Pois não, Relator.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – É fato público e notório...

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu vou voltar a perguntar, e de uma forma bem delicada: o seu genitor era para prestar depoimento aqui, e até hoje eu estou esperando o seu genitor. O senhor sabe informar onde o seu genitor se encontra? (*Pausa.*)

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Muito bem. Taquigrafia, deixa isso aí registrado.

O senhor, como jovem – 33 anos –, está aqui na qualidade de testemunha, e eu vou ter a oportunidade de com o senhor poder conversar uma parte deste dia. O senhor ouviu falar no escândalo do INSS?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto. O senhor já ouviu falar numa empresa chamada Rede Mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pronto.

Abre aqui, por favor.

Olha, só para começar: eu, quando eu vim para Brasília, sabia que ia encontrar gente que tinha muitas condições financeiras, e também que o Brasil inteiro... O poder está aqui, mas eu quero dizer que estamos diante do Sr. Paulo. A família do Sr. Paulo movimentou – movimentou – por volta de R$800 milhões. Então, esse é o motivo de o Sr. Paulo estar aqui.

Vamos passar. Passa. Passa.

Então, vamos ao que interessa, que é dado público, está certo?

Olha, o senhor chega aqui como testemunha. O senhor pode sair como uma testemunha ou o senhor pode sair como um grande suspeito.

Já que o senhor me parece uma pessoa bem-intencionada – na verdade, quem vê rosto não vê coração, mas eu, olhando o senhor, achei o senhor bem-intencionado –, eu tenho certeza de que o senhor vai poder me esclarecer quais funções ou quais serviços ou quais produtos essas empresas prestam, certo?

Então, "bora" falar da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Saúde e Benefícios (ABCS).

Qual é a sua função na empresa?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Presidente.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente.

E qual é a atribuição dessa empresa?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, o senhor não pode permanecer em silêncio em relação à atribuição de uma empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente, toda a resposta que a testemunha vai dar, o advogado sopra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência, ele tem direito.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Mas é o advogado que está depondo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, mas ele tem direito à assessoria jurídica. Isso aí nós não podemos...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Mas como é que não pode responder uma pergunta dessa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, aí, quando ele der a resposta, nós podemos questionar a testemunha. Mas o advogado tem todo o acesso aqui para poder conversar com ele.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Então, eu fiz uma pergunta sobre a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Saúde e Benefícios, ele, como Presidente.

Eu, presidente de uma empresa, quero prezar pelo prestígio e, principalmente, pela transparência.

Eu só fiz uma pergunta: qual é a atribuição dessa empresa? Quer responder ou vai ficar em silêncio?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou ficar em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Pois vamos falar da Benfix Corretora de Seguros. Qual é a sua função na Benfix?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Olha: ele foi o representante da Benfix. Guardem este nome: Benfix.

Brasil Dental Serviços Compartilhados, qual é a sua função?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Brasil Dental Operadora de Planos Odontológicos.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Brasil Dental Operadora de Planos Odontológicos, um outro CNPJ?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Grupo Rede Mais S.A.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – MCCS Administração de Bens?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – NB Studio Vila Olímpia?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente, a gente vai tocar a sessão assim, ele não vai dizer nem se ele é homem ou mulher, se é vivo ou está morto.

Como é que vai funcionar, Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou colocar uma questão aqui, Marcon, Deputado Marcon.

Ele pode permanecer em silêncio nas questões que podem incriminá-lo. Se essas empresas, por exemplo, dando uma hipótese aqui, são empresas de fachada, o silêncio dele se justifica.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Está bom, Presidente.

Então, ele está admitindo que é de fachada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Bem, isso aí eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Entendi, entendi, entendi a estratégia.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente, eu não sei se eu perguntei a Odonto Seguro Operadora de Planos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ainda não.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Depoente, qual a atribuição da Odonto Seguradora Operadora de Planos?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Depoente, qual a função da Pro-Goods Soluções?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí, por favor.

Sr. Depoente, qual as atribuições da Prodent?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Depoente Paulo Camisotti, qual as atribuições da empresa Progoods Comércio?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual as atribuições da Prohealth Ltda.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual as atribuições da Rede Mais Saúde Ltda.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, filho de Maurício Camisotti, qual as atribuições da Rede Mais Saúde Ltda. com outro CNPJ?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Tem mais quatro Rede Mais Saúde com CNPJ repetido, Sr. Paulo Camisotti. Quais as atribuições?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual a atribuição da Rede Total de Benefícios Ltda.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual a atribuição da Simplus Saúde Ltda.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual a atribuição da Simplus Soluções Ltda.?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Paulo Camisotti, qual a atribuição da SPS?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa aí.

Olha, eu nem sei quantas empresas eu falei aí, mas tem mais de 20.

Quando a gente trata de um empresário, no Brasil, que tem... Diante do contexto, que este Brasil cobra tanto imposto e empreender no Brasil é tão difícil, eu poderia estar diante aqui de uma pessoa que tem sucesso na vida: mais de 20 empresas como representante ou presidente. Se tem alguém neste país que pode ser chamado de presidente é Paulo Camisotti. Então, ele é presidente de mais de 20 empresas. A única dúvida que nós temos agora é o que um empresário com mais de 20 empresas tem a ver com o escândalo, o roubo do INSS.

Passa aí, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passa aí.

Sr. Paulo Camisotti, qual a sua relação com a Ambec? (*Pausa.*)

Sr. Paulo Camisotti, qual a sua relação com a Cebap?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Passa mais outra.

Sr. Paulo Camisotti, qual a sua relação ou das suas empresas com a Unsbras?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu agora estou mostrando três associações que, juntas, tiraram de aposentados e pensionistas quase R$1 bilhão.

Passa aí, por favor. Passa. Passa. Passa aí.

Depois eu vou voltar lá para o gráfico, mas eu vou fazer umas perguntas ao senhor. Eu vou lhe dar a oportunidade de mostrar ao país que o senhor é um empresário decente, que o senhor é um empresário que orgulha a nação. (*Pausa.*)

São os meus óculos aqui? (*Pausa.*)

A Ambec recebeu quase R$500 milhões. Até aí não tem problema nenhum; o problema é de quem for lá dirigente da Ambec. Aí nós estamos aqui para discutir quem são os dirigentes da Ambec.

Qual a sua relação com Marilisa Moran Garcia?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Antonio Fratic Bacic?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Luciene de Camargo Bernardo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Maurício Camisotti?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Meu pai.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu pensei que o senhor ia permanecer em silêncio.

Qual a sua relação com José Hermicesar Brilhante Palmeira?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Qual a sua relação com Maria Aparecida Vieira?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – "Sim, Alfredo, o que isso tem a ver com a história do mundo?". Acabei de falar de R$500 milhões da Ambec, retirados de aposentados e pensionistas.

Só para os senhores terem uma ideia.

Ambec, entidade criminosa. Primeiro presidente: Ademar Fratric Bacic. Quem é? Primo dele, sobrinho de Maurício Camisotti.

José Hermicesar Brilhante, também Presidente, trabalhava nas empresas dele, em que ele é o Presidente; Luciene de Camargo Bernardo, prima do pai dele; Antônio Fratic Bacic, tio dele – Paulo.

Então, a Ambec, toda constituída na diretoria, com laços familiares dele, de sangue, e também com pessoas que eram funcionárias dessas empresas aí que a gente começou a citar.

"Alfredo, tudo bem, você está falando da Ambec". Agora, bota aqui, por favor. Bota aquele gráfico.

Falando da Ambec, quem é o Procurador da Ambec? Se chama Careca do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores estão cansados de ouvir aqui que o maior bandido do roubo do INSS foi quem? Careca do INSS, Antônio Carlos Camilo Antunes. Os senhores estão completamente equivocados.

Essas três empresas, que juntas receberam quase R$900 milhões – Ambec, Cebap e Unsbras... Eu já mostrei a Ambec, para não tomar muito tempo dos senhores, porque hoje foi um dia já bastante movimentado. A Ambec, a relação familiar todinha com as empresas dele e do pai. Mas, além disso, a Diretoria da Ambec, toda a família Camisotti ou agregados receberam aqui do INSS. Tem problema desconto associativo do INSS? Não, desde que haja uma prestação de serviço.

Primeiro problema: 100% – 100% – das auditorias e averiguações dessas três empresas que retiraram quase 900 milhões – 100% – fraudulentas. Não são 98%, 97%, são 100%. Mas esse dinheiro foi para onde? Os senhores vão ver agora.

O Sr. Antônio Carlos Camilo Antunes, que está preso – esse elemento aqui –, nesses três núcleos, em que ele é procurador, e a família Camisotti mantém o domínio, recebeu quanto? Setenta e seis milhões de reais. Esse pessoal sem prestar serviço nenhum. Agora, e Paulo Camisotti entra onde nessa brincadeira? Olha, Prevident Assistência Odontológica. Está aqui o rapaz. Recebeu sabe quanto sem prestar serviço? Cento e setenta e cinco milhões de reais. Careca, recebeu 76. A empresa deles... Aqui que está tudo ligado: Ademir Fratic, que era da Ambec; Paulo Camisotti, que é ele, primo, sócio; Maurício Camisotti, tudo junto: R$175 milhões. Aí a Benfix, que ele, representante, dono, sócio, recebeu, sem prestar nenhum serviço, R$12 milhões. A Rede Mais Saúde, de que ele é Presidente e dirigente, recebeu mais R$176 milhões. O brasileiro comum sequer entende esses números.

Nós estamos falando de um rapaz aqui sentado, que está usando o direito dele ao silêncio, presidente e representante de mais de 20 empresas, que poderia ser um empresário bem-sucedido, que é um jovem diferente de milhões de outros jovens do Brasil que não têm oportunidade.

Se os senhores fizeram uma conta de padaria aqui – de padaria –, nas contas dele e da família, aqui, mais de R$350 milhões, diretamente do aposentado e do pensionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode ficar em silêncio, é um direito do senhor, mas o aposentado e o pensionista brasileiro que estão em casa, para quem faltou remédio, a comida; o aposentado e o pensionista que não têm o luxo que o senhor tem, o aposentado e o pensionista que sofreram com a falta de remédio e com o finalzinho do dinheiro do mês, do dinheiro dele, uma parte relevante foi para ele e para a família, mais de R$350 milhões.

Paulo Otávio Camisotti, eu perguntei onde está o seu pai, e ele não disse. O pai dele está na cadeia, porque nós pedimos aqui e não podia ser diferente, mas ele também deveria estar preso. Aqui, aqui, essa família, com mais de R$350 milhões dessas três entidades, ela é três vezes, quatro vezes, cinco vezes, melhor falando, mais forte do que Careca do INSS. Botaram o nome do Careca do INSS, e a gente ficou repetindo: "Maior operador financeiro", o que é verdade, é um grande operador, mas se lembrem desse nome: Camisotti. Camisotti, nessa operação aqui, foi cinco vezes maior do que Careca do INSS.

Eu vou falar outros nomes, mas ele tem todo o direito de permanecer em silêncio.

Primeiro dia de CPMI, segundo dia, terceiro dia, sei lá que dia foi, eu vim para cá e elaborei uma lista de mais de 21 prisões, só baseado no que a Polícia Federal já tinha apurado, e ainda não tinha conseguido pedir a prisão. Rapaz, a base do Governo aqui foi um deus nos acuda! É muita gente para ser presa no primeiro dia. Não tem um, não tem um que se salve. O andamento foi só mostrando isso.

Mas teve um nome que gerou muita repercussão, porque já era o sistema financeiro presente. Foi o do senhor chamado Márcio Alaor de Araújo, tratado aqui como pai dos consignados. A pergunta que eu faço ao senhor: qual é a relação do senhor com o Márcio Araújo?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Aqui, essas entidades, sob o controle deles e do Careca, remeteram R$45 milhões para essa consultoria, acostumada a pagar propina, e quase 30 milhões vieram para o Sr. Márcio Alaor de Araújo, que tem passagem em vários bancos, mas principalmente no Banco BMG.

Então, quero dizer aos senhores: cada coisa ao seu tempo. Está aqui mais uma descoberta da CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mas deixa eu dizer outra descoberta da CPMI, que trarei em breve: um grande grupo empresarial sacou dinheiro e pagou propina, e os senhores vão ver que os personagens se repetem. Os personagens são os mesmos por conta do poder e da impunidade.

Então, senhores, se me permitirem abreviar minha apresentação – como eu disse, hoje foi um dia muito tenso –, ele e o pai montaram uma rede estruturada de serviço fictício que arrancava dinheiro das associações que eles mesmos dominavam. E esse dinheiro saía do bolso dos aposentados e ia bater no bolso deles. Mas tem alguns fatos interessantes que eu vou aqui mostrar. (*Pausa.*)

O senhor pode me dizer por que recebeu R$32 milhões, no dia 02/12/2024, da empresa RM Administrative & Services?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual é a sua ligação com a Geap Autogestão em Saúde, daqui, do Distrito Federal?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se o seu primo, Ademir Fratric, foi Secretário-Executivo do Ministério da Saúde no ano de 2015?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi o partido político – qual foi o político – que abriu as portas da Geap para vocês?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer por que seu pai doou R$100 mil para Rodrigo Rollemberg, daqui, do Distrito Federal, ex-Governador?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual o motivo de seu pai ter doado mais de milhão de reais para partido político, aqui, registrado em Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Seu pai tem relação com...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Qual partido?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Eu acho que foi o PSDB. É que eu tinha esquecido.

Pode me dizer quais Parlamentares mantêm relação com você, seu pai e as suas empresas?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer, em relação ao Sr. Antônio Luz, ex-Deputado lá de Santa Catarina, qual é a participação dele nas suas empresas?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se já foi preso ou processado alguma vez?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer qual foi o processo que o senhor já sofreu?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, acho que essa informação é pública, né? Acho que ele não pode se negar a dar informação que é...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Qual o processo que ele... É público, tem que falar. São tantos que não sabe...?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, Presidente, me parece que essa informação é pública. Se o depoente é consultado sobre processos...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu quero orientar aqui ao seu advogado e também a ti, Paulo, que informações públicas precisam ser repassadas, você precisa responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Quer repetir a pergunta...?

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou pedir que o Relator repita a pergunta para que não tenha nenhuma dúvida sobre o conteúdo dela. Pode repetir, Relator, por gentileza?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quero aproveitar aqui para registrar que há dez Parlamentares aqui, e nenhum da base do Governo, neste momento, aqui na CPMI.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor pode me dizer se já respondeu ou responde a algum processo judicial?

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Presidente, a avaliação sobre o que é ou não incriminatório, ou o que é potencialmente incriminatório, com todas as vênias, pela decisão obtida pelo depoente, ela cabe ao próprio depoente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou fazer a leitura aqui do art. 266, para que não reste dúvida ao advogado, à defesa, e a nenhum dos presentes aqui. Art. 266... 206 do Código de Processo Penal: "A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias".

Quero aqui destacar também a decisão do Ministro Flávio Dino, no HC protocolado... impetrado pelo Paulo, onde o Ministro Flávio Dino diz que ele é obrigado a vir, a comparecer a esta Comissão, devendo permanecer calado nos casos de não autoincriminação. Quando o Relator pergunta clara e em língua portuguesa se existe algum processo em que ele foi condenado, e sendo essa condenação uma condenação pública, não é uma autoincriminação ele confirmar um dado público. Então eu reitero a importância, sob pena de você descumprir uma decisão de um ministro do Supremo.

Então peço mais uma vez que o Relator repita a pergunta, para que não se tenha dúvida de que isso aqui não é uma autoincriminação. Aqui há, de fato, um questionamento necessário para o bom andamento desta CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler aqui a decisão do Ministro Flávio Dino, no HC 268.102: "defiro parcialmente a liminar para assegurar ao paciente [...] o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ela dirigidas".

Se você nunca foi condenado, basta dizer: "Nunca fui condenado"; se foi condenado: "Sim, fui condenado"; em tendo sido condenado, se há recurso, diga que foi condenado, mas existe recurso; se foi condenado e a sentença penal condenatória transitou em julgado, diga: "Fui condenado e a sentença penal condenatória transitou em julgado", essa é a resposta possível nesse questionamento.

Pode repetir pela última vez, Sr. Relator, por gentileza?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito com o que o senhor explicou. Ele pode responder direto aí.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Eu não me recordo.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Certo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – É meio difícil acreditar, Presidente. Agora, é importante lembrar que o art. 342 do Código Penal diz que a pena é de detenção para quem mentir ou calar a verdade como testemunha no depoimento.

Então, assim, eu acho que precisa ficar claro aqui, Sr. Presidente, que nós estamos diante de uma testemunha, de uma pessoa que não está colaborando. Dizer que não se lembra se foi condenado ou não foi condenado?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente... Tchê, tu estás sabendo que isso aqui não é brincadeira. Não sei se tu foste informado de que tu podes sair preso daqui, se tu continuares fazendo palhaçada com quem está trabalhando aqui.

Então, a gente está tentando descobrir para onde é que foi o dinheiro roubado de aposentados e pensionistas. Tu tens lá o *habeas corpus* que te permite não responder o que te incrimine. Agora, achar que a gente é idiota, que tu não lembras se tu um dia foste ou não condenado, aí tu estás rindo da nossa cara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então, a qualquer momento, tu podes sair algemado daqui de dentro. Então, eu acho que era bom tu dares uma colaborada, porque senão o negócio vai ficar feio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, vamos fazer o seguinte: eu vou repetir, mais uma vez, a pergunta. Você se lembra se teve alguma condenação ou não?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (*Fora do microfone*.) – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Pode responder no microfone?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então, para facilitar, para que o Relator continue com os outros questionamentos, eu vou fazer uma busca rápida aqui para ver se há algum tipo de condenação no nome do Paulo Otávio Montalvão Camisotti.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Ô Presidente, não é papel de V. Exa., por favor.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas é porque...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ) – Eu sei que o senhor está fazendo com o melhor da boa vontade, o senhor está dando todas as oportunidades. Eu acho que é melhor deixar a testemunha seguir com as decisões que ele está tomando. Ele é adulto, sabe o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Relator, V. Exa. gostaria de insistir na pergunta?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não, eu vou passar para outro ponto.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Nessa aí eu já me dou por satisfeito com a omissão.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só para deixar registrado na taquigrafia essa omissão dessa informação. De qualquer modo, para que o Relator avance nos outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

questionamentos, a gente vai fazer uma pesquisa aqui, mas está registrada a omissão dessa informação muito bem perguntada pelo eminente Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Grato.

Por favor, passa aqui. (*Pausa.*) Vai para o último quadro. (*Pausa.*) Esse é o último quadro? Pronto.

Quando eu digo que este Brasil é uma esculhambação, as pessoas às vezes se sentem ofendidas. Eu não falo o povo brasileiro, eu estou falando as estruturas de Poder.

Nós tínhamos, até um dia desses, um Ministro do STF, que foi Presidente, chamado Ricardo Lewandowski, um homem que ocupou o mais alto cargo do Poder Judiciário na República. Saiu. Quando ele saiu, o escritório dele com ele foram prestar assessoria a quem? A quem? Banco Master.

Muito bem.

Depois disso, Operação da Polícia Federal Carbono zero, ou algo desse tipo – eu esqueço o nome. Quando vai lá o cara que mexia com negócio errado, até vinculado com uma facção criminosa lavando dinheiro, quem está lá? Escritório do filho do Ministro. O cara foi Ministro do STF, depois Ministro da Segurança Pública do atual Governo. Saiu agora, quando estourou o escândalo do Master. Aí, o cabra vem para essa zona que fizeram com o INSS, roubando aposentado e pensionista.

Aí, meu amigo, Cebap, Ambec, Unsbras roubaram 850 milhões do povo sofrido brasileiro. Para onde foi uma parte desse dinheiro?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não!

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – É, não mesmo.

Para o escritório do filho do Ministro do STF, Ministro da Defesa.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quando?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quando ele era Ministro da Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Quanto? Aí vocês contam aí e vão descobrir. (*Risos.*)

Mas sabe por que parou? Sabe por que parou? Sabe por que parou? Parou no dia 22 de abril de 2025 o pagamento, um dia antes da operação!

Me diga uma coisa – agora, diga –: se fosse eu, eu estaria preso. Eu, o Alfredo, estaria preso. Se eu botasse o meu filho para advogar, enquanto eu tivesse o dever de investigar... Aí deixe eu lhe dizer: rapaz, isso aqui era em plena investigação pela Polícia Federal dessas associações criminosas. Só parou exatamente um dia antes – um dia antes – da operação deflagrada. Aí, diga: isso é um país sério? Isso é um país que merece respeito às autoridades constituídas?

O Chefe da Polícia Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, estava num birô, um olho apontando para a investigação e o outro olho vendo o filho receber dinheiro das entidades investigadas. Foi assim no Master, foi assim na Carbono Oculto, foi assim aqui.

Isso não está certo. Isso não é possível. Interrompeu... Não era tudo legal? Não era tudo bacana? Não era tudo prestação de serviço? Se era, por que interrompeu? Pelo amor de Deus! E é assim, é? Você tem advogado enquanto não é descoberto; depois que você é descoberto, manda o advogado embora? Eu pensava que fosse o contrário: você tem advogado para resolver os problemas quando os problemas aparecem.

Está aqui. O que é que me parece isto aqui? "Rapaz, a gente tá lascado! Controladoria-Geral da União e Polícia Federal estão em cima, só tem um jeito: vamos nos cercar de prestígio." E, quando a bomba estourou, acaba o pagamento. Depois que a bomba do Master estourou, não deu mais para ficar no ministério.

Eu acho isso muito grave, eu acho muito ruim, e são esclarecimentos de que a República precisa.

Então, a pergunta que eu faço: qual o motivo da contratação do Ministro – aliás, do escritório do filho do Ministro da Justiça – por estas entidades, Ambec, Cepab e Unsbras?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece o filho do Ministro da Justiça advogado Ricardo Lewandowski?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor, alguma vez, tratou com esse cidadão dessa contratação aqui profissional?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Uma coisa que me chama atenção também, e que a gente tem que rever, são os milhões de reais direcionados a alguns escritórios de advocacia pagos por empresas que retiraram dinheiro de aposentados e pensionistas. E eu quero saber do senhor qual a sua relação, qual a sua relação...

Onde é que eu botei, meu Deus do Céu? Rapaz, até eu perdi o que eu estava fazendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Não. Não, isso aqui é o de pergunta. Será que eu botei por cima aí, ou alguma coisa...? (*Pausa.*)

Ah, rapaz, você levou embora! (*Risos.*)

Qual o serviço contratado que possibilitou o repasse de R$7 milhões pela Benfix, Rede Mais, Prevident, Prospect e as entidades que repassaram R$7 milhões para a Shimada Advogados?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece algum advogado ou contratou algum serviço advocatício da Shimada Advogados?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece ou contratou algum serviço que repassou mais de R$1,8 milhão para a Panella Advogados?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor contratou ou repassou algum dos R$11,2 milhões ao escritório Bialski – Bialski, parece –, sociedade de advogados?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor conhece alguém desses escritórios que acabei de citar?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Senhores, hoje eu estou sem paciência, estou sem vontade de ficar aqui fazendo um papel que o povo brasileiro já não aguenta mais, que é o papel de estar frente a frente com a impunidade.

Se eu encontrasse esse rapaz – já disse isso uma vez aqui –, se eu encontrasse esse rapaz à noite, eu caminhando, se ele viesse pela mesma calçada, eu não mudaria de lado, não. Não vou mentir. É um rapaz de boa presença, um cara aí bem-criado, um cidadão que nasceu em berço de ouro. Qual é o perigo que ele iria oferecer? E assim a gente julga pelas aparências. Infelizmente, esse é um mal, é um mal que nós temos que retirar das nossas vidas. Se viesse alguém esfarrapado, negro, que tivesse pereba, de chinela, muita gente mudaria de calçada; muita gente acharia que seria um perigo estar à noite num canto escuro, frente a frente. Poxa, como a gente se engana, como a gente faz julgamento apressado e errado!

O Sr. Paulo Camisotti nasceu rico, viveu rico, permanece rico, teve direito a ensino superior, teve direito a uma família, às melhores casas, a mais de 20 empresas. É uma pessoa que pode sentar em qualquer canto do mundo, pedir uma comida, que vai ter dinheiro para pagar; passar numa loja da Ferrari, ver uma Ferrari e comprar; arrumar uma namorada e ir para Paris se quisesse; passear com a família para o mundo inteiro; poxa, ter o relógio que desejasse; realizar os desejos terrenos com muito luxo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poxa, a pergunta que eu faço, aos meus 55 anos de idade: por que tanta ganância? Por que nós, brasileiros, temos que nos deparar diretamente com a impunidade? Sr. Paulo, 33 anos. O senhor talvez não saiba a indignação que o povo brasileiro, neste momento, olhando para o senhor frente a frente, esteja sentindo.

O senhor e seu pai e o resto da gangue tiraram do povo brasileiro milhões de reais – mais de R$350 milhões diretamente para eles. É muito dinheiro, minha gente. É dinheiro do povo mais sofrido do Brasil. Diga: se houvesse justiça neste país, se houvesse o fim do ciclo da impunidade, com *habeas corpus*, sem *habeas corpus*, com lei ou sem lei, uma pessoa dessas devia estar aqui cabisbaixa, pedindo perdão ao Brasil. Mas está confiada na impunidade.

Eu espero e faço esse apelo ao Ministro André Mendonça: que esse que hoje chegou aqui como testemunha saia daqui como investigado e seja preso. São mais de R$350 milhões retirados do povo brasileiro por ele e pelo pai! Vai entrar e sair pela porta da frente e isso o povo brasileiro não aguenta. Calou em perguntas que deveria ter respondido, que eram perguntas apenas informativas – já era o suficiente para ser decretada uma prisão por falso testemunho.

Mas, Sr. Paulo, a audiência vai continuar. O que eu posso dizer aos senhores é – terminando da forma como comecei –: o pulso do Presidente Carlos Viana e o apoio de Parlamentares independentes fizeram a história da investigação da CPMI mudar – mudar para tirar o cobertor da impunidade.

Paulo Camisotti veio depor e teima em puxar esse cobertor de novo para cima, com o apoio de políticos e do sistema jurídico. O lugar de Paulo Camisotti, mesmo branco, bem-vestido e rico, é na cadeia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pela ordem.

Eu queria só comunicar aos Parlamentares que eu estou me retirando aqui da CPMI e me deslocando para o Espírito Santo, porque as informações do Instituto de Meteorologia mostram que essas chuvas intensas que caíram sobre o Estado de Minas Gerais – em Juiz de Fora e Ubá – têm um deslocamento para o território capixaba. Portanto, estou retornando para o nosso estado para ficar próximo dos capixabas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a compreensão de todos e, com certeza, estaremos aqui nos próximos dias. Mas, neste momento, é solidariedade e presença para mitigar o impacto dessas fortes chuvas que estão indo em direção ao nosso querido Estado do Espírito Santo e, mais uma vez, quero lamentar aqui as mortes que provocaram no estado querido de Minas Gerais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, dada a circunstância, eu sou o primeiro a perguntar, mas eu não me importaria se os demais presentes concordassem em deixar o Deputado Evair de Melo falar antes, para que ele possa... se ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, ele já vai. Não vai ter tempo.

Boa viagem, Evair, que chegue em segurança.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Agradeço a gentileza ao Deputado Marcel, mas, como é um voo de emergência, eu preciso ir, não dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Perfeito. O.k.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mas fico bem representado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por dez minutos, com a palavra, Marcel van Hattem, autor do requerimento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu vou passar para o Deputado, Senador, perdão, Izalci. Vou trocar de lugar e falo logo após as perguntas dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, Presidente, eu pergunto ao Sr. Paulo: tudo indica que seu pai, que já está preso justamente por conta desse escândalo do INSS, criou uma grande estrutura para o roubo dos aposentados, e você, Paulo, é sócio e herdeiro desse império do crime, tendo participação fundamental dentro dessa estrutura. Aliás, você já visitou seu pai na prisão?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sabe se ele já... É isso aí eu sei, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas, perdão, Presidente, isso é uma pergunta em que ele pode calar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Se já foi ou não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se já visitou o pai na prisão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Vai incriminar...

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Presidente, ele tem o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Só um minutinho. Eu peço equilíbrio a todos aqui, por gentileza, por favor.

Eu vou ler novamente e espero que seja a última vez. A HC, a decisão do *habeas corpus* do Ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino: "Defiro parcialmente a liminar para assegurar ao paciente [Dr. Guilherme, assim, como é advogado, compreende os limites da lei] o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, ou seja, ele pode querer responder, às perguntas potencialmente incriminatórias". Ou seja, se faz uma pergunta e que essa pergunta vai configurar que ele praticou um crime, ele pode silenciar, princípio da não autoincriminação. "Alínea 'b' - o direito de não assumir compromisso de dizer a verdade. 'c' - direito à assistência plena para o advogado [está aqui muito bem assistido]; 'd' - direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores". Veja só, aqui não está tendo nenhum constrangimento físico, muito menos moral. Aqui o que está havendo é a reclamação, a reivindicação de membros que fazem parte desta CPMI, portanto, têm legitimidade de reivindicar o descumprimento das alíneas anteriores, ou seja, não tem fundamento para não resposta se ele visitou o pai na prisão. Responder se ele visitou o pai na prisão não quer dizer que ele cometeu crime. Visitar o pai na prisão, se você pensa assim, é bom você visitar. Isso é um comportamento de filho ruim, que não vai visitar o pai. Você visitar o seu pai na prisão não configura crime. Configura crime é usar uma empresa de fachada para lavar dinheiro desviado da conta do aposentado. Então é muito importante que não se cale a verdade. Não é uma autoincriminação, não configura crime dizer se ele visitou o pai na prisão ou não. É apenas isso. Eu insisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Com todo o respeito aos trabalhos da Comissão, a avaliação sobre se a resposta pode ou não potencialmente ser lesiva...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou suspender por dois minutos os trabalhos porque, infelizmente...

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – ... as consequências vão ter que ser aplicadas, porque o HC não está sendo cumprido, está extrapolando os limites do *habeas corpus*.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, é que neste horário, daqui a pouco começam os voos dos Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não, mas a gente precisa avançar com qualidade.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... e aí deixa ele não responder que a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou repetir. Eu já repeti aqui várias vezes: precisa responder. É preciso responder. A pergunta foi clara. Visitou o Camisotti, visitou o seu pai na prisão? Sim ou não? Isso não é incriminação. Qual o problema de responder isso? Aí você está banalizando os trabalhos da CPMI.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO (*Fora do microfone*.) – De forma alguma estou banalizando...

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Então me explica qual é a configuração de crime a partir do momento em que ele responde se visitou o Camisotti na prisão.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Ele não tem sequer o compromisso com a verdade, vou ter que assinar o termo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Mas aqui não é o compromisso da verdade. Aqui é uma pergunta que não geraria autoincriminação se ele responder. É simples.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO (*Fora do microfone*.) – As perguntas são de forma a constranger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou suspender os trabalhos por dois minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, Presidente, acho que tem que prender ele e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Suspensa a sessão por dois minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 32 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Peço atenção aos Parlamentares, para a gente dar continuidade ao questionamento do Senador Izalci.

Houve um compromisso aqui, por parte da defesa, e fizeram o pedido – que eu entendo justo – de não ter nenhum tipo de afirmação de que você pode ser preso, de que você vai ser preso, sob pena de caracterizar algum tipo de tratamento não urbano. Se o nosso objetivo é ter resposta aos nossos questionamentos, nós sabemos as consequências da lei, assim como o advogado – ele eu também acredito que saiba. Então, assumi aqui o compromisso de que não haverá...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Presidente!

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Nenhum tipo de questionamento nesse sentido, de afirmação nesse sentido, perfeito?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, perfeito, com uma única condição: eu não falarei mais: "O senhor pode ser preso". Se acontecer de novo, eu mesmo darei voz de prisão e pedirei para o senhor cumprir a voz de prisão, porque é um absurdo o que a gente viu acontecer aqui até agora.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu vou falar se acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Eu vou passar a palavra, por dez minutos, ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para interpelar.) – Não, dez não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Por dez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Muito pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – São dez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Achei que eram 20 agora.

O SR. PRESIDENTE (Duarte Jr. Bloco/PSB - MA) – Não.

Por dez minutos, ao Senador Izalci.

Mas antes, repetindo o questionamento: Sr. Paulo Otávio Camisotti, o senhor visitou o seu pai?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Vou perguntar aqui novamente, Presidente.

Vou repetir aqui a pergunta: você já visitou seu pai na prisão?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sabe se ele já se arrependeu de roubar o dinheiro dos aposentados, se ele está arrependido?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, olha. (*Fora do microfone.*) De 2016 a 2022 foi quando vocês começaram a estruturar o grupo, eu tenho aqui a quebra de sigilo de vocês.

Aqui eu vi que, de 2016 a 2020, você recebeu – você recebeu – mais de R$10 milhões do seu pai, diretamente do seu pai. Sabemos que dinheiro é esse. Vai dizer que isso é uma mesada? Ou vai assumir, realmente, que era dinheiro dos aposentados?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Até porque se isso fosse mesada, essa mesada deixa até o Lulinha com inveja, né?

Bem, então vocês criaram o PMC Participações, Fácil Imóveis, MCCS Administração. Aqui eu relembro que é prática comum, entre todos os investigados que estiveram aqui, a criação dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

empresas de fachada, com o nome das iniciais dos próprios investigados. Todas as empresas com os mesmos procuradores: Ramon Rodrigues Novais, Sylvia Regina Novellino. Quem são essas pessoas?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas conhece essas pessoas?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aí, em 2023, entram as associações Ambec, Cebap e a OSPBA. E começam os contratos com a Rede Mais Saúde, que é a sua empresa, que vendeu o *software* mais caro que já foi desenvolvido. O mundo tinha que estar falando de você, e não de Bill Gates.

Com a Ambec... O *software* que vocês venderam. Só para a Ambec foram R$29,9 milhões. Com a Cebap, foram R$44,6 milhões. Com a OSPBA, foram R$9,9 milhões. Uma empresa sem histórico algum, que já começou movimentando quase R$100 milhões. E que idosos, pensionistas, aposentados, deficientes bancaram esse *software*. É sempre bom lembrar. Explica para a gente: por que era tão importante os aposentados pagarem mais de 80 milhões por um *software*?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Aí, de 2023 a 2024, a sua empresa, Rede Mais Saúde, começa a operar como *hub* financeiro – a central de distribuição –, enviando mais de R$160 milhões para as empresas como ProGoods. Com o tempo, eles começaram a ser criativos e criaram a empresa sem usar as iniciais do próprio nome: a Rede Total Benefícios, a PMC Participações, Fácil Imóveis, Brazil Dental...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Silêncio, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Que serviços ProGoods e Fácil, uma empresa imobiliária, prestam para os aposentados? Que tipo de serviço que eles prestam?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Qual a justificativa? Você tem algum vídeo, algum serviço, algum documento que comprove alguma prestação de serviço?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, a rota do dinheiro, Presidente, é sempre a mesma: é dinheiro saindo do aposentado, indo para as associações, depois vai para as empresas do investigado, é distribuído por outras empresas de fachada do investigado, e o dinheiro vai circulando até virar patrimônio dos criminosos.

E ainda, em 2024, quando o esquema começa a entrar em risco, você resolve criar a própria associação, a ABCS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Saúde), usando a sua empresa Rede Mais para financiar, ou seja, usando a empresa para criar novas associações para continuar operando. Isso não é acidente, não é engano; isso é modelo de roubo que já vimos aqui nesta CPMI.

Você tem uma explicação melhor para todas essas coincidências ou não?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Seu pai criou esse império de roubo de aposentados. Você entrou no negócio da família. Seu pai aos poucos foi passando o negócio para o seu nome. Você criou *software* de que não consegue comprovar realmente o valor real; usou essa empresa para distribuir dinheiro dos aposentados para outras empresas; e usou dinheiro do aposentado para comprar imóveis; criou associações novas para continuar roubando.

Você consegue explicar como isso é um negócio legítimo?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O negócio de vocês é outro: é ter vida boa às custas dos idosos, dos deficientes – gente humilde – para bancar sua vida de luxo.

Não tem explicação para o que vocês fizeram. Isso não foi um mero engano; foi um projeto construído em família, envolvendo entidades e empresas de fachada para roubar dinheiro de aposentados e pensionistas. Seu pai é o operador original de todo esse esquema covarde que roubou dinheiro de aposentados – gente pobre, gente humilde – para bancar a vida de luxo. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

você é sócio herdeiro desse império construído em cima de dinheiro economizado a vida inteira dos aposentados; gente que, ao contrário de vocês, trabalhou de verdade a vida inteira só para poder aposentar de forma digna. E vocês roubaram tudo isso deles.

Isso que vocês fizeram é inadmissível. E vocês vão pagar por isso. E esta CPMI vai colocar você junto com seu pai na cadeia.

Presidente, não sei se V. Exa. lembra. V. Exa. não era Senador quando...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É na cadeia mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... quando eu participei...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É na cadeia mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senhores... (*Fora do microfone*.) Senhores, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quando eu participei, Presidente, de várias CPIs aqui... Fui até contestado aqui juridicamente, e nós ganhamos a ação do Partido dos Trabalhadores.

Estava previsto aqui hoje também para ouvir o Cecílio Galvão.

Olha aqui, Marcel, o que aconteceu? O Galvão contratou palestras do filho do ex-Diretor do INSS, o Eric Fidelis, filho do André Fidelis, acusado do esquema, que tem histórico familiar político em Pernambuco.

Alguém já ouviu falar aqui? Eu não sei se alguém acompanhou na televisão essas CPIs, essa questão de palestras, não? Alguém lembra disso?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Lula fazia muito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, era... Exatamente, para Odebrecht, para essas empresas: 300 mil cada palestra, 200 mil. Agora, copiaram. Você vê que o exemplo acaba tornando uma coisa corriqueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro do esquema, além de tudo o que fizeram, ainda copiaram essa questão do Presidente Lula, que foi um exemplo para aqueles que querem desviar recursos e mostrar ou tentar mostrar que realmente tinha fundamento. E aí fizeram, então, um monte de palestras.

Então, vamos ver depois, pelo menos se tem alguma coisa, um roteiro dessas palestras.

Você lembra se vocês pagaram para algum membro do INSS alguma palestra para vocês, não?

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Presidente, apenas rememorando que a defesa fez um compromisso com essa Presidência de que as ameaças constantes de prisão configurariam um constrangimento vedado pela decisão concedida pelo Ministro Flávio Dino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Qual é a ameaça de prisão?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu não fiz ameaça nenhuma, nem falei sobre isso.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO (*Fora do microfone*.) – O senhor acabou de falar.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vamos dar sequência, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – O que eu fiz aqui, na realidade, foi dizer a verdade.

O Relator demonstrou claramente aqui o esquema

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Senador Izalci, vou pedir a V. Exa. para não se dirigir. Deixe que ele coloque com a Presidência, para a gente evitar isso. Isso acaba não gerando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Está respondendo às perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É, é... O senhor fez uma pergunta. Vamos ver se ele vai responder, se a testemunha responde, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – É isso. Eu perguntei pelas palestras. Ele disse que não ia responder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, ele não respondeu. Ele tem que falar se vai responder ou não.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Então, Presidente, tudo o que eu disse aqui, o próprio Relator apresentou muito bem na sua apresentação quais eram as instituições, quais as associações, o volume de recursos, quase R$1 bilhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... um bi, que agora virou moda. Bi aqui, agora, é o normal. Não se fala mais em milhões.

Então, Presidente, a CPMI está de parabéns!

Quero aqui, mais uma vez, também concordar com o Relator do papel de V. Exa., hoje. Aliás, em todas as audiências, mas hoje, em especial, porque a gente conseguiu aprovar a quebra de vários sigilos e também convocações.

E graças... Na primeira audiência nossa, eu apresentei 400 requerimentos, nós conseguimos, naquele momento que tínhamos maioria, aprovar a grande parte das quebras de sigilo. Graças a isso, a gente tem todas essas informações que comprovam realmente esse crime que cometeram contra os aposentados e pensionistas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – A defesa está solicitando um intervalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quinze minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De novo, na minha vez? Na minha vez, outra vez.

Quando eu vou falar...

(*Suspensa às 16 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 04 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está reaberta a sessão.

Enquanto o Relator está ausente, vou pedir à Deputada Coronel Fernanda para ocupar a posição de Relatora para que possamos dar início, reinício, à sessão.

O Deputado Marcel van Hattem pediu para passar a palavra ao Vice-Presidente Duarte.

Com a palavra o Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero mais uma vez manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito bem.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... o meu pesar, o meu constrangimento a toda a sociedade brasileira pelas cenas que hoje nós testemunhamos aqui. Todos aqui são Parlamentares eleitos legitimamente, e é preciso ter equilíbrio para poder lidar com as diferenças. Não é porque o resultado ou a decisão tomada não é a decisão com que eu concordo que me dá o direito de agredir, de violentar, de fazer com que o outro possa passar por uma situação extremamente desnecessária que ninguém gostaria de passar.

Eu ressalto que aqui tem Parlamentares mais idosos, tem mulheres, tem pessoas como o nosso querido Presidente, Senador Carlos Viana, que venceu nos últimos dias, nas últimas semanas, nos últimos meses, a luta contra o câncer, passou por um tratamento oncológico, e que as cenas que aqui eu vi são cenas extremamente constrangedoras. Copo quebrando, uma série de situações que não combinam com a solenidade e o respeito que o cargo exige.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, inicio aqui pedindo minhas escusas, enquanto Vice-Presidente desta CPMI do INSS, a todo o povo brasileiro pelas cenas que hoje nós testemunhamos.

Ao Sr. Paulo Camisotti: aqui, Paulo, é muito mais do que uma oportunidade que nós temos de questionar, mas é a oportunidade que você tem de exercer o seu contraditório, a sua ampla defesa. O *habeas corpus* parcialmente concedido lhe garante o direito de permanecer calado em razão do princípio da não autoincriminação, mas, diante de um fato em que você é inocente, diante de um fato em que você tem a verdade, por que não dizer a verdade ao povo brasileiro?

E aí eu inicio o meu questionamento lhe perguntando, Paulo: quantos anos você tem?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Trinta e três anos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é formado, tem algum curso superior?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Engenharia de produção.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Qual foi a instituição em que você se formou?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Centro Universitário da FEI.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Como engenheiro de produção, com 33 anos, você exerce algumas atividades empresariais?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Como...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você tem alguma outra atividade...

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – ... engenheiro ou empresário?

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você tem, fora a atividade de engenharia... Além da atividade de engenheiro de produção, você exerce alguma outra atividade profissional? Você tem...

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sou empresário.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... alguma empresa em seu nome?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sou empresário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Empresário. Você faz parte das empresas familiares ligadas ao Grupo THG?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Eu volto a falar ao seu advogado, ao Sr. Presidente, que aqui é uma pergunta sobre fatos conhecidos. Empresas... Quando eu me torno sócio de uma empresa, há um registro público, a empresa tem um alvará. Então, não é um fato desconhecido. E ser sócio de uma empresa não é um fato tipificado pelo direito penal, não está previsto no Código Penal como crime.

Então, eu reforço minha pergunta porque isso não é se autoincriminar. Eu pergunto: você é sócio de alguma empresa ligada ao Grupo THG, sim ou não? Simples a pergunta, simples a resposta.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Não.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você é sócio da empresa Rede Mais Saúde?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Perfeito.

Como sócio da empresa Rede Mais Saúde, eu pergunto: quais foram os serviços prestados à Ambec?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, a empresa Rede Mais Saúde recebeu recursos da Ambec. A Ambec, que, no ano de 2021, saiu de um rendimento de R$135 para, em 2023, mais de R$90 milhões.

A Ambec é uma associação que tirava dinheiro da conta de aposentado, da conta de pensionista, da conta de idosos por todo o Brasil. Esse dinheiro saía da conta do aposentado e ia para a conta de algumas empresas. Dentre elas, a Rede Mais Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu preciso saber como uma empresa do ramo de saúde acompanha instantaneamente um crescimento dessa magnitude sem uma expansão estrutural. Existem filiais? Onde fica a sede da empresa Rede Mais Saúde?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Você não consegue me dizer qual serviço essa empresa prestou? Quais serviços são prestados pela empresa Rede Mais Saúde?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Sr. Presidente, é aquela questão, que há uma diferença do Duarte Parlamentar, do Duarte professor de direito constitucional e do Duarte advogado. No direito, no processo civil, no processo penal, quando o réu permanece calado para não se autoincriminar, no processo, aqueles fatos não podem ser tidos como crime. Não há uma presunção de culpa. Pelo contrário, o direito brasileiro, o direito pátrio prevê a presunção de inocência.

Mas aqui, quando o povo brasileiro, quando V. Exas. percebem que ele, o Paulo, se mantém calado, podendo dizer que a sua empresa presta um serviço de fisioterapia, um serviço de terapia ocupacional, de psicologia, o que justifica a empresa Rede Mais Saúde? O que justifica a sua empresa, que está no seu nome, você é empresário, dono dessa empresa, receber mais de R$59 milhões?

Sabe por que você não diz qual serviço você prestou? Porque não prestou o serviço. E o que aconteceu, senhoras e senhores, é que o povo brasileiro, os aposentados brasileiros foram roubados, tiraram, um estupro na conta do aposentado brasileiro, tiraram o dinheiro da conta do aposentado brasileiro, colocaram na conta da Ambec, colocaram na conta das associações. Da conta dessas entidades, foi para a conta de empresas como a Rede Mais Saúde.

E aqui não é uma violação. Aqui não é uma agressão. Pelo contrário, eu não sou seu advogado, mas a Justiça, de fato, é lenta, mas ela não falha.

Aqui a gente precisa seguir o passo a passo do processo. Existe a presunção de inocência, mas é claro, Paulo, que quando tu te calas, quando tu não falas, quando tu não dizes qual serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

é prestado, é claro que você não prestou nenhum serviço. É claro que esses mais R$59 milhões que saíram da conta dos aposentados foram para a conta dessa empresa por lavagem de dinheiro.

É por isso que lamentavelmente eu lhe digo: por isso é que o Camisotti está desde setembro preso. É por isso que as consequências do descumprimento da lei é a prisão. Há um tipo penal para isso. Houve desvio de recurso. As pessoas não contrataram esse serviço, porque esse serviço sequer existiu algum dia.

E é por isso que aqui eu digo: não há justificativa, não há comprovação. De fato, foi retirar dinheiro da conta dos aposentados. E é por isso que nós estamos aqui. É por isso que esta CPMI tem que continuar. É por isso que esta CPMI já mostrou a que veio.

São mais de duas dezenas de procuradores federais, ex-Ministros da Previdência, que estão presos desde novembro, desde setembro do ano passado e vão continuar presos durante muito tempo. Ou delatam, ou colaboram com as investigações, ou vão envelhecer dentro da cadeia. Vão passar décadas e décadas presos pelo crime de roubar as pessoas mais idosas, as pessoas mais vulneráveis.

Por fim, aqui, eu faço uma pergunta, e gostaria muito de contar com a sua colaboração, sendo que até aqui não tive. A contratação da empresa do senhor ocorreu por um processo competitivo ou foi por vínculo familiar – ou com um acordo ali com a entidade?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – A pergunta é simples. A empresa foi contratada por uma entidade. Houve uma contratação técnica ou foi por uma razão de vínculo familiar?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Olha, Presidente, de fato, aqui, o silêncio fala muito mais; o silêncio grita aos nossos ouvidos, porque as provas são incontroversas.

Aqui, Paulo, durante esta tarde, você perdeu a oportunidade de limpar um pouco da sua imagem, perante não só a opinião pública, mas perante os filhos, que, talvez, um dia tu tenhas – ou talvez aqueles que você já tem –, perante a sua família; de limpar o nome da sua família, que, infelizmente, com esse nome tão bonito, hoje está envolvida e está em todas as páginas policiais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

em todos os noticiários, como uma família envolvida no escândalo de corrupção que, infelizmente, atingiu pessoas que tanto precisam.

Agora, de uma forma bem lógica, eu afirmo: milhares de aposentados afirmaram nunca ter autorizado descontos nem utilizado nenhum desses serviços. Ainda assim, sua empresa recebeu milhões e milhões de reais. O senhor afirma que todos esses serviços foram efetivamente prestados? Sim ou não?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – O silêncio reforça o indício de que, de fato, esse dinheiro é o dinheiro que foi retirado violentamente das contas dos aposentados, porque, se o serviço fosse prestado, iria contradizer essas denúncias, e você teria que apresentar notas fiscais, você teria que apresentar provas desse serviço prestado. Como não tem nota fiscal de prestação de serviço, como não tem comprovação de serviço prestado, como não tem assinatura de nenhuma carteira de trabalho de nenhum prestador de serviço contratado pela sua empresa, você fica calado, tentando calar a verdade, para não se autoincriminar; mas – repito – a CPMI já mostrou a que veio, a Justiça vai julgar esses fatos, e – eu lamento muito, Paulo; lamento muito mesmo –, com as consequências que ocorrerão em razão daquilo que foi praticado. Eu lamento não só por ti, uma pessoa jovem, que teve 1001 oportunidades, mas lamento, muito especialmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... pelos consumidores brasileiros, porque, por vezes, eu sou parado na rua e as pessoas falam: "Meu Deus! Eu não sabia que aquele jovem seria capaz daquilo! Eu não sabia que aquele idoso, aquele Deputado Estadual recebeu mais de 59 milhões em sua conta pessoa física". E, uma pessoa idosa daquela, ninguém imagina que vai roubar alguém, mas, infelizmente, idoso rouba, mata, desvia, assim como jovens. E é por isto que nós estamos aqui para mostrar que o caminho do crime não vale a pena. Seguir pelo caminho do bem é muito mais sacrificante, mas o resultado é edificante e é gratificante. E é por isso, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... que eu fortaleço o trabalho desta CPMI, para que nós consigamos garantir a devolução do dinheiro daqueles que foram roubados e nós possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

punir todos aqueles que descumpriram a lei. Independente de ser filho de político, independente de ser político, de ser procurador federal, independente de ser poderoso ou de não ser tão privilegiado assim, se descumprir a lei, a CPMI vai continuar investigando com toda a firmeza.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Duarte.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Pela ordem.) – Uma pergunta, porque a gente estava lendo os comentários aqui na nossa *live*. Tem milhares de brasileiros perguntando qual é a situação da prorrogação da CPMI, porque, depois do que aconteceu hoje, a gente tem muito mais material – que a gente conseguiu ter –, e a gente sabe que precisa de mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Então, o senhor está liderando essa nossa briga para conseguir continuar investigando, e eu queria saber a atualização.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É bom darmos uma resposta às pessoas antes de passar a palavra ao Deputado Marcel van Hattem.

Nós já notificamos, por ofício, o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para uma resposta. O ofício já foi protocolado, e nós estamos aguardando a resposta. Se não vier nos próximos dias, até segunda ou terça, nós vamos ingressar com um mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal, dirigido, inclusive, ao Ministro André Mendonça, sobre a prorrogação da CPMI.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Por nada.

Deputado Marcel Van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para interpelar.) – Antes de começar, Sr. Presidente, poderia só declinar os nomes dos Deputados que antecediam? Porque tem outros na lista, não tem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – É porque não estão presentes, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Quem são os Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Paulo Pimenta, Rogério Correia, Alencar Santana, aí V. Exa., Coronel Chrisóstomo, logo em sequência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Está bom assim, Presidente?

Eu acho que a câmera até podia abrir um pouco mais para mostrar aqui o Plenário da Comissão, porque vai mostrar que não tem nenhum Deputado do PT ou Senador do PT presente. Se for possível, por gentileza. É para mostrar para todo mundo aqui que os Deputados que deveriam ter falado agora, feito as perguntas para o depoente – que permanece calado, mas nós temos direito aqui de fazer as perguntas –, não estão aqui mais nem para fazer as suas narrativas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Para eles a CPI já se acabou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sabe por que, Presidente? A CPI para eles acabou, Deputados Sóstenes.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É isso aí: acabou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Acabou. Eles não têm mais quem blindar, porque esse cara aqui ó – esse cara aqui – acabou de ter o sigilo quebrado por nós.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Bandido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não só dele, de tantos outros aqui. E eles não têm mais quem blindar.

Dê uma olhada no Plenário, povo brasileiro: não tem ninguém do Governo aqui, ninguém do PT, ninguém da esquerda; está só a oposição. É para mostrar o que, Senador Eduardo Girão, Deputado Fahur, Deputado Marcon, Deputada Julia Zanatta? É para mostrar que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

aqui, Deputada Coronel Fernanda, para fazer a investigação. Os outros não têm mais quem blindar; eles estavam aqui só para blindar. Eles estavam aqui exclusivamente para atrapalhar as investigações. Como agora não tem mais ninguém para blindar, porque nós aprovamos 80 requerimentos de uma vez só, foram embora. Foram chorar as pitangas, como se diz no meu Rio Grande, lá para o Davi Alcolumbre, para tentar reverter uma decisão que foi democrática – e depois eles é que são os democratas –, que foi regimental, e que foi a decisão correta do Sr. Presidente, Senador Carlos Viana.

Aqui eu quero elogiar a postura de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor foi firme, justo, correto, do início ao fim, no dia de hoje, quando tentaram, inclusive, agredi-lo fisicamente. O senhor, que vem de uma cirurgia, de um problema de saúde, de um câncer. Olha o tamanho da covardia.

O Deputado Luiz Lima levou um soco na cara, covarde, do Deputado do PT, contra quem já ingressamos no Conselho de Ética. Ele leva o soco, e o Deputado sai correndo. Ele olha para o Luiz Lima, dá o soco e sai correndo, depois diz que foi sem querer. Agora, nas entrevistas, Sr. Presidente, ele está dizendo que é um absurdo dizer que ele, um senhor de 68 anos, podia ter agredido um atleta olímpico. Inverte tudo.

Então, eu quero aqui dizer a V. Exa. – essa cadeira aqui está com defeito – que nós conseguimos fazer com que o feitiço virasse contra o feiticeiro. Tentaram aqui enterrar todo o trabalho da CPI, hoje, rejeitando todos os requerimentos. Não conseguiram, Senador Girão – não conseguiram. Foi o contrário: queriam enterrar tudo de uma vez, e conseguimos aprová-los todos de uma vez.

Agora é o trabalho de prorrogar esta CPMI para que os bandidos que roubaram dos aposentados sejam efetivamente descobertos, punidos e presos.

Aí aqui vem o depoente, que não quer responder e que tem a sua defesa, a legitimidade da participação da banca de advogados, como, aliás, temos visto aqui, ao longo dos trabalhos da CPMI, as bancas que defendem os depoentes, nos acusando de constrangimento. Não se sentem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

eles constrangidos pelo fato de estarem sentados aqui para dar explicações sobre o maior escândalo de corrupção da história do INSS no Brasil, do roubo dos aposentados?

Isso é que me deixa revoltado, Sr. Presidente. No Brasil, a situação se inverteu, Deputado Marcon. Nós é que somos os malvados com aqueles que vêm aqui?

Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti, que está aqui agora porque é investigado pela Polícia Federal e, na condição de testemunha, deveria vir contribuir. Para começar, Sr. Presidente, é importante lembrar que o Sr. Paulo Otávio tentou, de todas as formas, evitar estar sentado nessa cadeira. Não está aqui num espírito colaborativo. Chegou a pedir *habeas corpus* para não vir. Agora tem um *habeas corpus* para não precisar responder a todas as perguntas – recebeu um *habeas corpus* parcial –, e, no dia em que ele viria aqui, no dia 9 de fevereiro, apresentou uma justificativa de que tinha comido uma *pizza* de atum no dia anterior e passado mal e, por isso, não poderia estar aqui.

É verdade isso, Sr. Paulo Otávio?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Relatou ter ingerido *pizza* de atum no dia anterior, evoluindo com náuseas, mal-estar e um episódio de vômito, sem febre, diarreia, dor abdominal ou sangramento intestinal, apresentando apenas sensação de estufamento e leve desidratação.

Pois bem, depois ele pediu, Sr. Presidente... E é investigado por um desvio milionário. São quantos milhões, Sr. Relator, de desvio?

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Trezentos e cinquenta milhões, 370.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Trezentos e cinquenta milhões de desvio. É esse o investigado.

Depois ele pediu à CPMI que ela custeasse integralmente as passagens aéreas sua e de todos os advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saber se realmente isso aconteceu, Sr. Paulo Otávio, se o senhor solicitou e se foram pagas as passagens aéreas para que o senhor e os seus advogados estivessem aqui.

Sim ou não?

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – Presidente, pela ordem, apenas para esclarecer que o advogado...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu estou perguntando para o depoente, Dr. Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Mas é uma informação pública, doutor.

O SR. GUILHERME SILVEIRA COELHO – É pública. Só foi a passagem do depoente. O advogado do depoente está em Brasília aqui, por conta própria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Está ótimo.

Então, por gentileza, Sr. Paulo...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas eu gostaria que repusesse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – ... passe a resposta ao Parlamentar, por gentileza.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – O advogado está aqui por conta própria, e as custas foram só para a minha ida.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Foi paga a sua passagem aérea? É isso?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha só, Sr. Presidente, nós tratamos aqui de um roubo milionário, e o povo brasileiro ainda precisa pagar a passagem aérea para o depoente vir aqui! E, se não paga, não vem. Até disse isso na vez passada. O Vorcaro, se tiver que pagar o avião da Polícia Federal para vir, que se pague.

Mas é um absurdo, Sr. Presidente. Olha a situação a que nós chegamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu pergunto para o Sr. Paulo Otávio, que teve a vinda custeada pelo povo brasileiro, a passagem aérea, porque, se não, não vinha... Quero saber se o senhor conhece o Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é só perguntando se o senhor conhece ou não conhece. Vai permanecer em silêncio sobre o Careca do INSS?

Eu não sei, Sr. Presidente, se ele pode permanecer em silêncio sobre uma informação dessas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ele pode responder, Excelência, de acordo com a orientação da advocacia, da defesa. Não sou eu quem vou me posicionar sobre esse assunto agora.

Se ele se sentir incriminado em algum momento, naturalmente, poderá ficar em silêncio, Excelência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Bom, eu acho que realmente deve se sentir incriminado, porque era o Procurador da Ambec, a empresa, suposta, porque, na verdade, era uma lavanderia, um CNPJ de fachada para roubar dos aposentados brasileiros. A empresa dele, de fachada, atendia à Ambec, que é do Careca do INSS. Como é que não sabe se conhece ou não conhece?

Que serviço prestava a sua empresa?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Serviço, segundo a Polícia Federal, de lavagem de dinheiro. E, além dele, outras pessoas estavam envolvidas nessas atividades ilícitas, como Gabriela Montalvão Camisotti. O senhor sabe quem é?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor a conhece?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E quem é?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Minha irmã.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E por que ela está envolvida?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Porque ela também aparece em relatórios financeiros ligados ao esquema. É a irmã dele, é o pai dele, é a mãe dele. Não é à toa que o pai está preso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E aí, o pai está preso, e a gente não pode dizer aqui que quem deveria estar preso também é o filho. Mas é o óbvio, Sr. Presidente.

Então, aqui, nesta CPMI, nós, apesar de toda a batalha que, muitas vezes, parece ingrata, hoje nós conseguimos uma... Aliás, o senhor conhece esse cidadão aqui, Sr. Paulo Otávio?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Olha, eu acho que tem mais coisa que incrimina o Lulinha aí. Se vai permanecer em silêncio, diz que isso pode potencialmente incriminar.

O senhor tem certeza de que vai permanecer em silêncio? Quem está nos acompanhando também acha que, então, tem mais coisa para ver no Lulinha, nas relações dele com o Careca, com o Camisotti.

Sr. Relator, Deputado Gaspar, parabéns pelo trabalho.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Parabéns, Senador Carlos Viana. Parabéns à oposição e a todos aqui que não esmorecem e que estão trabalhando. Porque, olha aqui em volta, cadê o PT? Cadê a esquerda? Cadê a turma do Governo? Ninguém está aqui mais. Acabou a CPI para eles. Para nós, agora é que está começando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – ... eu queria registrar, rapidamente, que eu fui convidada para um debate, e a outra parte era alguém governista. O Deputado Rogério Correia até havia confirmado com a jornalista Basília, e ela não conseguiu achar nenhum, nenhum membro governista para debater comigo ali fora. Todos correram porque, como disse o Deputado Marcel van Hattem, acabou. Eles não têm mais quem blindar, e tudo será exposto.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Graças ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado.

Deputada Coronel Fernanda com a palavra, por favor.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente quero parabenizar o senhor pela coragem e ousadia, e também o nosso Relator, que se mantém aí firme, coerente, representando bem os homens de bem deste país, dos seus estados. Tem cuidado desta Comissão como um brilhante, que é a resposta que o povo precisa.

Que Deus possa abençoar. Eu sei que o senhor está passando por uma situação de saúde complicada, e eu peço desculpa em nome daqueles Deputados da esquerda que, para defender o filho do Lula, que está morando na Espanha, partiram para cima do senhor. Sem lembrar que o senhor, recentemente, fez uma cirurgia para tratar da sua saúde, mas, mesmo com um problema na saúde, o senhor não abandonou o povo brasileiro. E que a sua família seja abençoada imensamente pela sua coragem, pelo seu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... compromisso, e está de parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa é o nosso Relator, que não mede esforço para fazer o melhor aqui. Ele não faz por picuinha, igual a turma da esquerda faz aqui, não. Ele não está defendendo bandido; ele está defendendo o povo. E isso já ficou claro para todo mundo.

Às vezes, a gente até, na hora de agir aqui, acaba pesando um pouco para lá, um pouco para cá, mas o que a gente quer aqui, na verdade, é fazer com que as coisas aconteçam, e que quem cometeu o crime seja preso, que os nossos aposentados e pensionistas recebam o seu dinheiro de volta, coisa que não está acontecendo. Mais uma vez, eu quero aproveitar este momento, Presidente, para solicitar ao senhor que reafirme junto ao INSS...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim.

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... aquele encaminhamento daquela lista, porque nós temos muitos aposentados que não receberam ainda

Mas o mais importante é dizer que Deus, hoje, colocou a mão sobre esta CPMI, primeiro porque mostrou para o Brasil quem é que quer esconder os bandidos que roubaram os aposentados e pensionistas, que é a turma do PT. Mostrou que essas pessoas, que tanto se dizem vítimas do grupo da oposição, só estão aqui para defender o desgoverno e os parentes do desgoverno. Mas Deus foi tão bom, que eles tentaram armar aqui, e, mesmo assim, Deus fez com que o Ministro André Mendonça autorizasse a quebra do sigilo do Lulinha.

Então, hoje, eles caíram... ou correram do fogo ou caíram no fogo. De um jeito ou do outro, eles se lascaram. E não estão aqui, nesta Comissão, porque estão em outras missões, não; é porque estão envergonhados. Lutaram com todas as forças. Lutaram com o dinheiro do Governo. Mudaram os Deputados aqui do centro, que estavam trabalhando para descobrir a verdade, para que a gente não tivesse os votos da maioria. Trabalharam para mudar aqui a composição. Tentaram colocar o Presidente desta Comissão, que fosse subordinado à ordem do Presidente da República. O Relator, então, nem se fala. Mesmo assim, Deus colocou a mão nesta Comissão.

Esta Comissão começou como uma piada. Quando eu, a Senadora Damares, juntamente com os senhores, fomos buscar todas as assinaturas, a gente era tratada com piada. E eu bem lembro. Falavam assim: "Duas mulheres..." - né, Senadora Damares?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – "Esses homens não vão conseguir nada. Para que vocês vão mexer com isso?".

Hoje, se os aposentados, Presidente, estão recebendo esse dinheiro de volta, é graças ao senhor. É graças ao nosso Relator. É graças a todos os Parlamentares da oposição, porque nós começamos a contrapor tudo o que eles falavam aqui. Senão, as coisas iam ficar debaixo do tapete. Se hoje temos gente presa, como o pai do depoente aqui, é porque esta Comissão trabalhou de verdade – e vamos trabalhar. Ela começou hoje, e nós só vamos terminar quando todos estiverem atrás das grades. E que a justiça seja feita.

Parabéns ao Ministro André Mendonça, que nos respaldou. Mesmo antes de começar... Eu fico pensando assim, Relator: se eles sonhassem que o André Mendonça já tinha dado essa quebra de sigilo, como é que eles estariam aqui? Bateram, mas Deus fez questão de mostrar quem são eles.

Ao depoente, não tem muito o que perguntar: só sabe ficar em silêncio. Mas o que a gente vai falar para eles... O nosso Exmo. Relator falou que, se encontrasse com ele numa caminhada, iria passar por ele, mas eu vou lhe dizer uma coisa, Paulo: a partir de hoje, você não vai poder mais caminhar nas ruas. As pessoas conhecem o seu rosto, tá? As pessoas não vão mais perdoar, porque você também faz parte dessa questão toda. Tem muito aposentado chorando pelo dinheiro que foi roubado, mas você vai entender isso lá na frente.

Eu estou muito feliz, quero aproveitar este momento para dizer para o povo brasileiro que aqui, nesta Comissão, nós temos mulheres de honra, mulheres de coragem e homens de coragem também, de muita honra, que não têm medido esforços para fazer com que a verdade venha à tona.

E quanto ao Sr. Lulinha, Presidente, nós temos requerimento de pedido de prisão dele. Já que aproveitamos e já quebramos o sigilo, vamos também já pedir a prisão dele, porque ele está lá na Espanha, fugido, né? Porque, se a gente olhar a cronologia dele, ele fugiu deste país depois da instalação da CPMI. A instalação foi dia 17 de junho; em julho ele foi embora do nosso país. Mas ele é o filho do Presidente da República. Será que ele poderia fazer isso? O Lulinha está sendo denunciado, está sendo delatado. Recebeu mesada aí de R$300 mil por mês. Quero ver a turma da esquerda explicar isso. Não tem como!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, imagina o senhor recebendo todo mês R$300 mil. E os nossos aposentados chorando! E aí a gente vê o reflexo da previdência. As pessoas têm que entender que a previdência foi criada para proteger o trabalhador, e não para enriquecer ladrão. Nós estamos com um perigo muito grande de as nossas gerações não se aposentarem mais. A previdência está quebrada. O prejuízo aí só dos associativos são de mais de 6 bilhões, e quem está pagando é o trabalhador, em vez das instituições que contribuíram para esse roubo – nada está sendo feito para que elas restituam esse valor, Presidente. Agora nós vamos aos bancos: são mais de R$100 bilhões. E os nossos jovens, como vão ficar? Os nossos homens, hoje, de meia-idade, que estão contando os dias para se aposentar, não vão conseguir. Hoje, para uma pessoa que está ligada diretamente e que contribui para a previdência, demora um a dois anos para passar pela perícia, para ser afastada por doença; mas os bandidos que roubaram essa previdência aqui, tiveram a facilidade de dias para colocar nome de pessoas inocentes e tirar delas o sustento do mês a mês.

Presidente, que Deus te dê muita saúde...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém!

A SRA. CORONEL FERNANDA (PL - MT) – ... e coragem para continuar nos conduzindo, para que a verdade apareça e que esses marginais que roubaram aposentados sejam presos! Porque, tenho certeza, a justiça de Deus já está aqui nesta Comissão e vai continuar mais ainda na vida de cada um, podem ter certeza. O que vocês roubaram dos aposentados, Deus vai tirar de vocês em dobro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

O Deputado... O Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. Para interpelar.) – Presidente, antes de começar a contar meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... só queria fazer um encaminhamento, aliás, um pedido ao senhor. Talvez o senhor possa dar esta informação para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Que o seu *modus operandi* é o *modus operandi* da transparência, sempre foi. Não é desta Comissão, não. Antes mesmo de começar esta Comissão, a sua atuação Parlamentar é com transparência.

Eu pergunto para o senhor o seguinte: a Polícia Federal estipulou um prazo para entregar os dados do celular do Vorcaro, que o Ministro André Mendonça determinou ao Presidente Davi Alcolumbre – que estava com eles, por ordem do Ministro Dias Toffoli – que chegassem aqui a esta Comissão? Tem um prazo para isso? A ansiedade está grande – nossa e de nossas equipes – para podermos nos aprofundar nesse celular.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência. Eu mantive contato com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Andrei, que se prontificou a devolver os arquivos com a maior brevidade possível. Mas há uma determinação do Ministro André Mendonça de que a Polícia Federal nos repasse somente os arquivos ligados a empréstimos consignados. Portanto, a Polícia Federal está fazendo essa separação de arquivos. Eu sei que o ideal era que nós recebêssemos tudo; mas, por determinação do Supremo, nós só receberemos os arquivos ligados aos empréstimos consignados. E o prazo estipulado na data de ontem – quando foi feito o contato – é de uma semana para que a gente receba essas informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Uma semana. Perfeito.

Sr. Presidente Carlos Viana, Sr. Relator Alfredo Gaspar, demais colegas aqui, que são praticamente da oposição, que busca a investigação sobre o maior escândalo do sistema previdenciário – eu não digo do Brasil, Deputada Coronel Fernanda: pelas informações que nós andamos pesquisando, é do mundo. Nunca foi tão cruel, tanta maldade contra pessoas mais vulneráveis. É roubo de gente pobre, é roubo de gente que precisa para comprar o remédio, para comprar comida.

Nesta CPMI, não foi uma vez que Deus botou a mão, foram várias vezes, a partir da eleição aqui, que era dada como certa pelo Governo ou alguém deles para blindar. E, a partir daquele dia, a gente começou a ter muitas vitórias aqui, apesar da blindagem, em alguns momentos do próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

STF, de alguns ministros, e da blindagem constante, nas votações, da tropa de choque do Governo Lula. A gente tem que dar nome, e são fatos.

Mas, Sr. Presidente, esta Comissão, presidida pelo senhor, está lavando a alma dos brasileiros. É impressionante a audiência desta sessão e como tem sido ao longo desses meses. Agora, tem um detalhe: a gente precisa, urgentemente, garantir a prorrogação desta CPMI. Ela não é uma questão de pedido, ela é obrigação. E o senhor, com a sua liderança... O senhor hoje – eu lhe falei – não é um nome apenas de Minas, o senhor é uma liderança nacional, que tem participado desse trabalho de investigação, de busca pela verdade. O senhor... E eu me coloco à disposição e eu tenho certeza de que os colegas da oposição também para, além da carta ao Presidente Alcolumbre, nós irmos ao Plenário, na próxima sessão, entregar o pedido de prorrogação publicamente e fazermos o que estiver ao nosso alcance; porque 60 dias, Deputado Alfredo Gaspar – e o senhor é Relator e tem se debruçado com a sua equipe diuturnamente – é pouco ainda.

A partir do dia vinte... Quando é que termina? Vinte e nove de março?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sim, uma quinta-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Uma quinta-feira. Mais 60 dias ainda é pouco, mas a gente vai trabalhar no limite das nossas forças. Mas precisamos dessa prorrogação.

E eu quero aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vinte e seis, Excelência, de março.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Vinte e seis de março.

Essa prorrogação é essencial para que a gente possa construir um relatório robusto, onde toda essa teia macabra que foi montada para roubar viúvas, deficientes, velhinhos, aposentados e aposentadas possa ser relatada no relatório independente que eu tenho certeza de que vai ser feito.

Agora, eu quero cumprimentar aqui a presença do Sr. Paulo Camisotti, dos advogados Guilherme Coelho, Vinicius Conceição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que não é fácil o senhor estar aqui, sentado, com 33 anos de idade, com a vida toda pela frente. Não sei se o... O senhor tem filhos?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Não tem filhos, mas tem uma... É jovem, tem muita coisa para fazer na vida, e essa situação em que o senhor está é uma situação em que, infelizmente, o que a gente planta, a gente colhe, a gente tem que colher. Uma situação que... O senhor foi perguntado por um colega se visitou seu pai, que está preso desde setembro; o senhor falou que foi. O senhor foi quantas vezes lá?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Mas o senhor chegou a dizer aqui que foi e não pode dizer quantas vezes foi?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Tá. Eu... Caso o senhor vá visitar o seu pai, e acho isso uma questão até de humanidade, ele pode fazer... E temos aqui um mineiro... Chico Xavier, o mineiro do século, dizia uma frase que, para mim, é um norte na minha vida: ninguém pode voltar atrás para fazer um novo começo, mas todos nós podemos começar agora a fazer um novo fim.

Numa das suas idas, olhando nos olhos do seu pai, você pode dizer para ele que uma delação poderia poupar o senhor, poderia poupar a sua irmã, de que o senhor citou o nome aqui há pouco, de situações mais constrangedoras. E é fundamental que, com R$350 milhões que passaram por empresas que o senhor não quis dizer aqui o que é que faziam... O senhor é Presidente de uma empresa – olha o peso do nome "presidente" – e o senhor não diz qual é a atividade que se faz na empresa. O que é que isso incrimina eu não sei, porque os nomes estão aqui, das empresas de saúde e tudo.

E nós chegamos na situação em que o senhor praticamente não colaborou com o nosso trabalho aqui hoje. Hoje o senhor poderia ter ajudado esta Comissão a trazer mais elementos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

trazer mais dados, mas optou pelo silêncio. Tentou não vir, tentou não vir, mas veio e colaborou muito pouco, apesar dos esforços do Relator e dos colegas aqui presentes.

Eu queria lhe colocar o seguinte, uma pergunta apenas, nesses minutos que me faltam: o senhor se arrepende, de alguma forma, de tudo isso que está sendo mostrado com números, com o senhor sendo representante legal, Presidente – esse dinheiro, que é um valor astronômico, é um caminhão de dinheiro... O senhor tem algum sentimento? Porque o senhor disse que não está sabendo... Aqui, um outro colega perguntou, acho que foi o Relator que perguntou se o senhor sabia desse escândalo, se já viu alguma coisa sobre esse escândalo do INSS – a imprensa só dá isso –, e o senhor disse que não estava sabendo.

O senhor se arrepende, de alguma forma, de ter participado dessa triangulação?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Sr. Presidente, a gente está hoje aqui num dia histórico de aprovação de requerimentos muito robustos, que vão mostrar o *follow the money*, para onde é que foi esse dinheiro todo.

O depoimento desse senhor aqui, depoimento não, a quebra de sigilo...

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Ladrão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... deste senhor aqui, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, que é conhecido de outros carnavais, a quebra de sigilo dele vai revelar muita coisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – O senhor foi perguntado pelo colega Marcel van Hattem se conhece esta figura aqui, que teria, segundo a Polícia Federal, recebido R$300 milhões... R$300 mil e 25 milhões, de uma bolada só. O senhor reafirma que o senhor conhece essa pessoa aqui? Teve algum contato com ele?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – Então, Presidente, nessas quebras de sigilo de banqueiros que esta Comissão teve a coragem de fazer, graças à sua determinação em buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

a verdade, sempre com muito equilíbrio... Lobistas ligados a essa pessoa, como nós tivemos aqui a quebra, vão revelar para o Brasil uma podridão maior do que a gente está imaginando, tanto é que não tem ninguém aqui da base do Governo Lula. Foram embora, porque não têm ninguém mais a quem blindar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente e Relator...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Boa Tarde, Excelência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... sobreviventes. Parabéns, sobreviveram!

Mas, antes de falar para o nosso depoente, eu precisava fazer um registro sobre o que aconteceu hoje.

Senador, hoje de manhã nós tivemos nesta Casa uma das mais lindas e incríveis audiências públicas sobre crianças com altas habilidades, crianças superdotadas. E a audiência seria aqui do lado; ainda bem que não foi, a Secretaria colocou lá no outro corredor. Mas eu quero que os senhores imaginem, com as cenas que aconteceram aqui, se as crianças estivessem aqui do lado – eu tinha crianças com autismo também –, o pânico que poderíamos ter causado nas crianças.

Isso me mostra que esta Casa pode ter ficado perigosa para criança. Foi muito ruim o que aconteceu aqui hoje, a forma como os Parlamentares da esquerda avançaram nos senhores na mesa, o que provocou uma reação natural de defesa dos outros colegas, mas foi muito ruim.

Eu quero que esta Casa seja uma casa segura para a criança, mas hoje foi muito ruim. Tivemos que ir lá acalmar todo mundo e dizer: "Ó, é lá do outro lado, é bem longe daqui". Bem longe... Cinco metros. Mas foi muito ruim... Que isso não se repita mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero lembrar que neste Plenário nós tínhamos: a Coronel Fernanda, que passou por uma cirurgia recente; o Presidente Carlos Viana, que passou por uma cirurgia recente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Rogerio Marinho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... o Rogerio Marinho; o Magno Malta, na cadeira de rodas. E, se eu tivesse aqui, eu também estaria em risco porque passei por uma cirurgia. Um empurrão daquele seria o suficiente para me mandar para uma UTI hoje. Foi horrível, deplorável, e eu preciso fazer esse registro.

O segundo registro que eu preciso fazer... Eu estive com o Ministro André Mendonça essa semana, e eu estou no grupo de trabalho da CAE sobre o Banco Master, e uma das nossas agendas essa semana foi com o Ministro André, com o CGU, tivemos outra com a CGU, e eu preciso só trazer uma informação aqui que acho que a imprensa não está falando sobre isso ainda.

Quando o Ministro André assumiu esse novo inquérito, ele encontrou mais de cem aparelhos eletrônicos, sem perícia, ainda. E ele, só antes de ontem, que ele determinou que os aparelhos – eu acho que deve ter *tablet* também, mas vamos imaginar que são cem celulares –, só antes de ontem que ele distribuiu para toda a PF. Ele não escolheu perito. Parabéns, Ministro André! Não tem perito de estimação. Ele acredita na Polícia Federal. Ele distribuiu para todo o corpo técnico da Polícia Federal, para distribuir entre todos os peritos da Polícia Federal, para agilizar a análise.

Imagine quantos aparelhos daqueles têm tema relacionado a essa CPMI! Tem ideia, Girão, da demora que estavam as coisas naquele Supremo para serem investigadas? Então, o Ministro André tem tomado decisões muito acertadas, decisões que merecem aplausos. Só o fato de ter mandado de volta os documentos sigilosos para nós...

Eu já comprei uma pantufa, um pijama novo. Na hora em que esses documentos chegarem, eu vou dormir no meu gabinete, eu vou me debruçar. Os Senadores que moram longe, os Deputados, fiquem tranquilos. Eu e a minha equipe moramos aqui. Eu não tenho bebê em casa. Não tenho nem marido... Eu vou passar dias e horas me debruçando sobre os documentos para a gente tentar recuperar, Girão. Inclusive já pedi que cada Senador e Deputado me ceda um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

servidor que tenha a senha do Jubarte para a gente fazer um mutirão para ler tudo. Então, eu acredito, Presidente e Relator, nós estamos prestando um grande serviço para a nação.

Agora eu quero me dirigir ao depoente. Mais um jovem depoente na mesa com a vida destruída. Que absurdo! Semana passada foi uma jovem mãe. Hoje é um jovem, bonito que só! Mas eu vou te dizer uma coisa, Paulo. Você não vai falar nada. Eu tenho aqui, ó. Não para de chegar pergunta para você.

Como eu sei que você não vai falar, deixa eu te dar um conselho de mãe – me permita –, eu tenho idade de ser sua mãe. Seus advogados estão do seu lado. Competentes, seus advogados. Postura incrível. Parabéns, Doutores, pela postura – eu também sou advogada –, pela postura na Comissão. Parabéns. Porque já sentaram defensores aí que vieram aqui para debochar da gente. O comportamento de vocês... assim, parabéns! Você escolheu um excelente escritório de advocacia.

Mas eu quero lembrar seus defensores para te orientar: que o instrumento da delação premiada, ele tem critérios para ser aceito na Justiça. Precisam ser fatos novos e devidamente comprovados. D turma que está presa lá na Papuda, já tem alguns em desespero – inclusive, senhores, o Stefanutto está abandonado na cadeia –, tem gente presa lá que já está no limite e ontem a gente foi surpreendido que até já tem alguns fazendo delação premiada.

Te antecipe, Paulo, não perca esse instrumento, porque se fizerem delação de tudo que você sabe, na hora que você quiser fazer uma delação, não é mais fato novo, aí acabou a tua oportunidade. Conversa com teu pai, com seus advogados. Esse instrumento é extraordinário. Nós já vimos pessoas se darem muito bem com esse instrumento no Brasil. Então saia daqui sabendo que nós não estamos brincando.

Quero te falar uma coisa: essa CPMI, ela pode até encerrar, mas nós temos um Ministro na Suprema Corte muito justo; nós temos uma Polícia Federal que está trabalhando muito nesta nação. E nós vamos ter outras CPIs nesta Casa, e a CPMI ou CPI do Banco Master – que eu creio que vai ser criada –, ela acaba fazendo relação com essa CPI também. Ela pode pedir troca de documentos, de informações. Detalhe, a CPI do Crime Organizado tem sido muito ousada nesta Casa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Então se vocês estão apostando que isso aqui vai acabar, que não vai virar nada, eu tenho que lhes informar que o Brasil está mudando. Temos uma Polícia Federal aguerrida; um Ministro da Suprema Corte que não deve nada a ninguém, muito corajoso; e o próprio Legislativo vai, com certeza, continuar o seu trabalho por meio de outros instrumentos. Por exemplo, ontem eu fui nomeada, senhores, Relatora de uma proposta de fiscalização e controle na Comissão de Controle Financeiro do Banco Master. Eu estou três vezes envolvida com a história do Banco Master.

Mas o meu conselho fica aqui, Paulo. Esses escândalos estão se correlacionando: não tem como investigar o consignado sem chegar nos aposentados; não tem como investigar os descontos de aposentados sem chegar no Banco Master, que chega no crime organizado. Então está tudo interligado.

Nós não vamos recuar um passo. É a nossa história que está em jogo aqui. É a nossa trajetória. E aqui só tem pessoas que querem ser lembradas um dia como Parlamentares que cumpriram a sua missão. Então a gente não vai recuar, a gente não vai baixar a guarda, pode vir a ameaça que vier, como a que veio para Duarte. Pode vir o que quiser, nós não vamos recuar.

Então, Paulo, preste bem atenção: não deixe outro passar na tua frente, use o instrumento da delação premiada, fale com seus advogados. Se não quiser fazer a delação aqui, procure imediatamente a Justiça. Porque alguns que estão enjaulados já viram que, para eles, só tem a delação.

Deixe-me dizer uma coisa: essa CPMI aqui, essa investigação, ela não é subjetiva. Uma outra investigação que tem elementos subjetivos, a defesa pode ficar protelando, mas essa aqui, gente, é só cruzamento de dados... E contra dados, documentos, não tem argumentos. Então, vocês já foram pegos, com cruzamento de dados. Só resta para vocês: atenuante de pena.

E lamento, Paulo, te informar, mas os crimes pelos quais você vai ser condenado são tantos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco/REPUBLICANOS - DF) – ... inclusive associação criminosa – são tantos –, que as penas são altíssimas. Só vai te sobrar a delação... Aproveite esse instrumento enquanto ainda der tempo, porque já tem muita gente lá mandando recado de que quer fazer delação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Lamento que você esteja sentado a essa mesa, um jovem que podia ter um futuro brilhante. Lamento o que seu pai fez contigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – O Senador Magno Malta com a palavra.

O senhor é o próximo da fila, Excelência – da lista.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Senadoras, ai daqueles que roubam das viúvas, fazem delas suas presas, roubadores dos órfãos! Que farão vocês no dia do castigo, quando vier a destruição? Vier de um lugar distante? Não. Atrás de quem vocês correrão em busca de ajuda? Em busca de que ajuda? Onde vocês deixarão todas as suas riquezas? Nada poderão fazer, a não ser encolher-se entre os prisioneiros, lugar que lhes está reservado. Apesar disso tudo, a ira divina não se desviou; sua mão continua erguida.

Eu acompanhei todo o seu depoimento.

Repetir as perguntas que já foram feitas, tecnicamente... Temos um Relator, e, depois da fala dele, cabe a nós dar manutenção à oitiva. E o jargão mais apropriado para um momento como esse... E quem colocou isso no texto constitucional não imaginou que aquilo que é do para-choque do caminhão, que é: quem cala consente...

O senhor acha que alguém que rouba um celular e vende para tomar uma cervejinha é vítima da sociedade?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – E, toda vez que você disser "vou permanecer em silêncio", você está dizendo para mim: "sim". Quem cala consente.

O senhor se acha uma vítima da sociedade?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o senhor sente quando ouve as palavras: pobre, órfãos, viúvas, aposentados, vulneráveis?

Você é um jovem de 33 anos de idade que nunca trabalhou. O que você sente?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sim. O senhor é engenheiro. O senhor é engenheiro?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – O senhor é engenheiro.

O montante, as cifras assombrosas que passaram pelas suas contas... Aliás, o velho ditado, o jargão do para-choque do caminhão "tal pai, tal filho" vale para hoje também, para alguém que não tem uma prestação de serviço.

O senhor, mais uma vez, é vítima da sociedade ou a sociedade se tornou vítima do senhor e do seu pai?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Sim.

O senhor já viu como a sua idade é emblemática? Sua idade é emblemática, o senhor sabia?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Pergunta difícil! A sua idade é emblemática, mas o maior homem que viveu sobre a terra partiu desta terra com a sua idade. Pregou a honradez, viveu a honradez. Pregou a dignidade, viveu a dignidade. Repudiou o crime, acolheu os pobres, os órfãos, as viúvas e fez algumas afirmações.

Isso, de repente, você não sabe, não tem conhecimento, porque é coisa boa. Mas a facilidade para assaltar – não sei se é de DNA, mas alguém, com a sua idade, que pegou em tanta cifra... Ele disse: "Quem faz a um desses pequeninos [não é estatura, é quem tem menos do que a gente] a mim mesmo faz".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor não sair preso daqui hoje, é preciso que esta Comissão faça um requerimento – um requerimento... (*Pausa.*)

Eu estou dentro do art. 53. O senhor não pode me interromper. Não vai me interromper, eu já estou lhe avisando logo!

É preciso que a CPI faça um requerimento pedindo a soltura do Careca do INSS, porque o senhor não é melhor do que ele.

Aqui não tem um petista, aqui não ficou ninguém para defendê-lo. Eles estavam aqui por causa do Lulinha, e é uma injustiça, porque Lulinha não é melhor do que você. Aliás, vocês são da mesma escola!

Nós vivemos na era cibernética e a sua imagem... Eu não sei se a câmera está em mim ou está nele. Pode pôr a câmera nele; em mim, não. A cara dele tem que ser vista, para que as pessoas que o autorizaram a roubar o dinheiro delas, o consignado, que elas nunca pediram nem para você, nem para seu pai... Que apodreça seu pai na cadeia e que lá também seja o seu lugar, porque gente feito seu pai, feito o Careca do INSS, esse DNA de roubo, de ladrões, de assaltantes, sem sentimento, sem qualquer tipo de empatia...

Se V. Exa. não quiser que eu chame de ladrão, eu chamo de afanador. Eu mudo a palavra: afanador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Vou pedir a V. Exa. para maneirar o discurso, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Então, tá. Afanador. Larápio. (*Risos.*)

Aliás, quando V. Exa. fazia Cidade Alerta, V. Exa... Esse tipo de ladrão, diversas vezes, V. Exa., como homem da comunicação no Cidade Alerta, muitas vezes: "Algema esse larápio!"...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... que está na imagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Esse larápio que está na imagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Nós estamos aqui diante de um jovem que certamente os seus amigos, que devem viver nababescamente à custa dos aposentados em volta de você... Tomara que o seu final... Pelo menos o filho pródigo era digno. Ele tinha muitos amigos enquanto ele tinha muito dinheiro, e a Bíblia diz que, quando tudo acabou, ele foi procurar um trabalho, um emprego, porque, na verdade, ele gastou o que era dele, era uma herança do pai, era dele, herança de pai para filho, mas ele foi criado trabalhando. É tanto que, quando acabou o dinheiro, os amigos foram embora e ele foi trabalhar, diferente de você, que não é vítima da sociedade, conforme diz a ideologia, os ideólogos. Não é vítima, você não nasceu num morro, você teve uma boa escola, tem formação e descobriu uma forma de assaltar sem botar uma escopeta no peito ou um 38 na cabeça de alguém.

Mas o que nós estamos vivendo, aqui dizia a Senadora Damares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... pela sua juventude, você deveria aproveitar – e certamente o seu pai também ser aconselhado –, porque, se não houver punição para você e para seu pai e para o Lulinha, eu acredito que o Brasil já acabou, mas esta CPMI... Esta CPMI, se vocês forem soltos, soltos pela benevolência dos grandes escritórios aqui no Brasil, se vocês forem soltos, pelo menos esta CPMI mostrou seu rosto para o Brasil, mostrou o que gente da sua idade pode fazer sem uma arma na mão, uma caneta e uma maneira de burlar sem que seja pego.

Eu agradeço a Deus, porque, quando esta CPMI começou, não tínhamos esperança, não tinha muita vontade, mas eles não assinaram conosco, mas depois não teve jeito, eles vieram, e veio tudo pronto, com Presidente e Relator. Aprouve Deus que, para que isso estivesse acontecendo hoje, você, que tem uma idade emblemática, a idade de Cristo, que morreu com dignidade, olhando para os seus algozes, e você não tem como olhar para os olhos dos aposentados a que você assaltou...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência....

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... que nós tivéssemos...

Assalto não chama...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência. O tempo terminou, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Ah, terminou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Gosto muito de ouvir V. Exa., mas o tempo terminou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Então me dê mais cinco minutos, já que V. Exa. gosta?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não. Por favor, Excelência, para encerrar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Aprouve Deus – que não foi passo de mágica, é porque o tempo de Deus, ele é o tempo de Deus – que V. Exa. e o Alfredo Gaspar comandassem esse instituto que está sendo aviltado pelo Supremo Tribunal Federal, que é o instituto da CPI ou da CPMI. O *status* jurídico é o mesmo do Supremo Tribunal Federal. Não está autorizado o Ministro do Supremo a dar a alguém a condição de não vir, sendo convocado.

Parece que, quando é uma no cravo, outra vai na ferradura. Parece que os Ministros do Supremo, num momento, parece que estão do lado do povo, fazem um gesto bonito; no dia seguinte, o gesto é feio, é horrível. V. Exa. diz que vai recorrer, e eu acredito.

Encerro dizendo a V. Exa. que Deus lhe mantenha com saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Amém.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Vi quando Duarte fez aqui um elogio a V. Exa. de ter vencido uma doença – e só vence essa doença quando Deus tem propósito na vida da pessoa, porque câncer é decreto de morte; quando alguém consegue sair, é porque Deus tem algo grande para que essa pessoa possa realizar ainda –, e que V. Exa. enfrentou um momento difícil aqui, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

jamais nós imaginávamos que poderia acontecer: ter votado em bloco, a pedido dos próprios blindadores, achando que tirariam algum tipo de vantagem.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a Deus pela sua saúde, agradecer pelo Gaspar e ao advogado – ele está no seu direito, é advogado, e qualquer cidadão, diz a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... tem direito a ter advogado – e quem pode pagar, muito mais –, e o advogado bom, que encara, tem que cobrar muito, porque essa gente tirou muito. Então, se tirou de um bolso, que o advogado tire o resto pelo outro, porque o advogado está trabalhando e fazendo coisa certa.

Infelizmente algumas pessoas – na minha cabeça – não deveriam ter direito a advogado, mas a lei diz que todo cidadão tem direito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – ... tem que ter direito a advogado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Eu só prolonguei porque V. Exa. disse que gosta de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES) – Obrigado. Deus abençoe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Sempre tenho prazer em ouvi-lo, Excelência.

A Deputada Julia Zanatta com a palavra.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Bom, Sr. Paulo Otávio Montalvão Camisotti, é esse o seu nome?

O senhor pode responder isso aí, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI (Para depor.) – Sim.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Obrigada. Muito importante.

Vai que não é ele, né? Sei lá.

Responsável pela Rede Mais Saúde, a empresa aparece como beneficiária de cerca... Só para situar quem está nos assistindo em casa, essa empresa do Sr. Paulo, do pai dele, aparece como beneficiária de cerca de vários milhões aí, vindos da Ambec, que é uma das entidades que fazia descontos... roubava dinheiro dos aposentados, literalmente é isso.

Eu sei que o senhor não está respondendo nada, e o senhor está no seu direito constitucional de fazê-lo. Está aí ao lado dos seus advogados – meus colegas advogados, né?

Também tem uma revelação aqui. Eu teria muitas perguntas a fazer, mas, como a gente sabe que o senhor não vai responder, eu vou trazer aqui, Presidente, uma revelação. Tenho certeza de por que os petistas correram tudo daqui, não estão aqui para te defender: eles vão salvar o Lulinha e quem puder, e vocês todos vão para o buraco, tá? Eles vão abandonar o barco aí.

E o que acontece? Eu acho que eles agora já estão montando uma nova estratégia, e um perfil aqui de rede social revelou algo que é a próxima estratégia deles – e eu não duvido, Presidente, nobres Deputados. Vejam isto aqui: como acabou, eles não têm mais argumentação, ficou provado que eles querem defender banqueiro, blindar banqueiro, blindar o sócio do Vorcaro, blindar esses empresários aí que faturaram milhões roubando.

Você, catarinense, está me assistindo? Você aposentado? Você que foi roubado? Preste atenção nisto aqui, preste atenção: nós vamos prender quem roubou os aposentados. Mas a nova estratégia com que eles vão vir agora, e não tenho dúvidas de que eles são capazes disso, é esta aqui: "Reviravolta", trouxe Joaquim Teixeira, Joaquim Teixeira, que é um perfil de rede social: "foto onde supostamente Jair Bolsonaro segura Fábio Luís Lula da Silva, Lulinha, choca a internet. A suspeita é de que o ex-Presidente seja o verdadeiro pai do Lulinha". Agora eles vão negar que o Lulinha é filho do Lula. Essa é a próxima estratégia da esquerda porque não tem mais o que falar. Os petistas são capazes até de dizer que o Lulinha não é filho do Lula e é do Bolsonaro, porque eles culpam de tudo o Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje, nos requerimentos aprovados em bloco aqui, em que eles não queriam individual porque não queriam mostrar a cara em quem estavam defendendo, tentando blindar... Tem *socialite* que supostamente tinha relacionamento financeiro com o Lulinha, pagava para o Lulinha, tem banqueiro, tem o Lulinha. Mas, como foi dito aqui por alguns Senadores, é óbvio que eles iam defender o filho do painho, do patrão. Mas e os banqueiros que estão sendo defendidos aqui? Blindados. Eles adoram falar em blindagem, blindagem. Eles estão usando esta CPMI para blindar os aliados do Governo Lula, do Lula, os parentes do Lula, o irmão do Lula, o filho do Lula. E esse aqui que estava sentado aqui do meu lado, que fugiu do debate, inclusive, Deputado Rogério Correia, foi condenado por usar IA para botar uma foto do Bolsonaro com o Vorcaro, mas foi ele que votou aqui hoje para blindar a investigação, o sigilo do sócio do Vorcaro, porque é assim que a esquerda age. Eles sabiam que iam cair. Como disse a Senadora Damares, também está sendo investigado no Supremo Tribunal Federal. Hoje sai a notícia de que já tem também a quebra de sigilo, autorização por parte do Ministro André Mendonça. A gente não viu a decisão na íntegra ainda, eu não tive acesso, foi o que saiu na imprensa e vi até que os jornalistas não tiveram acesso a isso. Mas esse é o cenário.

Eu espero que o povo brasileiro, que tem que trabalhar muito... Porque outro dia eu conversei com um aposentado lá em Santa Catarina, que já não tem, ele teve muito desconto no "aposento" dele, ele tem 77 anos e tem que ir trabalhar às vezes com bico, garçom, cortar uma grama, porque ele não tem dinheiro para comprar remédio, não tem dinheiro para pagar o aluguel, por causa de gente que roubou do "aposento". Quão cruel... Eu só queria saber como que essas pessoas dormem? Eles estão roubando de pessoas que ganham um salário mínimo, gente, um salário mínimo. Já não basta o roubo legalizado, porque também a gente fala que esse roubo é ilegal, mas tem o roubo legalizado que são os impostos, que o Lula aumenta muito. "Ah, Deputada Julia, mas como é que vai pagar se não tiver imposto?" Não é isso, mas é que no nível que está a carga tributária hoje é ponto de extorsão. O cara não paga porque sabe que não vai ter de volta a saúde, a educação, do quanto que ele paga. Então ele paga para não ser preso. Hoje o pessoal paga imposto para não ser preso, isso é um fato.

Mas como consegue tirar do dinheiro do aposentado? Não tem coisa... Eu achava que o mensalão, o petrolão eram um negócio absurdo, mas realmente, Senadora Damares – a senhora, que já foi nossa Ministra –, é de uma crueldade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim, eu vi falando aqui de vida de luxo, vida disso, vida daquilo. Olha, vida de luxo, para quem quer ter e trabalhou, tudo bem. Agora, não vida de luxo para quem roubou e, principalmente, para quem roubou dos aposentados. Isso não.

Eu vi a Senadora Damares, também, falar que aqui temos um jovem, o Sr. Paulo Otávio Camisotti – que é filho do Camisotti, que está envolvido –, e ele tem a vida destruída. Mas, Damares, olha a cara dele. Ele não está com cara de preocupação porque tem a vida destruída. Ele está com a cara – por favor, alguém data lá no rosto dele –, ele está com a cara do... Ele sabe que o Brasil é um país de impunidade – ele sabe que o Brasil é um país da impunidade. Ele já calcula que isso não vai dar nada.

Porque, se nós temos Ministros do Supremo – ex-Ministros aqui, como foi o caso do Lewandowski, que foi Ministro Lula –, então ele está, possivelmente, ao que tudo indica, num esquema com gente muito poderosa. É capaz, Presidente Senador Carlos Viana, de quem está aqui expondo ser preso e punido, e não quem roubou dos aposentados. Esse é o Brasil, é o retrato do Brasil de hoje. Quem fala, quem enfrenta o sistema, quem denuncia, é chamado de louco, de nazista, de fascista. Essas coisas assim, que não dá nem para debater, porque é quando não tem argumento que se chama disso. Eu sou frequentemente chamada, porque sabem que eu sou uma Deputada combativa, atuante, que mesmo com filho – que nem ela falou: "Não tenho bebê em casa", eu tenho bebê em casa, onze meses está fazendo hoje, inclusive –, estou aqui, porque esta é a função de um Parlamentar: denunciar, fiscalizar, saber o que acontece com o dinheiro do contribuinte. Porque como eu falei, o povo é roubado nos impostos, no "aposento". Então...

E vou falar mais: esse senhor não está preocupado. Ele sabe que o pai dele, a turma do pai dele deve estar bem amparada – bem amparada. E ele calculou, ele calculou: "Não vejo ninguém ser punido neste país". Por que ele seria punido? Ele sabe. Agora, como foi falado aqui de delação, os grandões vão se safar, vão se proteger. Será que eles vão proteger os outros, como o senhor?

Mas já que tenho um... Tenho um minuto aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – O senhor quer falar alguma coisa ainda? Quer falar qual é o teu time? Você tem namorada, é casado? Você mora onde? Você mora onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Você mora em que cidade? Você mora em que cidade?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – São Paulo.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – São Paulo.

Que carro você tem?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Vou permanecer em silêncio.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Você é formado em quê?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. *Fora do microfone*.) – Engenharia.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Ah, em Engenharia. Desculpe-me.

Boa. O Marcon está ligado, hein?

Quer falar mais alguma coisa da sua vida? Quer deixar um recado? Você acredita em Deus?

O SR. PAULO OTÁVIO MONTALVÃO CAMISOTTI – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Faz igual a Zaqueu, devolve tudo.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Então, peça perdão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Peça perdão a Deus por seus pecados. Mas, para isso, tem que confessar e reconhecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Deputada.

Como nosso penúltimo inscrito, Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS. Para interpelar.) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Dia agitado hoje, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Um grande dia para o Brasil.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Dia de vitória – né, Presidente? – para os homens de bem neste país. Certamente, a gente viu aí na rede social muita comemoração do povo brasileiro, com a manobra com que Deus nos abençoou, e a gente conseguiu, enfim – né, meu Relator amado, querido? –, aprovar 87 requerimentos.

A "petezada" estava suando frio aqui, né? Aliás, não sei se a gente vai conseguir sair do plenário hoje, porque as lágrimas se espalham por todos os corredores do Congresso Nacional com a choradeira de que o Presidente Viana teria dado um golpe.

Veja você, Presidente Viana, logo o senhor, um homem republicano, que tratou esta CPMI sempre com a maior imparcialidade possível, teria dado um golpe, hein? E aí a "petezada", que dizia, colega Julia, que queria investigar, na hora dos requerimentos queria jogar tudo para baixo do pano.

Então, hoje, realmente foi um dia histórico.

Presidente, semana passada o senhor me deu uma dica – semana passada, não; segunda-feira – quando nós trouxemos um caso aqui bastante controverso do Líder do Governo. Aliás, eu não sei se ainda é Líder ou se vai ser trocado depois do olé que ele levou hoje da oposição. Aliás, a incompetência dele, caro Relator, já é conhecida, né? Ela estava lá na Secom; foi retirado da Secom, foi jogado para o Rio Grande do Sul; lá no Rio Grande do Sul, a incompetência também gritou, foi jogado aqui; e hoje levou mais um olé, né? Se fosse competente e inteligente, certamente não seria petista e estaria do lado de quem realmente quer um Brasil melhor.

Mas, Presidente, semana passada eu fiz uma questão de ordem, e o senhor me alertou que não era uma questão de ordem; que era uma questão que deveria ser levada à ética da Câmara dos Deputados. Foi quando o Deputado Paulo Pimenta, vulgo "Montanha" das planilhas da Odebrecht, se reuniu numa casa de 500m^2, alugada pela Fictor, que está no rolo do Banco Master, para comprar um depoimento falso para incriminar o Líder Rogerio Marinho e o nosso pré-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro – um depoimento falso. E aí, na maior cara de pau do universo, ele disse que não, que ele não acreditou naquilo lá. E, ainda, inclusive – lembra, Relator? –, ele disse que tinha acusações contra mim e o senhor e que ele ia nos apresentar essas acusações, que ele não deu bola. Eu não sei se o senhor recebeu tais acusações, pois eu não recebi nenhuma.

Aliás, eu acho que o único ilícito que eu cometi na minha vida foi: eu colei em uma prova, eu colei em algumas provas no colégio – o colega falou –, porque em Português eu ia mal, tá? Mas, fora isso aí, eu nunca fiz nada. Então, se não foi uma professora minha da época que tem alguma imagem entregando, Paulo Pimenta não tem nada contra mim. E é por isso que a gente faz um trabalho isento aqui, porque a gente é homem honesto. Então, ele mentiu. Não tinha nada contra nós. Estava mentindo, tá? Essa é a verdade.

Só que esse cara que eles tentaram contratar foi até o cartório e escreveu que ele foi contratado para mentir, para incriminar pessoas honestas. Como eles não têm nada contra nós, eles têm que criar factoides para a gente ter que ficar respondendo à imprensa coisa que a gente não fez.

Então, o Sr. Paulo Pimenta – seguindo o seu conselho, caro Presidente; a gente analisou junto ao Partido Liberal – está sendo representado no Conselho de Ética para que responda às acusações trazidas pelo *O Estado de S. Paulo*, o *Estadão*, sobre ele ter usado dinheiro, sabe-se lá de onde – a gente sabe de onde vem o dinheiro do PT, né? Aqui também ninguém é inocente, né? A gente sabe de onde é que vem, né? Mas, enfim... – para comprar alguém, para gravar o Eli Cohen, que foi um dos primeiros que denunciaram. Para esse cidadãozinho aí estar aqui sentado, o Eli Cohen teve que fazer uma denúncia, e foi muito corajoso, inclusive. E, aí, quiseram desmoralizar aquela testemunha.

Então, não bastasse... Então, a gente tem o "Montanha", que vai para Comissão de Ética – o partido me autorizou. E a gente tem, obviamente, o Deputado "*fake news*", que agora virou também Deputado agressor. Eu não queria ter essas alcunhas...

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. *Fora do microfone*.) – Confesso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Agressor confesso – isso aí, Julia. Além de ser um *fake news*...

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Mister IA.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – ... é um agressor. Mister IA.

E aí, Presidente, olha o nível da "petezada", o nível, assim, realmente é baixo, mas é muito baixo. Ele foi ontem ao X, onde ele me desbloqueou, mas vai me bloquear de novo, certo também, mas tudo bem, vamos em frente. E ele usou... Olha o absurdo, Presidente, na semana passada, o Paulo Paim, para salvar a vida dele, disse que não, que nada daquilo era verdade. Ele falou e está gravado, tem aqui os *Anais* da Casa. Segunda-feira, não sei por que eu estou semana passada.

Mas aí vem o Rogério Correia, Deputado "*fake news*", agressor, e diz o seguinte no seu Twitter, para atacar obviamente pessoas inocentes: que foram pagos 5 milhões para o depoente mentir na CPI do INSS, denúncia de um ex-policial. Está aqui, está no Twitter dele, para quem quiser ver aí, é só vocês entrarem, se vocês não foram bloqueados ainda, vocês entrem lá e vocês vão vê-lo mentindo, entre outras coisas.

Aliás, é esse tipo de gente que quer que a rede social seja censurada, porque eles dizem que rede social é origem de *fake news*, mas são eles mesmos que fazem as *fake news*.

Então o Rogério Correia, por mais uma vez, a segunda, não é? Já teve uma contra o Presidente Bolsonaro. E agora ele vai também para a Comissão de Ética.

Eu sei que, por outros motivos, o colega Marcel agrediu um colega nosso, que vai, tem que ser, tem que ser suspenso imediatamente, não é?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não agredi ninguém.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Não, o Rogério Correia, tá?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone*.) – Ah, tá. Eu peguei pela metade.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) – Presta atenção, Alemão. O Alemão está se retirando aqui, ele está perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

Mas voltando, Presidente, vou falar aí do Paulinho, Paulinho Camisotti, filho do "Camisotão", não é? Paulinho, menino prodígio, menino prodígio, Relator. O senhor trouxe aqui diversas empresas, que o guri tem. O guri é, bah! Se o Elon Musk descobre esse rapaz aqui, a gente perde essa potência aqui no país.

Mas eu quero te dizer, tchê, que a Casa caiu, cara. Bah, tchê, tu, assim, eu estou vendo assim, pela tua cara, que tu não estás 100% tranquilo e tu não deves estar. Tu calculas que o Ministro André Mendonça já prendeu teu pai. Então, daqui a pouco, logo vocês se fazem companhia. Mas assim, ele está com o Careca do INSS, desde setembro, preso.

O André Mendonça, homem honesto, honrado, já quebrou o sigilo do filho do Presidente da República, que hoje nós aprovamos aqui também. Tu realmente achas, olha a "petezada" te defendendo aqui, olha quantos petistas passaram. Nem passaram aqui para apertar tua mão. Eles não passaram para dizer, "tchê, eu estou aqui, tá? Tu não abres a boca, tu não abres a boca, porque nós estamos de olho, nós vamos resolver o teu problema." Não, te abandonaram, tu estás aqui atrás, estás aqui atrás.

Mais cedo ou mais tarde, cara, vai dar ruim. Volto a te lembrar, o Ministro André Mendonça quebrou o sigilo do filho do Presidente da República Federativa do Brasil. Tu, na fila do pão, estás em último, assim.

Então, tchê, hoje tu perdeste a oportunidade, quero te dizer que tu perdeste a oportunidade. A Senadora Damares foi muito feliz. Tu poderias ter vindo aqui, poderias ter falado o que tu sabes, sair por cima. Errou, errou. Devolve o que roubou, se roubou, se não roubou, diz, olha, não roubei, não sabia. Está tudo certo.

Agora, vir aqui... "Qual é a cor do teu cabelo?" "Prefiro não comentar." "Qual é o teu time?" "Não sei dizer." "Já foi preso?" "Não me lembro." Cara, isso aí, assim, olha, é deplorável tu perderes uma oportunidade como essa, porque depois que tu, se acontecer, tu fores culpado, a gente não sabe, mas se acontecer de tu seres encarado pela Justiça como teu pai está sendo, tu vais ficar jogado numa cadeia por muito tempo. Eu volto a lembrar, Ministro André Mendonça, homem honrado. Nós não estamos falando de cara que recebeu 129 milhões de rolo, ou um que tem aí um *resort* de 400 milhões, não. Nós estamos falando de André Mendonça, um ás da Justiça brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, para encerrar este dia histórico nesta Casa, primeiro é lamentar que se perde uma oportunidade. O seu advogado deve ter te orientado, vocês têm a linha de defesa e ele está fazendo o trabalho dele. Está tudo certo, faz parte, mas, Paulinho, tchê, acho que zebrou para ti, meu amigão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Como última fala – e não membro –, por dois minutos, Sargento Fahur.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É realmente um dia histórico, e isso graças a homens e mulheres dignos, iguais ao senhor, Senador Carlos Viana; meu amigo Alfredo Gaspar, um homem digno, honrado – o senhor me representa –; Marcel van Hattem; Magno Malta; Mauricio Marcon; mulheres dignas – Senadora Damares, Julia Zanatta –; entre outros.

Agora, a esquerda, covarde, agressora, atacou Deputados. Eu vi as imagens, estava no Plenário, também fazendo defesa do que é certo, por isso não estava aqui presente.

O senhor está de parabéns! Eu tenho a mais absoluta certeza, pela minha experiência de vida – eu servi 35 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR) – ... na Polícia Militar do Paraná, enfrentando bandidos –, tenho certeza da pressão que os senhores estão sofrendo, de todo tipo de obstáculo para mexer com essa gente asquerosa e nojenta, criminosos que têm poder financeiro. Aí mandam um laranja desse aí, com essa cara de banana, que não sabe nem o que está...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Ô, Excelência...

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR) – ... fazendo aqui.

E o povo brasileiro está vendo a sua cara. A sua punição já começou. Só de ficar exposto na internet por horas e o povo olhando a sua cara...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR) – ... porque quem não se defende é porque deve.

Se eu estivesse aí sendo acusado de qualquer crime, qualquer pergunta aqui eu responderia, porque eu sou digno e não devo nada para ninguém. Eu fiz o enfrentamento: hoje eu falei, no Plenário, de Daniel Vorcaro, de Alexandre de Moraes, de Dias Toffoli, porque eu não tenho rabo preso, eu não tenho medo dessas pessoas descobrirem nada de errado de mim, porque eu sou uma pessoa íntegra. Eu comecei engraxando sapato na frente do Príncipe Hotel, hoje eu sou Deputado Federal. Não tenho medo de bandido e nem de cara feia.

Força e honra!

Bolsonaro livre!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas, vamos ao tempo de Liderança restante.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Relator.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL) – O senhor me permite só uma fala rápida?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Pois não, Excelência.

O SR. ALFREDO GASPAR (Bloco/UNIÃO - AL. Como Relator.) – Presidente, a banda toca, a caravana passa e os fatos permanecem.

Eu só quero dizer ao Brasil que, se o senhor levar uma topada, a responsabilidade será do Presidente da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG) – Obrigado, Excelência.

Pelo tempo da Liderança, restante, Deputado Marcel van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Pois é, Presidente: esse tempo que é tão disputado aqui, Liderança de Oposição, Liderança de Governo, hoje vai ser utilizado só por nós da Oposição, pelo menos se não aparecer, até o final da minha fala, o Líder do Governo, que sempre esteve aqui na CPMI, mas estava aqui para blindar aqueles que hoje – hoje – esta CPMI conseguiu, finalmente, romper essa barreira da blindagem do Governo. Esse cidadão aqui – e eu gosto de levantar essa foto...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Vítima da sociedade.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... é filho do Lula, o Lulinha. Diz o Senador Magno Malta: "Vítima da sociedade". Vitimando a sociedade. Essa é a verdade, não é? Porque é sempre assim: eles nos acusam daquilo o que eles fazem e também invertem todas as narrativas para não mostrar quem eles são. Num dia em que também estamos ouvindo o filho de um dos maiores investigados do roubo do INSS, que está preso, que é o Sr. Maurício Camisotti.

Sr. Presidente, hoje ficou muito claro, para quem está acompanhando, que o Governo perdeu o interesse na CPI, que perdeu o interesse. Não veio mais ninguém depois do ringue em que transformaram esta sala de Comissões. Isso aqui... Aliás, no ringue tem regras ainda. Isso aqui virou pior que luta livre, um negócio absurdo. Petistas se dirigindo à mesa do Presidente, Senador Magno Malta, o senhor sentado aqui também, na cadeira ao lado, sendo agredido por palavras, gestos, empurrões – e teve até soco.

Por isso, Sr. Presidente, em nome da oposição, quero dizer que nós não vamos recuar. Muito antes, pelo contrário, nós vamos buscar a responsabilização de todos aqueles que tentaram apatifar o trabalho desta CPMI.

O Deputado que agrediu o nosso colega, Deputado Luiz Lima, já vai ter de responder perante o Conselho de Ética e a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Isso demonstra, Sr. Presidente, mais uma vez repito, que o interesse do Governo era só o de blindar, mas experimentaram o próprio veneno. Tentaram aqui acabar com o seu trabalho. V. Exa. tem todo o direito de fazer a pauta. Às vezes eu concordo, às vezes eu não concordo. Nos sentamos já quantas vezes para fazer acordo? Aliás, eu algumas vezes, Rogerio Marinho na maior parte das vezes, que é o Líder da oposição aqui no Congresso Nacional. E sempre o senhor foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

muito elegante com os dois lados. Sempre se chegou a um acordo sobre o que votar, o que deixar de votar, o que seria colocado em bloco, o que seria destacado.

Mas, hoje, o Governo veio, por meio do seu Líder, na maior arrogância, na soberba daqueles que acham que são invencíveis, dizendo que se não votassem os requerimentos políticos dele, nós não votaríamos nada. Aliás, eles rejeitariam tudo. E foi graças a esse movimento soberbo, arrogante, mal calculado do Governo do PT, que nós aprovamos todos os requerimentos. E, é óbvio, graças à postura de V. Exa., que seguiu o Regimento, manteve-se altivo, manteve-se com uma postura que orgulhou todos nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... porque não recuou diante, até mesmo, da violência física que tentavam ou das ameaças que agora fazem, pela imprensa, de que tentarão vencer no tapetão, fora das regras do jogo.

Sr. Presidente, Senador Carlos Viana, eu tenho certeza de que, depois da sua eleição e da designação do Relator, este foi o dia mais feliz da CPMI do INSS, o dia mais importante, o dia do ponto de virada, o dia em que o sigilo do Lulinha caiu. E vamos saber quem viajou junto no jatinho do Banco Master. O sigilo do Banco Master caiu. Augusto Lima vai ser convocado. O que mais nós poderíamos querer?

Sim, mais de 80 requerimentos, que eu nem teria tempo agora de descrever um a um.

E estávamos dispostos a vencer, aliás, a votar um a um e ser derrotados, se fosse necessário, em todos eles. Mas isso não foi necessário. Por obra do Governo do Lula e do PT, nós tivemos hoje essa grande vitória neste requerimento de votação em bloco.

Parabéns ao Lula e ao PT por nos terem dado esta grande vitória!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Obrigado, Excelência.

Estão encerradas as falas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Parlamentares, imprensa, principalmente o povo brasileiro que nos acompanha, eu começo como homem de fé.

Deus ama o órfão. Deus ama a viúva. Deus ama o idoso. Deus ama o Brasil. E, quando colocamos os mais frágeis no centro das decisões, estamos do lado certo da história.

Esta CPMI não nasceu fácil. Desde o primeiro momento, houve disputa pelo comando, houve tentativa de direcionar a Presidência, houve articulações claras para que a investigação tivesse outro rumo. Mas Deus escreve certo por linhas tortas o que muitos dizem e muitas pessoas não entendem.

Foi pela coragem de Parlamentares que enfrentaram pressão e não se dobraram que esta CPMI tomou um caminho diferente. Foi assim que eu fui eleito Presidente. Foi assim que o Deputado Alfredo Gaspar foi escolhido Relator. E não foi por acaso, foi por compromisso com o país e com os brasileiros.

Desde o primeiro dia, sabíamos que seria uma luta, uma luta diária, uma luta permanente. Uma luta para impedir que o silêncio encobrisse a verdade. Uma luta para trazer luz onde muitos preferem manter sombra. E, desde o primeiro momento, eu conduzi esta CPMI com extremo cuidado, com diálogo, com responsabilidade, com equilíbrio.

Eu poderia tê-la presidido com soberba, poderia ter escolhido o lado político, poderia ter transformado tudo em confronto. Mas não foi essa a minha escolha. A escolha foi ouvir: ouvir o Governo, ouvir a Oposição, ouvir os independentes, mas, acima de tudo, ouvir o grito de quem não tem voz aqui dentro. Ouvir o socorro dos aposentados, ouvir a angústia das viúvas, ouvir a dor dos órfãos. Eu não quis ser Presidente de um bloco, eu quis ser Presidente pela responsabilidade com o país.

O que estamos investigando aqui não é um detalhe administrativo, não é erro técnico. Estamos diante de um dos maiores ataques já registrados contra aqueles que mais precisam da proteção do Estado. Aposentados, viúvas, órfãos, pessoas que trabalharam a vida inteira, acreditando que no final teriam segurança e tiveram descontos indevidos, tiveram dinheiro retirado, tiveram a sua dignidade ferida. Isso não é política, isso é injustiça. E injustiça contra idoso é uma afronta moral a todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje tentaram derrubar a pauta, tentaram esvaziar a investigação e, quem sabe, acreditavam que matariam definitivamente esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Vieram com a estratégia de votar tudo em bloco para impedir o avanço dos requerimentos.

Foi solicitada a verificação nominal, o painel marcou 31 Parlamentares. E aqui é preciso falar com absoluta clareza: o Regimento Interno do Senado é explícito, art. 293, inciso I, determina que em votação simbólica permanecem sentados os que aprovam e levantam-se os que rejeitam. O inciso V determina que: "procedida a verificação [nominal] [...] e constatada a existência de número, não será permitida nova verificação antes [...] de uma hora".

Houve verificação nominal, o quórum aferido: 31. Esse é o quórum oficialmente registrado. Não existe quórum por fotografia, não existe quórum por narrativa, não existe quórum por interpretação posterior. Com 31 Parlamentares, eram necessários 16 votos contrários para rejeitar a pauta. Aqueles que usaram do Regimento se esqueceram, possivelmente, de estudá-lo até o final.

Eu contei, contei em voz alta, contei duas vezes, não havia número suficiente. Mesmo que se alegue a existência de 14 Parlamentares em pé, o que não havia acontecido no momento em que fiz a leitura, ainda assim não se alcançam os 16. Portanto, a rejeição à pauta de hoje não foi aprovada. O resultado proclamado seguiu estritamente o Regimento.

E eu sou um homem que, quando decido, eu não retrocedo, nem um passo atrás. Mas há algo maior que a técnica. A Palavra nos ensina: "Quando se faz justiça, o justo se alegra, mas os [que praticam o mal ficam apavorados]". Eu vou repetir: "Quando se faz justiça, o justo se alegra, mas os [que praticam o mal ficam apavorados]". Provérbios 21, 15. E é exatamente isso o que assistimos aqui, logo depois do resultado.

Os aposentados começaram a ter esperança, as viúvas começaram a acreditar, os órfãos começaram a confiar novamente. Mas aqueles que sabem o que fizeram começaram a se inquietar. E nós não nos moveremos pelo medo de quem deve explicações; nós nos moveremos pela responsabilidade de entregar ao país justiça.

Eu não estou aqui para blindar ninguém: nem filho de Presidente, nem aliado, nem banqueiro, nem assessor, nem Parlamentar. A CPMI não escolhe sobrenome, a CPMI escolhe fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se estiver citado, será investigado; se for inocente, será declarado inocente; se houver responsabilidade, ela será apontada no relatório.

Esta é uma luta diária, senhores, contra a pressão, contra a narrativa, contra tentativas de enfraquecer a investigação. Mas cada passo que damos é dado com responsabilidade, com base no Regimento e com compromisso com a verdade. A luz sempre vence a escuridão.

Eu quero, aqui, fazer um registro importante: parabenizar o Relator, o Deputado Alfredo Gaspar, pelo brilhante trabalho que vem realizando, meu Irmão. Parabéns. Um trabalho técnico, sério, corajoso e comprometido com a verdade. O Brasil reconhece a sua disposição, e Alagoas saberá lhe retribuir toda essa fidelidade ao voto que o senhor recebeu.

Desde o início, ele assumiu essa missão com responsabilidade, enfrentando pressões, enfrentando narrativas e mantendo o foco naquilo que realmente importa: os aposentados, as viúvas e os órfãos do Brasil. A relatoria não tem sido instrumento político, tem sido instrumento de investigação. E eu registro também a confiança que o Relator depositou nessa Presidência.

Nós trabalhamos em sintonia, com respeito institucional, com diálogo permanente e com um único objetivo, senhores, de entregar ao Brasil um relatório sério, consistente e à altura da gravidade dos fatos. Essa unidade entre Presidência e relatoria não é acordo político, é compromisso com o povo brasileiro.

Eu reafirmo, com serenidade e firmeza: não haverá blindagem nessa CPMI, não haverá acordo para proteger quem desviou dinheiro de aposentado, não haverá recuo; haverá investigação, haverá relatório, haverá verdade. Eu conduzirei essa CPMI com equilíbrio, com diálogo, com responsabilidade, até o fim, mas com firmeza inegociável na defesa dos aposentados, das viúvas e dos órfãos brasileiros, porque quando Deus está à frente, quando os mais frágeis são prioridade e quando a verdade é compromisso, nenhuma pressão é maior do que a justiça. E essa CPMI, senhores, vai até o fim contra tudo aquilo que muitos acreditaram e tentaram nos impedir.

Com fé, com coragem, com responsabilidade e com o Brasil em primeiro lugar, nós venceremos pela justiça, em nome do povo brasileiro.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.047604/2026-39

CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 2 de março, 4 da tarde, para as oitivas de Cecílio Galvão, empresário e advogado, que será conduzido coercivamente a esta CPMI; Aline Bárbara, secretária de Antônio Carlos Camilo Antunes, já comunicada e, que se for necessário, também faremos uma condução coercitiva; Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção, Presidente do Dataprev.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCF3931E00759FF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.